

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOSÉ BENTO DE OLIVEIRA CAMASSA

Os *icebergs* e os *seringais*:

representações e projetos políticos nos relatos de viagem de Roberto Payró sobre a Patagônia (1898) e de Euclides da Cunha sobre a Amazônia (1904-1905)

Versão corrigida

São Paulo

2021

JOSÉ BENTO DE OLIVEIRA CAMASSA

Os *icebergs* e os seringais:

representações e projetos políticos nos relatos de viagem de Roberto Payró sobre a Patagônia (1898) e de Euclides da Cunha sobre a Amazônia (1904-1905)

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Programa: História Social.

Orientadora: Professora Dra. Stella Maris Scatena Franco.

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cl73i Camassa, José Bento de Oliveira
Os icebergs e os seringais: representações e projetos políticos nos relatos de viagem de Roberto Payró sobre a Patagônia (1898) e de Euclides da Cunha sobre a Amazônia (1904-1905) / José Bento de Oliveira Camassa; orientadora Stella Maris Scatena Franco - São Paulo, 2021.
401 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História latino-americana. 2. História comparada. 3. Literatura de viagens. 4. Cunha, Euclides da. 5. Payró, Roberto Jorge. I. Franco, Stella Maris Scatena, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

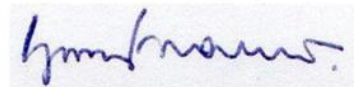
Nome do (a) aluno (a): José Bento de Oliveira Camassa

Data da defesa: 30/04/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Stella Maris Scatena Franco

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 21/06/2021



(Assinatura do (a) orientador (a))

CAMASSA, José Bento de Oliveira. **Os icebergs e os seringais**: representações e projetos políticos nos relatos de viagem de Roberto Payró sobre a Patagônia (1898) e de Euclides da Cunha sobre a Amazônia (1904-1905). 2021. 401 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para meus pais, com amor

AGRADECIMENTOS

Estas são as páginas de maior valia deste trabalho. Ao longo do trajeto acadêmico, folheamos incontáveis teses e dissertações. Independente do tema, sempre é uma experiência grata a leitura de suas seções de agradecimentos, repletas de sentimentos elevados e de valorosas relações humanas. Causa estranheza que, terminada esta pesquisa, finalmente tenha chegado a vez de escrever os agradecimentos e não apenas lê-los. Espero estar à altura da ocasião e não envergonhar ninguém.

Inicialmente, quero registrar meu profundo agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo auxílio concedido para este trabalho – processo 2018/02958-0¹. Sem a bolsa e a reserva técnica, a pesquisa teria sido muito mais difícil e limitada. É uma honra ter tido o fomento de instituições de excelência como a FAPESP e a CAPES numa época em que, por um lado, instituições científicas e acadêmicas se fazem cada vez mais imprescindíveis e, por outro, não recebem o tratamento adequado por diversos governantes no país.

Feito esse reconhecimento institucional, quero agradecer, em primeiro lugar, à minha orientadora, Stella Maris Scatena Franco. Obrigado, Stella, pela genuína preocupação com o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Pela convivência prazerosa e pela interlocução fértil desde o longínquo ano de 2016, quando, na graduação, cursei a disciplina optativa que ofertou sobre relatos de viagens. Almejo um dia poder me tornar um orientador quase tão sábio e colaborativo quanto você tem sido comigo. É um privilégio contar com sua leitura crítica, paciente e depurada, suas correções precisas, suas sugestões sempre pertinentes e seu rigor intelectual, elementos que foram indispensáveis para a realização deste trabalho, da concepção ao arremate. Os problemas e falhas desta dissertação, contudo, são de meu inteiro encargo.

Agradeço aos professores José Luis Beired (Unesp) e Júlio Pimentel (USP) pelos valiosos apontamentos realizados no Exame de Qualificação e por serem referências intelectuais para mim: Beired, pela maestria no domínio da História Comparada e pela visão perspicaz da História Latino-Americana Contemporânea; Júlio, por ser um dos professores mais solícitos e eruditos que já conheci, além de ser uma verdadeira inspiração para quem também ama História e Literatura, Literatura e História.

¹ As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

À professora Alejandra Mailhe (Universidad Nacional de La Plata – Argentina), que admiro desde as palestras que ministrou no Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA-USP) em 2019, por ter gentilmente aceitado integrar a comissão julgadora da Defesa. Agradeço ao LEHA pela possibilidade de conhecer ótimos trabalhos de colegas de pesquisa, o que é muito encorajador.

A Bernardo Ricupero, Mary Anne Junqueira e Miguel Palmeira pelas excelentes disciplinas de pós-graduação ministradas. Ao professor Ricupero, pela imersão propiciada na História do pensamento político latino-americano e pela providencial sugestão de submissão de artigo acadêmico para a Revista *Leviathan*, do Departamento de Ciência Política da USP. À professora Mary Anne, pelo estímulo ao desenvolvimento de minha pesquisa e pelas fascinantes aulas sobre História Global, História dos Estados Unidos da América e, claro, relatos de viagem. Ao professor Miguel, pela atenção com cada estudante e pelas refinadíssimas reflexões sobre História Intelectual.

Ao grupo de colegas de orientação, especialmente Ana Beatriz, Ana Carollina, Bruno, Juan, Natania e Thaís. À Ana Beatriz e à Natania, pela inestimável ajuda sanando dúvidas e compartilhando recomendações sobre questões burocráticas. À Ana Carollina Gutierrez Pompeu, que tive o privilégio de conhecer pessoalmente após ter me valido de seus trabalhos sobre a História da Patagônia, pioneiros no Brasil, para estruturar – e salvar – meu projeto de pesquisa. À Thaís Carneiro, querida professora que pude reencontrar como colega de pós-graduação.

Aos professores Valdir Donizete Santos (Instituto Federal de São Paulo) e Newman Caldeira (Universidade Federal de Uberlândia), pelo incentivo e pelas agradáveis conversas durante eventos acadêmicos.

Ao professor Gabriel Passeti (UFF), por indicações bibliográficas decisivas para esta pesquisa e pelo generoso convite para participar de evento acadêmico. Orgulho-me de hoje conhecer pessoalmente o autor de *Indígenas e criollos*, obra que marcou meus primeiros estudos sobre História da América Independente no Bacharelado.

À colega Ivania Motta, pela oportuna indicação dos relatos de viagem de Florence Dixie pelo Estreito de Magalhães.

À professora Maria Elisa Noronha de Sá (PUC-Rio) e ao professor Fernando Vale Castro (UFRJ) por terem aceitado minha participação como apresentador de trabalho no simpósio temático “Intelectuais, nações e circulação de ideias nas Américas

nos séculos XIX e XX” do 30º Simpósio Nacional de História. Foi uma experiência muito enriquecedora.

Também quero agradecer a pessoas que fizeram parte da minha graduação em História. A Clarissa, Catherine, Heleno – em memória –, Henrique, Igor, Jean, Marcela, Paulo e Vinícius, por terem partilhado conversas, disciplinas e trabalhos em grupo. Ao Thomáz, pela parceria desde o primeiro semestre do curso, pelo apreço, pela interlocução e por sua vivacidade intelectual, que sempre me é contagiante. À Harini, pela amizade, pela abertura e pelo apoio mútuo. Pelos diálogos sempre revigorantes, alguns dos melhores que já tive e que carrego comigo. Admiro muito a pessoa e grande artista que você é.

A todas as pessoas com quem pude trabalhar na comissão editorial da Revista Epígrafe, revista acadêmica discente. Ao Elson Souza, funcionário do Departamento de História, pela simpatia e a toda a equipe da Copiadora L&M pela gentileza no trato cotidiano.

Estendo meus agradecimentos a pessoas com quem pude ter experiências acadêmicas e profissionais importantes em minha trajetória. À Viviane de Oliveira Cubas, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). Às professoras Dedé Ribeiro e Mônica Torkomian, do Colégio Santa Cruz. A colegas e estudantes de cursinhos populares com os quais pude colaborar. À professora Sara Albieri e ao professor José Geraldo Vinci de Moraes, por terem me dado a oportunidade de ser monitor-bolsista de disciplinas da graduação que ministraram. Ao professor Zé Geraldo agradeço, inclusive, pelas aulas sobre Euclides da Cunha em Metodologia da História II, que foram uma bela introdução ao autor que viria a se tornar um de meus temas de pesquisa.

Aos amigos de longa data e de fora da graduação em História: Rafael, Victor e Rodrigo.

À Vitória, por todo o afeto e intercâmbio, por toda a bondade e compreensão, por todo o companheirismo e encorajamento, por todo o carinho e presença.

Às professoras e aos professores com tive aulas no Ensino Básico, do Jardim de Infância até o Ensino Médio, sem exceção. Sou extremamente grato pela formação acadêmica que me propiciaram e lhes devo toda a reverência. Na impossibilidade de elencar todos os nomes, lembro simbolicamente aqueles que contribuíram para meu gosto pela História: Denise, Roberson, Teresa, Aline, Lucas, Leandro, Márcia, Cássia, Beto – que, mesmo não sendo historiador, transmite a paixão pelo século XX como ninguém – e a já citada Thaís.

Presto especial homenagem a uma querida professora de História: Mônica, que há cerca de vinte anos iniciou, com a professora Valéria – a quem também agradeço –, um fabuloso projeto educacional que mescla Artes Cênicas e Humanidades, projeto que já marcou a vida de milhares de estudantes. Conheci algumas das epígrafes utilizadas nesta dissertação por meio de um dos espetáculos que o projeto organizou nos últimos anos, já sob a coordenação do professor Rogério e de muitas outras pessoas, a quem dou todos os créditos.

Por fim, meus maiores agradecimentos vão para meus pais, Olinda e Paulo. Obrigado por tudo e por todos os momentos. Não tenho como lhes retribuir, nem com palavras, nem com a vida inteira.

Um dos mais belos eu-líricos de Drummond já disse que queria escrever uma canção em que sua mãe se reconhecesse. Não tenho esse dom, pais, mas espero que vocês possam se reconhecer em algo do percurso por trás deste trabalho. Ele não teria existido, afinal, sem todas as lições de casa, livros, passeios, risadas, consultas médicas, refeições, filmes, peças, conversas profundas e conversas cotidianas, ocasiões alegres e tristes que compartilhamos nestes anos. Sem a escuta atenta, o ensinamento saudável, a dedicação diuturna e a palavra amiga de vocês a cada brincadeira infantil, dúvida escolar ou projeto acadêmico de minha parte, nada teria sentido.

Com amor, dedico a vocês esta dissertação e tudo que ainda vier a escrever.

Se partires um dia rumo a Ítaca,
faz votos de que o caminho seja longo,
repleto de aventuras, repleto de saber.
Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o colérico Posídon te intimidem;
eles no teu caminho jamais encontrará
se altivo for teu pensamento, se sutil
emoção teu corpo e teu espírito tocar.

Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o bravo Posídon hás de ver,
se tu mesmo não os levars dentro da alma,
se tua alma não os puser diante de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo.
Numerosas serão as manhãs de verão
nas quais, com que prazer, com que alegria,
tu hás de entrar pela primeira vez um porto
para correr as lojas dos fenícios
e belas mercancias adquirir:
madrepérolas, corais, âmbar, ébanos,
e perfumes sensuais de toda a espécie,
quanto houver de aromas deleitosos.
A muitas cidades do Egito peregrina
para aprender, para aprender dos doutos.

Tem todo o tempo Ítaca na mente.
Estás predestinado a ali chegar.
Mas não apresses a viagem nunca.
Melhor muitos anos levars de jornada
e fundeares na ilha velho enfim,
rico de quanto ganhaste no caminho,
sem esperar riquezas que Ítaca te desse.
Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.

Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
e agora sabes o que significam Ítacas.

(Konstantinos Kaváfis, “Ítaca”, *Poemas*, tradução de José
Paulo Paes)

Quando se tem a chance de poder tratar uma melancolia no início, o remédio específico é viajar. Esse é o conselho que Heinroth dá. Não é o primeiro nem o único a tê-lo formulado. Celso, como vimos, já fizera essa recomendação. No entanto, o homem errante, o peregrino, o viajante, segundo as crenças e imagens da cultura medieval, são justamente os que sofrem o aspecto nefasto do temperamento melancólico e sobre quem pesa a influência sinistra de Saturno. Viajar, vagar, é o mal de Belerofonte, é um sintoma da acedia: não é de jeito nenhum o seu remédio. Durante a grande moda elisabetana da melancolia, uma das figuras mais típica do atrabiliário apareceu na forma do *malcontent traveller*: ele percorreu a Europa, dissipou-se na Itália, e de lá trouxe um humor sombrio, um execrável ateísmo, uma misantropia a toda prova. (O Jacques de *As You Like It* é um espécime muito eloquente.) A melancolia se ganha ao correr o mundo. Vejam-se os sonetos romanos de Du Bellay e toda a literatura sobre a *nostalgia* que vai se desenvolver a partir do século XVII. A nostalgia – variedade particular da melancolia – é curada da forma mais simples do mundo, pelo retorno ao país natal.

(Jean Starobinski, *A tinta da melancolia* – uma história cultural da tristeza, tradução de Rosa Freire d'Aguiar)

RESUMO

CAMASSA, José Bento de Oliveira. **Os icebergs e os seringais: representações e projetos políticos nos relatos de viagem de Roberto Payró sobre a Patagônia (1898) e de Euclides da Cunha sobre a Amazônia (1904-1905)**. 2021. 401 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta dissertação é uma investigação histórica comparativa sobre as representações e os projetos políticos presentes em dois relatos de viagens da *Belle Époque* latino-americana. Um deles é *La Australia Argentina* (1898), do jornalista argentino Roberto Jorge Payró (1867-1928), a respeito de sua viagem para a Patagônia como repórter do jornal portenho *La Nación*. O outro consiste no conjunto de escritos do ensaísta e engenheiro brasileiro Euclides da Cunha (1866-1909) formulados a partir de sua viagem (1904-1905) para a Amazônia e o Acre, na chefia da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, organizada pelo Itamaraty. Na primeira parte da dissertação, examinamos a similaridade dos contextos históricos das viagens de Payró e Cunha. No aspecto político, a ocupação territorial de regiões como a Patagônia e o Acre pelos Estados nacionais era promovida em face de disputas fronteiriças e da competição econômica global. No aspecto literário, ambos os autores integraram um período de grande prestígio do ensaísmo e da “viagem intelectual” na América Latina. Empregando os relatos de viagem como meio privilegiado para o debate político, Euclides e Payró representaram a Amazônia e a Patagônia como espaços geográficos desamparados, mas com grandes potencialidades. Na segunda parte deste trabalho, analisamos os projetos políticos dos dois viajantes. As propostas de Payró para a Patagônia veicularam ideias econômicas liberais e uma anglofilia (vista na veneração da Austrália e pela imigração britânica na Patagônia). Em oposição, o nacionalista Euclides defendia um maior protagonismo do Estado central na Amazônia e o povoamento do Acre pelas populações sertanejas brasileiras. Como interpretar tamanhos contrastes? Argumentamos que eles reverberavam tradições intelectuais divergentes. No século XIX, enquanto o pensamento argentino celebrou a possibilidade concreta de profunda e acelerada europeização do país, o brasileiro identificou a miscigenação racial e a diversidade étnica como marca distintiva nacional. Também demonstramos como os laços políticos de Payró com o Socialismo argentino de Juan B. Justo e de Cunha com o Barão do Rio Branco explicam os papéis que os autores advogaram para o Estado nas regiões em questão. Por fim, comparamos o prognóstico otimista de Payró para a Patagônia e o mais intranquilo de Euclides para a Amazônia a partir das descrições que o primeiro autor faz das neves e *icebergs* patagônicos e o segundo dos seringais acreanos.

Palavras-chave: Roberto Payró; Euclides da Cunha; Patagônia; Amazônia; relatos de viagem.

ABSTRACT

CAMASSA, José Bento de Oliveira. **Icebergs and rubber tree plantations: depictions and political projects in Roberto Payró's travel book about Patagonia (1898) and Euclides da Cunha's travel literature about the Amazon (1904-1905).** 2021. 401 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This Master's Dissertation is a comparative historical study of representations and political projects in two cases of Latin American *Belle Époque* travel writing. One of them is *La Australia argentina* (1898), written by Argentine journalist Roberto Jorge Payró (1867-1928) about his travel to Patagonia as a reporter from *La Nación*, a newspaper based in Buenos Aires. The other consists in a series of texts composed by Brazilian engineer and essayist Euclides da Cunha (1866-1909) regarding his journey to the Amazon, specifically to the territory of Acre (1904-1905) as the head of the Brazilian Commission for the Reconnaissance of the Upper Purús, created by the Brazilian Ministry of Foreign Affairs. In the first section of this work, we examine the similarity of political and cultural historical contexts behind Payró and Cunha's travels. The territorial occupation of regions like Patagonia and Acre by nation states was a governmental phenomenon promoted in the light of border clashes and global economic competition. In literary matters, both authors were part of a period in which essays and "intellectual travel" in Latin America enjoyed great prestige. Employing travel writing as a means to fostering political debate, both Euclides and Payró depicted the Amazon and Patagonia as forsaken zones, which were full of possibilities though. In the second section, both travelers' political projects are analyzed. Payró's propositions for Patagonia voiced liberal economic ideas and an Anglophilia (seen in his worship towards Australia and British immigration in Patagonia). Otherwise, Euclides embraced nationalism and supported the primacy of the Federal Government in the Amazon and the populating of Acre by Brazilian *sertanejos* (people from the backlands). How to understand such a contrast? We argue that these differences reverberated divergent intellectual traditions. In the 19th century, Argentine thinkers celebrated the real possibility of a deep and swift Europeanization of their country whereas Brazilian pundits identified racial and ethnic mixing as the main national distinguishing feature. We also demonstrate how Payró's ties with Juan B. Justo's Argentine Socialism and Cunha's connection with Baron of Rio Branco (Brazilian Minister of Foreign Affairs) shaped the roles each author recommended for nation state in the regions they travelled to. Lastly, we link Payró's optimistic forecast for Patagonia with the portrayal he made of Patagonian snow and icebergs and Euclides's more worried projection of the Amazonian future with his depiction of Acre's *seringais* (rubber tree plantations).

Keywords: Roberto Payró; Euclides da Cunha; Patagonia; Amazon rainforest; Travel writing.

RESUMEN

CAMASSA, José Bento de Oliveira. **Los témpanos de hielo y los *seringais*: representaciones y proyectos políticos en los relatos de viaje de Roberto Payró sobre la Patagonia (1898) y de Euclides da Cunha sobre la Amazonía (1904-1905)**. 2021. 401 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta disertación de maestría es una investigación histórica comparativa de las representaciones y los proyectos políticos presentes en dos relatos de viaje de la *Belle Époque* latinoamericana. Uno de ellos es *La Australia Argentina* (1898), del periodista argentino Roberto Jorge Payró (1867-1928), sobre su viaje a la Patagonia como reportero del diario bonaerense *La Nación*. El otro consiste en el conjunto de escritos del ensayista e ingeniero brasileño Euclides da Cunha (1866-1909) formulados a partir de su viaje (1904-1905) a la Amazonía, más específicamente al territorio de Acre, como jefe de la Comisión Brasileña Encargada del Reconocimiento del río Alto Purús, establecida por el Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil. En la primera parte de esta disertación, examinamos la similitud de los contextos históricos de los viajes de Payró y Cunha. En el aspecto político, la ocupación territorial de regiones como la Patagonia y Acre por parte de los Estados nacionales fue impulsada por las disputas fronterizas y las dinámicas económicas globales. En el aspecto literario, ambos viajeros fueron parte de un período de gran prestigio del ensayismo y del “viaje intelectual” en América Latina. Utilizando los relatos de viajes como plataforma privilegiada para el debate político, Euclides y Payró representaron la Amazonía y la Patagonia como espacios geográficos desamparados, pero con grandes potenciales. En la segunda parte de este trabajo, analizamos los proyectos políticos de los dos viajeros. Las propuestas de Payró para la Patagonia transmitían ideas económicas liberales y una anglofilia (vista en una veneración por Australia y la inmigración británica en la Patagonia). En oposición, el nacionalista Euclides abogó por un mayor rol del Estado Federal brasileño en la Amazonía y el asentamiento de Acre por parte de las poblaciones brasileñas *sertanejas* (interioranas y campesinas). ¿Cómo interpretar contrastes tan afilados? Sostenemos que ellos repercutieran tradiciones intelectuales divergentes. En el siglo XIX, mientras el pensamiento argentino celebraba la posibilidad de una profunda y pronta europeización del país, la intelectualidad brasileña identificó el mestizaje étnico y la heterogeneidad racial como una marca nacional distintiva. También demostramos cómo los vínculos políticos de Payró con el Socialismo argentino de Juan B. Justo y de Cunha con el Barón del Río Branco (Ministro de Relaciones Exteriores de Brasil) explican los roles que los autores defendieron para el Estado en las regiones bajo examinación. Por fin, comparamos el pronóstico optimista de Payró para la Patagonia y la perspectiva más intranquila de Euclides para la Amazonía a partir de las descripciones hechas por el primer autor de la nieve y de los témpanos de hielo patagónicos y las creadas por el segundo de los *seringais* (plantaciones de seringueira, *hevea brasiliensis*) de Acre.

Palabras clave: Roberto Payró; Euclides da Cunha; Patagonia; Amazonía; relatos de viaje.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia escritos antes de sua viagem ao Alto Purus.....p. 23

Tabela 2 – Textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia escritos a partir de sua viagem ao Alto Purus.....p. 24

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Detalhe de mapa da República Argentina (1881), com foco nos territórios do Sul.....p. 75

Mapa 2 – Departamentos do Território Federal do Acre (1904)p. 214

Mapa 3 – Esboço da zona litigiosa entre Brasil e Peru e do território brasileiro do Acre, reproduzido em *Peru versus Bolivia*.....p. 220

Mapa 4 – Detalhe do Esboço da zona litigiosa entre Brasil e Peru e do território brasileiro do Acre, reproduzido em *Peru versus Bolivia*.....p. 221

Mapa 5 – Mapa dos espaços marítimos argentinos (2020)p. 355

LISTA DE FOTOGRIAS E GRAVURAS

Figura 1 – Fotografia da sede do governo do Território Nacional da Terra do Fogo em Ushuaia, reproduzida em *La Australia argentina*.....p. 202

Figura 2 – Gravura de *ventisquero* no Estreito de Beagle, reproduzida em *La Australia argentina*.p. 309

Figura 3 – Gravura de penha na enseada “La Nación”, reproduzida em *La Australia argentina*p. 313

SUMÁRIO

Introdução

<i>Viajar é preciso. Comparar, também?</i>	p. 20
1. Relatos de viagem entre a alteridade e a identidade.....	p. 27
2. Viajar é preciso. Relatar, também.....	p. 31
3. Compreender é preciso. Comparar, também?.....	p. 33
4. Comparar é preciso. Como comparar?.....	p. 35
5. Histórias Comparadas ou Conectadas? Ou Globalizadas? – um falso dilema.....	p. 38
6. Há mais coisas entre a semelhança e a diferença do que supõe a História Comparada?	p. 40
7. Roteiro da dissertação.....	p. 41

PARTE I

<i>Preâmbulo da Parte I</i>	p. 43
--	-------

Capítulo 1

<i>Euclides e Payró: “viajantes intelectuais” modernos com distintos destinos distantes e um horizonte em comum</i>	p. 45
1.1 Euclides e Payró, profissão: viajante, “viajante intelectual”	p. 47
1.2 Cientificismo e política: a ambição pela modernidade.....	p. 58
1.3 Rumo aos confins da nação: a Amazônia brasileira e a Patagônia argentina na era do Capitalismo da Segunda Revolução Industrial.....	p. 66
1.4 Um <i>desierto</i> de mata, um sertão de frio.....	p. 71
1.5 Escritas territorializadoras: discutir e combater a extraterritorialidade na – e por meio da – literatura.....	p. 84

Capítulo 2

<i>“Desertos” povoados de ambiguidades: a representação euclidiana da Amazônia e a de Payró da Patagônia</i>	p. 92
2.1 Dois estilos: o cronista <i>costumbrista</i> e o engenheiro romântico.....	p. 93
2.2 Pinceladas naturais, projeções nacionais-imperiais: um duplo olhar viajante	p. 108
2.3 Do espanto ao desvendamento: a Amazônia e a Patagônia como espaços ricos em ambiguidades.....	p. 110
2.4 A Patagônia de Roberto Payró.....	p. 112
2.5 A Amazônia de Euclides da Cunha.....	p. 126

2.6 A denúncia da “barbárie social”: mirando na lonjura, acertando no centro do poder.....	p. 136
--	--------

PARTE II

<i>Preâmbulo da Parte II</i>	p. 151
---	--------

Capítulo 3

<i>“Trabalhadores do mundo (anglo-saxão), vinde para a Austrália (argentina)” – o projeto patagônico de Roberto Payró</i>	p. 154
--	--------

3.1 O programa de Roberto Payró para a Patagônia: “proteger sin incomodarla”.....	p. 155
3.2 O sonho de uma utópica “Austrália” argentina.....	p. 172
3.3 Um Oeste dos Estados Unidos no extremo Sul da América: a “Tese da Fronteira” de Frederick Jackson Turner na Patagônia de Payró.....	p. 181
3.4 Imigração e anglofilia: aproximações de Payró com a “Geração de 1837” argentina e o pensamento evolucionista do <i>fin-de-siècle</i>	p. 190
3.5 A Patagônia após <i>La Australia argentina</i> : reverberações políticas e intelectuais no entresséculos.....	p. 194

Capítulo 4

<i>Uma Amazônia brasileira – o projeto amazônico e acreano de Euclides da Cunha</i>	p. 205
--	--------

4.1 A dificuldade de navegação na Bacia Amazônica e as propostas de Euclides para o aproveitamento do Rio Purus.....	p. 206
4.2 A Transacreana e o “modernismo do subdesenvolvimento”: a Engenharia como redentora da nação.....	p. 209
4.3 A Geopolítica no projeto euclidiano para a Amazônia: a defesa da hegemonia regional brasileira e o embate com a República do Peru.....	p. 217
4.4 Euclides e o Barão do Rio Branco: contra o “perigo peruano” e o “perigo brasileiro”	p. 237
4.5 Tentativa de síntese do Euclides amazônico: Geopolítica, Estado e nacionalidade.....	p. 245
4.6 Velhas e bravas gentes sertanejas para uma nova terra brasileira.....	p. 246
4.7 Temas amazônicos e acreanos nos anos após Euclides: literatura e projetos públicos.....	p. 259

Capítulo 5

Contrastes empolgantes: os icebergs e os seringais	p. 271
5.1 Perfil étnico e identidade nacional: “Geração de 1880” argentina e europeização <i>versus</i> “Geração de 1870” brasileira e originalidade nacional.....	p. 274
5.2 Estado e economia: um socialista em favor do livre-mercado <i>versus</i> um liberal em favor de certo intervencionismo.....	p. 284
5.3 O lugar da Patagônia e da Amazônia no mundo: cosmopolitismo e excepcionalismo regional <i>versus</i> “brasileirismo” e excepcionalismo nacional.....	p. 290
5.4 Projeções de futuro: a utopia em um campo aberto <i>versus</i> o risco de tudo redundar em ruína.....	p. 297
5.5 Paisagens confrontantes: espetáculos de neve e gelo <i>versus</i> labirintos de rios e seringueiras.....	p. 306

Considerações finais

Se hace camino al escribir	p. 318
1. Payró e Euclides: “polemistas”, “professores” e “profetas”.....	p. 318
2. Pensar a Argentina por meio da Patagônia e o Brasil por meio da Amazônia.....	p. 321
3. A Patagônia de Payró e a Amazônia de Euclides: esperanças no futuro, descontentamentos com o presente.....	p. 324
4. Relatos de viagem também viajam: relatos como pegadas de itinerários intelectuais.....	p. 328

Epílogo

A Amazônia de Euclides e a Patagônia de Payró, hoje	p. 330
1. A Amazônia no século XXI: centro do mundo e um desafio para o Brasil.....	p. 332
2. “El Sur, el frío y el mar”: os novos rumos da ideia de uma Argentina austral.....	p. 347

Referências bibliográficas	p. 360
1. Fontes primárias principais.....	p. 360
2. Fontes primárias complementares.....	p. 360
3. Bibliografia.....	p. 367

Introdução

Viajar é preciso. Comparar, também?

Viajar
mas não
para

viajar
mas sem
onde

sem rota sem ciclo sem círculo
sem finalidade possível

Viajar
e nem sequer sonhar-se
esta viagem

(Orides Fontela, *Rosácea*)

Teria o engenheiro e escritor brasileiro Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) ouvido falar, ao longo de sua vida, do jornalista e literato argentino Roberto Jorge Payró (1867-1928)? E vice-versa?

Sabemos que o brasileiro se interessava profundamente pela Geopolítica da América do Sul, o que é manifestado em diversos textos de *Contrastes e confrontos* (CUNHA, 2014). Teria Euclides se inteirado a respeito do litígio fronteiriço pela Patagônia envolvendo Chile e Argentina a partir de uma leitura de segunda ou terceira mão das crônicas patagônicas de Payró no diário portenho *La Nación*, em 1898? Ou teria eventualmente lido outra reportagem de Payró em algum exemplar daquele que já era um dos maiores jornais da Argentina no Itamaraty? Cunha trabalhou com o Chanceler Barão do Rio Branco (1845-1912) (SANTOS, 2018) e é possível que edições do *La Nación* por vezes circulassem no Ministério das Relações Exteriores.

Também é certo que o argentino, no início da década de 1900 – quando atuou como editor e organizador de uma coleção literária da Biblioteca de Literatura do *La Nación* –, traduziu para o Espanhol alguns dos mais prestigiados romancistas brasileiros à época (OLIVEIRA, 2010). Entre as obras traduzidas, estiveram *Inocência*, de Alfredo d'Escagnolle Taunay, *Canaã*, de Graça Aranha e *Esau e Jacó*, de Machado de Assis (VERÍSSIMO, 1986, p. 92). Ainda que *Os Sertões* não fosse uma obra ficcional, mas

ensaística – e que só viria a ser traduzida na Argentina em 1938 (GOMES, 2006) –, teria havido possibilidade de Payró ouvir falar dela, em meio a essa sondagem pela Literatura Brasileira?

Por seu turno, Euclides da Cunha também travou contato com a produção intelectual platina. Segundo o crítico literário Francisco Foot Hardman, especialista na obra euclidiana, o clássico argentino *Facundo o Civilización y Barbarie*, escrito por Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) em 1845 (SARMIENTO, 1985), “certamente participou no horizonte da formação histórico-literária de Euclides” (HARDMAN, 2009, p. 176). É o que se comprova no texto euclidiano “Viação Sul-Americana” (CUNHA, 1995a), que integra a segunda parte – intitulada “Vários estudos” – da obra *À margem da História*, de 1909 (CUNHA, 2019). No ensaio, o autor cita um trecho da mais famosa obra do argentino e a enaltece, bem como também demonstra estar a par dos embates políticos no país platino². Em outro ensaio de Euclides, Sarmiento é descrito como “a grande voz desta glória sul-americana” (*Ibidem*, p. 352). Cunha também admirava Bartolomé Mitre (1821-1906), ex-presidente argentino (1862-1868) a quem quis enviar um exemplar de *Os Sertões* (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 145). Mitre era proprietário do *La Nación* em que trabalhava Payró.

À vista desses elementos, retomemos a pergunta inicial: teriam Payró e Euclides se aprofundado o bastante sobre a produção intelectual e jornalística do país vizinho a ponto de um descobrir a obra do outro? Eis uma dúvida curiosa e estimulante, mas que foge ao escopo desta pesquisa.

Contudo, sigamos a hipótese de que não, que Euclides e Payró sequer souberam da existência do outro e muito menos trocaram cartas entre si³. Ainda assim, esses dois

² “Domingos [*sic.*] Sarmiento, ao cerrar as páginas comovidas da *Civilización y Barbarie* — páginas admiráveis de um dos maiores livros sul-americanos, ressoantes ao tropear das cavalarias disparadas dos Quirogas e dos Chacos — prognosticou o declínio inevitável da tirania revolucionária dos caudilhos sem aventar puxados raciocínios, de grave substância, de sociólogo” (CUNHA, 1995a, p. 323).

³ Nada impede, entretanto, que a ficção promova uma interlocução entre os dois. Basta lembrar, por exemplo, de uma famosa passagem do livro *Respiração Artificial*, do romancista e contista argentino Ricardo Piglia. Na obra, imagina-se um encontro entre o escritor tcheco Franz Kafka (1883-1924) e um jovem austríaco, que à época era um pintor frustrado, chamado Adolf Hitler (1889-1945), em um café de Praga em 1910. Nessa insólita situação que a Literatura pôde imaginar, Kafka teria escutado atentamente algumas das atrozes ideias políticas que Hitler já nutria e declarava abertamente. A aversão e estupefação que o escritor judeu teria sentido ao ouvi-las seria, então, fonte inspiradora de sua obra – uma literatura que aborda os temas da opressão e dos horrores que o poder político e burocrático pode afligir aos indivíduos. Nas palavras de Piglia, Kafka “piensa que es posible que los proyectos imposibles y atroces de ese hombrecito ridículo y famélico lleguen a cumplirse y que el mundo se transforme en eso que las palabra estaban construyendo: El Castillo de la Orden y la Cruz gamada, la maquina del mal que graba su mensaje en la carne de sus víctimas” (PIGLIA, 2003, p. 208).

autores têm muito mais em comum do que terem nascido com menos de um ano e meio de diferença entre si. Demonstrar isso é missão deste trabalho.

Há um longo *corpus* de reflexões sobre *vidas paralelas* desde Plutarco, historiador da Antiguidade que comparou figuras insígnies da Grécia e de Roma em diferentes campos – por exemplo, os oradores Demóstenes e Cícero (PLUTARCO, 2010). Em *O Paraíso na outra esquina*, o romancista peruano Mario Vargas Llosa (2003) se vincula a essa tradição. O romance traça um interessante paralelo entre duas figuras de destaque na cultura na Europa do século XIX. Uma é a escritora feminista e socialista franco-peruana Flora Tristán (1803-1844) – autora do relato de viagem *Peregrinaciones de una paria* –, que participou de importantes mobilizações políticas na França (FRANCO, 2008). A outra é o pintor pós-impressionista francês Paul Gauguin (1848-1903) – amigo de Van Gogh e conhecido de Degas –, que partiu para a Polinésia Francesa em busca de inspiração criativa. A obra de Llosa aborda as vívidas trajetórias dessas personagens que se engajaram, respectivamente, em busca de uma utopia política e de uma utopia artística. Tristán e Gauguin nunca se conheceram. Ela morreu em 1844, ele nasceu três anos e meio depois. Suas vidas, tão representativas da cornucópia de ideias e sonhos que foi o Oitocentos (SALIBA, 2003), correram em paralelo. Exceto por um pequeno detalhe: Tristán era avó de Gauguin.

Inspirados pelo livro de Llosa, pretendemos amarrar as trajetórias paralelas de Cunha e Payró, que, tal como Tristán e Gauguin, viveram sem se influenciar mútua e diretamente. De maneira mais específica, queremos entrelaçar uma viagem do argentino a uma do brasileiro. Entre 12 de fevereiro e 10 de maio de 1898, Payró viajou, como repórter do *La Nación*, pelo litoral da Patagônia e pela Terra do Fogo (SERVELLI, 2014, p. 146). Passados menos de sete anos, Euclides – já consagrado com *Os Sertões*, livro que fora fruto de sua jornada como correspondente do diário *O Estado de S. Paulo* na Guerra de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia – embarcou numa expedição coordenada pelo Itamaraty rumo ao Acre. O engenheiro chegaria a Manaus no final de 1904 e faria um percurso pelo Rio Purus, no Acre, ao longo de 1905. Só retornaria ao Rio de Janeiro no início de 1906.

Essas viagens legaram muitos escritos: no caso do jornalista bonaerense, 98 crônicas reunidas no livro *La Australia argentina – excursión periodística a las costas patagónicas, Tierra del Fuego e Isla de los Estados* (PAYRÓ, 1898), que haviam sido publicadas no *La Nación*, entre maio e setembro de 1898 (SARLO, 1984); no caso de Euclides, uma série de ensaios amazônicos escritos pelo engenheiro fluminense

(CUNHA, 2019), bem como seu relatório destinado ao Itamaraty (CUNHA, 1995a, pp. 753-810). Antes da expedição pelo Alto Purus, Cunha já vinha escrevendo sobre a Amazônia. A jornada potencializou sua produção.

Tabela 1 – *Textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia escritos antes de sua viagem ao Alto Purus*⁴

Título	Tipo de texto	Data	Publicado originalmente em	Consultado em:
“Fronteira sul do Amazonas – Questão de limites”	Artigo / resenha sobre livro do mesmo título, da autoria de Manoel Tapajós	14 de novembro de 1898	<i>O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)
“Conflito Inevitável”	Artigo	14 de maio de 1904	<i>O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo	<i>Contrastes e confrontos</i> (CUNHA, 2014)
“Contrastes e confrontos”	Artigo	21 de maio de 1904	<i>O País</i> , Rio de Janeiro	<i>Contrastes e confrontos</i> (CUNHA, 2014)
“Contra os Caucheiros”	Artigo	22 de maio de 1904	<i>O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo	<i>Contrastes e confrontos</i> (CUNHA, 2014)
“Entre o Madeira e o Javari”	Artigo	29 de maio de 1904	<i>O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo	<i>Contrastes e confrontos</i> (CUNHA, 2014)
“Solidariedade Sul-Americana”	Artigo	31 de maio de 1904	<i>O País</i> , Rio de Janeiro	<i>Contrastes e confrontos</i> (CUNHA, 2014)

⁴ Inspirada no quadro sinóptico elaborado por artigo de Willi Bolle (2005).

Tabela 2 – Textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia escritos a partir de sua viagem ao Alto Purus⁵

Título	Tipo de texto	Data	Publicado originalmente em	Consultado em:
“Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus”	Entrevista	29 de outubro de 1905	<i>Jornal do Comercio</i> , Manaus	<i>Obras completas de Euclides da Cunha</i> (CUNHA, 1995, pp. 553-558)
“Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus – Notas complementares do comissário brasileiro” ⁶ .	Relatório oficial	1906	Rio de Janeiro, Imprensa Nacional	<i>Obras completas de Euclides da Cunha</i> (CUNHA, 1995, pp.753-810)
“Relatório Confidencial ao Barão do Rio Branco”. Manaus, 1º de novembro de 1905. Ofício nº 110 do Arquivo Histórico do Itamaraty.	Relatório confidencial	1º de novembro de 1905	Leandro Tocantins, <i>Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido</i> (1ª ed. 1968)	<i>Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido</i> (TOCANTINS, 1992, pp. 257-275)
“Entre os Seringais”	Ensaio	Janeiro de 1906	Revista <i>Kosmos</i> , ano III, nº 1, Rio de Janeiro	<i>Obras completas de Euclides da Cunha</i> (CUNHA, 1995, pp. 558-560)
“O Inferno Verde”	Preâmbulo ao livro homônimo de Alberto Rangel	27 de agosto de 1907 (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 337)	RANGEL, Alberto. <i>Inferno Verde</i> (cenas e cenários do Amazonas). Desenhos por Arthur Lucas. Gênova: S. A. I. clichês celulóide Bacigalupe, 1908	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)
<i>Peru versus Bolivia</i>	Livro (Ensaio / monografia histórico-geográfica)	1907	Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comercio, 1907	Edição original
“Impressões gerais”	Ensaio	1909	<i>À margem da História</i>	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)
“Rios em Abandono”	Ensaio	1909	<i>À margem da História</i>	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)
“Um Clima Caluniado”	Ensaio	1909	<i>À margem da História</i>	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)

⁵ Inspirada no quadro sinóptico elaborado por Willi Bolle (2005). Consultamos a lista organizada pela Academia Brasileira de Letras do *corpus* documental de Euclides da Cunha, disponível em: <https://www.euclidesdacunha.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start4590.html?UserActiveTemplate=euclidesdacunha&sid=48>. Acesso em 10 mar. 2021.

⁶ Também publicado com o título de “O Rio Purus” em 1960 pela SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Ver: CUNHA, Euclides da. *O rio Purus*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960.

“Os <i>Caucheros</i> ”	Ensaio	1909	<i>À margem da História</i>	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)
“Judas-Asvero”	Ensaio	1909	<i>À margem da História</i>	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)
“Brasileiros”	Ensaio	21 de abril de 1907	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro. Republicado em <i>À margem da História</i> (1909)	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)
“Transacreana”	Ensaio	7 de maio de 1907	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro. Republicado em <i>À margem da História</i> (1909)	<i>Um paraíso perdido</i> (CUNHA, 2000)

Por meio da interpretação desses relatos, pretendemos explicar como Euclides e Payró não só se deslocaram para as entranhas de seus países na mesma época e num mesmo contexto histórico mundial e continental – o da expansão territorial dos Estados nacionais em fins do século XIX, atrelada à expansão geográfica da economia da Segunda Revolução Industrial. Esperamos estar aptos a comprovar que os dois viajantes também lidaram com um universo de ideias e dilemas em comum, suscitados pela apropriação de novos espaços geográficos por parte de Estados nacionais recentemente consolidados e que tentavam entrar na corrida capitalista internacional.

A comparação entre os dois autores pode a princípio soar um pouco forçada ou por demais assimétrica. Payró é um autor relativamente pouco discutido no Brasil, enquanto Cunha ocupa um lugar extremamente canônico nas Letras nacionais (OLIVEIRA, 2002; SOUZA, 2010) – posição bem mais consagrada do que o *status* desfrutado pelo jornalista bonaerense na Argentina⁷ (SZMETAN, 2000, p. 115). No entanto, acreditamos que o exame das adjacências históricas e dos textos de viagem de ambos os escritores avaliza a comparação entre eles como objeto de pesquisa histórica válido e suficientemente proveitoso.

⁷ A esse respeito, o professor de Literatura Latino-Americana Ricardo Szmetan afirmou, em artigo publicado no ano 2000: “Sobre la bibliografía de Payró no es demasiado lo que se puede decir, ya que ni en vida - y por cierto que luego de su muerte - no se han hecho muchos trabajos críticos dedicados a él y a su obra. Sin sorpresas en ello, en general los que más han escrito sobre el tema son los que más se han ocupado de la literatura argentina en su conjunto” (SZMETAN, 2000, p. 118). No mesmo artigo, Szmetan sustentou que “[e]n verdad, quien estudie este período [*fin do século XIX e início do XX na Argentina*] mal puede pasarse sin él [*Roberto Payró*], lo cual, sin embargo, no sucede muy a menudo; y cuando se lo hace, a menudo parece ser como al pasar y sin dársele el crédito que su obra y ejemplar conducta merecen” (*Ibidem*, p. 113).

Tendo isso em conta, este trabalho promoverá um estudo dos relatos patagônicos de Payró e os amazônicos de Euclides não para simplesmente enumerar as diferenças e semelhanças entre eles. Mas, fundamentalmente, para discutir como a Amazônia e a Patagônia foram representadas e pensadas politicamente à época, um momento histórico em que elas eram postas em evidência em função de importantes disputas fronteiriças.

Assim, tentaremos investigar: como Euclides e Payró caracterizaram as duas regiões? Que diagnósticos políticos eles fizeram para essas regiões e suas populações? Que remédios propunham para esses espaços geográficos? Que papel os autores identificavam e propunham para eles dentro de seus países?

Instigados por essas questões, meditaremos sobre os diferentes posicionamentos de Cunha e Payró e procuraremos entendê-los a luz das bagagens sociais e intelectuais dos autores, bem como de questões políticas, culturais e econômicas da Argentina e do Brasil daquele período histórico. Dito de outra forma, o que no Brasil e o que na Argentina pode contribuir para explicar o fato de que, em diversos aspectos, os escritores-viajantes tenham se colocado de maneira análoga, ao passo que em tantos outros, eles tenham se posto em trincheiras divergentes?

Em vista dessa discussão, esperamos que a conexão entre o périplo amazônico de Euclides e o patagônico de Payró, realizados em condições climáticas tão antagônicas, se torne algo verossímil e palpável. Afinal, o que poderia aproximar San Juan de Salvamento, na Isla de los Estados – ilha argentina a Leste da Terra Fogo, no extremo Sul das Américas, por onde Payró passou em 1898, visitando um presídio militar – a Sobral, paragem seringueira e cabocla acreana, no meio da floresta úmida, onde Cunha esteve em junho de 1905 (PIZA, 2010, p. 162)? Que a presente pesquisa consiga superar os 5.077 quilômetros entre essas duas localidades⁸ e mostrar que juntar Cunha e Payró não é “viagem” ...

Antes de partirmos para a análise das obras de Euclides e Payró, convém fazer uma parada estratégica na discussão de duas questões metodológicas que impactam a presente pesquisa: o estudo de um tipo de fonte documental peculiar – os relatos de viagem – e o manuseio do procedimento analítico da História Comparada.

⁸ Tomamos o Farol de San Juan de Salvamento – sugestivamente conhecido como “farol do fim do mundo” – para a medição da distância entre a Isla de los Estados e Sobral. Dados extraídos do Google Earth. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-54.73238489,-63.85740558,9.07480091a,142.93190945d,35y,321.38343847h,0t,0r>>. Acesso em 11 ago. 2019

Em primeiro lugar, abordaremos as implicações metodológicas que os relatos de viagem trazem como documentos históricos, particularmente no que concerne aos diferentes tipos de relatos e à representação da alteridade que neles se opera. Ressaltaremos como a representação da diferença, aspecto sempre presente nos relatos de viagens, é um elemento muito relevante para o entendimento do arcabouço cultural e dos pontos de vista de um autor-viajante.

Em seguida, trataremos das potencialidades e cautelas que traz o recurso do comparativismo histórico. Explicitaremos, inicialmente, as razões pelas quais seguimos uma linha de História Comparada que sugere a comparação de objetos “comparáveis”, minimamente afins em termos históricos. Adiante, mostraremos como a História Comparada pode ser beneficiada pelas contribuições de correntes historiográficas que têm salientado a dimensão transnacional de fenômenos históricos, como a História Global.

1. Relatos de viagem entre a alteridade e a identidade

As viagens fascinam o imaginário humano, nas mais diferentes sociedades e épocas (GALVÃO, 2009, pp. 47-52; MYERS, 2011, p. 20). Como nota Walter Benjamin (1994, p. 198), no ensaio “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, figuras como marinheiros, além de comerciantes e artesãos itinerantes, viajantes por excelência, tradicionalmente ocuparam um posto de grandes contadores de histórias. Dominavam a arte da narração – a concatenação, a criação de tensão ou suspense, a captura da atenção dos ouvintes, a precisão na forma de concluir uma história, entre outros ardis do contar. Como lembra Benjamin, “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (*Ibidem*, p. 197).

Não é à toa que as proezas frequentemente relatadas nessas narrativas estejam atreladas às viagens. O traslado permite ao viajante o contato com a diferença, com o desconhecido: formas de organização social, etnias, manifestações culturais, idiomas, comidas, leis, objetos materiais, estruturas políticas e econômicas, relevos, climas e ambientes naturais diferentes daqueles aos quais se está habituado.

Quem viaja é permeado, inexoravelmente, por uma série de reflexões e infundáveis percepções sensoriais a respeito do lugar pelo qual se está viajando. Percepções, como indica Amílcar Torrão Filho (2016) – a partir do caso do britânico James Holman (1786-1857), ex-marinheiro e viajante cego –, que vão muito além da

visão. O odor, o tato, a audição e mesmo o paladar – através do contato com a alimentação local – são atizados pelo contato com o diferente que uma viagem proporciona.

Material farto, portanto, para os relatos dos viajantes quando do retorno ao lar. “‘Quem viaja tem muito que contar’, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe”, observa Benjamin⁹ (1994, p. 198). Há uma íntima e tradicional associação entre a narração de histórias e a experiência de viajar.

Mas, mesmo não se viajando, as geografias distantes suscitam o imaginário. Elas desempenham o papel de repositório de expectativas, estereótipos e fantasias de uma sociedade em relação a outras. É o caso das *Viagens de Jean de Mandeville* (FRANÇA, 2007, pp. 13-29), narrativa de viagem ficcional do século XIV – cuja alegada autoria é posta em xeque desde o século XIX, na medida em que se questiona a existência da figura do cavaleiro de Mandeville. Trata-se de “uma miscelânea inextricável de factos reais e de fabulosas invenções em que também descreve o paraíso terrestre” (TODOROV, 1991b, p. 232), como o lendário reino de Preste João, cuja localização imaginada ficava na Índia e outras projeções paradisíacas sobre a América (HOLLANDA, 1992).

Interligando as mais diferentes regiões do planeta, as viagens evidenciam a diversidade humana e mostram como as sociedades às quais um sujeito não pertence podem ser entendidas por ele sob o prisma da alteridade¹⁰, mesmo quando tal percepção

⁹ O ensaísta Sérgio Paulo Rouanet aponta as dinâmicas psicanalíticas que, de acordo com Sigmund Freud, a experiência da viagem pode disparar: “A angústia da viagem, associada ao *Wanderlust*, ao prazer de viajar, não é uma idiosincrasia pessoal de Freud. A ambivalência tem a ver com a característica essencial da viagem: deixar a casa paterna. É uma experiência assustadora, porque significa enfrentar perigos desconhecidos, e uma fonte de remorso, porque implica o desejo culpado de libertar-se de uma vida de família vivida como insatisfatória. E é uma sensação exaltante, eufórica, que Freud descreve melhor que ninguém: ‘quando vemos o mar pela primeira vez, quando atravessamos o oceano, e experimentamos como reais países e cidades que eram até então objetos de desejo (*Wunschdinge*), remotos e inatingíveis, sentimo-nos como heróis, que realizaram façanhas inconceivelmente grandiosas’” (ROUANET, 1993, p. 13, *itálicos do autor*).

¹⁰ No mundo contemporâneo, alguns autores, como o escritor estadunidense Andrew Solomon (2018), têm frisado, numa perspectiva multicultural, o potencial da experiência de viajar para o combate a preconceitos. O ato de viajar, nessa visão, estimularia a tolerância e a relativização da sociedade de origem do viajante como suposto padrão de civilização. Afirma Solomon: “viajar é um bom exercício tanto para ampliar horizontes como para determinar limites. Viajar reduz uma pessoa a sua essência descontextualizada. Você nunca se vê com tanta clareza como quando está imerso num lugar completamente estranho. (...) Viajar torna uma pessoa mais modesta; quem tem prestígio em casa pode parecer irrelevante ou ridículo no exterior. Não se pode confiar na veracidade das próprias opiniões num país em que os padrões são diferentes. Muitas vezes não se consegue entender por que uma coisa é engraçada ali; em outras, não se entende por que é considerada séria. Questionam-se os padrões de humor, de solenidade e até de moralidade. As paisagens familiares protegem do autoconhecimento porque a fronteira entre quem nós somos e onde estamos é porosa. Mas, em um lugar estranho, nós nos tornamos

pende para a fabulação. Isso se deve ao fato de que a própria ideia de viagem se funda numa descontinuidade espacial, que opõe o “aqui” – a identidade – ao “acolá” – a alteridade –, como sinaliza a historiadora Mary Anne Junqueira (2011, p. 48).

Dessa maneira, ao lidar com a diferença, todo relato de viagem, opera uma “retórica da alteridade” (HARTOG, 1999, pp. 229-271). Este conceito, formulado pelo historiador francês François Hartog – a partir das *Histórias* do grego Heródoto de Halicarnasso –, diz respeito à “tradução” – ou seja, a compreensão, a explicação e a representação – da realidade visitada por parte de um viajante. Hartog propõe que a retórica da alteridade assume uma dimensão relacional, dado que coloca a visão da diferença do outro em relação à identidade de si. Em outras palavras, a *alteridade* é entendida nos termos da *identidade* do narrador-viajante (*Ibidem*, p. 229).

A “retórica da alteridade” engloba tanto uma observação como uma reflexão sobre a diferença. A enunciação implica que o viajante organize as suas percepções sobre o lugar visitado de maneira a exprimi-las de maneira a explicar por que e como tal localidade se apresenta como uma alteridade.

Para tanto, há uma série de recursos discursivos – a *inversão*, a *comparação*, a *analogia*, a *nomeação*, a *classificação*, a *descrição pelas ausências*, os *juízos de valor*, entre outros – dos quais o viajante se vale para “traduzir” a realidade local visitada, em seus múltiplos aspectos. Recursos, esses, que ajudariam a atestar a alteridade que o autor identifica e atribui ao lugar ao qual viajou. Com isso, a narrativa de uma ou um viajante busca convencer seu público¹¹ de que se trata de um relato fiel e consistente:

A narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constitui o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel. Globalmente, produz, pois, um efeito de crença. Mas, mais precisamente, como engendra esse efeito? Como fazer crer? Antes de tudo, pela animação de figuras, pela atuação de procedimentos que reconhecemos que lhe pertencem, por sua manipulação cada vez que o narrador intervém na narrativa. A descrição, por exemplo, consiste bem em fazer ver e em fazer saber; mas, do ponto de vista da transcrição da alteridade, o que importa é a presença ou ausência de marcas fortes de enunciação. De fato, segundo ela se organize ou não em torno de um “eu vi” inicial, o efeito de estranheza que produz varia bastante. (*Ibidem*, p. 273)

mais plenamente evidentes: quem somos realmente é o que subsiste, no seu país e no estrangeiro” (SOLOMON, 2018, p. 30).

¹¹ Como afirma Mary Anne Junqueira: “todo relato pressupõe um leitor, mesmo que este venha a ser unicamente o escritor do relato. Esse é o caso dos diários pessoais, nos quais o viajante registra a sua experiência com o propósito de reter lembranças e recordação para momento posterior da vida; embora, outros leitores, que não o autor, possam vir a se interessar pelo texto. Os relatos de viagem podem ser lidos tanto para o deleite como para a instrução, inclusive nos dias atuais. Podem ser dirigidos para um público específico, como os que adotam o discurso científico, ou para um público mais amplo, como os romances e contos baseados em viagens ou os veiculados em jornais. É certo que o autor se esmerará para capturar a atenção do seu ‘público-alvo’” (JUNQUEIRA, 2011, pp. 48-49).

É preciso deixar claro o pressuposto de que um relato de viagem não proporciona um acesso direto à realidade social e ambiental do lugar visitado. Fornece uma mirada particular acerca desse local, a partir dos filtros culturais, científicos, políticos e artísticos do(a) autor(a) viajante. Considerando esse aspecto, o crítico literário Jan Borm

afirma que a representação está sempre presente nos textos de viagem, não importando a forma de que se revestem. Isso porque, segundo o autor, sempre há, por trás da confecção do texto, um “medidor de desejo”, um modelo a ser transformado, que informa a visão, que governa a ação e que alimenta o discurso. Dessa maneira, entende que o texto é o lugar por excelência da subjetividade, pois sempre há transformação e até manipulação de experiências na representação delas, citando, a título de exemplo, que o relato não traz a descrição “da Grécia”, mas a Grécia descrita é a “Grécia de alguém” (FRANCO, 2018, pp. 45-46).

Logo, os relatos de viagem são espaços por excelência da representação. Apesar disso, há que se ter a cautela de não se tomar o componente representacional dos relatos por uma pura subjetividade individual. A historiadora Stella Maris Scatena Franco critica tal confusão na análise de alguns estudiosos dos relatos de viagens.

Segundo Franco, “por vezes, parece que tratam a representação como sinônimo de ficcionalidade, apartando dela as práticas sociais, ao contrário da ênfase que se procura dar, mais comumente, no âmbito da produção historiográfica” (*Ibidem*, p. 45). O plano discursivo dos relatos, sustenta a autora, não poderia ser estudado como dissociado do plano factual deles – por exemplo, no que concerne a questões como: Quem foi o(a) viajante? Qual seu lugar social de enunciação? Com que objetivo viajou? Com que recursos materiais? Em que época viajou? Para que região? Qual o itinerário de sua viagem?

Essa observação metodológica está relacionada ao fato de que desde as últimas décadas do século XX, grande parcela dos pesquisadores de relatos de viagem é de críticos literários, especialmente no mundo anglo-saxão. É possível supor que esses tenham maior chance de incorrer na propensão de privilegiar a dimensão literária – quando não francamente ficcional – de um relato de viagem. Trata-se de um recorte de pesquisa riquíssimo, mas que eventualmente pode deixar em prejuízo a investigação dos aspectos sociais dos relatos de viagem.

Por outro lado, o prisma histórico contribui para a compreensão de tais questões nos escritos de viagem. Não se trata de negar ou ignorar seus aportes literários. Busca-se evidenciar que as representações traçadas pelos autores nos relatos não são

exclusivamente de matriz idiossincrática, uma vez que elas estão inseridas em contextos culturais, sociais e políticos ao longo da História. Tal é a concepção do historiador francês Roger Chartier de representação:

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições (CHARTIER, 1990, pp. 16-17).

Então, não só os relatos, como também as próprias representações que eles veiculam, são objetos históricos. Chartier sustenta que

o conceito de *representação* (...) possibilita articular, de acordo com a sociologia de Durkheim e Mauss, as representações coletivas e as formas de exibição da identidade social ou os signos do poder (o que Pascal chama de *montre* – “mostra”). (...) As representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram. É a partir da hipótese da “realidade de representação”, ou dito de outra forma, da força social das percepções do mundo social, que vários estudos foram desenvolvidos (...) (CHARTIER, 2011, pp. 26-27, *itálicos do autor*)

2. Viajar é preciso. Relatar, também.

Em suma, os relatos de viagem caracterizam-se, no que toca ao conteúdo, pela abordagem da questão da alteridade e pela elaboração de representações em relação a essa alteridade. No que diz respeito à forma, relatos de viagem são um gênero textual – se é que assim podem ser chamados ou se estariam inseridos sob a rubrica mais ampla da “literatura de registro” – de difícil definição e circunscrição a um gênero literário específico¹² (JUNQUEIRA, 2011, p. 48, pp. 54-57; FRANCO, 2011). Do diário íntimo descaradamente subjetivo ao relatório científico com pretensão objetiva, dos antigos cartões postais aos atualíssimos *posts* e vídeos em *blogs* e mídias sociais, os relatos de viagem podem assumir as mais diferentes formas.

Trata-se de um *corpus* documental amplo e flexível, que contempla, por exemplo, tanto os *travel books* – os cadernos e anotações de viagem em estado mais bruto – e o *travel writing* – a literatura de viagem propriamente dita, que implica uma

¹² Esta pesquisa operará com a seguinte definição de relato de viagem, da lavra da crítica literária argentina Beatriz Colombi: “narración en prosa en primera persona, en la que un narrador protagonista hace una puesta en discurso de una vivencia de desplazamiento, y cuyos componentes temáticos (movimiento en el espacio), enunciativos (coincidencia del sujeto de la enunciación y del enunciado) y retóricos (veracidad, objetividad, marcas de lo factual) guardan continuidad a lo largo del tiempo y de sus distintas manifestaciones” (COLOMBI, 2010, p. 292).

maior elaboração narrativa literária. Como afirma o crítico literário britânico Jonathan Raban, pode-se considerar os relatos de viagem como um “gênero híbrido” (BORM, 2004, p. 16). A escrita de viagem também apresenta fronteiras porosas entre o ficcional e o não-ficcional. Há uma acentuada permeabilidade entre os relatos de viagem e gêneros como a autobiografia e o romance¹³ (*Ibidem*, p. 17, p. 23).

São muitas as formas de relatos, em certa medida, porque são muitos os tipos de viagens, bem como seus objetivos e circunstâncias: viagens de pesquisa de campo, viagens turísticas, viagens de negócios, viagens de aventura, viagens de cobertura jornalística, viagens de intercâmbio acadêmico, viagens diplomáticas, viagens de exílio, viagens de retorno à terra natal, peregrinações e outras jornadas espirituais¹⁴.

São inúmeros os modos e formas de se narrar viagens porque são igualmente diversos os sujeitos viajantes. Sujeitos que carregam em suas malas distintas visões de mundo, objetivos, expectativas e concepções em relação aos destinos a que se dirigem. Distintas, também, são as relações que cada viajante estabelece com o lugar visitado, sua cultura e sua população (TODOROV, 1991a).

Em virtude dessa diversidade, a análise de um relato de viagem é indissociável da viagem realizada – seu destino, suas características, seus objetivos, sua duração, seu itinerário – e do perfil do viajante – sua bagagem cultural, lugar social, posicionamentos políticos e filiações intelectuais etc. Dessa forma, considerando a maleabilidade que o relato de viagem pode adquirir, é preciso assumir que, como sugere Jan Borm, “what

¹³ Os romances de viagem como *Coração das Trevas* (1902), de Joseph Conrad e *Moby Dick* (1851), de Herman Melville, também apresentam pontos de contato temáticos e estilísticos com os relatos de viagem, de maneira a aproximarem destes. A fluidez de tal fronteira ficou evidente em outra obra de Melville, *Taipei* (ZANGARI, 2014). Como aponta Junqueira sobre o autor estadunidense: “Parte da experiência do autor no mar está presente em seus romances, indicando a opacidade entre os limites da realidade e da ficção. Mas é com *Typee* que Melville leva essa característica às últimas consequências. Em 1839, ele embarcou num navio mercante rumo a Liverpool. Em 1841, serviu como ajudante no navio *Acushnet* rumo ao Pacífico. Nas Ilhas Marquesas, Melville abandonou o navio e passou três meses na região entre os índios Typee. Melville, para construir os seus romances, baseou-se também em farta leitura de literatura de viagem. Sua experiência, alicerçada nas leituras que fez, foi transformada em texto e publicada em 1844. O curioso é que *Typee* foi editado e lido primeiramente como relato de viagem e não como romance. Mais: hoje em dia, faz parte da estante infanto-juvenil não só nos Estados Unidos, mas em outros países” (JUNQUEIRA, 2011, pp. 58-59).

¹⁴ É interessante notar que em idiomas como o Inglês, existe uma significativa variedade vocabular no que se refere ao ato de viajar (“travel”, “journey”, “voyage”, “tour”, “trip”). Cada termo imprime particulariza o sentido da viagem, conforme sua duração, propósito e extensão. “O substantivo ‘travel’ é não contável e refere-se à atividade de viajar em geral. (...) ‘Trip’ e ‘journey’ referem-se a uma viagem específica. ‘Trip’ denota o deslocamento de um lugar a outro e também a estadia. (...) ‘Journey’ utiliza-se sobretudo na Grã-Bretanha e apenas denota o deslocamento de um lugar a outro. (...) Utilizam-se também outras palavras para designar uma viagem, entre elas ‘tour’ e ‘voyage’. ‘Tour’ é uma viagem organizada que se faz parando em diferentes lugares. (...) ‘Voyage’ é uma viagem longa, sobretudo por mar. (...) Utiliza-se também em sentido figurativo: uma viagem de descoberta pessoal a voyage of self-discovery” (OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Dicionário Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês português-inglês inglês-português**. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 290-291).

form of travel writing one will practise depends on what kind of writer one is or wants to be” (BORM, 2004, p. 25). Disso dependerão, também, as representações e a retórica da alteridade que o escritor empregará em seu relato de viagem.

Tendo já observado alguns aspectos decisivos para o estudo histórico dos relatos de viagem, passamos agora para a abordagem de questões relativas ao procedimento do comparativismo histórico.

3. Compreender é preciso. Comparar, também?

“(…) Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.

É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo em dois lugares!”

(Cecília Meireles, “Ou isto ou aquilo”, *Ou isto
ou aquilo*)

Comparar é um exercício de pensamento quase que inevitável no cotidiano e no senso comum¹⁵. Comparam-se preços, produtos, lugares, obras de arte, culturas, governos, economias, paisagens, épocas, pessoas e fases da vida. Comparar parece ser um ato intuitivo, fruto do imediato reconhecimento da óbvia singularidade de cada uma das coisas e seres que nos cercam.

Comparar também ajuda a perceber similaridades em meio às diferenças, revelando padrões onde então só eram percebidas peculiaridades. Propicia uma grade de leitura mais apurada do mundo. Comparar, ainda, pode desempenhar a função um estratagema argumentativo, por meio do qual poderíamos explicar por que um elemento – por exemplo, um time de futebol ou uma corrente política – seria superior a outro, indicando as virtudes do primeiro e os vícios do segundo.

Como a comparação pode ser tomada em função da compreensão histórica, para além dos juízos de valor e de seus usos mais superficiais? Essa indagação não é recente. Ela foi levantada no período Entreguerras, na primeira metade do século XX, em meio à

¹⁵ De acordo com o professor de Teoria da História José D’Assunção Barros, “[a]ntes de mais nada, consideraremos que ‘comparar’ é uma maneira bastante específica de propor e pensar as questões. Frequentemente nos deparamos com esta forma intuitiva de abordagem quando nos deparamos na vida cotidiana com situações novas, e neste caso a *comparação* nos ajuda a precisamente a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças. Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha” (BARROS, 2007, p. 10, *italico do autor*).

renovação então em curso nos estudos da História e à crítica intelectual aos nacionalismos que pavimentaram o caminho para a Grande Guerra (BARROS, 2007, p. 8).

A ambição de internacionalidade é central para a História Comparada. Essa vertente foi muito cara às proposições renovadoras dos *Annales*, uma vez que a História como disciplina se forjou no século XIX sob o primado do Estado-Nação, o que favoreceu o retraimento da disciplina ao âmbito político nacional e a promoção de historiadores a altos postos de instituições públicas de seus países. A consolidação da disciplina de História no Oitocentos também se deu sob primado de autores historicistas, que se guiavam pela ênfase na singularidade dos acontecimentos, o que desestimulava a tentativa de comparação entre processos históricos de diferentes países (BLOCH, 1928)¹⁶.

Diante dessa herança metodológica para os estudos históricos, a comparação possui um valor metodológico fulcral¹⁷. Para o historiador alemão Jürgen Kocka, a História Comparada ajuda a identificar questões e esclarecer perfis de casos singulares e a criar um clima menos provinciano à investigação (KOCKA, 2003, 2014; PIMENTA, 2008). Ela pode ser, por conseguinte, extremamente enriquecedora para a disciplina História como um todo.

A proposta do presente trabalho se alicerça nessa concepção e se alinha a uma sólida produção historiográfica brasileira recente na área de América Independente¹⁸. Como reconhece Maria Ligia Coelho Prado (2001), uma das maiores pesquisadoras brasileiras desse campo de pesquisa, por muitas décadas reinou um isolamento entre a pesquisa historiográfica sobre o Brasil e a concernente aos demais países latino-americanos. Esse distanciamento é evidentemente empobrecedor, em virtude de inescapáveis pontos de contato entre as trajetórias dessas nações (PRADO, 2005, p. 2). Em compensação, o contraste entre as Histórias da América Hispânica e do Brasil

¹⁶ Como lembra o historiador britânico Edward Palmer Thompson, “cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos amplamente separados no tempo e no espaço revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo” (THOMPSON, 1978, pp. 97-98).

¹⁷ Segundo o historiador polonês Witold Kula, “nenhum trabalho científico por mais monográfico que seja, pode dispensar totalmente o método comparativo, pois é impossível a introdução de novos elementos num terreno qualquer do conhecimento sem compará-los com os já conhecidos” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 410).

¹⁸ Diversos bons trabalhos centrados na comparação história entre o Brasil e países hispano-americanos foram feitos nas duas últimas décadas. Entre eles, podemos citar os de José Luis Bendicho Beired (1999), Maria Helena Rolim Capelato (1998), Gabriela Pellegrino Soares (2002), Mariana Martins Villaça (2004) e Marco A. Pamplona (2003), além de próprios textos de Maria Ligia Prado (1999), como “Natureza e identidade nacional nas Américas”, no livro *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos* (1999).

descortina uma série de diferenças que saltam aos olhos de profissionais da História. Basta confrontar, por exemplo, os processos de Independência, consolidação do Estado Nacional, Proclamação da República e Abolição da Escravatura nas duas regiões no século XIX, que assumiram feições bem discrepantes.

4. Comparar é preciso. Como comparar?

Marc Bloch (1886-1944), fundador dos *Annales*, foi ele mesmo um praticante da História Comparada. Em *Os Reis Taumaturgos*, de 1924, ele estudou o fenômeno da atribuição de caráter sobrenatural ao poder régio durante a Idade Média, nos territórios que hoje correspondem à França e à Inglaterra. Bloch (1928) discutiu em uma seminal conferência – “Pour une histoire comparée des sociétés européennes” – as potencialidades do comparativismo histórico bem como os cuidados metodológicos requeridos por esse procedimento investigativo.

Para o autor francês, os estudos históricos comparativos operam dois tipos de comparação entre distintas sociedades. No primeiro, elegem-se duas sociedades distantes no tempo e/ou no espaço, com alguns traços análogos, traços que não são explicados por influência mútua ou por uma causa em comum¹⁹. Na segunda modalidade, cotejam-se sociedades relativamente próximas no tempo e no espaço, entre as quais pode haver influências mútuas e nas quais podem se verificar a ação de causas em comum²⁰. A primeira linha de comparação é considerada por Bloch como de mais complexa operacionalização, ao passo que a segunda é vista como mais congruente e fértil para a reflexão histórica.

Dado que o comparativismo histórico sempre envolve uma construção de um conjunto de elementos comparáveis, ponderamos que é preciso escolher com rigor os objetos a serem cotejados, a fim de se fazer uma discussão profunda de determinadas questões históricas²¹. Dessa maneira, vamos trabalhar aqui com o segundo tipo de comparação apresentado por Bloch.

¹⁹ “On choisit des sociétés séparées dans le temps et l’espace par des distances telles que les analogies, observées de part et d’autre, entre tel ou tel phénomène, ne peuvent, de toute évidence, s’expliquer ni par des influences mutuelles, ni par aucune communauté d’origine” (BLOCH, 1928, p. 17).

²⁰ “Étudier parallèlement des sociétés à la fois voisines et contemporaines, sans cesse influencées les unes par les autres, soumises dans leur développement, en raison précisément de leur proximité et de leur synchronisme, à l’action des mêmes grandes causes, et remontant, partiellement du moins, à une origine commune” (BLOCH, 1928, p. 19).

²¹ Deve-se ter em mente que para muitos estudiosos da área, a História Comparada não constitui um campo historiográfico nem um método próprio de pesquisa. Existiriam, apenas algumas balizas ou

Traremos à baila duas nações vizinhas, em um mesmo período, a *Belle Époque*. Como trataremos no **Capítulo 1**, relacionaremos nosso objeto, duas “viagens intelectuais” para regiões distantes das capitais nacionais a elementos que julgamos comuns a ambos os países: o contexto capitalista e disputa territorial no bojo da “Era dos Impérios” (1875-1914), bem como uma posição privilegiada de Brasil e Argentina dentro das relações internacionais sul-americanas.

Dessa sorte, tentamos acompanhar a recomendação de Bloch de comparar objetos “comparáveis”²² e vemos com cautela as propostas do helenista belga Marcel Detienne de “comparar o incomparável” (DETIENNE, 2004). Essa perspectiva advoga o estabelecimento de um diálogo entre temporalidades distintas acerca do mesmo tema – por exemplo, o estudo da escravidão na África na Idade Média, na América na Idade Moderna e na Ásia e na Europa na Antiguidade.

Não adotamos essa linha de comparação neste trabalho por duas razões. Primeiramente, consideramos grande a possibilidade de anacronismo²³ e etnocentrismo ao transitar entre estruturas sociais e períodos históricos tão distintos. Em segundo lugar, pensamos que ao se cotejar elementos assaz díspares, depara-se com o risco de a comparação redundar numa mera justaposição de dois objetos, sem relacioná-los. O levantamento de diferenças e semelhanças entre os elementos estudados seria apenas descritivo, não sendo presidido por um seletivo e substantivo elenco de problemas históricos subjacentes. Fazê-lo seria incorrer no paradigma da História *événementielle*

orientações, que inspirariam o trabalho dessa vertente da pesquisa em História. Por exemplo, o historiador francês Raymond Grew “é um entusiasta da história comparada, e entende que o ‘chamado à comparação’ permanece aberto para a quantificação, para a construção **de modelos, para teorizações e para aproximações entre sociedades diversas e entre períodos históricos. Porém, afirma ele, não há propriamente um método comparativo.** Embora Bloch tenha sempre se referido a um método comparativo, Grew entende que o historiador francês propunha mais um modo de pensar do que um método; o uso da comparação era uma maneira de alcançar diferentes perspectivas no campo da pesquisa. **Constitui-se em modelo que prescinde da elaboração de estruturas formais e que se apresenta mais como uma forma de pensar o objeto do que como uma metodologia**” (PRADO, 2005, p. 19, *grifos nossos*).

²² “O primeiro perigo que ameaça o pesquisador que aplica o método comparativo é o de cometer anacronismos, ao confundir analogias superficiais com similitudes profundas, sobretudo em se tratando de sociedades estruturalmente bem diversas, ou muito afastadas no tempo” (CARDOSO; PÉREZ BRIGNOLI, 1983, p. 413).

²³ Os historiadores Étienne Anheim e Benoît Grévin avaliam que a proposta comparativista de Detienne incorre em anacronismo. Eles consideram que a comparação de sociedades muito distantes entre si no tempo e no espaço pode não ser tão incongruente para o estudo das mitologias, das religiosidades e dos “gestos de fundação” (DETIENNE, 2004, p. 50), objeto de pesquisa do helenista belga, numa abordagem que quase se confunde com a antropológica. Trata-se, então, de uma abordagem metodológica que relega a dimensão diacrônica da temporalidade – fulcral para qualquer trabalho de História – a um segundo plano. Para objetos de pesquisa distintos dos de Detienne, em áreas como a economia, a política e a organização social, a “comparação de incomparáveis” não conseguiria fazer tanto sentido, em razão de uma franca heterogeneidade entre sociedades que tenham poucos elementos em comum ou que estejam inseridas em contextos históricos díspares (ANHEIM; GRÉVIN, 2002, p. 127).

que predominou em boa parte do século XIX. Minora-se, pois, a possibilidade de a História Comparada trazer discussões mais profundas.

Em contraponto, também consideramos arriscados os usos da comparação, em Ciências Sociais e em História, para a aplicação de tipos ideais ou modelos explicativos generalizantes²⁴ sobre macrofenômenos através do mundo. Tal é o caso dos trabalhos de dois estudiosos estadunidenses do século XX: o do economista Walt Whitman Rostow, *The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto*, de 1960 e o do sociólogo Barrington Moore Jr., *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*, de 1966²⁵.

Acompanhamos as recomendações de Maria Ligia Prado, que identifica a existência de “diferenças epistemológicas entre o trabalho do historiador e o dos cientistas sociais. O historiador não está à procura de generalizações e não constrói suas análises a partir de modelos elaborados a priori” (PRADO, 2005, pp. 22-23).

Destarte, reconhecemos o caráter algo “comedido” da linha de História Comparada que inspira esta pesquisa²⁶. Tanto em relação a construtos interpretativos mais generalizantes como em relação a algumas propostas metodológicas comparativistas contemporâneas, vide a sustentada por Detienne, que julgamos um pouco arriscada.

Não obstante, diversas abordagens historiográficas mais recentes têm firmado outras formas de realizar investigações que tomem como objeto dois ou mais países. Entre tais abordagens estão a História Global, a História Transnacional e as Histórias Conectadas. Os adeptos e teóricos dessas correntes têm criticado o caráter limitado da História Comparada, apontando que ela ainda ficaria muito presa aos perímetros do Estado-Nação. Vemos essas colocações como extremamente valiosas e procuraremos

²⁴ A crítica às hierarquizações culturais e sociais entre países foi fortalecida, no âmbito acadêmico, com as obras do antropólogo Clifford Geertz, sobretudo com seu *A Interpretação das Culturas*, de 1973. Dessa forma, tem se fortalecido uma concepção que, “mais do que recusar o etnocentrismo, desconfia de todo tipo de comparação que possa significar alguma hierarquização entre culturas” (VAINFAS, 2002, p. 122).

²⁵ A ambição generalizante desses estudos nas Humanidades não esteve restrita aos países anglófonos. Nos mesmos anos 1960, floresceu uma linha de estudos sociais, históricos e econômicos com pretensão similar: a vertente que trabalhava com a ideia de “Teoria da Dependência” para compreensão social, histórica e econômica da América Latina. Entre seus principais estudiosos, estiveram os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos Júnior, Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Falleto.

²⁶ Também medievalista e ligado à chamada “Terceira Geração” dos *Annales*, que se estabeleceu em fins da década de 1960, Jacques Le Goff considera que “a bem dizer, o comparatismo de Marc Bloch é essencialmente um pouco tímido, parece-me; isso porque ele não dispunha de teorias e de métodos que lhe permitissem ir mais longe sem abandonar as regras de prudência e as exigências de historicidade necessárias à reflexão histórica” (LE GOFF, 1993, p. 33)

considerá-las em nosso trabalho. Porém, avaliamos que elas não são totalmente incompatíveis com o exercício do comparativismo histórico.

5. Histórias Comparadas ou Conectadas? Ou Globalizadas? – um falso dilema

Uma das propostas alternativas em relação à História Comparada foi feita pelo historiador francês de Michel Espagne, que, junto com Michael Werner na década de 1980, forjou o conceito de transferências culturais (BEIRED, 2009, pp. 94-95). Na mesma toada, o francês Serge Gruzinski (2001) e o indiano Sanjay Subrahmanyam (2017) buscaram – respectivamente, por meio das ideias de Histórias Misturadas e de Histórias Conectadas –, enfatizar as interações entre diferentes partes do Globo, indo além da já tradicional perspectiva histórica nacional²⁷.

Contudo, como José Luis Beired bem observa, as valiosas contribuições dessas novas propostas historiográficas não são imiscíveis com a História Comparada²⁸:

em que pese a pretensão destes autores em superar os limites da história comparada, considera-se aqui que no fundo não existe contradição desta com a ênfase nas conexões, mas antes complementaridade entre ambas as abordagens em vista da crítica comum ao eurocentrismo, ao dualismo e ao ponto de vista estritamente nacional (BEIRED, 2009, pp. 94-95).

Por mais que consideremos válidas essas contribuições críticas à História Comparada, acreditamos que o método comparativo é pertinente ao objeto de estudo desta pesquisa²⁹. Advogando pela compatibilidade entre essas novas abordagens de uma

²⁷ Também podem ser citadas as “‘Histórias entrelaçadas’ [*que*] tornou-se uma frase chave, por exemplo, defendida pelo sociólogo-etnólogo Shalini Randeria. Outra variação desse tipo de abordagem tem sido chamada ‘histoire croisée’, tal como uma histoire croisée (história cruzada) entre Alemanha e França no século XIX como propagado por Michael Werner, Bénédicte Zimmermann e Sandrine Kott” (KOCKA, 2014, p. 283).

²⁸ Opinião semelhante é manifestada por Kocka, que pondera que “o novo interesse nos entrelaçamentos transnacionais é bem-vindo e promissor. No entanto, tal interesse não deve se distanciar, mas deve incorporar rigorosas comparações, as quais continuam particularmente indispensáveis para os estudos históricos, com alcance global, se não quiserem tornar-se meramente especulativos ou folhetinescos. Mas os historiadores comparativos deveriam reagir às antigas advertências e aos novos desafios de uma forma produtiva. (...) Certamente, o ato de comparação pressupõe a separação analítica dos casos para serem comparados. Mas isso não significa ignorar ou negligenciar as interpelações [*sic.*] entre esses casos (se e na medida em que eles existiram). Pelo contrário, tais interpelações [*sic.*] deveriam tornar-se parte do quadro comparativo, analisando-os como fatores que levaram a similaridades ou diferenças, convergências ou diferenças entre os casos comparados” (KOCKA, 2014, pp. 283-284).

²⁹ Estamos em acordo com a observação de José Luis Beired, segundo a qual cada investigação histórica comparativa deve lidar com uma série de escolhas em relação à delimitação de seu objeto de pesquisa (BEIRED, 2009, p. 94). Em relação ao presente trabalho, consideramos, por exemplo, que o estudo de mais um relato de viagem para uma região sul-americana que estava em processo de apropriação e integração territorial – quer por conflitos externos, como Antofagasta na década de 1880, quer por conflitos internos, como a Araucanía nos anos 1880 e 1890, ambas as regiões no Chile – tornaria a pesquisa histórica demasiado trabalhosa e extensa para um estudo no âmbito do Mestrado. Tratando-se de

História Transnacional e a História Comparada, procuraremos incorporar à investigação elementos que permitam um diálogo dos casos patagônico e amazônico com fenômenos políticos, econômicos e sociais em outras áreas do planeta no período em questão, conforme preconizam alguns estudiosos na seara da História Global³⁰ (PRADO, 2005, p. 30).

De tal sorte, também nos inspiram as observações do crítico literário estadunidense Christopher L. Hill. Seu trabalho *National History and the World of Nations* (HILL, 2008) é um estudo de História Global no qual compara obras de história nacional escritas no tardio século XIX no Japão, na França e nos Estados Unidos da América e as relaciona com as articulações entre a construção e atuação dos Estados nacionais e o desenvolvimento do Capitalismo e do Imperialismo. A obra pode ser considerada um testemunho daquilo que observa o historiador Sebastian Conrad: uma investigação histórica não precisa ter uma cobertura planetária para trazer contribuições para a História Global³¹.

uma terceira fonte documental, referente a um terceiro país, a pesquisa perderia profundidade na análise de cada um dos casos estudados. As relações entre as distintas fontes sob escrutínio também tenderiam a serem trabalhadas de maneira mais superficial, comprometendo a contribuição acadêmica da pesquisa. Isto posto, encorajamos a realização de pesquisas que objetivem comparar os escritos de Euclides da Cunha e Roberto Payró com outros relatos de viagem para regiões sob processo de ocupação territorial na América Latina da virada do século XIX para o XX.

³⁰ Em *What is Global History?*, Sebastian Conrad, uma das maiores referências atuais em História Global, ressalta a proximidade entre a História Comparada e a História Global (CONRAD, 2016). O historiador da Universidade Livre de Berlim crê que não se deve exagerar a distinção entre correntes como as Histórias Conectadas e a História Global: “Numerous other approaches — ranging from comparative and transnational history to world and big history, to postcolonial studies and the history of globalization — currently compete for scholarly attention. Just like global history, they endeavour to come to terms with the connectivities of the past. Each of these different paradigms comes with an emphasis of its own, and we will take up some of the most prominent variants in chapter 3. However, one should not exaggerate the distinctions between them; there are also many commonalities and areas of overlap. In fact, it has proven difficult to define rigidly what makes global history specific and unique” (*Ibidem*, pp. 5-6).

³¹ Sebastian Conrad afirma, a esse respeito, que “[i]n much the same way, other historians have explicitly situated particular cases in their global contexts. They seek to explain ‘the contingencies and ground-level processes of human activity with[in] the structures that are at once the products and the conditions of that activity’. In this reading, the global becomes the ultimate frame of reference for any understanding of the past” (CONRAD, 2016, p. 10). Por sua vez, historiador indiano Sanjay Subrahmanyam postula, a respeito da História Global, que “é importante, desde o princípio, desconsiderar a ideia de que se trata majoritariamente de uma área em que a síntese sempre prevalece em vez de uma pesquisa que utiliza arquivos ou obras originais. Isso significa que é impossível escrever uma história global a partir do nada ou — como alguns chegaram a propor — adotando uma perspectiva ‘extraterrestre’. Como qualquer historiador, continuo atraído por lugares e espaços definidos, e meu conhecimento é o produto direto da formação em leitura de obras, arquivos, imagens” (SUBRAHMANYAN, 2017, p. 236).

6. Há mais coisas entre a semelhança e a diferença do que supõe a História Comparada?

Acreditamos que ao se fazer História Comparada, além de se tomar nota de contextos globais mais amplos, também é acertada a orientação pela busca um equilíbrio entre as tendências de aproximação e de distanciamento entre os objetos comparados. Como consequência, há de se evitar o risco de se querer atestar que entre os casos sob estudo, as diferenças sobrepujariam as semelhanças ou vice-versa, sob pena de reducionismo ou esquematismo interpretativo. Tal é a observação de John H. Elliott, grande historiador inglês das Colonizações da Idade Moderna, em obra que compara as atuações metropolitanas da Espanha e da Inglaterra na América:

Comparative history is – or should be – concerned with similarities as well as differences, and a comparison of the history and culture of large and complicated political organisms that culminates in a series of sharp dichotomies is unlikely to do justice to the complexities of the past. By the same token, an insistence on similarity at the expense of difference is liable to be equally reductionist, since it tends to conceal diversity beneath a factitious unity (ELLIOTT, 2006, p. XVI).

Buscaremos ter cautela em relação às categorias de “semelhança” e de “diferença”. Mais do que elencar em que aspectos os fenômenos abordados por Payró e Euclides e as propostas políticas dos autores convergem ou divergem, tentaremos ver de que maneira elementos em comum nos dois casos aparecem e se manifestam de maneira distinta. Isto é, procuraremos levantar hipóteses explicativas sobre como as particularidades aparecem em cada caso, seja sob a forma de oposição mais marcada, seja de diferença mais sutil, de ênfase.

Por exemplo, tanto Payró quanto Cunha propugnaram uma ação estratégica do Estado para o estabelecimento de uma infraestrutura básica a integração territorial na Patagônia e na Amazônia. Todavia, por que o primeiro autor defendia que a intervenção estatal no extremo sul argentino seja mais limitada – denotando uma maior confiança no setor privado –, ao passo que o segundo escritor confere maior protagonismo ao poder público?

Também intentaremos compreender de que forma as diferenças mais salientes em relação às visões de Euclides e de Payró sobre as regiões podem estar atreladas a questões em comum. A título de exemplo, Payró é um entusiasta da imigração europeia como meio de ocupação territorial e adensamento demográfico para a Patagônia. Euclides, por seu turno, sequer cogita essa hipótese, no que tange à Amazônia.

Objetivaremos discutir como esses posicionamentos distintos dialogaram com o pensamento ligado à identidade racial, étnica e nacional, tema caríssimo ao Brasil e à Argentina do século XIX.

7. Roteiro da dissertação

Feita essa série de observações em relação ao trato documental dos relatos de viagens e o manejo da História Comparada, dois pilares metodológicos de nossa pesquisa, vejamos a estrutura que esta dissertação seguirá.

Cada capítulo procurará articular os relatos de Roberto Jorge Payró e Euclides da Cunha, abraçando as particularidades dos dois intelectuais sob estudo e a relação entre ambos. O conjunto de capítulos está dividido em duas seções.

A **Parte I** destrinchará o contexto histórico em que Payró e Euclides viajaram à Patagônia e à Amazônia e analisaram aspectos naturais, sociais, políticos e econômicos das regiões. Nessa primeira parte, estarão abarcados os **Capítulos 1 e 2**.

No **primeiro**, serão examinados os elementos históricos que alicerçam nossa proposta comparativa entre os relatos de viagem de Payró e Euclides. Entre eles, o fato de ambos os relatos possuírem um forte veio ensaístico e de ambas as viagens haverem tido como destino regiões afastadas das capitais nacionais, regiões que passavam por um processo de ocupação e integração territorial.

Em seguida, no **Capítulo 2**, entraremos na comparação das representações pelas quais os dois autores retratam as regiões visitadas. Nesse capítulo, serão comparados os seguintes aspectos no que concerne aos escritos de Cunha e Payró investigados: os diferentes estilos e formatos textuais usados e as implicações disso para a representação da Amazônia e da Patagônia em cada um dos autores; a caracterização do ambiente e das populações locais; a identificação dos potenciais econômicos e territoriais das duas regiões; e a avaliação das ações governamentais em relação a esses espaços geográficos. Essa parte da dissertação jogará luz sobre os diagnósticos dos dois viajantes sobre os espaços que conheceram nos extremos de seus países.

Uma vez expostos esses diagnósticos, a **Parte II** levantará e comparará os receituários políticos, econômicos e sociais que Cunha e Payró sustentaram para a Amazônia e a Patagônia. Nessa seção do trabalho, dedicaremos o **Capítulo 3** exclusivamente ao viajante argentino e à Patagônia; o **Capítulo 4**, ao ensaísta brasileiro e a Amazônia. Cada capítulo se debruçará sobre as teses do autor analisado e as

principais questões que o viajante pretendeu enfrentar. Os capítulos também discutirão o modo com que as obras de viagem de Payró e Euclides foram lidas e apropriadas pelos círculos intelectuais argentino e brasileiro.

Observe-se que a separação entre os dois capítulos tem por intuito a possibilidade de aprofundamento e investigação sobre os dois escritores. Não significa uma desarticulação entre eles, pois a seção seguinte tratará de relacioná-los e cotejá-los. Mais especificamente, o **Capítulo 5** averiguará as razões para as dissonâncias dos modelos de Euclides e Payró para desenvolver e povoar a Amazônia e a Patagônia. Por meio dessa investigação, debateremos as diferenças entre algumas importantes tradições intelectuais da Argentina e do Brasil do entresséculos. Também refletiremos sobre os meios pelos quais ambos os autores pensavam diferentes posições para as regiões que visitaram. Se Cunha ansiava por uma Amazônia indissolúvelmente amarrada à soberania do Brasil, Payró se embevecia por uma Patagônia pouco argentina, mas intimamente interligada com a Europa e o Império Britânico.

Nas **Considerações finais**, destacaremos o papel que a jornada à Amazônia e excursão à Patagônia tiveram para a atuação política e intelectual de Euclides e Payró. Concluiremos, a partir do que terá sido demonstrado nos outros capítulos, que escrever sobre viagens foi um recurso imprescindível para os dois se posicionarem como agentes políticos e tomarem partido nos debates dos letrados de seus países.

Por fim, o **Epílogo** tratará da relação entre as representações e propostas dos dois viajantes e as questões candentes da atualidade da Patagônia e da Amazônia. No caso do Norte brasileiro, o tema socioambiental; no caso argentino, os projetos meridionais de desenvolvimento e expansão territorial rumo às Malvinas e à Antártica.

Preâmbulo da Parte I

Um homem foi bater à porta do rei e disse-lhe, Dá-me um barco.

(...) O assombro deixou o rei a tal ponto desconcertado, que a mulher da limpeza se apressou a chegar-lhe uma cadeira de palhinha

(...) E tu para que queres um barco, pode-se saber, foi o que o rei de facto perguntou quando finalmente se deu por instalado (...) Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem, Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se tivesse na sua frente um louco varrido (...) A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Quem foi que te disse, rei, que já não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida, A quem ouviste tu falar dela, perguntou o rei, agora mais sério, A ninguém, Nesse caso, por que teimas em dizer que ela existe, Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida.

(José Saramago, *Conto da Ilha Desconhecida*)

O que pode unir regiões tão dessemelhantes como a Amazônia e a Patagônia, o extremo setentrional e o extremo meridional da América do Sul? A princípio, parece que nada de mais diferente poderia haver entre esses ambientes e climas tão contrastantes. Um que remete à chuva tórrida, aos rios caudalosos e à mata densa, outro que evoca a neve, as geleiras e a vegetação rasteira. Não será contraintuitivo tentar aproximar os dois espaços geográficos, dadas as suas particularidades ambientais e sociais, o calor de um e o frio de outro? Será que não dá resfriado?

A despeito do choque térmico, acreditamos ser possível promover um estreitamento entre essas duas regiões, mediante o cotejamento dos relatos de viagem que investigaremos neste estudo, um para o Norte brasileiro, outro para o Sul argentino.

Textos que guardam, entre si, inúmeras semelhanças, no que tange ao tipo documental, ao perfil de seus autores, ao contexto histórico em que foram escritas e aos problemas que abordam, como observaremos no **Capítulo 1**. Fontes que, embora manifestem diferentes estilos literários, convergem em uma série de diagnósticos sobre as áreas visitadas.

Assim, o elo entre lugares tão diversos e distantes tem como pilares, nesta dissertação, significativas zonas de proximidade entre os escritos amazônicos de Euclides da Cunha e as crônicas patagônicas de Roberto Payró, bem como suas conjunturas. Julgamos que a construção dessa ponte se encontra minimamente bem abalizada.

Capítulo 1

Euclides e Payró: “viajantes intelectuais” modernos com distintos destinos distantes e um horizonte em comum

Na cidade transfigurada do século XIX, as estações e linhas ferroviárias, os amplos mercados e novas avenidas, os jardins botânicos, o palácio de cristal em todas as suas réplicas foram alguns dos princípios dessa procura [*pelo sublime*]. Estamos aí no território privilegiado do ‘infinito artificial’ de que falava [Edmund] Burke. Mas a essas formas tipicamente urbanas, fundadas nos artifícios inovadores de técnicas arquitetônicas, haveria que articular os espaços sombrios ainda não completamente subjugados aos imperativos da civilização. Selvas e desertos, colônias longínquas e fronteiras por dividir: era preciso mapear a contento todas aquelas vastidões. Assim é que viajantes, exploradores, clérigos e militares vasculham o desconhecido, melhor, o semidesconhecido, deixando ali suas marcas e construindo, ao mesmo tempo, todo um arsenal de imagens da barbárie.

(Francisco Foot Hardman, *Trem fantasma*, p. 119)

Neste capítulo, estudaremos os elementos que possibilitam um cotejamento entre as duas fontes, que as tornam objetos passíveis de serem comparados. Em outras palavras, detalharemos as bases históricas – sejam referentes aos autores, sejam concernentes a circunstâncias geopolíticas, econômicas, políticas, sociais e culturais – que alicerçam o estudo comparativo que será realizado.

Primeiramente, analisaremos como, em suas trajetórias, Euclides e Payró desempenharam um papel específico de viajante, o de “viajante intelectual”³², figura

³² Vale lembrar que na Europa, entre as décadas de 1880 e 1900, despontou e se consolidou a figura do “intelectual público”, que ganhou especial relevância com o Caso Dreyfus, na França (CHARLE, 1990; WINOCK, 2000). Também na América Hispânica se assistiu a processo semelhante (RAMA, 1989), sobretudo, na sua maior metrópole de então, Buenos Aires. No Brasil, em meio à expansão e diversificação editorial da imprensa carioca, houve um crescente engajamento político de literatos e jornalistas, que pretendiam cumprir o papel de “escritores-cidadãos”, nas palavras de Nicolau Sevcenko (2003, p. 31). Como descreve o historiador: “No Brasil, esses intelectuais postavam-se como os lumes, ‘os representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época’, a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país. (...) Obrigados a voltar-se para si mesmos, para o seu território e

bastante prestigiada em fins do século XIX e no início do XX na América Latina. Com efeito, ambos se diferenciaram de outras figurações de viajante, como a do turista, a do naturalista e a do militar. Apesar da particularidade estilística dos relatos de viagem de cada um dos autores³³ – haja vista o claro contraste entre o formato de crônica usado por Payró e o relatório científico e burocrático que Cunha redigiu para o Itamaraty –, há uma disposição investigativa e reflexiva em comum às duas fontes. Tal análise será útil para se compreender como os relatos desses dois autores apresentam uma dimensão ensaística e como nossos viajantes concebiam os objetivos das viagens em que embarcaram.

Em segundo lugar, sendo Cunha e Payró “viajantes ensaístas”, identificaremos um relevante traço intelectual em comum aos autores: a proximidade com o pensamento social evolucionista, cientificista e modernizante. Bagagem teórica que, como estudaremos nos próximos capítulos, foi mobilizada nas representações, análises e propostas que os autores fizeram para a Amazônia e a Patagônia.

Por último, discutiremos a conjuntura em que essas viagens a duas regiões recém incorporadas dos territórios nacionais brasileiro e argentino se inseriram. Veremos como o processo de expansão geográfica na esteira da economia mundializada da época da Segunda Revolução Industrial afetou países como o Brasil e a Argentina, que se viram impelidos a melhor conhecer, explorar e modernizar seus rincões, bem como garantir a posse territorial deles.

Tratava-se de um movimento não só relacionado à dinâmica global do Capitalismo moderno, como também de uma jogada estratégica no xadrez das disputas fronteiriças na América do Sul – caso tanto da Amazônia, no Acre, como da Patagônia, na fronteira com o Chile. Tendo esse cenário em mente, é possível aproximar as áreas tão díspares como a Amazônia e a Patagônia, na justa medida em que ambas enfrentavam um rol similar de dinâmicas e dilemas³⁴.

sua própria gente, na necessidade crua de garantir a sua sobrevivência, todos os grupos intelectuais patenteavam a urgência e a conveniência de prover um saber eficaz sobre a realidade da nação” (SEVCENKO, 2003, p. 102, p. 136).

³³ As particularidades de cada relato de viagem são especialmente ressaltadas em razão da maleabilidade e do hibridismo inerentes a esse tipo textual, conforme já discutido na **Introdução**.

³⁴ Também seria possível comparar *La Australia argentina* de Payró com *Os Sertões* de Euclides. Optamos por escolher os textos amazônicos de Cunha como obra a ser cotejada com o livro do jornalista do *La Nación* por uma série de analogias que não se podem estabelecer com os escritos sobre Canudos. Em primeiro lugar, pelo fato de tanto a Patagônia como a Amazônia se encontrarem nas extremidades de seus países, ao Sul e ao Norte. Em segundo, pelo fato de essas duas regiões serem de incorporação territorial recente. Diferentemente do Semiárido do atual Nordeste, ocupado por portugueses desde o século XVI, o Acre era uma região de novíssima integração ao território brasileiro. Fora incorporado pelo

Destarte, sustentamos que, malgrado tivessem como destino regiões extremamente diferentes entre si, Euclides e Payró partilharam um horizonte em comum, por viajarem pelos confins de suas nações e carregarem um arsenal de problemas, ideias e concepções de viagem semelhantes.

1.1 Euclides e Payró, profissão: viajante, “viajante intelectual”

“Cartas, telegramas, memorandos, relatórios, diários de bordo... Viajar era de certa forma escrever.”

(Roberto Ventura, 2003, p. 241)

Um ponto comum entre os perfis de Cunha e Payró é o fato de ambos os autores não terem sido marinheiros de primeira viagem antes de partirem à Amazônia e à Patagônia, respectivamente. Pelo contrário, podem ser considerados, até certo ponto, como “viajantes profissionais”, uma vez que suas viagens e os textos a partir delas produzidos foram centrais em suas carreiras jornalísticas e intelectuais³⁵. Começamos com o caso do argentino.

Payró exemplifica bem a ascendente figura do jornalista profissional na Buenos Aires finissecular³⁶. Com uma pujante urbanização e o surgimento de uma nova cultura

Brasil com o Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903, apenas um ano antes da partida de Euclides à Amazônia. Da mesma forma, quando Payró rumou à Patagônia, em 1898, não fazia nem vinte anos que esse espaço fora conquistado pelo Estado argentino. Em terceiro lugar, pelo fato de tanto o Acre como a Patagônia estarem em evidência em função de litígios fronteiriços. *Os Sertões* se presta melhor à comparação quando posto junto à mesa de outro livro de viagem de Payró, *En las tierras de Inti*, de 1899, obra que versa sobre regiões do Noroeste da Argentina, como Catamarca e Tucumán (PAYRÓ, 1960). Essa porção da Argentina, por seu clima seco e por um cenário de penúria econômica, apresenta uma série de similaridades com o sertão baiano que visitou Euclides. Encorajamos quem se aventure por uma pesquisa que se proponha a essa interessante comparação.

³⁵ Diversos estudos sobre a figura do intelectual e sua atividade têm sido empreendidos desde o século passado. No âmbito acadêmico francês, duas correntes se destacam. Uma delas é a do sociólogo Pierre Bourdieu (1968), que considera o intelectual “um ser socialmente determinado em função de sua classe, ocupação, ideologia e posição no campo intelectual. (...) Privados de poder econômico e político, eles se servem e se apóiam num capital simbólico que podem pôr a serviço seja dos dominantes, como especialistas, seja dos dominados, enquanto críticos” (BEIRED, 2009, p. 89). Dessa forma, para Bourdieu, o intelectual atua em um campo, isto é, um “universo social autônomo que funciona segundo suas próprias regras, regulado por estratégias específicas de legitimação e de consagração, e que mantém uma relação complexa e dinâmica com o campo do poder” (*Ibidem, idem*). Em contraste, outra vertente, encabeçada por autores como Michel Winock e Jean-François Sirinelli, analisa o intelectual como “um sujeito relativamente livre, cujas origens sociais, trajetória, posição numa época, esclarecem as razões do seu engajamento, sem sobredeterminá-lo” (*Ibidem, idem*).

³⁶ Na década de 1900, Payró militou pela criação da Sociedad de Escritores, associação que teria como função dupla de ser um ponto de encontro e de diálogo entre os intelectuais e de defender “los derechos y deberes de los escritores, de los autores dramáticos, que hoy están atados de pies y manos, a la merced de

letrada³⁷, a imprensa portenha atravessou uma fase de modernização econômica na década de 1890 (MONTALDO, 2013, p. 16; ROCK, 2001; SERVELLI, 2014, pp. 17-62; LOSADA, 2006). Esse fenômeno estimulou que a atividade jornalística gradualmente passasse a se diferenciar da literária, em relação à qual era pouco distinta, até então. “La prensa, abandonando sus tendencias y su carácter eminentemente francés, ha efectuado su gran evolución hacia el diario de tipo norteamericano” atestava o *Anuario de la prensa argentina de 1896*, para o qual o jornal havia se constituído “el libro del pueblo” (PASTORMELO, 2009, p. 2).

Assim, diante de um grande público-leitor e consumidor, a imprensa se diversificou e deixou de se reportar apenas às elites políticas³⁸ (MINELLI, 2018). Novas estratégias editoriais foram acionadas em busca do apelo popular. Entre elas, a criação de seções policiais, o lançamento de folhetins, e o envio de correspondentes especiais para a Europa, como o poeta nicaraguense Rubén Darío (1867-1919) e o escritor guatemalteco Enrique Gómez Carillo³⁹ (1873-1927) (COLOMBI, 2004; SERVELLI, 2014, pp. 6-8). Emergiu, também, a figura do jornalista profissional, de ofício, diferente dos publicistas e literatos diletantes – cuja escrita, em geral, “no era sino privilegio de la renta” (BRUNO, 2012, p. 88) – que até então dominavam os periódicos. É esse novo papel que Payró viria a desempenhar⁴⁰ (LAERA, 2008).

Considerado como “repórter modelo” por muitos de seus colegas (VALKO, 2008, p. 28; LARRA, 1952), o argentino passou por diversas redações na década de

empresarios y editores” (PAYRÓ, 1906a). A instituição também foi tema das crônicas “Crónica del día: El hogar intelectual” (PAYRÓ, 1906b) e “Crónica del día: la Sociedad de Escritores” (PAYRÓ, 1906c). Payró novamente se colocou como porta-voz da identidade intelectual – e em especial, jornalística – profissionalizada nas crônicas “Una nueva profesión” (PAYRÓ, 1909a) e “Los derechos de reporter” (PAYRÓ, 1909b; SERVELLI, 2014, p. 56).

³⁷ Segundo Leandro de Sagastizábal (1995, pp. 38-39), em 1882, circulavam 224 periódicos na Argentina, que na época tinha uma população de cerca de 3 milhões de pessoas, o que resultava numa proporção de aproximadamente um periódico para cada 13.400 habitantes. De acordo com o mesmo pesquisador, essa era a terceira maior média mundial de periódicos por população, ficando só atrás de Estados Unidos e Suíça. O processo de alargamento do público-leitor foi possibilitado pelo aumento da oferta da educação formal, promovendo a alfabetização da população em geral e também o aprendizado do Espanhol para imigrantes.

³⁸ Na mesma época, o processo de massificação da imprensa também se dava na Europa e nos Estados Unidos (BRIGGS; BURKE, 2016, pp. 188-215).

³⁹ Payró estava bem sintonizado com esse projeto de modernização levado a cabo especialmente pela grande imprensa. Em 1895, criticou a precariedade e o amadorismo de parte dos jornais de imigrantes italianos na Argentina no fim do século XIX: “el público – que lo componían trescientos ó cuatrocientos subscritores – contentábase con tener un diario en su idioma (...) el reportaje? el cuerpo propio de noticieros y redactores? los servicios telegráficos? Para qué!” (PAYRÓ, 1895, p. 26).

⁴⁰ Outra figura chave da modernização da imprensa portenha na época foi Fray Mocho, pseudônimo do jornalista José Siriaco Álvarez (1858-1903), diretor da revista humorística *Caras y Caretas* – importante publicação na *Belle Époque* de Buenos Aires –, para a qual Payró também contribuiu. O periódico também publicou grandes nomes da literatura rio-platense da época, como Horacio Quiroga (1878-1937).

1880 em Buenos Aires e Córdoba e enveredou por inúmeros gêneros: romance, teatro, poesia, contos, crítica literária, além de se dedicar à tradução (PASTORMELO, 2009). Em Bahía Blanca, no ano de 1889, Payró fundou o diário *La Tribuna*, no qual trabalhou em diferentes funções editoriais. Nesse jornal, apoiou ativamente a Revolução de 1890, ombreando-se com a Unión Cívica contra o governo oligárquico de Miguel Juárez Celman (1886-1890) – do Partido Autonomista Nacional (PAN) e herdeiro político de Julio Argentino Roca –, marcado por uma grave crise econômica e denúncias de corrupção⁴¹ (ROCK, 2001, p. 53).

Payró fechou o periódico em 1892, mas já com boa experiência jornalística, no mesmo ano começou a colaborar com o diário portenho *La Nación*, um dos maiores da América Latina na época⁴². Payró, à época, vinha aumentando seu engajamento político⁴³, vindo a participar da fundação do Partido Socialista argentino em 1896⁴⁴. Mantinha, não obstante, afinidades políticas com o proprietário do jornal, Bartolomé Mitre, tendo em vista que esse político foi um dos fundadores da Unión Cívica.

No *La Nación*, Payró se firmou como jornalista correspondente, praticante do *reporterismo viajero*, sendo frequentemente enviado a províncias argentinas e ao litoral bonaerense para escrever crônicas sobre as disputas políticas locais (SERVELLI, 2014). Deslocou-se ao Sul da província de Buenos Aires em 1894 e também ao Chile, em 1895 (*Ibidem*). Foi com esse perfil editorial especializado dentro do campo jornalístico – nicho que já lhe havia rendido reconhecimento profissional e certo êxito de público, projetando uma carreira literária para além da imprensa – que Payró viajou pela Patagônia argentina entre fevereiro e maio de 1898 (BUONUOME, 2017, p. 169; SERVELLI, 2014, pp. 138-173). A viagem ao Chile de três anos antes, vale frisar, já havia sido motivada pelo litígio fronteiriço entre esse país e a Argentina, no que concernia a área da Patagônia.

⁴¹ A questão da corrupção era premente desde a primeira Presidência de Roca, na qual “el Congreso fue fraudulentamente colmado con sus partidários, se acabó la oposición que aún restaba en las provincias mediante una oportuna combinación de soborno y violencia, y así se logró establecer un sistema en que la autoridad presidencial era incuestionada” (ROCK, 2001, p. 40).

⁴² “Desde 1877 *La Nación* era el periódico más moderno de América Latina. Había incorporado el servicio de telégrafo y dedicaba casi la mitad de su espacio a anuncios publicitarios (...). Con un objetivo claramente internacionalista, desde 1881, el diario tenía corresponsales en diferentes lugares del mundo, según los acontecimientos se tornaban mundialmente relevantes. Las ventas y la publicidad lo permitían: entre 1887-1890 vendía 35.000 ejemplares por día” (MONTALDO, 2013, p. 17, *itálico da autora*).

⁴³ Payró já era admirador de Leandro N. Alem (1842-1896), fundador da Unión Cívica Radical. Essa dissidência da Unión Cívica pretendia ser um partido com maior apelo e sustentação popular, distanciando-se do apoio da Unión Cívica ao sucessor de Juárez Celman, Carlos Pellegrini (1890-1892) (ROCK, 2001, p. 57).

⁴⁴ O percurso de Payró de aproximação e, posteriormente, certo afastamento da Unión Cívica foi similar ao de Juan B. Justo, um dos mais importantes fundadores do Partido Socialista (ROCK, 2001, p. 85).

Depois da viagem aos territórios do Sul argentino em 1898, que rendeu *La Australia Argentina*, Payró se reafirmou no posto de repórter correspondente. Ele foi remitido no ano seguinte ao Norte da Argentina, passando por Catamarca, Tucumán, Salta e Jujuy e as crônicas produzidas sobre a região resultaram em uma série de crônicas que seriam publicadas no livro *En las tierras de Inti*, de 1899 (PAYRÓ, 1960). Mais tarde, em 1907 se mudou para a Europa, onde, em meio à criação literária, também desempenhou mais uma vez o papel de correspondente, cobrindo a Primeira Guerra Mundial (PAYRÓ, 2009).

Euclides da Cunha, por sua vez, era engenheiro e militar de formação, mas teve como divisor de águas de sua trajetória intelectual uma viagem jornalística: a cobertura da fase final do conflito de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia, para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Assim como Payró viajara como correspondente do maior jornal argentino à época, o *La Nación*, Euclides também ia sob responsabilidade de uma das mais prósperas e politicamente influentes publicações do país.

Considerada sua maior obra, *Os Sertões* (CUNHA, 2016), livro de Cunha elaborado a partir de sua experiência em Canudos, foi publicado em 1902. No livro, o relato do confronto entre o Exército e a comunidade de Belo Monte – a parte “A Guerra” – é acompanhado de demoradas análises sobre o meio – a parte “A Terra” – e a população local – a parte “O Homem”. No rescaldo da recepção extremamente positiva que a crítica conferiu à obra, o escritor foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) logo no ano seguinte ao do lançamento do livro. Euclides também chegaria à Academia Brasileira de Letras em 1906. Nas décadas seguintes, *Os Sertões* se consolidaria como clássico, alçando Cunha ao panteão de grandes intérpretes da realidade social brasileira (OLIVEIRA, 2002).

Contudo, a relação de Euclides da Cunha com as viagens pelo Brasil não se resumiu a Canudos, sua mais famosa jornada. Formado engenheiro pela Escola Militar de Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, percorreu diversas regiões do atual Sudeste brasileiro a trabalho. O fluminense de Cantagalo construiu uma estrada de ferro em Campanha – Minas Gerais – em 1895 e trabalhou nos últimos anos do século XIX e nos dois primeiros do XX, na obra da famosa ponte metálica de São José do Rio Pardo, em São Paulo, enquanto escrevia *Os Sertões*. No interior paulista, entre 1901 e 1905, também atuou como engenheiro em São Carlos, Taubaté e Lorena, além de ter percorrido Guarujá, Bertioga e outras localidades do litoral como engenheiro-fiscal da Comissão de Saneamento de Santos (VENTURA, 2003).

Considerando as duas grandes viagens de Euclides em sua produção intelectual, para o Acre, em 1905 – como chefe da Expedição Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, organizada pelo Itamaraty –, e para Canudos, nota-se a vasta experiência do autor como viajante para os interiores do Brasil. A atenção e o interesse em relação aos “sertões” – às áreas mais recônditas do território nacional, ofuscadas pelo desenvolvimento econômico e pelo cosmopolitismo das capitais – é uma das linhas mestras da obra euclidiana⁴⁵.

Em carta ao letrado paraense José Veríssimo (1857-1916), datada de 1904, Cunha relatou seu entusiasmo pelas viagens aos “sertões” brasileiros: “Para mim esse seguir para Mato Grosso, ou para o Acre (...), é um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima. Sei que farei muito”⁴⁶ (GALVÃO; GALOTTI, 1997, pp. 207-208).

No que concerne à Amazônia, mesmo antes de sua viagem à região, Euclides debateu em três artigos – publicados n’*O Estado de S. Paulo*, respectivamente em 14, 22 e 29 de maio de 1904, intitulados “Conflito Inevitável”, “Contra os Caucheiros” e “Entre o Madeira e o Javari” – “o perigo iminente de uma guerra entre o Brasil e o Peru, em decorrência do conflito de interesses entre os dois países na região amazônica” (BOLLE, 2005, p. 142). Em mais dois artigos escritos naquele intenso mês de maio, o autor também discutiu o possível conflito com os peruanos. Em “Contrastes e confrontos”, publicado n’*O País* em 21 de maio de 1904, examinou a História da nação andina. Dez dias mais tarde, no mesmo periódico, publicaria “Solidariedade Sul-Americana”, que tratava do quadro mais amplo das tensas relações internacionais da região.

Cunha, assim, reconhecia a grande importância da área, dois anos antes posta em evidência em função do litígio que envolveu o país e a Bolívia na Questão do Acre. Em 1898, já havia escrito sobre a Amazônia no artigo “Fronteira sul do Amazonas – Questão de limites”, de 1898, publicado n’*O Estado*.

⁴⁵ Além de *Os Sertões* e os escritos amazônicos de Euclides, dois artigos do autor n’ *O Estado de S. Paulo* atestam em especial esse interesse: “As secas do Norte” (29 e 30 de outubro e 1º de novembro de 1900) e “Olhemos para os sertões” (18 e 19 de março de 1902) (CUNHA, 1995a, pp. 535-553).

⁴⁶ A crítica literária Walnice Nogueira Galvão observa que “nossa literatura [*do Brasil*] sempre se voltou para a hinterlândia, desde o início, com os cronistas, depois com os viajantes e mais tarde transitando do sertanismo ao regionalismo. (...) O sentido da viagem, para Euclides da Cunha (...) assume contornos próprios. O tema, para ele, tem o cunho de um outro mito, o mito da busca da autenticidade na aventura viril. É antes indo rumo ao inóspito que o caráter é temperado, como o aço, através de provações quase sobre-humanas. É nesse sentido (...) que podemos aproximá-lo de Joseph Conrad e de Lawrence da Arábia” (GALVÃO, 2009, p. 52).

Como demonstra artigo de Leandro Belinaso Guimarães, desde cedo Cunha teria manifestado interesse pela reflexão sobre os diferentes espaços geográficos brasileiros e seus contrastes (GUIMARÃES, 2010). Já naquele que é identificado como texto inaugural de Euclides – um artigo de 1884 no jornal *O Democrata*, publicação dos alunos do Colégio Aquino no Rio de Janeiro – o autor prezou a perspectiva que as viagens oferecem para analisar a relação, frequentemente conflituosa, entre os interiores e o litoral, o campo e a cidade, a natureza e o desenvolvimento econômico⁴⁷ (VENTURA, 1998). Tais oposições ecoavam o Brasil que se configurava como nação naquele final do século XIX. O país “se mirava no espelho e assistia ao próprio progresso, à nascente industrialização, (...) às linhas telegráficas que adentravam o interior do país, às vias férreas que começavam a chegar aos mais remotos sítios” (GUIMARÃES, 2010, p. 707).

Portanto, as viagens não eram uma simples atividade de ganha-pão para nossos dois autores. Eram também oportunidades privilegiadas, tanto para o estudo sobre as realidades nacionais como para a proposta de intervenção política para transformação delas⁴⁸. Cunha e Payró se viam como “viajantes intelectuais” e procuraram

⁴⁷ No artigo em questão, Euclides, relatando sua experiência de passageiro de trem, comenta a respeito do contraste o ambiente natural e o desenvolvimento econômico moderno representado pela locomotiva: “o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! E a humanidade, não será dos céus que há de partir o grande ‘Basta’ (botem *b* grande) que ponha fim a essa comédia lacrimosa a que chamam vida; mas sim de Londres; não finar-se-á o mundo ao rolar a última lágrima e sim ao queimar-se o último pedaço de carvão de pedra...Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!” (CUNHA *apud* GUIMARÃES, 2010, pp. 706-707). A postura que viria a assumir em seus escritos amazônicos – defendendo a integração territorial da região no intuito de lhe incorporar à dita “civilização” – seja em muitos aspectos diferente da apresentada no artigo de 1884. Por outro lado, esse texto apontava uma preocupação crítica com os danos causados por atividades econômicas predatórias, questão que viria a ser abordada – de forma menos ingênua – na obra euclidiana amazônica. De qualquer forma, já se vê no texto para o jornal estudantil *O Democrata* o uso do expediente da viagem por parte de Cunha para reflexão sobre o país.

⁴⁸ A esse propósito, cabe lembrar a concepção de Edward Said de intelectual, noção que subsidia esta pesquisa. De acordo com a visão de Said, o engajamento político tem um papel relevante na atividade intelectual. No entanto, essa noção recusa a concepção de “intelectual orgânico” do filósofo político italiano Antonio Gramsci, que diz respeito a agentes intelectuais que atuam diretamente ligados a classes (ou frações de classe), empresas ou partidos a fim de defender interesses políticos ou particulares. Gramsci é cético em relação à ideia de autonomia e independência dos intelectuais. Em contraste, para o crítico literário palestino, o caráter político da atividade intelectual concerne não a um alinhamento direto a um grupo. Teria mais a ver com o “conjunto de escolhas concretas com que o intelectual se depara, e são essas escolhas que caracterizo em minhas conferências. Em primeiro lugar, e claro, está a noção de que todos os intelectuais representam alguma coisa para seus respectivos públicos e, dessa forma, se auto-representam diante de si próprios. Seja um acadêmico, seja um ensaísta boêmio ou um consultor do Departamento de Defesa, o intelectual faz o que faz de acordo com uma ideia ou representação que tem de si mesmo fazendo essa coisa: pensa em si próprio como fornecedor de conselhos ‘objetivos’ em troca de pagamento, ou acredita que o que ensina aos alunos tem um valor de verdade, ou se vê como uma personalidade advogando uma perspectiva excêntrica, mas consistente?” (SAID, 2005, p. 14). Seguindo a esteira de Said, pode-se dizer que um intelectual seria “indivíduo com um papel público na sociedade, que

estrategicamente firmar essa posição na sociedade e na intelectualidade na época, diferenciando-se de outros tipos de viagens e viajantes.

No caso de Payró, vemos em *La Australia Argentina* numerosos momentos em que o autor, por meio da narração em primeira pessoa, justifica suas ações em nome daquilo que considera como a boa prática do jornalismo. Tais comentários podem ser lidos como indícios da legitimação que Payró espera obter perante seu público-leitor e seus chefes, considerando as expectativas sociais e profissionais em relação ao seu trabalho como jornalista moderno.

Um exemplo é particularmente sugestivo da importância que a autorrepresentação como jornalista profissional assume na obra. O autor faz questão de relatar que, ao receber uma denúncia política em Río Gallegos, capital do território patagônico de Santa Cruz, procura mantê-la anônima e não fazer anotações diante de sua fonte, com o intuito de não perder a confiança dela (PAYRÓ, 1898, p. 87). Em outra passagem, ao prontamente aceitar participar de uma caçada em Puerto Cook, na Isla de los Estados, Payró aponta que estava na “calidad de periodista viajero que quiere y debe verlo todo” (*Ibidem*, p. 419).

Ao enfatizar o caráter jornalístico de sua obra, Payró contrapunha-se discursivamente à viagem de tipo turístico⁴⁹. Tal modalidade de viagem despontava no final do século XIX, em função do desenvolvimento dos meios de transportes, do surgimento de um mercado hoteleiro e de grandes eventos internacionais, como as Exposições Universais (PERA, 1998). A emergência do turismo, por engendrar uma incipiente massificação da experiência da viagem, colocava em xeque o antigo privilégio de deslocamento que as elites econômicas latino-americanas detinham e seu acesso *in loco* à cultura europeia (*Ibidem*, p. 517).

Diante disso, boa parte da intelectualidade hispano-americana da época procurou distinguir seus escritos de viagem dos meros manuais de viagem, demonstrando certo

não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses” (*Ibidem*, p. 26).

⁴⁹ Em Ushuaia, Payró ficou surpreso com o fato de a esposa de Pedro Godoy – militar portenho que em 1893 foi nomeado pelo governo central como governador da Terra do Fogo – e seus filhos estarem de férias na ilha – supondo que residissem em uma região mais central da Argentina. O autor estranha que a região – na época, ainda considerada inóspita – pudesse ser destino de veraneio e projeta um futuro em que o local viesse a ter infraestrutura e se tornar destino turístico (PAYRÓ, 1898, p. 251). Mesmo que lateral, essa passagem reforça a diferenciação entre uma viagem turística, mais confortável, e o deslocamento que Payró empreendeu ao longínquo Sul argentino. De maneira mais reiterada e convincente, as descrições das privações enfrentadas na viagem – os enjoos marítimos, a pouca higiene o navio e a má qualidade da alimentação a bordo, o mau tempo, o risco de haver colisões com *icebergs* etc. – contribuem para legitimar a autoridade discursiva de Payró enquanto intelectual viajante que teve acesso privilegiado à realidade patagônica e sua “cor local”.

desdém em relação a eles e à figura do turista (MONTALDO, 2013, p. 22). Os turistas foram frequentemente retratados como desprovidos de reflexão intelectual sobre seus itinerários e como passivos diante de circuitos culturais artificialmente fabricados, repletos de clichês e simulacros (COLOMBI, 2004, pp. 200-212; PERA, 1998, p. 512). Supunha-se que a experiência da viagem turística não ofereceria um autêntico acesso à realidade da localidade visitada e não serviria para uma produção intelectual consistente.

Em contraste, Paul Groussac (1848-1929), notável letrado franco-argentino finissecular, concebia a “viagem intelectual” – título de um texto de sua autoria, aliás – como uma forma legítima e fértil de estudo (COLOMBI, 2004, p. 72). Nessa concepção, o viajante-escritor teria uma postura ativa e independente para definir seus itinerários e fruir o local visitado, não se limitando aos pontos turísticos (PERA, 1998, pp. 511-514). Esse viajante – via de regra, econômica e socialmente privilegiado – seria um agente na cena intelectual pública. Sua viagem, por proporcionar o contato com realidades outras, seria um estímulo para a investigação e produção intelectual⁵⁰. Metaforicamente, esse tipo de deslocamento abriria novos *percursos* de pensamento, possibilitando que os relatos de viagem se aproximassem do ensaísmo (COLOMBI, 2004, p. 16).

O ensaio, aliás, se presta muito bem à elaboração intelectual motivada pela experiência da viagem. Na perspectiva de Theodor Adorno, filósofo alemão da chamada Escola de Frankfurt, que engendrou a corrente intelectual da Teoria Crítica, a forma ensaio apresenta uma acentuada maleabilidade formal. Prescinde, pois, do compromisso com teorias rígidas e totalizantes⁵¹ e contempla um componente de experiência pessoal do autor (ADORNO, 2012, pp. 17-31).

⁵⁰ Trabalhamos aqui com duas acepções sobre a figura de intelectual, intimamente interligadas: “Sirinelli assinala duas acepções de intelectual, frequentemente entrelaçadas, ambas presentes na famosa petição *J'accuse!*, publicada em 1898, no diário *L' Aurore littéraire, artistique, sociale* em defesa do capitão Alfred Dreyfus: a) uma ampla e social, referida à atividade profissional, englobando os criadores e os mediadores culturais; b) e outra mais estreita, fundada na noção de engajamento” (BEIRED, 2009, p. 89). Como argumentaremos posteriormente neste capítulo, o ato de viajar para regiões extremas de seus países consistia não só em um convite à reflexão, como também uma forma de engajamento político por parte de Euclides da Cunha e Roberto Payró.

⁵¹ “[*O ensaio*] não começa com Adão e Eva, mas com aquilo sobre o que deseja falar; diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim, não onde não resta nada mais a dizer (...). Seus conceitos não são construídos a partir de um princípio primeiro, nem convergem para um fim último. Suas interpretações não são filologicamente rígidas e ponderadas (...). Quem interpreta, em vez de simplesmente registrar e classificar, é estigmatizado como alguém que desorienta a inteligência para um devaneio impotente e implica onde não há nada a explicar” (ADORNO, 2012, p. 17).

O ensaio – e de maneira mais ampla, o pendor ensaístico –, cai bem a relatos de viagem com pretensões intelectuais. Em tais relatos, as interpretações acerca da realidade local visitada são traçadas a partir das mais variadas percepções e experiências – necessariamente *fragmentadas* – de quem viaja⁵². Analogamente, no ensaio, o exercício interpretativo demanda uma experiência pessoal concreta.

Como nos ensaios, a interpretação de um(a) autor(a) em um relato de viagem “intelectual” se compõe “experimentando; quem vira e revira o seu objeto, quem o questiona e o apalpa”, na expressão de Adorno (2012, p. 31). Isso deve ao fato de que em terras que nos são estranhas, tendemos a operar uma constante avaliação e reavaliação das impressões que desenvolvemos a respeito desse espaço com o qual entramos em contato. Assim, as mais diversas percepções e experiências do viajante são mobilizadas para a análise do lugar pelo qual viajou, procedimento que guarda semelhança com a escrita ensaística. Para o alemão Max Bense, o ensaísta é um “combinador que cria incansavelmente novas configurações (...). Tudo o que se encontra nas proximidades do objeto pode ser incluído na combinação e, por essa via, criar uma configuração nova” (BENSE, 2018, p. 121).

Como mostra o trabalho de Beatriz Colombi, professora de Literatura Latino-Americana da Universidade de Buenos Aires, a “viagem intelectual” – a que também poderíamos chamar de “viagem ensaística” – gozou de grande prestígio nos círculos literários hispano-americanos entre os decênios de 1890 e 1910⁵³. Tal forma de viagem conferiu considerável autoridade discursiva à figura do intelectual-viajante, que passou a ocupar um espaço de destaque na imprensa hispano-americana⁵⁴ (COLOMBI, 2004, pp. 13-17).

⁵² A viagem também ajuda o processo de eleição e delimitação do tema de um ensaio, procedimento fundamental para a escrita nesse gênero, na visão do escritor argentino César Aira: “No romance, o tema se revela no final, como uma figura desenhada pelo autor, se é que houve alguma intenção, e quase sempre a contradiz. (...) No ensaio, é o contrário: **o tema vem antes, e é esse lugar que garante o tom literário do resultado**. A separação entre intenção e resultado, que a literatura realiza no romance, **ocorre no ensaio por uma generalização do prévio**; tudo se transporta ao dia antes de escrever, quando se escolhe o tema” (AIRA, 2018, p. 235, *grifos nossos*).

⁵³ Se na Europa o relato de viagem, como gênero literário, gozou de especial prestígio desde fins do século XVIII, na região do Rio da Prata isso apenas viria a ocorrer na segunda metade do século XIX, de acordo com Jorge Myers (2011, p. 21). Uma primeira e isolada manifestação desse tipo de obra teria sido *Viajes*, de Sarmiento (1849). Até então, os escritos de viagem não tinham tanta pretensão intelectual, estando mais vinculados a objetivos outros como o registro de negociações diplomáticas e campanhas militares (MYERS, 2011).

⁵⁴ Apesar de a “viagem intelectual” ter sido uma marca da *Belle Époque* latino-americana não podemos esquecer o fato de que deslocamentos e relatos de viagem, ainda que sob formas diferentes da desse período, continuaram relevantes no debate político nas décadas seguintes e até a atualidade. Veja-se, por exemplo, o trabalho de Mariana Moraes Medina (2020) sobre o papel das viagens e dos escritos de viagem na atuação política de María Rosa Oliver (1898-1977) e Ezequiel Martínez Estrada (1895-1964).

É o caso de Payró, que procurou manter essa autoridade discursiva em todo o relato de *La Australia argentina*, demarcando na maioria de seus folhetins uma figuração de intelectual público, ao descrever e interpretar a realidade social patagônica, diagnosticar seus problemas e propor medidas governamentais para a região (ANDERMANN, 2000; TORRE, 2007). Particularmente, ao representar Punta Arenas, cidade portuária chilena no Estreito de Magalhães como um exemplo de exitoso desenvolvimento econômico e social no extremo sul, Payró apontou um modelo de política que deveria ser seguido por Buenos Aires em relação à Patagônia argentina (PAYRÓ, 1898, pp. 130-140).

No caso de Euclides, tanto a viagem a Canudos como a expedição ao Acre ressoaram uma postura de curiosidade por um Brasil desconhecido das capitais: sertanejo, rural, ribeirinho, desguarnecido de infraestrutura e ignorado pelas instâncias políticas federais e estaduais. Cunha seguia para as profundezas do país num momento em que justamente as oligarquias tradicionais e arrivistas viajavam para a Europa, símbolo máximo do cosmopolitismo moderno e “smartista” que esses grupos ambicionavam e que era tão rechaçado pelo autor⁵⁵ (SEVCENKO, 2003).

Segundo Nicolau Sevcenko, ao longo do período imperial teria se estabelecido um “desejo de ser brasileiro”, isto é, a tentativa de criação de uma identidade nacional por meio das Artes – vide o Indianismo, por exemplo – e da História e Geografia – com a fundação do IHGB. Já no início da época republicana teria prevalecido um “desejo de ser estrangeiro”⁵⁶ (*Ibidem*, p. 51). Euclides se empenhou para mostrar às elites políticas e intelectuais um Brasil que não era enxergado por elas. Era o que desaprovava Cunha no ensaio “Plano de uma Cruzada”: “Alheamo-nos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido” (CUNHA, 2014, pp. 56-57). A obra de Cunha pode ser lida como uma tentativa de convencer as elites a olhar para dentro do país (*Ibidem*, p. 144)

Dessa forma, os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia e Canudos tinham uma acentuada dimensão de intervenção pública. Como sugere Sevcenko,

[o] novo momento exigia medidas concretas, propostas práticas: amansar o terreno úbere que a Abolição e a República expuseram (...) novas opções

⁵⁵ José Veríssimo, intelectual paraense amigo de Euclides, fazia crítica similar no que concernia ao “estrangeirismo” imperante nas letras e na educação brasileiras (MORAES, 2018, pp. 344-346, p. 354).

⁵⁶ A psicanalista Maria Rita Kehl (2018) analisa essa aspiração brasileira de imitação de modelos culturais estrangeiros por meio do conceito de “bovarismo”. Em correspondência trocada com Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade cunhou a expressão “moléstia de Nabuco” para se referir a tal postura (MARQUES, 2015, p. 58). Diversos intelectuais e escritores modernistas como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Manuel Bandeira também discutiram a questão.

[*que*] deveriam ser adotadas e de implicações mais graves. Que rumo dar à sociedade republicana, orientá-la em função de quê, ordená-la ao redor de quem? Eram questões vivas e de maior pertinência diante de um fato ainda novo e de um processo de modelação que se prolongou por todo esse período.

Os autores [*Euclides da Cunha e Lima Barreto*] sob estudo iriam responder a essas questões não tanto por intermédio da literatura, mas na literatura. O que é compreensível, diante de suas vicissitudes (*Ibidem*, p. 152).

Euclides militara em favor da causa republicana. Em 1888, cometera um ato de insubordinação contra o Ministro da Guerra do Império, Tomás José Coelho de Almeida, durante uma revista na Praia Vermelha. Embora haja vários testemunhos divergentes acerca do ocorrido, consta que Cunha tentou, sem sucesso, quebrar seu sabre e, em seguida, o jogou nos pés do Ministro (CARVALHO, 2010, pp. 148-152). Teria sido uma inexitosa tentativa de incendiar uma rebelião dos estudantes contra a Monarquia (SANTOS, 2021, pp. 17-32). O ato foi recebido como acintoso pelo Estado. O cadete foi punido e teve sua matrícula trancada na Escola Militar pelo governo monárquico de Pedro II (SEVCENKO, 2003, p. 152). Em compensação, pelo seu gesto de revolta, ganhou celebridade e o *status* de herói junto às hostes republicanas (CARVALHO, 2010, p. 152).

Uma vez proclamada a República, Euclides – já reintegrado à Escola Militar e ao Exército (*Ibidem, idem*) – aos poucos se decepcionou com o novo regime. Inicialmente, Cunha, tendo participado de forma coadjuvante das articulações que levaram Floriano Peixoto de Vice a Presidente, apoiou o seu governo (1891-1894) (VENTURA, 1996, p. 281-282). Defendeu a legalidade do “Marechal de Ferro” e, trabalhando como tenente e engenheiro para as forças situacionistas, se contrapôs à Revolta da Armada de 1893, movimento antiflorianista liderado por integrantes da Marinha (*Ibidem, idem*). No entanto, destoando do entusiasmo de seus antigos colegas de Praia Vermelha (SEVCENKO, 2003, p. 187), o apoio do engenheiro à Presidência de Peixoto arrefeceu conforme passavam os meses (SANTOS, 2021, pp. 62-64). De outubro de 1893 a janeiro de 1894, Euclides caiu em desgraça com os florianistas ao pedir a libertação do sogro – o General Sólton Ribeiro, que rompera com o Presidente e fora preso – e ao criticar os arroubos autoritários de João Cordeiro, expoente do governo no Senado, contra a oposição⁵⁷ (*Ibidem*, pp. 65-66).

⁵⁷ Anos depois, em 29 de junho de 1904, Euclides da Cunha publicaria o ensaio “O Marechal de Ferro” (CUNHA, 2014, pp. 9-14), em que fez uma revisão da figura de Floriano Peixoto e apontou mais explicitamente o autoritarismo do governante. Como um todo, a relação de Cunha com Floriano teve

Depois da polêmica com Cordeiro, Cunha se distanciou dos debates e das disputas políticas da capital (*Ibidem*, p. 75). Tampouco reacenderiam as esperanças do autor com a chegada de Prudente de Moraes à Presidência em 1894. Abria-se então um longuíssimo período de gestões protagonizadas pelos civis e com hegemonia francamente oligárquica.

Desvencilhando-se de uma concepção do Republicanismo como panaceia política e social, Euclides tomou uma posição crítica em relação aos governos republicanos brasileiros e à imensa parcela de suas elites políticas (SEVCENKO, 2003, p. 187). Tratava-se de um “escritor-cidadão”, que mantinha intenso engajamento na imprensa da época e para quem o exercício intelectual representava uma clara atitude política (*Ibidem*, p. 93). O caráter de denúncia contra a exploração de seringueiros na Amazônia, em *À margem da História*, reafirma essa dimensão da obra euclidiana. É o que já se vira, poucos anos antes, em suas diatribes contra a brutal violência empregada na repressão a Canudos, energicamente exprimidas na frase avulsa que faz as vezes de *grand finale* de *Os Sertões*: “É que ainda não existe um Maudsley [*psiquiatra social inglês oitocentista*] para as loucuras e crimes das nacionalidades...” (CUNHA, 2016, p. 551).

Além de terem sido “viajantes intelectuais”, Euclides e Payró comungaram de outros tópicos intelectuais importantes, que permitem com que seus relatos sejam comparados entre si. Os dois autores assimilaram e operaram ideias deterministas e evolucionistas, extremamente difundidas na Europa e nas Américas do fim de século. Ademais, tanto o brasileiro como o argentino viajaram para áreas que estavam sob intensas disputas fronteiriças.

Vejamos esses aspectos, a começar pelo ideário presente nas obras dos dois autores.

1.2. Cientificismo e política: a ambição pela modernidade

Um elo entre as obras de Euclides e Payró é a significativa presença de teses, ideias e referências científicas em ambas. Apelando à ciência e à técnica, esses referenciais foram acionados – não só na Europa, como também nas Américas –, em meio aos anseios de progresso econômico do século XIX, notadamente na *Belle*

componentes de admiração e ambiguidade (SANTOS, 2021, p. 64), o que pode ser notado no ensaio “A esfinge”, publicado em *Contrastes e confrontos* (CUNHA, 2014, pp. 125-132).

*Époque*⁵⁸. Eram correntes de pensamento muito caras a autores que ambicionavam a modernização de seus países. Tal era a situação dos dois escritores discutidos neste trabalho.

Payró, em meados da década de 1890, distanciou-se da Unión Cívica e empreendeu um “vuelco hacia um socialismo evolucionista”, nas palavras de seu biógrafo Eduardo González Lanuza⁵⁹ (1965, p. 54). Teve um papel proeminente na fundação do Partido Socialista argentino em 1896, junto de outros intelectuais e artistas da época, como Leopoldo Lugones (1874-1936), Manuel Ugarte (1875-1951), Eduardo Schiaffino (1858-1935) e Ernesto de la Cárcova (1866-1927) (TRIPALDI, 1996, p. 2).

O Partido Socialista tinha um matiz predominantemente reformista, inspirado na experiência de partidos social-democratas e de parte do pensamento político de esquerda na Europa do fim-de-século⁶⁰. O Partido Socialista argentino apresentava

⁵⁸ Lilia Schwarcz enfatiza o caráter global da valorização ideológica das práticas científicas no século XIX: “Eric Hobsbawm, por exemplo, chama a atenção para ‘esse mundo da ciência que em finais do XIX andava para frente nos seus próprios trilhos intelectuais’ (...). Wolf Lepenies fala como já no século XVIII os cientistas se ‘viam em sua excessiva ambição como gigantes diante dos demais anões. A ciência era um chamado, antes que uma profissão’ (...). Por fim, David Knight denomina ‘século da ciência’ o período que vai de 1789 a 1914, ‘um século da fé e da inocência’ (...): fé nos resultados das experiências, inocência na crença quase cega nos diagnósticos científicos e nas previsões rígidas. Assim, se já durante o século XVIII a ciência tinha se tornado um ‘assunto comum entre homens educados’ (...), poucos poderiam viver dessa profissão ou transformar suas pesquisas no principal ganha-pão (...). É a partir de meados do século XIX que o ‘cientista’ ganhará destaque e sobretudo maior independência. É esse o século das especializações, das grandes sínteses – das leis da termodinâmica à teoria da evolução – e dos limites entre áreas do conhecimento” (SCHWARCZ, 2008, pp. 28-29).

⁵⁹ Lanuza ainda caracteriza o socialismo de Payró como “meditado y sereno, es un socialismo evolucionista, bastante imbuido en la creencia del mejoramiento natural de las cosas. Debe tenerse presente en aquellos momentos tal actitud no condice con la lógica impaciencia derivada de un insportable estado de las condiciones de vida del proletariado incipiente propenso a dejarse seducir por las violencias románticas del anarquismo, que domina casi por completo a los primeros sindicatos” (LANUZA, 1965, p. 54). Nota-se, em conclusão, o caráter particularmente reformista da vertente socialista em que Payró se inseria.

⁶⁰ Recorde-se, por exemplo, a fundação da Sociedade Fabiana, na Inglaterra em 1883 – grupo de intelectuais que preconizava uma transição gradual para uma sociedade social-democrata, por meio da extensão do direito de cidadania e de uma progressiva coletivização do capital industrial e agrário (HOBSBAWM, 1981, pp. 254-257). Também é importante recordar a adesão do Partido Social-Democrata alemão à democracia parlamentar e representativa, mediante uma moderação de seu programa político, em fins do século XIX. No plano intelectual, destacou-se a figura de “Eduard Bernstein (1850-1932), intelectual socialista formado pelos próprios esforços, que por imprudência sugeriu não apenas que fossem revistas as teorias de Karl Marx à luz do florescente capitalismo (‘revisão’), mas também o almejado objetivo do socialismo eram menos importante que as reformas a serem ganhas no caminho, foi maçicamente condenado por políticos operários, cujo interesse em derrubar o capitalismo era não raro extremamente débil. (...) Não obstante, como havia a nova sociedade de ser instaurada, numa época em que o colapso do velho sistema parecia o contrário do iminente? A constrangida descrição de [Karl] Kautsky do grande Partido Social Democrata Alemão como um partido que ‘embora revolucionário não faz revolução’ é um resumo do problema. Seria suficiente manter, como fazia o SPD, um compromisso teórico com nada menos que a revolução social, uma posição de oposição intransigente, só para medir periodicamente a ascensão das forças do movimento nas eleições (...)? Não, se isto significasse, como acontecia na prática com demasiada frequência, que o movimento havia se adaptado a operar dentro do quadro de referências do sistema que não conseguia derrubar” (HOBSBAWM, 1988, pp. 192-193).

como características históricas particulares, a de ser um partido pré-bolchevique somando-se rapidamente a II Internacional, a Internacional Socialista, que existiu entre 1889 e 1918, e de tomar precocemente, embora não em seu congresso institucional, as bandeiras do reformismo. Procurando aprender da experiência histórica dos partidos socialistas europeus, considera fundamental incorporar os elementos mais modernos do socialismo de sua época histórica: os elementos organizativos da social democracia alemã, o modelo do trabalho cooperativista do socialismo belga e as ideias do teórico e político socialista pacifista francês Jean Jaurés. Este é o reformismo que influência de maneira mais forte o PS, mas que o próprio Edouard Berstein, com o qual coincidem certamente muito mais em política que em teoria (ROJAS, 2013, p. 71).

Seguindo essa linha reformista do Socialismo, Payró e grande parte dos socialistas platinos da época, como Alfredo Palacios (1878-1865) e Juan B. Justo (1865-1928), estava afinada com o pensamento evolucionista⁶¹, particularmente com as obras do antropólogo estadunidense Lewis Morgan⁶² (1818-1881) (BARRERA, 2011). A visão evolucionista era articulada com as propostas gradualistas advogadas por esse grupo socialista⁶³. Esses intelectuais consideravam a sociedade industrial e moderna como um estágio superior de civilização, que deveria ser alcançado pela Argentina⁶⁴.

O estabelecimento da modernidade na nação foi um tema central para a intelectualidade argentina do século XIX, tendo perpassado diferentes épocas. Essa questão foi especialmente cara à chamada “*Generación del 80*”, tradicional

⁶¹ Nesse sentido, o Partido Socialista argentino ainda não se distanciava tanto do ideário político e econômico liberal característico do Mitrisimo. Um dos principais dirigentes e fundadores do Partido, Juan B. Justo, combinava “su marxismo positivista, la filosofía kantiana e un fervoroso livre cambismo económico” (PARSON, 2001, p. 64).

⁶² As concepções morganianas de civilização e de barbárie foram especialmente importantes para os socialistas argentinos de fins do século XIX. Nas palavras do filósofo francês Francis Wolff, Morgan “queria, a um só tempo, retrazar o passado das sociedades modernas e propor uma tipologia das diversas culturas existentes em sua época. Trata-se da tese ‘evolucionista’. Segundo Morgan, toda a humanidade atravessa sucessivamente, seguindo uma única direção, tão natural quanto necessária, uma trajetória do simples para o complexo, do irracional para o racional, compreendendo três fases de desenvolvimento: a selvageria, a barbárie e, finalmente, a civilização. À selvageria correspondem o arco, as flechas e uma forma de organização política, a horda primitiva. À barbárie correspondem a cerâmica, as ferramentas de ferro e uma forma política: a ‘tribo’. A civilização, segundo Morgan, é marcada pelo surgimento da escrita e da forma política do Estado” (WOLFF, 2004).

⁶³ A articulação teórica entre Marxismo, Darwinismo e Positivismo foi mobilizada por grupos socialistas no período da Segunda Internacional (1889-1914) no bojo de proposição políticas mais moderadas e pragmáticas e da atuação parlamentar de partidos de esquerda, caso do Partido Social-Democrata Alemão. Essa linha política veio a ser identificada com Karl Kautsky, importante liderança do referido partido. Kautsky viria a ser um dos principais alvos das críticas de Lênin, que o acusava de ter supostamente “deformado” o Marxismo, “diluindo” seu teor revolucionário (ANDREUCCI, 1982, p. 16, p. 23).

⁶⁴ A afinidade entre Marxismo e Evolucionismo também deve ser compreendida sob o diapasão do culto à ideia de progresso tecnológico, econômico e civilizacional, um dos fenômenos mais marcantes no cenário cultural oitocentista tardio. Hobsbawm aborda como a dimensão teleológica do Materialismo histórico-dialético se afinava com os auspícios das conquistas da ciência e da tecnologia: “os partidos socialistas eram, quase por definição, partidos dedicados àquele conceito chave do século XIX, o ‘progresso’. Defendiam, especialmente os marxistas, o inevitável avanço da marcha da história rumo a um futuro melhor, cujo conteúdo exato poderia não estar bem claro mas que certamente presenciaria o contínuo e acelerado triunfo da razão, da educação e da tecnologia” (HOBSBAWM, 1988, p. 199).

denominação historiográfica a um grupo intelectual mais distante do romantismo e mais marcado pelo Positivismo, pelo naturalismo e pelo nacionalismo⁶⁵ (ALTAMIRANO; SARLO, 1997, p. 203; BRUNO, 2007). Os autores ligados a tal geração

pareceram realizar os ideais que haviam sido propostos pela geração anterior devido, em grande medida, à conjuntura social, econômica e política que a Argentina apresentava no final do século XIX. A criação de novos espaços econômicos e sociais que acabaram transformados pela afluência do capital estrangeiro e do enorme contingente de imigrantes, permitiu que os homens dos anos 80 executassem o projeto de transformação do país previsto pela Geração de 1837 (GREJO, 2009, p. 25).

Assim sendo, o grupo intelectual de 1880 seguiu a tradição liberal e reformista de Sarmiento, Mitre e Juan Bautista Alberdi (1810-1884), ícones da “Geração de 1837”⁶⁶, levando a cabo projetos modernizantes para a Argentina, no intuito de romper com o passado colonial. Promoveu-se uma nova organização nacional, no que diz respeito à separação entre Igreja e Estado, à defesa da escola laica e obrigatória e ao incentivo à imigração europeia (*Ibidem*, pp. 25-28; FRANCO, 2003).

Outro legado da “Geração de 1880” foi a sedimentação de um ideário positivista na intelectualidade argentina. Como afirma a historiadora Camila Grejo:

O ideal positivista era portador de um olhar para o futuro e tinha por objetivo fazer do progresso, atingido graças ao crescente desenvolvimento industrial, um sólido princípio da filosofia da história, por isso, o liberalismo teve o papel de sustentar a apologia à liberdade e de funcionar como provedor do progresso e da modernidade tão ansiados pelos intelectuais latino-americanos no final do século XIX e início do XX (GREJO, 2009, p. 29).

Grande parte dos intelectuais argentinos que despontou na última década do século XIX e primeiras do XX, entre os quais Payró esteve incluso, mobilizou uma linguagem e um pensamento evolucionista (GREJO, 2009, p. 28). Autores como Darwin e Spencer passaram a ser grandes referências para a produção intelectual argentina.

⁶⁵ Evidentemente, o tema da nacionalidade não era inédito, tendo sido abordado pela “Geração de 1837”. Diana Sorensen (1998) analisa como a “Geração de 1880” se apropriou do legado intelectual de Sarmiento, consagrando o *Facundo* e relendo suas proposições à luz do fim-de-século. A temática da pertença pátria seguiria central nos debates intelectuais no início do século XX, como notam Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo: “La inquietud por la identidad nacional argentina no era nueva en las elites político-intelectuales de la Argentina. Ya en 1883 [em *Conflicto y armonías de las razas en América*], Sarmiento la había proclamado: ‘Somos nación? Nación sin amalgama de materiales acumulados, sin ajuste ni cimientó? Argentinos? Hasta dónde y desde cuándo, bueno es darse cuenta de ello’” (ALTAMIRANO; SARLO, 1997, p. 163).

⁶⁶ Seguimos a sugestão de Roberto Ventura e utilizamos aspas ao mencionar os agrupamentos intelectuais conhecidos como “gerações” “para evitar a ilusão da unidade de grupo ou homogeneidade de época” (VENTURA, 1991, p. 10).

Nesse contexto, os artífices do Socialismo argentino da virada do século XIX para o XX manejaram duas tradições teóricas: o marxismo, no campo da Economia Política, e o evolucionismo morganiano, no campo da Antropologia⁶⁷. Um cruzamento que se alinhava à pretensão científica do Socialismo marxista e que, para os socialistas argentinos, legitimava e orientava sua postura política reformista – por vezes, próxima ao pensamento liberal sarmientino⁶⁸ (BARRERA, 2011, p. 20).

Payró se embrenhou nessas discussões. Desde 1894, participava ativamente das conferências e reuniões do Centro Socialista Obrero de Buenos Aires, órgão ligado ao Partido Socialista. O autor colaborava frequentemente para o jornal *La Vanguardia – Periódico Socialista Científico. Defensor de la clase trabajadora*. Ligado ao Centro, o periódico era um notório meio de difusão das ideias evolucionistas e positivistas (SAN MARTÍN, 2013, p. 24).

Ademais, Payró traduziu a obra *Socialismo y Ciencia Positiva (Marx-Darwin-Spencer)* (FERRI, 1895), do italiano Enrico Ferri (1856-1929), político socialista italiano e um dos fundadores, junto com Cesare Lombroso e Raffaele Garofalo, da Escola Italiana de Criminologia Positivista⁶⁹. Tal corrente de pensamento propunha uma análise do fenômeno da criminalidade a partir do determinismo biológico e racista, relacionando características fenotípicas individuais à prática de ilícitos⁷⁰ – embora Ferri

⁶⁷ Karl Marx e Friederich Engels foram leitores e admiradores de Morgan (CASTRO, 2005, pp. 14-15). Interessou-lhes, em especial, a conceituação feita pelo antropólogo da propriedade como “uma paixão acima de todas as outras, [que] marca o começo da civilização. Ela não apenas levou a humanidade a superar os obstáculos que atrasavam a civilização, mas também a estabelecer a sociedade política baseada no território e na propriedade. Um conhecimento crítico sobre a evolução da idéia de propriedade incorporaria, em alguns aspectos, a parte mais notável da humanidade” (MORGAN, 2005, p. 53).

⁶⁸ Isso se dava, segundo a pesquisadora argentina Celina San Martín, pelo fato de que Juan B. Justo e Alfredo Palacios entendiam “las nociones del cambio social (...) como ‘graduales’ más que ‘rupturas’; y la idea de que la historia se encuentra sobredeterminada por la biología hasta la irrupción de la técnica y la tecnología que inaugura la modernidad y la ‘civilización’” (SAN MARTÍN, 2013, p. 28).

⁶⁹ Deve-se frisar o caráter transnacional da circulação das ideias evolucionistas na transição entre o Oitocentos e o Novecentos, como mostra o caso de Ferri. O jurista, que teve sua obra traduzida para a Argentina, também foi recebido no Brasil. Em visita à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no ano de 1908, Ferri foi recebido, segundo relato da Revista da Faculdade, com entusiasmo pelos alunos, que euforicamente, chegaram a lhe atirar flores (SCHWARCZ, 2008, p. 179).

⁷⁰ “La biología avanzaba también sobre el campo jurídico y Lombroso es uno de los grandes nombres de este momento inicial. Él se ocuparía de la observación, de la medición y del cálculo, diseñando las herramientas para lograrlo y dando un lugar central a la aquella ciencia que era la encargada de determinar las causas de un comportamiento delictivo. El delito no era ya explicado como un desliz del sujeto racional y libre, producto de un descuido intencional de la norma, sino a partir de ciertos rasgos propios del individuo que lo había cometido. Y esos rasgos eran, precisamente, biológicos. El delincuente presentaba atributos morfológicos que lo hacían diferente a los otros individuos, mandíbulas muy pronunciadas, orejas sobresalientes o cráneos de proporciones inusitadas. Todos eran elementos que parecían hablar de una inclinación al comportamiento delictivo y daban cuenta del vínculo entre la delincuencia y la composición genética de los individuos” (GALFIONE, 2012, p. 2).

também desse atenção a aspectos sociológicos do crime (FERRI, 1895). No prólogo à edição argentina do livro, Payró expõe sua visão evolucionista do Socialismo:

[E]n la mayoría de los argentinos — hasta entre los inteligentes y estudiosos — la idea del socialismo se refiere siempre al embrión romántico de principios de siglo, y permaneciendo en estado de nebulosa, se asocia al nombre de Blanc, de Proudhon, de Fourier, de Saint-Simon, se confunde con el comunismo, y viene a ser una amalgama informe de individualismo, socialismo y anarquía, **sin que se siga siquiera con mediana atención la evolución poderosa y progresista que en él se efectúa a partir de Carlos Marx.**

(...) La lectura de este trabajo del sociólogo italiano desvanecerá necesariamente este falso concepto que se tiene del socialismo, al presentar, con sólida argumentación y numerosos datos ilustrativos, un cuadro exacto de la situación actual de **la evolución en el viejo mundo, los progresos realizados, la estrecha vinculación que el socialismo tiene con la ciencia positiva** (...) (PAYRÓ *In*: FERRI, 1895, pp. VI-VII, *grifos nossos*).

Tal como Payró, Euclides da Cunha absorveu e aderiu ao ideário cientificista das derradeiras décadas do século XIX. A Escola Militar de Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, que Euclides frequentou entre 1886 e 1891 foi um inequívoco centro difusor de tais doutrinas científicas e filosóficas – afins à sólida formação em Engenharia e Ciências Exatas que a instituição oferecia. Cunha, particularmente, nutria grande admiração intelectual por Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), militar, professor da Escola e fundador, na década de 1870, da Sociedade Positivista – que em 1881 passaria a se chamar Igreja Positivista Brasileira – com a qual, entretanto, Euclides não se alinhava. A Escola, assim, oferecia um rico ambiente de sociabilidade política e intelectual, extrapolando em muito o aspecto estritamente militar – a ponto de alguns historiadores ponderarem que ela “não formava soldados, formava bacharéis fardados” (CARVALHO, 2010, p. 145).

No final dos anos 1880, Cunha levantava bandeiras positivistas e evolucionistas junto da causa republicana, amplamente disseminada em Praia Vermelha. Benjamin Constant viria até mesmo a ser declarado um “grande patriota - **o fundador da República**” (GOVERNO PROVISÓRIO, 1891, *grifos nossos*) por força do artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1891, o qual também determinava que o Governo Federal adquirisse a casa em que faleceu a título de homenagem⁷¹. Para Euclides e muitos de seus colegas, tanto as ideias republicanas como as científicas eram um antídoto contra o arcaísmo político e social representado pelo Império –

⁷¹ O primeiro desapontamento de Euclides com a República seria justamente por causa de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, contra quem pesavam denúncias de favorecimentos ilícitos nas suas administrações do Ministério da Guerra e no Ministério da Instrução Pública no Governo Provisório (SANTOS, 2021, p. 45).

identificado por eles como uma espécie de “Antigo Regime” tropical (VENTURA, 1996, p. 285).

Conforme observou o historiador José Murilo de Carvalho em estudo sobre a relação de Euclides e o Exército, os alunos da Escola Militar tinham em geral origem socioeconômica muito mais pobre do que os estudantes que frequentavam as escolas de Direito e Medicina. Diferentemente dessas, a instituição de ensino militar oferecia alojamento e um soldo mensal, de forma a ser mais atrativa a jovens com menores condições financeiras. O perfil menos elitista do seu corpo discente contribuiu para que na Praia Vermelha se fomentasse um clima de maior contestação à Monarquia:

Ao final do século, os bacharéis fardados que permaneciam no Exército desenvolveram a autoimagem de uma contraelite, ansiosa por disputar o poder aos bacharéis civis. A proclamação e os primeiros anos da República constituíram o ponto culminante de sua luta (CARVALHO, 2010, p. 147).

Mas os ímpetus modernizadores não eram exclusividade dos “bacharéis fardados” da Praia Vermelha (*Ibidem, idem*). Eram compartilhados por muitos autores brasileiros influentes, que exortavam por novos paradigmas políticos e teóricos, calcados na defesa da cientificidade⁷². Esse grupo, que viria a ser conhecido como “Geração de 1870”, incluía nomes como Tobias Barreto e Graça Aranha, Araripe Júnior, ligados à chamada “Escola do Recife”, além de Artur de Azevedo, Aluísio Azevedo, Coelho Netto, entre outros⁷³. A transformação intelectual almejada por eles foi sintetizada na expressão “um bando de ideias novas”⁷⁴, cunhada pelo sergipano Sílvio Romero (1851-1914), um dos principais expoentes dessa rede intelectual:

⁷² Os novos referenciais científicos europeus eram considerados por esses intelectuais como “a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas iluminadas” (SEVCENKO, 2003, pp. 96-97).

⁷³ Como afirma Roberto Ventura: “a ‘geração de 1870’ introduziu o Brasil à cultura histórica moderna, ao romper as amarras do pensamento religioso em prol de uma visão laica do mundo. Na Faculdade de Direito do Recife, Tobias Barreto e Sílvio Romero contestaram a teoria do direito natural, em que a ordem cósmica e social era concebida como sagrada e imutável. Na concepção *histórica e evolutiva* de Barreto, o direito deveria se adaptar à evolução social, o que tornava possível a crítica do *status quo*, amparado na monarquia e na escravidão. (...) No Rio de Janeiro, discutiam-se idéias positivistas, como a separação entre a Igreja e o Estado e a superação da religião pela filosofia, em centros de ensino como a Escola Central, Escola Militar e Escola Politécnica. O ideário antiabsolutista e antiescravista se difundiu, no último terço do século XIX, associado a concepções literárias e científicas de base naturalista. O naturalismo e o cientificismo tiveram no Brasil papel semelhante à Ilustração na Europa no século XVIII, ao trazer um saber secular e temporal, afastado de concepções religiosas” (VENTURA, 1991, p. 12, *itálicos do autor*).

⁷⁴ Lília Schwarcz (2008, p. 14, p. 25) explicou como a emergência dessa rede de intelectuais esteve relacionada com a consolidação de centros de pesquisa e ensino no país desde a década de 1870. Entre esses espaços, destacavam-se as faculdades de Direito e Medicina, os institutos históricos e geográficos – tanto os regionais como o IHGB nacional – e os museus etnográficos. Diversos museus e institutos de pesquisa passam por avanços institucionais e intelectuais na época, como o Museu Paraense com Otto

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora (...) De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez (...). Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. **Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte (...). Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo** (...) tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife (ROMERO, 1979, p. 173, *grifos nossos*).

Euclides foi testemunha e agente desse processo de renovação intelectual levado a cabo no fim do Oitocentos no Brasil. No artigo “Da Independência à República”, publicado na Revista do IHGB em 1908, ele identifica o elã modernizante como o principal trunfo que as teorias positivistas e científicas⁷⁵ ofereciam ao meio intelectual brasileiro da época:

As novas correntes, forças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas – do comtismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalizações ousadas de Spencer – o que nos trouxeram, de fato, não fôram os seus princípios abstratos, ou leis incompreensíveis (...), **mas as grandes conquistas liberaes do nosso século** (CUNHA, 1909, p. 367, *grifos nossos*)

Todo esse arcabouço teórico é eloquentemente exposto em *Os Sertões*. Segundo Roberto Ventura, Euclides, ao conjugar a narração do conflito de Canudos com uma análise geográfica, social e etnológica da região, adotou na obra uma concepção naturalista baseada no pensamento do historiador francês Hyppolite Taine. Taine considerava que

a história de um povo seria determinada por três fatores: o meio, ou o ambiente físico e geográfico; a raça, responsável pelas disposições inatas e hereditárias; e o momento, resultante das duas primeiras causas. Euclides dividiu seu livro em três partes, correspondentes aos fatores apontados por Taine: “A terra”, “O homem” e “A luta” (VENTURA, 1998).

Alencar, o Museu Paulista com Hermann Von Ihering, o Jardim Botânico com Barbosa Rodrigues, o Museu Nacional com Batista Lacerda. Também pode ser citada a consolidação do Instituto Manguinhos como importante centro de pesquisa de Saúde Pública, sob a tutela de Oswaldo Cruz (SCHWARCZ, 2008, p. 25).

⁷⁵ O crítico literário Luiz Costa Lima atenta ao fato de que Euclides da Cunha não pode ser considerado exclusivamente como um “homem de ciência”, devendo ser entendido igualmente como um cientificista: “embora próxima, nem toda concepção pragmática da ciência há de constituir um cientificismo. Assim, só se dá quando persegue uma ambição totalizante. Como é usual no século XIX, o pragmatismo de Euclides é declaradamente cientificista” (COSTA LIMA, 1997, p. 151)

Logo, Euclides e Payró, cada um a seu modo, tinham em seus arsenais teóricos premissas e postulados científicistas. O brasileiro entrou em contato com eles pela via da formação como engenheiro militar e da causa republicana, fortemente apoiada pelos positivistas. No caso do argentino, a aproximação se deu a partir da militância nos círculos socialistas portenhos, que foram um espaço privilegiado para a circulação de ideias evolucionistas – já em voga desde a “Geração de 1880” no país. Nos dois casos, os autores mobilizavam essas referências imbuídos da modernização de seus países.

Por esses cabedais, era natural que os dois escritores também se preocupassem com a modernização das regiões menos desenvolvidas e mais remotas de suas nações, caso da Patagônia e da Amazônia. Como Euclides e Payró se defrontaram com esses espaços geográficos? Essa questão puxa outra: como a Patagônia e a Amazônia se encontravam no período de passagem entre os séculos XIX e XX, quando das viagens dos autores? Para responder à interrogação, é preciso olhar para as particularidades nacionais argentinas e brasileiras, mas também para as dinâmicas geopolíticas mundiais daquela época.

1.3 Rumo aos confins da nação: a Amazônia brasileira e a Patagônia argentina na era do Capitalismo da Segunda Revolução Industrial

O período da chamada *Belle Époque*, de fins do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, foi marcado por processo de intensificação da integração geográfica global, sob a égide da corrida imperialista. Não foi de graça que Eric J. Hobsbawm cunhou o conceito de “Era dos Impérios” para descrever a época abrangida entre 1875 e 1914. Um fenômeno que apresenta dimensões científicas, geopolíticas e econômicas, interligadas entre si.

No plano científico, desde a primeira metade do Oitocentos, inúmeras expedições como a U.S. Exploring Expedition, entre 1838 e 1848, procuraram realizar mapeamentos náuticos (JUNQUEIRA, 2015). Diversos congressos científicos também foram realizados, como a International Meridien Conference, em 1884, que estabeleceu o meridiano de Greenwich como longitude 0 do Globo terrestre (*Ibidem*, pp. 56-59). Tal conhecimento geográfico esteve associado a uma maior integração entre os mercados nacionais, no âmbito econômico, e ao avanço da corrida imperialista, no plano geopolítico.

A competição capitalista no bojo da economia da Segunda Revolução Industrial levou a um recrudescimento das disputas entre os impérios europeus. Tratava-se de uma economia cuja abrangência geográfica se ampliava veloz e robustamente. A industrialização, que em meados do século XIX se concentrara na Grã-Bretanha, na França e na Bélgica (FINDLAY; O'ROURKE, 2007), agora despontava fortemente na Alemanha e de maneira incipiente, em países como a Rússia, a Suécia, a Holanda (HOBSBAWM, 1988, p. 79). Em decorrência,

o mercado internacional dos produtos primários cresceu enormemente – entre 1880 e 1913 o comércio internacional dessas mercadorias quase triplicou – bem como, por conseguinte, tanto as áreas destinadas a sua produção como sua integração ao mercado mundial (*Ibidem, idem*).

Dessa feita, a corrida imperialista colocou em evidência espaços geográficos até então relativamente pouco explorados pelos europeus, especialmente na África e na Ásia, que passaram a ser cobiçados pelas potências⁷⁶ – principalmente, as europeias, se bem que países como Estados Unidos e Japão aparecessem como poderes regionais ascendentes. A conquista de novos territórios⁷⁷ se fazia crucial para a obtenção de valiosas matérias-primas, para a exportação de capitais e para a expansão dos mercados consumidores dos produtos industrializados das metrópoles:

o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido.

A civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos. O motor de combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha. O petróleo que ainda vinha predominantemente dos EUA e da Europa (da Rússia e, muito atrás, da Romênia) mas os campos petrolíferos do Oriente Médio já eram objeto de intenso confronto e conchavo diplomático (*Ibidem*, pp. 95-96, *grifos nossos*).

Esses dois processos – de mapeamento do mundo e de expansão imperial – estavam intimamente articulados à mundialização capitalista (OSTERHAMMEL, 2015). Ao longo do século XIX, a conformação das diferentes regiões do planeta à

⁷⁶ O marco fulcral desse processo foi a Conferência de Berlim, de 1884 e 1885, que determinou a partilha da África em possessões imperiais. No entanto, no Congresso de Berlim, de 1878 (HOBSBAWM, 1988, p. 226), as ambições coloniais das potências europeias já estavam postas em mesa.

⁷⁷ Como consequência, a integração viária com tais novos espaços passou a ser uma prioridade estratégica, conferindo grande protagonismo à Engenharia: “The opening of the Suez Canal [1869] was one culmination of such nineteenth-century improvements in physical passage: the journey from London to Mumbai, completed fully by ship, was now 51 percent shorter than it had been using the Cape route” (HILL, 2008, p. 10).

modernidade econômica⁷⁸ também se traduziu, no plano da cultura, na adoção de padrões estéticos que vigoravam nos centros do Capitalismo, particularmente na França e na Inglaterra⁷⁹.

Nesse contexto, o movimento de expansão territorial rumo a “zonas de contato”⁸⁰ não ficou restrito à ação da Europa em seus tentáculos imperiais. As redes imperialistas dispararam um processo de consolidação de uma “consciência planetária”. Esse conceito, forjado pela crítica canadense Mary Louise Pratt (1999, p. 71), se refere às produções intelectuais relacionadas com uma nova etapa de expansão territorial do Capitalismo, iniciada no século XVIII e marcada pelo “impulso à exploração continental [*dos interiores*], por oposição à marítima” (*Ibidem*, p. 35).

Em um primeiro momento, esse anseio de desbravamento e apropriação de novos territórios ficou mais circunscrito às potências europeias – especialmente, no que tange à África e a Ásia. Mas não demorou para que esse processo de expansão se estendesse aos anseios de diversas nações nas Américas. É o que atestam, como veremos nas próximas páginas, o caso argentino da “Conquista do Deserto” e a ocupação e povoamento de áreas seringueiras do interior da Amazônia no século XIX⁸¹.

⁷⁸ No entanto, como recorda Sevcenko, a adaptação a tal processo de modernização capitalista esteve longe de ser completamente harmônica. Ela implicou o recrudescimento de tensões sociais que desembocaram em levantes de sociedades tradicionais contra esse processo ou em reformas, guerras civis e revoluções. Na interpretação do autor, poderiam ser citados nesse sentido o Levante Indiano de 1857-1858, o Levante Argelino de 1871, o Movimento Nacional Egípcio de 1879-1882, a Rebelião Taiping (1851-1864) na China, a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Guerra Civil estadunidense (1861-1865) e a Restauração Meiji (1868) no Japão (SEVCENKO, 2003, p. 61).

⁷⁹ Foi o que se viu nas modernizações urbanísticas de diversas cidades mundo afora, seguindo o exemplo das reformas que o Barão Haussmann conduziu em Paris entre os decênios de 1850 e 1870. No Brasil, poucas décadas depois, os municípios de Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belém e Manaus empreenderam profundas remodelações viárias e arquitetônicas com clara aspiração europeizante (SEVCENKO, 2010, 2003, p. 59).

⁸⁰ “Zonas de contato” são espaços geográficos ainda não totalmente apropriados pelos Estados nacionais ou pelas metrópoles imperiais. Em tais espaços “de fronteira” ocorrem os encontros entre viajantes, em geral oriundos das modernas capitais e a população local, cuja organização social e econômica ainda não é tão diretamente afetada pelo modo de produção capitalista contemporâneo. Assim, uma “zona de contato” revela fortes descontinuidades geográficas, históricas, culturais e econômicas, subitamente postas em convívio em função da expansão e/ou do domínio político de um Império ou de um Estado-Nação (PRATT, 1999).

⁸¹ Vale mencionar que, mesmo que após as Independências latino-americanas as potências europeias não tivessem planos concretos de recolonização da América, o capital europeu possuía o objetivo de potencializar a exploração econômica do continente, na “forma de empréstimos para construção de estradas de ferro e de rodagem, modernização de portos e minas, e para o desenvolvimento de novas indústrias, como a dos nitratos no Peru (...). Pelo final da década de 1880, vários países (...) haviam se tornado basicamente dependências econômicas da Grã-Bretanha, ou melhor, dos investidores da Bolsa de Valores Britânica” (PRATT, 1999, p. 255). Essa tópica podia ser vista já nos relatos de viajantes europeus pelas Américas em meados do século XIX: “a trajetória neocolonial é tanto pressuposta quanto estabelecida por muitos dos escritores-viajantes do período do pós-independência na América hispânica. Longe de mistificar os planos expansionistas europeus em seus escritos, a vanguarda capitalista tendia a discuti-los – na verdade, a consagrá-los. (...) O ponto básico no discurso da vanguarda capitalista era

Pelo fato de estarem inseridos nas dinâmicas oitocentistas modernas e capitalistas, os países independentes “periféricos” viam-se impelidos a melhor aproveitar seus territórios e suas riquezas naturais a fim de conseguirem maior prosperidade e galgarem postos melhores na economia mundial. Tal foi o caso de nações como o Brasil e a Argentina, que se envolveram em processos de defesa e aquisição territorial.

À época, o país platino assumia um papel de grande exportador de trigo, milho, linho, carne bovina, couro e lã e era uma economia em veloz desenvolvimento (ROCK, 2001, p. 13; HOBBSAWM, 1988, p. 65, p. 79, p. 111)⁸². Esse cenário

fue en buena medida resultado de la expansión del mercado inglés de productos alimenticios y del desarrollo de la industria británica en el último cuarto del siglo XIX. A cambio de los alimentos importados de la Argentina, Gran Bretaña exportaba a dicho país un gran número de productos industriales. Así pues, la economía argentina estaba modelada, en líneas generales, de acuerdo con los preceptos clásicos del Libre Cambio y de la especialización internacional (ROCK, 2001, p. 14)

Por seu turno, o Brasil era não somente um gigantesco exportador de café – em 1914, 58% das exportações brasileiras correspondiam a esse produto (HOBBSAWM, 1988, p. 99). Era também um dos principais fornecedores de látex – borracha – do mundo, uma matéria-prima exclusivamente tropical e obtida sobretudo na Amazônia e no Congo, antes de seu cultivo na colônia britânica da Malásia (*Ibidem*, p. 96).

Os dois países não se integravam à economia mundial não só pela via da exportação de *commodities*⁸³. A soma dos investimentos estrangeiros na América Latina, especialmente com capitais privados britânicos (ROCK, 2001, pp. 17-18) “atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina⁸⁴ foi quintuplicada” (HOBBSAWM, 1988, p. 59).

claro: a América Latina deveria ser transformada num cenário de indústria e eficiência; sua população colonial deveria ser transformada numa massa indolente, ordinária, sem asseio – onde se carece de ambição, hierarquia, gosto e dinheiro –, em mão de obra assalariada e mercado para bens de consumo metropolitanos” (*Ibidem*, p. 255, p. 267).

⁸² David Rock afirma que “exceptuando períodos ocasionales de sequía o de graves depresiones económicas, la Argentina exporto todos los años a partir de 1890 hasta 10 millones de toneladas de cereales. (...) Entre 1872 y 1915 la superficie cultivada total pasó de 580.000 a 24.000.000 de hectáreas. Había Buenos motivos para justificar el panegírico que alguien hizo en 1911: ‘Ningún país en el mundo tuvo jamás en tan breve lapso un progreso tan rápido con respecto a los productos del suelo’” (ROCK, 2001, p. 13).

⁸³ A ambição cosmopolita de uma inserção vantajosa no moderno concerto das nações é bem espelhada na participação de países como o Brasil nas Exposições Universais, como abordam Heloísa Barbuy (1996) e Francisco Foot-Hardman (2005, p. 82).

⁸⁴ Rock menciona que entre o final do século XIX e o início do XX, “casi todos los ferrocarriles de las pampas estaban en poder de los británicos” (ROCK, 2001, p. 20).

Em acréscimo, diversos países sul-americanos se mobilizaram para a defesa militar, haja vista que em sua maioria eram recém-saídos de duras guerras civis e ainda em processo de consolidação do Estado e das fronteiras nacionais⁸⁵. Embora não fossem potências imperialistas, essas nações também atuaram na ofensiva, partindo para a conquista de novos territórios e rivalizando com seus vizinhos. Walter Nugent, professor Emérito da Universidade de Notre Dame, classifica esses movimentos como formas de *frontier impulse*, em paralelo ao *imperial impulse* dos mais poderosos Estados mundiais, entre 1870 e 1914. Em que pese serem diferentes, as duas formas de expansionismo se assemelhavam em termos de *performance* e causas (NUGENT, 1989, p. 394 *apud* HARAMBOUR-ROSS, 2012, p. 43).

Um caso do impulso fronteiriço na América do Sul da época foi o do Chile. O país se apropriou da região de Antofagasta – com a vitória na Guerra do Pacífico sobre a Bolívia e o Peru (1879-1884) – região rica em salitre e guano, fontes de fertilizantes naturais como nitratos⁸⁶ (PASSETTI; SEIXLACK; POMPEU, 2016). Na mesma década de 1880 e em meados da de 1890, o Chile também promoveu, no plano doméstico, a ocupação da Araucanía – mediante o confronto contra os indígenas que habitavam tradicionalmente a região e a imposição da soberania estatal nacional (POMPEU, 2012, p. 128; BOOTH, 2011). Tratava-se de uma expansão da fronteira nacional chilena mirando o Sul.

⁸⁵ O empenho de defesa também se justificava em função do temor de eventuais investidas imperiais e militares de potências estrangeiras, ainda que a ênfase dos impérios europeus estivesse na África e na Ásia. Quanto aos Estados Unidos da América, após a vitória na Guerra Hispano-Americana (1898) – que lhe passou a garantir profunda ascendência sobre Cuba independente –, a política externa do país se concentrou mais em evitar manter a América Latina e o Caribe dentro de sua órbita de influência geopolítica e comercial do que na tentativa de colonizar a região e lhe impor um *direct rule*. É o que se vê no Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe: “O desenvolvimento industrial norte-americano e as suas conseqüências sociais acabaram, com o desencadear de um movimento progressista, reestruturando os objetivos externos da nação e possibilitando a ascensão de [Theodore] Roosevelt [Presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1909] e de outras personalidades que viriam a dominar o cenário político desse país nas primeiras décadas do século XX. Nesse bojo, reeditou-se a doutrina Monroe em duas frentes: uma baseada num corolário agressivo, que pretendia determinar a sorte (ou a má sorte) dos países do continente que infringissem as regras de segurança norte-americana, baseadas na estabilidade política da região e na prevenção contra ingerências européias [*particularmente, as britânicas*], e outra, *soft*, que a utilizava como filosofia aglutinadora do pan-americanismo para amenizar as descortesias provocadas pelos ensaios imperialistas da primeira frente” (PEREIRA, 2005). Vale destacar que a política externa brasileira sob a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) se pautou numa aproximação com os Estados Unidos, sob os ditames do Pan-americanismo, o que poderia ser um “trunfo na viabilização do que considerava os interesses nacionais primários, como a garantia do modelo agroexportador pela intensificação do comércio cafeeiro (os Estados Unidos eram nossos mais importantes compradores), a solução de litígios fronteiriços, o alcance de uma preponderância na América do Sul, bem como prestígio e reconhecimento mundial” (*Ibidem, idem*).

⁸⁶ Hobsbawm recorda que “os governos e capitalistas britânicos, confrontados com a escolha entre partidos ou Estados locais que favorecessem os interesses britânicos ou os hostilizassem, não deixariam de apoiar o lado mais proveitoso para os lucros britânicos: o Chile contra o Peru na ‘Guerra do Pacífico’ (1879-1884)” (HOBSBAWM, 1988, p. 113).

Justamente no período das viagens de Payró e Cunha, a Patagônia e a Amazônia também foram objeto de impulsos fronteiriços. Ambas as regiões eram o cerne de litígios fronteiriços e impactaram Brasil e Argentina, inquestionáveis potências regionais sul-americanas. No caso da Patagônia, a disputa foi entre o Chile e a Argentina, na segunda metade da década de 1890. No caso da Amazônia, primeiramente entre Brasil e Bolívia, na Questão do Acre (1902-1903) e posteriormente, entre Brasil e Peru, entre 1904 e 1909, o que motivou a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Peruana para o Alto Purus, para delimitação dos territórios de cada país.

Dessa sorte, ambas as regiões ganharam protagonismo nos debates políticos e intelectuais dos dois países. Perscrutemos, então, os significados políticos, econômicos e históricos da Amazônia para o Brasil e da Patagônia para a Argentina.

1.4 Um *desierto* de mata, um sertão de frio

“Um pinheiro que, no Norte,
se ergue sobre um monte calvo,
dorme só. Granizo e neve
cobrem-no de um manto alvo.

Sonha com uma palmeira
que está só, no extremo Oriente,
lamentando-se em silêncio
do alto de um penhasco ardente”.

(Heinrich Heine, “Ein Fichtenbaum”,
tradução de Nelson Ascher)

Iniciemos com o caso argentino. A incorporação oficial da Patagônia ao Estado nacional argentino se deu tardiamente, no último quartel do século XIX.

A destituição da Confederação em 1861 selou a vitória do projeto político unitário para a Argentina. Buenos Aires, que já usufruía da primazia econômica do país, teve seu poder revigorado (PASSETTI, 2009). Sob tal hegemonia, a solidificação das instituições nacionais teve que lidar com o problema das disparidades materiais, sociais e políticas entre a província bonaerense e as regiões menos desenvolvidas. A soberania do Estado unitário precisava se estabelecer em todo o território nacional, sob pena de ser fragilizar (POMPEU, 2011, p. 10). Foi nesse cenário que as zonas ao Sul do território argentino, incluídas partes da região pampeana e a Patagônia, apareceram

como fronteira a ser superada⁸⁷. Havia o propósito de incorporá-las à nação, de torná-las espaços em que a soberania de Buenos Aires também pudesse ser exercida.

A região do extremo meridional da América pertencera ao Império Espanhol nos séculos anteriores. Porém, desde as Independências até as décadas finais do Oitocentos, ainda não havia sido formalmente incorporada pelo Chile, no lado pacífico, nem pela Argentina, no lado atlântico. Até então, os argentinos reivindicavam esse espaço geográfico como parte de seu território, mas o Estado nacional não exercia lá sua soberania. Autoridades e proprietários argentinos tinham que manter relações com os grupos indígenas da fronteira, em períodos ora de maior negociação, ora de maior belicosidade (BECHIS, 2011; LITERAS; BARBUTO, 2018; RATTO, 2003; HALPERÍN DONGHI, 2005; PASSETTI, 2009, 2012, 2018).

Por esses motivos, países europeus, como a Inglaterra, viam a Patagônia como *res nullius*, não a reconhecendo como parte do território argentino. Dessa forma, muitos portos de embarcações inglesas haviam sido anteriormente estabelecidos na Patagônia, mesmo sem necessidade de permissão formal do Estado argentino⁸⁸ (POMPEU, 2012, p. 131).

De tal modo, o interesse em garantir a ocupação da Patagônia buscava angariar legitimidade diplomática para a posse dessa região pelo Estado nacional argentino. À vista do contexto histórico global já examinado (HOBSBAWM, 2013), as investidas militares patagônicas também foram organizadas com o intuito de assegurar a posse da região contra possíveis incursões de potências europeias e do Chile. Desde as Independências, Chile e Argentina tinham litígios fronteiriços em relação às terras patagônicas. Um tratado de limites entre os dois países foi acordado em junho de 1881 (POMPEU, 2012, p. 136).

Outro substancial objetivo da expansão argentina rumo ao Sul era a expectativa de potencializar a produção econômica do país. A próspera pecuária argentina aumentava sua participação no comércio internacional e demandava mais terras (POMPEU, 2012, p. 164; ROCK, 2001, p. 13). Ademais, até os anos de 1880 persistiu consensual entre a intelectualidade argentina a seguinte tese: a de que a solução para os

⁸⁷ Ao Norte, a zona do Chaco (POMPEU, 2012, p. 164) e a região de Misiones (ARANHA, 2014) também eram objeto de projetos de melhor exploração econômica na Argentina. A superação da fronteira vigente e incorporação de novos territórios, mediante o combate contra sociedades indígenas locais, foi um fenômeno também presente na História estadunidense, no que tange ao processo de conquista do Oeste (TURNER, 2004).

⁸⁸ Outro exemplo decorrente do status de *res nullius* atribuído à região por europeus na época foi o da tentativa – malograda – de fundação do Reino da Araucanía e da Patagônia pelo francês Orélie Antoine de Tounens (1825-1878) em 1860 e 1861 (WEHRHEIM, 2014, pp. 111-113).

desafios políticos e econômicos enfrentados pela nação estaria na dilatação da fronteira agrícola e na colonização de novos territórios (HALPERÍN DONGHI, 2005, pp. 134-135). Todo um horizonte de prosperidade se abria aos olhos de governantes, escritores e grandes proprietários.

Nessa perspectiva modernizadora, as elites intelectuais rio-platenses, capitaneadas por Sarmiento e Alberdi e movidas por um imaginário europeizante, propuseram-se a missão política de “civilizar” tais regiões, classificadas como *desiertos*⁸⁹ (HALPERÍN DONGHI, 2005; SORENSEN, 1998; SÁ, 2012; FREITAS NETO, 2008; RATTO, 2019). Essa qualificação veiculava a percepção eurocêntrica de que tais áreas geográficas seriam indômitas e desprovidas de uma alegada “civilização” (POMPEU, 2012, p. 89). Já se denotava, em grande parte, o objetivo de exterminar, aprisionar ou dismantelar as diversas sociedades indígenas locais e parte das demais populações interioranas da região.

Para se apropriar desses espaços, o Estado, sob a presidência de Nicolás Avellaneda (1874-1880) e o comando de Julio Argentino Roca no Ministério da Guerra (POMPEU, 2011, p. 8; PASSETTI, 2009), intensificou uma onda de ataques e ocupações militares a partir do final da década de 1870⁹⁰. Essa série de ofensivas, viabilizadas com o suporte financeiro das elites agrárias nacionais, ficou conhecida como “Conquista do Deserto”⁹¹ (1878-1885) e deixou milhares de indígenas mortos

⁸⁹ A tópica do *desierto* remonta ao clássico de Sarmiento, *Facundo: Civilización y Barbárie*, no qual os vazios dos Pampas argentinos são associados à formação de uma cultura supostamente marcada pela arbitrariedade e ignorância (SARMIENTO, 1985).

⁹⁰ No final da década de 1870, o Exército argentino estava mais fortalecido, uma vez findara a Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Mais robustecido, o Exército pode ser empregado nas operações militares da “Conquista do Deserto”. Para o historiador argentino David Viñas, “las luchas con los indios de la Patagonia (y del Chaco) deben ser vistas como una complementación de la guerra contra los paraguayos y frente a los caudillos federales. Choele-Choel [uma das primeiras investidas militares argentina contra as populações indígenas na ‘Conquista do Deserto’] clausura el circuito abierto em Olta [povoado de La Rioja em que foi morto Ángel Vicente “Chacho” Peñaloza, um dos últimos líderes federalistas argentinos que resistiram ao Centralismo de Buenos Aires] y dramatizado al máximo em Cerro-Corá [batalha da Guerra de Tríplice Aliança]. Esa secuencia no sólo ratifica el proyecto liberal-burgués de homogeneización del político – dentro del cual guaraníes, montoneros y pampas ostentaban una imagen parecida de ‘hombres desnudos, primitivos y racialmente ineptos’ – sino de intenso fortalecimiento de un poder centralizador” (VIÑAS, 1982, p. 16).

⁹¹ A lei nº 947 de 5 de outubro de 1878, conhecida como “Ley del Empréstito” viabilizou economicamente as campanhas militares do Exército Argentino na “Conquista do Deserto”. Segundo Susana Bandieri, especialista em História da Patagônia, os recursos financeiros advieram de interessados na compra de terras pampeanas e patagônicas – que ainda sequer integravam de fato e de direito o território argentino – para exploração ou especulação econômica (BANDIERI, 2005). Foi acordado na referida lei que “o investimento de 1.600.000 pesos fortes nas campanhas sobre a Pampa seria proveniente da venda de títulos referentes às terras entre a fronteira (...) atual e o rio Negro. Quatro mil títulos no valor de 400 pesos fortes cada um seriam disponibilizados à venda e demarcados conforme ocorresse sua anexação ao território nacional.” (POMPEU, 2012, p. 85). Não foi acaso, então, o fato de que a “Conquista do Deserto” tenha sido maciçamente financiada pela elite *terratiente* argentina, capaz

(DELRIO, 2005). Notadamente, a campanha militar de 1879 fixou a fronteira no Río Negro e possibilitou que uma nova etapa das operações de expansão territorial mirasse a Patagônia⁹² – até Terra do Fogo. Essa nova fase ocorreu de 1880 a 1885, já sob a presidência de Roca (POMPEU, 2012, p. 122).

de adquirir tais títulos e sedenta por ampliar seu patrimônio, seja pela via da produção agropecuária, seja pela especulação econômico (HALPERÍN DONGHI, 2005; BANDIERI, 2005).

⁹² Essa pretensão foi manifestada com a lei 954 de 1878, que inseriu juridicamente a Patagônia na administração argentina e criou a *Gobernación* de la Patagonia, abrangendo desde o Colorado até o cabo Hornos, com o governo de Álvaro Barros (BANDIERI, 2014, p. 118). Posteriormente a *Gobernación* seria repartida entre os Territórios Nacionais de Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego, cada um com sua própria *Gobernación*, controlada diretamente por Buenos Aires.

Mapa 1 – Detalhe de mapa da República Argentina (1881), com foco nos territórios do Sul⁹³



Em nome do ideal nacionalista, ampla parcela dos intelectuais – em geral membros das oligarquias e associados às elites políticas argentinas –, deu pleno respaldo a Roca (BRUNO, 2012, pp. 73-78). Aliás, o futuro Chefe de Governo argentino havia angariado muito prestígio, quando jovem, por ter sido um apadrinhado político de Sarmiento, do qual então era aliado (VINÃS, 1982, p. 17). Já no final dos anos de 1870, Roca se tornava ainda mais admirado por muitos intelectuais argentinos ao incorporar a imagem de “autêntico chefe positivista” e “militar civilizador” (*Ibidem, idem*).

⁹³ Fonte: ATLAS geográfico de la República Argentina. París: Garnier, 1881. Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/e-recursos/recursos_didacticos/paquetes/egb/egb_3/cien_soc_5.php>. Acesso em 21. fev. 2021. Como alerta Javier Uriarte (2019), com base em extensa bibliografia e rica análise documental, mapas são poderosos mecanismos discursivos para legitimar movimentos de conquista militar. Essa observação se aplica ao mapa em questão. Ele foi elaborado durante em 1881, em um momento do processo da “Conquista do Deserto” no qual grande parte dos territórios patagônicos – sobretudo, os mais austrais – ainda não havia sido de fato incorporada (BANDIERI, 2014, pp. 116-117).

A maior parte da intelectualidade argentina, então, via as ofensivas militares contra os povos patagônicos como imprescindíveis para a consolidação do Estado argentino, a modernização da República e a construção de uma identidade nacional europeizada (BERTONI, 1992, 1997; SHUMWAY, 2008, pp. 353-358). Esta era particularmente almejada naquele fim de século. As classes médias e altas urbanas cada vez mais aderiam aos hábitos culturais da *Belle Époque* europeia (ROMERO, 2004, pp. 318-325) e a “Geração de 1880” postulava a modernização e a europeização do perfil étnico argentino, por meio da imigração.

A “Conquista do Deserto” foi acompanhada de uma vasta “literatura de fronteira”, sobre os remotos territórios que então o Estado procurava ocupar (SERVELLI, 2010; TORRE, 2007). Essa produção intelectual, majoritariamente composta por relatos de viagem, em geral adotava um *olhar imperial* (PRATT, 1999, p. 33), ou seja, uma perspectiva diretamente comprometida com a conquista da Patagônia (TORRE, 2007). Um dos mais notáveis exemplos dessa literatura foi *La conquista de quince mil leguas – Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia*, obra de 1878 do jurista e publicista Estanislao Severo Zeballos (1854-1923) (ZEBALLOS, 2008). Encomendado por Roca, o livro funcionou como panfleto e como justificativa intelectual da expansão territorial, além de ter fornecido informações estratégicas para as campanhas militares⁹⁴ (POMPEU, 2011, p. 9).

Essa literatura construiu discursos que tomavam a Patagônia como um espaço de “fronteira interna” argentina, como uma região que lhe seria de suposto direito por herança espanhola. Negavam-se as soberanias das sociedades indígenas tradicionalmente ali radicadas, formas de soberania desqualificadas por não comungarem da forma de Estado nacional erigida na Modernidade euroamericana (HARAMBOUR-ROSS, 2012, p. 2). Soberanias que, nas décadas anteriores, haviam

⁹⁴ Antes de Zeballos, diversos cientistas, religiosos, expedicionários civis e militares já haviam viajado à Patagônia, financiados por governos envolvidos nas disputas diplomáticas pela ocupação da região na segunda metade do século XIX. Assim, os relatos produzidos a partir dessas viagens manifestaram pontos de vista acentuadamente alinhados com determinados lados das contendas. Entre tais relatos, podem ser apontados: *At home with the Patagonians*, do capitão da Marinha Britânica George C. Musters (1871), que responderia “a los intereses del gobierno británico” (PÉREZ, 2008, p. 17); *Viaje en las regiones septentrionales de la Patagonia (1862-1863)*, do explorador Guillermo Eloy Cox Bustillos (1863), que atenderia “a los intereses del gobierno de la República de Chile, quien disputaba buena parte del territorio patagónico” (*Ibidem, idem*) com a Argentina; e *Viaje a la Patagonia septentrional (1875-1876)*, relato do naturalista e explorador Francisco Pascasio Moreno (1876) – conhecido como “Perito” Moreno –, publicado nos *Anales de la Sociedad Científica Argentina*. Essa obra de Moreno, que foi fundamental para consolidá-lo como autoridade científica em relação à Patagônia, estaria repleta de “argumentos acerca de las ventajas de ocupar estas tierras [da Patagônia] a expensas de los intereses de los habitantes originarios” (*Ibidem, idem*). Mesmo que menos militante, pode-se argumentar que o texto de Moreno defendia posições políticas para a Patagônia não tão distintas das de Zeballos.

sido implicitamente admitidas pelos argentinos, já que se prestaram a realizar acordos diplomáticos e econômicos com diversos grupos nativos das regiões pampeana e norte-patagônica (BECHIS, 2011; RATTO, 2003; VEZUB, 2005; PASSETTI, 2018a).

Outrossim, essa “literatura de fronteira” obliterava a dimensão imperial da ação conquistadora argentina das décadas de 1870 e 1880. Concebendo os mais de mil quilômetros entre Río Negro e a Terra do Fogo como uma área legitimamente nacional, o Estado não estaria adotando uma postura anexionista ou colonizadora. Estaria meramente reavendo um patrimônio legitimamente herdado, mas que fora subtraído da nação.

Tal retórica deve ser examinada criticamente. O chileno Alberto Harambour-Ross, estudioso da História da Patagônia, entende os movimentos de ocupação da região por parte de Chile e Argentina como modalidades de um “colonialismo pós-colonial” (HARAMBOUR-ROSS, 2012). Com base em trabalhos como o do estadunidense Frederick Cooper (2005), Harambour-Ross questiona o uso as noções de “fronteira interna” ou de “colonialismo interno” pela historiografia contemporânea:

Patagonia as a national frontier refers to its paradoxical location as ideologically central and materially marginal at the same time. **As the “Inner frontier,” it was the object of a longitudinal incorporation from a metropolis located almost three thousand kilometers away,** at the same time that the latitudinal dimension of social and economic displacements pervaded the unsteady efforts of the States to make their presence somehow real.

(...) The “frontier impulse” was a mirror image of the imperial impulse, and they were both acted out on lands which were not “integrated” but rather their own colonies. **It is not possible to call the national closure of “empty spaces” and “deserts” as “internal colonialism,” at least not in the nineteenth century, unless one assumes the existence of the territorial fiction that sought to legitimize the expansion of the Republics** (HARAMBOUR-ROSS, 2012, p. 7, pp. 78-79, *grifos nossos*).

A partir de 1896, quase duas décadas após o início da “Conquista do Deserto”, a Patagônia recobrava sua importância política. Isso se dava justamente em função do reaquecimento dos litígios fronteiriços entre Chile e Argentina pela região (POMPEU, 2012, p. 136). É nesse contexto que Payró foi enviado pelo *La Nación* à Patagônia. Mesmo que suas crônicas não se concentrassem nesse conflito, a longínqua região voltara a ser pauta do dia.

Esse espaço geográfico fora de fato arrebanhado, mas permanecia ainda imensamente desconhecido e subexplorado. Tal era o *status* da Patagônia para a sociedade argentina na década de 1890. Ainda prevaleciam as palavras de Zeballos: “¿A

qué distancia está la Patagonia (...) de Júpiter o de París?” (TORRE, 2007, p. 4). De tão afastada da capital, a região e suas populações ainda representavam uma gigantesca *alteridade* para os leitores metropolitanos de Buenos Aires, que tinham dificuldade em imaginar essa extensa área ao extremo sul como parte integrante da nação argentina (ANDERSON, 2008).

Diante disso, Payró tinha como missão, em suas crônicas, registrar essa área distante e traduzi-la para os leitores portenhos (HARTOG, 1999). A “literatura de fronteira” patagônica das duas décadas anteriores tivera êxito em vislumbrar a Patagônia como parte integrante da nação, justificando a conquista. Cabia a Payró, nesse novo momento, tratar do processo de transformação da Patagônia, de região conquistada, até então alheia ao Estado argentino, em parte integrante desse – ainda que em forma de Territórios Nacionais e não de província, como será exposto. Como a colonização estava lá se dando? Como esses territórios do Sul poderiam se integrar com mais vigor com as áreas centrais argentinas? Que “Argentina”, afinal, poderia sair daqueles rincões austrais? São essas algumas das indagações que movem a obra de Payró.

Passemos ao caso da Amazônia. No início do período republicano brasileiro, a região se converteu em questão cardinal para os debates intelectuais no país, em face do meteórico crescimento da economia da borracha a partir dos últimos anos da década de 1880 – em razão da importância e do elevado valor dessa matéria-prima para as indústrias⁹⁵. Tratava-se de um dos principais produtos de exportação nacional e que encontrou seu apogeu entre os anos de 1900 e 1912⁹⁶ (WEINSTEIN, 1993; PRADO; CAPELATO, 2006). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesse período, o país exportou uma média anual de 34.478 toneladas de látex e demais matérias-primas da seringueira e outras espécies vegetais semelhantes.

⁹⁵ Deve-se considerar que “características químicas como plasticidade, elasticidade, impermeabilidade e propriedades isolantes levaram a borracha amazônica a ocupar um lugar importante no mundo” (GUIMARÃES, 2010, p. 713).

⁹⁶ A produção da borracha entrou em decadência nas décadas de 1910 e 1920 devido à concorrência da produção gomífera em colônias britânicas na Ásia (SANTOS, 1980) e ao desmantelamento do sistema de aviamento, baseado em compras a crédito, que financiava a produção da borracha na Amazônia brasileira (KLEIN, 2014). Tratava-se de uma cadeia de fornecimento de mercadorias a crédito, com especial capacidade de gerar o endividamento dos trabalhadores extrativistas: “O chamado ‘aviamento clássico’ (...) se estabeleceu na segunda metade do século XIX como forma de acentuar o controle do aviador sobre o trabalho do pequeno produtor extrativista: os núcleos produtivos familiares foram substituídos por trabalhadores isolados, sem tempo ou condições para executar atividades de subsistência e completamente dependentes dos produtos fornecidos pelo barracão em troca principalmente de borracha e castanha” (SAMPAIO, 2002, p. 2).

Essa quantia contabilizava, na média, o valor de 13.324 milhares de libra-ouro (IBGE, 1990), por ano.

Em consequência, a Amazônia brasileira atravessou um acelerado crescimento econômico, que se desdobrou em uma profunda remodelação urbana de Belém e Manaus. Nesta última, foram criados “vários serviços (redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação de ruas, circulação de bondes)” (GUIMARÃES, 2010, p. 713). A capital amazonense também ganhou um “sistema de telégrafo subfluvial, que garantia a comunicação (...) com os principais centros mundiais de negociação da borracha” (DAOU, 2000, p. 37) e o Teatro Amazonas, símbolo da prosperidade da chamada *Belle Époque* amazônica. Diante de sua proeminência, o tema da Amazônia emergiu como objeto de interesse político, econômico e intelectual no Centro-Sul⁹⁷.

Tais preocupações gravitavam em torno das aspirações de modernização e exploração econômica da região, presentes na intelectualidade brasileira nos anos em questão (HARDMAN, 2005). Muitos letrados defendiam o fortalecimento da integração da Amazônia – que, apesar da urbanização manauara e belenense, ainda era encarada como pretensamente desértica e isolada, em sua maior porção – com o território nacional, o que poderia fomentar o desenvolvimento material da região e do país. Para tanto, era necessário salvaguardar a soberania brasileira nos territórios do país na Amazônia, cobiçados por seus vastos recursos naturais.

No caso da Amazônia brasileira, o imperativo da defesa territorial veio à tona com as disputas diplomáticas sobre as fronteiras amazônicas junto à Bolívia entre 1899 e 1903, no que concernia à exploração e reconhecimento dos territórios do Acre⁹⁸, e junto ao Peru, em relação à bacia hidrográfica do Alto Purus, entre os rios Madeira e Javari, entre 1904 e 1909 (TOCANTINS, 1992; HECHT, 2013). No que diz respeito ao segundo conflito, foram criadas pelo Itamaraty – sob o comando do Barão do Rio Branco – a Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Juruá e a Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. Junto com os órgãos análogos peruanos,

⁹⁷ A Amazônia também era objeto de projetos médico-sanitaristas para o combate a patologias tropicais, como a viagem de comissão do Instituto Oswaldo Cruz entre 1912 e 1913, liderada por Carlos Chagas, para avaliação sanitária dos principais centros de produção de borracha (TRINDADE LIMA; BOTELHO, 2013, p. 746).

⁹⁸ O litígio foi solucionado pelo Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, pelo qual a Bolívia cedia ao Brasil o território do Acre em troca de compensações territoriais e pecuniárias. O Tratado também previa a construção da ferrovia Madeira-Mamoré (concluída em 1912) por parte do governo brasileiro para conectar Porto Velho a Guajará-Mirim, evitando a passagem pelas principais cachoeiras do rio Madeira, facilitando o transporte e comercialização da borracha brasileira e boliviana. A incorporação do Acre foi logo exaltada por diversas ações do Estado (SANTOS, 2021, pp. 213-217).

elas tinham o intuito de examinar *in loco* a área litigiosa e contribuir para a demarcação das fronteiras entre os dois países⁹⁹. A Comissão do Alto Purus seria, justamente, chefiada por Euclides da Cunha em 1905.

Muito antes disso, nos primeiros séculos da Era Moderna, a Amazônia povoava os imaginários dos colonizadores da América Ibérica, remetendo a motivos míticos e edênicos (HOLLANDA, 1992). Entretanto, o conhecimento dos colonizadores da Geografia da região, de seu ambiente e de seus habitantes ainda era bastante precário. Já nas décadas iniciais do século XIX, a área veio a ser destino de muitos viajantes naturalistas europeus, como o naturalista e autor romântico prussiano Alexander Von Humboldt (1769-1859), a fim de estudar a fauna e a flora locais (GUIMARÃES, 2010). Os escritos desses viajantes tinham uma dimensão científica, mas sua abordagem ainda era bastante atravessada por uma estética predominantemente romântica e subjetiva.

Em contraste, durante o início da Primeira República, período de Euclides, a necessidade de efetiva integração da Amazônia às regiões economicamente mais desenvolvidas do país ensejava a produção de um conhecimento mais objetivo e prático sobre a região (SANDEVILLE JR., 1999, p. 15, pp. 237-238; BUENO, 2002, pp. 46-48). Conhecimento que não privilegiasse somente os aspectos naturais, mas também contemplasse os temas sociais e os potenciais econômicos da área (SEVCENKO, 2003, p. 169). Era uma região tradicionalmente marginalizada na formação histórica brasileira, da Colônia à República. A Amazônia era

um território já demarcado por brutalidades antigas que o puseram à força nas franjas do processo civilizatório ocidental e colonial desde pelo menos o século XVII. À diferença dos confins baianos, que enquadravam uma terra e uma história, lenta e silente por três séculos, acelerada e ecoando devastadoramente em todo o país naqueles últimos anos dos oitocentos e primeiros da República, os sertões amazônicos permaneciam mais vastos e dispersos como cenário territorial, mais anônimos e esgarçados como lugar dos choques civilizacionais, mais problemáticos como parte a ser reconhecida da grande narrativa nacional (HARDMAN, 2009, p. 57).

Tal situação advinha das várias tentativas malogradas de adensamento populacional e estabelecimento de instituições estatais nas profundezas da selva, desde

⁹⁹ Segundo Luís Cláudio Villafañe G. Santos, a rigor, não se pode dizer que as Comissões tinham como prerrogativa a definição dos limites: “ao contrário do que é dito com frequência, as missões não tinham por finalidade demarcar as fronteiras – pois isso só pode ser feito depois de celebrado um tratado definitivo de limites. Elas eram um passo prévio: trariam informações para a negociação de um eventual acordo. Enquanto isso, a situação se acalmava e a diplomacia ganhava tempo” (SANTOS, 2021, p. 228).

os tempos do Marquês de Pombal, no Setecentos (SOUZA, 2002, pp. 31-33)¹⁰⁰. Daí o aspecto de ruínas de determinados fortes construídos na selva, tópica frisada por diversos relatos de viagem à região e particularmente pelos escritos de Euclides da Cunha, como será visto no **Capítulo 5**.

Para as elites intelectuais cariocas e bonaerenses, a Patagônia e a Amazônia eram áreas sob o signo de ainda considerável isolamento geográfico e desconhecimento científico¹⁰¹. Regiões que, na virada para o século XX, foram entendidas como “desertos” ou “sertões”. Esses espaços não eram apenas vistos como distantes das regiões nacionais do poder político e econômico, mas como os opostos das regiões consideradas mais desenvolvidas (MURARI, 2007a, pp. 47-57). No caso do Brasil, tal contraste de espacialidades colocava, de um lado, os interiores e, de outro, o litoral. A faixa litorânea era vista, desde o período colonial, como o lócus da civilização.

Roberto Ventura explica como as noções de “deserto” e “sertão” eram empregadas por Euclides da Cunha (BOLLE, 2005, pp. 146-147). O engenheiro e jornalista

recorreu, em seus escritos sobre Canudos e o Purus, a uma mesma imagem: o deserto. A imagem aproxima a floresta tropical da caatinga do semi-árido, os sertões baianos dos amazônicos. Selva e sertão são vistos como desertos por seu **isolamento geográfico e povoamento rarefeito, e, sobretudo, por serem territórios ainda não explorados pela ciência, que os viajantes evitavam e que os cartógrafos excluía**m de seus mapas.

(...) Sertão designa, segundo o dicionário de Moraes Silva, o interior ou o coração das terras, região longe da costa e do mar. **Sertão é, para Euclides, tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia,**

¹⁰⁰ Conforme lembra Barbara Weinstein (1993), as zonas da borracha, mesmo sendo ávidos focos da exploração econômica eram dispersas e de difícil acesso, considerando o labirinto da hidrografia da densa vegetação amazônica.

¹⁰¹ Nicolau Sevcenko lembra que o interior da Amazônia foi o destino, na Primeira República, do remanejamento compulsório de pessoas vistas como “indesejáveis” por governos locais e regionais, como os indivíduos identificados pelos órgãos policiais como integrantes da Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904: “Essa repressão brutal e indiscriminada não se restringiu aos dias que se sucederam imediatamente ao término do motim. (...) Lima Barreto o confirma, anotando em seu diário que ‘trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. **Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre**’” (SEVCENKO, 2010, p. 98, *grifos nossos*). Sevcenko afirma, na mesma linha, que “Seu destino final [*dos banidos da Revolta da Vacina*] se compara àquele dos míseros flagelados das secas do Nordeste, aos quais os governantes reservaram idêntico tratamento. **Chegados que fossem às cidades do litoral, as autoridades os amontoavam brutalmente em vapores especialmente designados para levá-los às pressas para o coração da floresta amazônica**” (*Ibidem*, pp. 104-105, *grifos nossos*). *Acre, Sibéria tropical*, obra historiográfica de Francisco Bento da Silva (2013), é uma boa referência sobre o tema dos desterrados para o território acreano na década de 1910. Essa condição de local de desterro forçado, que sinalizava a parca infraestrutura e irrisório zelo do Rio de Janeiro pelo Acre, elucida como os projetos de Euclides da Cunha – analisados no **Capítulo 4** – a para o desenvolvimento do território eram ousados. Tratava-se de missão verdadeiramente desafiadora.

que não foram mapeados de forma sistemática. São regiões à margem da empresa escritural e discursiva que se apropriou do além-mar e do Novo Mundo transatlântico como parte da expansão e da implantação das operações militares, comerciais e religiosas da civilização ocidental (VENTURA, 1998, *grifos nossos*).

A historiadora Heloísa Starling aborda os múltiplos significados do conceito de *sertão* nas Ciências Sociais brasileiras, alguns dos quais, destacamos, bastantes afins à concepção euclidiana:

Sertão é uma palavra carregada de ambiguidade. Não sabemos sua origem. Talvez seja uma contração do aumentativo *desertão*, e tenha chegado até nós, embarcada na África, durante o século XVII. Mas aclimatou-se bem no Brasil: seu sentido tornou-se combinado e múltiplo. (...) *Sertão* pode indicar a formação de um espaço interno, a fronteira aberta, ou um pedaço da geografia brasileira onde a terra se torna mais árida, o clima é seco, a vegetação escassa. **Mas a palavra é igualmente utilizada para apontar uma realidade política: a inexistência de limites, o território do vazio, a ausência de leis, a precariedade dos direitos. É o espaço em que a imaginação cultural brasileira se encontrou com um de seus campos simbólicos mais ricos e os grandes explicadores do Brasil identificaram ali um condicionante histórico e político da formação do país.** O fato de que o sentido da palavra *Sertão* transcende o de uma delimitação espacial precisa possibilitou sua transformação em um enunciado original capaz de considerar a existência de uma continuidade temática e de uma perspectiva original de interpretação do Brasil sempre fincada numa situação de ambivalência. **Sertão é, paradoxalmente, o potencial de liberdade e o risco da barbárie – além de ser também uma paisagem fadada a desaparecer**” (STARLING, 2019, *itálicos da autora, grifos nossos*).

Fica manifesta a proximidade entre as noções de “sertão” e de *desierto* nos contextos amazônico-brasileiro e patagônico-argentino finisseculares. É oportuno esclarecer que tais representações não correspondiam a uma realidade geográfica inata, autoevidente. A esses conceitos subjaziam percepções que, referenciadas em expectativas políticas e sociais, atribuíam o caráter de *vazio* às regiões que não as cumpriam.

Por exemplo, no caso do imaginário da *Belle Époque*, a ideia de que uma região deveria ser povoada por populações humanas consideradas “civilizadas”; deveria ter produção econômica substancial e inserida na racionalidade capitalista; deveria seguir padrões culturais europeizados; deveria contar com instituições políticas organizadas na forma de um Estado moderno e com funcionamento efetivo. Descumpridas essas condições, uma região tendia a ser considerada como um “deserto” ou um “sertão”. Não deixa de ser uma forma de “descrição pelas ausências”, nos termos de Hartog (1999).

Essa tópica não esteve presente só em relatos de viagem como os de Euclides e Payró – ora reafirmada, ora questionada pelos autores, conforme veremos (GÁRATE, 1995, p. 152, p. 173). Foi um elemento indispensável para os Estados nacionais independentes e, antes, as metrópoles europeias justificarem seu domínio nas Américas e organizarem visões de futuro. É o que argumenta o pesquisador Javier Uriarte em *The Desertmakers: travel, war and the State in Latin America*:

In several Latin American countries the desert has been understood as primordial solitude, an elemental void. This trope was used repeatedly, first by foreign travelers and later by Latin American intellectuals; it was a construction, a necessary fiction for the establishment of nations. **This idea of America as a *tabula rasa* in which history was always about to begin and had to be constructed, as a virgin space waiting for projects to be brought to fruition in it, was a constant in the literature on the continent from the so-called discovery until the first half of the nineteenth century. (...) This book suggests that the end of the desert as a representation coincides with the creation of the desert as appropriated by the state** (URIARTE, 2019, *itálicos do autor, grifos nossos*).

Ou seja, com a representação de *deserto* enfatizava-se a ideia de carência em um determinado espaço, falta que se pretendia suprir por meio da ação e do poder do Estado. Segundo Uriarte, na História Latino-Americana, em geral tão logo a dinâmica de incorporação desse espaço geográfico por parte do poder estatal se inaugura¹⁰², a caracterização pelas *ausências* costuma ceder vez à representação das *potências*, das possibilidades daquele lugar (*Ibidem*; RODRÍGUEZ, 2010; MARX, 2000, pp. 3-6). Passa a ser afirmada a possibilidade de administração e transformação dessa região, levando-a a um desabrochar de modernidade. Na formulação de Miriam Gárate, a respeito de Facundo e da “Geração de 1880”: “para acabar com o deserto (...) primeiro se terá que produzi-lo [*política e discursivamente*], esvaziando o solo do ‘outro’” (GÁRATE, 1995, p. 172).

¹⁰² Javier Uriarte aponta que em meio ao processo de fixação do poder estatal em regiões reputadas como “desérticas”, “vazias” e passíveis de dominação e transformação, também costuma ocorrer outro tipo de “desertificação”: aquele em que um Estado promove a guerra e o desmantelamento das sociedades e de quaisquer elementos possivelmente opostos ao estabelecimento de sua autoridade naquele espaço. Nesse aspecto, a representação discursiva de um território como “deserto” sói acompanhar esse processo político de “desertificação”, isto é, de destruição. Essa devassa objetiva tornar tal território uma *tabula rasa*: integralmente disponível para futuros projetos de desenvolvimento e colonização avalizados pelo Estado. Uriarte analisa os casos da Guerra de Canudos e da “Conquista do Deserto” como exemplares dessa dinâmica na América do Sul do século XIX (URIARTE, 2019). Para que letrados argentinos considerassem a região patagônica um “deserto” que futuramente poderia se “civilizar”, com a ação estatal e projetos para desenvolvimento econômico, fizeram-se necessárias a violência exterminadora e o desmantelamento feroz das sociedades indígenas locais (RODRÍGUEZ, 2010). No caso brasileiro, tratava-se de “reconquistar” o arraial do Belo Monte, espaço que tradicionalmente pertencia à jurisdição brasileiro, mas no qual o primado do Estado encontrou o obstáculo da comunidade de Conselheiro. A representação de Canudos como “subtraído da civilização” foi imprescindível para legitimar a razia do Exército.

Em resumo, para usar conceitos-chave do século XIX, tem-se um percurso intelectual que vai da representação da *barbárie* ou *selvageria* – passada e presente – à representação de uma *civilização* incipiente e porvindoura (SÁ, 2012). É nessa operação ideológica, nessa passagem tensa e contraditória de um tipo de caracterização a outro, que se localizaram os relatos de viagem de Euclides da Cunha e Roberto Payró (ZILLY, 2001).

Afirmá-lo não significa considerar que Cunha e Payró deram carta branca para os mandos e desmandos estatais na Patagônia e no Acre – ou em Canudos –, o que esteve muito longe de ser realidade. A questão é mais complexa. Ambos os letrados julgaram que os processos de incorporação dos referidos espaços pelos Estados nacionais não reproduziam verdadeiros ideais de “civilização”, por pecarem pela arbitrariedade e/ou pelo desamparo. Mas nem por isso os dois autores repeliram o *horizonte de expectativas* de integrar tais regiões na moderna dinâmica estatal e capitalista (KOSELLECK, 2006). Na verdade, com todas as minuciosas propostas que fizeram em seus relatos de viagem, o brasileiro e o argentino queriam influir e intervir no andamento desse processo, determinando-lhe as direções. É no interior desse horizonte que Payró construiu o seu projeto para a Patagônia e Euclides, o seu projeto para o Acre.

Esse aspecto não se nota apenas nas recomendações políticas feitas pelos dois intelectuais. Ele também pode ser enxergado no fato de seus textos de viagem trabalharem com uma escrita territorializadora. Uma escrita que ansiou “trazer” o Oeste amazônico para o Brasil e “trazer” a Costa atlântica patagônica para a Argentina. Isto é, uma literatura que pretendeu contribuir, no plano da república das letras, para o processo de assimilação nacional desses espaços fronteiriços, *civilizando-os*. Atentemos a esse caráter *territorializador* de *La Australia argentina* e *À margem da História*.

1.5 Escritas territorializadoras: discutir e combater a extraterritorialidade na – e por meio da – literatura

Tanto Payró como Euclides, ao rumarem respectivamente para a Patagônia e para a Amazônia, tinham ciência do desafio que o desenvolvimento econômico que aquelas regiões representavam. Sabiam que elas ainda se colocavam como superficialmente povoadas e fragilmente integradas ao território nacional. As duas regiões, apesar de serem vastos territórios possuídos por seus países, ainda eram

reconhecidas como uma alteridade, como franjas ainda não plenamente nacionais – nem no quesito institucional, nem no econômico e nem no do imaginário coletivo. Mais do que isso, constituíam espaços grandemente desconhecidos pelo próprio Estado.

Esse *status* trazia uma questão muito sensível àqueles que criam no progresso das nações e da Humanidade por meio da ciência, caso dos dois viajantes e escritores aqui estudados. Como nota Luiz Costa Lima, “dentro de uma visada científicista, a situação de desconhecido é tão só a etapa prévia e vencível do conhecido. Dentro dela, **não há lugar para a terra ignota**” (COSTA LIMA, 1997, p. 151, *itálicos do autor, grifos nossos*). De tal sorte, a mais primordial tarefa que se punha a Payró e Euclides era a de colocar a Amazônia e a Patagônia “no mapa”: desvendá-las, explicá-las e grifar sua importância (GÁRATE, 1995, p. 167).

Payró, na abertura de *La Australia Argentina*, afirma que a missão da viagem lhe agradava muito tanto por “conocer esas tierras patagónicas en que muchos hombres de pensamiento cifran tan altas esperanzas” (PAYRÓ, 1898, p. 1) como por poder ser útil aos “habitantes cuasi solitarios de aquellas apartadas comarcas” (*Ibidem, idem*). Em ambos os casos, denota-se a visão da Patagônia como *desierto*, passível de ser mais bem explorado pelo país, abandonando tal condição.

Em Euclides, o apartamento da Amazônia em relação às instituições estatais do Brasil também é sublinhado, em meio ao espanto do viajante:

Naqueles lugares, **o brasileiro salta; é estrangeiro; e está pisando terras brasileiras**. Antolha-se um contra-senso pasmoso: à ficção de direito estabelecendo por vezes a **extraterritorialidade, que é a pátria sem a terra, contrapõe-se uma outra, rudemente física: a terra sem a pátria**. (CUNHA, 2000, p. 121, *grifos nossos*).

Pode-se dizer, então, que a Patagônia e a Amazônia representavam uma “extraterritorialidade”, para usar o vocábulo de Euclides, em relação a seus países. Algo que o escritor brasileiro já percebera em relação a Canudos:

Os novos expedicionários ao atingirem-no [*o sertão de Canudos*] perceberam esta transição violenta. **Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha**. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. **Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria**. (...) O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores – uma invasão – em território estrangeiro. **Tudo aquilo era uma ficção geográfica** (CUNHA, 2016, pp. 466-467, *grifos nossos*).

Como a região do arraial de Belo Monte, o Acre e o extremo Sul argentino eram espaços geográficos em que Cunha e Payró se sentiam quase que estrangeiros, a despeito de estarem, juridicamente, dentro das fronteiras de suas nações. Espaços geográficos radicados uma situação ambígua. De um lado, suas pátrias ainda não os haviam absorvido e integrado firmemente – a “pátria sem a terra”. E de outro, as áreas ainda viviam de maneira muito isolada dos maiores núcleos da política, da infraestrutura e do desenvolvimento econômico nacional – a “terra sem a pátria”.

A Amazônia causou um estranhamento duplo para Cunha. Em primeiro lugar, pelo fato de ainda não estar de fato fortemente vinculada ao “Brasil oficial”. Em segundo, pelo fato de a região, estando negligenciada por parte do Estado, afirmar-se enquanto um ambiente natural inóspito, “rudemente físico”, que “abandona” o ser humano. Um ambiente que a modernidade ainda não teria açambarcado e no qual o senhorio humano, calcado na ciência e na técnica, enfrentaria por demais óbices para conseguir se impor frente à natureza.

Essa condição peculiar e movediça da Patagônia e da Amazônia – entre o pertencimento e o alheamento em relação à Argentina e ao Brasil – não advém de um completo desprezo e preterimento de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. Na virada do século XIX para o XX, a Patagônia havia sido recentemente conquistada, a partir de grandes investimentos e esforços militares do Estado central, e a Amazônia oferecia o “ouro negro” da borracha. Ambas as regiões eram depositárias de muitos projetos não só por capitalistas como também por intelectuais e políticos, como sugere a frase de abertura da primeira crônica patagônica de Payró.

Assim, o estado *sui generis* em que a Patagônia e a Amazônia se encontravam não era gerado por uma completa marginalização por parte dos Poderes Executivos centrais, mas, antes, pelo fato de o processo de territorialização das regiões – a incorporação física, econômica, política e social ao país – não ter se dado de maneira completa e densa. Ou, em outras palavras, pelo fato de as duas áreas ainda estarem sob esse processo de *territorialização* geográfica e simbólica.

Note-se que a expansão do capital e de instituições políticas para regiões consideradas como “remotas” – quando não reputadas mesmo como “selvagens” e “incivilizadas” – foi uma marca do período da “Era dos Impérios” e não se restringiu ao fluxo das metrópoles a suas colônias. Também abrangeu o processo de ocupação territorial de áreas internas às nações e às colônias. Foi um período de grande expansão

global da malha de transportes navais e ferroviários (HOBSBAWM, 1988, p. 96; OSTERHAMMEL, 2015).

Ao chamar a Patagônia de “Austrália argentina”, Payró ambicionou um futuro de prosperidade econômica para a região, aludindo aos então recentes progressos da nação da Oceania. A metáfora demonstrava, igualmente, uma consciência da dimensão global dos processos de expansão política, geográfica e capitalista a rumo a *hinterlands* de diversos cantos e continentes. Nessa perspectiva, os dilemas e dificuldades que a Patagônia encontraria no decorrer de sua ocupação e desenvolvimento não seriam tão diferentes daqueles de outras plagas também sob processo de *territorialização* mundo afora. Veremos nos próximos capítulos que Euclides expressou percepção análoga.

Desse modo, os relatos de viagem de Payró e Cunha foram testemunhos vivos das ambiguidades e dos impasses presentes nesse processo de integração do extremo Sul argentino e o extremo Norte brasileiro – e em especial, o Noroeste do país, se pensarmos particularmente no Acre. As próprias viagens dos dois autores representam movimentos de tal processo, tendo em vista que se associavam consideravelmente aos anseios dos governos centrais de afirmação da soberania do Estado nacional naqueles espaços, mediante o empenho para delimitação das fronteiras e resolução de litígios com os países vizinhos.

A relação de Euclides com esse movimento foi mais direta, na medida em que viajou à Amazônia na condição de chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus e que respondia diretamente ao Itamaraty, Ministério de Estado responsável pela organização da empreitada. Por outro lado, conquanto Payró fosse enviado não do poder público, mas de um órgão de imprensa – o *La Nación* –, há de se considerar o robusto peso político que esse jornal, associado à influente corrente do Mitrismo, detinha (VICTORERO, 2013).

Além disso, como conta em suas primeiras crônicas patagônicas, Payró viajou a bordo do Transporte Nacional Villarino no início de 1898 junto dos peritos – incluindo o célebre cientista Francisco Pascasio “Perito” Moreno (1852-1919) – da comissão argentina de limites que iriam fazer novas mensurações territoriais, em meio ao conflito argentino-chileno (FREITAS, 2010; MORENO, 1898). Esse órgão era responsável, junto com seu análogo chileno, por promover a demarcação de fronteiras dos dois países na Patagônia. Payró e os peritos seguiram o mesmo trajeto até o território de Santa Cruz, ponto a partir do qual a comissão adentraria o interior do território patagônico –

rumo à fronteira com o Chile –, enquanto o jornalista seguiria seu itinerário pela Costa Atlântica (TORRE, 2007).

A ida de escritores prestigiados oriundos das capitais a essas regiões evidenciava uma tentativa de apurar a compreensão sobre tais espaços. Trazendo notícias, impressões, descrições, análises e denúncias, os relatos dos dois autores contribuíam para uma apreciação estética e científica dos rincões do território nacional. Favoreciam um reconhecimento – mesmo que rudimentar e ainda sob o signo de uma alteridade – desses espaços como partes integrantes da nação, o que contribuía para legitimar o poder do Estado sobre esses territórios (ANDERSON, 2008; SERVELLI, 2014, pp. 216-253).

Na América do Sul de fins do século XIX e início do XX, esse exercício e “imaginação” da nação não foi exclusividade da escrita de Payró e Cunha, nem da Argentina e do Brasil. Laura Janina Hosiasson, em *Nação e imaginação na Guerra do Pacífico*, analisou como relatos de viagem, diários, contos e contos militares testemunharam e contribuíram para um processo de construção de sentimentos de pertença nacional das populações e dos territórios envolvidos nesse conflito que mobilizou Bolívia, Chile e Peru (HOSIASSON, 2012; PIMENTEL, 2012).

Como aponta o crítico literário argentino Martín Servelli, *La Australia argentina* pode ser inserida na rubrica da “literatura de fronteira”, na medida em que a obra escolhera como tema central um

espacio simbólico y territorial llamado frontera, que a un tiempo debe ser **superado para transformar la Nación en un Estado moderno, y representado para constituir el acervo de la cultura Nacional** (SERVELLI, 2010, p. 42, *grifos nossos*).

Payró operou, pois, uma escrita territorializadora, o que também se aplica aos escritos amazônicos de Euclides. Acompanhando o processo de apropriação e de defesa da Amazônia e da Patagônia por parte dos Estados nacionais, eles buscaram inserir essas regiões no *corpus* literário de seus países. Logo, os autores também “tomaram posse”¹⁰³ de tais áreas e lhes conferiram um lugar – ainda que periférico – na literatura nacional. Como afirma Servelli:

(...) La lógica de la secuencia pareciera coincidir con la de los hechos: los factores económicos y políticos generaron un espacio en permanente disputa y una particular interacción entre grupos social y culturalmente diferenciados,

¹⁰³ Tratava-se de uma operação privilegiada, uma vez que, nos círculos intelectuais de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, pouquíssimos eram os que já houvessem viajado à Patagônia e à Amazônia. A voz autoral de Cunha e Payró assumem, desse modo, um posto de autoridade, em função da exclusividade do acesso a essas regiões (SAID, 2005).

de los cuales la literatura vino a dar cuenta. Pero este razonamiento es falaz justamente en su carácter secuencial ya que los dispositivos discursivos de hecho se conjugaron con la expansión empírica de los límites físicos conformando un único proceso de territorialización que combinó operaciones militares, relevamientos cartográficos, apropiaciones científico-discursivas, leyes, decretos, disposiciones y una compleja trama literaria. De ahí que en este contexto podamos utilizar el término escritura en un sentido amplio, que refiere la praxis específica de una tecnología humana, y en otro, acotado, correspondiente al campo del derecho, que lo interpreta como *toma de posesión* (*Ibidem*, p. 47, *itálicos do autor*).

Não à toa, na carta-prefácio à *La Australia argentina*, Bartolomé Mitre escreve a respeito da obra de Payró:

Se dice geralmente de todo libro nuevo, para encarecer su originalidad, que 'hacen falta'. Del suyo puede decirse esto con verdad, porque, en efecto, faltaba y llena utilmente um gran **vacío**. (...) No basta ser dueño de un territorio rico, **si el hombre no se identifica con él por la idea** (...) y sobre todo si el libro no **le imprime el sello que constituye como un título de propiedad, haciéndolo valer más** (PAYRÓ, 1898, pp. V-VI, *grifos nossos*).

A relação entre a escrita territorializadora e o domínio estatal de determinadas regiões foi extensamente analisada pelo crítico literário palestino Edward Said (1935-2003), em obras como *Cultura e Imperialismo*. Malgrado trate especificamente dos vínculos entre metrópoles europeias e suas possessões imperiais, as observações de Said também podem ser estendidas para a relação entre os poderes centrais nacionais e os espaços nos limiares de um país, caso das duas regiões abordadas neste estudo:

o empreendimento imperial depende da idéia de possuir um império, como Conrad parece ter entendido com grande clareza (...) Talvez eu exagere um pouco, mas quero afirmar que, longe de ser “apenas” literatura, *Coração das trevas* e sua imagem da África **estão extremamente implicados e, na verdade, fazem parte orgânica da “disputa pela África” contemporânea à composição de Conrad**. Na verdade, o público conradiano era restrito, e além disso Conrad era muito crítico em relação ao colonialismo belga. Mas, para muitos europeus, ler um texto bastante rarefeito como *Coração das trevas* era o máximo que se aproximavam da África, e neste sentido restrito fazia **parte do esforço europeu em manter o domínio, pensar e traçar planos para a África. Representar a África é entrar na batalha pela África**, inevitavelmente ligada à resistência posterior, à descolonização e assim por diante (SAID, 1995, p. 42, p. 94, *grifos nossos*).

Tal como o escritor polaco-inglês Joseph Conrad (1857-1924), Cunha e Payró se inseriram em “batalhas” pela Amazônia e pela Patagônia. Cunha e Payró, como “viajantes intelectuais”, fizeram de suas viagens oportunidades para a reflexão e análise social e científica, a partir de seus cabedais literários e ideológicos. A avaliação crítica do estado em que a Patagônia e a Amazônia se encontravam era, por conseguinte, um dos tópicos centrais a serem desenvolvidos em seus relatos. Isso implicava uma

discussão acerca das ações – ou inações – do Estado em relação às áreas. Dessa forma, como aponta o crítico literário Jens Andermann, Payró reprovou duramente as ações de Buenos Aires em relação à Patagônia:

Es la literatura la que le ortoga valor a la tierra fronteriza, tanto por haber calogizado sus ingredientes y anticipado su incorporación a la economía nacional, como por haber logrado inscribirla en la iconografía paisajista de la nacionalidad. Al mismo tiempo, ese doble reconocimiento del valor de y en lejanía se vuelca sobre el centro con un discurso crítico hacia el Estado y hacia la facción intelectual dominante que no ha sabido hacerse cargo de esa riqueza que recién la acción heroica del escritor-viajero va poniendo al alcance de los argentinos. Son éstos, precisamente, los dos costados – complementarios más que antagónicos – de la serie de escrituras viajeras: por un lado, son agentes de expansión del dominio estatal al que, por el otro lado, se le critica su administración deficiente del país. **Al mismo tiempo que colabora estrechamente en el proceso de integración territorial – militar, económica y tecnológica – del Estado-nación, la escritura de viaje también produce un nuevo nacionalismo territorial, a veces de rasgos fuertemente críticos hacia los proyectos políticos oficialistas** (ANDERMANN, 2000, p. 72, *grifos nossos*).

Percepção semelhante pode ser identificada em alguns textos produzidos no bojo de viagens para os “sertões” brasileiros durante a Primeira República. É o que revelou o estudo de Nísia Trindade Lima sobre os relatórios da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1916) – também conhecida como “Comissão Rondon” – e das viagens feitas por cientistas do Instituto Oswaldo Cruz nas décadas de 1900 e 1910 para trabalhos sanitários no interior de diversos estados brasileiros (TRINDADE LIMA, 1998; ROHTER, 2019). Como os escritos de Euclides sobre Canudos e sobre a Amazônia, esses relatórios identificaram um profundo estado de penúria, abandono e apartamento das gentes interioranas do país em relação às instituições do Estado nacional¹⁰⁴.

Esses textos enxergaram tais populações e espaços como elementos patentes de uma essência das condições étnicas, materiais, sociais e culturais do Brasil, um país que ainda não estava conciliado com suas imensidões territoriais. Como sugere Trindade Lima, “a idéia de sertão se transforma numa metáfora para pensar o Brasil” (TRINDADE LIMA, 1998). É justamente essa a noção manifestada em célebre

¹⁰⁴ Tal diagnóstico suscitava a proposição de receituários políticos para o país. Entre eles, Nicolau Sevckenko destaca aquele que conjugava Sanitarismo e modernização urbana: “O sucesso da campanha da vacinação e, de uma forma mais ampla, do processo de Regeneração [*processo de remodelação urabana carioca liderado pelo Prefeito Pereira Passos*], em implantar uma nova sociedade no Rio de Janeiro, foi tamanho e tão facilmente constatável, que muitos representantes da elite dirigente viram nele uma forma de redimir o atraso do país, aplicando-o a todo o território nacional. Foi por isso um adágio muito freqüente dentre as elites nesse primeiro terço da fase republicana, o de que ‘o Brasil é um imenso hospital’. De onde se concluía que a solução para os problemas do país dependeria da aplicação de técnicas sanitárias, profiláticas e médicas” (SEVCENKO, 2010, p. 131).

afirmação de *Os Sertões*, segundo a qual nos povos sertanejos brasileiros estaria “a rocha viva da nossa raça” (CUNHA, 2016, p. 536). No mesmo sentido, Euclides também afirmou, a respeito do processo histórico de povoamento dos vastos interiores nordestinos: “Aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso de nossa nacionalidade” (*Ibidem*, p. 103). Apesar de serem alguns anos posteriores à publicação de *Os Sertões* e de *À margem da História*, os documentos da “Comissão Rondon” e do Instituto Oswaldo Cruz expressaram ideias similares. Neles

sobressai como elemento comum a ênfase em seu caráter civilizatório. **O povo era geralmente apresentado como um ator em “estado de latência” numa situação de pré-cidadania (...)** Essa idealização e distância em relação ao “povo real” nos debates da intelectualidade do período podem ser vistas também em outros movimentos que focalizaram o interior do país numa crítica à imitação servil das elites intelectuais e políticas. **Promove-se a ampliação do sentido atribuído à palavra sertão, superpondo-se a critérios geográficos e demográficos as idéias de abandono e de exclusão.** Um sertão caracterizado pelo abandono e pela doença. **Um sertão desconhecido mas que era quase do tamanho do Brasil** (TRINDADE LIMA, 1998, *grifos nossos*).

Se as áreas interioranas como um todo genérico assumiam particular relevo nos debates nacionais, o que dizer, então, da Patagônia e da Amazônia Ocidental, espaços que estavam em meio a litígios fronteiriços? Diante disso, Euclides e Payró já levavam em suas bagagens uma série de expectativas e inquietações, que viriam a se somar a outras com as quais se depararam no curso de suas viagens. Verifiquemos como os dois viajores exprimiram essas ideias.

Capítulo 2

“Desertos” povoados de ambiguidades: a representação euclidiana da Amazônia e a de Payró da Patagônia

(...) Que Ulisses parta – se é isso que Zeus quer e exige – pelo mar nunca cultivado. Mas não serei a dar-lhe transporte: não tenho naus providas de remos nem tripulação que possa levá-lo sobre o vasto dorso do mar. Mas de boa vontade dar-lhe-ei conselhos: nada ocultarei para que inteiramente ileso ele regresse à terra pátria (...).

(Homero, *Odisseia*, Canto V, tradução de Frederico Lourenço)

Conectar-se com a nova paisagem do cosmopolitismo: eis o desafio lançado aos técnicos, engenheiros e outros empreendedores ativos das classes dominantes brasileiras na segunda metade do século XIX. O discurso de Dionysio Martins [*secretário da comissão organizadora da Exposição Baiana de 1875*] não representa tendência isolada; apóstolos do progresso e reformadores sociais de produção (sem que isso implique necessariamente laivos reformistas no plano das relações sociais de produção) iriam aparecer com frequência crescente, em especial após 1850.

(...) O movimento operário, pela voz de suas lideranças, também fazia muitas vezes o elogio do progresso, até mesmo de maneira firmemente otimista. Num exemplo sugestivo, os militantes social-democratas reunidos no Club Democrático Internacional Filhos do Trabalho, na distante São José do Rio Pardo, interior paulista – a mesma que viu erguer-se a mitológica ponte metálica do engenheiro Euclides da Cunha –, deliberaram enviar ao patrício Santos Dumont, em 1901, felicitações calorosas “pela descoberta da direção do balão, como de consequências incalculáveis para o advento do socialismo”.

(Francisco Foot Hardman, *Trem fantasma*, p. 95, p. 114)

El ferrocarril llegará en tempo a Córdoba para estorbar que vuelva a reprodudirse la lucha del desierto...

(SARMIENTO, *El Chacho, último caudillo*, p. 188, citado por Euclides da Cunha em *Á marjem da Historia*, 1909, p. 168; ver BERNUCCI; HARDMAN; RISSATO, 2019)

Antes de adentrarmos a seara das propostas elaboradas por Payró e Cunha para os territórios por eles percorridos, veremos com mais vagar as formas pelas quais os autores representaram tais espaços geográficos. Uma vez que os receituários políticos propostos dialogam com os diagnósticos sobre a realidade social feitos pelos viajantes, é preciso entender como essas percepções foram construídas em matéria literária. Nos capítulos subsequentes trataremos das proposições de Euclides e Payró sobre a Amazônia e a Patagônia; neste, cuidaremos do modo com que essas regiões foram por eles representadas.

Trata-se de separação apenas organizacional, uma vez que as instâncias das práticas e das representações são esferas firmemente atreladas (CHARTIER, 1990). No próximo capítulo, ao discutir as medidas políticas advogadas pelos viajantes, retomaremos as caracterizações por eles traçadas no que concerne aos espaços geográficos em questão.

Nesta seção, no que se reporta às representações, em primeiro lugar analisaremos a *forma* pelas quais elas foram esboçadas. Em um segundo momento, investigaremos o *conteúdo* propriamente dito de tais representações. Essa divisão tem o propósito de evidenciar a comparação estilística entre Payró e Euclides – não só comparar *o que* eles dizem sobre as regiões a que viajaram, mas também *como* eles o dizem. Tentaremos não fazer uma cisão absoluta entre forma e conteúdo no que diz respeito à análise, vide a mútua dependência e a profunda contiguidade dessas duas esferas (SONTAG, 1987).

2.1 Dois estilos: o cronista *costumbrista* e o engenheiro romântico

Cunha e Payró beberam de um mesmo arcabouço teórico cientificista e se dirigiram numa mesma época para regiões que dispunham de uma posição política, social e territorial similarmente periférica na relação com os centros de seus países. Essas semelhanças não implicam que os estilos empregados nos escritos de viagem dos dois autores tenham sido parecidos. Não se pode ignorar o fato de tais textos terem circulado em contextos editoriais diferentes e pertencerem a gêneros literários distintos¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Tal diferença de gênero remete ao fato, já abordado na **Introdução**, de os relatos de viagem integrarem um *corpus* textual marcado pelo hibridismo (JUNQUEIRA, 2011; BORM, 2004; FRANCO, 2018, p. 48), mesclando-se com diversos gêneros literários.

Payró escreveu crônicas, em formato de folhetim, para o *La Nación* para serem publicadas no jornal com relativa brevidade – no mesmo ano em que sua viagem foi realizada, 1898. Em contraste, Euclides compôs, ao longo dos anos posteriores a sua expedição amazônica ensaios esparsamente publicados, que viriam a integrar a empreitada da escrita de um grandioso livro sobre a região equatorial. Tratava-se do plano de publicar um novo livro “vingador”, equivalente ao que fora *Os Sertões*, de 1902, para o semiárido baiano, só que para a Amazônia¹⁰⁶. O projeto de tal livro, que se intitularia *Um paraíso perdido*, malogrou, entre outras razões, pela morte precoce de Cunha e pela dificuldade de síntese em relação à grandiosidade amazônica (HARDMAN, 2009). Muitos dos ensaios de *À margem da História* (CUNHA, 1909) – livro postumamente lançado, mas de cujo processo editorial Cunha participou –, certamente integrariam ou serviriam de base para tal obra (BOLLE, 2005, p. 144; INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2002, p. 37).

O texto amazônico que Euclides escreveu e que foi publicado de maneira una e em 1906, logo após o término da expedição de reconhecimento do Alto Purus, foi o *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana* – posteriormente publicado sob o título *O Rio Purus*, por iniciativa do intelectual paraense Leandro Tocantins (TOCANTINS, 1992, p. 16). O perfil desse escrito se distingue daquele dos textos de Payró. Diferentemente das crônicas que atingiriam um grande e diversificado público-leitor nas páginas do maior jornal argentino, o relato de Cunha se destinava à burocracia do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro (CUNHA, 1995a, p. 753). Era um texto mais técnico e que integrava um relatório oficial produzido na seara do Estado brasileiro.

Por sua vez, as crônicas de *La Australia argentina* tinham um claro propósito literário. Beatriz Sarlo (1984, p. XX) assinala que esse gênero jornalístico possuía diferentes funções discursivas, como instruir, informar, propor programas políticos e criticar a ação do governo, mas também entreter. Como literato e dramaturgo realista¹⁰⁷

¹⁰⁶ Euclides da Cunha planejava que tal livro viesse a “vingar a Híloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 266).

¹⁰⁷ O crítico literário argentino Noé Jitrik considera que “El realismo de Payró (...) se inscribe en la tentativa, que toma a fines de siglo en el país, de expresar situaciones reales nuevas. Concluída la experiencia naturalista, gastado este instrumento devastador, el realismo tradicional europeo del tipo Balzac o Pérez Galdós parece el medio más adecuado para dar cauce a nuevos proyectos literarios encarnados de nuevas capas sociales. Este tipo de realismo es sentido como lo más amplio y lo más flexible al mismo tiempo, capaz de filtrar la realidad y permitir la inflexión personal, lo más adecuado para la obtención de una palabra sana y enérgica, es decir moral, términos que son como claves de la misión que los escritores nuevos se proponen a cumplir” (JITRIK, 1971, p. 114). Em relação à obra

e *costumbrista*¹⁰⁸ (SZMETAN, 2000), Payró conferiu a suas crônicas patagônicas muitas passagens de teor anedótico ou romanesco. Relatados sempre pela primeira pessoa do singular, tais episódios se misturam com as observações e análises mais ensaísticas ou científicas tecidas pelo cronista.

Mesmo as informações e opiniões a que tem acesso junto a administradores ou moradores locais ou a integrantes da comissão argentina de limites, Payró as reveste de maneira literária. O autor toma essas figuras como personagens literárias e representa seus diálogos com elas nas crônicas. Logo, o próprio narrador se coloca como personagem, enunciando seus juízos, percepções e sensações pessoais. Comenta, inclusive, os contratempos pelos quais passa com a alimentação no navio, procurando se aproximar do leitor e obter sua simpatia (PAYRÓ, 1898, p. 66, p. 263).

Payró era ciente dessa heterogeneidade estilística de suas crônicas e a abordou metalinguisticamente em distintas passagens. Por exemplo, quando explana que relata deliberadamente uma história que parece ser exagerada para compensar a aridez do trecho imediatamente anterior do livro – uma recapitulação cronológica das navegações do seiscentista Fernão de Magalhães (*Ibidem*, p. 130). Ou quando recusa prolongar sua permanência em Ushuaia, argumentando que embora nessa localidade pudesse obter mais dados administrativos para suas reportagens, opta em partir para visitar o presídio da Isla de los Estados, porque esse seria um assunto menos conhecido e mais curioso para seu público-leitor¹⁰⁹ (*Ibidem*, p. 303). Como percebeu Beatriz Sarlo (1984, p.

ficcional de Payró, Maag M-L Mitton (1982) identifica uma presença de elementos da Novela Picaresca espanhola nos romances *El Casamiento de Laucha* e *Divertidas aventuras de un nieto de Juan Moreira* e na coletânea *Cuentos de Pago Chico* escritos pelo argentino. Nessas obras, o realismo fica em segundo plano para se trabalhar recursos próprios das narrativas picarescas, como a narração em uma primeira pessoa fictícia – emulando a composição de uma autobiografia – e a sátira a protagonistas pícaros e anti-heroicos. Pelo fato de muitas dessas obras tratarem do universo *gaucho*, é possível aproximá-las da literatura *criollista* da *Belle Époque* argentina (MINELLI, 2018).

¹⁰⁸ Pode-se caracterizar o *Costumbrismo* como um procedimento artístico que presta “atención especial que se presta a la pintura de costumbres típicas de un país o región” (VERDEVOYE, 1994, p. 13) e que objetiva “pintar un pequeño cuadro colorista, en el que se refleja con donaire y soltura el modo de vida de una época, una costumbre popular o un tipo genérico representativo” (CORREA CALDERÓN, 1950). Em termos de argumento na literatura – ou de ação dramática, no Teatro – “las descripciones costumbristas configuran secuencias transicionales, en las que la acción no avanza. Son intermedios o pausas de la acción central, en las que las acciones desarrolladas no se constituyen en desempeños relevantes del sujeto para alcanzar el objeto deseado” (MOGLIANI, 2006, p. 8). É o que vemos em *La Australia argentina*: conquanto o elemento unificador e central do conjunto das crônicas – posteriormente recolhidas em livro – seja o percurso de Payró pela Argentina austral, o autor procura colori-lo com a inserção de descrições e da eleição de tipos sociais locais da Patagônia. Conquanto figuras humanas apareçam constantemente no texto de Payró e sejam fundamentais para o autor representar as regiões visitadas e corroborar seus juízos sobre elas, não costumam ser objeto de um escrutínio mais detido por parte do jornalista.

¹⁰⁹ No mesmo sentido, em uma passagem na Terra do Fogo, Payró recusou o convite para fazer uma expedição para conhecer indígenas *fueguinos* remanescentes com a seguinte justificativa: “una excursión

XIX), essa mescla estilística – por vezes, tensa –, é reveladora das diferentes ambições do texto do jornalista.

De um lado, o autor queria dar lastro intelectual à análise e às propostas políticas que faz para a Patagônia – visto que o *La Nación* elegera a região como tema de primeira ordem –, recorrendo à estatística como marca da objetividade prezada pelo jornalismo moderno¹¹⁰. Payró tencionava destrinchar os potenciais econômicos e sociais de tal espaço geográfico, descortinando-o a partir de uma perspectiva teórica materialista e evolucionista, afim ao Socialismo que defendia. O autor buscava, ainda, com a exposição de dados e informações científicas, agradar a um novo público que, a partir de 1880, demandava uma linguagem mais direta, acessível e informativa, segundo a análise de Sarlo (*Ibidem*, pp. XVII-XX).

De outro lado, o jornalista também visava a entreter o público-leitor com recursos narrativos literários, como diálogos saborosos, piadas, personagens que aparecem em mais de uma crônica, elementos criadores de suspense entre um folhetim e outro. Além de captar a atenção do leitor, tais expedientes também indicavam o desejo de Payró de conferir um *status* artístico a seus textos patagônicos. Com efeito, eles se diferenciavam de meros textos noticiosos, de leitura mais rápida, cujo interesse e consumo seriam mais imediatos. Havia, portanto, uma tentativa de dar mais perenidade e reconhecimento literário ao texto. Como nota a hispanista estadunidense Jennifer Valko:

No obstante, aunque el texto exhibe técnicas narrativas variadas, no se detecta en *La Australia Argentina* el uso de lenguaje conciso. Es precisamente la presencia de narraciones más extensas y de un lenguaje marcadamente poético lo que sirve para apelar a lectores más bien educados y pudientes, como los de *La Nación* (VALKO, 2008, p. 39).

Essa conjunção entre análise e narrativa literária foi notada por Bartolomé Mitre em sua carta-prólogo de *La Australia Argentina*, na qual repreendeu o autor por

no es ni una expedición ni una exploración y aunque la tarea es interesante, no entra del todo en el resorte periodístico” (PAYRÓ, 1898, p. 179). As referências ao *habitus* jornalístico – isto é, a interiorização das estruturas sociais objetivas (MICELI, 2003, p. 65) da moderna carreira do jornalismo por parte de Payró – permeiam todo o livro *La Australia Argentina*. Numerosos são os momentos em que o autor, por meio da narração em primeira pessoa, justifica suas ações em nome daquilo que considera como a boa prática do jornalismo. Tais comentários podem ser lidos como indícios da legitimação que Payró esperava obter perante seu público-leitor e seus chefes, considerando suas expectativas sociais e profissionais em relação ao seu trabalho. Um exemplo é particularmente sugestivo da importância que a autorrepresentação como jornalista profissional assume na obra: o autor faz questão de relatar que, ao receber uma denúncia política na cidade de Río Gallegos, procura mantê-la anônima e não fazer anotações diante de sua fonte, com o intuito de não perder a confiança dela (PAYRÓ, 1898, p. 87).

¹¹⁰ Entre os usos de dados estatísticos na obra podemos apontar os relativos à balança comercial do e ao número de cabeças de gado no Chubut, ao clima da Terra do Fogo (PAYRÓ, 1898).

justamente se alongar demais nas narrativas (PAYRÓ, 1898, p. VI-VII). O ex-Presidente argentino e fundador do *La Nación* as considerou por vezes demasiado novelescas¹¹¹. Todavia, Payró não escrevia só para seu chefe. Contribuindo para o interesse de parte do público-leitor pelos folhetins – e, logo, estimulando o consumo do jornal e viabilizando seu empreendimento comercial – as historietas não eram em nada gratuitas.

Para o jornalista e escritor, parece não haver incompatibilidade entre o episódico e a análise política. Pelo contrário, a primeira esfera potencializaria a segunda, tornando-a mais didática (ANDERMANN, 2000, p. 76; TORRE, 2007, p. 154). Diversos postulados de Payró sobre a Patagônia, a Terra do Fogo e a Isla de los Estados são sintetizados por meio de anedotas relatadas pelo autor. São, assim, recursos eloquentes para ilustrar e corroborar os pontos de vista defendidos. Nas palavras de Sarlo,

Payró ha aprendido, en las redacciones y en los viajes, que los enunciados ideológicos o políticos **deben pagar el precio de la narración. Interesar para convencer al lector**. Y es precisamente en sus crónicas donde esta puntuación de lo narrado y de las ideas (que tiene en su centro de atención al público) logra sus efectos más modernos periodísticamente y más convincentes desde el punto de la escritura (SARLO, 1984, p. XXI, *grifos nossos*).

Pode-se até entender que o tom leve e volta e meia coloquial de *La Australia argentina* como uma inovação de Payró, na medida em que retirava da Patagônia o ar austero que havia marcado a abordagem de outros relatos de viagem anteriores sobre a região. É possível ver no livro do jornalista um contraponto em relação a *La conquista de quince mil leguas – Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia* (ZEBALLOS, 2008). Como já abordado no **Capítulo 1**, tal obra foi símbolo máximo da primeira “literatura de fronteira” patagônica, produzida no calor da hora da Conquista do Deserto (SERVELLI, 2010; TORRE, 2007)¹¹². Literatura que, grosso modo, primou por um cerrado engajamento em prol das ofensivas militares do Estado argentino.

Por conseguinte, o assunto da Patagônia não era propriamente inédito em 1898, quando Payró embarcou no Transporte Nacional Villarino rumo ao Sul de seu país.

¹¹¹ O empenho narrativo de Payró também parece estar relacionado ao fato de que tradicionalmente os relatos de viagem recorrem a abundantes descrições e narrações de episódios como importantes elementos de persuasão do público-leitor. Tal recurso visa a reforçar a verossimilhança do relato, corroborando a fidedignidade dos fatos apresentados pelo(a) viajante em seu texto (HARTOG, 1999; FRANCO, 2018, p. 24). Em termos linguísticos, procura-se criar enunciados com efeito de verdade.

¹¹² Deve-se lembrar que a obra de Zeballos foi publicada no mesmo ano do início da Conquista do Deserto, em 1878, em um momento em que se arquetavam claramente as ofensivas militares do Estado argentino.

Entretanto, a despeito dessa continuidade temática, pode-se dizer que em *La Australia argentina*, o jornalista buscou se diferenciar em relação à abordagem promovida pela “Geração de 1880” e representada por Zeballos.

Numa época em que o jornalismo, na Argentina, se encontrava mais robustecido como atividade econômica, a obra teria respondido a demandas sociais e questões políticas de ordem diversa. Payró, ao escrever sobre a Patagônia, teria elegido novos temas e imprimido um novo estilo narrativo, valendo-se do gênero da crônica. Nessa perspectiva, a maneira com que o autor concebeu seu relato austral e o sentido público que lhe atribuiu atenderiam a fontes de legitimação social distintas em relação às obras mais imediatamente ligadas à “Conquista do Deserto”.

Um trecho de *La Australia argentina* remete a essa distinção. No território patagônico de Santa Cruz, Máximo Rivero – um *subprefecto*, autoridade local da Marinha – interpelou Payró sobre o propósito de sua viagem:

- ¿A usted lo manda *La Nación*? – me preguntó el subprefecto
- Sí, señor.
- ¿Y para qué?
- Hombre... para ver... para observar...
- ¡Ah! ¿De modo que viene al *tuntún*?
- En efecto, al *tuntún*. Siempre andamos así y á veces es muy curioso... (PAYRÓ, 1898, p. 71, *itálicos do autor*)

O estilo de Payró corporificava, em muitos aspectos, o *ethos* de repórter moderno (SERVELLI, 2014, pp. 33-40, pp. 56-62). Repórter que viaja mesmo de supetão – *al tuntún* –, sem uma finalidade específica que não a de observar, conversar com fontes locais e registrar a realidade local segundo uma curiosidade instigante. Em suas palavras, o autor viajou na “calidad de periodista viajero que quiere y debe verlo todo” (PAYRÓ, 1898, p. 419). Nisso, diferia do explorador ou emissário estatal, como Zeballos, cujo olhar estava subordinado a um objetivo prático e mais diretamente político: preparar o terreno para a conquista militar.

A obra de Euclides da Cunha é marcada por um estilo bem dissonante do empregado no relato patagônico de Payró. Trata-se de uma escrita avessa ao personalismo, à coloquialidade, ao humor e ao anedótico¹¹³. Toda a obra euclidiana, segundo Nicolau Sevchenko, teria primado por uma obstinada elevação discursiva:

Preso ainda ao romantismo, que adotava a separação de estilos, e convertido também à estética animista de Spencer, ele revalidou a regra clássica, mantendo em todos os seus escritos o tom geral do estilo elevado. (...) Daí

¹¹³ Segundo Nicolau Sevchenko, há em Cunha “uma aversão extrema à sátira e ao espírito de humor” (SEVCENKO, 2003, p. 160).

porque, também, não aparece em sua vasta obra nenhuma impressão de cenas de família, ou da rotina urbana, ou de hábitos e cerimônias burgueses, sendo que as cenas populares sertanejas, por exemplo, são rigorosamente referidas a conclusões históricas e científicas ou filosóficas. Euclides da Cunha forjou um estilo elevado híbrido, subordinado sobretudo a um novo critério científico, mas conservando algo de seu conteúdo social anterior (SEVCENKO, 2003, p. 160)

Nos escritos amazônicos de Euclides há pouquíssimo espaço para a enunciação em primeira pessoa¹¹⁴. Essa forma de narração está apenas presente na primeira pessoa do plural no *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana* (CUNHA, 1995a, pp. 752-810), ao se referir aos trabalhos empreendidos coletivamente por tal comissão¹¹⁵. Há menos terreno ainda para o relato das amenidades e dos “causos” que tanto temperam *La Australia argentina*. Diversamente de Payró, Euclides não se prestou a enredar a experiência de sua viagem numa dimensão novelesca: se dedicou a expor suas conclusões sobre a região que visitou, não se demorando nos meandros da viagem. Eles são mencionados de maneira sintética na parte inicial do *Relatório*, que, de resto, mais se ocupa em escrutinar os aspectos físicos e sociais da região do Alto Purus.

As observações do brasileiro, ainda em oposição às do jornalista bonaerense, são dispostas de maneira mais sistemática. Se em *La Australia argentina* as teses do jornalista são diluídas nos folhetins e delineadas *pari passu* as experiências vão sendo relatadas, nos escritos de Euclides, as formulações sobre a Amazônia são comunicadas de forma mais densa e direta. Há menos espaço para o impressionismo e maior anseio de cientificidade. Cunha, recordemos, era um engenheiro.

Tal como em *Os Sertões*, são feitas afirmações globais e definitivas sobre a região visitada e sua população, com a ambiciosa pretensão de avançar e atualizar o

¹¹⁴ Por essa ausência de marcas de primeira pessoa e pelo fato de ter poucas menções diretas à viagem de Euclides pela região, os ensaios amazônicos de *À margem da História* (CUNHA, 2019) – à primeira vista não parecem se configurar como relatos de viagem propriamente ditos. Há que se lembrar, não obstante, a fluidez e hibridismo dos relatos de viagem (JUNQUEIRA, 2011). Mesmo que o autor use nesses ensaios uma narração em terceira pessoa, com ambição de objetividade científica, as considerações neles presentes são resultado de uma clara experiência pessoal de observação do ambiente descrito – o amazônico, no geral, e acreano, em particular. Um texto, como tais ensaios, não precisa declará-lo com todas as letras para ser de fato um relato de viagem – ainda mais, quando pendente ao ensaísmo. Ademais, como argumenta Leandro Tocantins, no *Relatório* “foge ao estilo convencional desse documento. (...) Faltando ao *Relatório* (por ser um documento oficial) maior liberdade de linguagem (...) nem por isso o estilo deixa de transparecer (...) aquela forma de exposição científica e ao mesmo tempo artística” (TOCANTINS, 1992, pp. 160-161).

¹¹⁵ Euclides só emprega a narração em primeira pessoa do singular para tratar da sua viagem à Amazônia em duas situações: na correspondência privada ou confidencial a Rio Branco; e em comentários de passagem em exposições orais – como a palestra “Castro Alves e seu tempo”, de 1907 (CUNHA, 2009a) e o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, “Falando aos Acadêmicos”, de 1906 (CUNHA, 2000, pp. 99-104). Em virtude de não serem textos pensados para publicação e diretamente a Amazônia, pode-se depreender que o autor preferia evitar a primeira pessoa em sua obra, por razões estilísticas e de abordagem da temática amazônica.

conhecimento científico construído sobre a Amazônia no geral e sobre o Acre em particular. Em seus textos amazônicos, Euclides frequentemente coteja as mensurações que fez da região com as empreendidas pela literatura científica de então. O anseio de robustecer tal conhecimento aparece no trecho em que são evocados os trabalhos de William Chandless (1829-1896), explorador inglês pioneiro no mapeamento de diversos rios amazônicos, como o Purus, na década de 1860:

Depois de W. Chandless, o único reconhecimento que se fez no ramo principal do Purus até as cabeceiras foi o da Comissão Mista Brasileiro-Peruana, de reconhecimento, sendo os seus resultados em grande cópia um complemento dos esforços daquele explorador (CUNHA, 1995a, p. 789)

Não significa, contudo, que os escritos amazônicos de Euclides estejam desprovidos de elaboração artística, sendo de escopo estritamente científico. Como em sua grande obra sobre Canudos, Cunha pintou a Amazônia com cores fortes, vibrantes, dramáticas. Há uma fusão entre a perspectiva científica e uma abordagem literária de matiz romântico¹¹⁶, altissonante, o que não se verifica em *La Australia argentina*.

Na obra, Payró parece inserir os dados científicos e econômicos sempre a reboque das opiniões e “causos” expostos de maneira corriqueira e despretensiosa – como é próprio da crônica –, justificando-os. Há ciência, mas há leveza.

Em contraponto, nos ensaios euclidianos, há um verdadeiro consórcio entre ciência e arte, que confere uma dimensão universal e profundamente épica¹¹⁷ aos processos sociais e naturais (SANTANA, 2001; SCHNEIDER, 2014, pp. 67-68, 75-80). Trata-se de uma elocução retorcida, que se pretende solene¹¹⁸, até mesmo com aspiração

¹¹⁶ A caracterização de Euclides da Cunha como “romântico” aqui não pretende simplificar o estilo do autor nem o vincular a um rótulo ou escola literária. Pretende-se, por outro lado, grifar a presença de uma “sensibilidade romântica” (NAXARA, 2004) na obra euclidianiana. Cunha foi “herdeiro da melhor tradição romântica”, segundo o crítico literário Francisco Foot Hardman (2009, p. 66). Roberto Ventura evidencia o papel seminal que autores românticos franceses como o romancista Victor Hugo e o historiador Jules Michelet desempenharam na formação de Euclides e o modo como essas leituras permearam a obra do escritor (VENTURA, 2003, p. 42; GALVÃO, 2009, pp. 89-96). Ventura sustenta que o “romantismo” do escritor e engenheiro se fez presente não só em seus textos como também em sua vida. É o que teria levado Cunha a adotar “atitudes extremadas e gestos arrebatados, com atos de heroísmo e abnegação, em que colocou a defesa de princípios éticos e de crenças políticas acima dos interesses pessoais” (VENTURA, 2003, p. 42).

¹¹⁷ Para Walnice Nogueira Galvão, crítica literária e grande referência nos estudos da obra euclidianiana, “[o] longo texto que constitui *Os Sertões* pertence ao gênero épico na medida em que se realiza como uma narrativa em prosa. Seu segundo elemento de gênero, pela ordem de predominância, é o dramático, ao qual devemos o *pathos* do livro em registro apreciável e em vários níveis de elaboração de conflitos. Estes vão desde o ‘martírio secular da Terra’ – fundando a analogia com o martírio da vegetação, do sertanejo e dos canudenses finalmente – até a exasperação dos oximoros e a matéria propriamente da guerra” (GALVÃO, 2016, pp. 629-630, *itálicos da autora*).

¹¹⁸ Alguns estudiosos, como os irmãos Augusto e Haroldo de Campos veem Euclides como um neobarroco (CAMPOS; CAMPOS, 1997), em razão de sua verborragia gongórica, afeita à erudição, à abundância de figuras de linguagem, como metáforas, hipérboles, antíteses e hipérbatos (inversões

classicizante, quase homérica¹¹⁹. É o que vemos, por exemplo, em todos os ensaios amazônicos de *À margem da História* (CUNHA, 1909) e no seguinte trecho do *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana*:

Porque se realizou ali [*no Alto Purus*], e ainda se realiza, uma vasta seleção natural. Para afoitar-se com o desconhecido não basta o simples anelo das riquezas: requerem-se uma vontade, um destemor estóico, e até uma complexão física privilegiada. **Lá persistem apenas os fortes. E sobrepujando-os pelo número, pelo melhor equilíbrio orgânico de uma aclimação mais pronta, pela robustez e pelo garbo no enfrentarem perigos, os admiráveis caboclos cearenses que revelaram a Amazônia** (CUNHA, 1995a, p. 801, *grifos nossos*).

Existiu uma íntima confluência entre Romantismo e Cientificismo operada ao longo de toda a produção desse engenheiro-escritor, homem de ciência e de letras¹²⁰ (NAXARA, 2004); desse pensador que se vinculava a correntes teóricas deterministas, mas que também era poeta de gosto romântico, fato que por vezes é eclipsado em sua biografia (CUNHA, 2009b)¹²¹. Essa curiosa mescla estilística foi, como de praxe, elegantemente analisada por Nicolau Sevckenko. O historiador a compreende a partir de algumas das grandes linhas de força intelectuais presentes no período da *Belle Époque*:

não deixa de ser fascinante o fenômeno da consciência dividida — tão típica da passagem do século — que vibra no cerne de sua obra [*de Euclides*]. Romântico, do romantismo carregado e desabrido de Victor Hugo e Alfred Musset, ele estende seu culto ao determinismo mais obstinado, de Comte, Spencer e Gumpłowicz. Seu espírito se identifica com os dois pontos extremos mais distantes do espectro cultural de sua época. Euclides da Cunha

sintáticas). Por razões similares, Gilberto Freyre (HARDMAN, 1996) identificou uma “linhagem expressionista” no estilo euclidiano. Também é possível vincular as vivazes descrições euclidianas ao estilo homérico, tal como analisado por Auerbach (2007). Não procuramos aqui delimitar a produção euclidiana a uma corrente artística ou literária. Euclides da Cunha, aliás, sempre foi avesso à “ficção das escolas literárias” (SEVCENKO, 2003, p. 159). Apenas ambicionamos, mencionando algumas análises literárias, iluminar traços constitutivos do estilo de Cunha e salientar suas especificidades.

¹¹⁹ Em *Os Sertões*, a metáfora de Canudos como uma “Troia de Taipa” que teria resistido corajosa e desproporcionalmente aos ataques do Exército brasileiro sugere a dimensão épica do relato de viagem ao interior baiano. O caráter épico também se manifestou nos escritos amazônicos de Cunha. Walnice Nogueira Galvão identifica como esse tom elevado, no plano da forma, se associa à gravidade na denúncia das mazelas e da tragédia de Canudos: “Homero mostrou na *Ilíada* (...) a tragédia que é a ruína do inimigo e a dignidade do vencido massacrado: neste sentido se pode dizer que o tema de *Os Sertões* é a *menis* ou a cólera. E se lá o que se canta é a cólera de Aquiles – o herói –, em *Os Sertões* é Euclides quem canta sua própria cólera, o que é um notável deslocamento” (GALVÃO, 2016, p. 631).

¹²⁰ Como aponta Márcia Regina Naxara, “foram olhares instrumentados e informados os que se voltaram para o Brasil no decorrer do século XIX, registrando para o futuro fatos, cenas, acontecimentos e paisagens, no objetivo de guardar uma memória, tentar compreender e desvendar um mundo em grande parte desconhecido e contribuir para a formação de uma história. (...) Brasileiros e estrangeiros portadores de olhares e teorias sobre a natureza e os homens, vendo-os e analisando-os, tanto de pontos de vista estéticos como científicos. Esforços de aproximação e entendimento – no cruzamento entre razão e sensibilidade, objetividade e subjetividade – pelos quais se procurou aprofundar o conhecimento do Brasil” (NAXARA, 2004, p. 79).

¹²¹ Cunha era grande admirador de Castro Alves, tendo proferido, em 2 de dezembro de 1907, palestra sobre o poeta romântico baiano junto ao Centro Acadêmico XI de Agosto, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo (HARDMAN, 2009, p. 60; CUNHA, 2009a).

possui igualmente vivos em si, com o mesmo calor, exatamente os dois mundos que se negavam um ao outro que um só poderia subsistir à custa da morte do outro. Eram dois tempos, duas idades que se opunham pela própria raiz da sua identidade: o século XIX, literário, romântico e idealista; e o século XX, científico, naturalista e materialista.

(...) Síntese entre literatura e ciência, combinação de estéticas, cruzamento de gêneros, oposições de estilos; sua obra parece ressarir tensões por inteiro. Ela é composta estruturalmente de camadas heterogêneas díspares e mesmo incompatíveis, armadas numa clivagem cujo tênue equilíbrio repousa sobre a solidez das certezas transcendentais do autor (SEVCENKO, 2003, pp. 158-159; 162).

Dessa maneira, de acordo com Antonio Candido, o cientificismo de Euclides da Cunha ganhava uma dimensão particular, talvez desviante em relação ao pensamento de alguns dos expoentes do Determinismo¹²²:

[H]á nele [*em Euclides da Cunha*] uma visão por assim dizer trágica dos movimentos sociais e da relação da personalidade com o meio – físico e social. Trágica, no sentido clássico, de visão agônica em que o destino humano aparece dirigido de cima. O homem euclidiano é o homem guiado pelas forças telúricas, engolfado na vertigem das correntes coletivas, garroteado pelas determinações biopsíquicas: – e, no entanto, elevando-se para pelejar e compor a vida na confluência destas fatalidades. Semelhante visão não se confunde com o mecanismo de muitos deterministas de seu tempo, ou anteriores a ele. Em Ratzel [*Friederich Ratzel (1844-1904), geógrafo alemão*], ou em Buckle [*Henry Thomas Buckle (1821-1862), historiador britânico*], não há tragédia: há jogo mútuo quase mecânico entre o homem e o meio. Em Euclides, porém, seu discípulo, podemos falar de sentimento trágico, porque nele as determinantes do comportamento humano, os célebres *fatores* postos em foco pela ciência, no século XIX, são tomados como as grandes forças sobrenaturais, que movimentam as relações dos homens na tragédia grega (CANDIDO, 2002, p. 182, *italico do autor*).

Nota-se que nos textos amazônicos de Euclides, essas dimensões trágicas, dramáticas e épicas não estão ligadas a indivíduos específicos, mas a grupos sociais como um todo. Os protagonistas da obra de Cunha sobre a Amazônia são atores sociais em sua coletividade: os seringueiros, os proprietários dos seringais, os caucheiros peruanos¹²³, entre outros. Tal como em relação aos sertanejos de *Os Sertões*, Euclides

¹²² Euclides da Cunha também se mostrava distante ao grupo do chamado “Positivismo ortodoxo”, ligado à Religião da Humanidade e à Igreja Positivista do Brasil e que teve como importantes integrantes Teixeira Mendes, Miguel Lemos e Benjamin Constant Botelho de Magalhães (SOUZA, 2010). Cunha fez uma crítica irônica a esse grupo em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1906 (ROHTER, 2019, p. 115).

¹²³ “Caucheiros” eram os trabalhadores que extraíam látex do caucho – espécie *Castilloa ulei* –, a espécie vegetal mais utilizada na produção da matéria-prima da borracha no Peru. Em diversas passagens, Euclides da Cunha usa o termo “caucheiros” para se referir aos proprietários peruanos de cauchais. Tal como os patrões brasileiros nos seringais, Euclides também critica a feroz exploração que esses proprietários impunham aos trabalhadores locais. Particularmente, em relação aos proprietários peruanos de cauchais, Cunha critica a violência que empregam contra os povos nativos. O historiador canadense John Hemming detalha as diferentes formas de opressão a que os indígenas amazônicos na esteira do

não se debruça sobre personagens individuais em separado. Suas considerações sempre giram em torno de atores sociais essencializados, genéricos, quase como tipos ideais weberianos.

O autor não pretendia narrar a penúria de um ou outro seringueiro que ele viu no Acre, mas antes os sofrimentos de todos os seringueiros e dos seringueiros como um todo¹²⁴. Os pungentes dilemas e anseios dessas populações são representados e projetados na figura coletiva *do* seringueiro, que recebe uma grande atenção de Euclides¹²⁵. O viajante discutiu a fundo suas condições de trabalho, seu isolamento social, sua adaptação ao meio acreano. Existia um intuito de investigação sociológica, como em *Os Sertões*.

Essa forma de descrição de Euclides estabelecia uma franca disparidade com a de Payró sobre a Patagônia. No autor argentino, temos a apresentação de personagens particulares concretas, existentes e que em sua maioria não personificam ou alegorizam grupos ou atores sociais. São personagens individuais, mas planas, que não ocupam o centro da narrativa – reservado à figura do narrador-viajante-cronista. Elas desempenham duas funções: em primeiro lugar, a de exemplificar as mazelas da região ou fornecer – como fontes jornalísticas – informações sobre ela; e em segundo, proporcionar a cor local de uma narrativa *costumbrista*¹²⁶.

surto da borracha em sua obra *Fronteira Amazônica – A derrota dos índios brasileiros* (HEMMING, 2009, pp. 361-391).

¹²⁴ O mesmo se dá com a natureza. Euclides tende a não tomar o ambiente como uma mera sucessão de diferentes paisagens, mas como um meio físico a ser analisado como um todo, por meio do arsenal teórico cientificista, que mobilizava Geologia, Botânica, Hidrologia entre outras ciências. Assim, no que tange às questões ambientais, onde Payró simplesmente comenta, Cunha quer explicar.

¹²⁵ Como explica Nicolau Sevcenko, “Euclides extremou-se desde cedo em abdicar de toda ficção que envolvesse a imaginação de enredos literários tradicionais. Sua crença verdadeiramente animista nas leis imponderáveis da natureza e no seu efeito positivo sobre os homens, somada à sólida erudição científica, o conduzem à realização de um drama em que os personagens são os próprios agentes naturais. É assim que desenvolve *Os sertões*, retratando sobretudo um drama mesológico, ou Amazônia, terra sem história, em que os envoltórios e conflitos entre as águas e as terras, a selva e o homem compõem uma trama heróica complexa. Se o âmago da literatura reside nas vicissitudes da vontade dos personagens, Euclides dota a natureza e os seus elementos de infinitas disposições e objetivos definidos” (SEVCENKO, 2003, p. 156).

¹²⁶ Uma hipótese explicativa para essa diferença de abordagens é o fato de Euclides ter nutrido um grande e continuado fascínio pela temática amazônica, sobre a qual desejava criar um livro extenso e definitivo, ao passo que o interesse de Payró pela Patagônia parece ter sido mais circunstancial. Após o lançamento de *La Australia argentina*, em 1898, o autor se engajou em diversos outros projetos jornalísticos e literários, retomando a temática patagônica somente uma década depois, com o conto “Un pioneer de Tierra del Fuego”, que sintetiza – mediante um enredo considerado didático – os pontos de vista já expressos em *La Australia argentina* (PAYRÓ, 1908, pp. 125-140; ANDERMANN, 2000, p. 73). Posteriormente, o argentino revisitaria o tema da Patagônia apenas em 1928, pouco antes de falecer, quando escreveu *Alegría* (PAYRÓ, 1936), uma peça teatral ambientada na região a que viajara quase trinta anos antes (SERVELLI, 2014, p. 164). Em diferença, sobre o ambicioso projeto de Cunha, Foot Hardman afirma que “Euclides jamais se recuperaria do impacto dessa viagem em seu imaginário e na sua vida pessoal. De volta ao Rio de Janeiro, nos três anos e sete meses que lhe restariam de vida, antes

Um exemplo: Payró relata o contato que teve com indígenas *fueguinos* – mais precisamente, yaganes – que, para oferecer mariscos, se aproximaram, de bote, da embarcação em que ele estava (PAYRÓ, 1898, p. 250). É um dos raros momentos em que o narrador-viajante trava contato com indígenas em *La Australia argentina*. O autor não se empenha em fazer uma grande descrição dos indígenas a partir da cena que presenciou. O viajante, aliás, fora convidado para fazer uma expedição para conhecer indígenas *fueguinos* e recusou o convite com a seguinte justificativa: “una excursión no es ni una expedición ni una exploración y aunque la tarea es interesante, no entra del todo en el resorte periodístico” (PAYRÓ, 1898, p. 179).

Payró se serve da passagem – na qual as personagens ameríndias têm um ar lacônico – para ratificar a impressão dos povos nativos locais como melindrados e desconfiados em relação aos brancos¹²⁷. O escopo das crônicas do jornalista não é o de pesquisar as condições materiais e sociais dos indígenas patagônicos e *fueguinos* duas décadas após o início da “Conquista do Deserto”. Não há aprofundamento sobre esse tema, à exceção dos momentos em que se aborda a relação dos indígenas com missionários protestantes ingleses estabelecidos na Terra do Fogo (PAYRÓ, 1898, pp. 226-245). Payró se distanciou de autores¹²⁸ como o médico Henri Girgois (1901) e o

dos tiros fatais na antiga estrada real de Santa Cruz, subúrbio de Piedade, o escritor passou atormentado pelas imagens incorporadas da experiência amazônica. Tinha, como sempre, ambições grandiosas. Desejava realizar ‘sua segunda vingança contra o deserto’, na esteira, pois, de sua obra-prima sobre o massacre de Canudos. (...) E já depois da excursão, de volta ao Rio, escrevia para o velho amigo Francisco Escobar, em junho de 1906, anunciando que continuava a trabalhar no Itamaraty [*comenta*]: ‘Em paz, portanto, esta rude pena de caboclo ladino. Ou melhor, que vá alinhando as primeiras páginas de *Um Paraíso Perdido*, o meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade), hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens [*burocratas do Itamaraty*]’” (HARDMAN, 2009, pp. 54-55; ver GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 306). Em 1906, Cunha cogitou uma segunda viagem à Amazônia, tendo recebido convite para trabalhar como fiscal de obras da Madeira-Mamoré. Acabou declinando a proposta, por orientação do pai (SANTOS, 2021, p. 271; PIZA, 2010, p. 119; INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2002, p. 34). Entre 1906 e 1907, Euclides também torcia para conseguir outras duas oportunidades de empregos que implicariam novos deslocamentos à Amazônia – o que lhe interessava para se afastar da difícil convivência com a família: a chefia da Comissão de Obras Federais do Acre e a chefia da comissão brasileira de demarcação das fronteiras com a Venezuela (SANTOS, 2021, pp. 271-272). As duas alternativas não foram para a frente. Também não se materializou o projeto de virar chefe da Superintendência dos Estados e Obras sobre os Efeitos das Secas, o que permitiria um retorno ao interior do atual Nordeste brasileiro, onde estivera na época de Canudos (*Ibidem, idem*).

¹²⁷ Sinal dessa postura é a seguinte observação duplamente etnocêntrica de Payró: “A bien que todos los yaganes se parecen, ó nuestros ojos no ven las diferencias, como pasa con los japoneses, que á nuestra vista no tienen más que un solo modelo” (PAYRÓ, 1898, p. 250).

¹²⁸ Nesse sentido, a visão de Payró sobre os povos nativos também se distanciou da Lucio V. Mansilla, militar que escreveu *Una excursión a los indios ranqueles*, de 1870, importante relato de investigação social e etnográfica sobre indígenas dos Pampas argentinos (MANSILLA, 1959). Entretanto, como destacou a Professora Alejandra Mailhe na arguição desta dissertação, durante a sessão de defesa realizada no dia 30 de abril de 2021 por videoconferência, a diferenciação entre Payró e Mansilla não é o exemplo mais adequado para ilustrar a perspectiva do dramaturgo socialista sobre os indígenas. Mansilla escreveu anos antes da chamada “Conquista do Deserto”, em uma época em que havia maior

zoólogo Ferdinand de Lahille (1934), franceses que, na passagem do século XIX para o XX, fizeram profundos estudos sobre as populações indígenas na Argentina, enaltecendo muitos de seus aspectos culturais¹²⁹ (MAILHE, 2020).

Essa valorização não é tão visível em Payró. O periodista fala sobre os indígenas *fueguinos* em outras passagens além da mencionada, mas discorre sobre eles – ao que parece, a partir de leituras ou de informações de terceiros – por se tratar de um tema visto como exótico, que poderia vir a despertar a curiosidade de seus leitores portenhos. A perspectiva que guia essa exposição é a do passado. Descrevem-se longamente os costumes, vestimentas, músicas, línguas e características físicas de comunidades indígenas que foram intensamente abaladas pela Conquista do Deserto e por investidas armadas que se seguiram a ela (PAYRÓ, 1898, pp. 178-226). Há uma “invisibilização” ou uma “arqueologização” dos indígenas, que não são encarados como atores sociais a serem discutidos profundamente no presente (SAN MARTÍN, 2013; RODRÍGUEZ, 1999; VIDAL, 1993). São tomados, antes, como coadjuvantes do relato de *La Australia argentina*, que ajudam a construir um panorama social nas crônicas do enviado do *La Nación*.

Mesmo os aventureiros do Sul argentino, como garimpeiros, lobeiros e caçadores de foca, que recebem maior atenção de Payró, não se convertem em protagonistas da obra. Em diferença, Euclides da Cunha, em ensaios como “Entre os seringais” (CUNHA, 1995a, pp. 558-560) e “Judas Asvero” (CUNHA, 2000, pp. 173-180), incide com maior profundidade sobre a figura do seringueiro, suas amarras jurídicas, sua psicologia, o ambiente que o cerca e o oprime.

possibilidade de convivência e negociação dos *criollos* e do Estado argentino com as populações ameríndias. Ademais, a região pampeana, objeto do relato de Mansilla, é muito mais próxima de Buenos Aires do que a Patagônia e a Terra do Fogo. Assim, as circunstâncias das viagens de Payró e Mansilla se mostram muito destoantes, de forma que o contraste entre os relatos dos dois autores não é tão operacional para o exercício da História Comparada.

¹²⁹ É interessante observar como, à diferença de Payró, Henri Girgois e Ferdinand de Lahille, viram com melhores olhos as populações indígenas, por mais que ambos não estivessem isentos de ideias etnocêntricas. Segundo Alejandra Mailhe, é possível notar em Girgois, autor de *El oculto entre los aborígenes de la América del Sud* (GIRGOIS, 1901), certo relativismo cultural atípico para a época – apesar de ter participado da “Conquista do Deserto”, Girgois a condenou posteriormente e denunciou os abusos cometidos contra os indígenas. O médico alegava a existência de uma origem oriental e indoeuropeia dos quíchuas – ou pirhua –, povo indígena andino, origem que, em sua visão, representaria um legado extremamente prestigioso e que deveria ser exaltado (MAILHE, 2020). Na década de 1870, Vicente Fidel López (1815-1903), historiador argentino ligado ao Espiritualismo, já fizera afirmações semelhantes na obra *Les races aryennes du Pérou* (LÓPEZ, 1871). Lahille (1934) partilhou de tese similar. Apontou e celebrou a presença de tal herança nos indígenas oná e selk’nam da Terra Fogo, tema que Payró não cita nos capítulos de *La Australia argentina* sobre esses povos. O contraste entre as percepções de Payró e dos dois autores franceses está ligado ao fato de estes adotarem uma perspectiva ligada ao Esoterismo e ao Ocultismo (MAILHE, 2020), bem distinta do cientificismo do socialista bonaerense, mais próximo do Determinismo e do Evolucionismo.

Há, nesses dois ensaios, uma particular incorporação de um ponto de vista psicológico das personagens dos seringueiros na descrição feita em terceira pessoa por Euclides da Cunha. Em “Entre os seringais”¹³⁰, é descrito o sinuoso percurso para abertura de seringais, detalhando-se as adversidades que se apresentam a cada etapa. Já em “Judas Asvero”, condensam-se os sentimentos de escapismo e expiação dos sofrimentos vividos pelos seringueiros a partir de uma catártica cerimônia de Malhação do Judas num Sábado de Aleluia no Acre.

Ao descrever a empenhada preparação do boneco de Judas por parte de um seringueiro, o narrador de Euclides interioriza a visão desse trabalhador, imiscuindo-se na crença e nos sentimentos dele em relação ao ritual:

E o monstro, lento e lento, num transfigurar-se insensível, **vai-se tornando em homem. Pelo menos a ilusão é empolgante...** (...) Repentinamente o bronco estatuário tem um gesto mais comovedor do que o *parla!* ansiosíssimo, de Miguel Ângelo; arranca o seu próprio sombreiro; atira-o à cabeça de Judas; e os filhinhos todos recuam, num grito, **vendo retratar-se na figura desengonçada e sinistra do seu próprio pai.** (...) **É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo** (CUNHA, 2000, p. 176, *itálico do autor, grifos nossos*).

Temos aí um esforço de criação de interioridade que inexistente em *La Australia argentina*. É possível ver nos escritos amazônicos do engenheiro Cunha uma dimensão mais literária e ficcional do que no relato patagônico do dramaturgo e escritor Payró. Como sugere o crítico literário inglês James Wood na obra *Como funciona a ficção*,

[a] chamada onisciência é quase impossível. Na mesma hora em que alguém conta uma história sobre um personagem, a narrativa parece querer se concentrar em volta daquele personagem, **parece querer se fundir com ele, assumir seu modo de pensar e de falar.** A onisciência de um romancista logo se torna algo como compartilhar segredos; isso se chama *estilo indireto livre*, expressão que possui diversos apelidos entre os romancistas – “terceira pessoa íntima” ou “entrar no personagem” (WOOD, 2012, pp. 20-21, *itálico do autor, grifos nossos*).

Por outra parte, em *La Australia argentina*, o autor não é guiado pela aspiração de esmiuçar ou debater nenhum personagem em especial, dentre os muitos que são

¹³⁰ Plácido de Castro (1873-1908) alegava que, ao escrever “Entre os seringais”, Euclides da Cunha se apropriou, sem dar os devidos créditos, às informações que lhe fornecera sobre as etapas de abertura de um seringal e as condições de vida do extrator da borracha. O antigo comandante da Proclamação do Estado Independente do Acre em 1902 e, à época da viagem acreana de Euclides, Prefeito do Departamento do Alto Acre, considerou um caso de plágio, ainda que reconhecesse a linguagem e o estilo próprios de Cunha no artigo publicado pela primeira vez na revista *Kosmos* em janeiro de 1906 (TOCANTINS, 1992, pp. 132-133). Segundo Luís Cláudio Villafañe G. Santos, “[r]etrabalhar textos de terceiros sem o devido crédito foi uma prática recorrente de Euclides. Às vezes ele aproveitava ideias, outras vezes simplesmente reescrevia passagens, eventualmente longas, de outros autores. (...) No início do século XX as regras de atribuição de autoria não eram tão estritas como hoje, mas já existiam, e causa espécie a falta de cerimônia e a frequência com que Euclides as violava” (SANTOS, 2021, p. 260).

abordados ao longo de mais de quatrocentas páginas. Seu objetivo é reunir descrições e análises breves sobre os mais diversos temas para composição de um quadro geral sobre a Patagônia. Uma vez composto, esse painel tem sim um claro objetivo: martelar os múltiplos vícios e incorreções na gestão do Estado nacional da região e indicar saídas para corrigi-las e fazer frutificar o Sul argentino.

Sintetizando: em matéria estilística, pode-se dizer que os relatos de viagem de Euclides da Cunha – seja no relatório produzido para o Itamaraty, seja nos ensaios de *À margem da História* – procuram tanto alcançar uma maior cientificidade como operar uma sondagem mais detida em relação às personagens da região visitada. Entre elas estão os seringueiros, os donos de seringais, os caucheiros e a própria natureza – personificada como agente, na visão determinista do meio como elemento fundante das sociedades humanas¹³¹. Elegendo tais figuras como protagonistas sobre as quais se esmiúça, Euclides emprega uma elocução grandiloquente, na qual deixa poucas marcas de primeira pessoa e raríssimas menções à sua experiência pessoal como viajante. Procura realçar seu objeto de estudo e dissimular sua individualidade como observador particular, cobiçando, com isso, reforçar o caráter objetivo, sociológico e científico de seus escritos.

Em Payró, acontece o contrário. *La Australia argentina* se centra na enunciação em primeiríssima pessoa do narrador-cronista, que entremeia no emaranhado textual o íntimo – comentários sobre seu estado de espírito –, o episódico – a descrição de personagens e paisagens a fim de pintar a cor local – e o ensaístico – os juízos políticos, econômicos, científicos e sociais sobre a região visitada. Todos esses elementos se sucedem conforme o itinerário da viagem é cumprido e vão sendo nivelados a partir da voz subjetiva do cronista¹³². A tal escritor é franqueada uma ampla liberdade temática,

¹³¹ A visão euclidiana que personifica o meio natural bem como a sondagem psicológica que o autor faz sobre a personagem do seringueiro ecoam uma vinculação literária romântica: “os sentimentos do belo e do sublime, em especial quando voltados para a natureza, tomados como essenciais para a definição das concepções estéticas vivenciadas no século XIX que, mesmo na sua variedade, guardam essa forte relação com a natureza e a sua importância na vida das pessoas, na formação da identidade, tanto individual, como grupal ou nacional, nas suas posições éticas, morais e estéticas. [Jacó] Guinsburg nos lembra o quanto toda a criação dos últimos duzentos anos, nos vários campos das artes, esteve de alguma forma vinculada à palavra ‘romantismo’, buscando ‘as esferas mais profundas do homem’, palavra capaz de abarcar muito mais que uma escola historicamente definida” (NAXARA, 2004, p. 75).

¹³² Diferentemente dos ensaios amazônicos de *À margem da História* e das seções do *Relatório*, em que Euclides aborda diferentes temas separadamente – Hidrologia, Climatologia, História do povoamento da Amazônia, o isolamento social dos seringueiros – há uma necessária conexão diacrônica entre as crônicas de *La Australia argentina*, pelo fato de terem sido publicadas em formato de folhetim. Desse modo, personagens citadas em um capítulo são retomadas posteriormente. Ademais, o fato de todas as crônicas girarem em torno da viagem de Payró – da missão da excursão jornalística que recebe na redação do *La*

desde que trabalhe para conseguir entreter e cativar um relevante público-leitor – particularmente de um diário grande como o *La Nación*.

2.2 Pinceladas naturais, projeções nacionais-imperiais: um duplo olhar viajante

Apontadas essas diferenças de estilo e de gênero, cabe discutir como os ângulos de visão adotados nos escritos de Payró e Cunha dialogam com dois tópos bastante enraizados na literatura de viagem.

Segundo Nicolau Sevcenko, é possível discernir na tradição dos relatos de viagem duas correntes de percepção em relação à natureza e à espacialidade, sobretudo nos textos ligados à Expansão Marítima europeia do início da Idade Moderna. Miradas que, bem entendido, “não são em princípio dissociadas entre si, mas que acabam se tornando atitudes especializadas no contexto da evolução do processo colonizador” (SEVCENKO, 1996, p. 110).

Uma delas consistiria numa abordagem mais artística e sensorial dos ambientes que se apresentam como uma alteridade ao viajante-colonizador. A outra se constituiria de uma perspectiva mais utilitária e exploratória de tais ambientes por parte da empreitada colonizadora. Na formulação de Sevcenko:

a primeira é o impulso desejante (...); [É] um ato bastante sensual, bastante sensorial, tanto que é produzido por pessoas que se entregam largamente ao jogo dos olhos, ao jogo do sentido, daqueles que gostam de ver longamente, que sentem os cheiros, que tocam a vegetação, as areias finas, que sentem o calor ou o frescor do ambiente. Gente, portanto, que propriamente constrói algo que pode ser chamado de paisagem.

(...) A outra forma de percepção européia é a prática propriamente agressiva do ato ou da intervenção colonizadora, e que implica no contato direto, físico, com esse meio – em função da extração daquilo que se veio buscar pelo ato da colonização: o vegetal tropical ou o minério. E, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão brávio – e a ênfase aí vai na expressão brávio, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento. Desbravar, romper aquela virgindade nativa, e agressivamente impor o seu controle e o seu domínio sobre a natureza. (SEVCENKO, 1996, pp. 110-111).

Por mais que essas vertentes de percepção se refiram à mentalidade europeia dos séculos XV e XVI, é possível notar a presença de ambas nos relatos de viagem aqui estudados, mesmo que eles datem de quase quatro séculos depois. Euclides e Payró foram intelectuais de países latino-americanos já independentes e não colonizadores da

Nación até o seu retorno a Buenos Aires – contribui para a unidade de ação da obra (ARISTÓTELES, 1993).

era do Absolutismo monárquico. Todavia, são claras as assimetrias de poder político e econômico entre as capitais nacionais e os lugares sociais a partir dos quais os dois autores realizaram suas viagens – realizadas sob a tutela de vigorosas instituições como o *La Nación* e o Itamaraty – e as regiões a que se destinaram. Tais regiões eram remotas em relação a essas capitais e tinham baixa densidade demográfica, com populações diminutas e rarefeitas.

Em acréscimo, essas áreas haviam sido recentemente conquistadas por seus Estados nacionais, que ainda mantinham uma presença institucional e administrativa muito vaga sobre elas. É possível, então, entender a relação entre os centros políticos do Brasil com o Acre e o da Argentina com a Patagônia e a Terra do Fogo como dinâmicas parcialmente imperiais (PRATT, 1999; HARAMBOUR-ROSS, 2012) – ainda que veementemente matizadas em relação ao imperialismo praticado pelas metrópoles europeias.

No tocante à segunda vertente de percepção, deve-se fazer a ressalva de que em Payró e Cunha não imperava mais uma visão extrativista da exploração econômica da natureza das regiões por eles visitadas. Euclides foi, inclusive, crítico contumaz dos “fazedores de deserto”, das atividades econômicas e das ocupações territoriais que de Norte a Sul do Brasil pautaram-se por uma postura predatória em relação ao ambiente (SEVCENKO, 1996, p. 111).

Não obstante, cumpre destacar que nos dois relatos de viagem há uma acentuada preocupação concernente à gestão política, demográfica e econômica do espaço da Amazônia e da Patagônia. Essas áreas são vistas como ativos que deveriam ser mais bem apropriados por seus países, trazendo maior prosperidade às suas respectivas nações (RODRÍGUEZ, 2010). Payró e Euclides, portanto, tiveram uma percepção pragmática e materialista sobre tais espaços visitados, malgrado ela não se baseasse mais na pura pilhagem.

Nos escritos de Euclides e de Payró, tanto a segunda perspectiva, mais “interventora”, como a primeira, mais “contemplativa”, trabalham para apresentar as complexidades do Noroeste brasileiro e do Sul argentino. Os viajores ponderaram os potenciais e os empecilhos para o estabelecimento de uma civilização moderna nessas regiões. Essa discussão colaborava para a construção de um conhecimento, de um *corpus* literário – e em Euclides, também científico – sobre elas, retirando de tais territórios o estigma de torrões ignotos. Ou, ao menos, colocando esse estereótipo em suspeição.

Nos dois autores, percebemos uma íntima conjugação entre o primeiro olhar, mais paisagístico, mais ligado às Ciências Naturais e o segundo olhar, mais vinculado a discussões econômicas e sociais¹³³. Dito de outra maneira: à medida que os viajantes demonstram visões mais positivas sobre diferentes aspectos das paisagens confrontadas, maiores e mais consistentes são as possibilidades de desenvolvimento econômico e social que eles reputam aos espaços pelos quais passaram. E vice-versa.

Não surpreende: há um pesado fundo determinista no pensamento de Payró e Cunha. Mas também devemos lembrar que se trata de um procedimento discursivo, bastante frequente nos relatos de viagem: o juízo ensaístico dos autores sobre os aspectos sociais se projeta sobre seus comentários sobre o relevo, os rios, os solos, a vegetação, a temperatura. Essas pinceladas sobre a natureza contribuem, num primeiro momento, para a criação de um cenário que aclimate de modo mais coerente e convincente os diagnósticos realizados pelos escritores. E logo, num segundo, dão azo para que os ensaístas lancem sobre tal ambiente literariamente construído seus planos políticos, econômicos, sociais e culturais (PRATT, 1999).

Por ora, nos concentremos nas representações e nos diagnósticos, na medida em que aos projetos de intervenção propostos pelos autores serão reservados os capítulos seguintes.

2.3 Do espanto ao desvendamento: a Amazônia e a Patagônia como espaços ricos em ambiguidades

A despeito de diferenças que serão posteriormente elencadas, é possível sistematizar tanto as representações de Cunha da Amazônia, como as de Payró sobre a Patagônia, da seguinte forma.

De um lado, as regiões se apresentavam como territórios indômitos e que ofereciam dificuldades para a implantação de uma civilização moderna nos moldes das capitais nacionais, brasileira e argentina e, particularmente, das europeias. Os autores registram, em diversas ocasiões, um estranhamento quase que inevitável em relação a esses rincões. Inúmeras passagens escritas pelos viajantes reforçam a dimensão de espantosa alteridade desses espaços geográficos. Destarte, eles por vezes são descritos

¹³³ Como notou o crítico literário Jens Andermann (2000, p. 76), as dimensões mais estéticas e as mais preocupadas com o “útil” – ou seja, o equivalente à percepção mais contemplativa e à percepção mais “interventora” presentes nos relatos de viagem, na perspectiva de Sevchenko (1996) –, são complementares e interdependentes no texto de Payró.

como misteriosos, de difícil compreensão, e como bravios, oferecendo resistência a quem os pretendesse ocupar. Portanto, o escritor brasileiro e o argentino registram, em alguns momentos, elementos inóspitos de tais latitudes.

No entanto, de outro lado, essas impressões iniciais são extremamente nuançadas e até mesmo negadas ao longo dos escritos dos viajores. A partir de uma observação mais detida sobre essas realidades locais, os viajantes passam a desconstruir as visões mais negativas sobre as regiões – representações delas como “terras malditas” – e passam a elencar os potenciais civilizacionais por elas oferecidas: possibilidades de maior ocupação demográfica, maior integração territorial, de fomento à agricultura etc. Desvendadas tais potencialidades, Payró e Cunha fazem uma profissão de fé nas plenas possibilidades de se fomentar uma civilização na Patagônia e na Amazônia, desde que adaptada às condições geográficas locais. No movimento descrito por Javier Uriarte e mencionado no **Capítulo 1**, a representação das regiões como “desertos” dá lugar à representação delas como “terras férteis” (URIARTE, 2019).

Os autores reconhecem o fato de que essas possibilidades ainda não teriam se concretizado, mas argumentam isso não se daria pelos caracteres inerentes às regiões. Apontam que a verdadeira causa seriam óbices de natureza política, econômica e social – muitos dos quais de responsabilidade dos governos centrais de suas nações. Seriam tais os obstáculos a dificultar o florescimento de uma civilização naqueles espaços. Seriam esses fatores os elementos responsáveis pela continuada presença de marcadores sociais de barbárie no Sul argentino e na Amazônia acreana, denunciados por Payró e Euclides.

Entre tais sinais de barbárie estariam a penúria material, a exploração de trabalhadores, a concentração de riqueza, o isolamento viário, a precariedade tecnológica e a irracionalidade na gestão econômica. Para superação de tais traços e para o fomento à “civilização”, os dois autores arrolam diversos projetos para essas regiões, como veremos nos capítulos seguintes¹³⁴.

¹³⁴ Esse aspecto ratifica o fato de as caracterizações e considerações que Euclides e Payró traçaram sobre a Amazônia e a Patagônia serem plenamente representações, de acordo com o conceito de Chartier (1990, pp. 16-27), na medida em que operaram estratégias para referendar certas teses e programas políticos propostos pelos autores. Seu caráter de representação também se acentua na medida em que essas caracterizações intentaram se diferenciar de outras já feitas sobre os locais em questão, o que se vê na disposição “desmistificadora” por parte dos dois viajantes-ensaístas.

2.4 A Patagônia de Roberto Payró

Observemos como opera em *La Australia argentina* essa dinâmica de transição do espanto à desmistificação em relação à alteridade patagônica. Já na terceira crônica do livro, por ocasião de sua chegada a Puerto Madryn, cidade litorânea da *gobernación*¹³⁵ patagônica de Chubut, Payró relata um aspecto adverso do clima local. Logo em seguida, o relativiza, prenunciando as loas que fará às potencialidades da região, no decorrer da obra:

Entretanto paseábamos por aquel esbozo de pueblo, **si pasear puede llamarse al hecho de andar de un lado al otro azotados por el viento furioso, cargado de arena y hasta de piedrecitas, que nos cegaba y nos golpeaba el rostro.**

(...) Ya desde Madryn comienza á notarse esa característica del clima patagónico. (...) Diríase que um genio celoso, el mismo que ha trabajado tanto para que no se poblaran aquellas regiones, quiere castigar todavía á los que en ellas ponen el pie, y se entretiene en molestarlos y burlarlos. **Pero ha perdido la ocasión: ya se ha descornado el velo que nos ocultaba la Patagonia, y nada podrá detener ahora su rápida población y su progreso continuo** (PAYRÓ, 1898, p. 20, *grifos nossos*).

Adotando uma perspectiva triunfalista, em face das possibilidades que a Patagônia supostamente oferecia, o jornalista minimizou uma característica climática reputada como negativa da região – outras também virão a ser citadas por Payró, como a extrema variação térmica em Santa Cruz, onde no Verão os termômetros chegariam a marcar 22°C e no Inverno, -13°C (*Ibidem*, p. 66). Diversas passagens também matizam aspectos naturais patagônicos estereotipados como penosos no imaginário argentino. Por

¹³⁵ A *gobernación* era uma unidade administrativa dentro do Território Nacional da Patagônia. (POMPEU, 2012, pp. 137-140). Ela gozava de pequena autonomia política e administrativa: “Com a lei de Territórios Nacionais de número 1532 [*de 1884*], a Patagônia foi inserida no sistema administrativo argentino, tal como o Pampa e outras regiões ao norte do país, também apropriadas a partir do enfrentamento com o indígena. (...) À parte as províncias existentes, a lei número 1532 delimitou as jurisdições das chamadas *gobernaciones*, divisões administrativas que faziam parte dos Territórios Nacionais. **Em referência ao Território Nacional da Patagônia, estavam incluídas as *gobernaciones* de Neuquén, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo [*além de Río Negro*]. (...) Em diferença às demais províncias, os Territórios Nacionais não possuíam representantes no Congresso Nacional e eram politicamente dependentes do governo federal. Possuíam um sistema administrativo simplificado, sendo composto de um governador, nomeado pelo poder executivo em acordo com o Senado; *Juezes de paz*, que poderiam ser eleitos quando a população de uma *gobernación* ultrapassasse os mil habitantes; Conselho Municipal, seguindo as mesmas possibilidades de eleição direta, válida para os *juezes de paz*. *Gobernaciones* com mais de 30 mil habitantes poderiam ter uma Legislação, **cujos membros seriam escolhidos pelo poder executivo da nação**, dentre vizinhos interessados no cargo. (...) De acordo com a lei de Territórios Nacionais, as *gobernaciones* que alcançassem o número de 60 mil habitantes, seriam convertidas ao *status* de província. **No entanto, tal dispositivo não foi considerado e as áreas classificadas como territórios nacionais só foram convertidas em província a partir da década de 1950**, sendo que a Terra do Fogo só se tornou província em 1990” (POMPEU, 2012, pp. 137-138, *itálicos da autora, grifos nossos*).**

exemplo, quando Payró comenta sobre a tranquilidade da navegação no Estreito de Magalhães, quando ele tinha a “temerosa esperanza de assistir á uno de los grandes espectáculos de la Natureza” naqueles mares tidos como revoltos (*Ibidem*, p. 119)¹³⁶.

Ainda que o trecho acima transcrito, sobre o desvendamento do Sul argentino, apresente uma visão bastante evolucionista e teleológica, seu otimismo poderia se aplicar a incontáveis espaços geográficos no período da *Belle Époque*. A ênfase do excerto se encontra na frase “ya se ha descornado el velo que nos ocultaba la Patagonia” (*Ibidem, idem*). Essa colocação pode se referir tanto ao processo de conquista militar da região como à constituição de um conhecimento científico e jornalístico sobre tal área. No segundo caso, a afirmação pode parecer ambígua. Se já se erigira um *corpus* analítico e literário robusto sobre as paragens patagônicas, por que Payró foi enviado a elas pelo *La Nación*?

Esse *corpus*, na verdade, ainda estava sendo elaborado, processo ao qual o jornalista vinha a somar esforços. Payró presumivelmente tinha a pretensão de ser ele a tirar definitivamente o “véu” da Costa Sul argentina, na medida em que destrincharia todos seus potenciais, justificando, assim, a projeção gloriosa que se desenhava para o referido território.

Para materializar esse ideal, Payró estava bem ciente dos empecilhos que se apresentavam na vida social patagônica, cabendo a ele denunciá-los. Em Puerto Madryn, o viajante registrou que a sede da *subprefectura* naval estava caída aos pedaços: “pocos de los que viven en Buenos Aires recuerdan que no todas son flores para los que habitan al sur del Río Negro” (*Ibidem, idem*). Na mesma medida em que a *La Australia argentina* enfatizou os potenciais da região, expôs suas mazelas, às quais imputava responsabilidade ao Estado argentino.

No território patagônico de Chubut, Payró se maravilhou com os progressos da agricultura das colônias galesas das cidades de Gayman, Trelew e, principalmente, Rawson, a capital da *gubernación*, que concentrava o comércio da área. O autor louvou

¹³⁶ O trecho segue, reiterando a quebra de expectativa: “Nada de lucha de los elementos, nada más que una gran masa de agua arrastrada por las corrientes, entre costas relativamente bajas, y que nuestro buque cortaba tranquilo con su proa” (PAYRÓ, 1898, p. 119). Deve-se fazer a ressalva de que, como já abordamos, essa caracterização contribui – ou ao menos se coaduna – para a representação positiva e enaltecida de Punta Arenas, cidade que Payró visitou em sua viagem e que é por ele muito enaltecida por ter a prosperidade econômica da região patagônica. Ademais, a caracterização amena das condições marítimas do Estreito de Magalhães baseada na experiência náutica de Payró pelo Estreito é contrastada pelo próprio autor, na mesma página, com as dificuldades e catástrofes narradas por marinheiros do final do século XIX sobre a área (*Ibidem, idem*). Dessa forma, não se pode ignorar a hipótese que Payró, como em tantas outras passagens de *La Australia argentina*, carregue nas tintas a fim de fortalecer suas teses e pontos de vista.

essa comunidade, lá estabelecida desde 1866, “animada de una voluntad y una perseverancia engendradora de progreso y bienestar” (*Ibidem*, p. 24). Os galeses também são descritos como “hombres de costumbres sencillas, trabajadores, honrados y pacíficos: buen pueblo y excelente plantel para el futuro” (*Ibidem, idem*). Essas virtudes viriam a ser associadas ao perfil religioso protestante e anglo-saxão dessa colônia, já denotando uma anglofilia que perpassa toda *La Australia argentina*, como discutiremos adiante no **Capítulo 3**.

Combate-se a imagem da região como terra estéril, “maldita”, inabitável. Essa era uma tópica presente no relato do biólogo Charles Darwin (1809-1882) (DARWIN, 2001) na viagem do Beagle (1833) e em inúmeros textos posteriores, como o da viajante escocesa Florence Dixie (1855-1905):

¡Patagonia, por fin! **Bastante desolada y triste** se veía, una sucesión de planicies desnudas, **ni un árbol ni un arbusto** visible en ninguna parte; tal paisaje, de hecho, como el que **uno esperaría encontrar en otro planeta** (DIXIE, 1880, p. 29, *apud* CHIUMINATTO; DEL RÍO, 2016, p. 79, *grifos nossos*).

Não obstante, as potencialidades da região seriam obstadas por medidas políticas inadequadas do governo central, o que acarretaria a desconfiança dos habitantes da Patagônia¹³⁷:

La acción del Gobierno llega hasta tan lejos, y suele ser tan incómoda fuera de los grandes centros, que **no es extraño observar en estas regiones apartadas cierto alejamiento casi hostil por parte de los pobladores y con respecto á los que manejan, sin conocerlos muchas veces** (PAYRÓ, 1898, p. 24, *grifos nossos*).

A mesma visão foi evocada numa conversa de Payró com Pedro Derbes, antigo habitante da *gobernación* de Chubut que reclamava por maior atenção não só do Estado como também da imprensa e da sociedade argentina. Derbes, na partida do repórter de Chubut, clamou para que o jornalista voltasse ao território para conhecer de modo mais

¹³⁷ Desde 1874, com a chegada de Nicolás Avellaneda à Presidência, a Argentina vinha sendo governada pelo Partido Autonomista Nacional (PAN), agremiação à qual o grupo político mitrista e, já na década de 1890, Unión Cívica se opunham. Payró, trabalhando no *La Nación* dirigido por Bartolomé Mitre e alinhado a um nascente Partido Socialista na Argentina, partilhava das críticas ao PAN e sua hegemonia política. Domínio que é aludido em uma das páginas finais de *La Australia argentina*. Já em Buenos Aires, tendo retornado da Patagônia, Payró comenta a vitória de Julio Argentino Roca, expoente do PAN, nas eleições presidenciais daquele ano (PAYRÓ, 1898, p. 442). O triunfo eleitoral do ex-Presidente argentino de fato se concretizou. Roca sucedeu seu colega de partido José Evaristo Urriburu na Presidência argentina e reassumiu o poder após doze anos, uma vez que já ocupara o cargo de 1880 a 1886, no auge da Conquista do Deserto. Dessa forma, todo o período de incorporação e posterior administração da Patagônia pelo Estado argentino até o momento em que Payró escreveu *La Australia argentina* havia se dado sob gestões do PAN. Embora não mencione o partido em sua obra, esse grupo político é um evidente alvo do jornalista em seus escritos patagônicos.

aprofundado a realidade local e, com isso, dar mais visibilidade nacional à área, por meio do espaço privilegiado do *La Nación*:

– *La Nación* ha hecho un noble esfuerzo enviándonos quien nos oiga y nos vea de cerca. (...) **Estamos abandonados. El gobierno se desinteresa de nosotros, la prensa no se ocupa, el país casi ignora que existimos... Y sin embargo, aquí hay ya un gran plantel, un almácigo en plena germinación.** Diga usted que lo envíen de nuevo, más tarde, para detenerse aquí y vivir algunas semanas con nuestra vida.

– Eso se hará. Vendré, vendrá outro, es lo mismo – pero tenga usted la seguridad de que el diario mira con verdadero interes estos territorios, que – como usted dice – son **grandes semilleros que sin duda nos guardan muchas sorpresas** (*Ibidem*, p. 29, *grifos nossos*)

Há nesse trecho uma figuração discursiva fundamental em *La Australia argentina*: uma reiterada preocupação do narrador em se colocar como um aliado, como um porta-voz das populações brancas da Patagônia. Payró procurou adotar em parte uma retórica de “anticonquista” (PRATT, 1998, pp. 32-33). Isto é, uma autorrepresentação textual do viajante como observador isento de ambições de dominação política e/ou econômica em relação ao local percorrido¹³⁸.

Sendo assim, ombreando-se com as populações que, em sua visão, “faziam” a Patagônia, quais eram os principais potenciais que Payró discerniu na vasta parte austral da Argentina? Podemos separar esses possíveis trunfos em três categorias: **a)** geográficos – relativos às condições geoclimáticas da região e a sua integração territorial com as demais localidades da nação platina; **b)** econômicos – ou comerciais; e **c)** demográficos – ou fundiários.

Vejamos os primeiros desses potenciais. Ainda que reconheça as intempéries climáticas, o autor tentou desmistificá-las e mostrar que o perfil geográfico patagônico não seria de fato incompatível com o desenvolvimento agrícola¹³⁹, urbano, demográfico

¹³⁸ Payró não adotou uma perspectiva diretamente instrumentalizada pelo projeto de implantação do poder político do Estado central argentino. Em outras palavras, o autor não era um agente oficial de Buenos Aires. No entanto, isso não significa que o jornalista não tomava a região como palco privilegiado para o qual ele propunha uma série de medidas políticas, econômicas e sociais. Payró não só defendia formas de intervenção estatal na realidade social patagônica, como também esperava orientá-las nas direções que julga mais adequadas. Como nota Jennifer Valko: “Como periodista y socialista, Payró desea educar y cultivar el deber cívico en los lectores privilegiados de *La Nación*. Para esto, describe el abandono de los pioneros patagónicos por el Estado argentino y manifiesta la esperanza de que sus reportajes impulsen un cambio positivo para la región. Su exhaustiva narración se organiza geográficamente según los puertos que visita y ofrece la historia de cada uno de ellos” (VALKO, 2008, pp. 37-38).

¹³⁹ É o que sugere o seguinte excerto: “Al contrario de la creencia general á propósito de la Patagonia, los campos son buenos aunque sin agua hacia la costa, y malos hacia el oeste, como no tienen pasto, son pedregosos y además de carecer de água también, están sembrados de grandes salinas. Las abundantes lluvias de invierno forman depósitos de agua dulce, pero los calores y los fuertes vientos tan frecuentes allí, los hacen desaparecer en el verano, por lo cual no hay que contar mucho con ellos, y preferir las aguadas permanenes donde, con más o menos trabajo, siempre se obtiene agua” (PAYRÓ, 1898, p. 47).

e econômico¹⁴⁰. Assim, apresentando detalhadas estatísticas meteorológicas, aponta as proximidades de perfil climático entre a Terra do Fogo e Dublin (PAYRÓ, 1898, p. 311)¹⁴¹. No mesmo sentido, já retornando à capital federal, Payró comenta que, a despeito do frio intenso, não teve nenhum resfriado em sua viagem (*Ibidem*, p. 418). Esses indícios sugerem que o relato de viagem de Payró procurou questionar a identificação da Patagônia como *desierto* absolutamente hostil à civilização.

Essa postura do autor se distancia, sugestivamente, da clássica tópica das planícies interioranas e dos *desiertos* como produtores atávicos da “barbárie” na sociedade, na cultura e na política da Argentina. Alguns trechos de *Facundo* bem o exprimem:

Muchos filósofos han creído, también, que las llanuras preparaban las vías al despotismo, del mismo modo que las montañas prestaban asidero a las resistencias de la libertad.

(...) Esta extensión de las llanuras imprime (...) a la vida del interior, cierta tintura asiática, que no deja de ser bien pronunciada.

(...) Es el capataz un caudillo, como en Asia, el jefe de la caravana.

(...) Así es, como en la vida argentina, empieza a establecerse por estas peculiaridades el predominio de la fuerza brutal, la preponderancia del más fuerte, la autoridad sin límites y sin responsabilidad de los que mandan (SARMIENTO, 1985, pp. 26-27).

Tanto Sarmiento como Payró almejavam o adensamento demográfico dos interiores argentinos. Apesar da concordância, o segundo autor relativizou a dimensão – supostamente inerente – de *desierto* da Patagônia e o presumido caráter socialmente deletério desse ambiente. Em contraste, deslumbrado, chamou o extremo Sul argentino de “zona tão favorecida pela natureza” (PAYRÓ, 1898, p. 111). Ainda em diferença em relação a Sarmiento – pelo menos, aquele de *Facundo* –, o jornalista matizava a contraposição dos pares *civilização* e *cidade vs. barbárie* e *campo*, uma vez que

¹⁴⁰ Ainda que aborde frequentemente as dificuldades da rotina marítima, Payró não pretende assumir um tom épico ou aventuresco, recorrente nos relatos de exploração patagônicos das décadas e séculos anteriores (TORRE, 2007; ANDERMANN, 2000). Realizando sua viagem já nos marcos da modernidade técnica, afirma: “No se espere hallar aquí el relato de múltiples y peligrosas peripécias: no las hubo. Apenas las incomodidades que nunca faltan en una **excursión cualquiera**, y nada más” (PAYRÓ, 1898, p. 419, *grifos nossos*).

¹⁴¹ Payró reproduz e corrobora essa analogia, originalmente feita por Darwin, entre a ilha austral americana e a metrópole irlandesa (PAYRÓ, 1898, p. 311). Dessa forma, pode-se ponderar que a caracterização que o biólogo inglês faz do extremo Sul da América, a despeito do tom predominantemente negativo, não é tão homogênea quanto se possa imaginar.

identificava potenciais civilizatórios especialmente propícios para o espaço rural do extremo sul argentino¹⁴².

Dado que a região austral oferecia condições ambientais adequadas à ocupação populacional, um elemento que poderia atravancar seu desenvolvimento econômico seria o fato de tal área apresentar um difícil – ou perigoso – acesso geográfico. Tal empecilho minaria as possibilidades de integração territorial e econômica com outras regiões. Payró desautorizou a visão de que a Patagônia seria uma região inacessível àqueles que partissem em sua direção, vindos da capital argentina.

Nessa refutação, reiterava que o problema em relação ao isolamento geográfico do território seria uma questão de – falta de – vontade política por parte da capital, deixando à mercê os sulistas argentinos. “Más que geográficamente, está alejada del resto de la república por la **indiferencia**”, sentenciou o viajante (PAYRÓ, 1898, p. 84, *grifo nosso*). Quando interrogado sobre como definiria a Patagônia, um interlocutor de Payró – valendo-se de uma metáfora referente a relações familiares e de gênero – classificou a região como uma “enteada”:

Patagonia es hijastra. Tiene toda la voluntad de las hijastras, **descuidadas y sin embargo dignas de atención, de respeto, de ayuda**. Si sus cualidades naturales responden á su ambición, **puede que triunfe sobre sus hermanas** (PAYRÓ, 1898, p. 111, *grifos nossos*).

O jornalista comprou essa ideia, decantando, com uma mão, os potenciais da região e, denunciando, com a outra, seu abandono. Abandono sobremaneira expresso pelas populações patagônicas em relação às debilidades do sistema de transportes na área. Payró apresentou essa reclamação como unânime, atribuindo-a a várias de suas fontes:

¡Pero, señor! ó se han pasado la palabra todos los sudistas argentinos, ó existe una razón vital de protesta. En Madryn... ¡los transportes! En Santa Cruz... ¡los transportes! En Gallegos... ¡los transportes! En Ushuaia.... ¿Se oirá el mismo estribillo en San Juan del Salvamento? ¿La gritería se convertirá en plebiscito? (PAYRÓ, 1898, p. 256)

¹⁴² Para o jornalista socialista da década de 1890, não fazia mais sentido identificar os interiores argentinos como fontes de todo o autoritarismo político no país. Sarmiento publicou *Facundo* em 1845. Naquela década de 1840, ele lutava contra o regime federalista de Juan Manuel de Rosas, que governou o país entre 1835 e 1852, com grande apoio de lideranças das zonas rurais argentinas. Payró escreveu em um momento político muito distinto. No primeiro semestre de 1898, quando da viagem patagônica de Payró, havia 36 anos que o Federalismo havia sido derrotado na batalha de Pavón, de 1861 (PASSETTI, 2009). Em seu lugar, o Unitarismo liberal encampado por Sarmiento se consolidaria no poder e unificaria o país sob a égide da cidade de Buenos Aires. O próprio intelectual de San Juan viria a ocupar a Presidência, entre 1868 e 1874. Os adversários políticos de Payró são as elites políticas que, nos anos 1880 e 1890, governavam a Argentina após a “Conquista do Deserto”. Eram elites que já comandavam a nação sediadas na capital portenha e que, na visão do repórter, não davam a devida atenção a outras regiões da nação.

A questão dos transportes assumia relevo na perspectiva de Payró, imbuído que estava de uma visão redentora da tecnologia, concepção fundamental para compreensão do mundo e das ideias revolucionadas pela industrialização ao longo de todo o século XIX (SALIBA, 2003). Não importava que a longínqua Terra do Fogo estivesse “á millones de leguas de la civilización” (PAYRÓ, 1898, p. 294). O que estava em jogo era a possibilidade – que se colocava como evidente, para o autor – de superar esse impasse e interligar as mais remotas paragens terrestres sob a égide da modernidade e do desenvolvimento econômico capitalista. Na esteira dos desejos de integração territorial, a paisagem e a geografia passavam por uma “conversão em matéria-prima”, conforme aponta Foot Hardman (2005, p. 101).

Nesse processo, a imagem da ferrovia, tema de estudo de Hardman, teve grande primazia durante o século XIX. E é um elemento que Payró não podia deixar de fora de seu livro. No Chubut, território que desde 1888 já contava com o Ferrocarril Central del Chubut (LEWIS, 1983), o autor comentou que “afortunadamente, en el Chubut suelen preocupar también cosas más útiles y hoy se habla con entusiasmo del proyecto de un **nuevo** ferrocarril” (PAYRÓ, 1898, p. 28, *grifo nosso*). O autor contrapôs os boatos sobre a construção de um grandioso projeto na região com as rugas que observou entre colonos galeses e argentinos na área. Tais animosidades comezinhas, na visão do jornalista, não teriam razão de ser quando se tinha em perspectiva o desenvolvimento técnico e material da região¹⁴³.

Além dos projetos ferroviários, outro símbolo máximo da modernidade decimônica que também aparece no relato de Payró é o telégrafo. O jornalista diz ter conversado, a bordo do Villarino, com Leopoldo Funes, comandante que em 1897 teria sido encarregado de estabelecer uma linha telegráfica militar entre Río Deseado, San Julián, Río Gallegos e Punta Loyola (MURUA, 2015, p. 59). A tentativa fracassara. Sem embargo, a partir das informações de Funes, o autor valorizou o saldo de aprendizado da empreitada, frisando a plena possibilidade de o projeto vingar, desde que tomadas certas precauções¹⁴⁴. Argumentando em prol da viabilidade desse projeto de

¹⁴³ Em Chubut, Payró (1898, p. 28) também valoriza o potencial hidroviário do Rio Chubut, cuja exploração seria um projeto que reputa como tão importante quanto o ferroviário. Por um lado, o autor elogia os esforços do território em tentar obter junto a Buenos Aires um rebocador de navios e, por outro, lamenta o fato de os habitantes da região ainda não terem adquirido um navio a vapor.

¹⁴⁴ Essas ponderações são expostas pelo seguinte trecho: “La línea telegráfica tendrá que desviarse hacia á la laguna de la Leona, entre el Coy Inlet y Río Gallegos, para atravesar el río por el paso de Guraique,

linhas de telégrafo, o autor discorreu sobre seus futuros efeitos, extremamente benéficos para os proprietários rurais da região por ele abrangida (PAYRÓ, 1898, p. 48).

Tendo tratado desses aspectos geográficos, abordemos os potenciais econômicos da Patagônia identificados por Payró, que receberam especial atenção do jornalista. Eles são grifados a partir do desenvolvimento de sua atividade comercial dos portos da região e da constatação de como eles poderiam ser mais bem aproveitados, em comparação com o exemplo do Estreito de Magalhães chileno. No capítulo em que fala com o morador de Chubut, Pedro Derbes, Payró registra uma considerável monta comercial da região, lastreada na crescente produção agropecuária do território. Em 1897, suas exportações somaram, em pesos, o valor de \$236.392,92¹⁴⁵ e as importações totalizaram \$235.784,00 (*Ibidem*, p. 30-32), havendo um pequeno saldo comercial de \$608,84. Embora fosse ainda muito embrionário, o saldo comercial de Chubut dava um sopro de esperança que se podia fazer comércio na Patagônia, mesmo com uma população bastante pequena. Sobretudo, se a iniciativa econômica privada fosse devidamente fomentada, e não tolhida, por Buenos Aires.

De acordo com Payró, os fluxos comerciais de Chubut e de toda a Patagônia com a Europa eram obstaculizados uma vez que em que os portos da região argentina não dispunham de liberdade alfandegária. Com uma breve exceção dos portos de Gallegos e Santa Cruz – no território patagônico de Santa Cruz –, que gozaram de uma franquia não oficial e transitória¹⁴⁶, a Patagônia dependia do porto livre e chileno de Punta Arenas para realizar suas importações e exportações atlânticas (*Ibidem*, p. 31). Tratava-se, na avaliação de Payró, de erro crasso, uma vez que o livre-comércio nos territórios do Sul argentino seria de “alta conveniencia material y hasta patriótica, propender á que se pueblen aquellas regiones en que hasta hace bien pocos años casi no habíamos ejercido nuestra soberanía...” (*Ibidem, idem*).

Na visão de Payró, as restrições tarifárias na Patagônia só recrudesciam a miséria local, dificultando o abastecimento de itens básicos para a sobrevivência de seus habitantes. Para o autor, tal cerceamento alfandegário serviria, na verdade, a interesses

pues más cerca del mar los desbordes del Gallegos, la fuerza de sus corrientes y los témpanos que arrastra, derriarían los postes inutilizando el telégrafo” (PAYRÓ, 1898, p. 47).

¹⁴⁵ O principal artigo exportado por Chubut foi seu trigo, cuja qualidade já era reconhecida em outras partes da Argentina e até na Europa (PAYRÓ, 1898, p. 24). Em 1897, foram exportados 79.579 quilos de trigo, totalizando mais de 151 mil pesos (*Ibidem*, p. 32).

¹⁴⁶ Essa liberdade alfandegária foi interrompida pela Convenção Reformadora da Constituição Argentina de 1853, realizada em 1898 – no mesmo ano da viagem de Payró, que a cita em *La Australia argentina*. O objetivo era romper esse privilégio tarifário para os territórios do Sul do país, que supostamente representaria uma vantagem sobre as demais províncias argentinas (LORENZO, 1997, p. 338).

das elites políticas e econômicas de outras partes da Argentina. O repórter registrou a opinião de um proprietário de terras de Santa Cruz: “si se declararan estos puertos libres, todos los colonos que hoy sufren al norte por la pérdida de las cosechas etc., se vendrán inmediatamente aquí” (*Ibidem*, p. 89).

Payró tomou partido da concessão de liberdade alfandegária aos portos patagônicos. Nessa posição, criticou o descaso com as paragens patagônicas na Argentina, que possuíam uma representação política muito frágil perante Buenos Aires. A Patagônia é, dessa forma, retratada como subjugada pelas províncias mais tradicionais, ricas e influentes do país. O jornalista discutiu como tal cenário era de completo desestímulo ao aprimoramento econômico e social do Sul argentino, em contraste com o paradigma representado pelo Oeste estadunidense, que gozou de amplas prerrogativas legais para seu desenvolvimento. Afirma o autor:

Aunque esa oposición no triunfara [a oposição à franquia dos portos patagônicos, alternativa rechaçada na reforma constitucional de 1898], **la exigencia injustificada de las ya formadas y constituidas porovincias** del norte, hubiera hecho muy difícil, si no imposible, dar ese decisivo impulso á los territorios del extremo sur. *Pretendemos servirnos de la experiencia de Estados Unidos*, y no acertamos a imitarlos en aquello que ha cooperado con más eficacia a su engrandecimiento, como **las extraordinárias facilidades que dieron para poblar sus comarcas desiertas y la absoluta libertad que gozaron sus habitantes**. Aquí [na Patagônia argentina] todas son trabas, y cuando el pioner se lanza por fin a aquellos incultos y pobres campos, después de vencer dificultades sin cuento, **encuentra en las autoridades el mismo afán de gobierno a todo trance que viviendo en un centro de civilización** (*Ibidem*, p. 90, *grifos nossos*).

As limitações legais e os impostos estabelecidos pelo Estado seriam particularmente nocivos na Patagônia, em virtude do fato de que a região ainda não se tornara um “centro de civilização”, nas palavras de Payró. Estava em processo para um dia sê-lo. Era um espaço cujos potenciais deveriam ser incansavelmente lapidados a fim de se desenvolver, mesmo distante do coração econômico do país. Caberia aos povoadores da região, como no caso estadunidense, desbravar um território “selvagem” – o chamado *wilderness* – e estabelecer ali uma nova sociedade (TURNER, 2004; MARX, 2000).

Mas, esses migrantes, por mais empenhados que fossem, não poderiam atuar sem o mínimo apoio. Sua missão dependia de uma íntima parceria com Estado, que deveria empregar ações estratégicas para favorecer tal empreitada, não a prejudicando em nenhuma hipótese. Na visão de Payró, a negligência do governo argentino comprometia qualquer expectativa de progresso. Isso fazia com que os *self-made men*

patagônicos se esforçassem muito mais do que os norte-americanos para sua própria sobrevivência e para o cultivo daquele *Far South* argentino.

Essa impressão é sintetizada a partir da figura de um colono patagônico de Santa Cruz, chamado Charles Ross – cuja ascendência anglo-saxã cai como uma luva para o ponto de vista de Payró. O esforço de sobrevivência de Ross o impelia a realizar diversas atividades – ou “bicos” – e a praticar relações econômicas não monetizadas. Esses aspectos de trabalho não especializado, informal e não capitalizado que remetem a uma vida econômica arcaica, execrada por Payró. Como socialista reformista, o jornalista ansiava por uma transformação modernizadora, industrializante e socialmente niveladora na Argentina.

Tal como os galeses de Chubut, Ross e seus companheiros viam com desconfiança as instituições estatais, sentindo-se solitários em sua empreitada, a ponto de flertar com meios privados, extrajurídicos, para a resolução de conflitos:

Este indivíduo, que habita el territorio desde hace muchos años, comenzó á abrirse camino en las condiciones más precarias que imaginarse pueda. (...) **Ross es al mismo tiempo herrero, carpintero, mecánico, maquinista...** y hoy alquila su caballo Tucu-Tucu, á tanta costa obtenido, por botellas de coñac ó de ginebra, *nunca por dinero...* Como él hay otros, y los antiguos colonos que vinieron del viejo mundo sin saber palabra de la nueva vida en que iban á iniciarse, se han convertido en **camperos, jinetes y cazadores que corren el avestruz y el guanaco** [*camelídeo similar à lhama*] **cual si hubiesen nacido en plena pampa y se han avezado de tal modo á las necesidades de aquella existencia solitaria, que hoy se bastan a sí mismos, y pocas veces tienen que recurrir á extraño auxilio.** Sólo reclamarían la acción de un gobierno, para libertarse de enemigos tales como los cuatros [*ladrones de gado*] y eso simplemente porque no se les permite tomarse justicia por su propia mano, porque les costaría, como á los primeros habitantes del Far West, formar liga para perseguirlos y ahuyentarlos (*Ibidem*, pp. 90-91, *itálicos do autor, grifos nossos*).

Chama a atenção no trecho a comparação – como lembra Hartog (1999), um recurso fundamental para o manejo da retórica da alteridade – implicitamente esboçada por Payró a partir da menção à montaria. Tal como os cavalos para os Pampas, assim estariam, para a Patagônia, avestruzes e guanacos – camelídeos sul-americanos parentes das lhamas e das alpacas. A imagem resulta um pouco ridícula. Seria possível um avestruz fazer as vezes de um cavalo? O peso da analogia era certamente muito maior no final do século XIX e início do XX do que atualmente, período em que o Hipismo não desfruta do *status* social de outrora¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Aquele era um momento em que esse esporte na Argentina – e em diversas capitais da América do Sul, como São Paulo e Rio de Janeiro – gozava de um enorme prestígio social e desportivo. Segundo Roy Hora (2014a), o Turfe foi o esporte mais popular na Argentina da década de 1880 até a Grande Depressão iniciada em 1929, perdendo espaço para o Futebol. De acordo com o estudo do historiador argentino, o

O esforço, a superação e a adaptação dos colonos patagônicos são fortemente ressaltadas por essa curiosa analogia de montaria. Eles “bastariam tanto a si mesmos” que fariam a façanha de encontrar um cavalo num simples avestruz. E se tal situação pudesse parecer insólita, isso se dava pelo fato de a região ainda não estar desenvolvida como todo – a pecuária patagônica se concentrava no Chubut, onde predominava a criação bovina e ovina (PAYRÓ, 1898, p. 31). Ainda não atingira o nível de riqueza e civilização dos Pampas e das metrópoles platinas.

De qualquer modo, havia no diagnóstico de Payró uma trilha para a Patagônia se desenvolver. E ela ficava muito mais perto da Argentina do que o mítico Oeste dos Estados Unidos. Se era totalmente descabida a ambição de imaginar Rawson ou Río Gallegos como novas Buenos Aires, isso não significava que as urbes patagônicas fossem incapazes de alcançar um *status* intermediário, estabelecendo uma “rotina civilizadora” na região (ANDERMANN, 200, p. 76). Para chegar a esse patamar, elas deveriam se modernizar, por meio de melhores condições de infraestrutura, fomentar o comércio, por meio de portos com alfândegas livres e estimular a migração, por meio de incentivos governamentais. Esse seria o receituário da chilena Punta Arenas, que Payró visitou em sua jornada austral¹⁴⁸.

Após breve passagem pela cidade, o autor a qualificou como “joia” e comentou, embaçado, que havia retornado instantaneamente ao “mundo civilizado”¹⁴⁹. Nesse

Turfe não foi meramente um esporte que congregava as elites argentinas no requintado Hipódromo e Jockey Club de Palermo, em Buenos Aires, e que remontava a uma cultura equestre *criolla* – grupo social que tantas vezes mobilizou a metáfora do cavalo “puro sangue” para se enaltecer. Era também uma prática esportiva extremamente popular, que atraía a atenção de multidões e que foi a primeira a se profissionalizar no país platino (*Ibidem, idem*). Certamente, anúncios de competições hípcas importantes e seus resultados apareciam no *La Nación*, até em função de apostas esportivas (HORA, 2014b).

¹⁴⁸ O caráter modelar que Payró atribui à experiência de Punta Arenas pode ser verificado no seguinte trecho: “Un argentino que pise el suelo de Punta Arenas, no puede reprimir un movimiento de disgusto, de desconuelo, y hasta cierto punto de envidia; no de envidia destructora y estrecha, sino de la que crea la emulación é incita á hacer, á esforzarse, á aprovechar elementos prácticamente utilizables, como lo demuestra aquel pueblo que seis años antes era apenas un villorrio... Chile no descuida sus más alejados territorios. No hace mucho ha enviado un nuevo contingente de población á Punta Arenas, uns mil chilenos, cuya incorporación artificial á la villa no deja de presentar serias dificultades, porque todavía no hay trabajo suficiente para todos, y la vida se les hace ardua en esas condiciones. Pero obviará eso realizando obras públicas de importancia, ya proyectadas, con cuyo sacrificio logrará probablemente su propósito de nacionalizar aquel pueblo que hasta ayer era compuesto en inmensa parte de extranjeros” (PAYRÓ, 1898, p. 144).

¹⁴⁹ Antes de chegar a Punta Arenas, durante a navegação no Estreito de Magalhães, Payró se impressiona com a existência de um grande congelador que se atribui à companhia Woods & Co. para exortação de gado e com propriedades que, supostamente, tinham mais de cem mil ovelhas. Um colega de navio conta a Payró uma história – que diz não poder garantir sua autenticidade e que pode ser exagerada – de que essas seriam propriedades de rurais de dois milionários, Menéndez e Reynard, que enriqueceram junto do crescimento de Punta Arenas. Reforça-se aí a descrição dessas duas personagens como *self-made men*, que teriam prosperado graças “á su espíritu de empresa, á su sagacidad para los negocios, á su tesón y... al medio en que actuaba” (PAYRÓ, 1898, p. 131).

porto chileno, os meios de comunicação e transporte eram abundantes e eficientes. Havia várias linhas de vapores quinzenais, transatlânticos – permitindo a ligação com Santiago do Chile, com a Patagônia argentina e mesmo com a Europa e a Califórnia, o que dava um ar cosmopolita à cidade. Também havia embarcações de cabotagem com fins comerciais específicos e vapores-correios subvencionados pelo governo chileno¹⁵⁰.

A força comercial dava ao município certa prosperidade. Payró até se surpreendeu com alguns palacetes da elite local¹⁵¹ (PAYRÓ, 1898, p. 447). O jornalista também manifestou admiração por certa vitalidade urbana da cidade: ruas movimentadas e “risonhas”, hotéis, bares, cafés, confeitarias e clubes sociais – que também desempenhavam a função de teatro e salão de bailes –, além da promessa da instalação de iluminação pública e de linhas de telégrafo nos anos seguintes (*Ibidem*, pp. 134-144).

Segundo Payró, a atuação estratégica do Estado havia sido fundamental para o êxito de Punta Arenas. Desde que o comércio despontara, em razão da localização estratégica da cidade, o governo chileno imprimiu uma série de medidas para potencializar seu crescimento econômico: investiu em obras públicas, fomentou o povoamento da cidade e concedeu a franquia a seu porto¹⁵². Além disso, teria se adotado uma legislação de grande liberalidade, o que, segundo Payró, contrastava com a política argentina para a Patagônia: “todo es exigencia de parte de los argentinos para aquellos parajes; todo es tolerancia, de parte de los chilenos, para aquella comarca” (*Ibidem*, p. 111).

A percepção positiva acerca de Punta Arenas por parte de Payró é bastante significativa, já que o Estreito de Magalhães foi tradicionalmente descrito na literatura de viagem como área melancólica e pouco atrativa. É o que evidencia a descrição de Darwin sobre “Puerto Hambre” – oficialmente, Ciudad del Rey Felipe – no Norte do Estreito, próximo de Punta Arenas: “I never saw a more cheer-less prospect; the dusky woods, pie-bald with snow, were only indistinctly to be seen through an atmosphere

¹⁵⁰ Mesmo em cidades importantes da Patagônia argentina, como Gallegos, os habitantes seriam dependentes do comércio com Punta Arenas, pela dificuldade de ligação com outras cidades argentinas. Dessa forma, eles seriam obrigados a ser “semi-chilenos” (PAYRÓ, 1898, p. 111; cf. p. 31, p. 322).

¹⁵¹ Em 1895, por exemplo, foi construído em Punta Arenas o Palacio Sara Braun, pertencente a uma rica família da cidade do Estreito de Magalhães (INOSTROZA PINO, 2008, p. 17).

¹⁵² Vale destacar que o *status* de porto livre de Punta Arenas não pode ser considerado exclusivamente no âmbito do Estado nacional chileno. Em razão de sua localização estratégica, entre o Atlântico e o Pacífico, diversas nações europeias tinham grande interesse pela navegação através do Estreito de Magalhães (PASSETTI, 2014). O fato de o Chile não ter força militar e diplomática para se opor a essa navegação ou lhe impor fortes restrições alfandegárias contribuiu para que Punta Arenas se tornasse um porto livre, o que permitia o acesso das potências marítimas.

composed of two thirds rain & one of fog; the rest (...) was very cold unpleasant air” (DARWIN, 2001, p. 240). Destarte, ao exaltar o sucesso do porto chileno, Payró frisava o engenho humano como responsável pelos avanços materiais ali logrados.

Na Terra do Fogo, o autor também identificou elementos econômicos que considera alvissareiros. Payró fez uma previsão de que ali, o número de estabelecimentos pecuários – mormente, ovinos – iria triplicar em menos de dois anos, a partir de uma venda de terras públicas na ilha, realizada no ano de sua viagem, 1898 (PAYRÓ, 1898, pp. 304-305). O jornalista previu que essa atividade econômica poderia ser economicamente viável em longo prazo, desde que se adequasse à capacidade dos campos da ilha. Comparativamente, esses seriam menos vastos e nutritivos do que os do Chaco – Território Nacional do Norte da Argentina –, podendo sustentar uma quantidade menor de gado.

Outras riquezas que o autor viu na Terra do Fogo eram o uso de seus bosques para atividades madeireiras, a exploração do ouro em praias de aluvião e a pesca de frutos do mar – vide a existência de uma rica biodiversidade marinha na região (*Ibidem*, pp. 305-307). Ademais, são citados o solo rico em turfa – material orgânico formado por detritos de plantas e animais, que pode ser utilizado como combustível – e fontes de água mineral – cuja salubridade estava sendo analisada por químicos em Buenos Aires, segundo o repórter (*Ibidem, idem*). Em suma, a mais distante e meridional paragem da Argentina também estaria numa carreira de progresso econômico, sendo objeto de interesse financeiro, científico e jornalístico no resto do país¹⁵³.

¹⁵³ O interesse científico é citado por Payró no seguinte trecho: “El interés que despierta la Tierra del Fuego, está demostrado materialmente por el precio que han obtenido los lotes sacados á remate, y científicamente, por las comisiones de exploradores que la visitan á menudo. Las últimas que han estado fueron: em Febrero de 1896, la compuesta por los señores doctor F. Lahille, doctor Nicolás Alboff, Carlos Lahitte y E. Beaufils, que permanecieron hasta Abril, y un mes más tarde de la de Otto Nordenskjöld, en que iba el doctor Pedro Dusén y el señor Hjelmer Ackermann. En Diciembre de 1897 la visito también el Bélgica [*embarcação que naufragou na Terra do Fogo*], á cuyas primeras desventuras me he referido ya” (PAYRÓ, 1898, p. 312). A Terra do Fogo também despertava interesse literário. Em 1898, o jornalista Fray Mocho lançou, pouco antes de *La Australia argentina*, um livro sobre a Terra do Fogo: *En el mar austral*, que contou com prefácio de Payró (ÁLVAREZ, 1898). A obra é citada de passagem em *La Australia argentina*, a propósito da descrição de um bar de Punta Arenas, também mencionado na obra de Fray Mocho (PAYRÓ, 1898, p. 145). Ressalte-se que há uma diferença essencial entre os dois livros: ao passo que o do repórter do *La Nación* consiste em um relato de viagem real, o de José S. Álvarez é uma ficção, na qual o protagonista narra emulando a forma de relato de viagem (SERVELLI, 2014, pp. 144-145). Álvarez nunca havia estado em terras *fueguinas*. Por isso, o livro de Álvarez não pode ser considerado um relato de viagem propriamente dito, mas uma criação literária ficcional que se vale do motivo da viagem. No entanto, o prefácio de Payró a *En el mar austral* e a recepção crítica como todo acabaram, à época, contribuindo para a leitura equivocada de que se tratasse de um relato de viagem não-ficcional (*Ibidem*, p. 146). Antes de Payró e Álvarez, Mariano Tello e José Manuel Eizaguirre já haviam publicado na década de 1890 relatos de viagem sobre o arquipélago *fueguino* (*Ibidem*, p. 147).

Tendo abordado esses aspectos relativos ao fomento ao desenvolvimento material, passemos aos potenciais demográficos e fundiários da Patagônia de que trata o jornalista. Payró considerava que um elemento que estrangulava a possibilidade de um maior povoamento da região consistia na dificuldade do acesso à terra. Na Terra do Fogo, as propriedades eram só aparentemente baratas. Na prática, as terras saíam caras em função de obstáculos administrativos e burocráticos que envolviam a possibilidade de aquisição:

(...) los compradores no pueden hacer la operación en Tierra del Fuego, sino que tienen que venir á Buenos Aires á tramitarla en el ministerio, ó nombrar un apoderado que se encargue de ella, con los gastos y tropiezos consiguientes... (PAYRÓ, 1898, p. 286)

Dessa forma, apontava o autor, antes de 1898, um lote havia sido adquirido em Ushuaia pela última vez em 1895, três anos antes da escrita do livro (*Ibidem, idem*). Na Patagônia como um todo, o cenário era marcado por uma grande concentração e especulação fundiária (POMPEU, 2012, pp. 140-141). Payró não se furtou a analisar como essa característica afetava a vida política desse espaço geográfico:

La tierra (...) está en poder de compañías especuladoras y avaras (...). La seguridad de nuestras campañas ha sido y es un mito, pues las autoridades encargadas de velar por ella, se nombran con miras inconfesables de dominio *político* y con el mismo fin se les dejan **facultades tiránicas de que todavía abusan**. La justicia es (...) tarda, tortuosa, cara, terrible para quien acude á ella, por más que tenga razón (PAYRÓ, 1898, pp. 444-445, *itálico do autor, grifos nossos*).

Sobressai nesse trecho a proximidade com o vocabulário de *Facundo*. Payró de fato identifica na Patagônia muitos traços da arbitrariedade e do “atraso” *criollos*, temas longamente abordados no clássico de 1845 de Sarmiento. Nada obstante, o diagnóstico do jornalista era apenas em parte coincidente com o do intelectual sanjuanino.

O repórter do *La Nación* esbanjava um otimismo em relação ao espaço rural patagônico que seria impensável na ótica de *Facundo*. Como será exposto no **Capítulo 3**, Payró sonhou com a proliferação de pequenas propriedades na Patagônia, constituindo uma agricultura – e, portanto, uma civilização – pretensamente mais “democrática”, em oposição ao latifúndio de cepa aristocrática (SANTOS JUNIOR, 2013, p. 197). Era uma proposta de clara inspiração anglo-saxã. Dessa sorte, *La Australia argentina* se aproxima mais de outras obras sarmientinas. Entre elas, *Viajes por Europa, África y América* (SARMIENTO, 1849) e *Conflicto y armonías de las razas en América* (*Ibidem*, 1883), que também apresentam visões anglófilas.

2.5 A Amazônia de Euclides da Cunha

Tratemos agora das representações da Amazônia feitas por Euclides da Cunha. Tal como fizemos em relação a Payró, veremos como o autor dialogou com certas visões então consolidadas na literatura de viagem sobre a região a que rumou e como perscrutou nela potenciais para integração geográfica e desenvolvimento social¹⁵⁴.

Uma das primeiras observações de Cunha sobre a Amazônia foi relativa ao seu desapontamento com a paisagem do Rio Amazonas¹⁵⁵, de forma a se distanciar em relação à estética romântica que Alexander Von Humboldt imprimiu a seus relatos amazônicos no início do século XIX:

todos nós desde **mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a Hylae prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia:** ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. (...) **Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba** (CUNHA, 2000, p. 115, *grifos nossos*).

Euclides considerou a Amazônia como região que ainda se apresentava “misteriosa”¹⁵⁶, dado que de difícil apreensão pela ciência¹⁵⁷. Os empenhos científicos

¹⁵⁴ À diferença de Payró no que diz respeito à Patagônia, Euclides da Cunha não se debruçou tanto sobre os potenciais econômicos da Amazônia. É possível compreender esse traço, na medida em que, à diferença do Sul argentino, o Norte brasileiro tinha uma clara e valiosa *commodity*: o látex para a produção da borracha. Dessa forma, Euclides se furtou a elencar detidamente novas possibilidades de exploração econômica na região, se concentrando em analisar as relações sociais e os impactos sociais implicados pela produção seringueira. Grife-se, entretanto, que como Payró na Patagônia, Cunha esboçou projetos de estabelecimento de uma maior agricultura no Acre, criando uma alternativa econômica ao extrativismo. Trataremos disso no **Capítulo 4**.

¹⁵⁵ Deve-se destacar que esse desapontamento com o Amazonas é uma tópica que possui certa recorrência nos relatos de viagem amazônicos. Mário de Andrade, que viajou a lazer pelo Rio Amazonas vai manifestar impressão semelhante nos diários de viagem *O Turista Aprendiz*, de 1927 (ANDRADE, 2015).

¹⁵⁶ Após o retorno a Manaus, finda a expedição pelo Purus, Euclides afirma em entrevista ao *Jornal do Commercio* de Manaus, a 29 de outubro de 1905: “Íamos para o misterioso. Não pode negar-se que até aquela data existia, entre nós e as nascentes do Purus, descido um desmesurado telão, escondendo-no-las” (CUNHA, 1995a, p. 555). Já no relatório da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus destinado ao Itamaraty, o autor afirma: “Tratava-se, realmente, de longo trecho do Purus, por certo bem conhecido de todos os *caucheiros* daquelas bandas, mas não apresentando ainda à ciência geográfica, como revela a mesma circunstância de termos deparado ali o primeiro, e talvez o único erro do ilustre Chandless no traçar o Cavaljani, como rumo de todo falso de leste para oeste” (*Ibidem*, p. 761).

¹⁵⁷ “Cada vez mais atento aos desafios da representação do real na modernidade, e buscando sofregamente, desde *Os Sertões*, uma nova síntese entre as linguagens da arte e da ciência, não por capricho, mas por imperativo epocal, Euclides, ao desenhar essa Amazônia ainda desconforme, ‘portentosa, mas incompleta’, sugere o impasse de qualquer expressão cultural que a queira compreender e traduzir: ‘tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam nítidas, as verdades da arte e da ciência’” (HARDMAN, 2009, p. 39). A complexidade do tema amazônico, na visão de Euclides, também é apontada por carta do autor a Artur Lemos, expedida de Manaus, em 1905, provavelmente antes do embarque para a expedição pelo Rio Purus: “Quem terá envergadura para tanto? Por mim não a terei. A notícia que aqui chegou num

para compreender a região ainda seriam incipientes e insuficientes¹⁵⁸. Dessa forma, Cunha projetou na própria natureza amazônica um caráter “recente”, projeção que o escritor amparou em noções geológicas, que supostamente ajudariam a explicar o caráter revoltado e gigantesco de seus rios e da miríade de ilhas que eles formam (*Ibidem*, pp. 121-122):

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta **desordem**...

(...) **Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. Compreende-se bem isto: a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo, consoante as conhecidas induções de Wallace e Frederico Hartt.** Nasceu da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes, e mal ultimou o seu processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão formando e lhe preponderam na topografia instável.

(...) **Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas.** (...) Daí esta singularidade: **é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida.** De Humboldt a Emílio Goeldi – do alvorecer do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos (*Ibidem*, pp. 116-117, *grifos nossos*).

Logo, a região se apresentava para Euclides como ainda enormemente isolada e apartada do Estado-Nação. Por essa razão, Cunha vai classificá-la como “Paraíso Perdido”¹⁵⁹. Da mesma forma, a Amazônia era lida pelo autor como um espaço

telegrama, de um novo livro, tem fundamento: escrevo, como fumo, por vício. Mas irei dar a impressão de um escritor esmagado pelo assunto. E, se realmente conseguir escrever o livro anunciado, não lhe darei título que se relacione demais com a paragem onde Humboldt aventurou as suas profecias e Agassiz cometeu seus maiores erros. Escreverei *Um Paraíso Perdido*, por exemplo, ou qualquer outro em cuja amplitude eu não fosse capaz de uma definição positiva dos aspectos de uma terra que, para ser bem compreendida, requer o trato permanente de uma vida inteira” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, pp. 268-269).

¹⁵⁸ Vale lembrar, nesse sentido, o entusiasmo com que Euclides recebeu a publicação do livro de contos *O Inferno Verde*, de seu amigo e colega de Engenharia, Alberto Rangel, em 1908 (RANGEL, 1908). No prefácio a obra, que se dedica inteiramente à temática amazônica, aponta a dificuldade de a literatura apreender a realidade da região, feito que a obra de Rangel teria conseguido: “**Porque é um livro bárbaro. Bárbaro, conforme o velho sentido clássico: estranho.** Por isso mesmo, todo construído de verdade, figura-se um acervo de fantasias. Vibra-lhe em cada folha um doloroso realismo, e parece engenhado por uma idealização afogueadíssima. (...) O crítico das cidades, que não compreender este livro, será o seu melhor crítico. **Porque o que aí é fantástico e incompreensível, não é o autor, é a Amazônia...**” (CUNHA, 2000, p. 345, *grifos nossos*).

¹⁵⁹ Euclides pretendia usar essa expressão – que alude ao título da obra épica e de temática do poeta inglês John Milton (1608-1674) – para nomear o livro que pretendia escrever sobre a Amazônia. Cunha almejava que essa obra fosse um “livro vingador” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 306; HARDMAN, 2009, p. 38), assumindo a mesma grandiosidade e profundidade que *Os Sertões*, conferindo um lugar de relevo à Amazônia entre os temas do pensamento político e social brasileiro. Como afirma José Carlos Barreto de Santana, estudioso da obra euclidiana: “Como se pode verificar nas principais anotações contidas na caderneta de Euclides da Cunha, trata-se de estudos de grande abrangência (...) como já

geográfico marcado por uma extraterritorialidade em relação ao país. Daí a ideia, abordada no **Capítulo 1**, de que a Amazônia se configurava tanto como uma “Terra sem a pátria”¹⁶⁰ como o Brasil, sendo pátria, ainda estava desprovido – de fato, não de direito – dessa terra. A nação seguia como uma “Pátria sem a terra”¹⁶¹.

Essa tensão entre a pertença e o alheamento é discutida pelo engenheiro e viajante a partir do caso do Rio Amazonas, que a princípio poderia ser entendido como um símbolo sobejamente nacional, uma das maiores grandezas brasileiras:

Neste ponto, o rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra

(...) É o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica. **A terra abandona o homem.** Vai em busca de outras latitudes. E o Amazonas, nesse construir o seu verdadeiro delta em zonas tão remotas do outro hemisfério, traduz, de fato, a viagem incógnita de um território em marcha, mudando-se pelos tempos adiante, sem parar um segundo, e tornando cada vez menores, num desgaste ininterrupto, as largas superfícies que atravessa.

(...) Tal é o rio; tal a sua história: **revolta, desordenada, incompleta.** A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a **civilização distante** (*Ibidem*, pp. 120-123, *grifos nossos*).

Para Euclides, a Amazônia ostentava uma feição sombria, brutal e espantosa – percepção que desponta uma renitente sensibilidade romântica, quem sabe não tão afastada da de Humboldt quanto poderia sugerir o cientificismo do autor (BOLLE,

aconteceram em *Os Sertões*, existia em Euclides da Cunha um projeto maior de interpretação nacional” (SANTANA, 2000, p. 915).

¹⁶⁰ O historiador Dawid Danilo Bartelt comenta como, na Cartografia, era concreta a percepção de que vastas áreas do território brasileiro constituíam “vazios geográficos” ou “demográficos” em fins do século XIX: “No provavelmente melhor mapa do Brasil do Império, de 1883, estão registradas as tentativas heterogêneas de dominar o território nacional. Ele indica linhas ferroviárias na região litorânea e próxima à costa, rotas marítimas, instalações geográficas e a localização de modernos moinhos de cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, registra trechos extensos das províncias de Grão-Pará, de Mato Grosso, e também terrenos no oeste de São Paulo como ‘terrenos pouco explorados’ e, conseqüentemente, como superfícies brancas. No século XX ainda faltava precisão ao conceito de ‘território brasileiro’, faltava conhecimento amplo dos dados topográficos, além de mapas exatos de vastos territórios da área nacional. Essa escassez de conhecimento no processo de construção da nação pode ser exemplificada pelo rio da Dúvida, cujo curso só foi esclarecido pela expedição Roosevelt-Rondon, em 1914, e finalmente registrado nos mapas com o nome do ex-presidente norte-americano” (BARTELT, 2009, p. 241; ver: ROHTER, 2019).

¹⁶¹ Tal reflexão ecoava as análises que Euclides já fizera sobre Canudos. Uma passagem de *Os Sertões* aponta abertamente o caráter *estrangeiro* que assumem Canudos, bem como todos os rincões nacionais “O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores – uma invasão – em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma ficção geográfica” (CUNHA, 2016). Luciana Murari, debruçando-se sobre essa passagem, afirma que “o escritor toma a ideia de ficção como burla: o Brasil não teria ainda conseguido estruturar-se, ao contrário dos ditos ‘povos civilizados’, como uma nacionalidade uma e indivisa dotada de traços identitários próprios. O corolário disto é aquela colisão do real, testemunhada durante a guerra, com um ideal nacional preestabelecido, correspondente a um modelo cultural gestado nas nações europeias” (MURARI, 2007a, p. 25).

2005, p. 145). São imagens a princípio negativas da região¹⁶². Em que pese o fato de serem fascinantes, elas podem ter se mostrado um tanto selváticas demais, ameaçadoras demais, para certo gosto da Rua do Ouvidor¹⁶³.

A despeito do Determinismo geográfico que informava Cunha, o autor buscou desvincular esses aspectos de paisagem a características inatas da floresta equatorial brasileira. Euclides se concentra na relação entre os elementos naturais e humanos. O autor notava que, em parte, o ambiente amazônico ainda se mostrava como uma profunda alteridade em função do distanciamento que historicamente imperou na região. Por séculos, o poder colonial português e o Estado brasileiro independente se relacionaram com a Amazônia na base do preterimento, em função do insucesso das tentativas de aproveitamento e integração territorial na região (SOUZA, 2002).

Por isso, malgrado reputasse a área como “Terra sem História” – título da seção dos ensaios amazônicos de *À margem da História* –, Cunha analisou a região justamente sobre um ângulo histórico, bem como político, econômico e social¹⁶⁴. A questão não era só o fato de a Amazônia ser remota geograficamente em relação à capital brasileira. A região também estava distante, também, da temporalidade que o moderno Capitalismo estabelecia nos países industrializados (HARDMAN, 2005, p. 51).

Dessa sorte, o ensaísta contribuiu para tirar a Amazônia do *status* de objeto restrito às Ciências Naturais e a consolidar como instigante objeto da reflexão social.

¹⁶² Essas visões negativas remetem a uma reiterada representação do Brasil, no século XIX, como um país condenado ao “embate entre natureza e civilização – inferno e paraíso, deslumbramento e perdição. Mundo a perder de vista, fronteira a desbravar pelo ato de civilizar, tanto econômica, explorando suas inumeráveis riquezas, como culturalmente, cristianizando e inserindo seu povo e sua história no quadro de valores da cultura ocidental” (NAXARA, 2004, p. 79). Como procuraremos argumentar, Euclides da Cunha matiza essa dualidade entre natureza e civilização, argumentando em prol da compatibilidade entre o meio amazônico-acreano e uma civilização moderna e bem integrada com as demais áreas do Brasil.

¹⁶³ A Rua do Ouvidor era um dos epicentros da intelectualidade carioca da *Belle Époque* (SEVCENKO, 2003). Além de cafés, ela abrigava as importantes livrarias Garnier e Laemmert – esta última tinha como nome oficial Typographia Universal. A Garnier publicou diversos romances de Machado de Assis e a Laemmert, *Os Sertões* de Euclides da Cunha (HALLEWELL, 1985).

¹⁶⁴ Fazemos aqui uma tentativa de explicação dessa que é mais uma das contradições da obra de Euclides. Embora “Terra sem História” remeta à ideia de “ausência” de historicidade das sociedades humanas da Amazônia, segundo o crítico Leopoldo Bernucci, esse não é o principal sentido que a expressão assume em Euclides, mas o de região ainda não devidamente historiada: “de origem imprecisa e fabulosa para os primeiros que se aventuraram nela, e [posteriormente] um laboratório de tentativas historiograficamente fracassadas” (BERNUCCI, 2011, p. 112). De acordo com estudos de Bernucci, nos manuscritos de *À margem da História*, Cunha originalmente não utilizou a expressão como título da seção dos ensaios amazônicos no livro, intitulado-a “A baixada amazônica. História da terra e do homem” (*Ibidem*, p. 113). Esse título evidencia a pretensão euclidiana de historiar a Amazônia, com foros de pioneiro, o que se torna ainda mais factível se considerarmos que o autor queria elaborar um “livro vingador” sobre a área, tal como *Os Sertões*. Susanna B. Hecht argumenta que o autor procurou seguir a estrutura do livro de Canudos em seus escritos amazônicos, iniciando a tratar do espaço geográfico – “A Terra” – e em seguida abordando sua história social – “O Homem” (HECHT, 2013).

Como entusiasta de todas as ciências, Euclides obviamente bebeu na fonte de muitos naturalistas e viajantes que viajaram à Amazônia e a estudaram: Alfred Wallace, Frederick Hartt, William Chandless, Henry Walter Bates, Padre João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira, entre outros. O brasileiro demonstrou essa bagagem em todos os seus escritos amazônicos. No entanto, Euclides foi além e firmou a Amazônia como assunto de discussão política e sociológica.

Na síntese de Leopoldo Bernucci, a visão euclidiana sobre a região se equilibrava na dualidade do diagnóstico da sua marginalidade e do anseio de que alcançasse uma centralidade política e intelectual:

Ironicamente, embora reconhecendo a condição marginal da terra e dos povos da Amazônia – daí a inclusão da maioria de seus ensaios num livro cujo título acentua tal condição (*À margem da história*) –, ele [Euclides da Cunha] teve de deslocar esse território “periférico” para o centro da historiografia brasileira. Tratava-se agora de redescobrir a Amazônia para a sociedade letrada do litoral. Não é acidental, portanto, que marginalidade e centralidade formam a dicotomia que o guiou na produção dos seus ensaios sobre a Amazônia (BERNUCCI, 2011, p. 114).

Dentro dessa perspectiva, Cunha abordou os potenciais geográficos da região. Entre eles, indicou justamente o cabedal que seriam os rios amazônicos. No aspecto da integração desse espaço geográfico, Euclides apostava suas fichas na melhora da navegabilidade fluvial. O autor defendia, por exemplo, que a integração regional por via ferroviária na Amazônia deveria ser subsidiária de uma rede de navegação fluvial (*Ibidem*, p, 202).

Euclides avaliava que o Rio Purus, apesar de tortuoso, apresentaria um grande potencial de navegabilidade, se sobre ele agissem o conhecimento científico e a atuação política para criação de uma infraestrutura¹⁶⁵. De possível adversário, o corpo d’água tornava-se um imprescindível aliado (CUNHA, 1995a, pp. 804-807). Hiperbolicamente, o Purus também é chamado de “o mais rico entre todos os rios da Amazônia”, em passagem na qual Cunha avalia – brevemente, por não ser um de seus principais objetos de interesse – os potenciais econômicos do extrativismo vegetal da região daquele rio (*Ibidem*, p. 799).

Trata-se de um exemplo claro, por meio do qual o autor evidenciava que o problema não seriam as condições naturais amazônicas, mas o estado de “abandono” em

¹⁶⁵ Como trataremos no **Capítulo 4**, Cunha tinha grande admiração pelo Barão do Rio Branco e manifestava firme adesão a seus projetos políticos de demarcação de fronteiras e integração geográfica dos interiores brasileiros. Euclides via no Chanceler e em parte da equipe do Itamaraty uma *intelligentsia* capaz de implantar medidas políticas afins às quais advogava (SEVCENKO, 2003).

que a região se encontrava. Cunha sinalizava que “o Purus – e como ele todos os tributários meridionais do Amazonas, à parte o Madeira – está **inteiramente abandonado**” (CUNHA, 2000, p. 141, *grifos nossos*). Em outra passagem, qualificou o mesmo rio como um “enjeitado” ou “enteado” (*Ibidem*, p. 144) – adjetivo, como vimos, presente em *La Australia argentina* para caracterizar a Patagônia. O viajante justificava tais colocações afirmando que os seringueiros brasileiros e os caucheiros peruanos locais

nunca intervêm **para melhorar a sua única e magnífica estrada; passam e repassam nas paragens perigosas; esbarram mil vezes a canoa num tronco caído há dez anos junto à beira de um canal; insinuam-se mil vezes com as maiores dificuldades numa ramagem revolta barrando-lhes de lado a lado o caminho, encalham e arrastam penosamente as Canoas sobre os mesmos “salões” de argila endurecida; vezes sem conta arriscam-se ao naufrágio, precipitando, ao som das águas, as ubás contra as pontas duríssimas dos troncos que se enristam invisíveis, submersos de um palmo – mas não despendem o mínimo esforço e não despendem um golpe único de facão ou de machado num só daqueles paus, para desafogar a travessia (...).**

Entretanto, o simples enunciado destes inconvenientes, evidentemente alheios às suas admiráveis condições estruturais, delata que a remoção deles, embora demorada, **não demanda trabalhos excepcionais de engenharia e excepcionais dispêndios. (...) O que resta fazer, ao homem, é rudimentar e simples. (...) O Purus é uma das maiores dádivas entre tantas com que nos esmaga uma natureza escandalosamente perdulária** (*Ibidem*, pp. 140-141, *grifos nossos*).

Deve-se considerar que Cunha valorizava os esforços e os saberes geográficos das populações locais ao tratar dos varadouros¹⁶⁶ estabelecidos na região do Purus. No *Relatório*, o chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus afirmou:

Julgamos necessário explicar o que se chama varadouro. Assim se denominam as veredas ou trechos rapidamente abertos e que têm por objeto passar de um rio para outro em curtíssimo tempo, às vezes encurtam grandes distâncias, comunicando seções de um mesmo rio.

O varadouro deve oferecer a vantagem, pelo menos na região que temos andado, de ter o seu declive suave e plano, de modo que permitia ao caucheiro trasladar-se com embarcações e carga. Tal sucede com o do Cujar. O viajante que o atravessa passa das águas do Ucaiale para as do Purus, e vice-versa, e continua navegando na mesma embarcação que passou por esse istmo (CUNHA, 1995a, p. 763).

¹⁶⁶ Os varadouros eram canais estabelecidos pelos povos tradicionais amazônicos entre dois rios ou entre um brejo e um rio (CUNHA, 2000, p. 197, p. 200). A missão das obras de engenharia hidráulica na região defendida por Euclides da Cunha seria justamente expandir essas possibilidades de navegação fluvial na área. Tal postura pode sugerir um desejo de conjugação entre os saberes técnicos, científicos e modernos e os tradicionais e locais amazônicos por parte do autor, apesar de esse não ser um tema profundamente tratado em seus textos.

Se Cunha registrou com interesse a criação dos varadouros, tanto maior é o entusiasmo que mostrou pela possibilidade de ação da engenharia atuar para potencializar a integração hidroviária da região. É nesse sentido que Euclides considerou “justificados” o que chama de exageros da obra *A civilização e os grandes rios históricos* (1889), de Lev Metchinikoff (1838-1888). O geógrafo russo via “nos grandes rios a causa preeminente do desenvolvimento das nações” (CUNHA, 2000, p. 119). Dessa sorte, o brasileiro demonstrava conhecimento de grandes obras de Engenharia Hídrica de seu tempo no mundo e as usava como parâmetro para defender suas propostas de intervenção para maior aproveitamento da Amazônia.

Euclides também discerniu o potencial hídrico do Rio Iaco, afluente do Purus, para a construção de uma represa. Em favor dessa empreitada, argumenta comparando as características hídricas desse corpo d’água com o do Neste, pequeno rio do Sudoeste da França. Segundo o engenheiro francês decimônico Adolphe Duponchel, teria imenso potencial para construção de reservatório de água (CUNHA, 2000, pp. 142-143). Da mesma forma, Cunha louvou a capacidade de navegação do Purus, por meio da comparação com o Rio Mississipi, nos Estados Unidos da América:

Aproveitemos uma lição velha de um século. O Mississipi, que no seu curso inferior retrata o traçado do Purus com a exatidão de um decalque, era, pelas mesmas causas, ainda mais inçado de empecilhos, tornando-o quase impenetrável e em muitos lugares de todo intransponível. Alguns dos seus tributários não estavam apenas trancados; desapareceriam literalmente, sob os abatizes. No entanto o grande rio, hoje transfigurado, desenha-se como um dos traços mais vivos da pertinácia norte-americana” (*Ibidem*, p. 145)

Escancara-se aí, como em Payró, uma visão redentora da tecnologia, alinhada aos últimos feitos das potências imperialistas da época. Desponta, igualmente, uma sede pela inserção do Brasil na modernidade técnica e capitalista. É o que nos desvela um trecho exemplar, no qual o engenheiro Euclides fala, orgulhoso, dos milagres empreendidos por seu ofício: “Na Índia, **como entre nós**, não faltaram profissionais apavorados ante as dificuldades naturais – esquecidos de que **a engenharia existe precisamente para vencê-las**” (CUNHA, 2000, p. 201, *grifos nossos*).

O autor vislumbrava as proezas que a técnica poderia imprimir à realidade amazônica. Seu olhar era o de um científico entusiasmado com as condições que a Amazônia oferecia para o país e para a moderna Engenharia. É bem possível, então, que o viajante superdimensionasse tais condições.

O furor é visível no seguinte trecho, novamente sobre o Purus: “Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo (...) nestes dias, uma das mais

arrojadas linhas da nossa expansão histórica” (*Ibidem*, p. 145). Na ótica do engenheiro militar, os rios amazônicos, em suma, não seriam um problema, mas uma “solução” para o processo de povoamento e superação do isolamento territorial da região.

Euclides exibiu percepção semelhante em relação ao Acre, território que cursou pelo Rio Purus. O enviado do Itamaraty, de fato, reconheceu as agruras vividas por seringueiros e ribeirinhos acreanos. Porém, argumentava que não seria correto imputar à natureza a origem desse fenômeno social. Ponderou o engenheiro, em relação ao clima local:

Traça-se um quadro nosológico arrepiador e trágico, num imaginoso fabular de agruras; e, dia a dia, a natureza caluniada pelo homem vai aparecendo naquelas bandas, ante as imaginações iludidas, como se lá se demarcasse a paragem clássica da miséria e da morte...

O exagero é palmar. O Acre, ou, em geral, as planuras amazônicas cindidas a meio pelo longo sulco do Purus, tem talvez a letalidade **vulgaríssima em todos os lugares recém-abertos ao povoamento. Mas consideravelmente reduzida** (CUNHA, 2000, p. 145, *grifos nossos*).

Semelhantes observações foram feitas no relatório de Tomás Catunda, médico da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, anexados no *Relatório* escrito por Euclides: “O bom êxito da nossa expedição ao Purus, sob o ponto de vista sanitário, é prova de que aquela região é perfeitamente habitável, bastando para isso a observância de regras muito mezinhas de higiene tropical” (CUNHA, 1995a, p. 773). O médico também anotou que os casos patológicos mais graves com que teve que lidar em meio aos integrantes da Comissão foram ocasionados por desvios a suas instruções, entre as quais se incluíam “a administração sistemática dos sais de quinino, a variedade do regime alimentício, moderação do trabalho, ainda nas horas de maior calor, e supressão completa de bebidas alcoólicas” (*Ibidem, idem*).

Como em *La Australia argentina*, utiliza-se o argumento da experiência da viagem, que conferia relevante autoridade discursiva, para atestar a salubridade das condições ambientais do lugar por onde se passou. No entanto, é interessante constatar como algumas dificuldades de saúde experimentadas por Cunha e seus colegas no Purus foram estrategicamente omitidas ou minimizadas nos escritos de viagem públicos, para não enfraquecer tanta a tese da relativa hospitalidade das condições climáticas e sanitárias locais¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Por exemplo, em correspondência privada, Euclides relatou que contraiu malária durante a viagem e que a doença estava lhe trazendo mais sofrimento do que a tuberculose (SANTOS, 2021, p. 259). Em compensação, o relatório público da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus relata a

Merece destaque no trecho sobre o clima acreano acima citado a seguinte frase: “tem talvez a letalidade vulgaríssima todos os lugares recém-abertos ao povoamento (CUNHA, 2000, p. 145)”. Euclides, novamente, defendeu o potencial dos rincões nacionais apelando para exemplos internacionais. Não que inexistissem dificuldades. Havia e muitas, como na Patagônia. Ocorre que, da mesma maneira que Payró em relação aos povoadores da Patagônia, Cunha depositou inquebrantável confiança nos desbravadores do Acre¹⁶⁸, admirando-os:

Ali, não. **Desaparecem as formas topográficas mais associadas à existência humana.** Há alguma coisa **extraterrestre** naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre **impenetrável** se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. **As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na** (*Ibidem*, p. 146, *grifos nossos*).

Percebe-se a centralidade que, no entendimento euclidiano, têm os povoadores para o estabelecimento de uma civilização local. Povoadores esses que, sendo sertanejos vindos da Paraíba e do Ceará¹⁶⁹, em boa medida eram oriundos de um contexto regional e social razoavelmente similar ao que Cunha conheceu de perto quando esteve em Canudos (CARDOSO, 2011, 2018). Por considerar esses atores como peças fundamentais para o processo de “civilizar” os confins amazônicos, Euclides se

epidemia de beribéri que Cunha e seus colegas – muitos dos quais se contaminaram – enfrentaram em Novo Lugar, no Acre (CUNHA, 1995a, p. 759).

¹⁶⁸ Estudioso da História do Alto Purus, Antônio Alexandre Isídio Cardoso argumenta que Euclides adotou um “ideário pioneiro” ao abordar a região (CARDOSO, 2018, pp. 291-293). Segundo Cardoso, Cunha privilegiou a análise e o elogio das trajetórias e condições sociais dos migrantes recém-chegados, em prejuízo das populações há mais tempo radicadas na floresta: “A narrativa de Euclides da Cunha demonstrou limitadas nuances do panorama relacional dos sertões amazônicos, documentando mais sua própria visão cidadina diante do desconhecido do que as multifacetadas experiências vivenciadas na floresta” (*Ibidem*, p. 292).

¹⁶⁹ “O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. **Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável.** (...) **Ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau; é o homem.** As turmas povoadoras que para lá seguiam, **sem o exame prévio dos que as formavam e nas mais deploráveis condições de transporte, deparavam, além de tudo isso, com um estado social que ainda mais lhes engravecia a instabilidade e a fraqueza**” (CUNHA, 2000, pp. 146, 150, 152, *grifos nossos*). No trecho, verifica-se a concepção determinista e racista de Cunha, que atribuiu à parcela dos sertanejos alegada condição racial inferior. No entanto e até mesmo em função desse aspecto – uma suposta debilidade –, o autor se solidariza com essas populações que tomaram a hercúlea missão de “domar” o Acre. Euclides reputa a elas grande empenho e coragem. Discutiremos as ambivalências da visão de Euclides sobre os povoadores do Acre no **Capítulo 4**.

colocava do lado desses “Hércules-Quasímodos”¹⁷⁰, fugidos das secas do Semiárido para as chuvosas matas amazônicas.

Em resumo, por mais que os considere como “pouco evoluídos” e os chame de “bárbaros”, o autor os via como desbravadores solitários, mas corajosos¹⁷¹ – tópica já debatida quando Payró fala dos colonos do Chubut. Mesmo que desguarnecidos de qualquer subsídio do Estado – tipo de denúncia análoga às tantas de *La Australia argentina* –, seriam eles os “fortes”¹⁷² a quem cumpriria “sanear” o novíssimo território brasileiro.

Outro potencial que Cunha identificou no Acre era de caráter social e demográfico. A tese central de Euclides sobre a Amazônia é a de que sua desintegração territorial – tanto na seara intrarregional como em relação a demais áreas do país – contribuía gravemente para os problemas sociais da região. Particularmente, no Acre, que naquela primeira década do século XX, ainda era de recente ocupação por parte de colonos brasileiros. O autor notava que

enquanto no Tocantins, no Tapajós, no Madeira e no Rio Negro o povoamento, iniciado desde os tempos coloniais, se entorpeceu ou retrogradou, retratando-se na ruína dos vilarejos a caírem com as barrancas solapadas; ali [*no Acre*], ajustando-se-lhes às margens, progrediu tão de improviso que determinou, em menos de cinquenta anos, uma dilatação de fronteiras (CUNHA, 2000, p. 195).

Grave consequência dessa ocupação territorial pouco estruturada seria o predomínio de um extrativismo vegetal predatório. Desestimulando a agricultura e o

¹⁷⁰ Famoso oxímoro pelo qual Cunha, em *Os Sertões*, caracteriza os sertanejos (CUNHA, 2016, p. 115), mencionando uma divindade grega caracterizada pela força e uma personagem de Victor Hugo marcada pela debilidade física.

¹⁷¹ Essa ambivalência, no que concerne à representação das populações interioranas, não é exclusiva de Euclides da Cunha, atravessando obras de diferentes viajantes no Brasil do Oitocentos: “Os homens, em parte das representações, são mostrados em sua pequenez diante do porte da natureza. Quando não estão observando, encontram-se em movimento, desbravando, sem recuar, um mundo desconhecido, ainda que com dificuldade e assombro, ou com ele convivendo. São inúmeros os registros da sua grandeza, do enfrentamento das dificuldades, do conhecer para estabelecer o domínio e o poder daquele que porta os atributos da civilização. **Para os habitantes da terra, também se reserva o registro ambivalente do pequeno e do grande, do elogio e da desqualificação – num momento é o homem diminuto, inferior, mestiço no caso do brasileiro, no outro momento, o mesmo ou seus iguais são dignos representantes simultâneos do individual e do universal, fazendo de suas conquistas, conquistas da humanidade como um todo. O sertanejo em particular, como já assinalamos, havia sido esboçado e aparecido em Leite Moraes [Joaquim de Almeida Leite Moraes, paulista que, além de avô de Mário de Andrade, foi Presidente da Província de Goiás em 1881 e autor de Apontamentos de viagem (1882), obra que narra suas viagens a essa província e também ao Pará] e em Richard Burton [literato e célebre viajante inglês do século XIX, que viajou pela Ásia, pela América e pela África, onde, junto com o militar John Hanning Speke realizou expedição em busca das nascentes do Nilo, com patrocínio da Royal Geographical Society, no final da década de 1850] de forma semelhante à consagrada por Euclides da Cunha – forte e fraco ao mesmo tempo**” (NAXARA, 2004, p. 296, grifos nossos).

¹⁷² Referência à emblemática frase de Euclides, em *Os Sertões*: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2016, p. 115).

decorrente assentamento populacional, tal forma de exploração econômica, na ausência de outras atividades produtivas, redundaria em um nomadismo¹⁷³. Esse fenômeno, por sua vez, faria com que as sociedades locais, em vez de se assenhorearem da natureza, se tornassem dependentes de um recurso natural escasso.

2.6 A denúncia da “barbárie social”: mirando na lonjura, acertando no centro do poder

“Noite. Cruzes na estrada. Aves com frio.
E, enquanto eu tropeçava sobre os paus,
A efígie apocalíptica do Caos
Dançava no meu cérebro sombrio!

O Céu estava horrivelmente preto
E as árvores magríssimas lembravam
Pontos de admiração que se admiravam
De ver passar ali meu esqueleto!

Sozinho, uivando hoffmânicos dizeres,
Aprazia-me assim, na escuridão,
Mergulhar minha exótica visão
Na intimidade noumenal dos seres.

Eu procurava, com uma vela acesa,
O feto original, de onde decorrem
Todas essas moléculas que morrem
Nas transsubstanciações da Natureza.

Mas o que meus sentidos apreendiam
Dentro da treva lúgubre, era só
O ocaso sistemático de pó
Em que as formas humanas se sumiam! (...)”

(Augusto dos Anjos, “Viagem de um vencido”, *Eu e outras poesias*)

Como procuramos certificar, Euclides e Payró labutaram para desvencilhar a Amazônia e a Patagônia de estereótipos infames e para apontar perspectivas de porvir

¹⁷³ Esse nomadismo era associado por Euclides à figura do caucheiro, proprietário de áreas de exploração do caucho, que seria “um nômade, um pesquisador errante, estacionando nos vários pontos a que chega até que tombe o último pé de caucho” (CUNHA, 1995a, p. 779). Cunha aponta como símbolo máximo dessa figura o explorador Carlos Fitz-Carral – ou Fiscarrald. Cunha contrapõe o nomadismo do caucheiro a uma relativa maior sedentarização dos trabalhadores seringueiros – e, fique claro, não seus patrões. Postula o ensaísta: “O seringueiro é por força um sedentário e fixo. Enleiam-no, prendendo-o para sempre ao primeiro lugar em que estaciona, as próprias estradas que abriu, convergentes na sua barraca, e que ele percorrerá durante a sua vida toda. Daí o seu papel, inegavelmente superior, no povoamento definitivo” (*Ibidem, idem*). A crítica aos efeitos econômicos nocivos da sobredependência à economia extrativista do látex e da castanha já havia sido feita na década de 1870 por José Veríssimo (MORAES, 2018, p. 220).

que estariam guardadas naquelas imensidões. Entretanto, ao fazerem um exame ensaístico desses espaços, na mesma medida em que vasculharam potenciais geográficos, econômicos e demográficos, se depararam com profundos problemas sociais e humanos. Penúria, assassinio, vício, subjugação. Questões cuja gravidade, no olhar atônito dos dois viajantes, não apontava para um futuro brilhante, nem para futuro nenhum, mas para um presente estarrecedor. Presente que, por ser praticamente incógnito das capitais, tornava ainda mais agudo o desassossego dos dois autores em relação ao estado dos espaços em que se imiscuíram.

É precisamente nesse sentido que Cunha e Payró vão identificar muitos aspectos amazônicos e patagônicos com a barbárie. Não mais com aquela barbárie que era a projeção de suposta inferioridade étnica ou cultural de uma alteridade completa, na visão de tantos viajantes europeus pelas Américas, desde 1492. Tratava-se, agora, de uma “barbárie social”, produzida a partir de certos arranjos políticos e econômicos no âmbito da própria nação, de seu próprio corpo.

Nação que, para Euclides e Payró, não podia mais cerrar os olhos para os problemas sociais vividos em suas franjas. Esses dramas não eram apenas a contraface dos tantos discursos laudatórios do engrandecimento nacional, decantados a propósito da “Conquista do Deserto” de Roca (POMPEU, 2012) ou das negociações do Acre do Barão do Rio Branco¹⁷⁴ (SANTOS, 2018; SAIANI, 2018). Eram também resultado direto das decisões, ações ou inações dos Estados nacionais em como lidar com as novas regiões que estavam sob sua *longa manus* (SANTOS, 2021, p. 297). Portanto, ao trazerem as distantes Patagônia e Amazônia ao proscênio das discussões intelectuais, os dois viajantes-cidadãos também estavam falando de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. Miraram na lonjura, atingiam o centro do poder.

Essa “barbárie social” se apresentava sob diversas facetas, de acordo com os autores. Na Patagônia, tomava contorno nas inumeráveis privações enfrentadas por aqueles que tentavam, desprovidos de tudo, a sorte no extremo Sul argentino¹⁷⁵. Lá, se

¹⁷⁴ Um exemplo da celebração do Tratado de Petrópolis foi, no centro da cidade do Rio de Janeiro, a nomeação da antiga Rua da Prainha como “Rua Acre” em 1904. Entre 1903 e 1904, parte do casario da rua foi demolido e a via passou por um processo de alargamento, uma das várias reformas urbanas conduzidas pela Prefeitura de Pereira Passos (1902-1906) sob o pretexto de modernizar e europeizar a arquitetura e o urbanismo cariocas (AZEVEDO, 2015, p. 77; REZENDE, 2018, pp. 91-100). Apesar de criticado por parte da imprensa, o Tratado de Petrópolis, dias após ter sido ratificado pelo Senado brasileiro, foi festejado por uma multidão em frente ao Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro (SANTOS, 2021, p. 217).

¹⁷⁵ Payró coleta e registra histórias de naufrágios, enfrentamentos e assassinatos de indígenas bem como de situações-limite – por exemplo, a hidratação por meio da ingestão de sangue de cavalo, nos períodos de falta d’água em Chubut (PAYRÓ, 1898, pp. 34-35) e o consumo de carne humana na Terra do Fogo.

dedicavam a atividades como o garimpo, a caça de lobos e focas. Ofícios ingratos e pouco alvissareiros, o que Payró pôde comprovar acompanhando a rotina de alguns caçadores. De todo modo, eram atividades que ofereciam alguma esperança àqueles que não encontram melhor lugar numa Argentina que se urbanizava. Em um dos trechos que mais faz palpitar o lado socialista de Payró, o jornalista propôs uma verdadeira sociologia da lógica econômica e da origem social desses “aventureiros” patagônicos:

Son los descalificados de la exigente sociedad actual, los que saben por dolorosa experiencia que el dinero es el eje único de la vida moderna, y que el pobre lucha en un círculo vicioso, sin poderse arrancarse nunca de él: para salir de la pobreza es necesario tener un punto de partida, vale decir, un principio de fortuna, un capital más ó menos pequeño; sin eso todo está cerrado, clausurado, y lo único que se puede lograr es un empleo, una ocupación que cada día dé lo necesario para comer. Con qué amargura abandonan entonces los grandes centros de acción para ir á los últimos limites poblados, y con qué avaricia, con qué ávido furor aprovechan todos los beneficios, lícitos ó ilícitos, que se les presentan, abusando del trabajo de los débiles, vendiendo caro y malo, envenenando á indios y marineros, prestándose á todos los comercios, al contrabando, á la piratería, al merodeo, á la usura, con un desenfado que favorece la escases misma del público y lo común de esa elasticidad de conciencia. Si sufrieron en las ciudades, por la ínfima categoria que ocupaban y por la impotencia que los consumia, toman la revancha, y se gozan en ella, poniendo el pie sobre el cuello de los que están debajo. Hacen dinero, se forman ese capital que será varita mágica en sus manos, ideal único de sus horas de meditación, ensueño de sus sueños. **¿La conciencia? ¡Oh! la conciencia se hace más ancha á medida que el dinero de la cajá crece.** Luego, cuando la suma se redondee bien, habrá tiempo de modificar una moral sobrado estrecha ya en estas latitudes; mientras tanto, hay que dejar de lado convencionalismos y mojigaterías... **Cuando se habla de um Pioneer del extremo austral, no es bueno darle carta de honradez sin previo examen, si el que la otorga quiere preocuparse de la verdad. Ni hay tampoco que vilipendiarlo. Es un producto lógico de la civilización, uma creación absolutamente suya.** Los cómicos de la légua representan en los teatros de campaña los mismos papeles que los grandes artistas en los lujosos coliseos de las ciudades. Y luego **¿quién puede afirmar que no tendrá que convertirse en Pioneer de esa misma especie, si la rueda de la fortuna vuelta de mal lado?** (PAYRÓ, 1898, p. 310, *itálico do autor, grifos nossos*)

No trecho, Payró vincula a emergência desse tipo social do “aventureiro” patagônico às desigualdades econômicas e à pobreza – e implicitamente, à mais-valia,

Esses relatos têm menos a função de caracterizar uma suposta condição inóspita da Patagônia do que responsabilizar o Estado argentino pelo fato de não ter assimilado plenamente a região e a provido de infraestrutura. Ademais, considerando que Payró escrevia para o público-leitor metropolitano de Buenos Aires, não se pode ignorar a hipótese de o jornalista carregar nas tintas, a fim de reforçar a dimensão de alteridade – central em qualquer relato de viagem (HARTOG, 1999) – que a Patagônia representava, despertando maior interesse em seus leitores. *La Australia Argentina* foi um grande sucesso editorial, em função do desconhecimento e da curiosidade dos portenhos em relação à Patagônia. A comparação entre a capital e a região é mencionada em outros momentos do livro. Por exemplo, quando Payró comenta que o mate – que lhe fora um grande “ajudante” na viagem – tinha um “império” em toda a Argentina, exceto em Buenos Aires que, mais europeizada, recusava o tradicional consumo da erva (PAYRÓ, 1898, p. 256). Vale recordar que persistiu uma considerável desvalorização social do consumo do mate entre os grupos sociais mais ricos da Argentina até meados do século XX, como aponta o escritor Martín Caparrós (2018).

se considerarmos sua filiação socialista de inspiração marxista – nas grandes cidades argentinas. Numa leitura economicista, tal arranjo social impeliria os indivíduos em questão a se arriscar na empreitada patagônica e, ao fazê-lo, aceitar todas as adversidades nela presentes. Entre elas, mais do que a adaptação ao meio, estava a degradação moral como condição para a sobrevivência e o enriquecimento.

Payró não aliviou o retrato das vilanias que tantos desses indivíduos praticaram¹⁷⁶. Apesar disso, salientava: tais comportamentos eram frutos de um contexto social pelo qual o Estado argentino era responsável. Estado que, se abandonava os colonos sulistas já fixados na agropecuária e no comércio e com maior poder aquisitivo – como vimos anteriormente neste capítulo¹⁷⁷ –, desamparava muito mais aqueles que desembarcam na região de braços absolutamente vazios.

As medidas estatais que impactavam esse nicho social dos “aventureiros” também tinham, na visão do jornalista, resultados desastrosos, o que se perceberia no fato de as leis não alcançarem concretude em sua aplicação na Patagônia. É o governo central que Payró responsabilizava pelo fato de o Estado de direito não imperar na Terra do Fogo (*Ibidem*, pp. 285-286, p. 309), na medida em que a proibição da mineração de aluvião e da caça de anfíbios não teria sido efetivamente implantada e nem traria qualquer benefício. Asseverava o autor: “Lo único que se logra con ella [*a proibição*] es que la República, **burlada**, no alcance ningún beneficio de sus riquezas (...)” (*Ibidem*, p. 286; *grifo nosso*).

Um dos aspectos mais significativos do trecho citado de Payró sobre os “aventureiros” consiste na caracterização da organização social e do trabalho das partes

¹⁷⁶ No trecho seguinte ao citado sobre os “aventureiros patagônicos”, Payró parece procurar amenizar a ferocidade da descrição realizada, comentando sobre o importante papel de desbravadores que essas figuras dos “aventureiros” estariam desempenhando: “Pero á ellos se deberá en grande parte, y á pesar de todo, el adelanto de esa región que explotan á sabiendas y protegen inconscientemente, y nadie ha de disputarles el mérito de haber ido como vanguardia adonde poços se atrevieron á llegar, atemorizados por las exageraciones que rodeaban de misterio á la isla. Los naufragios, las penalidades, el hambre, el frio mortal... ¡ Cómo se reirán de esas conseas los que dentro de algunos años vayan á veranear en las costas del Beagle, junto á las verdes selvas de la Onaisín!” (PAYRÓ, 1898, pp. 310-311). Como veremos no **Capítulo 3**, em outras passagens, o autor comenta sobre a possibilidade de mesmo um “aventureiro” considerado como moralmente degradado se recuperar e se tornar um modelo de virtude laboral e civilizacional (*Ibidem*, p. 140).

¹⁷⁷ Vejamos mais um exemplo desse descaso. O trecho a seguir versa sobre o início do povoamento – que em teoria, estava sendo fomentado pelo Estado – em Santa Cruz, entre o fim da década de 1870 e 1880. Como Payró afirma, foi um processo marcado por uma grande escassez de comida: “Vivían en el más completo abandono, y su única comunicación era un barco que llegaba con intervalos de ocho y más meses. “El Gobierno, que se les había prometido animales, no se les dió, para alimentarse tenían que recurrir á la caza de avestruces y guanacos, porque ni la pesca abunda... Los barcos que llegaban vendíanles víveres, perso escasos y ¡á que precio!... En una ocasión se vendió en Santa Cruz el quintal de harina á \$ 50 oro” (PAYRÓ, 1898, p. 55).

mais pobres da Patagônia como imorais e intoleráveis à consciência humana. Tópica similar foi usada por Euclides da Cunha para falar do “paraíso diabólico dos seringais” acreanos, ao comentar sobre o simbólico nome de uma ilha nas proximidades da boca do Purus:

À entrada de Manaus existe a belíssima ilha de Marapatá – e essa ilha tem uma função alarmante. É o mais original dos lazaretos – **um lazareto de almas!** Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência... Meça-se o alcance deste prodígio da fantasia popular. A ilha que existe fronteira à boca do Purus, perdeu o antigo nome geográfico e chama-se “**Ilha da Consciência**”; e o mesmo acontece a uma outra, semelhante, na foz do Juruá. **É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável.** É que, realmente, nas paragens exuberantes das héveas e castiloas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engehou o mais desaçamado egoísmo. (...) **De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se** (CUNHA, 2000, p. 127, *grifos nossos*)

Em Payró, a crítica e a indignação recaem nomeadamente sobre as condições socioeconômicas mais gerais que impelem os “aventureiros” ao extremo Sul e as condições materiais que os motivam a viver funesta e inescrupulosamente. Esses indivíduos acabam sendo vítimas de si mesmos, mediante um cenário social global e o abandono do Estado argentino. Em Euclides, ao tratar da figura do seringueiro, temos uma concepção a princípio semelhante, o que sugerem os doídos trechos “fulmina-se a si próprio” e “trabalha para escravizar-se” (GINZBURG, 2010).

Contudo, à diferença do jornalista argentino, nos escritos de Cunha aparece um elemento outro: a relação social de produção que se estabelece entre o freguês seringueiro e seu patrão. Logo, o seringueiro não se faz vitimado somente por um arranjo econômico, social e político generalizado, como também por um agente social específico.

A ideia de escravização presente no excerto euclidiano ultrapassava o caráter metafórico. O autor destrinchou uma série de dispositivos contábeis e demonstra como, mesmo cumpridas, em abstrato, todas as condições mais favoráveis, o trabalhador dos seringais estava enredado numa subjugação material praticamente inescapável, engendrada pelo sistema de aviamento (SAMPAIO, 2002):

Admitamos agora uma série de condições favoráveis, que jamais concorrem:
a) Que seja solteiro; *b)* Que chegue à barraca em maio, quando começa o corte; *c)* Que não adoça e seja conduzido ao barracão, subordinado a uma despesa de 10\$000 diários; *d)* Que nada compre além daqueles víveres – e que seja sóbrio, tenaz, incorruptível; um estóico firmemente lançado no caminho da fortuna arrostando uma penitência dolorosa e longa. Vamos além

– admitamos que, malgrado a sua inexperiência, consiga tirar logo 350 quilos de borracha fina e 100 de sernambi, por ano, o que é difícil, ao menos no Purus. Pois bem, ultimada a safra, este tenaz, este estóico, este indivíduo raro ali, ainda deve. O patrão é, conforme o contrato mais geral, quem lhe diz o preço da fazenda e lhe escritura as contas. Os 350 quilos remunerados hoje a 5\$000 rendem-lhe 1:750\$000; os 100 de sernambi, a 2\$500, 250\$000. Total 2:000\$000. É ainda devedor e raro deixa de o ser (*Ibidem*, p. 128, *itálicos do autor*).

O quadro se torna ainda mais nefasto ao serem traçadas as condições mais frequentes na realidade dos seringais. No excerto a seguir, a ideia da servidão retorna com mais força:

Agora vede o quadro real. **Aquele tipo de lutador é excepcional.** O homem de ordinário leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitas vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; **e quase sempre adoece, mercê da incontidência generalizada.**

Adicionai a isto o desastroso contrato unilateral, que lhe impõe o patrão. Os “Regulamentos” dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, cousas assombrosas.

Além disto o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada. **Farpeiem-se de aspas estes dizeres brutos. Ante eles é quase harmoniosa a gagueira terrível de Calibã.**

É natural que ao fim de alguns anos o *freguês* esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. **Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O “Regulamento” é impiedoso:** Qualquer *freguês* ou *aviado* não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais... (*Ibidem*, pp. 128-129, *itálicos do autor, grifos nossos*)

Nesse afã de denúncia e revolta, a vertiginosa escrita euclidiana vai no mesmo veio da de Joseph Conrad, a tratar, em *Coração das Trevas* (1902), dos horrores da exploração colonial na África imperial, especialmente no Congo. O Euclides amazônico também se assemelha ao colombiano José Eustasio Rivera (1889-1928), autor de *La Vorágine* (1924), romance que, tal como Cunha, retrata a exploração de trabalhadores na Amazônia Colombiana¹⁷⁸. Outro nome que também pode ser aproximado do de Euclides na divulgação da opressão sofrida pelos seringueiros amazônicos é o do diplomata irlandês Roger Casement (1864-1916), cônsul geral britânico no Brasil na década de 1910 (BERNUCCI, 2011, p. 119). Casement, que já fizera densa pesquisa

¹⁷⁸ Segundo o pesquisador Freddy Orlando Cárdenas, Rivera teve acesso em 1923 a um exemplar de *Inferno Verde*, livro de contos do engenheiro Alberto Rangel sobre a realidade amazônica e que possui prefácio de Euclides da Cunha, amigo de Rangel (CÁRDENAS, 2010, p. 15).

sobre as barbaridades da exploração no Congo Belga em 1903, em 1912 escreveu o *Blue Book on the Putumayo*, obra que investigou a escravidão e extermínio de indígenas pela empresa britânica Peruvian Amazon Rubber Company (HEMMING, 2009, p. 388).

A semelhança entre a postura de Cunha e a de outros intelectuais de diversas partes do mundo naquele início de século se corrobora. Euclides, em seu *Relatório*, mostra uma consciência da similitude dos dilemas do Alto Purus em relação a outros arrabaldes do Globo:

Há, certo, naquela sociedade principiante, os vícios e os desmandos iminentes aos grandes deslocamentos sociais – e que ali repontam como repontaram nos primeiros tempos do Transwaal e na azáfema tumultuária das *rushs* do Far-West, ou nas minas da Califórnia. (...) O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terras em que pisa longos anos e exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia ou nula (CUNHA, 1995a, pp. 801-802, *itálico do autor, grifos nossos*).

Se em trecho anterior, conferia-se especial ênfase à exploração opressiva dos seringueiros por parte de seus patrões, aqui se volta a vincular a tragédia do seringueiro a fatores políticos e sociais mais amplos. Reforça-se uma imagem de barbárie nas vastidões das regiões “semi-ígens” – na fórmula de Payró – e das “sociedades principiantes” – no léxico de Euclides. Não por serem uma alteridade completa, uma negação radical de uma dita modernidade do Ocidente, mas pelo fato de ainda não terem sido verdadeiramente assimiladas por semelhante civilização. Esse processo de incorporação estava a cargo dos Estados nacionais, aos quais cabia adotar medidas protetivas e estratégicas não só para potencializar o crescimento econômico daqueles rincões, como também civilizá-los. Para tal missão, seria indispensável, na visão do autor argentino e do brasileiro, proteger a população desses lugares e criar elementos de coesão social em tais localidades.

Sim, a quilometragem estratosférica entre as capitais nacionais e a Patagônia e a Amazônia acreana era um empecilho, mas nada que fosse insuperável na era da técnica e dos transportes modernos, dos quais podiam se esperar as maiores façanhas. Era o que viam, como buscamos explicar neste capítulo, Euclides e Payró. As suas denúncias incisivas baseavam-se na percepção de um enraizado descaso, abandono e desamparo

por parte dos Estados brasileiro e argentino em relação a tais paragens¹⁷⁹. Mais do que plausíveis entraves para albergar essas regiões, os autores enxergaram uma descarada omissão. Ambos usaram um mesmo argumento para sustentar esse juízo: compararam a atenção e o auxílio prestados pelos poderes públicos dos dois países a imigrantes europeus com o humilhante desinteresse em relação aos acreanos e patagônicos. Vejamos essa ideia em Euclides:

Enquanto o **colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense [que migra para os seringais amazônicos] efetua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil**, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente (*Ibidem*, pp. 152-153, *grifos nossos*).

Em Payró, a comparação se dá a propósito dos sofrimentos dos primeiros povoadores de Santa Cruz, que só em abstrato tinham respaldo estatal¹⁸⁰. Na prática, na opinião do autor, os imigrantes europeus fixados em demais regiões do país eram privilegiados pelo Estado nacional em comparação com os colonos patagônicos, estrangeiros ou argentinos:

Y todos aquellos colonos que habían ido allí con sus familias, **fiados en nuestros gobiernos protectores del inmigrante, tuvieron por fin que retirarse**, no sólo á causa de las tremendas penalidades que sufrieron, sino también porque hasta ahora **no han logrado título de la légua de campo que por ley les corresponde como colonos** (PAYRÓ, 1898, p. 55, *grifos nossos*).

Em acréscimo, Payró e Cunha também convergiram na crítica à concentração fundiária nas regiões que visitaram. Tratava-se, para ambos, de um grande entrave para o bom povoamento dessas áreas, visto que desestimulavam aflusos populacionais para

¹⁷⁹ No caso de Payró, semelhante diagnóstico também foi realizado em relação ao Noroeste argentino – abrangendo as províncias de Catamarca, Salta, Tucumán y Jujuy –, região pela qual viajou em 1899. Na obra *En las tierras de Inti*, o autor considera que “La pobreza, la falta de agua, la dificultad y la carestía de las comunicaciones, hacen de esta provincia lo que es: un núcleo de gente descontenta, mal gobernada y bien esquilma, y un puñado de gente ávida y rapaz que gobierna y esquilma” (PAYRÓ, 1960, p. 24).

¹⁸⁰ Deve-se lembrar que “[e]l afán por habitar el suelo argentino con inmigrantes europeos propio de intelectuales y gobernantes como Alberdi y Sarmiento impulsa una política a favor de la inmigración desde mediados del siglo XIX hasta principios del XX. Nace entonces una industria migratoria a ambos lados del Atlántico que utiliza artículos periodísticos, crónicas de viajes y folletos para atraer colonos al Río de la Plata. Tras la celebrada Campaña del Desierto de 1879 y ganar a la fuerza territorios a grupos indígenas, se promulga en 1884 la Ley Orgánica de los Territorios Nacionales, que crea los territorios de Chaco, Formosa y Misiones en el norte, La Pampa en la zona central del país, y Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz y Tierra del Fuego al sur, en la Patagonia. Con el objetivo de integrar aquellas tierras recién conquistadas a la nación, es decir, poblarlas, incorporarlas a sistemas de producción abiertos al mercado internacional y defenderlas de disputas limítrofes, los gobernantes del país reemplazan su política tradicional de fomento de la inmigración espontánea por una vigorosa campaña de inmigración artificial” (VALKO, 2008, p. 29).

elas e dificultavam a vida dos trabalhadores que lá se estabeleciam. Para Euclides, esse fato estaria diretamente relacionado às privações dos seringueiros, na medida em que, sem acesso à terra, ficavam mais vulneráveis diante de seus patrões (CUNHA, 1995a, p. 801):

A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam de um lado pelas beiras do rio, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores (*Ibidem, idem*).

A Patagônia possuía, comparativamente ao Acre, um maior desenvolvimento da agropecuária. Além da concentração das terras, a região também sofria uma especulação fundiária, que, como já tratamos, era fortemente questionada por Payró. Numa das páginas derradeiras de *La Australia argentina*, o autor a critica, tendo em perspectiva não só o Sul argentino, como também todo o país. Mostra, assim, como uma distribuição mais igualitária das terras austrais argentinas poderiam ajudar o povoamento do torrão meridional da nação. Com isso, seria possível vislumbrar uma distribuição populacional mais equitativa e menos disfuncional, aliviando a dependência argentina em relação a Buenos Aires¹⁸¹:

El Gobierno, guardián celoso, deteniendo el futuro les cierra el paso momentáneamente, con las reservas, ó para siempre con las concesiones de que se ha apoderado la especulación.

Hace más de veinte años que se sueña en aumentar de un modo apreciable la población del país, fomentando la inmigración por los medios ya naturales, ya artificiales que más eficaces parecían. **Pero la población se mantiene en um estancamiento doloroso**, y los cálculos menos optimistas resultan todavía exagerados en la realidad. Solo Buenos Aires, la enorme cabeza de la República, ha seguido creciendo sin descanso (PAYRÓ, 1898, p. 444, *itálico do autor, grifos nossos*).

Outro foco da denúncia da “barbárie social” feita por Euclides e Payró nos seus escritos amazônicos e patagônicos é a violência contra as populações indígenas. Os povos nativos não recebem grande protagonismo da pena dos dois autores¹⁸². Não aparecem como plenos sujeitos sociais em nenhum dos relatos, nem são contemplados

¹⁸¹ É possível supor que nessa linha de raciocínio, Payró também estivesse implicitamente pensando nos problemas sociais urbanos advindos do inchaço metropolitano, aludidos a propósito da gênese social dos “aventureiros” patagônicos – ou, dito de outra forma, dos desclassificados urbanos.

¹⁸² Embora Payró discorra mais longamente sobre os indígenas do que Euclides, o argentino os aborda mais como assunto de interesse antropológico e exótico do que como objeto de reflexão sobre a realidade social patagônica de sua época. Em outras palavras, a questão indígena passava ao largo das grandes preocupações e propostas políticas do jornalista para a Patagônia da década de 1890 (VINAS, 2003, pp. 299-302).

pelas propostas políticos de nenhum dos viajantes para as regiões, as quais veremos na **Parte II** desta dissertação.

Euclides discorre muito pouco sobre eles e – de acordo com uma visão profundamente determinista e etnocêntrica – chama a coletividade de indígenas de “barbaria”. Todavia, exhibe conhecimento sobre a existência de diversos grupos indígenas no Alto Purus (CUNHA, 1995a, p. 797). De acordo com a geógrafa estadunidense Susanna B. Hecht (2013), tais informações podem ter sido adquiridas a partir da amizade de Cunha com Cândido Mariano Rondon (1881-1955), que fora seu colega em Praia Vermelha. Além de nutrir grande interesse pela situação dos povos nativos no país à época, o futuro Marechal Rondon tinha ascendência indígena e pode ter sensibilizado Euclides em relação ao tema¹⁸³. Em seus escritos amazônicos, o chefe da comissão do Itamaraty para o Alto Purus se mostra ciente de como a exploração do látex e o processo de migração por ela desencadeado afetaram as comunidades indígenas locais, desde meados do Oitocentos:

Quem hoje sobe o Purus não os [*indígenas pamaris, juberis, hupurinãs, canamaris, manetenerism pamanás e jamamadis*] vê mais como os viram Silva Coutinho [*João Martins Silva Coutinho, naturalista brasileiro do século XIX*], Chandless e Manuel Urbano [*navegante brasileiro que desempenhou papel importante no reconhecimento dos rios Acre, Purus e Juruá, ao longo do Oitocentos*].

(...) É que [*esses indígenas*] cederam lugar a uma imigração intensiva, ou foram absorvidos por ela. Já em 1862 Silva Coutinho, avançando somente até Huitanaã, passara por 14 sítios ou barracas desde a foz (sítio do Picanço), onde está hoje Redenção, até Canutama (Costa de Canutamã), que Manuel Urbano desbravara com auxílio dos pamaris (CUNHA, 1995a, p. 797).

Se nesse trecho, Cunha trata do processo de desaparecimento dos indígenas de maneira geral – admitindo a possibilidade de assimilação –, em outro especifica a extrema violência com que eram estabelecidas as áreas de exploração da borracha¹⁸⁴, implicando verdadeiras matanças de indígenas, por parte dos caucheiros:

A civilização, barbaramente armada de rifles fulminantes, assedia completamente ali a barbaria encontrada; os peruanos pelo ocidente e pelo sul; os brasileiros em todo o quadrante de NE; no de SE, trancando o

¹⁸³ Segundo Susanna Hecht, “Da Cunha’s measured, elegiac statements [*sobre os indígenas*] are unusual for the time. His abiding closeness to Cândido Rondon since their days together at Praia Vermelha affected his views of Indians. Rondon, a Terena Indian, was an unrelenting positivist, Brazil’s first indigenist and seminal designer of its native legislation, and almost its president. Da Cunha’s surprisingly knowledgeable discussion of aboriginal groups and migrations suggests a modulated, well-informed reading of native history, quite unusual for the time” (HECHT, 2013, p. 396).

¹⁸⁴ Para Francisco Foot Hardman, “Euclides nunca acreditou na representação fácil do ‘vazio na selva’, com que certa ideologia colonialista e, depois, nacional-brasileira, tentou pensar a região, afastando, ao mesmo tempo, o fantasma dos genocídios praticados desde as primeiras entradas dos europeus. Quando Euclides percorre a linhagem ancestral dos cronistas viajantes, está em busca do fio condutor dessas brutalidades antigas” (HARDMAN, 2009, p. 57).

vale do Madre-de-Dios, os bolivianos. (...) E os caucheiros aparecem como **os mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vai exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes sul-americanos** (CUNHA, 2000, pp. 160-161, *grifos nossos*).

Na leitura de Euclides, a Amazônia, então, não evoluía. Involuía:

(...) de Tingoleales para o sítio peruano de ShamboIaco, perto da foz do rio Manuel Urbano, o viajante não passa, **como a princípio acredita, dos estádios mais primitivos aos mais elevados da evolução humana**. Tem uma surpresa maior. **Vai da barbaria franca a uma sorte de civilização caduca em que todos os estigmas daquela ressaltam mais incisivos, dentre as próprias conquistas do progresso** (*Ibidem*, p. 164, *grifos nossos*).

Em *La Australia argentina*, Payró reconheceu e desaprovou o extermínio indígena ocorrido durante a “Conquista do Deserto” e, especialmente no que se refere à Terra do Fogo, nos anos subsequentes (PAYRÓ, 1898, pp. 232-235)¹⁸⁵. O autor até chegou a justificar a hostilidade dos ameríndios remanescentes como uma forma de vingança contra os colonizadores brancos¹⁸⁶. Também condenou abertamente a violência contra os indígenas, em que pese manifestar uma visão etnocêntrica e violenta – o que se denota na ideia de “conquistá-los para a civilização”:

Esos indios, y especialmente los onas, no merecen suerte tan cruel. Por su inteligencia, por sus condiciones de carácter, por su mansedumbre, eran acreedores á los beneficios de la civilización, y debió tratarse de conquistarlos poco á poco para ella. No ha sido así. ¡Qué! Se ha hecho todo lo contrario, y se les ha cazado como á fieras, en nombre de los más altos principios de la humanidad (*Ibidem*, p. 232)

Também merece ser sublinhado o fato de que malgrado não tenha especificado um programa político para os indígenas patagônicos, Payró sugeriu que deveria haver alguma forma de reparação para eles – em virtude da violência que lhes foi infligida. O autor ponderou que a ação de muitos missionários junto aos indígenas não provinha bem essas populações. O Estado não poderia, então, terceirizar sua responsabilidade junto a tais comunidades nativas:

¹⁸⁵ Payró (1898, p. 234) elenca uma série de causas para tal extermínio na Terra do Fogo: perseguição armada; doenças importadas; exportação de adultos e crianças indígenas; escassez dos elementos de vida, com a caça promovida pelos brancos aos animais silvestres; introdução de bebidas alcoólicas; mudança de costumes e alimentação introduzidos pelos brancos; dizimação e guerras entres diferentes grupos indígenas, entre outros causas. É interessante notar o fato de que o autor não exige intelectuais e exploradores. Segundo Payró, um dos principais responsáveis pelo genocídio da população de indígenas selk’nam foi Julio Popper (*Ibidem*), explorador e mineiro de origem romena que se lançou à Terra do Fogo na década de 1880 e que teria sido um dos maiores assassinos de indígenas da época.

¹⁸⁶ A despeito de criticar a violência praticada contra os povos nativos da Patagônia pelos brancos, Payró considera a dominação sobre os indígenas da região como um processo inevitável (VIÑAS, 2003, pp. 299-302), percepção similar à de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos (MURARI, 2007a; SANTOS, 2021). Tais visões, não é demais repetir, estavam enraizadas em profundas convicções modernizantes, cientificistas e racistas.

Y no se crea que proveyéndolos se haría un acto de excesiva generosidad. Sería sencillamente hacerles justicia y mostrarse equitativos. Esto casi no necesita demonstración, pues es evidente que se les ha quitado la tierra de sus padres, y lo que es peor, que los nuevos pobladores les han ahuyentado las focas y diezmado los guanacos, **dejándolos en la indignancia, y que luego los matan si se atreven á robar una oveja para comer.**

Mucho fía el Gobierno en las misiones, pero éstas son simples factorías útiles sólo a los misioneros ó sus sociedades. La misión salesiana de Río Grande, por ejemplo (...). Hace cuatro años que los salesianos están establecidos allí, y em todo esse tiempo no hay ejemplo de que hayan salido á parte alguna con el objeto de catequizar indios, como es su compromiso material y su deber moral... **Si se cifra alguna esperanza en esse medio de civilizar á los salvajes fueguinos, ya se ve que ésta tiene que resultar fallida** (*Ibidem*, p. 239)

São, em suma, bastante semelhantes as denúncias de Roberto Payró e Euclides da Cunha em relação à desgraça de trabalhadores, à concentração fundiária e à violência contra indígenas na Patagônia e na Amazônia. Entretanto, a maneira com que essas críticas são tecidas, em cada autor, não é exatamente a mesma, em razão das distinções estilísticas entre o argentino e o brasileiro apontadas no início deste capítulo. Recapitulemos.

Em Payró, os trechos de denúncia social recebem um tom indignado. Nada obstante, uma vez que são ladeados e eclipsados por inúmeras passagens de teor mais ameno, acabam por delinear menos a tônica predominante em *La Australia argentina*. É bem capaz que ao terminar a leitura da obra, se guarde na memória mais as últimas páginas, que desenham um futuro glorioso e idealizado para a Patagônia, do que as linhas amargas sobre a fome, o sangue e o desarrimo na região.

Não seria uma impressão gratuita. O fato de os trechos em que se discute a “barbárie social” no Sul argentino estarem dispersos ao longo de mais de quatro centenas de páginas contribui para que se forje uma visão mais positiva sobre esse espaço geográfico. Como refletiremos, essa percepção está intimamente ligada aos projetos políticos que Payró encampa para a região.

Já nos escritos amazônicos de Euclides, a denúncia social assume uma posição mais incisiva. Ela ocupa diversos ensaios inteiros como “Entre os seringais”, “Judás Asvero” e “Os caucheros”. Numa firme sondagem psicológica, o autor aborda com mais minúcia os dramas dos seringueiros do que Payró faz em relação aos “aventureiros” patagônicos. O tom de Cunha é constantemente grave, o que contribui para a comunicação de um ponto de vista mais estupefato, mais consternado no que tange à

Amazônia. O brasileiro parece ter visto os infortúnios que presenciou em sua viagem de maneira mais pungente e menos distanciada do que o argentino.

A despeito de haver em ambos os autores tanto o diagnóstico de potenciais econômicos como o de problemas sociais das regiões visitadas, Payró enfatiza mais os primeiros, enquanto Euclides tende a dar mais realce aos segundos. Ainda que os dois viajantes tivessem um horizonte ideológico modernizador, podemos dizer que o engenheiro tinha presságios menos auspiciosos para o Acre do que os do repórter do *La Nación* para a Patagônia. Pensaremos mais sobre isso na **Parte II** desta dissertação, que se aproxima.

Olhados em conjunto, não resta dúvida de que os deslocamentos que Euclides da Cunha e Roberto Payró empreenderam para as extremidades de seus países integraram um contexto histórico em comum. Em termos econômicos, geográficos e diplomáticos, suas jornadas se deram sob circunstâncias verdadeiramente afins. No âmbito ideológico, os autores estiveram substancialmente embebidos no ideário de modernização econômica e desenvolvimento tecnológico tão típico da virada do século XIX para o XX. Seus escritos de viagem procuraram lidar com questões muito semelhantes.

Postas sobre a mesa, essas consistentes afinidades poderiam sugerir uma interpretação generalizante, que tomasse o brasileiro e o argentino como dois casos, dois desdobramentos de um mesmo “espírito do tempo” da *Belle Époque*. A conclusão seria em grande medida precipitada. Em que pese ser explícita a sintonia que se estabelece entre os dois intelectuais, seus relatos, quando cotejados, testemunham distinções fulcrais no que se refere ao olhar de cada um dos viajantes.

Payró viu os habitantes patagônicos como uma miríade de personagens que, embora recebam nome e sobrenome e cheguem mesmo a ter voz como fontes jornalísticas, desempenham papéis de coadjuvantes na narrativa do repórter do *La Nación*. É ele, em primeira pessoa, o grande protagonista do relato de viagem. Todo um rol de personagens e episódios é mobilizado em dois sentidos: para justificar as percepções do jornalista sobre a Patagônia e, sobretudo, pintar a cor local da região. De um lado, buscava-se conferir lastro aos diagnósticos políticos, sociais e econômicos do autor sobre o Sul argentino; de outro, animar a narração das crônicas de Payró, atendendo a um gosto *costumbrista* e saciando a curiosidade dos leitores de Buenos Aires sobre a vida do então “desconhecido” outro lado do país.

A perspectiva de Euclides é em muito diversa. Mais sisuda e impessoal, tem ímpetos cientificistas. Assume, também, um tom grandiloquente, que bebe no Romantismo de Victor Hugo e Castro Alves e que aspira a uma enunciação solene, classicizante. Nesse ângulo, seria uma incoerência, se não fosse um sacrilégio, pôr-se a contar despreziosamente anedotas, como faz Payró. São poucos os atores autorizados a entrar em cena na Amazônia euclidiana. Cada um deles deve representar de maneira essencial e alegórica os dramas do grande tablado amazônico: o seringueiro, em seu martírio e sua solidão; os caucheiros e sua ganância; os indígenas e as matanças que sofrem; a natureza, em sua infinidade de adversidades, mistérios e riquezas. Todas as personagens resultam, então, genéricas e abstratas, sem a materialidade, a especificidade, o realismo das de Payró. Cunha não vislumbrava criar uma narração amena e detalhista. Com pretensões sociológicas, queria desenhar um panorama mais denso, mais científico – mas também mais arrebatado – das glebas acreanas.

Apesar dessas diferenças de estilo e abordagem, tanto Euclides como Payró procuraram representar a Amazônia e a Patagônia de maneira a nuançar imagens pejorativas então incidentes sobre tais regiões. Lutando contra essas percepções a partir da reivindicação de um lugar discursivo de autoridade – sustentado a partir do olhar privilegiado que a viagem proporcionaria –, ambos os escritores se dedicaram a indicar inúmeros cabedais econômicos e geográficos da Argentina austral e do Noroeste brasileiro. Essas potencialidades, aliadas a símbolos exultantes da modernidade técnica oitocentista, como o telégrafo e a Engenharia Hídrica, ofereciam nada desprezáveis perspectivas de futuro.

Esses potenciais, na avaliação de ambos os autores, estavam sendo ou subaproveitados ou obstruídos por políticas contraproducentes dos Estados nacionais no que se referia àquelas regiões. A crítica à ação ou à omissão estatal foi uma dimensão fulcral nos dois relatos de viagem. Indo além, Payró e Cunha denunciaram como as posturas de Buenos Aires e do Rio de Janeiro contribuía para a existência de diversos fenômenos sociais incivilizados nos seringais do Acre e nos descampados da Terra do Fogo. Como corolário, ambos parecem matizar a visão da Patagônia e da Amazônia como terras “desérticas” e “vazias”, ao salientar os sujeitos sociais que lá viviam e os agônicos desafios que enfrentavam.

Assim, se na face da coroa os dois “viajantes intelectuais” escreveram *a favor* das regiões visitadas, no outro lado da moeda, escreveram *contra* os arranjos

econômicos e políticos que julgavam responsáveis pela produção de uma “barbárie social” naquelas “sociedades principiantes” da Amazônia e da Patagônia.

Nesse prisma, é possível verificar uma militância reformista nos dois relatos de viagem. Como já dito, salta nas páginas sobre os “desclassificados patagônicos” a filiação socialista de Payró. É possível ouvir ecos similares em Euclides da Cunha¹⁸⁷. As denúncias e críticas sociais do Euclides amazônico¹⁸⁸, segundo Foot Hardman,

alcançaram maior contundência e desdobramento político, em especial com referência ao sistema de exploração e de trabalho compulsório nos seringais, aproximando seu discurso às teses reformistas da social-democracia operária de então, perspectiva distinta, pois, do que tinha sido sua visão de Canudos (HARDMAN, 2009, pp. 59-60).

Tendo em conta essa dupla face dos dois relatos de viagem, é preciso examinar quais foram as medidas defendidas por Euclides e Payró para as regiões em questão. Propostas que deveriam responder a duas demandas associadas: o que fazer no *presente* para combater a “barbárie social” incrustada na Patagônia e no Alto Purus? E o que fazer para o desenvolvimento civilizacional desses espaços no desenrolar de seus *futuros*?

É o que tencionamos discutir na seção a seguir.

¹⁸⁷ Deve-se recordar que “desde o início dos anos 1890, nas páginas de crônica ao primeiro de maio, Euclides revelava acompanhar com interesse a questão social, indicando conhecer, inclusive, a obra de Marx. Do jacobinismo inicial da geração republicana, era comum essa transição ao campo do socialismo reformista, quando não a certo anarquismo metafísico. E seu famoso artigo ‘Um velho problema’, de 1904, seria mais que simpático ao campo das reformas de inspiração marxista, na ótica da ideologia do progresso. Idem para seu ‘Entre os seringais’, de 1906, publicado em *Kosmos*” (HARDMAN, 2009, p. 154).

¹⁸⁸ As denúncias das agruras sofridas pelos seringueiros por parte de Euclides nos textos amazônicos também encontraram boa recepção não só junto a lideranças operárias de tendência socialista, como também anarquista, segundo registra Foot Hardman. Uma delas foi do jornal anarquista *A Guerra Social*, do Rio de Janeiro, em 1912 (HARDMAN, 2009, p. 70)

Preâmbulo da Parte II

Para possuíres o que não possuis
Deves seguir pelo caminho do despojamento
Para chegares ao que não és
Deves cruzar pelo caminho em que não és.
E o que não sabes é apenas o que sabes
E o que possuis é o que não possuis
E onde estás é onde não estás.

(T.S. Eliot, “East Coker”, *Quatro Quartetos*, tradução de Ivan Junqueira)

Muitas vezes nos refugiamos no futuro para escapar do sofrimento. Imaginamos uma linha na pista do tempo e pensamos que a partir dessa linha o sofrimento presente deixará de existir.

(Milan Kundera, *A insustentável leveza do ser*, tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca)

Na primeira parte desta dissertação, abordamos os contextos nacionais e mundiais em que as viagens de Euclides da Cunha e de Roberto Payró ocorreram. Destrinchamos, também, os diagnósticos do brasileiro sobre a Amazônia e do argentino sobre a Patagônia.

Nesta segunda parte, apresentaremos as medidas receitadas pelos autores em seus escritos de viagem e as compararemos. Ao **Capítulo 3**, competirá a análise do programa de Payró para a Costa Sul argentina, enquanto o **Capítulo 4** tratará dos projetos de Euclides para a Amazônia e, em especial, o Acre.

Discutiremos como as propostas levantadas pelos dois viajantes se relacionavam com ideais, projetos e objetivos políticos de ambos os intelectuais no que concernia àquelas porções de seus países. Após examinar as políticas sustentadas em *La Australia argentina*, procuraremos discernir: com qual Patagônia sonhava Payró? Que ares, que identidade regional, ela teria?

E Euclides? Que Amazônia defendia? Também refletiremos sobre essa questão, considerando os posicionamentos de seus ensaios amazônicos e o Relatório que Cunha escreveu para o Itamaraty.

Por fim, discutiremos os prognósticos que os dois autores vaticinam sobre as regiões a que viajaram. Que tipo de futuro os autores viam para a Amazônia e a Patagônia? Tais espaços lograriam se “civilizar” e mitigar seus aspectos sociais “bárbaros”? Em que medida? O caminho rumo a esse horizonte seria mais suave ou turbulento? Payró e Euclides demonstram ter previsões divergentes em relação ao porvir de cada região. Esse desencontro entre as previsões dos dois intelectuais em relação às áreas visitadas, bem como os desacordos sobre os métodos para povoá-las e desenvolvê-las, será objeto do **Capítulo 5**.

Antes de introduzir as propostas arroladas pelos dois autores, cabe apontar algumas diferenças em relação ao modo como cada um as exprime. Como já tratado, os escritos patagônicos de Payró são mais longos, mais detalhistas e menos sintéticos que os ensaios amazônicos de Cunha. Pelo fato de abordar diversos assuntos a propósito da vida social cotidiana e do cenário econômico de cada localidade visitada, o argentino toca em um número maior de temas do que o brasileiro. Destarte, especifica uma série de medidas políticas para distintas partes da Patagônia com vistas ao desenvolvimento da economia e da infraestrutura, à integração territorial e ao povoamento local.

Euclides, em contraste, expõe apenas três grandes projetos que procuram abarcar infraestrutura e integração viária – a criação de um reservatório no Rio Iaco, a melhoria da navegabilidade do Rio Purus e, sobretudo, a criação de uma ferrovia Transacreana. Planos, esses, que intentavam criar condições mais amplas para impulsionar a ocupação demográfica e o crescimento econômico acreano no longo prazo. Cunha não pormenoriza tanto quanto Payró. O argentino, por mais que elabore projetos abrangentes e duradouros para o Sul argentino, também indica soluções políticas mais imediatas e pontuais para alguns dos problemas que identificou em sua viagem marítima no Villarino.

Outra causa para a desproporção entre a quantidade e a especificidade dos programas de um e de outro autor radica na diferença de estado social e institucional da Patagônia argentina e do Acre entre 1898 e o início do século XX. Malgrado débil, rarefeita e ineficaz, já havia nessa época uma presença do Estado argentino na Patagônia, que se forjava a trancos e barrancos desde a “Conquista do Deserto” no final da década de 1870. O relato de viagem de Payró se debruça sobre as *subprefecturas* e as *gobernaciones* nos territórios nacionais patagônicos, bem como analisa aspectos da legislação vigente na região, sugerindo correções e alternativas de aperfeiçoamento. À diferença, o Acre visitado por Euclides em 1905 havia se incorporado formalmente ao

Brasil há menos de dois anos. O arcabouço institucional brasileiro no território era extremamente tímido. Logo, o ensaísta se concentra mais na profunda ausência de infraestrutura do que na avaliação das quase inexistentes ações governamentais naquelas paragens.

Capítulo 3

“Trabalhadores do mundo (anglo-saxão), vinde para a Austrália (argentina)” – o projeto patagônico de Roberto Payró

En 1872 mi abuelo Borges era jefe de las fronteras Norte y Oeste de Buenos Aires y Sur de Santa Fe. (...) Alguna vez, entre maravillada y burlona, mi abuela comentó su destino de inglesa desterrada a ese fin del mundo; le dijeron que no era la única y le señalaron, meses después, una muchacha india que atravesaba lentamente la plaza. Vestía dos mantas coloradas e iba descalza; sus crenchas eran rubias. Un soldado le dijo que otra inglesa quería hablar con ella. La mujer asintió; entró en la comandancia sin temor, pero no sin recelo.

(...) Quizá las dos mujeres que un instante se sintieron hermanas, estaban lejos de su isla querida y en un increíble país. Mi abuela enunció alguna pregunta; la otra le respondió con dificultad, buscando las palabras y repitién dolas, como asombrada de un antiguo sabor. Haría quince años que no hablaba el idioma natal y no le era fácil recuperarlo. Dijo que era de Yorkshire, que sus padres emigraron a Buenos Aires, que los había perdido en un malón, que la habían llevado ios indios y que ahora era mujer de un capitanejo (...). A esa barbarie se había rebajado una inglesa. Movida por la lástima y el escándalo, mi abuela la exhortó a no volver. Juró ampararla, juró rescatar a sus hijos. La otra le contestó que era feliz y volvió, esa noche, al desierto.

(...) Todos los años, la india rubia solía llegar a las pulperías de Junín, o del Fuerte Lavalle, en procura de baratijas y «vicios»; no apareció, desde la conversación con mi abuela. Sin embargo, se vieron otra vez. Mi abuela había salido a cazar; en un rancho, cerca de los bañados, un hombre degollaba una oveja. Como en un sueño, pasó la india a caballo. Se tiró al suelo y bebió la sangre caliente. No sé si lo hizo porque ya no podía obrar de otro modo, o como un desafío y un signo.

(Jorge Luis Borges, “Historia del guerrero y de la cautiva”, *El Aleph*)

Neste capítulo, examinaremos o projeto de Payró para a Patagônia argentina. Num primeiro momento, serão analisadas as principais proposições econômicas, sociais

e administrativas do *periodista viajero* para o futuro da região. Esperamos demonstrar como esses posicionamentos estavam imbuídos de visões políticas liberais e extremamente simpáticas à cultura, ao poderio e à composição étnica do mundo anglo-saxão. Tal percepção se desdobrava em uma apaixonada preleção em favor da imigração britânica para o Sul da nação.

Discutiremos como, no século XIX, essa perspectiva lidava tanto com os êxitos dos Estados Unidos e de porções do Império Britânico – vide a Austrália – quanto com a decadência espanhola – que gerou debates sobre a herança da colonização na América Hispânica. No que reporta à Argentina do entresséculos, também evidenciaremos a importância de *La Australia argentina* para a amplificação dos debates e dos projetos políticos em torno do tema patagônico.

3.1 O programa de Roberto Payró para a Patagônia: “proteger sin incomodarla”

Como exposto, um dos principais problemas percebidos por Payró na Patagônia dizia respeito a uma presença disfuncional do Estado argentino na região. De um lado, o repórter encontrou o desamparo de colonos e habitantes em relação a necessidades que seriam atribuições do Estado, como a criação e manutenção de infraestrutura de transportes e comunicação e a regularização dos documentos das propriedades de colonos patagônicos (PAYRÓ, 1898, p. 55). De outro lado, o viajante identificava uma série de proibições e restrições legislativas que sabotariam o desenvolvimento da região, inibindo a atividade econômica e limitando o escopo de atuação das autoridades políticas locais.

Diante dessa avaliação, Payró apostou num receituário econômico e político de inspiração liberal para o extremo Sul argentino¹⁸⁹. O programa de propostas contido em *La Australia argentina* objetivava afrouxar as amarras legais do Estado sobre pequenos colonos e comerciantes patagônicos, como método para descongelar a economia e trazer maior riqueza à região. Aliviar-se-ia, com isso, a pobreza e a escassez presenciadas na Patagônia, especialmente ao Sul de Chubut, território onde a agricultura se mostrava mais viável. Paralelamente, o viajante também atribuía ao Estado nacional argentino

¹⁸⁹ O historiador argentino Ezequiel Gallo recorda o posicionamento ideológico moderado e liberalizante dos socialistas argentinos finiseculares – mais conservador do que grande parte das correntes socialistas reformistas da Europa à época – com uma anedota: “it is not surprising that when he visited Buenos Aires, the Italian socialist Enrico Ferri should have characterized his Argentine *confrères* as members of a ‘Socialist party of the moon’” (GALLO, 1993, p. 96, *italico do autor*).

uma série de medidas estratégicas voltadas ao aprimoramento dos transportes marítimos, ao apoio financeiro aos colonos e à facilitação da compra de pequenos lotes de terra – especialmente, na Terra do Fogo.

Uma das políticas liberais das quais Payró se colocou como signatário era o estabelecimento da franquia dos portos patagônicos. Como já tratado, o autor acreditava que as restrições alfandegárias nos portos do Sul argentino prejudicavam imensamente o comércio e o abastecimento da região. Em acréscimo, tinham a única função de evitar a migração de agricultores de outras regiões para os territórios da Patagônia. Ironicamente, o jornalista sugere que o maior beneficiário das medidas tomadas por Buenos Aires para a Costa Sul argentina era o porto chileno de Punta Arenas. É a opinião que externa um de seus companheiros de viagem:

– ¿Fomentar á Punta Arenas? ¡Qué me dice usted! ¿Cómo puede el Gobierno argentino?...

– ¡Punta Arenas es puerto libre, y se ha convertido por esa razón en proveedor de la costa patagónica y de la Tierra del Fuego. Haya ó no haya aduanas, los artículos de consumo salen de allí para todas partes. Si hay aduanas, se contrabandea; si no las hay, mejor. **Y no sólo eso: los productos argentinos van á embarcarse allí para Europa, de tal modo que nuestra importación y exportación se hace por Chile...** y se hará mientras **nuestros gobiernos continúen ciegos**. Indirectamente, pues, éstos protegen á la nueva ciudad chilena. (*Ibidem*, p. 31, *grifos nossos*).

Payró procura refutar as teses favoráveis à continuidade das barreiras alfandegárias na Costa Sul argentina. Valia-se do argumento de que o livre-comércio favoreceria primordialmente os grandes exportadores – sobretudo, de gado e lã –, que poderiam barganhar, junto a seus clientes ingleses, a obtenção de produtos industrializados de graça ou por preços baixíssimos. Especulava-se que isso traria um maior lucro para grandes proprietários, na medida em que, importando artigos a custos módicos, poderiam fixar preços elevados para seus trabalhadores subordinados no campo (PAYRÓ, 1898, p. 89). Além disso, nesse cenário, os comerciantes da Patagônia – donos de lojas e armazéns – enfrentariam uma concorrência mais dura e poderiam vir a falir.

Em oposição, Payró sustentava que não faria sentido estabelecer um protecionismo para esses comerciantes, uma vez que o comércio na região ainda era muito débil e que poderia continuar lucrando mesmo com o fim das taxas de importação. Ademais, pondera o jornalista, as exportações patagônicas não eram tão vigorosas a ponto de os produtores de gado e trigo concentrarem a aquisição de produtos importados (PAYRÓ, 1898, p. 89). Os grandes *terratenientes* não

conseguiriam monopolizar o comércio e acabar com as rendas dos comerciantes. E mesmo no caso de queda dos lucros do setor comercial, não seria justo submeter os intereses da coletividade dos habitantes patagônicos ao desse grupo restrito:

como si el enriquecimiento de unos pocos comerciantes equivaliera al bienestar de la generalidad de los que pueblos aquel suelo.

Claro que el importador que introduce grandes partidas de mercadería, puede hacer menos pesadas las tarifas aduaneras; **pero tan claro como eso es que, no habiendo derechos [de importação], mejor para cada uno tener los menos intermediarios que sea posible.**

Luego después, Patagônia no será ni em muchos años comercial sino por accidente; tiene funciones determinadas de productora, sobre todo en el ramo de ganadería, pues, exceptuando el Chubut, la agricultura no prospera en ella aún. **Los temores que por su comercio se abriguen, son extemporáneos, y pensar en proteger á los almaceneros y tenderos, es curarse en salud. Ya se protegen ellos solos...** (*Ibidem*, p. 89, *grifos nossos*)

A crítica de Payró ao proteccionismo patagônico estava provavelmente ligada ao pensamento econômico de Juan B. Justo, um de seus mais proeminentes colegas nos círculos socialistas portenhos da década de 1890¹⁹⁰ (PARSON, 2001, pp. 55-69, p. 64). Justo era um grande defensor do livre-comércio e um forte adversário das tarifas alfandegárias na Argentina inteira:

El proteccionismo, “**la peor forma de nacionalismo**” genera para Justo “**la peor solidaridad de clases**”, formada por los capitalistas y trabajadores de un sector económico contra sus equivalentes en otros países “y contra los consumidores del propio país, que son en su mayor parte trabajadores” de un sector económico contra sus equivalentes en otros países “y contra los consumidores del propio país, que son en su mayor parte trabajadores” (...) Pedirá Justo insistentemente la derogación de los derechos de aduana, cuyo objetivo a finales del siglo XIX, al estar en torno al 15/20 %, era más recaudatorio que proteccionista, pero más elevado de lo que podría hacer pensar la retórica de la época. Los aranceles fueron aumentando paulatinamente y ya en 1905, cuando se discutió la Ley de aduanas, llegaban al 40/50 %. “**Las aduanas alejan y aíslan a los pueblos**”, dice Justo y denuncia la “doctrina arcaica” mercantilista **y la vinculación entre el intervencionismo y los grupos de interés**. Justo va a recurrir a los componentes más liberales de Marx, su *Discurso sobre el librecambio* de 1846, y su visión del liberalismo como fuerza impulsora de la evolución social. No apoya el comercio irrestricto “en honor del libre cambio abstracto, que tan mal disimula intereses capitalistas particulares, **sino para mejorar la situación del pueblo**” (BRAUN, 2000, pp. 10-11, *grifos nossos*).

¹⁹⁰ Carlos Rodríguez Braun, economista e historiador argentino, aponta que “el programa de los socialistas era el llamado ‘mínimo’ que postulaba cambios moderados, asimilables a los que propugnaban Clemenceau en Francia o Sacchi en Italia, con un énfasis en la legislación laboral: jornada de 8 horas, trabajo femenino, accidentes laborales, etc. No fue Justo comunista, pero sí habló de la ‘socialización de los medios de producción’ como objetivo del proletariado tras conquistar el poder político, aunque por medios pacíficos y democráticos. El Estado no es para él un simple agente de la opresión sino un poder coordinador y regulador que hay que conquistar” (BRAUN, 2000, pp. 18-19).

Em Justo, a crítica ao protecionismo se dava em nome da defesa dos “consumidores de classe baja, para quienes hubiera significado el aumento del costo de vida” (SEBRELLI, 2011, pp. 16-17). Já em Payró, o rechaço ao “protecionismo” imposto sobre os portos patagônicos se colocava menos em função de altos preços do que em razão da escassez de mercadorias à disposição. A pouca variedade de produtos e espaços de lazer e sociabilidade nos pequenos povoados patagônicos levava muitos trabalhadores locais a avantajados gastos com bebidas alcoólicas¹⁹¹.

Em um dos trechos em que mais se exhibe o caráter liberal dos diagnósticos e das propostas de *La Australia argentina* sobre a Patagônia, Payró chega a sentenciar que “quanto menos governo, melhor”:

(...) el Chubut crece, con una fuerza de **desarrollo que hace pensar en los verdaderos milagros que produciría por parte de nuestro gobierno**: el aumento de la población, la multiplicación de los ganados y de los cultivos, las comunicaciones facilitadas, el territorio por fin incorporado á la vida nacional. Pero aquí, como en tantos otros países, **la acción del Gobierno en los territorios se traduce, sobre todo, en trabas y limitaciones cuando en los territorios, lo único que se necesita, la conducción ineludible para el progreso, es la amplia libertad, y una liberal distribución de beneficios materiales**, que los dote de aquello que hace falta y que la iniciativa particular no puede procurarse. **Resumiendo: cuanto menos gobierno, mejor, siempre que se cuide del territorio considerándolo plantel para el futuro** (*Ibidem*, pp. 36-37, *grifos nossos*).

É preciso compreender tal máxima de inspiração liberal no todo da obra em que o trecho foi escrito. No capítulo em que ele está inserido, intitulado “En plena germinación”, Payró vibra com os progressos da agricultura e da pecuária extensiva na *gobernación* de Chubut. Semelhante ânimo era justificado em virtude dos resultados econômicos. Modestos, mas crescentes, eles eram tomados como um sinal de esperança. Eis um indício de que, mesmo em condições adversas no que tange à infraestrutura pública, os povoadores daquela região já teriam angariado algum sucesso.

Essas adversidades decorreriam de dois tipos de ação governamental. Primeiramente, o estabelecimento de leis e de políticas públicas vistas como viciosas, que prejudicariam os projetos dos colonos – não só de Chubut, mas de toda a Patagônia – e favoreceriam interesses oligárquicos. Em segundo lugar, a ausência de medidas

¹⁹¹ “[E]l alcohol prima sobre las otras mercaderías, ó por lo menos ocupa uno de los primeros lugares entre ellas. Es natural: esparcidos en una gran extensión de territorio, los pobladores de Patagônia van al *pueblo* con dinero en el bolsillo, ó crédito que lo valga, no sólo en procura de vitualla y ropas, sino también á divertirse en la posible manera, allí **donde no abundan los sítios de recreo**. La *esquina* del gaucho pampeano, la pulperia famosa, teatro de dramas y sainetes, se ha trasladado allá con otro carácter, ha diezclado el tehuelche, **y cobra diezmo crecido al trabajador patagónico, que deja en ella gran parte de su salario, si no todo**” (PAYRÓ, 1898, p. 88, *itálicos do autor, grifos nossos*).

administrativas reputadas por Payró como salutares e tonificantes para o crescimento econômico e demográfico patagônico. Em suma, as iniciativas e esforços dos povoadores da Costa Sul argentina estavam deixando de ser devidamente apoiados pelo Estado argentino. E, ainda pior, eles estariam sendo tolhidos, boicotados.

Entre as posturas assumidas por Buenos Aires e julgadas por Payró como extremamente deletérias, destacava-se a anuência e o estímulo dados à especulação fundiária patagônica. Para o jornalista, o governo barrava um futuro de prosperidade na região ao favorecer, de maneira pouco republicana, latifundiários e empresas especulativas e ao dificultar a compra de pequenos lotes para imigrantes e colonos (*Ibidem*, p. 444). O autor busca fundamentar esse diagnóstico a partir de relatos por ele coletados em sua viagem. Por exemplo, o do colono de Chubut, Pedro Derbes – já citado no capítulo anterior –, que contou ao repórter portenho

la odisea de la formación de su estancia: el arriendo y la adquisición del campo con las mil dificultades *protectoras* que opone el Gobierno á los verdaderos pobladores, **mientras regala lo mejor de todo á los favoritos, que lo entregan á la especulación inútil y dañina** (*Ibidem*, p. 33, *italico do autor, grifos nossos*).

Em outro trecho, Payró classifica a especulação nas estepes patagônicas como verdadeiro parasita:

El doctor [*Francisco Pascasio "Perito"*] Moreno (...) ha encontrado [*em Santa Cruz*] – según mis noticias – campos espléndidos para pastoreo, y lo que es mejor, maderas en abundancia, y hasta minas de carbón de piedra (¿lignito?)

La navegabilidad del [*rio*] Santa Cruz era un problema de alta importancia, cuya solución va á entregar al trabajo y al progreso una nueva y vastísima zona, casi despoblada hoy; **si el parasito de la especulación, que impide el desarrollo** y ejercicio de las fuerzas vivas que están aún latentes en toda la Patagonia, no invade también aquella región [*território patagónico de Santa Cruz*], y si el Gobierno, tan descuidado siempre, **la reserva hasta estudiarla y hallar el modo de entregarla á los *pioneers* que la hagan prosperar para bien suyo y del país** (*Ibidem*, p. 68).

Baseado nas informações a que teve acesso, Payró pressupôs que a especulação exercia um domínio mais poderoso em Chubut do que em Santa Cruz¹⁹² (*Ibidem*, p. 44). Este território, no entanto, mesmo possuindo condições climáticas piores para a

¹⁹² Por mais que considerasse extremamente bem-vinda a iniciativa da construção de ferrovias na Patagônia, Payró julgava que o empreendimento do Ferrocarril Central del Chubut contribuía para a especulação fundiária na região. O autor argumenta que a proprietária, a empresa Compañía Mercantil del Chubut fundada por galeses, havia comprado muitas terras nas imediações da estrada de ferro e se recusava a vendê-las, mesmo com ofertas de compra acima do valor de mercado. Na visão do autor, isso sinalizava uma postura especuladora, que dificultava o acesso à terra para novos colonos (PAYRÓ, 1898, pp. 18-19).

agricultura do que as de Chubut, não estava em nada imune a investidas especuladoras¹⁹³. Muito pelo contrário:

En suma, entre 1880 y 1900 más de 3.700.000 de ha santacruceñas pasaron de la soberanía indígena a la propiedad privada con la mediación jurídica del Estado y económica de los capitales malvineros y londinenses. **Solo un 10% de esas tierras se entregó en arriendo, y más de 2.700.000 de ha estaban comprendidas en la Concesión Grümbein. Esta, por extensión y fundamento especulativo, se asemeja a la forma de constitución de la propiedad en Tierra del Fuego.**

La concesión, otorgada por el presidente Carlos Pellegrini en 1892, constituyó la base para la especulación con el suelo en Santa Cruz y Chubut y tuvo como cabeza visible a Adolfo Grümbein, un prestamista alemán emparentado por vía matrimonial con el intendente de Buenos Aires, el veterano de la Guerra del Chaco y empresario Francisco Seeber (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, p. 576, *grifos nossos*).

A especulação no espaço rural patagônico não se iniciou na década de 1890. Vinha desde fins da década de 1870, nos primeiros momentos da “Conquista do Deserto”. Já naquele momento, as concessões de terras por parte do Estado argentino tiveram um papel fundamental para o atendimento de interesses econômicos das elites bonaerenses e investidores estrangeiros¹⁹⁴:

Desde a primeira forma de distribuição das terras patagônicas pelo governo [*argentino*], por consequência da lei de empréstimos, que angariou fundos para a campanha de 1879, **houve uma tendência à formação de latifúndios, com poucos indivíduos ocupantes. Muitas das terras adquiridas na Patagônia, principalmente no norte, visavam apenas à especulação e o aumento dos bens de seus proprietários, que, em sua maioria, eram membros da elite bonaerense.** (...) As tentativas do governo de facilitar a distribuição de terras, promovendo o incremento populacional, apenas permitiram sua aquisição por investidores e interessados em aumentar seu patrimônio, encerrando a ocupação dos terrenos no século XIX, pela concentração de particulares.

¹⁹³ Mesmo que, hipoteticamente, Santa Cruz ainda não sofresse com muita especulação, o território não estaria imune a investidas especuladoras mais potentes em um futuro próximo. Como o jornalista menciona no trecho sobre as descobertas de Francisco “Perito” Moreno no território (PAYRÓ, 1898, p. 68), a região tinha potenciais geográficos que ainda estavam sendo descobertos, os quais certamente atrairiam investidores interessados em futuro próximo, a fim de lucrar com a compra e venda de grandes propriedades rurais. Disso decorria, na perspectiva de Payró, a necessidade de impedir o avanço de especuladores e garantir o acesso à terra de pequenos colonos no território santacruceño (*Ibidem, idem*).

¹⁹⁴ Redes de influência foram essenciais para a obtenção de terras na Patagônia. Na Terra do Fogo, isso ficou patente na concessão estatal dos vinte mil hectares que o inglês Thomas Bridges obteve para fundar a estância Haberton em 1886. Bridges havia sido missionário anglicano da South American Missionary Society. A associação religiosa estava presente na ilha desde a década de 1840 –, antes de o Estado Argentino ocupar formalmente e exercer sua soberania no território *fueguino*, na Expedição Austral Argentina – comandada por Augusto Lasserre –, em 1884 (BREBBIA, 2007, pp. 258-259). Tendo renunciado ao cargo de missionário, Bridges em 1886 viajou a Buenos Aires, onde se hospedou na casa de Francisco Pascasio “Perito” Moreno e travou contato com intelectuais e diversas autoridades políticas. Entre elas, estavam Antonio Cambaceres, Presidente do Congresso Argentino, Rufino Varela, futuro Ministro da Economia, além de Bartolomé Mitre e o próprio Julio A. Roca, Presidente da República, que reconheceu em Bridges “el valor de este humilde soldado que había actuado en el territorio de un pueblo igualmente salvaje” (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, pp. 578-579). A concessão da terra a Bridges foi feita pelo Ministério de Terras e aprovada com facilidade no Congresso Nacional (*Ibidem, idem*).

(...) **A incapacidade do governo em transformar a área em um polo migratório ocorreu, em parte, pela tendência dos estancieros em aumentarem seus negócios, somados com a atuação dos investidores estrangeiros.** Esses grupos não tiveram a colonização como prioridade, muito embora, vissem na aquisição de terras a preços irrisórios, oportunidades para o empreendimento da agropecuária (POMPEU, 2012, p. 153).

Payró relacionava tal dificuldade de povoamento da Patagônia à especulação fundiária, dado que esse fenômeno reduzia e encarecia as propriedades rurais, tornando-as menos acessíveis a pequenos camponeses¹⁹⁵. Isso fazia com que muitos colonos em Chubut tivessem que ocupar ilegalmente algumas áreas. Esse também era o diagnóstico de Teodor Alemann (VALKO, 2008), suíço que se estabeleceu na Argentina na década de 1890 e em 1898 – mesmo ano da viagem de *La Australia argentina* – viajou para o Chubut¹⁹⁶. Seu relato, *Ein Ausflug nach dem Chubut-Territorium: Allerlei über Land und Leute im Chubut* [*Una excursión al territorio de Chubut*] (ALEMANN, 1898), foi tomado pelo jornalista do *La Nación* como referência para entender a situação fundiária daquela parte da Patagônia. De acordo com o imigrante germânico, o problema não era a falta de terras, mas uma série de empecilhos para alugá-las ou adquiri-las:

De las 9750 leguas cuadradas que componen el territorio [*de Chubut*], sólo se hallan legalmente ocupadas (...) 145 leguas, en las cuales habrá unas 80.000 ovejas y unas 42.000 cabezas de gado bovino y caballo. El resto de los animales está repartido en las tierras ocupadas sin derecho por pobladores que poseen hasta 8 y 10.000 ovejas.

La causa de este estado de cosas es, según el señor Alemann, la tramitación larga y enojosa que hay que seguir para arrendar el campo. Muy á menudo sucede, también, que los especuladores compran la tierra arrendada, perjudicando al poblador... Por fin ofrece un interesante ejemplo práctico de lo que puede producir un pequeño capital dedicado á la ganadería en el Chubut: Con \$8800, y arrendando el campo, al cabo de seis años el ganadero tendrá animales por valor de \$22.756, y además una ganancia por venta de lanas de \$2248; habrá, pues, triplicado el capital, ú obtenido mayor ventaja aún si compró la tierra (PAYRÓ, 1898, pp. 40-41, *grifos nossos*).

Diante de tal contabilidade, Alemann considerava que a pecuária no Chubut poderia ser um belo negócio. Sugeriu aos colonos germânicos de Santa Fe e Entre Ríos

¹⁹⁵ Ainda que a Lei nº 817 de 1876 – conhecida como “Ley Avellaneda” – impusesse o povoamento como requisito para aquisição de terras nos Territórios Nacionais argentinos, a colonização levada a cabo por particulares não vingou. Anos depois, em 1891, entrou em vigência a Lei de Povoamento nº 2.815 – chamada de “Ley de Liquidación” –, que anulou essa obrigatoriedade. Tanto o insucesso da primeira lei quanto a prerrogativa estabelecida pela segunda também contribuíram para a debilidade do povoamento patagônico à época (BANDIERI, 2005; RUFFINI, 2008).

¹⁹⁶ Sobre a presença alemã na Patagônia, recomenda-se a leitura do trabalho de Maria Brunswig de Bamberg (1995).

que, caso perdessem suas colheitas, migrassem para Chubut e ocupassem terras, legal ou ilegalmente. E justifica:

No les preocupe la propiedad del terreno: la mayoría de los ganaderos del Chubut se compone de intrusos; si el campo es particular, su dueño tiene que correr muchos trámites antes de expulsar á quien ocupa indebitamente en su ausencia (...) El consejo no es muy moral – continúa [Alemann] – **pero las leyes nacionales no ayudan al pobre, y las mismas autoridades del territorio no han conseguido que se remedie la triste situación del poblador** (*Ibidem*, p. 40, *grifos nossos*)

Tanto Payró como Alemann reconheceram nas ações governamentais fatores determinantes para a ocupação irregular dos campos patagônicos. Os autores condenaram e até deram certa legitimidade a ocupação ilegal de terras cujos proprietários estivessem ausentes (*Ibidem*, p. 37). Na percepção de ambos, o Estado argentino deveria assumir a responsabilidade de minimizar essa situação e evitar o monopólio das propriedades agrárias por parte de grandes proprietários e especuladores. Essa visão era compartilhada pelo ex-governador interino do Chubut no começo dos anos 1890, Alejandro E. Conesa, também citado pelo jornalista argentino:

El principal factor de la colonización patagónica y la única forma práctica y viable de realizarla sin grandes erogaciones fiscales, **ha de tener por base la liberal y conveniente distribución local de la tierra pública entre los pobladores de buena fe**. Con gran perjuicio para los territorios patagónicos se ha generalizado en demasia un grave error, que consiste en la exageración siempre creciente de la excelencia y el valor de sus tierras, á consecuencia de una **propaganda especulativa hecha á favor de los compradores metropolitanos, poseedores de grandes áreas únicamente destinadas á la especulación**

(...) Pero es el caso notable que esos propietarios no representan la tercera parte de la cifra que arroja la ganadería territorial (...) **existe una población importantísima que se halla en condiciones precarias, ya radicada en campos fiscales, ya que en terrenos que propiedad particular que no han sido poblados**, ocupando una superficie doble ó triple de la que utilizan los dueños ó concesionarios autorizados (*Ibidem*, p. 41, *grifos nossos*).

A fim de solucionar a questão do acesso à propriedade rural e da regularização fundiária, Conesa formulou um projeto de lei que destinava mil léguas à colonização “por la cual se favorecería á los actuales ocupantes y se estimularia la construcción de pozos, sin los que no podrá poblarse la mayor parte de los campos de la costa” (*Ibidem*, p. 42). Payró demonstra simpatia pelo projeto – pensado para a área de Chubut –, propondo medida semelhante para a Terra do Fogo, facilitando a venda de terras na ilha (*Ibidem*, p. 286). Ao final de *La Australia argentina*, retoma o tópico e menciona a necessidade de uma “prudente repartición de la tierra, para no dar al colono menos de

lo necesario á su bienestar” (*Ibidem*, p. 445) em toda a Patagônia, do Río Negro a Ushuaia¹⁹⁷.

O interesse de Payró pelo tema da regularização de minifúndios e da facilitação da compra de terras se explicava, em certa medida, pelo fito de melhorar a vida dos colonos patagônicos. Entretanto, manifestava, igualmente, uma defesa da desburocratização administrativa e uma busca pela maior efetividade pelas leis vigentes na Costa Sul de seu país. Essa preocupação se traduziu em outras propostas feitas em seu relato de viagem.

Foi nesse sentido que o autor recomendou a liberação da caça e da mineração na Terra do Fogo¹⁹⁸. Não que Payró fosse grande admirador desses caçadores e garimpeiros, uma vez que o escritor apontou inclusive atos extremos que esses indivíduos praticavam, como o assassinato de indígenas e marinheiros (*Ibidem*, p. 310). No entanto, a proibição do garimpo e da caça resultava totalmente inócua, dadas as reais condições administrativas da ilha:

La dificultad insuperable de mantener una vigilancia siquiera medianamente eficaz con los escasísimos elementos policiales que tiene la gobernación, da ancho campo á los mineros merodeadores, que llegan al territorio, hacen su cosecha de pepitas ó arenas, y se van á Chile á convertirlas, sin dejar provecho alguno al país que se las procura. Lo mismo ocurre con los cazadores de lobos, que mandan sus productos al extranjero, y que no pueden ser perseguidos ni cortados en su acción, porque no hay qué recorrer los innumerables canales, pasos, bahías, ensenadas, abrigos invisibles de que está sembrada la Tierra del Fuego, y en que andan y se cobijan las goletas de unos y de otros.

De este modo, la prohibición del lavado de oro y de la caza de anfibios es sencillamente irrisoria (*Ibidem*, pp. 285-286, *grifos nossos*).

Dessa sorte, em nome da efetividade das normas jurídicas e da racionalidade administrativa, Payró adere à proposta de legalização de tais atividades, apresentada

¹⁹⁷ Em 1884, o Estado nacional argentino a “Ley del Hogar” – lei nº 1.501 daquele ano – para fomentar a criação de colônias agropastoris nos Territórios Nacionais. Algumas foram inclusive outorgadas a grupos indígenas sobreviventes à “Conquista do Deserto”, como os dos líderes Valentín Sayhueque e Nahuelquir. De acordo com Susana Bandieri, a maioria das colônias criadas por tal legislação fracassou, porque “la ley no preveía instrumentos adecuados para garantizar el cumplimiento de sus objetivos y los lotes, de 625 ha cada uno, eran inadecuados para la práctica de la ganadería extensiva, única posible cuando las superficies estaban em tierras de meseta, como siempre ocurría en estos casos. Las insuficientes capacidades productivas de los terrenos y la dependencia de los sectores de comercialización de los productos ganaderos, no hicieron más que aumentar las condiciones de marginalidad y pobreza de sus pobladores” (BANDIERI, 2005).

¹⁹⁸ “O descobrimento de ouro nas ilhas adjacentes à Terra do Fogo atraiu aventureiros em busca de enriquecimento. Entre 1885, ao final da década de 1890, muitas povoações foram constituídas na Terra do Fogo e arredores. Alguns aventureiros lograram o enriquecimento a partir do ouro *fueguino*, mas os altos custos de extração limitavam os lucros, levando ao abandono da atividade” (POMPEU, 2012, p. 151, *italico da autora*).

pelo governador *fueguino*, Pedro Godoy (1893-1899). Em acréscimo, a medida também poderia estimular certo incremento populacional para a ilha e evitar a evasão de ouro para o Chile:

A juicio del comandante Godoy, el Gobierno nacional debía declarar libre el levado de oro, **para los colonos ya establecidos en la Tierra del Fuego, que se encargarían, por propia conveniencia, de ahuyentar á los intrusos, atraerían á otros pobladores fijos, y preponderían indirecta pero eficazmente al progreso de esos lugares hoy desiertos**, ó frecuentados por aventureros que escapan apenas logran su objeto y reunen un puñado de oro.

Dando ese paso salvador (...) las carpas de mineros adventicios que se alzan hoy en las playas auríferas cederían su puesto á casas sólidas y estables, primer núcleo de los pueblos que en el futuro han de formarse sobre el maravilloso canal, y em la costa este, bañada por el Atlántico (*Ibidem*, p. 286, *grifos nossos*).

De maneira análoga, o governador postula a permissão do corte de madeira dos bosques *fueguinos*, prática que teria sido proibida pela capital argentina. Godoy justifica seu posicionamento em nome de interesses sociais:

– ¿No le parece urgente desmontar ese bosque? **¿No hay visible necesidad de preparar el terreno para los que han de venir, para los que vienen ya?**... Pues el Gobierno ha prohibido el corte de madera en la capital [*da Terra do Fogo, Ushuaia*], sin y con reglamento... El primer beneficio que se obtiene con esto, **es que la gente no tenga en qué trabajar**... (*Ibidem*, p. 287, *grifos nossos*)

Payró chegara a nutrir ou a simular esperanças de que as reivindicações *fueguinas* surtisserem efeito entre as autoridades do governo federal. Acabou sendo convencido de que tal tentativa seria em vão:

– Pues si ustedes taladraran los oídos ejecutivo-nacionales como taladran los míos, seguro estoy de que no pasarían tres meses sin que tuvieran las mejores comunicaciones del universo é islas adyacentes.... ¡Vaya! yo también trataré de aburrir á Gobierno y pueblo con la repetición interminable de la misma cantillena. **Pero, descuiden ustedes. Será completamente inútil** (*Ibidem*, p. 256-257, *grifos nossos*).

O chefe da *gobernación* da Terra do Fogo confirma esse ceticismo, sugerindo a Payró: “cuando vuelva á Buenos Aires, vaya al ministerio del Interior y al de Hacienda, y verá mis rimeros de notas, inútiles, completamente inútiles, porque no les han hecjo caso, aunque tratara de asuntos de vital importancia para el territorio” (*Ibidem*, p. 285).

A despeito da ineficácia do canal com Buenos Aires, o autor crê que a atuação dos governadores patagônicos poderia ser fulcral para a boa ou má sorte de seus territórios. O jornalista recebeu denúncias de corrupção por parte de subordinados da *gobernación* de Santa Cruz, em relação às quais o governador local, Matias Mackinlay

Zapiola (1897-1903) – cujo nome não é citado diretamente por Payró – teria sido conivente:

“Han sido enviadas muchas quejas al gobernador del territorio [*de Santa Cruz*], sin que hayan sido atendidas”

Este grito no ha de extrañar á nadie y ha de ser absolutamente ineficaz.

(...) **Las autoridades que manda el país, pueden hacerlo, por lo menos, antipático á la Patagonia. Los gobernadores no observan bastante las necesidades y las pasiones del pueblo que nace bajo su mano. Son indiferentes á sus quejas, fundadas ó infundadas,** y suelen sufrir que los desacredite un subalterno por no haberse hecho bastante accesibles á la masa (*Ibidem*, p. 87, *grifos nossos*).

Sendo assim, Payró deposita grande expectativa na ação daqueles que considera bons governadores patagônicos, como Conesa – autor do projeto de distribuição de terras a povoadores em Chubut – e Pedro Godoy. É nesse sentido que o autor dedica várias páginas de *La Australia argentina* a registrar – e endossar – as análises e teses proferidas pelo chefe da *gobernación* da Terra do Fogo. Uma grande reivindicação do governador era a ampliação das prerrogativas políticas e administrativas dos territórios patagônicos. Godoy argumenta que os governadores eram nomeados diretamente por Buenos Aires. Eram pessoas de confiança do Executivo federal. Por isso, mereceriam contar com maior autonomia administrativa:

– ¡Pues señor! Decíame el comandante Godoy: – **¿hay confianza ó no la hay en los gobernadores que nombra el ejecutivo nacional? Si la tiene, ¿por qué no los deja obras, bajo su directa, su inmediata responsabilidad? Si no la tiene, ¿por qué no los cambia? El papel de los gobernadores de territorio es bien triste en la actualidad, pues no se atiende á lo que dicen y aconsejan, no se les deja hacer,** y muchas veces, á pesar de su dictamen, á pesar de los fundamentos positivos en que se basa este, se dan concesiones ó se dictan leyes que significan un enorme paso atrás, una verdadera desgracia para el pueblo que están aparentemente llamados á proteger

(...) **La Tierra del Fuego sería diez veces lo que es hoy, si el Gobierno nacional hubiera hecho por ella la cuarta parte de lo que debió hacer** (*Ibidem*, p. 287, *grifos nossos*)

Não se chegava a questionar o fato de os territórios patagônicos de Río Negro¹⁹⁹, Neuquén²⁰⁰, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo terem seus governadores nomeados

¹⁹⁹ Payró não desembarcou em nenhum porto de Río Negro. O itinerário do Transporte Nacional Villarino não atendia esse território – outras embarcações civis, de carga e de passageiros o contemplavam e conectavam com a província Buenos Aires, com a qual fazia fronteira. Dessa sorte, esse pedaço setentrional da Patagônia foi pouco abordado em *La Australia argentina*. Em se tratando de um relato de viagem, não poderia ser muito diferente, já que as análises e opiniões, em tal tipo de obra, se atrelam à experiência do viajante durante o percurso.

diretamente por Buenos Aires. Muito menos se discutia a possibilidade de esses territórios elegerem representantes, em âmbito local ou federal e ganharem o *status* de província. Pleiteava-se meramente uma melhor relação da administração dos territórios nacionais da Patagônia com o Ministério do Interior e um reforço da autonomia local das *gubernaciones*. Um movimento de descentralização faria muito bem à região, na concepção de Payró, já que a capital vinha demonstrando incapacidade de bem administrar a Costa Sul.

O jornalista do *La Nación* clama, em síntese, por uma menor ingerência federal em diversos aspectos econômicos, sociais e administrativos na Patagônia argentina. Movido por uma retórica de matriz liberal, critica diversas medidas do governo nacional, que tinham efeito nocivo para as populações locais. Entre elas, barreiras alfandegárias que obstruíam o comércio e o abastecimento, concessões de terras que contribuíam para a especulação e uma série de proibições que, na prática, se mostravam ineficazes.

Payró não se limitou a dizer o que o governo federal deveria se eximir de fazer. O ensaísta indicou um conjunto de medidas que, a seu ver, teriam caráter benfazejo para o desenvolvimento da Patagônia e que seriam responsabilidade do Estado nacional argentino. Sua atuação não deveria ser mais centralizadora, proibitiva e inoperante, mas pontual e estratégica.

Deveria incidir, sobretudo, na área de transportes. Sua precariedade, na Patagônia, não era o único elemento responsável pelo isolamento da região em relação ao restante do país²⁰¹. Também era o maior alvo das reclamações da população patagônica, segundo Payró. À época de sua viagem, só o navio Transporte Nacional Villarino, navio de carga – a vapor – da Marinha argentina, conectava a região com Buenos Aires²⁰² (GONZÁLEZ; MORALES, 2018, p. 321). Seu itinerário de ida, partindo da capital, era: Puerto Madryn (Chubut); Puerto Santa Cruz y Río Gallegos

²⁰⁰ Payró não passou pelo território de Neuquén em sua viagem, pois se tratava de uma área interiorana ocidental, próxima dos Andes e sem acesso ao mar. Muito distante, portanto, da Costa Sul pela qual viajava o Villarino.

²⁰¹ Em uma das páginas finais de *La Australia argentina*, Payró sumaria algumas de suas análises e propostas tecidas ao longo da obra. A título de conclusão, o autor afirma que o estabelecimento da franquia dos portos patagônicos e o aperfeiçoamento dos transportes seriam as duas medidas mais basilares para o desenvolvimento da região (PAYRÓ, 1898, p. 445).

²⁰² A embarcação fora nomeada em homenagem a Basilio Villarino y Bermúdez (1741-1785), navegador espanhol pioneiro na exploração do litoral e do interior patagônicos no século XVIII (GONZÁLEZ; MORALES, 2018).

(Santa Cruz); Punta Arenas (Chile); Ushuaia, Lapataia e Isla de los Estados (Terra do Fogo).

Por mais que contemplasse alguns dos principais pontos da Costa Sul argentina, o Villarino, em 1898, ainda não fazia paradas em Camarones, Puerto Deseado, Puerto San Julián e toda a Costa Leste da Terra do Fogo (PAYRÓ, 1898, pp. 10-11). Suas condições, para o transporte de pessoas, estavam longe de ideais, na avaliação do repórter²⁰³:

El Villarino es un buque pequeño, muy marino, pero inadecuado para pasajeros. Tiene una máquina poderosa que le da una marcha de diez millas por hora, y puede hacer dos millas más ayudándose con su velamen (...) Es coqueto, con su arboladura ligera y esbelta y su bien cortado casco pintado de blanco, y a velas desplegadas, en alta mar semeja un gran pájaro del sur rasando la ola.

Pero no es para tanta gente, y mucho menos cuando va, como en aquel viaje, con bodegas repletas de carbón y de carga, la proa llena de caballos y mulas, y la cubierta atestada con los botes llenos de água para los animales, con las dos lanchas Tornicroft y con el equipaje (*Ibidem*, p. 2).

As características inadequadas da embarcação, bem como a periodicidade de suas viagens, geraram protestos por parte de Payró: “¡Y dicen que esta línea de transportes que hace un viaje al mes, tiene por objeto el desarrollo de aquellas regiones!” (*Ibidem*, p. 9). A melhoria no transporte marítimo patagônico era uma das principais pautas levantadas pelo autor²⁰⁴. Por mais que o tema devesse ser foco de novas ações por parte de Buenos Aires, no entendimento do escritor, isso não significava que o Estado tivesse que fazer uma gestão direta das novas linhas marítimas:

Sería menester, si realmente se desea fomentar el sur de la República, ó bien aumentar el número y la capacidad de los transportes nacionales, **lo que produciría gastos enormes al Gobierno, ó bien subvencionar una línea de vapores, interviniendo en sus tarifas de carga y pasajeros. Ya se han hecho propuestas en este último sentido, algunas bastantes convenientes según se me dice,** y velando por los intereses comunes se podría licitar la concesión, para darla á la empresa que, ofreciendo más ventajas, se contentara con menos.

²⁰³ O navio tinha capacidade para apenas cinquenta tripulantes. Em 1899, um ano após a viagem de Payró, o Villarino viria a naufragar na baía de Camarones, em Chubut, na sua centésima primeira viagem (GONZÁLEZ; MORALES, 2018, pp. 321-322).

²⁰⁴ Uma preocupação anexa ao tema das linhas de navegação patagônicas era o aprimoramento do sistema de sinalização marítima por meio de faróis. O autor considerava urgente o estabelecimento de um farol de boa condição no Cabo de las Vírgenes – que ficava dentro do território argentino –, na entrada oriental do Estreito de Magalhães (PAYRÓ, 1898, p. 118). A mesma demanda é apresentada em relação à Isla de los Estados (*Ibidem*, p. 336). Payró justificava a importância dos faróis para o incremento populacional da Patagônia: “el consejo lo tiene, formulado por Bove [1852-1887, *explorador italiano que viajou pelo Sul argentino, passando pela Terra do Fogo e pela Isla de los Estados*]: a la luz de un faro, una población con una lancha a vapor” (*Ibidem*, p. 339). Payró também reclamou do mau funcionamento do farol da cidade litorânea de Monte Hermoso, ao Sul da província de Buenos Aires (*Ibidem*, p. 13).

Los vapores particulares se cuidarían mucho de no dejar cargas abandonadas en los puertos y de procurar ciertas comodidades á los pasajeros; sobre todo acondicionarían mejor que llevaran, los comerciantes podrían asegurar sus mercaderías, y la frecuencia de sus viajes estaria en razón directa con las necesidades de la población (*Ibidem*, p. 11).

O trecho transparece a racionalidade administrativa de Payró e como ela operava em relação às ações do Estado argentino na Patagônia. Em que pese julgar crucial o papel governamental para o desenvolvimento das linhas de navegação no Sul do país, possuía grande desconfiança em relação à ineficácia operacional dos projetos de Buenos Aires para a Patagônia, como já visto neste capítulo²⁰⁵. O repórter se inclina, então, à proposta de uma licitação, na qual a iniciativa privada – subsidiada pelo Estado – se responsabilizaria pela criação de linhas que eram de interesse público. Fica implícito que as empresas responsáveis deveriam oferecer passagens a um custos módicos, para se adequarem aos ditames da licitação.

Não obstante, Payró reconhecia que um dos mais grandiosos projetos então em curso para a integração territorial da Patagônia estava em boas mãos sob a tutela estatal e militar: a construção de linhas telegráficas. Projeto que, na visão do cronista, poderia mitigar o problema das comunicações do extremo sul da República Argentina – a Terra do Fogo – com o resto da nação. Em diversas crônicas, o autor demonstrou admiração pelos militares responsáveis pela construção da linha que conhecera a bordo do Villarino, nutrindo esperanças para que o projeto tivesse êxito. Sua importância seria inestimável:

Pero siempre habrá modo de hallar un sesgo al inconveniente, que en realidad es inmenso, pero que no debe privar á la Patagonia de un servicio cuya existência colaboraria tan eficazmente á su progreso. Si la dificultad es grande, mayor aún es la necesidad de que ese telégrafo exista, militar y socialmente... Dentro de ese poco, Chile habrá terminado de tender sus hilos hasta Punta Arenas, aunque la obra no sea mucho más fácil sobre el Pacífico que sobre el Atlántico (*Ibidem*, p. 314)

A construção do telégrafo não é a única atribuição militar que Payró sugeriu para o território patagônico. Ele também demarcou a utilidade da edificação de presídios e

²⁰⁵ Payró demonstra entusiasmo com o projeto de construção de uma nova ferrovia em Chubut, ressaltando de que se tratava de um empreendimento de capitais privados nacionais e sem garantia alguma do Governo Federal. O único apoio das autoridades públicas teria vindo do governador Conesa e de um juiz letrado do território. O projeto facilitaria em muito o escoamento dos produtos do território, dinamizando a economia local e fortalecendo sua integração com o resto do país (PAYRÓ, 1898, p. 28).

vilas militares na região²⁰⁶. O cronista visitou o presídio militar de San Juan del Salvamento, na Isla de los Estados, instalação que julgou subaproveitada pela Argentina²⁰⁷. Para o viajante, o presídio, do jeito que vinha sendo administrado, era um “gasto sem resultado”²⁰⁸ (*Ibidem*, p. 288). O complexo do presídio continha uma serraria, mas que não era devidamente utilizada, em razão da falta de mão-de-obra adequada. Não se enviava ao presídio “sino valetudinarios ó individuos inútiles para el trabajo, que muchas veces no quedan allí sino un cortisimo tiempo” (*Ibidem, idem*).

Na ótica de Payró, a reforma do presídio militar e a criação de colônias penais poderiam contribuir para o povoamento da Patagônia²⁰⁹. O autor fazia coro à tese do jurista e integrante da União Cívica Radical José Luis Cantilo (1871-1944). Segundo Payró, em um congresso científico, Cantilo afirmara que

“en lugar de construcciones infectas, estrechas, mezquinas, dediquen parte de los vastos territorios despoblados á la regeneración del culpable; que establezcan colonias bien organizadas, que den al condenado útiles de trabajo y concesiones de tierra; que le permitan vivir em familia, etc...” (*apud Ibidem*, pp. 289-290)

Baseado nesse entendimento, o jornalista elenca mil e uma utilidades que o presídio da ilha poderia ter:

Sirve, primero, **para presídio**, á lo que está dedicado, **pero sin la amplitud de programa que podría tener; para estación de pesquería**, que tendría mucha importancia si el privilegio exclusivo de la pesca no estuviera en

²⁰⁶ A criação de colônias penais em diversas partes da Patagônia, estabelecendo uma a ocupação de franjas territoriais, teve como um de seus objetivos a garantia da soberania do Estado nacional argentino nessas localidades (POMPEU, 2012, p. 150).

²⁰⁷ A expedição marítima Lasserre – ou Expedição Austral Argentina –, organizada pela Marinha argentina, oficializou a presença e a soberania argentina na Isla de los Estados em abril de 1884. Nessa ocasião, foi construído o farol de San Juan del Salvamento e se estabeleceu uma subprefeitura marítima na ilha – e na Terra do Fogo – onde também foi criada uma subprefeitura marítima e se fundou a cidade de Ushuaia –, em setembro daquele ano (BREBBIA, 2007, pp. 258-259).

²⁰⁸ A princípio, com olhos contemporâneos, visitas a instalações prisionais dificilmente seriam tidas como um evento típico de “viagens intelectuais” (COLOMBI, 2004). Entretanto, no século XIX, essas visitas tinham especial relevância em determinadas localidades. A viagem de Alexis de Tocqueville aos Estados Unidos, que daria origem à obra *A Democracia na América*, foi motivada pelo estudo do sistema carcerário estadunidense, onde se destacava prisão da Filadélfia. Celebrizado pelo autor francês, esse estabelecimento prisional se tornou um ponto do roteiro de viagem de inúmeros latino-americanos nos Estados Unidos, como o mexicano Lorenzo Zavala e o uruguaio José Pedro Varela. Ambos os viajantes julgaram como modelar a gestão do presídio na Pensilvânia, que seria baseado em grande racionalidade e eficiência – a partir do uso do pan-óptico, por exemplo (FRANCO, 2018, pp. 180-181). Dessa forma, considerando os escritos de Tocqueville e de outros viajantes do Oitocentos, não choca saber da importância que Payró conferiu ao presídio de San Juan del Salvamento e à possibilidade de aprimoramento de sua administração.

²⁰⁹ Vê-se nas propostas de Payró relativas aos presídios na Patagônia a marca da proximidade entre o pensamento socialista argentino e as teses da Criminologia Positivista, corrente de pensamento que era estruturada em postulados deterministas. Mencionamos, no **Capítulo 1**, o peculiar fato de o jornalista ter traduzido e prefaciado uma obra do criminólogo italiano Enrico Ferri. No perfil que fez dos militares presos na Isla de los Estados, Payró reforçou a necessidade de o presídio funcionar como um centro de “regeneração” dos internos (PAYRÓ, 1898, p. 289, pp. 359-365).

manos de la sucesión Piedrabuena; **para depósito de carbón**, en mejores condiciones que Lapataia; **para producción de leña, carbón vegetal, postes y maderas de construcción**, que sus bosques ofrecen con abundancia; **para establecer aserraderos y carpinterías de ribera**, que podrían poner en actividad los mismos presidiarios; **para un comercio bastante desarrollado**, en fin, con los barcos que ahora pasan al largo, por la falta de buenos faros, y porque la isla apenas puede procurarles agua, y de ningún modo refrescar sus víveres (*Ibidem*, p. 418).

Para maior crescimento econômico e demográfico da Terra do Fogo, Payró também recomenda a mudança de sua capital (*Ibidem*, p. 312). O autor julgava Ushuaia inadequada para tal função, uma vez que se situava no ponto mais austral da ilha e da Argentina como um todo, o que agravava as já comprometidas comunicações com o resto do país. O escritor defendia o traslado da capital para o vale do Río Grande, região mais ao centro da Terra do Fogo e mais favorável à agricultura (*Ibidem, idem*). Essa condição poderia deixar a sede administrativa da gobernación menos negligenciada.

Outro foco da ação governamental na Patagônia, para o jornalista, deveria ser a abertura de cisternas e poços d'água potável. A escassez do líquido na região era causada pelos baixos níveis pluviométricos de algumas de suas áreas, que Payró reputava como o único “defeito” das condições geográficas patagônicas. Sua descrição da medida enfatiza como ela seria relativamente barata e simples, mas de inestimável auxílio aos povoadores da Costa Sul argentina²¹⁰:

El Gobierno, en efecto, podría **con poco gasto**, establecer cisternas (las hubo hasta en Arabia), ó mejor aún, pozos semisurgentes, á lo largo de esos caminos desamparados, con tanta mayor razón, cuanto que el mantenimiento de la línea telegráfica que va á tenderse los hará de **imprescindible necesidad**. **El pozo semisurgente, que hoy cuesta una insignificancia, favorecería de una manera inmensa al valeroso poblador del sur, y sus servicios deberían hacerse extensivos á la costa patagonica, cuyo único y desolador defecto es la falta de agua**. Pero, vaya usted á esperar algo de la ignorancia de casi todos nuestros hombres públicos en lo que se refiere á aquella región! **Tanto valdría aguardar á que esos progresos se realizaran por generación espontanea...** (*Ibidem*, p. 35, *grifos nossos*)

Se a construção de poços e cisternas era essencial para as partes mais áridas da Patagônia, naquelas de clima mais ameno o governo deveria atuar fomentando a agropecuária. Em 1898, Chubut já tinha cerca de 170 mil cabeças de gado ovino e 60 mil de gado bovino, além de 5.633 hectares cultivados, especialmente de trigo, alfafa, cevada, milho e batata (*Ibidem*, p. 33, p. 35). Em razão do êxito de colônias agrícolas da

²¹⁰ No litoral, os poços também teriam a missão de abastecer de água os navios (PAYRÓ, 1898, p. 17). Tal função teria considerável importância, em virtude da expectativa de Payró de que aumentassem o número e a periodicidade de linhas de navegação entre Buenos Aires e a Patagônia. No mesmo sentido, o autor aponta algumas fontes de água doce na Terra do Fogo – em mananciais e riachos – que poderiam ser aproveitadas para o abastecimento da ilha (*Ibidem*, p. 319).

região, o autor sugere que o Estado poderia criar uma modesta caixa econômica – entidade de crédito sem fins lucrativos – para atendê-las. O recurso da bancarização permitiria que o dinheiro excedente das colônias rendesse e formasse um capital volumoso ao longo tempo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da área: “una caja de ahorro, á una alcancia en que se fuera echando la moneda menuda, sin contarla ni hacer uso de ella, para encontrarse á la vuelta de algunos años con un capitalito” (*Ibidem*, p. 37).

No juízo de Payró, por meio de ações como o apoio bancário, a abertura de poços e cisternas, o melhoramento dos transportes marítimos e a distribuição de terras – ou a desburocratização da compra delas –, o Estado argentino daria um bom apoio aos colonos patagônicos. À guisa de síntese, seriam essas as medidas a fazer parte do “mínimo de governo possível” encampado pelo autor para o desenvolvimento econômico da Costa Sul do país. Tais políticas teriam especial sucesso caso articuladas a uma postura liberal de governo, que se centrasse naquilo que fosse o mais necessário e evitasse criar limitações perniciosas para os povoadores da região. Na equação do cronista, era preciso “proteger sem incomodar”:

Pensar que el país ha de poblarse porque sí, gracias á la virtud de un discurso, un artículo ó un libro, es reirse de la lógica ó desconocerla por completo. Hay que dar al inmigrante algo más que palabras, y ese algo, eficaz, lo tenemos á nuestra disposición, pero hay que usarlo con cuidado y con régimen: **tierra fértil de que hará su segunda patria si se le protege sin incomodarlo, con el mínimo posible de gobierno** (*Ibidem*, p. 445, *grifos nossos*).

Este parece ser o grande ideal de Payró para a Patagônia: o vasto povoamento da região com pequenos colonos, missão para a qual o papel do poder público deveria ser tão enxuto quanto estratégico e eficaz. O autor considerava absurda a ideia de que a imigração – fosse espontânea ou dirigida pelo Estado – prosperasse na Patagônia sem a criação de um amparo institucional e de infraestrutura²¹¹ (FERNÁNDEZ, 2017, 2018). Desprovida desse socorro, as populações imigrantes ficariam na Argentina provisória ou

²¹¹ A chamada imigração “artificial”, na qual o Estado estimulava a vinda de imigrantes por meio de propaganda na Europa e concessão de subsídios – por exemplo, para as passagens de navio – (VALKO, 2008, p. 29; FERNÁNDEZ, 2017, pp. 59-60) foi aplicada em todo o decênio de 1880, ao longo dos governos Roca (1880-1885) e Juárez Celman (1886-1890). Em razão da crise econômica do fim da década e a entrada de críticos dos subsídios no comando de órgãos como o Ministério das Relações Exteriores – Estanislao Severo Zeballos se tornou Chanceler argentino pela primeira vez em 1889 – e o Departamento General de Inmigración, a política de imigração “artificial” não teve continuidade nos anos 1890 (FERNÁNDEZ, 2018, pp. 167-168). Nada obstante, as teses de Payró em *La Austrália argentina* sugerem certa simpatia por tal modelo imigratório ou, ao menos, uma visão análoga à de seus defensores (VALKO, 2008, p. 43).

sazonalmente, sem permanecer e criar raízes²¹². Como sintetiza Jennifer Valko, para Payró:

el gobierno no desempeña pero debe desempeñar un papel activo en la distribución equilibrada de terrenos, la construcción de infraestructura e instituciones básicas **para incorporar las regiones y sus nuevos habitantes** a sistemas de comercio y por ende a la nación como ciudadanos. (VALKO, 2008, p. 41, *grifos nossos*)

Entretanto, o intelectual não concebe tal adensamento demográfico com populações quaisquer. Estas deveriam ser europeias ou, idealmente, provenientes do mundo anglo-saxão. Vejamos, então, como se expressa e no que se baseia a anglofilia de Payró em *La Australia argentina*.

3.2 O sonho de uma utópica “Austrália” argentina

Em que pese criticar insistentemente a gestão de Buenos Aires para a Patagônia, Payró reconhecia que as mazelas da região não tinham por causa apenas postura do Estado argentino, desde o fim da “Conquista do Deserto”. O jornalista remontava à colonização espanhola para demonstrar como eram arraigados o abandono e a insensatez política na administração dos territórios patagônicos. O autor recordou o caso do explorador Francisco Viedma, que, a mando da Coroa espanhola, em 1782 fez uma expedição de reconhecimento da Patagônia. Embora tenha escolhido o porto de San Julián como o melhor lugar em toda a Patagônia para um estabelecimento comercial, o Vice-rei do Rio da Prata ordenou o abandono desse local (PAYRÓ, 1898, p. 112). Viedma protestou, sem sucesso, apresentando as vantagens oferecidas pelo porto e pelos gastos que já haviam sido feitos nele. Mais de um século passado, Payró constatava:

²¹² O jornalista afirmava que “la inmigración viene, pero se marcha: es una verdadera *corriente* (...) **Pero si á medida que llega se retira, con el ir y venir continuo de la marea**, fuerza es que haya causa para ello; la Argentina está bastante lejos de Europa como para que los braceros no acudan á ofrecerse por una cosecha, y regresar luego con sus salarios á la aldea (...) La gran mayoría de los que regresan **no han fatto l’America**, sin, por el contrario, se **van lamentando de la desastrosa aventura que los vuelve derrotados á su vieja tierra**” (PAYRÓ, 1898, p. 44, *itálicos do autor, grifos nossos*). Havia um considerável fluxo de imigrantes europeus sazonais na Argentina do fim do século XIX e início do XX. Chamados de *golondrinas* [“andorinhas”], vinham para o país para trabalhar nas lavouras – com contrato ou em sistema de parceria – nas épocas de colheita e depois retornavam a seus países (GÜENAGA, 2010, p. 194). Payró considerava a que retenção dos imigrantes era fundamental para o agigantamento populacional da Argentina, tarefa na qual o país vinha falhando desde a década de 1870, de acordo com o autor (PAYRÓ, 1898, p. 44). Pode-se objetar essa opinião, pois entre 1869 e 1895 a população argentina mais que dobrou, superando a marca de quatro milhões e cem mil habitantes (LATTES, 1975). Mantendo altas taxas de crescimento, em 1914, a população ultrapassou o número de 8 milhões e cem mil (*Ibidem, idem*). De qualquer forma, esse robustecimento demográfico se concentrava no Centro e no Norte do país, restando a Patagônia ainda pouco povoada, ensejando o desejo de Payró de uma maior imigração para a região.

Ese sistema de población y abandono lo ha continuado y perfeccionado en la República Argentina (...) gastando sumas importantes sin beneficio para nadie, **ó mejor dicho, con particular beneficio para unos pocos** (...). Pero es tiempo de que esto cese, tanto más, cuanto que la experiencia ha costado millones al país, y **nuestros vecinos han llegado á éxito mayor con menor esfuerzo, sencillamente porque han sabido administrar** (...) (PAYRÓ, 1898, pp. 111-112; *grifos nossos*)

Na mesma chave, sentenciamos que “la Argentina ha heredado de España su falta de aptitudes de colonizadora, que constituirá un peligro si se continúa en el mismo rumbo” (PAYRÓ, 1898, p. 287). Payró compara o desinteresse argentino pela Patagônia com a política estratégica adotada pelo Estado inglês em relação ao extremo austral americano, quando este, antes de formalmente incorporado pelo país latino, era considerado *res nullius*: “Inglaterra envio á éstos [*territórios*] sus exploradores y avanzadas en forma de misioneros, conociendo el mérito de esas tierras” (*Ibidem, idem*).

A menção elogiosa à Inglaterra, justaposta à reprovação da colonização espanhola, traz à tona um dos pontos centrais da obra de Payró: a defesa do modelo econômico, social e administrativo das regiões “semi-írgens” (*Ibidem*, p. 132) do mundo anglo-saxão, como o Oeste dos Estados Unidos da América, a África do Sul e a Austrália. O título *La Australia argentina*, por conseguinte, não se referia somente à localização *austral*, meridional da Patagônia. A menção à colônia britânica²¹³, do outro lado do Globo, servia como sinédoque do mundo anglófono. Indicava, assim, um fascínio de Payró pelos anglo-saxões, vistos como supostos exemplos de modernidade e desenvolvimento econômico²¹⁴.

“¡La Australia Argentina! ¿No habré estado en error al apellidar así a esas **tierras australes, geográfica y topográficamente tan próximas parentas con el mundo novísimo**? ¿Podrá decirse un día que predicción lo que hoy es presunción tan solo?” (PAYRÓ, 1898, p. 448, *grifos nossos*).

²¹³ Fazemos menção à Austrália como um todo em nome da compreensão global dos cenários econômicos e sociais australianos oitocentistas e facilitar sua comparação com a Argentina e a Patagônia. Registramos, todavia, que, em termos administrativos, a colonização britânica na Austrália desde 1863 se dividia em seis unidades autônomas e separadas: Austrália Meridional, Austrália Ocidental, Nova Gales do Sul, Tasmânia, Queensland e Victoria – estes dois últimos territórios se separaram de Nova Gales do Sul em 1859 (MACINTYRE, 2009, p. 95). A unificação das seis colônias, formando a Federação da Austrália – *federal Commonwealth of Australia* – ocorreu apenas em 1901 (*Ibidem*, pp. 137-138). Em *La Australia argentina*, obra redigida antes de tal unificação, Payró não menciona especificamente nenhuma das colônias britânicas australianas (PAYRÓ, 1898).

²¹⁴ O desenvolvimento do Sul argentino já era tema caro a Payró desde sua passagem por Bahía Blanca, cidade no sul da província de Buenos Aires e próxima ao Rio Negro, marco do Norte da Patagônia. Em 1891, numa crônica intitulada “Un poco de historia – Bahía Blanca”, o autor já chamava a cidade de “Australia del Sud” e aspira a seu desenvolvimento econômico: “En efecto, mucha gente de equívocas costumbres, así como algunos criminales (...) formaron este centro que hoy es el tercer mercado de lanas de la América Meridional, y que está llamado a ser en breve el primero, si es que las probabilidades infinitas que se tienen no fallan” (PAYRÓ, 1891 *apud* PASTORMELO, 2009, p. 39).

A comparação metafórica entre a Patagônia e a Austrália delineada pelo autor também pode ser vista como motivada por alguns fatores históricos e sociais específicos, sobre os quais nos debruçaremos²¹⁵ (HARAMBOUR-ROSS, 2012, p. 89; DUNCAN; FOGARTY, 1985). Em primeiro lugar, pelo fato de a região argentina e o país da Oceania terem sido alvos de processos de colonização relativamente recentes naquele fim de século XIX (OSTERHAMMEL, 2015).

Apesar de holandeses já terem feito viagens de exploração pela Austrália no início do século XVII, uma colonização mais sistemática só começou em fins do Setecentos. Após a chegada do capitão inglês James Cook (1728-1779), em 1770, na chamada Botany Bay, o Império Britânico tomou em 1788 a iniciativa de fundar a colônia de Nova Gales do Sul e a colônia penal de Sydney. A decisão estimulou os primeiros aportes demográficos da Austrália – compostos de condenados e de administradores coloniais (BASHFORD; MACINTYRE, 2013). Cerca de noventa anos depois, a parte oriental da Patagônia viria a ser tomada e ocupada pelo Estado argentino. Uma das táticas para o estabelecimento da soberania na região foi justamente a fundação de presídios militares, que poderiam se tornar colônias penais com o tempo.

Ambas as regiões, em acréscimo, foram palco de genocídios das populações nativas no século XIX. Payró chega a comentar que o processo de extermínio indígena na Terra do Fogo supostamente não teria envolvido métodos tão deliberados e tão cruéis como o da Austrália e o da Nova Zelândia, onde teria havido um massivo envenenamento de aborígenes²¹⁶ (PAYRÓ, 1898, pp. 243-244). Atribuindo uma citação a Darwin, o autor afirma: “Donde quiera que pise el europeo, la muerte acecha á los indígenas. Observemos por ejemplo ambas Américas, la Polinésia (...) Australia: en todas partes se ve el mismo resultado” (*Ibidem*, p. 243). Em relação à Patagônia, deve-se recordar que

Paulatina o brutalmente, los pueblos australes no fueron colonizados sino desplazados, deportados o exterminados: sus tierras y sus canales marinos se convirtieron en territorio argentino y chileno sin transformarse ellos en sujetos coloniales, categoría reservada a los asentados. En tanto frontera civilizacional, los Estados desconocieron todo

²¹⁵ Payró também menciona a existência de semelhanças geográficas e climatológicas entre a Austrália e a Patagônia, embora não as pormenorize (PAYRÓ, 1898, p. 132). Para além da Patagônia, a Argentina como um todo tem sido frequentemente comparada com a Austrália, desde o século XIX, em razão de semelhanças como o tamanho dos seus territórios, os recursos naturais, a produção no setor primário e os fortes processos migratórios (BRAUN, 2000, p. 22). Como Payró, Juan B. Justo foi um dos socialistas argentinos a fazer esse exercício comparativo (*Ibidem, idem*).

²¹⁶ Payró cita somente a Austrália, mas parece fazer referência implícita à Nova Zelândia, ao citar a população Maori (PAYRÓ, 1898, p. 244). Também pode ter havido confusão entre as duas colônias oceânicas por parte do autor.

derecho, uso o costumbre anterior a su propia presencia local; como frontera internacional, la única restricción a la expansión estatal fue la de otra formación estatal. **El divorcio entre nativos y geografía fue el primer acto de la constitución de la soberanía territorial** (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, p. 557, *grifos nossos*).

Após o despovoamento brutalmente engendrado pela “Conquista do Deserto” na Patagônia argentina e por processos similares ocorridos na chilena, os indígenas remanescentes não foram reconhecidos sequer como sujeitos coloniais, muito menos como cidadãos. Os territórios antes habitados por selknam, mapuche, tehuelche, yagan, ona, pampa, entre outros povos nativos, passaram a receber novos fluxos populacionais. Os novos povoadores da Patagônia não eram exclusivamente argentinos, pelo contrário. Como observaremos, grande parcela deles era europeia e, sobretudo, britânica (MÍGUEZ, 2016). Ainda que em número muito menor do que a população que migrado para a Austrália, havia uma semelhança de nacionalidade de boa parte dos povoadores patagônicos com os da colônia oceânica²¹⁷. Os territórios do Sul argentino lembrariam, então, a Austrália dos primeiros tempos, no dizer de Payró (1898, p. 132).

Mais convincentes do que o número de britânicos na Patagônia eram os bandos de ovelhas malvineiras por eles trazidos. A partir de 1833, o Império Britânico consolidou sua presença nas Ilhas Malvinas, onde se replicou o modelo de pecuária extensiva ovina, inspirado justamente na experiência australiana de colonização pastoril²¹⁸ (POMPEU, 2012, p. 154). Treze anos antes, a Austrália havia iniciado uma veloz escalada na produção e exportação lanífera. Entre 1820 e 1850, a quantidade de lã australiana produzida se multiplicou duzentas vezes. Nesse intervalo de tempo, a fins da década de 1830, a colônia já tinha virado uma das maiores exportadoras do produto (JACKSON, 1977, p. 4, p. 7).

²¹⁷ Segundo o historiador inglês Alan Knight, havia quarenta mil britânicos na Argentina, em 1914. Não era nem de longe a maior comunidade de imigrantes dos dois milhões de estrangeiros na Argentina – só de italianos, havia um milhão. Se o peso demográfico dos britânicos era pequeno, seu significado em termos simbólicos era imenso, em virtude de hábitos culturais e de consumo anglófilos de grande parte das elites argentinas – e latino-americanas, em geral – da época. Havia, então, um olhar de admiração direcionado aos cidadãos do poderoso Império residentes no país platino (KNIGHT, 2001, pp. 136-137).

²¹⁸ Por um lado, o domínio de Londres sobre as Malvinas foi concebido em função dos apetites imperialistas britânicos e sua busca por enclaves marítimos estratégicos. Por outro, se deveu a uma incapacidade argentina de evitar tal apropriação, em virtude dos problemas domésticos que o país enfrentava: “En las Malvinas, Gran Bretaña había desplazado en 1833 a una autoridad bonaerense tan formal como frágil en procura de una posición estratégica para la seguridad marítima de su expansión, que ya abarcaba desde Australia al Pacífico americano, África y Asia. Juan Manuel de Rosas, el gobernador de Buenos Aires, se encontraba asegurando una línea de fortines 350 km al sur, y no podía intentar alguna acción a más de mil millas marítimas” (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, p. 565).

Nas Ilhas Falkland, a expansão ovina também foi rápida e vigorosa ao longo do século XIX. Em consequência do esgotamento da área de seus pastos, os pecuaristas insulares – especialmente, os irmãos Lafone, da Falklands Islands Co. (FIC) – viram as terras patagônicas argentinas e chilenas como um espaço natural para a ampliação de seus negócios (HARAMBOUR-ROSS, 2017b):

En las Malvinas, gozando de exenciones tributarias, las ovejas llegaron en dos décadas a las seiscientas mil, ocupando casi toda la superficie útil: más de 850.000 ha. **El modelo extensivo de explotación, tomado de Australia, se basaba en la posibilidad colonial de monopolizar inmensas extensiones de tierras vaciadas de población: la Falkland Islands Company ocupaba 280.000 ha, siete grandes capitalistas 400.000, y el resto estaba repartido “entre diez o doce ganaderos”.**

Con las islas “completamente llenas y desbordantes con animales excedentes”, como señalara un banquero inglés, se produciría lo que el principal empresario patagónico del periodo [*Mauricio Braun*] caracterizó como la “**invasión malvinera**” (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, p. 565, *grifos nosos*).

Esse movimento de capitais e animais de propriedade britânica em direção ao extremo Sul da América se fortaleceu a partir de 1881, ano do Tratado de Fronteiras patagônicas entre Chile e Argentina (HARAMBOUR-ROSS, 2017b, p. 7). Era do interesse de ambos os Estados nacionais a atração de investimentos estrangeiros, que desempenharam um papel fundamental para a expropriação e ocupação das terras ancestrais indígenas na Patagônia (HARAMBOUR-ROSS, 2012, p. 133). Sobretudo, no caso da Argentina, nas áreas mais interioranas e sulinas da região. A diminuta presença do Estado se concentrara na Patagônia Norte, especialmente nos territórios de Río Negro – fronteiriço das províncias centrais de Buenos Aires e de La Pampa – e de Chubut – ao Sul de Río Negro e ao Norte de Santa Cruz. As operações militares da “Conquista do Deserto” cessaram formalmente em 1885 no território de Chubut, não avançando mais ao Sul.

Na Patagônia Austral, de Santa Cruz até o Estreito de Magalhães, passando pela Terra do Fogo, os pecuaristas estrangeiros estabeleceram uma hegemonia econômica e amealharam grande poder político. Investiram sobre áreas nas quais o Estado argentino e chileno não haviam se embrenhado nas suas ofensivas militares. Viabilizaram, indiretamente, a apropriação de vastas porções territoriais para ambas as nações. Nesse processo, tais empresários constituíram uma verdadeira oligarquia, que desfrutou de inúmeras concessões e privilégios estatais, mediante conchavos junto às autoridades públicas. Por essas razões, Harambour-Ross sustentou a tese de que a construção da

soberania na Patagônia foi um processo misto, conduzido não apenas pela *longa manus* estatal, mas também esses agentes privados, majoritariamente criadores de ovelhas²¹⁹ (HARAMBOUR-ROSS, 2017b). Tomando-as como metonímia do fenômeno, o autor o alcunhou “Sheep sovereignty” [*soberania ovelheira* ou *ovelhacracia*] (HARAMBOUR-ROSS, 2012, p. 133, p. 242).

Nesse contexto, a pecuária ovina da Patagônia – levada a cabo por proprietários britânicos – era um dos claros motivos para Payró associar a região à Austrália, que fora pioneira dessa modalidade de colonização pastoril e alcançara grande prosperidade por meio dessa atividade econômica²²⁰. O arranque na produção patagônica na virada para o século XX, robustecendo sua inserção no comércio mundial, tornava ainda menos incoerente a percepção de que o Sul argentino poderia virar uma espécie de Austrália²²¹.

E mesmo não sendo colônia da Rainha Vitória, a Argentina estabelecera laços vigorosos com capitais e mercados britânicos. A posição do país platino na dinâmica econômica internacional não era tão diferente da que os australianos tinham na órbita do Império no qual o Sol nunca se punha. Na Divisão Internacional do Trabalho, tanto Austrália como Argentina assumiram função de fornecedoras de matéria prima e *commodities* para o Reino Unido²²² (TOMLINSON, 1999). Partilhavam até mesmo o nicho da carne e lã, no qual competiam. Como afirma Harambour-Ross:

²¹⁹ A South American Missionary Society teve papel fundamental para o controle do território da Terra do Fogo antes tanto da “Conquista do Deserto” iniciada a fins dos anos 1870 como Expedição Lasserre de 1884. O Presidente Julio Argentino Roca reconheceu em Thomas Bridges “el valor de este humilde soldado que había actuado en el territorio de un pueblo igualmente salvaje” (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, p. 579). Não fosse a presença dos missionários anglicanos na ilha desde a década de 1840, sua ocupação pelo Estado Argentino provavelmente teria implicado maiores esforços de guerra contra os povos nativos *fueguinos*.

²²⁰ Diversos historiadores apontaram as proximidades entre os processos de expansão territorial e expansão das propriedades rurais na Argentina e em colônias de povoamento do Império Britânico na segunda metade do século XIX. Entre elas, justamente a Austrália, além da Nova Zelândia, da Colônia do Cabo – na África do Sul – e do Canadá (PASSETTI, 2010, pp. 359-360).

²²¹ Entre as décadas de 1880 e 1910, a Argentina viveu a fase de maior desenvolvimento econômico de sua História, com uma taxa de crescimento anual média de 5% no período, de acordo com Roberto Cortés Conde (1993, pp. 74-75). Podia-se citar, ainda, como dado animador para a economia argentina a vantagem da carne do país sobre a australiana (DI TELLA, 2017, pp. 67-68).

²²² O historiador B.R. Tomlinson, da Universidade de Londres, computou uma série de semelhanças entre a Argentina, o Uruguai e o Chile e colônias britânicas no século XIX. Tanto no que diz respeito a suas características climáticas, seus processos de colonização e suas economias, que se inseriam na periferia do Império Britânico: “The neo-European region of the nineteenth-century periphery was made up of the United States, British North America (Canada), Australia, New Zealand, South Africa, Argentina, Uruguay, and Chile. These territories all enjoyed mainly temperate climates, and were ‘empty’ in the sense that the native peoples were ultimately unable to mount an effective resistance to capitalist colonization. The pre-European inhabitants of these lands were not necessarily ‘primitive’ or ecologically unbalanced. However, they certainly were not capitalist, and they did not, for the most part, employ the arable or pastoral farming techniques of Europeans. The exercise of Imperial Power was an important element in the opening up of all of these territories, and force was used against both foreign rivals and recalcitrant natives. The neo-European economies all grew rapidly between 1790 and 1913, all had close

Aunque se jugó en la negociación metropolitana, los resultados se expresaron en el ámbito regional y hacia 1890 la disputa exhibía un claro ganador: tanto las tierras como el comercio, el crédito y el trans- porte eran controlados, a ambos lados de una delimitación internacional todavía no materializada, por europeos establecidos poco más de una década antes en Punta Arenas y rápidamente articulados, mediante redes de corrupción, con las oligarquías de Buenos Aires y Santiago. **Para 1910, la Patagonia ya rivalizaba en capacidad productiva de lana y carne con las Malvinas, Australia, Nueva Zelanda e, incluso, Argentina –las tierras templadas del sur, de colonización ovina reciente, que abastecían a Gran Bretaña** (HARAMBOUR-ROSS, 2017b, p. 556, *grifos nossos*).

Entretanto, a despeito de exercer função similar à Argentina no comércio planetário, a Austrália fruía de inequívoca opulência, provavelmente ainda mais substancial. Ao menos no campo econômico, havia motivos convincentes para Payró admirar a Austrália, mesmo que a nação platina também atravessasse um momento de bonança econômica e tivesse um dos mais elevados valores de PIB *per capita* do planeta no final do século XIX (BÉRTOLA; OCAMPO, 2012).

A Austrália teria ido além e alcançado o posto de maior PIB *per capita* do mundo na década de 1860, de acordo com o historiador Robert Vincent Jackson²²³ (1977, p. 11). Os australianos possivelmente teriam usufruído de padrões médios de consumo individual superiores aos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos na última década do século (*Ibidem, idem*; HAIG, 1989). Ainda em comparação com esses dois países anglo-saxões, entre 1860 e 1890,

Australia was growing about as fast as the United States and much faster than Britain. (...) the Australian economy seems to have expanded in a very stable fashion between 1860 and 1890. In both Britain and the United States these years, like the rest of the nineteenth century, were ones in which a marked trade cycle was evident. Hence growth was periodically interrupted by depression. **In contrast, there was no serious economic depression in Australia as a whole in these thirty years, a circumstance that gives to the period 1860-90 a reputation as a phase of remarkably sustained economic expansion** (JACKSON, 1977, p. 14, *grifos nossos*)

A economia da Austrália enfrentou alguns anos de depressão no decênio de 1890 – poucos antes de Payró escrever sua obra patagônica –, mas permanecia como um caso

ties to Britain during the nineteenth century, all relied on overseas (largely British) exports of capital, manpower, and enterprise to extend their economies. In return they produced primary produce for export to industrial countries, especially to Britain which was the smallest food and raw-material supplying base, and the largest surplus of mobile capital and population. These exports were usually of commodities that were familiar to Europeans, being temperate food and raw material crops that replaced local supplies that had been exhausted or were now inadequate” (TOMLINSON, 1999, p. 56).

²²³ As mais recentes estimativas da evolução histórica do PIB *per capita* nacional são do *release* de 2020 do Maddison Project Database, da Universidade de Groningen (BOLT; ZANDEN, 2020). Disponível em: <<https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020>>. Acesso em 21 fev. 2021.

de sucesso (*Ibidem, idem*). Sua inserção no Império Britânico lhe provia acesso a algumas das tecnologias de ponta da época, como os cabos telegráficos que a ligavam a Londres, em 1872 (PASSETTI, 2010, p. 184). Ademais, algumas medidas tomadas pelo governo australiano na época seguramente devem ter sido admiradas pelo jornalista – caso ele as tenha conhecido. Entre elas, o fomento à imigração assistida (*Ibidem*, p. 163) e à retirada de taxas alfandegárias no território de Nova Gales do Sul – região de Sydney, uma das cidades mais importantes da colônia – políticas análogas às propostas do autor para a Costa Sul argentina (*Ibidem*, p. 165).

Não asseguramos que Payró tivesse conhecimento preciso sobre a situação econômica da Austrália ao fim do Oitocentos. Mas, muito provavelmente, o autor teve contato com diversas representações que exaltavam os potenciais econômicos das colônias da Oceania. Naquele século, circularam inúmeros relatos de viagem que louvavam os progressos e potenciais daquelas porções do Império Britânico. Por exemplo, tanto Edward Gibbon Wakefield (1796-1862) – político britânico – como Edward J. Wakefield (1820-1879) – seu filho, empresário – escreveram textos que serviram de propaganda da colonização da Austrália e da Nova Zelândia²²⁴ (PASSETTI, 2010). Também foi o caso de Robert FitzRoy (1805-1865), capitão da viagem do Beagle, citado muitas vezes em *La Australia argentina*. A partir de uma passagem pela Austrália em 1835, FitzRoy (1839) ecoou imagens de prosperidade sobre a Oceania britânica, contrastando-as com um cenário bem menos alentado da América:

Segundo seu relato, FitzRoy considerou a passagem pela Austrália elucidativa para compreender o papel do Império na colonização do planeta. Afinal, mesmo as relações sociais e as cidades construídas em uma colônia penal britânica eram melhores e mais desenvolvidas do que aquelas encontradas na América, apesar de contar com os problemáticos e pouco confiáveis ex-prisioneiros como povoadores (PASSETTI, 2010, pp. 76-77).

O próprio Charles Darwin em seus diários do Beagle comentou a possibilidade de ascensão da Austrália, malgrado com menor entusiasmo:

I formerly imagined that Australia would rise into as grand & powerful a country as N. America, now it appears to me, as far as I can understand such subjects, that such future power & grandeur is very problematical.

(...) Farewell Australia, **you are a rising infant & doubtless some day will reign a great princess in the South**; but you are too great & ambitious for affection, yet not great enough for respect; I leave your shores without sorrow or regret (DARWIN, 2001, pp. 406-407, p. 413, *grifos nossos*).

²²⁴ A influente obra de Edward Gibbon Wakefield sobre a colonização britânica na Oceania foi citada por Karl Marx no capítulo 25 do Livro I de *O Capital* (MARTÍNEZ MAZZOLA, 2018, p. 134; BRAUN, 2000, pp. 23-24).

O encanto de Payró pelo mundo anglo-saxão não se originou em função, por si só, dos casos da distante Austrália ou das pequenas ilhas Falkland. O exemplo da colonização britânica nessas áreas era o que mais lhe interessava²²⁵. Tais referenciais eram mobilizados pelo autor para a discussão, sob lente comparativa, de questões relativas à formação histórica e ao futuro da Argentina, em particular, e da América Hispânica, em geral²²⁶.

Essa postura estava firmemente relacionada ao contexto da Guerra Hispano-Americana, que se desenrolou entre maio e agosto de 1898²²⁷. Esse período coincidiu com o fim da viagem de Payró – seu retorno a Buenos Aires se dá em maio do mesmo ano – e os meses de publicação dos folhetins de *La Australia argentina* no *La Nación* – de maio a setembro de 1898. Ainda que haja uma única e tímida referência direta à Guerra Hispano-Americana em toda a obra²²⁸, as teses de *La Australia argentina* estão intimamente ligadas à percepção de declínio espanhol, ratificado pela Guerra. No confronto, Cuba e Filipinas alcançaram sua independência, mediante um maciço e decisivo apoio bélico estadunidense na luta contra a Espanha. O triunfo dos Estados Unidos sinalizou a consolidação das áreas de influência norte-americanas na América Central – e no continente como um todo – e no Pacífico. Em contrapartida, simbolizou a derrocada do outrora invencível Império Espanhol.

²²⁵ Ao comentar a hipótese de que a Inglaterra fosse dona da Patagônia, Payró demonstra admiração pelo desenvolvimento das Malvinas: “Esta sola suposición evoca **ideas de actividad, de riqueza, de libertad, de administración, de gobierno propio, todo un proceso vertiginoso de adelanto...** ¿No tenemos ahí, frente á Gallegos, las islas Malvinas? esos escollos cubiertos de turba y sin un árbol, en que vive holgadamente una población ganadera que ya tiene exceso de productos?” (PAYRÓ, 1898, p. 447, *grifos nossos*).

²²⁶ Nas décadas finais do século XIX, Payró não era o único intelectual a usar do expediente da comparação entre as políticas adotadas por diferentes países para explicar seu maior ou menor sucesso na corrida capitalista. Por exemplo, o reformador social japonês Fukuzawa Yukichi já havia se valido desse procedimento em sua obra *All the Countries of the World*, de 1869 (HILL, 2008, p. 1). Se Payró analisou a Argentina à luz da Austrália, Fukuzawa comparou o Japão à França e aos Estados Unidos (*Ibidem*, p. 5). O expediente comparativo procurava lidar com a interface nacional-global que o capitalismo havia consolidado à época da Segunda Revolução Industrial. Esse aspecto advinha de “‘the two interdependent master processes’ of the modern era, the formation of a system of national states and a worldwide system of markets and capital accumulation” (*Ibidem, idem*), nas palavras do sociólogo Charles Tilly. Para Fukuzawa, no que o socialista argentino concordaria em grande parte, “the intelligence of the ‘nation’ (...) is the source of the hapiness and woes of a realm” (*Ibidem*, p. 4).

²²⁷ Desde as Independências, intelectuais hispano-americanos que viajaram aos Estados Unidos já projetavam diferenças identitárias entre anglo-saxões e latinos, sendo recorrente a associação dos primeiros a um espírito sóbrio e pragmático (FRANCO, 2017; FRANCO, 2018, pp. 207-228). A querela entre anglofilia e latinismo, em meados do século, também reverberou a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848).

²²⁸ Essa menção é a reprodução da notícia “La guerra hispano-americana continúa. Ha habido un combate en...” (PAYRÓ, 1898, p. 442), entre os jornais que os viajantes recém-chegados da Patagônia recebiam em Buenos Aires.

O conflito suscitou debates intelectuais acerca da identidade dos países hispano-americanos (QUIJADA, 1997; ZANETTI, 2007). À diferença de colegas e escritores modernistas, como Rubén Darío (1998) – seu amigo –, José Enrique Rodó²²⁹ (1993) e Paul Groussac (1898), Payró não se curvou à celebração do *passado* espanhol. Muito menos se somou à defesa da aproximação dos países hispano-americanos²³⁰ em torno dos costumes e da tradição cultural latina em comum²³¹ (CAPELATO, 2003; BEIRED, 2014, pp. 637-639). Payró preocupou-se justamente com a criação de um *futuro* modernizador para a Patagônia e, em certa medida, também para a Argentina. Para tanto, a senda que indicava era claramente anglófila.

3.3 Um Oeste dos Estados Unidos no extremo Sul da América: a “Tese da Fronteira” de Frederick Jackson Turner na Patagônia de Payró

Como já abordado no **Capítulo 2**, Payró procurou relativizar o caráter “inóspito” e “maldito” da Patagônia, apresentando os trunfos sociais e econômicos que esse espaço geográfico poderia oferecer. O autor considerava a Patagônia destinada a ter um futuro extremamente próspero, especialmente se aberta à instalação de imigrantes europeus. A seção anterior deste capítulo mostrou que, não à toa, a maior parte das medidas sugeridas pelo repórter para a região culminava no objetivo de atrair, apoiar e manter colonos em suas empreitadas patagônicas.

Essa avaliação decorria da percepção determinista dos territórios de fronteira como áreas supostamente privilegiadas para o desenvolvimento material e

²²⁹ O uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) (1993), em seu clássico ensaio *Ariel* (1900), defendia o protagonismo de uma “aristocracia espiritualista” na vida social da América Hispânica. Nessa chave, valorizava a herança cultural latina, criticando o regime democrático e a cultura materialista e utilitarista dos Estados Unidos da América. O autor repudiava fortemente a adesão de hispano-americanos a tais padrões políticos, culturais e sociais estadunidenses e anglo-saxões, postura que denunciava como “nordomanía” (RODÓ, 1993). As teses anglófilas de *La Australia argentina* podem ser perfeitamente lidas como exemplo dos posicionamentos intelectuais e políticos tão combatidos por Rodó.

²³⁰ Payró ainda não havia retornado a Buenos Aires em 2 de maio de 1898, dia em que se realizou no Teatro de la Victoria o ato organizado pelo Club Español, a propósito do cenário geopolítico envolvendo a Guerra Hispano-Americana e suas consequências. O ato teve como oradores José Tarnassi – jurista e imigrante italiano –, Roque Sáenz Peña – advogado e representante da Argentina na Primeira Conferência Pan-americana (Washington, 1889-1890), bem como futuro Presidente argentino (1910-1914) – e Paul Groussac – destacado intelectual franco-argentino do fim de século. O discurso de Sáenz Peña expôs um rechaço ao Pan-americanismo e ao expansionismo estadunidense. O de Groussac valorizou a herança cultural latina dos países hispano-americanos, que se contraporia ao suposto materialismo e anti-intelectualismo dos Estados Unidos (SÁENZ PEÑA; GROUSSAC; TARNASSI, 1898).

²³¹ Em meados do século XIX, a identificação e conceituação de uma América “Latina”, em contraposição à anglo-saxã, já havia sido sugerida por autores como o colombiano José María Torres Caicedo (1830-1889) e o francês Michel Chevalier (1806-1879) (MIGNOLO, 2012).

aprimoramento moral. Trata-se de tópos intimamente associado ao exemplo do Oeste estadunidense, consagrado pelo historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932) em conferência de 1893, na Exposição Universal daquele ano, sediada em Chicago. De acordo com a *Frontier thesis* de Turner, o processo de Conquista do Oeste teria cunhado as instituições e o “caráter” nacional estadunidense (TORRE, 2007, p. 229).

Em meio ao alargamento da fronteira, o desbravamento do “*wilderness* – a natureza inóspita e remota” (TURNER, 2004, p. 25) teria fomentado “a demanda por terra e o amor à liberdade” (*Ibidem*, p. 41) nos Estados Unidos. De acordo com essa retórica, o “pioneirismo do homem de fronteira” (PASSETTI, 2010, p. 360), responsável por esse processo, fomentaria uma disciplina de trabalho adequada ao desenvolvimento econômico desses rústicos rincões recém-apossados. Promoveria, também, uma organização social em que a terra não seria monopolizada por latifundiários e *plantations*, mas antes dividida por pequenos *farmers*.

Como consequência, isso teria criado um clima político propenso a um “individualismo democrático”, em que os esforços individuais supostamente primariam sobre o poder econômico tradicional, na concepção de Turner (CLEMENTI, 1994, p. 143). Do mesmo modo, teria surgido certa tendência a um suposto maior nivelamento social e ditas concepções igualitaristas nos Estados Unidos, em oposição às sociedades de corte aristocrático.

A apologia de alegadas virtudes sociais ocultava o sistema escravista que vigeu no país até 1865, seu profundo legado de racismo e a segregação racial instituída a partir das últimas décadas do século XIX. Todavia, essa visão consagradora dos Estados Unidos e de sua expansão rumo ao Oeste foi um lugar discursivo constante não só nos discursos nacionalistas estadunidenses. Também esteve muito presente nos relatos de latino-americanos que viajaram pelo país no Oitocentos, textos que circularam nos meios intelectuais de seus países²³² (FRANCO, 2018). Mesmo que não tenha lido a letra

²³² Muitos latino-americanos que foram aos Estados Unidos no século XIX se tornaram “[a]deptos de um discurso de matiz modernizante, saudaram a democracia norte-americana, supostamente mais abarcadora no sentido social; abraçaram a ideia do progresso e criticaram o que para eles era considerado um ranço senhorial hispânico (...) [Um] entusiasta do modelo democrático norte-americano foi o argentino Domingo F. Sarmiento. (...) [Ele] associou o nivelamento social aos meios de transporte coletivos, ressaltando que nos trens não havia, como na Europa, diferença entre os vagões de acordo com o poder aquisitivo. Para Sarmiento, um dos aspectos fundamentais do país era a democracia, sem classes privilegiadas, sem mandonismo e sem servidão” (FRANCO, 2018, pp. 212-213). Isso não implica, no entanto, que socialistas argentinos como Payró admirassem completa e acriticamente os Estados Unidos da América. No mesmo ano de *La Australia argentina*, Juan B. Justo publicou um relato sobre a viagem que fez àquele país. O autor discorre a respeito da desigualdade social entre os estadunidenses, apontando, inclusive, a segregação socioeconômica urbana presente em Nova York (*Ibidem*, pp. 214-215;

de Turner, Payró certamente foi permeado por todo o imaginário suscitado pela “Tese da Fronteira” e por outras narrativas sobre a construção daquela nação norte-americana²³³.

Em paralelo ao paradigma do Oeste estadunidense, a área de fronteira patagônica proporcionava, na visão de Payró, uma condição interessante: a de dispor de um vasto espaço geográfico, recém conquistado, para a edificação de um novo polo de desenvolvimento material, social e cultural. A comparação da região com a Austrália enfatizava esse traço. Se a colônia da Oceania era frequentemente identificada com o epíteto de “Novíssimo Mundo”, não seria absurdo qualificar a Patagônia, poucos anos após a “Conquista do Deserto”, de “Novo Mundo” do “Novo Mundo” americano (PAYRÓ, 1898, p. 448).

Nessa lógica, o apartamento dos territórios patagônicos em relação a Buenos Aires poderia até ser positivo, desde que tais áreas contassem com limitações legais e econômicas mínimas, apoio estatal reduzido, mas suficiente e autonomia política máxima. A capital federal simbolizaria uma grandeza já constituída, enquanto as terras do Sul ofereciam um futuro incerto, porém promissor. Menos urbano, mas com o horizonte de uma pujança econômica rural e a adoção de novos costumes e novas gentes. O jornalista chega a ter rompantes de sonho sobre um porvir patagônico de pleno autogoverno em relação ao resto da Argentina:

JUSTO, 1898). Pode-se imaginar que Payró partilhasse dessa visão crítica em relação às desigualdades presentes nas metrópoles estadunidenses, como quando critica o desemprego na Argentina, tendo em mente o mercado de trabalho exigente em Buenos Aires (PAYRÓ, 1898, p. 310). De todo modo, na visão do periodista, o Oeste norte-americano já funcionava como espaço fértil para novas oportunidades de trabalho e subsistência, caminho que a Patagônia deveria seguir.

²³³ Segundo David J. Weber e Jane M. Rausch, a primeira tradução do texto de Turner para o Espanhol foi lançada em 1960, na Espanha – na Argentina, uma tradução só seria publicada em 1968 (WEBER; RAUSCH, 1994, p. XVIII). Deve-se considerar, no entanto, que comunicação de Turner teve grande alcance não só apenas pelo fato de ter tido abundante repercussão nos Estados Unidos, como também por ter acontecido em uma Exposição Universal que foi visitada por milhões de participantes de diversas partes do mundo. Entre eles, Paul Groussac, que foi à Exposição como delegado argentino. No Congresso Mundial do Folclore, um evento da Exposição, Groussac ministrou a conferência “Popular customs and Beliefs on the Argentine Provinces”, posteriormente publicada em Espanhol como “El gaucho”. A apresentação se deu em 14 de julho de 1893, dois dias após a palestra do historiador estadunidense. É possível levantar a hipótese, portanto, de que o franco-argentino tenha assistido a ela ou tido acesso a relatos sobre as teses de Turner. Dessa forma, as concepções turnerianas teriam tido ampla circulação e podem ter eventualmente chegado – por uma via indireta, como Groussac ou outros argentinos que estiveram na Feira de Chicago – ao ouvido de Roberto Payró. Não obstante, mesmo sem conhecimento específico das teses de Turner, Payró com certeza conheceu bem o conjunto de ideias construído – ao longo de todo o século XIX – sobre a História do Oeste estadunidense. O próprio Groussac trata do tema em *Del Plata al Niágara* – coletânea de ensaios e escritos de viagens pela América, alguns previamente publicados no *La Nación* –, refletindo sobre suas impressões de Chicago, de Utah e da Califórnia (GROUSSAC, 1897). Aliás, a exposição de Groussac no Congresso Mundial do Folclore abordou a expansão territorial argentina – citando a região patagônica e localidades como Misiones –, traçando paralelos com o processo de Conquista do Oeste nos Estados Unidos (BRAVO, 2017).

Patagonia estaba ya poblada desde Viedma hasta la punta Dungeness, desde el Atlántico hasta los valles habitables de los Andes; (...) luego la población se hacía más densa a medida que avanzaba la falda de la cordillera, donde vivía con una **vida intensa y pacífica, libre y feliz. Esos pobladores eran ya tostados y nervudos hombres de campo, derechos sobre el caballo ó encorvados sobre la esteva, manufactureros vigorosos, leñadores, mineros...** Los trenes llevaban a la costa los productos de todo el interior. (...) **perdía Patagonia su fisonomía misteriosa y amenazadora, y de aquel territorio inculto y casi desierto, surgían una, dos, tres provincias que reclamaban el *self-government*, con más razón que muchas otras, diciendo: “¡Ah! Nos habéis dejado, y hemos crecido solas, por nosotras mismas, con nuestras fuerzas personales, sin ayuda, sin simpatía, sin educación casi, y hoy tenemos otro modo de ser, otras costumbres, otros hijos distintos de los vuestros. Y contad con que sólo queremos ser estados dentro del Estado...”** (PAYRÓ, 1898, pp. 83-84, *grifos nossos*)

Ressalta, nessas passagens, claro teor utópico. O punhado de idealização sobre o futuro patagônico também pode ter sido um fator para o jornalista ter chamado seu livro de *La Australia argentina*, considerando que

[r]epresentações de progresso no século XIX também eram intimamente ligadas à expansão imperial europeia. Quanto mais rápido se desenvolvia a tecnologia europeia, mais evidente parecia ser que os europeus fossem uma raça ou povo superior. Muitas utopias, em especial na Grã-Bretanha, **tinham como cenário as novas colônias, como Austrália e Nova Zelândia, e costumavam recomendar soluções protossocialistas para questões coloniais** (CLAEYS, 2013, p. 158, *grifos nossos*).

Payró admite o caráter idílico de suas projeções, mas não recua em sua crença inabalável no progresso pastoril da região²³⁴ (PAYRÓ, 1898, pp. 84-85). Argumenta, a partir do exemplo de Punta Arenas, em favor da aplicabilidade do modelo anglo-saxão no extremo sul da América:

Australia, California, el Africa del Sur, todo viene al recuerdo cuando se visitan estas regiones **recién abiertas al trabajo y la ambición**. Punta Arenas (...) **‘tiene un clima moralizador’**, corrige y perfecciona (...). Aquel pueblo, en parte, se compone de piratas, desertores, mineros, loberos, comerciantes sin escrúpulos (...) y sin embargo es un pueblo que (...) puede ser comparado con cualquier otro, **y de los más correctos** (PAYRÓ, 1898, p. 140, *grifos nossos*).

²³⁴ Teodor Alemann, em seu relato de viagem patagônico, também registra imagens de futuro utópico para a região. O autor comenta o sonho que um de seus companheiros de viagem teve, no qual a Patagônia estaria desenvolvida e povoada por populações germânicas, que ditariam a cultura e os hábitos da região. Percebem-se ambições imperialistas no texto de Alemann, na medida em que a comunidade germânica passaria a dominar a produção agropecuária e o comércio regional. Hipoteticamente, os alemães suplantariam em número e influência a presença inglesa na Patagônia. Gozariam, ademais, de grande autonomia em relação às instituições políticas e jurídicas argentinas (ALEMANN, 1898, p. 77; VALKO, 2008, pp. 33-35).

Num prisma evolucionista, o meio patagônico é apresentado como propício para o trabalho, a “regeneração moral”²³⁵ e a forja de *self-made men*²³⁶. Se Payró já vê com bons olhos o povoamento da região por indivíduos “desclassificados”, tem ainda maior simpatia pelas famílias de pequenos camponeses britânicos lá estabelecidos. Os galeses de Chubut, por exemplo, são apontados como exemplos de uma ética capitalista e protestante (WEBER, 2017), por sua laboriosidade, resignação às privações materiais e disposição para conquista da natureza. Semelhante retrato é feito do colono Charles Ross de Santa Cruz, já descrito no capítulo passado.

Nota-se uma possível contradição – ou omissão, com fins retóricos – no discurso laudatório de Payró em relação aos britânicos na Patagônia. O autor não mencionou e nem problematizou o fato de que a maioria das empresas latifundiárias por ele consideradas “especuladoras y avaras” (PAYRÓ, 1898, p. 444), concebidas por ele como adversárias naturais dos *pioneers* imigrantes, eram comandadas por cidadãos do Império Britânico – grandes proprietários ausenteístas (MÍGUEZ, 2016, pp. 293-419; BANDIERI, 2014, p. 170). Logo, se Payró reiterava o elogio aos colonos e pequenos proprietários anglo-saxões, convenientemente obliterava um cenário no qual mãos britânicas também eram grandes responsáveis pela concentração de terras, justamente a causa de muitos dos problemas da Patagônia, na visão do jornalista²³⁷.

Uma frase de *La Australia argentina* é particularmente emblemática do louvor feito pelo autor aos *pioneers* patagônicos: “La Patagonia, ese ogro devorador para los que no la conocen, esa **atrayerente amiga para los hombres de empresa** que la han visto una vez” (PAYRÓ, 1898, p. 23, *grifos nossos*).

²³⁵ Na mesma linha, o autor estabeleceu um conjunto de propostas para o melhor aproveitamento do presídio militar de San Juan de Salvamento, na Isla de los Estados, com vistas à regeneração moral dos presos. Nesse programa, Payró defende que o presídio se convertesse em uma colônia penal, na qual os presos gozassem de liberdades para a pesca, a madeira e a carpintaria (PAYRÓ, 1898, p. 418).

²³⁶ Uma das falas de um habitante de Santa Cruz registradas por Payró evidencia esse ideário: “Aquí he pasado una gran parte de mi vida; todo lo que usted ve, esta estancia, lo he hecho yo con mis propias manos y es todo mi capital. Si mañana alguno, comprador o arrendatario del gobierno, viene a sacarme de aquí, yo alegraré mi mejor derecho, hasta con las armas si es preciso” (PAYRÓ, 1898, p. 53). Em outro momento, Payró comenta que os colonos em Santa Cruz “bastan a si mismos” (*Ibidem*, p. 91).

²³⁷ Alberto Haramborur-Ross descreve a hegemonia dos capitais privados oriundos do Império da Rainha Vitória no extremo Sul da América: “En efecto, la expansión vía excedentes periféricos **británicos** encontró amplio campo, literalmente, para que se reprodujeran las relaciones sociales de producción del enclave. La figura de la **compañía monopólica** se reprodujo en el continente, según la elocuente imagen construida por un latifundista rival y socio, más tarde, de un ‘cangrejo coloso que quiere absorber todo’ negocio, arrasando con los pioneros. **Como en las Malvinas, la tierra declarada estatal fue monopolizada por privados, en su mayoría británicos: la Sociedad Explotadora de Tierra del Fuego (la Explotadora, o SETF) y la Sociedad Anónima Importadora y Exportadora de la Patagonia (la Anónima, o SAIEP) llegaron a controlar el crédito, el comercio y la tierra, la producción, el transporte y la comercialización de lanas y carnes, en toda la Patagonia chilena y argentina**” (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, p. 566, *grifos nossos*).

Exemplo patente da retórica anglófila presente na obra é a descrição que o cronista faz de “Mary X”. Tratava-se de uma jovem inglesa, passageira do Villarino, que se dirigia à Patagônia para se casar com um compatriota, proprietário rural há muito radicado no Sul argentino. “Mary X” é colocada como um protótipo ou alegoria de ditas virtudes morais protestantes, dada a escolha de um nome duplamente genérico para sua personagem. Ela seria símbolo de independência, engenhosidade e ânimo, já que “viene de uno al otro hemisferio, em busca de su pareja, confiada en el varón, fuerte por sí misma” (*Ibidem*, p. 80). Ao relatar uma tentativa de flerte que um rapaz portenho faz junto a ela no navio, Payró coloca a eventual união entre os dois como metáfora de seu sonhado projeto para a Patagônia: o povoamento da região por meio da miscigenação entre argentinos e anglo-saxões²³⁸ (*Ibidem*, pp. 80-84).

Para o escritor, essa possível união teria claro significado histórico e étnico, na medida em que representaria “la fuerza de atracción de estos países y estas razas nuevas” (*Ibidem*, p. 80). O moço, com sua juventude e brio, é tomado como símbolo de alegadas qualidades e defeitos dos “latinos de América”, os quais seriam

regenerados y reforzados por otras sangres más ingenuas pero más fuertes, viene a ser en el caso, representativo y útil; porque reúne **nuestras** cualidades de atracción y tiene en su persona y en su modo de ser, **la juventud, el desprendimiento, la despreocupación de nuestro país... todo eso malo, que a nadie daña sino a nosotros mismos** (*Ibidem*, p. 81, *itálico do autor, grifos nossos*).

Essa caracterização desvenda a percepção negativa de Payró em relação às populações *criollas* e hispano-americanas. Naquele momento em que a intelectualidade modernista discutia a posição das ex-colônias espanholas na América e como esses países deveriam se portar – em termos culturais, econômicos e diplomáticos – perante os ascendentes Estados Unidos (ZANETTI, 2007), a opção anglófila do jornalista é contundente. Tanto é que postula a miscigenação entre argentinos e anglo-saxões – ou escandinavos – como uma suposta forma de “aprimorar” ou “corrigir” racial e culturalmente os primeiros (HARAMBOUR-ROSS, 2012, p. 85).

De tal sorte, “Mary X” e a inglesa descrita no texto de Borges, “História da guerreira e do cativo” – citado na epígrafe deste capítulo – perfazem trajetórias

²³⁸ Esse procedimento de extração de significados gerais a partir do episódico é típico da crônica. Esse gênero literário impunha a Payró condições de produção diferentes das dos relatos de viagem de militares e cientistas. Requeria uma observação ágil e uma escrita igualmente rápida. Uma escrita que também fosse em primeira pessoa, permitindo – mais: exigindo – maiores graus de subjetividade, criatividade, concisão narrativa e de fluidez textual (TORRE, 2007, p. 153).

antagônicas²³⁹. Enquanto a primeira cumpriria a missão de “civilizar” e “anglicizar” a realidade argentina, a segunda teria optado por assimilar elementos da cultura de um povo nativo da América do Sul. Ambas as personagens femininas britânicas participam de amálgamas étnicos e culturais entre o local e o estrangeiro, mas o sentido da síntese é diferente em cada caso.

Na Patagônia, defendia Payró, a mescla representada por “Mary X” seria especialmente proveitosa, repetindo o *melting pot* do Oeste estadunidense²⁴⁰. Essa miscigenação suplantaria o antigo lugar ocupado pelas mulheres *criollas* que haviam acompanhado os exércitos no período da Conquista do Deserto e a antiga mestiçagem – em grande parte, fruto de violações – entre homens *criollos* e mulheres indígenas²⁴¹. Para o repórter, nem ameríndias nem hispânicas favoreceriam tanto a criação de núcleos de civilização na Patagônia, porque, diferentemente das imigrantes anglo-saxãs, não estariam bem adaptadas ao clima do meio²⁴².

Assim, o autor aponta, de maneira determinista, que no extremo austral argentino estaria se formando “**una raza distinta de la nuestra**, no sólo porque el medio lo exige así, sino también porque (...) los antepasados de los nietos por venir **son**

²³⁹ O paralelo entre a personagem de “Mary X” e a do texto borgeano nos foi sugerido em parecer anônimo da *Revista Leviathan* (Departamento de Ciência Política da USP), por ocasião da submissão do artigo “*La Australia argentina* (1898): a utopia patagônica de Roberto Payró”, em 2018. À parecerista ou ao parecerista, nosso sincero agradecimento.

²⁴⁰ Diferentemente de Alemann, que advogava que os imigrantes alemães na Patagônia formassem comunidades autônomas e segregadas dos argentinos, Payró concebe a região como um grande cadinho de miscigenação. Nessa visão, os imigrantes britânicos se amalgariam com os argentinos, de maneira análoga ao que estaria ocorrendo em Chubut, segundo o autor. Por mais que houvesse rixas e desavenças entre galeses e nacionais, elas progressivamente amainariam: “Naturalmente, estas diferencias irán disminuyendo á medida que el tiempo pase, y este elemento heterogeneo irá fundiéndose en la masa general, así como comienzan á asimilarse las diversas razas, en un principio aisladas, que forman – por ejemplo – la población de Santa Fe.” (PAYRÓ, 1898, p. 25). A menção a Santa Fe é significativa. Desde meados do século XIX, a província recebeu fluxos de imigrantes europeus na expansão da fronteira agrícola. Em 1858, colonos suíços e alemães fundaram, na província, a colônia San Carlos (DJENDEREDJIAN, 2008, p. 138, p. 145). Payró comenta como os imigrantes e seus descendentes mudaram, gradativamente, os usos, costumes e fisionomias da província, a partir da integração na sociedade local (PAYRÓ, 1898, p. 82; HALPERÍN DONGHI, 1976, p. 457). Um dos fatores para a suposta demora desse processo de integração em Chubut era o isolamento da região do território em relação ao resto da Argentina: “Más lejano, el Chubut no ha facilitado tanto la mezcla y su aislamiento es lo que ha mantenido la casta sin variación apreciable en estos treinta y dos años [*da fundação do povoado de Rawson por galeses em Chubut, em 1865*]” (*Ibidem*, p. 25). Logo, fomentando a integração geográfica, a assimilação e a miscigenação entre estrangeiros e argentinos tenderiam a crescer na Patagônia.

²⁴¹ Em *La Australia argentina*, Payró reconhece o extermínio indígena ocorrido durante a “Conquista do Deserto” (PAYRÓ, 1898, pp. 232-235) e chega a justificar a animosidade dos ameríndios remanescentes como uma forma de vingança contra os colonizadores brancos. Contudo, o autor exclui os indígenas de seu projeto político para a Patagônia, bem como os considera menos evoluídos culturalmente. Dessa forma, o interesse que Payró dedica, em alguns capítulos, aos povos nativos é documental e etnográfico.

²⁴² Visão análoga é apresentada pelo socialista argentino finissecular José Ingenieros (1877-1925), que “concebeu o imigrante [*européu*] como um fator de ‘expurgo racial’ do elemento mestiço” (GREJO, 2009, p. 75). Retomaremos a visão de Ingenieros no **Capítulo 5**.

diferentes en absoluto de nuestros abuelos” (PAYRÓ, 1898, p. 82, *grifos nossos*). Adviriam desse novo perfil étnico os netos e “otros hijos **distintos**” (*Ibidem*, p. 84, *grifo nosso*) que a região gestaria, como verdadeiro “laboratório étnico” (NAVARRO FLORIA, 2009, p. 89).

Como indica Gregory Claeys, especialista britânico em História do pensamento e da ficção utópica, muitas das obras do gênero em fins do século XIX e no início do XX tinham aspirações eugênicas (CLAEYS, 2013, pp. 157-158). Descontados os fatos de que Payró não era propriamente um intelectual utopista e de que não se aprofundou tanto nas teorias científicas do determinismo racial, a observação pode ser aplicada aos devaneios de *La Australia argentina*.

É interessante observar nos últimos trechos citados a maneira com que o viajante de *La Australia argentina*, por meio da primeira pessoa do plural, se insere numa pertença à identidade hispânica, uma identidade associada ao passado. O autor considera a Patagônia, como “espaço de fronteira” destinado a futuramente forjar e abrigar uma “raça” original e nova, pela qual o autor demonstra maior simpatia do que em relação aos “latinos de América”.

Essa visão se assemelha à interpretação que Turner faz da formação dos Estados Unidos na expansão para o Oeste:

Nossa história inicial é o estudo das raízes europeias que se desenvolvem em meio a um ambiente americano. (...) Na fronteira, acima de tudo, o ambiente é duro demais para o homem. Ele tem que aceitar as condições que esse meio ambiente lhe oferece, ou perecer (...) pouco a pouco ele transforma a terra remota e inóspita de *wilderness*, mas o resultado não é a velha Europa (...). O fato é que aqui há um novo produto, que é americano (TURNER, 1994, pp. 25-26, *itálico do autor*).

Sintomática dessa percepção norte-europeizante de Payró é o fato de ele atribuir aos argentinos o papel de se adaptarem e se aperfeiçoarem a partir da miscigenação com os imigrantes nórdicos. Não desejava que os imigrantes se naturalizassem argentinos e adotassem os hábitos *criollos* – como queria grande parte das elites intelectuais da época, a exemplo do jurista e sociólogo Carlos Octavio Bunge (1875-1918)²⁴³ (GREJO,

²⁴³ Posto que houvesse sido defensor da imigração europeia, Bunge, a fins do século XIX, considerava necessário um esforço de integração dos imigrantes à “alma nacional” argentina, por meio do ensino do Espanhol, da História e dos costumes pátrios. O intelectual temia que, desintegradas, as comunidades imigrantes seguissem afirmando suas identidades nacionais de origem – em especial, os italianos (DEVOTO, 2000, p. 40) –, o que constituiria uma ameaça ao “caráter nacional argentino”. Para Bunge, essa seria uma fonte de tensão social, como a difusão de ideias políticas de esquerda a exemplo do anarquismo e do sindicalismo-revolucionário por parte de europeus chegados ao país (GREJO, 2009, pp. 70-78). Esses receios se afluíram em Bunge e em outros autores na década de 1900, às vésperas do Centenário da Independência Argentina, em 1910 (*Ibidem*, p. 88-89). Tais não eram preocupações para Payró em 1898, quando da publicação de *La Australia argentina*. Primeiramente, pelo seu

2009, pp. 70-78). Em outras palavras, para o jornalista, não seriam os estrangeiros que se “argentinizariam”; os argentinos brancos é que deveriam se “europeizar” e, quanto melhor, se “anglicizar”.

Em parte, isso já estava acontecendo na Patagônia, como denunciava a Topografia. Payró observou que teria se cumprido a antiga vontade do navegador quinhentista galego Pedro Sarmiento de Gamboa de desbravar e ocupar o extremo austral americano. Não por hispânicos, mas por franceses, germânicos e, majoritariamente, britânicos, que deixaram marca indelével na cartografia regional:

Adam, Albermaile, Aymond, Back, Barnewelt, Barren, Beagle, Beauchène, Beaver, Berkley, Bird, Bleaker, Blossom, Brisbane, Bougainville, Bull, Buygle, Byron, Calinford, Camerons, Charmate, Choiseul, Colnet, Cook, Cooper, Coy Inlet, Croosley, Dampier, Deceit, Douglas, Driftwood, Dungeness, Edgar, Spinozza, Pairweather, Falkland, Fallows, Fur, Fitz-Roy, Flinders, Fourneaux, Foul, Fox, Franklin, Gay, Grey, Hall, Harriet, Hatil, Herschel, Hidden, Hope, Katterfeld, Kendall, Lively, Madryn, Meredick, Middle, Moody, Murphy, Murray, Musters, Nassau, Oglander, Oxford, Parry, Pebble, Pembroke, Picton, Pleasant, Purvis, Spencer, Tomasin, Vancouver, Watchman, Webstar, Weddel, Winter, Wollaston... todos de más ó menos difícil pronunciación para lengua y labios latinos (PAYRÓ, 1898, p. 8).

A questão para Payró não era o apreço pelas populações anglo-saxãs em si, mas pelo papel que teriam na criação de uma nova identidade étnica para a Argentina, de maneira a superar a identidade *criolla* até então dominante. Logo, o autor se colocava como um grande defensor da imigração em geral, enaltecendo também a gigante colônia italiana argentina, sobre a qual se deteve em *Los italianos en Argentina*, conjunto de reportagens para o *La Nación* (PAYRÓ, 1895). Para o jornalista, esse grupo teria trazido grandes benesses econômicas, além de ter proporcionado grandes nomes nas áreas jurídica, militar e política na vida social argentina. Também exalta as pretensas virtudes de ordem, esforço e diligência dos italianos. Por conseguinte, as ressalvas de Payró parecem se dirigir mais propriamente contra a Espanha e seu legado colonial na América do que para a Europa latina como um todo.

descontentamento em relação à tradição cultural *criolla* hegemônica argentina. Essa não seria um patrimônio a ser preservado, mas superado por meio dos aportes culturais imigrantes. Em segundo lugar, o jornalista, como socialista, via com simpatia a disseminação desse ideário político por parte dos imigrantes operários. Ademais, mesmo que Payró fosse antipático às mobilizações políticas feitas por trabalhadores imigrantes de esquerda, tal não seria motivo real de preocupação em *La Australia argentina*, dado que essa era uma questão nas metrópoles como Buenos Aires e não na pouco povoada Patagônia. Dessa forma, entende-se por que Payró não fazia as ressalvas de Bunge em relação à imigração, bem como não manifestava afinidade com posturas nacionalistas no âmbito cultural, como as que viriam a marcar a época do Centenário (ALTAMIRANO; SARLO, 1997; BERTONI, 1992, 1997; TERÁN, 2000).

Payró não era o único socialista argentino a se animar com a imigração. Seus companheiros partilhavam do otimismo com a massiva leva imigratória europeia que o país então recebia²⁴⁴ (DEVOTO, 2000, pp. 54-55; BRAUN, 2000, p. 22). Sobretudo, pelas possibilidades de mobilização e renovação política que a presença desses novos sujeitos poderia proporcionar, estimulando uma contestação à política *criolla* hegemônica²⁴⁵. Muitos italianos, aliás, haviam apoiado a Revolução de 1890 e aderido à Unión Cívica (GREJO, 2009, p. 83) na contestação ao Roquismo²⁴⁶.

3.4 Imigração e anglofilia: aproximações de Payró com a “Geração de 1837” argentina e o pensamento evolucionista do *fin-de-siècle*

A apologia da imigração por parte de Payró, nos estertores do século XIX, também pode ser situada em relação ao pensamento político argentino de meados do século. A questão imigratória não era uma novidade no país nem para a “Geração de 1880”, nem para os socialistas da década de 1890. A “Geração de 1837” deixou um legado incontornável, com o qual os autores da época de Payró seguiam dialogando, principalmente em relação a uma noção de civilização que implicava mutações culturais, sociais, políticas e geográficas no país (SORENSEN, 1998; SÁ, 2012; PRADO, 1997). É o caso da produção de dois dos principais expoentes daquele agrupamento intelectual: Alberdi e Sarmiento²⁴⁷.

O primeiro, em seu *Bases y puntos de partida para la organización nacional* (1852) afirmava que “governar é povoar”, premissa que, como argumenta Fernando Devoto, se desdobrava implicitamente em outra: “povoar é civilizar” (DEVOTO, 2000, p. 35). Para Alberdi, no que Payró subscreveria, a imigração europeia traria novos comportamentos, que “logo seriam imitados pelos nativos. (...) O papel da imigração seria, portanto, muito mais vasto do que o de fornecer mão-de-obra” (*Ibidem, idem*).

²⁴⁴ O socialista Juan B. Justo, por exemplo, “pensava que o processo imigratório seguiria com a mesma intensidade durante décadas. Isso teria tornado possível uma forma de ação distinta (...), pois continuava existindo um país *criollo* muito numeroso, que buscava outras formas de expressão” (DI TELLA, 2017, p. 195).

²⁴⁵ “[Los] nuevos ciudadanos incorporados al país después de la segunda colonización (...) **constituyen una democracia nueva que va penetrando y desalojando a las viejas oligarquías residuales de la inmigración colonial**” (INGENIEROS, 1910 *apud* GREJO, 2009, p. 76, *grifos nossos*).

²⁴⁶ Contudo, Payró não nutria esperanças em relação à aquisição de direitos políticos por parte dos imigrantes patagônicos. Considerava a irrealista hipótese de eles se tornarem cidadãos argentinos em curto prazo. Dessa maneira, os apelos do autor recaíam sobre o aprimoramento da inserção social e material dos pioneiros na região (NAVARRO FLORIA, 2009, p. 90).

²⁴⁷ David Viñas, no clássico *Indios, Ejército y Frontera*, a iniciativa da “Conquista do Deserto” deve ser lida como uma concretização política das ideias de Sarmiento e Alberdi (VIÑAS, 1982, p. 20).

Forjar-se-ia, então, uma nova identidade nacional argentina, superando a arraigada cultura *criolla*²⁴⁸.

Ainda em semelhança com Payró, Juan Bautista Alberdi manifestava especial predileção pela imigração norte-europeia. Na parte final do século, defendeu a proposição de seleção de imigrantes por parte do Estado argentino, no propósito de privilegiar o perfil anglo-saxão, por seu pretenso princípio burguês de valorização do trabalho individual (*Ibidem*, p. 39). Ao se opor à concentração da terra na Patagônia e ao enaltecer os alegados méritos dos *pioneers* anglo-saxões já estabelecidos na região, Payró se aproxima da visão meritocrática de propriedade, avalizada pelo autor ligado à *generación romántica* do Salón Literario:

Alberdi impugnou essa noção “política”, estatista-patrimonialista da propriedade, de acordo com a qual ser rico consistia em ter uma *concessão* da coroa ou de seus sucessores. Queria substituí-la – tanto em mentalidade social como em direito – por uma concepção lockiana de propriedade como um direito natural, brotando antes do labor individual do que do favor da corte (MERQUIOR, 2014, p. 154, *itálico do autor*).

As propostas de Payró para a Patagônia também estabelecem paralelos com o pensamento de Sarmiento. Elegendo como modelo a colônia agrícola de Chivilcoy, na província de Buenos Aires, Sarmiento declarou como parte do programa de sua presidência (1868-1874) fazer “cem Chivilcoys” para ocupar e eliminar os *desiertos* argentinos, levando a “civilização” a tais áreas (*Ibidem, idem*). Tal como Payró, Sarmiento ambicionou “llenar un vacío²⁴⁹ (...) poblar el desierto americano con las estructuras de la modernidad” (RAMOS, 1989, p. 20), embora não tivesse em mente a Patagônia, mas os Pampas, em um cenário prévio à “Conquista do Deserto”. Depreende-se que, guardadas as devidas proporções, a Patagônia para Payró seria uma nova e imensa Chivilcoy, proporcionando desenvolvimento econômico e abandonando seu antigo *status* de *desierto*.

Também há pontos de contato entre as ideias de Payró e Sarmiento no que tange à imigração. Em um primeiro momento, na década de 1860, Sarmiento viu os imigrantes prioritariamente como mão-de-obra e não como agentes de transformação cultural. Dessa sorte, diferentemente de Alberdi, não deu tanta prioridade ao perfil nacional do imigrante europeu. Essa percepção, no entanto, se alterou na década de

²⁴⁸ Isso se deveria, para Alberdi, não à transformação racial, mas à transformação cultural que a imigração engendraria (MORSE, 1995, p. 77).

²⁴⁹ Já fizemos menção no **Capítulo 1** e agora reforçamos: carta-prólogo ao livro de Payró (1898, p. V), Bartolomé Mitre também usou a expressão “preencher um vazio”, ao se referir à originalidade do livro e ao ver a Patagônia como um território inexplorado.

1880, quando as elites políticas sedimentaram reticências em relação às populações imigrantes já estabelecidas na Argentina²⁵⁰. Sarmiento procurou delinear uma hierarquia entre os imigrantes de diferentes nacionalidades, alçando os anglo-saxões a um posto de primazia, tal como Payró. Essa avaliação estava lastreada na grande admiração, já manifesta desde *Viajes* (1849) e *Argirópolis* (1850), que o autor nutria pelos Estados Unidos. Esse país, em *Conflicto y armonía de las razas en América* (SARMIENTO, 1883), assumiu o *status* de maior modelo de civilização que deveria ser seguido pela Argentina, segundo Sarmiento – ocupando o posto que fora da França em sua obra anterior²⁵¹.

A eleição dos Estados Unidos como norte civilizacional por parte de Sarmiento e Payró – pelo menos em *La Australia argentina* – no *fin-de-siècle* não foi uma opção política isolada. Com a afirmação econômica desse país e a ascensão do evolucionismo no plano ideológico²⁵², diversos autores da América Ibérica advogavam a superioridade dos povos anglo-saxões a partir de bases teóricas deterministas²⁵³.

Entre eles, a título de exemplo, pode-se mencionar o mexicano Francisco Bulnes (1847-1924). Bulnes também rejeitava a formação histórica dos países hispano-americanos e tomava partido dos anglo-saxões. Em meio à Guerra Hispano-Americana, em posição minoritária na intelectualidade mexicana, o autor defendeu a incorporação de Cuba aos Estados Unidos (SANTOS JUNIOR, 2013, p. 152). Bulnes discernia, como muitos outros intelectuais da época, uma “enfermidade” política, econômica e cultural

²⁵⁰ Sarmiento, por exemplo, critica fortemente a tendência dos imigrantes a viverem dentro de suas comunidades, desinteressando-se pela língua e pela vida pública nacional (DEVOTO, 2000, p. 38)

²⁵¹ Vale pontuar, no entanto, as diferenças de concepção entre as apologias que Payró e Sarmiento fazem em relação à imigração anglo-saxã. Enquanto Payró aproxima e nivela as contribuições raciais e culturais dos imigrantes, Sarmiento se concentra mais sobre as segundas. Um exemplo dessa posição de Sarmiento é a comparação que faz entre Estados Unidos e Canadá. O autor conclui que a existência de uma profunda cultura de associativismo na primeira nação e sua ausência na segunda, se deve a fatores culturais, já que possuem perfil racial muito semelhante (MORSE, 1995, p. 85).

²⁵² “En el acto organizado en el Círculo de Médicos de Buenos Aires en 1882 con motivo del fallecimiento de Charles Darwin, Sarmiento pronunció una conferencia en la que mostraba su adhesión a los principios de la teoría de la evolución. En ella dedica (...) diversos elogios al científico y hace un particular repaso del devenir histórico en clave positivista, destacando progresos marcados por los acontecimientos científicos y técnicos” (PASTOR; MORA, 2013, p. 691).

²⁵³ Autores, vale destacar, não só hispano-americanos, pois o debate entre latinismo e saxonismo também tinha lugar na Europa na época (CAPELATO, 2003, p. 46). Por exemplo, o pedagogo francês Edmond Demolins (1852-1907) publicou em 1897 *À quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons?*, obra na qual – inspirado no historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862), pioneiro da análise histórica em bases científicas – atribuía os progressos econômicos e imperiais dos anglo-saxões aos seus alegados individualismo e aptidão ao comércio (RINA SIMÓN, 2018). Um século antes, o filósofo anglo-irlandês Edmund Burke (1729-1797) comparara os caracteres culturais e histórias políticas da França e da Inglaterra na obra *Reflexões sobre a Revolução na França* (BURKE, 2016).

dos países ibero-americanos²⁵⁴. O intelectual desenvolveu essa tese na obra *El Porvenir de las naciones hispano americanas ante las conquistas recientes de Europa y Estados Unidos* (1899) – publicada um ano após a viagem de Payró à Patagônia.

Com base nas obras do filósofo evolucionista britânico Herbert Spencer (1820-1903), Bulnes atribuía esse cenário, de um lado, à origem latina e ao ambiente tropical dessas nações. De outro, às diferenças de concepção e organização política entre países latinos e anglo-saxões. Nos primeiros, os cidadãos estariam submetidos a instituições que seriam alheias a seus interesses como a Igreja, o Exército e o Estado; em contraste, nos segundos, haveria um primado dos indivíduos, de modo que as instituições políticas se curvariam aos interesses do conjunto de cidadãos (SANTOS JUNIOR, 2013, p. 86). Entre os anglo-saxões, a pátria seria *para* os indivíduos, na medida em que

Cada individuo tiene derecho a formar a la patria conforme al ideal de su bienestar individual, limitado por (...) el derecho social (...). Todo este conjunto de riquezas históricas, Morales (...) y materiales que el individuo defiende, es porque en parte es suyo, porque tiene derecho a reformarlo, a aumentarlo (...) Para un anglo-sajón, la patria es el deber, la justicia, la libertad! (BULNES, 1899, pp. 69-70)

Em contraponto, os latinos não se identificariam com suas pátrias, dado que elas não os incorporariam e não representariam uma possibilidade de bem comum²⁵⁵:

Para un latino, la patria ha sido el Estado, la Religión, el Ejército, la Aristocracia, nunca el pueblo ni él! Cada una de esas personas morales ha representado los intereses peculiares de un cierto número de privilegiados (...); la patria de los latinos, hasta ahora, ha sido la voluntad de los que los oprimen; (...) *el individuo contra la patria* y a favor de los que la aniquilan. (*Ibidem, idem*)

Tais ideias se assemelham ao diagnóstico de Payró a respeito da Patagônia. Em *La Australia argentina*, o jornalista insiste no descaso do Estado argentino em relação à região, mostrando-se indiferente às demandas – plenamente legítimas, segundo Payró – dos seus habitantes e adotando medidas econômicas contraproducentes. Nessa

²⁵⁴ Entre tais autores e suas obras, podem ser apontados: Agustín Alvarez (1857-1914), *Manual de Patología política* (1899); César Zumeta (1860-1955), *El Continente enfermo* (1899); Manuel Ugarte (1875-1951), *Enfermedades sociales* (1905); Alcides Arguedas (1879-1946), *Pueblo enfermo* (1909); e Salvador Mendieta (1879-1958), *La Enfermedad de Centro-América* (1912).

²⁵⁵ Nesse sentido, Bulnes, em semelhança a autores como o brasileiro Manoel Bomfim (1868-1932) – autor de *América Latina: Males de origem* (1903) – e o peruano Francisco García Calderón (1883-1953), sustenta a tese do “parasitismo social” como um dos principais problemas políticos da América Hispânica e da Espanha. Na abordagem de Bulnes, o “parasitismo” diria respeito não apenas às elites econômicas e ao Estado, mas à dependência econômica e social de diversos setores sociais em relação a certas instituições – por exemplo, da plebe em relação ao Exército e ao Clero; da classe média em relação aos nobres e ao Estado; da nobreza em relação às riquezas das colônias. O fenômeno do “parasitismo”, na América Hispânica, teria sido historicamente forjado por conta do caráter predatório da colonização espanhola, que teria privilegiado a obtenção de riquezas fáceis, estimulando o ócio e o declínio da vida econômica. Em resumo, o desprezo ao trabalho, em alegada oposição à América Anglo-Saxã (BULNES, 1899, p. 103; SANTOS JUNIOR, 2013, p. 131).

perspectiva, os patagônicos se sentiam lesados pelo governo central argentino e impotentes em face de seu poder. Empregando os termos de Bulnes, nem a “pátria argentina” estaria *a favor* dos patagônicos, nem esses estariam *a favor* dela²⁵⁶.

3.5 A Patagônia após *La Australia argentina*: reverberações políticas e intelectuais no entresséculos

Esquadrinhadas as propostas e o ideário presente em *La Australia argentina*, cabe indagar a respeito do impacto que a obra teve no ambiente intelectual e político argentino. O conjunto de crônicas de Payró foi publicado em 1898 e deu significativa contribuição para a consolidação do tema da Patagônia nos debates do final da década de 1890 e início da de 1900. Lançados sob a grife do *La Nación*, os textos patagônicos do autor projetaram, com ampla divulgação, questões administrativas, sociais e econômicas relativas à região, que já vinham sendo levantadas desde o fim da “Conquista do Deserto”. Inseridas num quadro de reformismo liberal, as propostas do jornalista portenho se conectaram com projetos análogos apresentados nos anos subsequentes à sua viagem austral (NAVARRO FLORIA, 2009, p. 83, p. 94).

A formulação de medidas para a Patagônia foi estimulada pelos novos capítulos do litígio fronteiriço com o Chile. Em 15 de fevereiro de 1899, um ano e dez dias após o início da viagem de *La Australia argentina*, Punta Arenas sediou um encontro diplomático entre o Presidente chileno, Federico Errázuriz Echaurren (1896-1901) e o Chefe de Estado argentino, Julio Argentino Roca. O evento, que ficaria conhecido como “Abrazo del Estrecho” – em referência à região magalhânica – selou uma conciliação dos dois países em relação às questões de limites nacionais na Patagônia – ratificando a arbitragem britânica de 1896. A reunião também arrefeceu a escalada de beligerância no que tocava à Puna de Atacama, altiplanície desértica na região andina – ao Noroeste da

²⁵⁶ Outra semelhança entre Bulnes e Payró era a firme defesa da imigração europeia, prioritariamente a oriunda de zonas extratropicais (SANTOS JUNIOR, 2013, p. 259). Bulnes também argumentava em favor das pretensas superioridades racial e moral dos europeus em relação aos ibero-americanos – brasileiros inclusos. O mexicano enaltecia, por exemplo, a dita produtividade dos primeiros (*Ibidem*, pp. 196-197). Ademais, Bulnes – como Payró e, antes, Alberdi – reconhecia nos imigrantes europeus possíveis vetores “de novos paradigmas políticos (...) baseados em princípios relacionados à pequena propriedade e aos valores liberais” (*Ibidem*, p. 197). Para Bulnes, isso se daria por meio da substituição da “agricultura aristocrática” que prevalecia desde a colonização por uma “agricultura democrática” e moderna (*Ibidem, idem*). Eis aí uma semelhança com o repórter do *La Nación*, que aspirava a um *melting pot* patagônico como meio para a forja de uma identidade étnica e de um arranjo político que corrigisse os vícios da hegemonia política *criolla*.

Argentina e nas regiões de Antofagasta e Atacama, no Chile – e que também suscitara conflitos territoriais (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, p. 582).

Ultrapassando o estrito simbolismo diplomático, o evento foi uma oportunidade para a aproximação entre a oligarquia latifundiária e comercial – comandada pelas importantes famílias Braun e Menéndez – da Patagônia austral com os Poderes Executivos nacionais chilenos e argentinos. Cedendo ao *lobby* de tais setores, Roca manifestou sua confiança no papel que esses grupos teriam no crescimento econômico e no povoamento da região. Na ocasião, o mandatário argentino também se comprometeu com um pacote de ações para desenvolver a Patagônia. As declarações do mandatário foram noticiadas pelo *La Nación*:

Según las noticias consignadas en *La Nación* de Buenos Aires, Julio Roca prometió **restituir el poder de los gobernadores, liberalizar la tenencia de tierras, el corte de maderas y la caza de lobos, fundar nuevos pueblos e impulsar las comunicaciones**. De esta forma, como planteó Pedro Navarro, se incorporó a los “**grupos de poder locales**” como interlocutores de la élite bonaerense, decidiendo “en función de los intereses de esos sectores” (...) (*Ibidem, idem, grifos nossos*).

Ora, quem tivesse lido diariamente o diário portenho no ano anterior não se surpreenderia com as promessas do Presidente argentino. Parte dessas promessas ia justamente ao encontro das reivindicações e sugestões contidas nas crônicas de Roberto Payró estampadas no jornal e reunidas em *La Australia argentina*. A ampliação do poder das *gobernaciones* e medidas liberalizantes – para suprimir proibições inefetivas – e de reforço das comunicações – para combater o isolamento geográfico – foram repetidamente apregoadas pelo autor.

Não que o repórter tenha sido o primeiro a tirar tais medidas da cartola ou que tenha sido o responsável pela adesão do governo a elas. No entanto, o fato de tê-las vocalizado pelo canal privilegiado do periódico de Mitre as revestia de inegável peso político. Gostando ou não dessas propostas, dificilmente as elites políticas, mitristas, roquistas ou radicais, as ignorariam completamente. De maneira indireta, as críticas e conselhos de Payró para a região podem ter estimulado a Presidência argentina a olhar com mais atenção para a situação patagônica à época. Não se pode ignorar a capacidade do *La Nación* de influenciar os rumos da agenda nacional naquele período (MONTALDO, 2013) – mesmo quando eram adversários do Mitrisimo que estavam no poder, como o roquista José Evaristo Uriburu (1895-1898) e o próprio Julio Argentino Roca (1898-1904).

Contudo, os compromissos de Roca não correspondiam à integralidade dos anseios de Payró em relação à Patagônia. Negavam-nos em muitos pontos, na verdade. Excluía-se as pautas do fortalecimento dos transportes marítimos, da franquia alfandegária para os postos patagônicos e, sobretudo, do combate à especulação. As inovações legais de fato aplicadas por Roca atenderam diretamente aos interesses fundiários das elites patagônicas, não melhorando as condições legais e materiais dos pequenos colonos da região:

Ocho meses después de su viaje, [Roca] autorizó la venta en remate de todas las tierras de la bahía San Sebastián, adquiriendo Walter Waldron cuatro lotes, Mauricio y Sara Braun cinco, los Menéndez ocho (que se sumaban a los latifundios 1ª y 2ª Argentina), y tres lotes otros dos particulares. Para Santa Cruz, señala Susana Bandieri, esto significó que surgiera en Buenos Aires una “legión de gestores”, siendo uno de los principales el exgobernador Moyano [*Carlos María Moyano, primeiro governador do território de Santa Cruz, entre 1884 e 1887*] (HARAMBOUR-ROSS, 2017a, pp. 582-583)

Esse era um exemplo de como as propostas reformistas para a Patagônia, sustentadas por Payró na época, se chocaram com os limites do regime oligárquico que dominava a política argentina e as dinâmicas de mercado que favoreciam a especulação²⁵⁷ (NAVARRO FLORIA, 2009, p. 78). O jornalista não foi o único que, mirando o enriquecimento e adensamento geográfico patagônico, sugeriu mudanças institucionais para a região. Alguns integrantes do segundo governo Roca também as propuseram. Até mesmo o Presidente reconhecia que “[e]l desierto ha sido conquistado militar y políticamente; es menester ahora dominarlo para la geografía y la producción y entregarlo conocido al trabajo” (REPÚBLICA ARGENTINA, 1902, p. 932 *apud* NAVARRO FLORIA, 2009, p. 80).

Ezequiel Ramos Mexía (1852-1935), Ministro da Agricultura em 1901, formulou um projeto de lei de terras que facilitaria o acesso à pequena propriedade em todo o país, mas que teria especial repercussão na Patagônia – basta lembrar a situação irregular de muitos camponeses da região, como reportou Payró. A lei estipularia a distribuição das *tierras fiscales* – terras públicas – por meio da doação ou da venda

²⁵⁷ Joaquín V. González, Ministro do Interior entre 1901 e 1904, no segundo governo Roca, reconheceu que os interesses dos grandes proprietários ditavam os principais rumos da política para o espaço rural, em prejuízo dos interesses dos pequenos camponeses “En su memoria ministerial de Interior de 1904, González explica la continuidad de esa misma política tendiente a cristalizar la estructura de poder vigente (...). Los ‘verdaderos intereses’ sociales a defender no habrían sido, entonces, los expresados por el incipiente sistema de partidos políticos mayoritarios **ni los de la ‘gente de trabajo’ que invocaba Payró, sino los de la minoría de ‘vecinos honorables’ en quienes la élite gobernante depositaba su confianza**” (NAVARRO FLORIA, 2009, pp. 92-93, *itálico do autor, grifos nossos*).

direta com poucos requisitos, para a formação de centros de povoamento (RUFFINI, 2008, p. 144). Seu principal objetivo era

eliminar la ocupación y el arrendamiento – vías de ocupación precaria – como modos de acceso a la tierra, para permitir o bien la venta de la tierra en subasta pública y **pagada mediante crédito hipotecario, con límites que impidieran el acaparamiento, o bien su donación** para formar colonias agrícolas o ganaderas, nacionales o extranjeras (NAVARRO FLORIA, 2009, p. 84, *grifos nossos*).

Ao pretender combater o arrendamento e criar mecanismos para evitar a concentração fundiária – *acaparamiento* – nas próximas distribuições de terras públicas, a proposta tinha um viés crítico aos efeitos do domínio latifundiário na Argentina. O projeto contou com apoio e divulgação da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, fundada e dirigida por Estanislao Severo Zeballos (*Ibidem, idem*). A proposição acabou sendo arquivada, rejeitada que fora por Roca²⁵⁸.

Ramos Mexía voltaria a ocupar o cargo de Ministro da Agricultura em 1906 e 1907 na Presidência de Figueroa Alcorta (1906-1910). Nesse período, foi responsável pela concepção Ley de Fomento de los Territorios Nacionales – Ley 5.559 de 1908 (RUFFINI, 2008, p. 128). A lei atendia às reivindicações de melhoria da infraestrutura em diversos rincões do país, em especial a Patagônia. Acreditava-se que a atuação do Estado, por meio da construção de ferrovias, canais e obras de irrigação seria estratégica para atrair colonos e impulsionar o adensamento demográfico da região. Esse povoamento, como Ramos Mexía ambicionava desde 1901, viria por meio da venda de terras públicas. Para o Sul argentino, a lei dispunha de um programa bem detalhado:

la construcción del Ferrocarril Puerto San Antonio-Lago Nahuel Huapi (Río Negro), con un ramal a Comodoro Rivadavia (Chubut); el ferrocarril que partía de Puerto Deseado (Santa Cruz) hasta empalmar con el ferrocarril del Nahuel Huapi, pasando por Colonia San Martín (con ramal a Comodoro Rivadavia), Colonia Sarmiento y **Colonia 16 de Octubre**, con un ramal al lago Buenos Aires. Incluyó también la construcción de muelles, depósitos e instalaciones para carga y descarga en los puertos y la inversión de fondos para el estudio de la navegación de los ríos Santa Cruz, Colorado, Negro, así como afluentes y puertos sobre el Atlántico (*Ibidem*, pp. 128-129, *grifos nossos*).

²⁵⁸ Em 1902, o Presidente Roca enviou ao Congresso um projeto legislativo de terras distinto, que mantinha o arrendamento e não receitava muitas limitações à apropriação das terras públicas pelos latifúndios. Esse projeto se tornou a lei número 4.167 de 1903 (RUFFINI, 2018, p. 131; NAVARRO FLORIA, 2009, p. 80; REPÚBLICA ARGENTINA, 1902). Como aponta Susana Bandieri, “Pese a la intención manifiesta de corregir los vicios anteriores respecto de la compra indiscriminada de tierras con destino no productivo, esta ley no impidió la concentración posterior de la propiedad mediante la compra sucesiva de concesiones vecinas de similares características” (BANDIERI, 2005).

Payró certamente viu nesse conjunto de propostas um gesto de apoio estatal pelo qual tanto clamara dez anos antes, em *La Australia argentina*. A colônia 16 de Octubre, de Chubut, já havia sido apontada, inclusive, como um exemplo de êxito agropecuário na Patagônia, cujo sucesso só não seria maior em razão de medidas antipáticas por parte do Estado²⁵⁹. Por exemplo, a irregularidade de uma parte de sua propriedade, que estava em terras públicas que viriam a ser leiloadas por Buenos Aires para terceiros (PAYRÓ, 1898, p. 37).

Para Payró, a expectativa pela realização de medidas políticas consideradas estratégicas justificava um grande otimismo para o futuro da Costa Sul argentina. Em sua obra de 1898, o deslumbramento com os potenciais adormecidos da região é uma constante, levando o autor a sonhar com um futuro glorioso para aquelas paragens. De maneira similar, o jornalista e diretor de Censo e Territórios no segundo governo Roca, Gabriel Carrasco (1854-1908) reproduziu essa tópica em seu relato de viagem ao território interiorano de Neuquén – no Noroeste da Patagônia e na fronteira com os Andes –, em 1902²⁶⁰. Em seu texto, a euforia com a técnica moderna finissecular se entrelaçava com o entusiasmo pelas possibilidades de colonização e ocupação territorial em áreas ainda pouco permeadas por arranjos econômicos capitalistas. Visualizando o futuro desse pedaço ocidental da Patagônia, afirmava: “¡Todo es cuestión de viabilidad! ¡Ferrocarriles, caminos, puentes, facilidades de movimiento! ¡Ese es el progreso para el Neuquén y para la república!” (CARRASCO, 1902, p. 41).

É difícil ler essas exclamações sem ter *La Australia argentina* em perspectiva²⁶¹. O tom exultante e profético com que Payró previra quatro anos antes o futuro da Costa

²⁵⁹ O exemplo da colônia aparece por meio da citação de um trecho de Francisco Perito Moreno em *Apuntes preliminares sobre una excursión al Neuquén, Río Negro, Chubut y Santa Cruz*, publicado em 1898 na *Revista del Museo de La Plata* – museu do qual era diretor vitalício (MORENO, 1898, pp. 285-287). O lançamento do texto se deu antes de *La Australia argentina*, pois na obra Payró cita “[l]a reciente obra del doctor Moreno es más explícita en lo que respecta á la Patagonia Central, y los trabajos que él y sus colaboradores tienen en preparación arrojarán mucha luz sobre ella” (PAYRÓ, 1898, p. 67).

²⁶⁰ O relato de viagem de Carrasco foi destinado a seu superior, Joaquín V. González, Ministro do Interior, com objetivo de embasar as políticas do Ministério para o território de Neuquén (CARRASCO, 1902).

²⁶¹ Essa afirmação não exclui o peso e a importância que obras precedentes e contemporâneas à de Payró, como as de “Perito” Moreno tiveram para a formulação de políticas públicas para a Patagônia argentina. De maneira alguma o jornalista do *La Nación* “inventou” a Patagônia para a intelectualidade argentina. Acabou por desempenhar, no entanto, a função de importante divulgador da “causa” patagônica, difundindo, em roupagem literária, muitas das prédicas antes feitas pelo científico Moreno. Veja-se o trecho final de seus *Apuntes*: “Con la población de Patagonia habrá armonía en los elementos que constituyen la Nación, y por lo tanto grandeza para ésta; y como para poblar esos territorios tan ricos como abandonados, hoy sólo se requiere un poco de buena voluntad y de atención por parte de los poderes públicos, para divulgar las riquezas que encierran y las facilidades que hay para aprovecharlas, no dudo un momento de que esta aspiración de todos los argentinos se realizará en breve tiempo” (MORENO, 1898, p. 350). O prefácio de Moreno vai na mesma linha: “Siempre he pensado que la

Sul argentina é, grosso modo, o de Carrasco sobre Neuquén. Payró não havia escrito sobre essa *gobernación* patagônica mais interiorana, pela qual não passara.

Assim sendo, não convém descartar a hipótese de que o funcionário público roquista quisesse escrever a sua própria *La Australia argentina*, posto que mais curta. Semelhante obra o converteria numa das primeiras e mais conhecidas vozes a propalar os potenciais daquele grotão patagônico e propor projetos políticos para ele. O título de um dos capítulos da obra de Carrasco, “Los *pioners* del progreso argentino” (*Ibidem*, p. 13) bem poderia estar no livro do jornalista do *La Nación*, o que reforça a impressão de se tratar de uma tentativa de emulação.

Tendo por base esses indícios, pode-se dizer que a obra de Payró foi uma referência dificilmente contornável ou dispensável para quem abordasse o tema da Patagônia no segundo semestre de 1898 e na década subsequente. Alguns integrantes dos governos roquistas, como Carrasco e Ramos Mexía, parecem ter tomado *La Autralia argentina* como inspiração, ao se dedicarem ao tema patagônico pouco depois do lançamento do livro de Payró²⁶². Esses intelectuais e agentes políticos podem não só ter aspirado a lançar seus próprios projetos reformistas para a Patagônia, mas também justificá-los e promovê-los por meio de relatos de viagens, a partir do precedente do livro do repórter socialista.

Da mesma sorte, as teses de Payró foram recepcionadas e apropriadas de maneira seletiva e sujeita à dinâmica da disputa política argentina do entresséculos. Levantamos a hipótese de que as medidas encampadas por Roca no início de 1899 foram uma resposta – ainda que indireta, parcial e rasa – aos projetos de Payró em *La Australia argentina*. Ao propor medidas liberalizantes e de integração regional como as de Payró para a região, Roca parece ter dialogado implicitamente com a referida obra literário-jornalística. Em compensação, o mandatário argentino silenciou as

población de Patagonia duplicará nuestro valor como nación, equilibrándola en sus factores de progreso y, por lo tanto, haciéndola poderosa en porvenir no lejano” (*Ibidem*, p. 7). Cumpre observar, por outro lado, que em matéria de linguagem, o trecho de Carrasco, repleto de exclamações, se aproxima mais de *La Australia argentina* – com centenas de ocorrências de pontos exclamatórios – do que dos *Apuntes* – com menos de trinta pontos de exclamação. Adicionalmente, as discussões políticas e sociais sobre a gestão da Patagônia estão muito mais presentes na obra de Payró do que na de Moreno, cujo escopo era mais técnico e geográfico.

²⁶² Não foi um dos objetivos principais da pesquisa desta dissertação a identificação extensiva de obras argentinas que tenham tratado da Patagônia após *La Australia argentina* e que demonstrem ter estabelecido uma interlocução com o livro de Payró. Encorajamos quem se incline a realizar tal empreitada. Para fins da argumentação deste **Capítulo 3**, consideramos que os exemplos de Ramos Mexía e Carrasco são suficientes para evidenciar a continuidade do tema patagônico nos debates políticos argentinos da década de 1900, o que certamente implicou a leitura ou o conhecimento da obra do dramaturgo e literato socialista.

reivindicações do socialista pelo combate à especulação fundiária e pelo estabelecimento da franquia nos portos patagônicos. Logo, pode-se imaginar que os integrantes da gestão roquista tenham operado uma leitura conveniente e enviesada de Payró, desnaturando os elementos mais radicais de seu livro e adaptando-o aos compromissos políticos e ideológicos do PAN.

f) Payró e *La Australia argentina* frente ao cenário político argentino de 1898

Antes de vir a público e ter tais repercussões, *La Australia argentina* dialogou, de maneira tácita, com o cenário político de 1898. Payró retornou do Sul a Buenos Aires em 10 de maio daquele ano (PAYRÓ, 1898, p. 442). Exatamente um mês antes, ocorrera a eleição presidencial em que Roca, pelo PAN, venceu com amplíssima folga, Bartolomé Mitre, que concorria pela Unión Cívica Nacional²⁶³ (DI TELLA, 2017, p. 115). A firmeza das críticas à gestão do Governo Federal nas crônicas de Payró, escritas entre maio e setembro do mesmo ano, deixavam claro um renitente antirroquismo e faziam coro a um crescente peso da oposição na opinião pública.

Roca e seus partidários vinham governando a Argentina desde 1880 e, era certo, manteriam o poder por mais alguns anos, com o novo mandato presidencial conquistado em 1898. Embora o Roquismo gozasse de uma hegemonia eleitoral, em fins da década de 1890 passou a sofrer uma oposição mais intensa, vinda do lado mitrista:

La principal novedad de la década del noventa fue la crisis del autonomismo y la aparición de una vigorosa oposición. La política bonaerense del período dista mucho de aquellas imágenes que insisten en el dominio en solitario del PAN (...). La Unión Cívica Radical no fue la facción opositora de mayor significación salvo a los comienzos de la década. (...) Pero al cabo de algunos años la desaparición de la amenaza radical hizo que la política provincial – y hasta cierto punto la nacional – comenzase a organizarse en torno de otras líneas de conflicto entre las que se destacaba el mitrismo y el autonomismo (HORA, 2001, p. 75).

Publicadas em jornal chefiado por Mitre, as críticas de *La Australia argentina* à gestão federal da Patagônia serviam de artilharia contra Roca e o PAN correligionários, que há mais de vinte anos ocupava a Presidência. A obra de Payró funcionava, também, como um instrumento de pressão ante a administração presidencial que se iniciaria em outubro de 1898.

²⁶³ As fraudes eleitorais foram abundantes nas últimas décadas do século XIX na Argentina (BOTANA, 1986).

Era uma forma de marcar território perante a opinião pública. Se os sucessivos governos da situação vinham falhando em relação aos territórios do Sul, o *La Nación* e o grupo mitrista poderiam se vangloriar como bem-intencionados e aliados dos camponeses dessas áreas. Mesmo, é claro, que na prática, as distantes populações patagônicas não fossem nenhuma prioridade para essa facção política. Os habitantes da região não tinham direito ao sufrágio, então não teriam capacidade de contribuir para vitórias eleitorais da Unión Cívica Nacional. No entanto, simbolizavam uma parte do país descontente com vários aspectos dos continuados mandatos roquistas. Podiam ser vistos como um calcanhar de Aquiles da situação e uma pauta que a oposição poderia explorar em seus discursos²⁶⁴.

A imagem de zelo com a boa gestão pública por parte de Payró é construída ao longo de toda a *La Australia argentina*. Para além da desaprovação ao governo federal, as crônicas também condenam as práticas de algumas autoridades patagônicas, enquanto chancelam as de outras. O caso de maior relevo é o do governador Matias Mackinlay Zapiola, de Santa Cruz, associado a uma possível cumplicidade com práticas de corrupção no território (PAYRÓ, 1898, p. 87). Como já tratamos, nome de Mackinlay é omitido nas páginas de *La Australia argentina* e não se associam ao governador medidas políticas positivas. Critica-se, também, a não concessão de terras que já haviam sido prometidas a *pioneers* nessa *gobernación* (*Ibidem*, p. 447). Por tal razão, pode-se dizer que Payró até demonstra, sem dizê-lo formalmente, um menor otimismo em relação ao desenvolvimento de Santa Cruz em comparação com as áreas de Chubut e da Terra do Fogo, cujas autoridades são tidas em boa conta pelo jornalista.

²⁶⁴ A crítica que o *La Nación*, pelas mãos de Payró, fazia à administração da Patagônia por parte dos governos roquistas tinha um significado curioso. A apropriação da região pelo Estado argentino havia sido conduzida por Roca e fora uma das suas principais plataformas políticas na disputa eleitoral em que se elegeu Presidente pela primeira vez, em 1880. Por seu turno, o jornal de Mitre, em fins da década de 1870, manifestava desconfiança em relação à viabilidade da exploração da área e ceticismo em relação aos benefícios que a “Conquista do Deserto” poderia trazer (POMPEU, 2012, p. 77, p. 112). Fiscalizando a gestão pública da Patagônia e conferindo especial relevância à região nas páginas do *La Nación*, a obra de Payró podia passar a mensagem de que o “jogo tinha virado”. Em outras palavras, que o tema do Sul argentino não era mais exclusividade do Roquismo, cabendo agora ao Mitrismo propalar os potenciais e riquezas dessa porção do país.

Figura 1 – Fotografia da sede do governo do Território Nacional da Terra do Fogo em Ushuaia, reproduzida em *La Australia argentina*²⁶⁵



Não faltam referências simpáticas a Pedro de Godoy, governador da Terra do Fogo e mostras de concordância com as propostas de Alejandro Conesa, ex-governador de Chubut, como visto no início deste capítulo. Payró parece incluí-los numa galeria de indivíduos comprometidos com o desenvolvimento da Patagônia, junto de Francisco Pascasio “Perito” Moreno, além dos *pioneers* que conheceu em sua viagem, como Pedro Derbes e Charles Ross. Podia ser um recurso para tentar fidelizar esses agentes políticos, conquistando sua boa vontade²⁶⁶.

²⁶⁵ Ver: PAYRÓ, 1898, pp. 288-289. Payró informa que ele mesmo foi o autor das fotografias reproduzidas em *La Australia argentina*. O autor relata algumas das dificuldades que teve para tirá-las em meio a rotina de diversos afazeres durante a viagem (PAYRÓ, 1898, p. 86, p. 423, p. 432).

²⁶⁶ Não se pode ignorar a hipótese de que o grupo mitrista, integrante das elites econômicas e políticas da Patagônia, quisesse construir boas pontes com tais autoridades com vistas a possíveis investimentos econômicos na Patagônia. Em acréscimo, a proximidade dos governadores dos territórios patagônicos com o Mitrisimo poderia a ser útil em caso de eles, após o período na Patagônia, viessem a trabalhar em Buenos Aires. Apesar de terem sido nomeados por governos roquistas, esses funcionários públicos

A vitória do Roquismo em 1898 também pode ser sentida em *La Australia argentina* de outra forma. Payró demonstra na obra a confiança de que mesmo não se tomando as medidas de gestão corretas, a Patagônia iria, inevitavelmente, se desenvolver. É o que se vê no trecho em que o autor especula sobre o futuro da região (*Ibidem*, pp. 83-84). Essa percepção podia advir de certa desesperança em relação ao novo mandato de Roca. A boa administração da região, na perspectiva do autor, talvez viesse em um futuro indeterminado, no qual a Argentina não fosse mais governada pelo PAN. Um cenário no qual o país já tivesse passado por uma modernização mais profunda e contasse com o protagonismo de atores políticos emergidos das classes médias e trabalhadoras, não mais pertencentes às velhas oligarquias²⁶⁷. Em tal conjuntura, certamente os socialistas, entre os quais Payró se incluía, poderiam nutrir maiores esperanças de se chegar ao poder pela via eleitoral legislativa²⁶⁸.

Pode-se interpretar a quimera pastoril patagônica de Payró, em alguma medida, como uma utopia de um socialista reformista argentino da década de 1890 para o espaço rural. A região abrigaria, nos sonhos do escritor, pequenos proprietários autônomos e prósperos, que colheriam os frutos de sua própria força de trabalho, despojados da exploração por parte de grandes proprietários urbanos ou rurais. Essa perspectiva se relacionava com o *Programa socialista del campo*, escrito por Juan B. Justo, que propunha dificultar a formação de novos latifúndios e estabelecer isenção tributária para as pequenas propriedades²⁶⁹ (JUSTO, 1901; MARTÍNEZ MAZZOLA, 2018, pp. 139-140). A visão de Payró também dialogava com as palavras do primeiro editorial do periódico *La Vanguardia*²⁷⁰, com o qual o jornalista também colaborava:

poderiam vir a ser aliados de Mitre em determinadas pautas ou mesmo virar a casaca e se tornar apoiadores do proprietário do *La Nación*.

²⁶⁷ Como recorda José Luis Romero, na virada do século XIX para o XX, “nuevos grupos sociales cobraban una fisonomía distinta a la de los sectores tradicionales del país. A principios de siglo, las clases medias y las clases trabajadoras poseían una existencia tan visible que sólo la ceguera de los que querían perderse podía impedir que se las descubriera. Cuando las clases medias advirtieron su fuerza, lograron el poder político e iniciaron una nueva etapa en la vida argentina” (ROMERO, 1999, p. 126).

²⁶⁸ Poucos anos após a publicação de *La Australia argentina*, em 1904, o socialista Alfredo Palacios foi eleito pelo bairro operário portenho de La Boca para a Cámara de Diputados de la Nación (ROJAS, 2006, p. 133).

²⁶⁹ Juan B. Justo sustentava que o programa político dos socialistas argentinos deveria pensar na situação dos trabalhadores rurais assalariados, mas “también debía interpelar a los productores independientes, a quienes definía como ‘una clase de arrendatarios y criadores que, en campo propio o arrendado, producen en moderada escala’” (MARTÍNEZ MAZZOLA, 2018, p. 139). Entre esses produtores independentes, chamados de *chacareros*, estavam os fazendeiros patagônicos de Payró. Como o repórter do *La Nación*, Justo tinha olhos para a Oceania, tomando por inspiração a então recente legislação agrária neozelandesa, criada sob o governo do Liberal Party (*Ibidem*, p. 140; FYFE, 2016).

²⁷⁰ O editorial da primeira edição de *La Vanguardia*, de 7 de abril de 1894, também explicitava a proximidade de Justo e de seus colegas socialistas com as ideias econômicas do liberalismo. Proclamava o editorial do periódico: “Venimos a difundir las doctrinas económicas creadas por Adam Smith, Ricardo

Este país se transforma. A la llanura abierta e indivisa con el aspecto y en cierta medida las funciones de una propiedad común, han sucedido los campos cercados, que pronto abarcarán toda la superficie utilizable. **La gran agricultura se desarrolla donde hace veinte años eran cultivadas por sus dueños unas pocas chacras.** (...) Suprimido toda solidaridad de sentimientos e intereses entre los patrones y los trabajadores, **éstos que antes disfrutaban con cierta libertad de los medios de vida que ofrece el país, tienen ahora que someterse a la dura ley del salario si no quieren morir de hambre.** La existencia de la población trabajadora viene así a depender de leyes idénticas a las que rigen la producción y el cambio de una mercadería cualquiera, la lana o las vacas por ejemplo (*LA VANGUARDIA*, 1894)

Defronte à intensidade da exploração capitalista advinda da modernização econômica (ROJAS, 2006, p. 275), a possibilidade de se ter uma “terrinha” e ser camponês na Patagônia parece ter sido vista por Payró como uma tentativa de garantir “certa liberdade dos meios de vida” para parte das camadas mais pobres argentinas²⁷¹. É com esse olhar que o autor descreveu a situação de mineiros e caçadores da Terra do Fogo, como reportado no capítulo anterior. Em ambos os casos, o autor socialista sugeria a expectativa de que os territórios do Sul do país pudessem desempenhar a função de uma “válvula de escape” para as populações pauperizadas das regiões mais centrais e urbanizadas da nação.

y Marx, a presentar las cosas como son, y a preparar enre nosotros la gran transformación social que se acerca” (*LA VANGUARDIA*, 1894).

²⁷¹ A questão do acesso à terra tinha importância para o pensamento socialista oitocentista, mesmo que ele tenha se notabilizado pela reflexão sobre a situação operária e urbana. Com a Revolução Industrial a todo o vapor, o jovem Marx percebeu como os espaços campestres e florestais também se submetiam às determinações sociopolíticas então ascendentes, como, por exemplo, a apropriação privada das antigas terras comunais. Esse foi o tema do primeiro ensaio marxiano para a *Rheinische Zeitung* [*Gazeta Renana*], “Debates acerca da lei do furto da madeira”, de 1842 (FOSTER, 2012, p. 88).

Capítulo 4

Uma Amazônia brasileira – o projeto amazônico e acreano de

Euclides da Cunha

CANTANDO o meu tempo,
Cantando as grandes realizações do presente,
Cantando as fortes e leves obras de engenheiros,
Nossas maravilhas modernas (as antigas e poderosas Sete superadas,) No Velho Mundo o leste o canal de Suez,
O Novo transposto por sua poderosa ferrovia,
Os mares incrustados com eloquentes cabos gentis,
Porém primeiro a soar, e sempre saudável, o chamado contigo Oh alma,
O Passado! o Passado! o Passado!

O Passado – o sombrio retrospecto insondado!
O golfo prolífico – os adormecidos e as sombras!
O passado – a infinita grandeza do passado!
Pois o que é o presente afinal senão um crescer do passado?
(Como um projétil formado, impelido, ultrapassado uma certa linha ainda continua,
Assim o presente, inteiramente formado, impelido pelo passado.) (...)

(Walt Whitman, “Passagem para Índia”, tradução de Gentil Saraiva Júnior)

Nesta seção, analisaremos as propostas políticas de Euclides da Cunha para a Amazônia e para o Acre. Em especial, grifaremos a ideia de uma ferrovia no território acreano, sugerida pelo autor como uma das políticas para melhorar o aproveitamento desse território, bem como promover sua integração com o espaço geográfico nacional. Tentaremos destrinchar como o projeto da via férrea e a atuação de Cunha no Itamaraty se conectaram, no que concernia à Amazônia, a três esferas de preocupação política.

A primeira, mais evidente, era de política externa: a pronta defesa do território do Brasil no tabuleiro da política internacional – frente ao litígio com o Peru na Amazônia Ocidental. Euclides tinha em seu horizonte a afirmação da força nacional na América do Sul, por meio da vitória contra possíveis litígios regionais e por meio de uma estratégia de isolamento diante dos vizinhos sul-americanos. A segunda preocupação de Cunha era relativa à política interna, dado que defendia um papel modernizador do Estado. O poder público deveria ser governado pelos saberes técnicos e científicos, bem como por uma visão global de país, que visasse ao desenvolvimento

das áreas distantes dos centros econômicos do Centro-Sul e da faixa litorânea. A terceira pauta do autor era a realização do longo e contínuo processo de constituição de um perfil racial miscigenado, bem adaptado aos sertões brasileiros – incluindo a Amazônia – e capaz de povoá-los.

Refletiremos sobre como essas visões de *futuro* do pensamento euclidiano estavam amalgamadas com uma compreensão histórica nacionalista e excepcionalista do *passado* brasileiro. Ambicionamos explicar como essa abordagem de Cunha foi em parte devedora das relações de sociabilidade intelectual que ele estabeleceu tanto com o Barão do Rio Branco e colegas do Ministério das Relações Exteriores como com nomes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Por fim, discutiremos de que modo os postulados do engenheiro sobre a Amazônia se tornaram paradigmáticos, vindo a formar uma verdadeira corrente de interpretação ensaística e de criação literária sobre a região. Pretendemos mostrar como o espólio intelectual de Euclides reverberou em diversas obras e discursos políticos sobre o espaço amazônico brasileiro.

4.1 A dificuldade de navegação na Bacia Amazônica e as propostas de Euclides para o aproveitamento do Rio Purus

Tal como a Patagônia no diagnóstico de Payró, na perspectiva de Euclides, a Amazônia também encontrava na desintegração territorial um grave empecilho para seu desenvolvimento. Porém, se o jornalista portenho propunha a superação desse impasse com a ampliação das rotas marítimas que conectassem o Sul argentino a Buenos Aires, tal alternativa não era tão simples para o Norte amazônico brasileiro, em razão das dimensões continentais do país. No século XIX, as viagens marítimas entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará, dobrando todo o atual Nordeste brasileiro, demoravam mais do que o percurso entre a capital paraense e Lisboa²⁷² (MACHADO, 2006, pp. 83-84;

²⁷² “[C]omo tem se repetido à exaustão, os ventos e as correntes marítimas tornavam quase impossível a viagem do sul para o extremo-norte do Reino do Brasil antes do advento do barco a vapor” (MACHADO, 2006, p. 83). Entre essas correntes, estava o baixio de São Roque. Segundo livros seiscentistas sobre navegação, “do Sul do Brasil para o Maranhão, ou para o Caribe, havia que evitar o baixio de São Roque (Rio Grande do Norte), junto ao cabo do mesmo nome. Ali, devia-se ganhar o alto-mar para depois volver à costa” (ALENCASTRO, 2000, p. 57). Outra corrente marítima que dificultava os esforços de integração entre a região amazônica e os territórios do Sul da América Portuguesa era a corrente das Guianas que facilitava navegações para o Norte, em especial entre o Rio Grande do Norte e o Amapá. Não obstante, “a corrente representava um obstáculo quase intransponível à navegação a vela no retorno do Estado do Maranhão ao Estado do Brasil” (*Ibidem*, p. 58).

ALENCASTRO, 2000, pp. 56-59). No caso do Acre, território explorado por Euclides, uma dificuldade adicional se impunha: o fato de essa porção mais a Oeste do país sequer possuir acesso direto ao mar.

De tal modo, a integração territorial com a Amazônia, em geral, e com o Acre, em particular, impunha a necessidade do aprimoramento da comunicação territorial pela senda do interior, do sertão. Um espaço cujo desabastecimento se punha desde os primórdios da colonização portuguesa. Em um comentário célebre do Frei Vicente do Salvador, no início dos Seiscentos, os colonos ainda se limitavam a “andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos”²⁷³ (PRADO JR., 2011, pp. 37-38). Na Amazônia, a tendência se acentuava. A região da floresta tropical úmida ficou à margem da articulação que se desenhou entre as regiões Nordeste, Centro e Sul, durante os mais de três séculos de América Portuguesa (*Ibidem*, p. 69). Na primeira metade do século XIX, o escasso povoamento se concentrou no Delta do Rio Amazonas – abrangendo Belém do Pará, Macapá e a Ilha do Marajó – e na confluência do Amazonas com o Negro – Manaus (*Ibidem*, p. 71). Desguarnecido pelo Rio Amazonas, o Acre só viria a receber maiores fluxos populacionais com o surto da borracha no final do século.

Nem o maior rio nacional garantia, por si só, ligação direta com Acre. Estando muito mais perto do Oceano Pacífico, tampouco podia o território depender da imensa Costa do Atlântico, que banha o Brasil de Norte a Sul. De costas para o mar, a boa inserção acreana no país demandava a criação de múltiplas conexões sobre as matas e pelos meandros de rios tributários do Amazonas, como o Juruá, o Purus e seus afluentes.

Em relação a esses corpos d’água, já mencionamos, no **Capítulo 2**, Euclides propôs a realização de diversas obras para melhorar o aproveitamento de seu potencial hídrico. A título de exemplo, Cunha apontava a capacidade do Iaco, afluente do Purus, para a criação de um reservatório. O próprio Purus era particularmente valorizado pelo autor, que o intitula, diversas vezes, “grande rio” (CUNHA, 2000, p. 296, p. 316). Seja em seu Relatório para o Itamaraty, seja em seu ensaio “Rios em abandono”, em *À margem da História*, o escritor propugnava a urgência de melhoramentos da navegabilidade do Rio Purus (CUNHA, 1995a, pp. 806-810).

²⁷³ Cunha cita a expressão no artigo “História da Viação Pública do Estado de São Paulo” – publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de 6 e 7 de novembro de 1903 –, a propósito da colonização portuguesa: “Presas ao litoral, olhos de preferência volvidos para o Atlântico, onde turfavam, de longe em longe, as velas dos galeões, não aproveitava as terras, consoante o falar pinturesco de Frei Vicente do Salvador, de andar arranhando ao longo do mar, como os caranguejos” (CUNHA, 1995a, p. 457).

Numa linha argumentativa semelhante à que Payró utiliza para justificar a pertinência de seus projetos para a Patagônia, Euclides enfatiza o quão vantajoso seria o custo-benefício das obras no Purus. Tendo condições “altamente favoráveis”, o rio exigiria reparos “indispensáveis”, mas que não acarretariam “despesas excepcionais” (*Ibidem*, p. 806). Por exemplo, “a remoção parcial dos paus, que em trechos salteados atravancam o rio, seria fácilíssima, facultando desde logo, em qualquer tempo, um tráfego de viagens seguidas, mesmo para as lanchas de três pés de calado” (*Ibidem*, p. 807). Mesmo com a dificuldade de acesso, seria plenamente viável e pouco custosa a execução da tarefa de desobstrução do trecho do rio.

Cunha salientava a relevância de tal medida, exortando o Estado brasileiro a se responsabilizar por ela:

urge iniciar-se desde já modestíssimo, **mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro**, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno embora em começo, mas crescente com os nossos recursos – que **nos salve o majestoso rio** (CUNHA, 2000, p. 144, *grifos nossos*).

Apelar para o futuro é um recurso retórico indispensável para discursos políticos e deliberativos (ARISTÓTELES, 2005, pp. 104-116). No relato de viagem de Payró, o porvir da Patagônia é de grande prosperidade e maior igualdade econômica, com a formação de um arranjo social calcado na pequena propriedade e na recepção de imigrantes europeus. E no relato de Euclides? Qual era a relevância que o Acre teria para o futuro do Brasil?

Chegaremos a esse tópico em breve. Por ora, cumpre frisar: Euclides estava ciente de que não bastariam as correções nos cursos dos rios para prover a plena incorporação do Acre à vida nacional. Até os dias de hoje, os igarapés amazônicos enredam viajantes num tempo próprio, pedindo paciência a quem vai de um lugarejo ribeirinho a outro (PIZA, 2010). Por mais rápida que fosse a navegação em rios grandes como o Purus, o transporte fluvial tinha que lidar com certas dificuldades ao se imiscuir, inevitavelmente, por rios menores.

É nesse sentido que Cunha apresentou, para além de apontamentos de Engenharia Hídrica, um grande projeto para o Acre: a criação de uma ferrovia

Transacreana²⁷⁴, ideia apresentada em artigo de 7 de maio de 1907, no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro (CUNHA, 2000, pp. 195-208).

4.2 A Transacreana e o “modernismo do subdesenvolvimento”: a Engenharia como redentora da nação

Como já discutido no **Capítulo 2**, Euclides considerava que o apartamento do Acre frente às principais regiões do Brasil era um dos maiores fatores para a persistência da miséria e da exploração dos seringueiros. Sem a menor proteção legal, sem acesso a instituições públicas e quase sem comunicação com outras paragens, os extrativistas acreanos viam-se impotentes para superar o regime quase escravizante que lhes era imposto. No diagnóstico do autor, o isolamento físico²⁷⁵ e a dificuldade de locomoção nas matas e rios cerceavam as chances de escape dos trabalhadores dos seringais. A fuga sequer era uma alternativa²⁷⁶:

Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acordo de não aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saldadas as dívidas, e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes. Agora, digei-me, que resta no fim de um quinquênio do aventureiro sertanejo que demanda aquelas paragens, ferretado da ânsia de riquezas? (CUNHA, 2000, p. 129, *grifos nossos*)

²⁷⁴ Euclides não foi o primeiro a defender a criação de uma ferrovia no Acre. Ele próprio admite que sua proposta não é original, afirmando ser inspirada na abertura de varadouros – canais de terra que ligam diferentes rios – por parte das populações tradicionais amazônicas (CUNHA, 2000, p. 197). Engenheiros, geógrafos e empresários já tinham planos de uma linha de ferro acreana, a despeito de Cunha ter certamente sido um dos nomes que deu maior projeção ao projeto: “A ideia de uma ferrovia na parte alta da bacia do rio Purus era antiga. O estado do Amazonas, representado pelo engenheiro Alexandre Haag entrou em controvérsia com Julio Pinkas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1886, quando contestaram o valor estratégico e econômico do traçado da ferrovia Madeira-Mamoré. Baseando-se em uma proposta de estrada pensada pelo seringalista Antônio Labre, ligando o rio Purus ao Beni, Haag apresentou um traçado de ferrovia alternativo. Esse traçado ligaria os rios Madre de Dios e Acre por meio de uma via férrea de bitola estreita. Esse era um plano de curto prazo, pois o objetivo principal seria, no futuro, levar a estrada de ferro até a cidade de Lábrea” (VITAL, 2016, p. 205).

²⁷⁵ O isolamento físico entre as comunidades seringueiras não deve ser entendido como absoluto, embora tal caracterização contribuísse para a força do relato de Euclides e de suas propostas políticas. Como observa a antropóloga Izabel Parente, “[o] ‘mito’ do isolamento das comunidades que habitam a floresta é bastante corriqueiro. No entanto, vários estudos contradizem tal isolamento, demonstrando a existência de uma grande comunicabilidade entre os povos amazônicos (algo evidenciado, por exemplo, por [Gaspar de] Carvajal [1500-1584], [Alonso de] Rojas [1588-1653] e [Christóbal de] Acuña [1597-1675] que, ao percorrerem o rio Amazonas nos séculos XVI e XVII, testemunharam as interconexões entre as aldeias indígenas)” (PARENTE, 2018, p. 147).

²⁷⁶ Trabalhos recentes sobre a História Social dos seringueiros acreanos nas primeiras décadas do século XX têm problematizado essa visão. Pesquisas salientam como parte desses trabalhadores se valeu de fugas e de outras pequenas infrações como forma de resistência às árduas condições de trabalho que enfrentavam (LEAL, 2007, pp. 139-150; COSTA, 2002). Ainda que Euclides tivesse conhecimento desses casos, não caberiam na retórica tantas vezes hiperbólica do escritor.

Uma medida para suprimir esse estado de confinamento seria o reforço das ligações entre o Acre e os polos regionais amazônicos, como Manaus. Uma melhor conexão com outras partes da Amazônia brasileira seria o primeiro passo para a melhor inserção do território acreano no país:

Mas todos esses males, que fora longo miudear, e que não velamos, provêm acima de tudo, do fato meramente físico da distância. Desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade seqüestrada ao resto do país, e para isto requer-se, desde já como providência urgentíssima, o desenvolvimento da navega[ç]ão até o último ponto habitado, completada pelo **telégrafo**, ao menos entre **Manaus** e a Boca do Acre (CUNHA, 1995a, p. 802, *grifos nossos*).

Para além da distância geográfica, o cenário de alheamento acreano era agravado por um padrão de ocupação populacional marcado em grande parte pelo nomadismo, tendência que Euclides identificara na Amazônia como um todo: “a adaptação exercita-se pelo **nomadismo**. Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação **tumultuária e estéril**” (CUNHA, 2000, p. 126, *grifos nossos*). A dinâmica econômica da borracha entre o Purus e o Juruá intensificava essa tendência²⁷⁷.

Entretanto, no curso do próprio Purus, Euclides notava uma incipiente formação de núcleos urbanos²⁷⁸. Processo que poderia dar vaga mostra do potencial de um maior assentamento populacional na região, em longuíssimo prazo. Na dicção de Cunha,

a despeito do incorreto e do vicioso do povoamento e da vida, a sociedade recém-chegada aclima-se e progride. Ao mais incurioso viajante que perlustre o Purus não escapa a transformação lenta e contínua.

²⁷⁷ “Era inevitável. O forasteiro, ao penetrar o Purus ou o Juruá, não carecia de excepcionais recursos à empresa. Uma canoa maneira e um varejão, ou um remo, aparelhavam-no às mais espantosas viagens. O rio carregava-o; guiava-o; protegendo-o. **Restava-lhe o só esforço de colher à orelha das matas marginais as especiarias valiosas; atestar com elas os seus barcos primitivos e volver águas abaixo – dormindo em cima da fortuna adquirida sem trabalho.** A terra farta, mercê duma armazenagem milenária de riquezas, **excluía a cultura.** Abria-se-lhe em avenidas fluviais maravilhosas. Impôs-lhe a tarefa exclusiva das colheitas. **Por fim tornou-lhe lógico o nomadismo.** (...) **Viu-se então, de par com primitivas condições tão favoráveis, este reverso: o homem, em vez de senhorear a terra, escraviza-se ao rio. O povoamento não se expandia: estirava-se**” (CUNHA, 2000, p. 196, *grifos nossos*).

²⁷⁸ Esse relativo êxito de povoamento era traduzido, na percepção de Euclides da Cunha, nos nomes dos barracões e vilas seringueiras acreanas: “Na terra sem história os primeiros fatos escrevem-se, esparsos e desunidos, nas denominações dos sítios. **De um lado está a fase inicial e tormentosa da adaptação, evocando tristezas, martírios, até gritos de desalento ou de socorro;** e o viajante lê nas grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: *Valha-nos Deus, Saudade, São João da Miséria, Escondido, Inferno...* **De outro um forte renascimento de esperanças e a jovialidade desbordante das gentes redimidas: Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero Ver! Liberdade, Concórdia, Paraíso...**” (CUNHA, 2000, pp. 154-155, *itálicos do autor, grifos nossos*). Em *O Turista aprendiz*, diário de viagem de 1927, Mário de Andrade também trata dos criativos nomes de paragens amazônicas, aludindo à “mania de nomenclatura” paraense: “Uma vontade de dar nome... Vou anotando: Vila Felixana, Meu Repouso, O Cenáculo, Fé em Deus, Retiro Delícias, Doce Estância, Pouso Alegre (...)” (ANDRADE, 2015, p. 75).

(...) Os tristonhos barracões cobertos de folhas de ubuçu, transmutam-se **em vivendas regulares**, ou amplos sobrados de pedra e cal. Sebastopol, Canacori, São Luís de Cacianã, Itatuba, Realeza, e dezenas de outros sítios do baixo Purus; Liberdade e Concórdia, nos mais longínquos [sic.] trechos, **com as suas casas numerosas, que se arruam às vezes ao lado de pequenas igrejas, ampliam-se em verdadeiras vilas** (*Ibidem*, p. 154, *grifos nossos*).

Para mitigar o problema do nomadismo e acelerar a fixação da população no território, Euclides propôs a criação de uma ferrovia Transacreana. Essa iniciativa viria a se integrar ao projeto da grandiosa ferrovia Madeira-Mamoré – estipulada pelo Tratado de Petrópolis como cláusula para incorporação do Acre pelo Brasil –, cuja construção se iniciaria em 1907 (SOUZA, 2019, pp. 242-244; HARDMAN, 2005; BENCHIMOL; SILVA, 2008). A conexão entre as duas ferrovias permitiria ao Acre uma ligação maior com o Noroeste do Estado de Mato Grosso – a região do atual Estado de Rondônia.

A fim de embasar a proposta da Transacreana, Cunha invocava um importantíssimo caminho férreo estadunidense que, junto com mais dois, integrou a primeira ferrovia Transcontinental, terminada em 1869 (BAIN, 2000). Tomando-a como modelo, o autor afirma que “a linha acriana, a exemplo da Union Pacific Railway, não vai satisfazer um tráfego, que não existe, senão criar o que deve existir”²⁷⁹ (CUNHA, 2000, pp. 201-202).

A comparação era claramente hiperbólica. A estrada de ferro acreana, tal qual pensada por Euclides, teria 726 quilômetros (*Ibidem*, p. 200). Esse comprimento sequer correspondia à metade da extensão da Union Pacific – 1.749 quilômetros (KLEIN, 2006, p. 226) – e a um quarto do tamanho da Transcontinental – 3.077 quilômetros²⁸⁰.

Aludindo a um exemplo imponente, o exagero de Euclides queria persuadir o público-leitor dos profundos e salutares efeitos sociais que uma linha ferroviária traria ao Acre. Entre eles, o estímulo à sedentarização. Essas consequências sociais

não pormenorizam [*efeitos*] por demasiado intuitivos, nos múltiplos aspectos que vão do simples fato concreto da redistribuição do povoamento – locando-se com segurança os **núcleos coloniais ou agrícolas** e demarcando-se

²⁷⁹ A citação explicita o imaginário cosmopolita que o desenvolvimento do Capitalismo da *Belle Époque* evocava, materializado, como lembra Francisco Foot Hardman (2005, pp. 62-83), pelas inúmeras Exposições Universais que tomavam lugar desde o século XIX.

²⁸⁰ Em 1869, a Transcontinental era composta pelas conexões entre três ferrovias: a Union Pacific, com 1.086 milhas de extensão, que ligava Omaha, no Estado de Nebraska a Promontory Summit, em Utah; a Central Pacific Railroad Company of California, que tinha uma extensão de 690 milhas e ia de Promontory Summit até Sacramento, na Califórnia; e a Western Pacific Railroad Company, com 132 milhas, que conectava Sacramento a Oakland, também na Califórnia (MERCIER; HALBROK, 2020). Em função da malha ferroviária já presente no Meio-Oeste dos Estados Unidos, com o advento da Transcontinental, o transporte entre a Costa Leste e a Costa Oeste do país se tornou extremamente mais rápido e fácil (BAIN, 2000).

legalmente as terras indivisas – à gerência mais pronta, mais desemperedida [sic.], mais firme, dos poderes públicos, que hoje ali se triparte, desunida, em sedes administrativas impostas exclusivamente pelas vicissitudes geográficas. **Tais resultados por si sós bastariam a justificar excepcionais dispêndios** (CUNHA, 2000, p. 202).

Nessa concepção, as estradas de ferro seriam “verdadeiros caminhos de **guerra contra o deserto**, imperfeitos, selvagens” (*Ibidem*, p. 203, *grifos nossos*). Na contenda contra o despovoamento, um dos principais fitos do projeto ferroviário de Euclides era o estímulo à agricultura, atividade econômica sedentária por definição. Segundo o cientista social amazonense Márcio Souza, essa era uma preocupação já levantada por Plácido de Castro (1873-1908), líder da Proclamação do Estado Independente do Acre em janeiro de 1903 (SOUZA, 2019, p. 256). O movimento preparou o terreno para a anexação do território pelo Brasil²⁸¹.

Diversificando a produção econômica e tornando-a menos dependente do extrativismo do látex, a agricultura, praticada aqui e ali, seria uma possibilidade de aos poucos se alcançar um maior adensamento demográfico:

Mesmo no Acre propriamente dito, onde a densidade maior das árvores de borracha permite a abertura de 16 estradas numa légua **quadrada, toda esta área capaz de sustentar, de acordo com a unidade agrícola corrente, cinquenta famílias de pequenos lavradores, requer a atividade de oito homens apenas, que lá se espalham e raramente se vêem**. Calcule-se um seringal médio, de duzentas “estradas”: tem cerca de 15 léguas quadradas; e este latifúndio, que se povoaria à larga com 3.000 habitantes ativos, **comporta apenas a população invisível de 100 trabalhadores, exageradamente dispersos. É a conservação sistemática do deserto, e a prisão celular do homem na amplitude desafogada da terra** (CUNHA, 2000, p. 153, *grifos nossos*).

O fomento à agricultura também teria outra consequência importante. Num cenário em que as populações acreanas estivessem mais enraizadas no território pela via da produção e da pequena propriedade agrícolas, a administração pública poderia incidir de maneira mais regular e abrangente. Isso tornaria mais factíveis as reivindicações pela lisura e pela efetividade da Justiça no território²⁸², bem como pela criação de leis trabalhistas para proteção dos seringueiros, medidas consideradas urgentes por Euclides:

²⁸¹ “Plácido de Castro, o comandante do Exército acreano que em 1902 conquistou o território cobiçado por um consórcio imperialista, também ousou, na prática, contestar o poder dos coronéis de barranco. (...) Ele combatia a monocultura cega da borracha, vislumbrava sua futura decadência e preocupava-se com o sistema retrógrado dos seringais. Foi ele o primeiro a tentar, em suas terras no Acre, uma diversificação agrícola por meios modernos, usando adubos e máquinas para melhorar a produção” (SOUZA, 2019, p. 256).

²⁸² O decreto 5.188/1904 instituiu o Judiciário e o Ministério Público no Território Federal do Acre. Segundo o diploma legal, juízes e promotores, vindos de fora do Acre, seriam nomeados pelo Distrito Federal. A atuação da Justiça no território acreano era extremamente comprometida e limitada nas

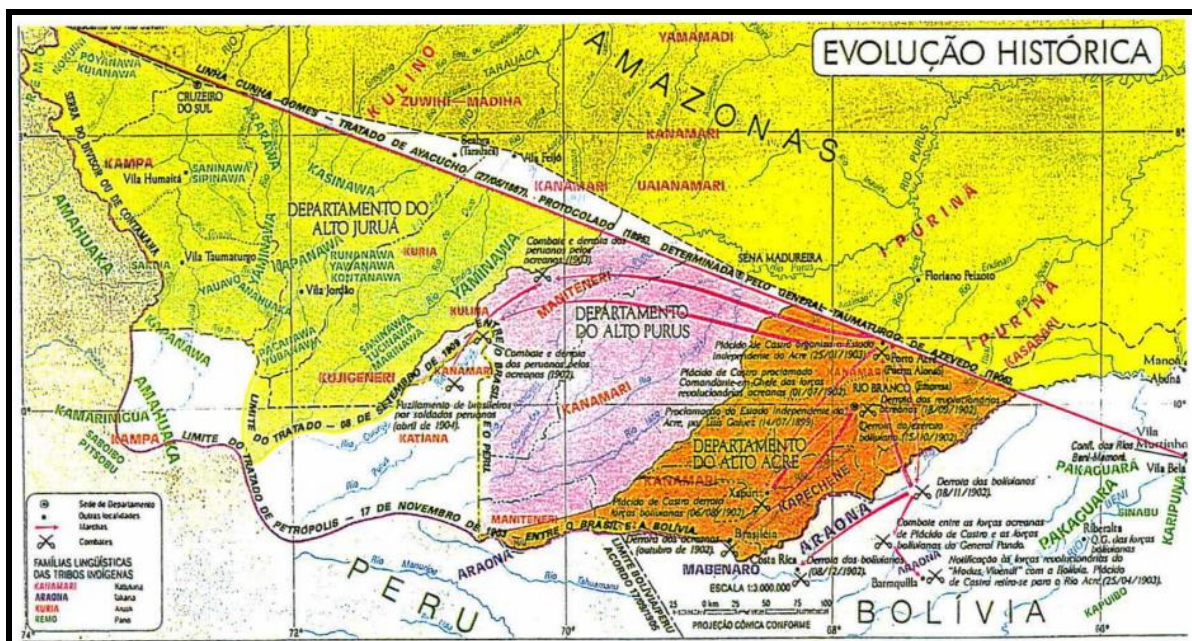
ressalta impressionadoramente [sic.] a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do *homestead* que o **consorcie definitivamente à terra** (*Ibidem*, p. 130, *itálico do autor, grifos nossos*).

A ferrovia dispararia uma série de transformações positivas, combatendo a degradação do trabalho servil dos seringueiros, franqueando-lhes a possibilidade da agricultura e ampliando a presença das instituições públicas. Com isso, as sociedades seringueiras amazônicas se reavivariam e se tornariam mais vigorosas. Enfrentava-se o cenário descrito por Euclides no prefácio da coletânea de contos *Inferno Verde*, publicada por seu amigo, o engenheiro Alberto Rangel. Para Cunha, no Amazonas então ocorria uma “**cruel antilogia: sobre a terra farta e a crescer na plenitude risonha da sua vida**, agita-se, miseravelmente, **uma sociedade que está morrendo...**” (CUNHA, 2000, p. 348, *grifos nossos*).

O projeto da Transacreana não tinha como meta somente o crescimento da migração para o Acre. Também objetivava a organização do povoamento dentro do território acreano. Não bastava o crescimento econômico do mais recente pedaço do país, de resto muito bem integrado nas vultosas cadeias comerciais do látex amazônico. Tratava-se, antes, de direcionar e dispersar os fluxos populacionais para aquele espaço.

décadas de 1900 e 1910 em virtude de diversos fatores. Um deles era a alta evasão dos operadores do direito nos cargos. Outro consistia na falta de garantias e condições adequadas para o exercício das funções por parte dos juízes, uma vez que prefeitos – administradores públicos dos Departamentos em que o Acre estava dividido – usurpavam seus poderes. Esse foi o caso da administração de Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento acreano do Alto Juruá entre 1904 e 1906 – período da viagem de Euclides. Azevedo promoveu uma série de intervenções sobre os juízes locais. Uma terceira causa consistia no fato de que, na ausência de juízes, os prefeitos assumiam as atribuições judiciárias, em uma clara concentração de poderes. Uma quarta causa que obstava o funcionamento idôneo do Judiciário no Acre era a nomeação de donos de seringais, leigos, como juízes de paz, o que gerava a corrupção do exercício da função jurisdicional. À vista da ausência rotineira de juízes de Direito, tais juízes leigos exerciam grande poder, o que dava margem a uma série de abusos contra inimigos desses seringalistas ou contra trabalhadores a eles vinculados (COSTA, 2002).

Mapa 2 – Departamentos do Território Federal do Acre (1904)²⁸³



O espaço entre a linha roxa e a linha amarela e preta pontilhada, entre os Departamentos do Alto Juruá e do Alto Purus, indica a área do Acre cedida ao Peru em 1909, área que anteriormente o Brasil anexara da Bolívia mediante o Tratado de Petrópolis (1903)²⁸⁴

A Transaccreana atravessaria os principais polos de desenvolvimento do Acre. Ligaria o Departamento – divisão territorial administrativa – de Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá, no Noroeste do território e o Departamento da capital Rio Branco, às margens do Rio Acre, no Sudeste acreano. Também passaria pelo Departamento do Purus, que ficava entre os dois Departamentos (*Ibidem*, p. 200):

A estrada de Cruzeiro do Sul ao [Rio] Acre não irá, como as do sul do nosso país, justapondo-se à diretriz dos grandes vales, porque tem um destino diverso. Estas últimas, sobretudo em S. Paulo, são tipos **clássicos de linhas de penetração: levam o povoamento ao âmago da terra. Naquele recanto amazônico esta função, como o vimos, é desempenhada pelos cursos de água. À linha planejada resta o destino de distribuir o povoamento, que já existe.** É uma auxiliar dos rios. Corta-lhes, por isto, transversa, os vales.

Daí esta conseqüência inegável; adapta-se, naturalmente, mercê da própria direção, às deprimidas áreas divisórias dos afluentes laterais, e, acompanhando-os, **forra-se em grande parte aos empecilhos daquela hidrografia embaralhada** (*Ibidem*, p. 201, *grifos nossos*).

²⁸³ Fonte: IMAC – Secretaria de Meio Ambiente do Acre. *Atlas Geográfico Ambiental do Acre*. [S. n.]: Rio Branco, 1991 *apud* WOLFF, 1998, p. 16.

²⁸⁴ Ver também mapa da área de fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, produzido por Euclides da Cunha em julho de 1909 (SANTOS, 2018, imagem nº 43). Optamos por não reproduzir o referido mapa, pois ele não exhibe a divisão do território do Acre nos três Departamentos indicados.

Todo esse empreendimento teria uma manifesta função estratégica para a integração territorial do Acre e para a melhoria das condições de vida de sua população. Em virtude de tal papel, Euclides atribuía ao Estado brasileiro a responsabilidade da execução do projeto da ferrovia. O autor deixava isso claro, ao afirmar que se tratava de uma “intervenção urgentíssima do Governo Federal [que] impõe-se como dever elementaríssimo de aviventar e reunir tantos esforços parcelados” (*Ibidem*, p. 200).

A concepção da Transacreana por parte de Cunha é, então, bastante distinta da defesa que Roberto Payró faz das ferrovias patagônicas do território de Chubut. O autor do *La Nación* preferia que esses traçados de ferro não fossem construídos pelo Estado, mas por agentes particulares – britânicos ou nacionais. Payró considerava o caráter privado uma virtude dessas futuras estradas, desgostoso e desconfiado que era da ação do poder público argentino ao Sul do Río Negro.

Essas ferrovias, diferentemente da sonhada por Euclides, tinham a missão primeira de atender ao comércio entre Chubut e o resto da Argentina, auxiliando o escoamento da produção agrícola local. Essas vias férreas driblariam a tibieza do transporte marítimo e fluvial patagônico. Atenderiam a uma organização social e econômica já consolidada, na região mais desenvolvida da Patagônia Sul. A Transacreana, por sua vez, queria fomentar a distribuição demográfica e a agricultura, remanejando as populações do Acre através do território.

Em toda *La Australia argentina*, como demonstramos na seção anterior, os reclamos de Payró se concentram em aperfeiçoar a presença do Estado argentino na Patagônia. O objetivo do intelectual era que o Governo Federal argentino cessasse de intervir de modo inconveniente, de coibir o pleno enriquecimento da região. Esse desenvolvimento que já estaria sendo levado a cabo pela atividade econômica de colonos, pastores, agricultores, mineiros ou caçadores. O processo traria benefícios diretos para a Costa Sul argentina e, indiretamente, para o país como um todo.

Em distinção, para Euclides, as transformações positivas para as populações extrativistas e ribeirinhas do Acre dependeriam muito mais da ação do Estado. Essa percepção de maior dependência em relação ao poder público se lastreava, entre outros motivos, no fato de naquela porção amazônica as relações de trabalho no setor do látex serem acintosamente opressivas, havendo então poucas alternativas de subsistência. Ali, a agricultura era muito rudimentar e escassa, não oferecendo a chance de autonomia e prosperidade que Payró projetava nas pequenas propriedades agropastoris patagônicas.

Por essas razões, pode-se compreender o entusiasmo do argentino e o desinteresse do brasileiro na ação dos agentes privados nas regiões que visitaram.

Por sua vez, deve-se ter em conta que Payró, como crítico do Roquismo hegemônico na Argentina, redigia *contra* o Estado. Euclides, como cartógrafo do Ministério das Relações Exteriores²⁸⁵ e chefe da Comissão de Reconhecimento para o Alto Purus, falava de *dentro* do Estado e *para* o Estado – ou, de maneira mais precisa, para uma pequena fração do Itamaraty, como mostraremos. O viajante não poderia se esquivar de meditar sobre as possibilidades de atuação do Governo Federal brasileiro no Acre. As ideias de Cunha, que tinha visto o Acre com os próprios olhos, certamente poderiam encontrar eco dentro do Ministério de Rio Branco. Conferir premência a essas propostas e devanear sobre seus efeitos cintilantes era uma forma de Euclides, por meio de uma escrita vigorosa, fazer *lobby* de suas próprias convicções.

O projeto da Transacreana trazia consigo a esperança de que a intervenção estatal por meio de grandes obras públicas fosse capaz de redimir a realidade nacional do Brasil do início do século. Era uma aposta que as elites de muitos países subdesenvolvidos começaram a fazer no século XIX: a de que projetos de engenharia teriam o poder faústico de implantar e induzir novos arranjos sociais e econômicos, abolindo de cima para baixo as misérias nacionais (MURARI, 2009, pp. 314; HARDMAN, 2005). Como no verso de Walt Whitman, o que se almejava era “o Novo transposto por sua poderosa ferrovia”.

Nas palavras de Marshall Berman, tratava-se de um “modernismo do subdesenvolvimento”:

Esse modernismo surgiu pela primeira vez na Rússia, mais drasticamente em São Petersburgo, no século XIX; em nossa era, com o avanço da modernização – porém, geralmente, de uma forma truncada e desvirtuada como na Antiga Rússia –, **expandiu-se por todo o Terceiro Mundo. O modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasmas.** Para ser verdadeiro para com a vida da qual emerge, é forçado a ser estridente, grosseiro e incipiente. **Ele se dobra sobre si mesmo e se tortura por sua incapacidade de, sozinho, fazer a história, ou se lança a tentativas extravagantes de tomar para si toda a carga da história** (BERMAN, 2007, p. 271, *grifos nossos*).

²⁸⁵ Não existia propriamente um cargo oficial de cartógrafo no Ministério das Relações Exteriores, na época. A criação de tal posto dependia da aprovação do Legislativo, processo moroso e difícil. Então, “[a] solução encontrada por Rio Branco foi contratar Euclides mediante um acerto de cavalheiros, sem nenhuma base legal, e pagar seu salário pela verba reservada – recursos que o ministro manejava sem prestar contas a ninguém” (SANTOS, 2001, p. 276).

4.3 A Geopolítica no projeto euclidiano para a Amazônia: a defesa da hegemonia regional brasileira e o embate com a República do Peru

“Tomar para si toda a carga da história”. Esse bem poderia ser o mote de Euclides em relação à missão que o Estado brasileiro deveria desempenhar, com foros estratégicos, no Acre. Tumultuado por disputas fronteiriças primeiro com a Bolívia e depois com o Peru, esse espaço geográfico foi visto pelo escritor como fundamental para o Brasil reafirmar e proteger seus amplos domínios na região amazônida.

Não estaria em questão tão-só o pequeno Acre, mas a manutenção de todo o largo território amazônico abraçado pelo país. Também estaria em jogo a posição privilegiada da Amazônia Ocidental no xadrez das relações internacionais. Em função de eventos militares como a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e a expectativa pela futura abertura do Canal do Panamá na década de 1910, o autor acreditava que o “centro da civilização” mundial poderia se deslocar do Atlântico e do Velho Continente para o Pacífico²⁸⁶ (SEVCENKO, 2003, pp. 170-171).

Estaria em xeque, portanto, todo um futuro da nação e sua inserção no mundo. Sem um deliberado, sempiterno esforço de integração territorial por parte do Brasil, advertia Cunha,

aquela Amazônia onde se opera agora uma seleção natural de energias e diante da qual o espírito de Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, *onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo, a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, natural e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga do seu próprio movimento* (CUNHA, 2000, pp. 219-220, *itálicos do autor, grifos nossos*).

Esse destacamento é que se queria prevenir. Euclides tivera uma formação militar na Praia Vermelha (CARVALHO, 2010), fator certamente decisivo para sua preocupação com a defesa do território nacional, e a partir de 1904 trabalhou como

²⁸⁶ “A convicção de Euclides se baseava no embate entre os EUA, o Japão, a Rússia e a Inglaterra. Mas, à parte o aspecto militar, seria essa também a área privilegiada dos grandes mercados e das mais intensas relações mercantis, principalmente após a abertura do canal do Panamá. Ora, isso implicava que o Brasil, para não se alhear dessa marcha da civilização para o Oeste, criasse vias de comunicação e acesso na direção da costa do Pacífico. Assim, o escritor depositava enormes esperanças na extensão da Estrada de Ferro Noroeste até Corumbá, de onde se ligaria com os trilhos bolivianos de Santa Cruz de La Sierra e daí por diante, atravessando os Andes, até o Pacífico, tornando-se assim uma via intercontinental” (SEVCENKO, 2003, p. 170). Também revela essa percepção de Euclides a menção que o autor faz, no texto “Temores Vãos”, à vitória dos Estados Unidos sobre a Espanha pela influência sobre as Filipinas, no contexto da Guerra Hispano-Americana (1898): “a civilização, depois de contornar a terra, volvia ao berço fulgurante do Oriente, levando-lhe os tesouros de uma faina secular...” (CUNHA, 2014, p. 122).

burocrata do Ministério das Relações Exteriores. Sob o prisma dessas ligações institucionais, naturalmente, todo o programa de Euclides para o Acre se revestiu de questões de política externa. O fomento à agricultura e o rearranjo da distribuição populacional, pregados pelo autor, eram desdobramentos da tarefa de consolidar a efetiva presença demográfica e institucional brasileira no Acre. Ao ver as vilas e barracões de brasileiros pululando ao longo do Purus, o viajante decreta, esperançoso, que seriam “a imagem material do domínio e da posse definitiva” (CUNHA, 2000, p. 154). Isto é: apesar de desordenados, os fluxos de ocupação inspiravam maior confiança no tocante à fixação da soberania brasileira naquela nova frente que era o Acre.

Essas considerações derivavam da visão euclidiana de que a Geopolítica poderia ser explicada pelo perfil étnico dos povos e das características geográficas dos espaços em conflito (PONTES, 2005, p. 54). Na concepção de Cunha, as condições físicas e raciais, bem como o desenvolvimento econômico de um país – e suas regiões – acarretavam sua sorte ou azar nas contendas territoriais ante outras nações ou impérios. Os triunfos, as conquistas de novas fronteiras por parte de um país, no plano externo, seriam um mero desdobramento de seu desenvolvimento interno: o endógeno determinaria o exógeno.

Isso trazia importantes corolários para o Brasil e seus dilatados sertões:

Esses *paraísos vazios* mantidos em grande parte do território representavam, para Euclides da Cunha, **um doloroso contraste frente à intensidade do processo de crescimento econômico observado em outros países**, nos quais o imperialismo representava apenas a consequência *natural* de um desenvolvimento *orgânico* (MURARI, 2009, p. 323, *itálicos da autora, grifos nossos*).

Dessa sorte, para Euclides, o país se via em uma encruzilhada: integrando e desenvolvendo o Acre e a Amazônia nacional, tais territórios seriam mantidos pelo Brasil e seu poder geopolítico seria ampliado na região. Caso contrário, mantendo essas vastíssimas áreas descuidadas e desamarradas da nação, elas poderiam cair em mãos estrangeiras – o que seria um inaudito revés para uma potência regional como o Brasil na América do Sul da época.

Em “Contra os Caucheiros”, artigo de 22 de maio de 1904, anterior a sua viagem amazônica, Cunha sugere que já teria “passado o tempo em que a honra e a segurança das nacionalidades se entregavam, exclusivamente, ao rigor das tropas arregimentadas” (CUNHA, 2014, p. 96). Uma presença populacional brasileira forte no Acre seria o meio mais eficaz de defender o novo território em face às ameaças externas.

Ameaças que existiam e que não eram menosprezáveis, de acordo com Euclides. As tensões com a República do Peru eram encaradas com muita seriedade pelo autor. Como articulista, em 14 de maio de 1904, meses antes de ser nomeado chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Purus, Cunha alertara sobre um “conflito inevitável” contra os peruanos:

As incursões peruanas não denunciam apenas a avidez de alguns aventureiros doidamente ferreteados da ambição que os arrebatava às paragens riquíssimas dos seringais. São mais sérias; são quase um expressivo movimento histórico, desencadeado com uma finalidade irresistível. Não as determinam apenas as energias sociais instáveis e dispersivas da república sul-americana mais malignada pela caudilhagem, senão as mesmas leis físicas invioláveis de toda aquela zona.

(...) Se contra o Paraguai, num teatro de operações mais próximo e acessível, aliados às repúblicas platinas, levamos cinco anos para destruir os caprichos de um homem [*o Presidente paraguaio Solano López*] – certo não se podem individualizar e prever os sacrifícios que nos imporá a luta com a expansão vigorosa de um povo (CUNHA, 2014, p. 90, p. 95)

Professando seu credo na influência das condições e dos recursos naturais na Geopolítica, Euclides postulava que a cisão entre o Ocidente litorâneo – região de tradicional concentração populacional, sede da capital Lima – e o Oriente interiorano impelia o povo e o Estado peruano a transporem os Andes e se consolidarem na Amazônia²⁸⁷ (RIBEIRO, 2019, pp. 106-107). As terras ao Leste dos Andes seriam mais férteis e melhores para a agricultura do que as “praias e vales areentos” da Costa Pacífica (CUNHA, 2014, p. 91). Ademais, o acesso ao Atlântico, pela via da Bacia Amazônica, seria crucial para o desenvolvimento da nação: “O Pacífico, ainda que se rasgue o canal de Nicarágua, parece que pouco influirá no progresso do Peru. O seu verdadeiro mar é o Atlântico; sua saída obrigatória, o Purus” (*Ibidem*, p, 94).

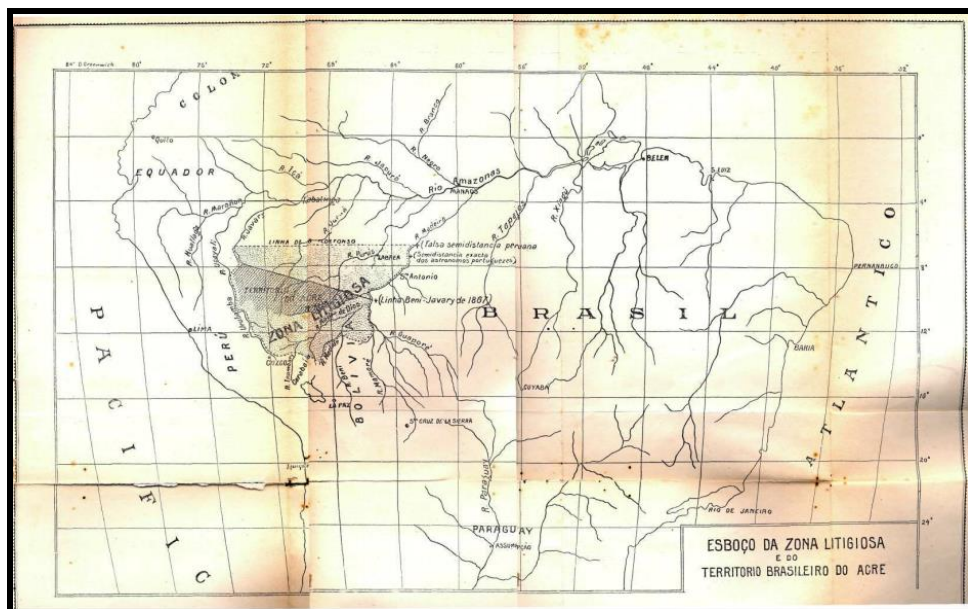
Justificando seus temores em relação aos anseios expansionistas peruanos, Cunha indicava como antecedentes duas medidas do país andino: a criação de ferrovias e, desde 1859, a organização de expedições voltadas para o Leste amazônica do Peru. Segundo o crítico literário Álvaro Lins, estudioso da gestão Rio Branco no Itamaraty, o expansionismo peruano se verificava também em pleitos territoriais mais ao Norte, contra o Equador e a Colômbia (LINS, 1996).

Mesmo que Euclides superdimensionasse os perigos de um iminente embate militar com os peruanos, o litígio com o país andino na Amazônia se apresentava como

²⁸⁷ Euclides examina o tema no artigo ““Brasileiros””, publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1907. No texto, trata da expansão peruana na Amazônia, seja nas regiões de divisa com o Acre, seja na região de Loreto, fronteira do Equador a Oeste, da Colômbia a Norte e do Estado do Amazonas a Leste (CUNHA, 2000, pp. 181-194).

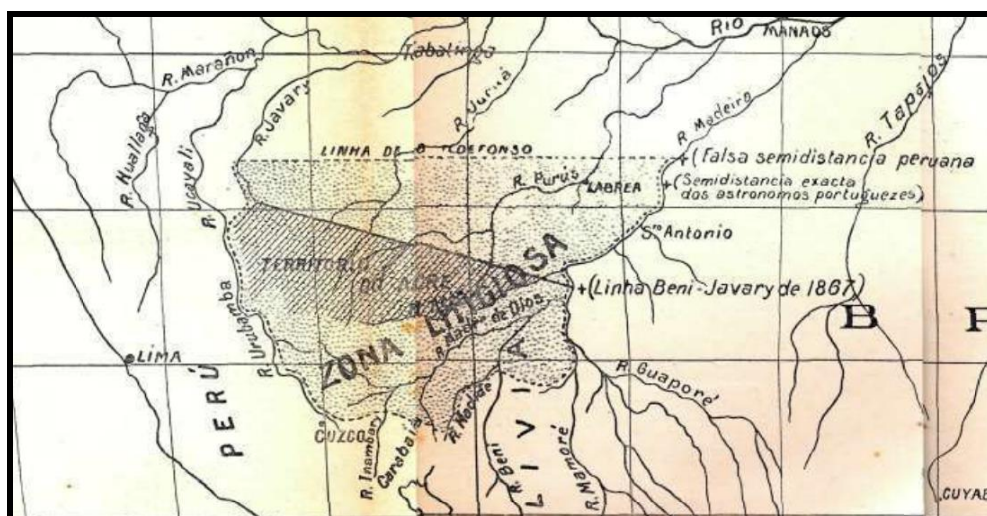
uma questão urgentíssima para o Brasil em 1904 (TORRES, 2019, p. 79; MONIZ BANDEIRA, 2000, pp. 161-164). Tratava-se de uma pendência após a assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia. O artigo VIII do Tratado determinava que o Brasil negociaria diretamente com a República Peruana o território fronteiriço compreendido entre “a nascente do Javary e o paralelo [latitude] 11°, procurando chegar a uma solução amigável do conflito, sem responsabilidades para a Bolívia em caso algum” (BRASIL, 1903, p. 4; GOES FILHO, 2015, pp. 341-342).

Mapa 3 – Esboço da zona litigiosa entre Brasil e Peru e do território brasileiro do Acre, reproduzido em *Peru versus Bolivia*²⁸⁸



²⁸⁸ Fonte: CUNHA, 1907, pp. 1-2.

Mapa 4 – Detalhe do Esboço da zona litigiosa entre Brasil e Peru e do território brasileiro do Acre, reproduzido em *Peru versus Bolívia*²⁸⁹



Acre: área hachurada com linhas pretas; Zona litigiosa: área pontilhada de cinza claro

Como recorda o diplomata e historiador Synesio Sampaio Goes Filho, tal área – que abarcava todo o Acre e parte do Sul e do Oeste do Amazonas – era maior do que a adquirida junto à Bolívia. Conforme Araújo Jorge (1999, p. 121), o espaço em disputa com o Peru totalizava 442 mil quilômetros quadrados em superfície – 191 mil quilômetros quadrados do Acre e 251 mil quilômetros quadrados do Amazonas (CARNEIRO, 2014, p. 389). Logo, a principal questão fronteiriça brasileira à época teria sido a travada com os peruanos e não aquela que envolveu os bolivianos (ARAÚJO JORGE, 1999, p. 121; SANTOS, 2021, pp. 212-217). Por esse motivo, o Tratado de Petrópolis recebeu críticas no Brasil, pois “incorporando-o, teríamos implicitamente comprado parte do conflito de limites entre o Peru e a Bolívia” (GOES FILHO, 2015, p. 342).

Desde 1902, caucheiros peruanos ocupavam pontos estratégicos do território que o Brasil estava em vias de obter junto à Bolívia. Naquele ano, houve uma ocupação organizada de peruanos no Alto Juruá e, em junho do ano seguinte – antes da assinatura do Tratado de Petrópolis –, outra no Alto Purús (CARNEIRO, 2014, p. 387). Era uma medida para, por meio de uma ameaça à soberania brasileira, pressionar o país a negociar suas fronteiras com o Peru e não exclusivamente com a Bolívia (*Ibidem*, p. 388). Em razão da demora da chegada de dois destacamentos militares à região, os

²⁸⁹ Fonte: *Ibidem, idem*.

peruanos foram combatidos, de maneira exitosa, por seringueiros brasileiros (*Ibidem, idem*).

No início de 1904, aconteceu uma nova tentativa peruana de tomada do Alto Purus, mais precisamente, no Rio Chandless²⁹⁰. Grupos de peruanos armados se apoderaram das localidades acreanas de Sobral, Funil e Cruzeiro do Sul. A ofensiva causou surpresa e preocupação no governo brasileiro (BRASIL, 2009, pp. 46-47 *apud* CARNEIRO, 2014, p. 388). A investida peruana tenha sido derrotada em 31 de março, mas novos ataques ainda aconteceriam. As tensões militares entre os dois países haviam voltado a crescer (COSTA, 1940, pp. 256-263). Em um sinal de ânimo beligerante, o Congresso peruano autorizou a tomada de empréstimos para a compra de novos armamentos²⁹¹ (MONIZ BANDEIRA, 2000, p. 162).

Enquanto isso, na capital, o Barão do Rio Branco se via à volta com uma postura agressiva dos representantes diplomáticos peruanos, o que acirrava as negociações bilaterais (PONTES, 2005, p. 52). Entretanto, o Itamaraty não cedia aos pleitos da República do Peru, considerando-os desprovidos de amparo jurídico. Assim, em um primeiro momento, o Chanceler via não na negociação, mas em uma ação militar enérgica, a saída para dissuadir o ânimo conflituoso peruano. Dizia o Ministro:

estamos a perder tempo e a dar tempo ao Peru para que se reforce e fortifique em Iquitos, no Juruá e no Purus. (...) no interesse da paz, eu peço e insto que nos mostrem os fortes e prontos para dar um golpe que impressione os peruanos (VIANA FILHO, 1996, p. 336).

Uma guerra parecia pronta a explodir. Havia temores de que os peruanos avançassem pelo Baixo Juruá e ocupassem cidades amazonenses, incluindo Manaus. O Brasil buscava aliados, como a Bolívia – com a qual se cultivavam boas relações desde o Tratado de Petrópolis – e o Equador – que tinha uma antiga querela com Lima em questões fronteiriças (MONIZ BANDEIRA, 2000, p. 162).

Foi em função desse contexto que Euclides da Cunha considerou iminente uma contenda de maior monta com o Peru, conforme escreveu no já citado artigo “Conflito

²⁹⁰ Para Euclides da Cunha, essas ofensivas não podiam ser encaradas como meras expedições em busca de riquezas naturais. Seriam, na verdade, movimentos de infiltração sistemática de tropas peruanas no território brasileiro, um movimento militar ao qual a República Peruana estaria impelida por suas condições geográficas (PONTES, 2004, p. 54)

²⁹¹ Segundo Moniz Bandeira, “Rio Branco recebeu informação de Buenos Aires sobre grande encomenda de canhões feita pelo Peru à empresa Krupp, da Alemanha, e instou o ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argollo, a tomar idêntica medida, recomendando-lhe que se concentrasse no Amazonas pelo menos 4.000 homens, com os meios necessários para ocupar Iquitos, tomar as lanchas de guerra peruanas e dominar Ucaiale, por onde passavam os reforços para o Alto-Juruá e o Alto-Purus” (MONIZ BANDEIRA, 2000, p. 162).

Inevitável”. Não obstante, menos de um mês depois, a via diplomática para a paz com os peruanos voltava a aparecer no horizonte. O Ministro das Relações Exteriores brasileiro havia convencido a república andina a assinar um *modus vivendi* – instrumento diplomático de pacto temporário, como antecedente de um futuro acordo mais completo, tal qual um tratado – para a retirada de sua fileira de caucheiros armados do Purus e do Juruá (CARNEIRO, 2014, p. 390).

Por fim, em 12 de julho de 1904, os governos de ambos os países selaram um acordo para a demarcação das suas fronteiras no Alto Purus²⁹². Desse compromisso nasceu a Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, responsável pelo mapeamento da região junto com órgão equivalente peruano²⁹³. Euclides foi nomeado chefe da Comissão em agosto. Ao fim daquele ano, partiria em viagem rumo à Amazônia (PIZA, 2010, p. 33; PONTES, 2005, p. 59; SANTOS, 2018, p. 347).

A defesa territorial do Acre e do Oeste amazonense, por conseguinte, é uma linha mestra de todas as propostas euclidianas para a Amazônia. Mesmo quando os ânimos peruanos já tinham em parte arrefecido, após a viagem da Comissão Mista, os textos do autor seguiam expondo a preocupação como imperativa. É o caso de “Transacrea”, de 1907 (CUNHA, 2000, pp. 195-208). O processo diplomático e os trabalhos da Comissão Mista de limites entre Peru e Brasil não eliminariam os riscos de novas ameaças ao território nacional.

Para Cunha, a Hidrografia da Amazônia Ocidental brasileira se afigurava “sobremodo desfavorável à defesa e garantia das nossas fronteiras naqueles lados” (*Ibidem*, p. 207). Apesar de os rios Purus, Juruá, Acre e Javari propiciarem um bom acesso de tropas brasileiras àquele pedaço da Amazônia, em caso de guerra, os rios Ucaiali e Madre de Dios, que passavam pelo Peru, possibilitariam uma boa entrada no território acreano – de ponta a ponta – e norte mato-grossense. Isso permitiria persistentes operações bélicas estrangeiras. Mesmo quando derrotadas em solo brasileiro, os corpos d’água lhes ofereceriam uma possibilidade de salvação e recomposição (*Ibidem*, pp. 207-208).

²⁹² Permanecia, entretanto, um clima de desconfiança entre os dois países. De acordo com Moniz Bandeira, Lima tinha “esperanças de que os E.U.A intervissem a seu favor constituíram provavelmente um dos fatores que levaram o Peru a recalçar e as discussões se estenderem até 1908. Sem elas, a questão de limites já estaria resolvida desde 1904” (MONIZ BANDEIRA, 2000, p. 163). A intervenção estadunidense não ocorreu (*Ibidem*, p. 164).

²⁹³ Com o mesmo propósito, também foi criada a Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Juruá, para a qual o Coronel Belarmino de Mendonça foi nomeado chefe (SANTOS, 2018, p. 347).

Os dois rios peruanos, chamados de “estrada militar incomparável”, teriam sua importância estratégica diminuída com a construção da ferrovia Transaccreana. Cobrindo do Noroeste ao Sudeste do Acre, ela garantiria a proteção e a presença de efetivos militares brasileiros nas duas extremidades do território. As entradas peruanas para o Acre vindas de um lado do Ucaiali e, de outro, do Madre de Dios, estariam assim neutralizadas.

Por esse condão de favorecer a hegemonia brasileira na Amazônia, evitando investidas estrangeiras, a Transaccreana é arquitetada por Euclides como “uma grande estrada **internacional de aliança civilizadora, e de paz**”²⁹⁴ (CUNHA, 2000, p. 208, *grifos nossos*). O caráter internacional da linha de ferro era justificado em vista da articulação que viria a fazer, na previsão do autor, com a Madeira-Mamoré:

Assim, desde que se ultime a Madeira-Mamoré, esta [*a Transaccreana*] **a atrairá, irresistivelmente, para o levante, realizando-se o fenômeno vulgaríssimo de uma captura de comunicações**. Então ela transporá o Acre indo buscar o Madeira na confluência do Abunã, ou em Vila Bela, extinguindo, de golpe, todos os inconvenientes de três navegações contornantes e longas. **Ao mesmo tempo, no outro extremo, dilatando-se para oeste, perlongando o Moa e indo transmontar os cerros batidos de Contamana, alcançará o Ucaiali, deslocando para Santo Antônio do Madeira parte da importância comercial de Iquitos**. Então, a transaccriana modestíssima, de caráter quase local, feita para combater uma disposição hidrográfica, se transmutará em **estrada internacional, de extraordinários destinos** (CUNHA, 2000, p. 206).

Por conseguinte, o entusiasmo de Cunha pela Transaccreana não advinha do projeto em si, mas, sobretudo, de sua interligação com uma crescente malha ferroviária que prometia abraçar o Centro-Oeste e Noroeste do Brasil. Seria possível, assim, promover a “necessária conexão do centro geográfico ao dinâmico litoral brasileiro” (MURARI, 2007b, p. 501), mitigando a ancestral clivagem entre a faixa litorânea e os sertões brasileiros de que já falava o Frei Vicente do Salvador²⁹⁵.

²⁹⁴ Recorde-se que “Cunha previa a futura unificação da Transaccreana com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e sua expansão rumo ao rio Ucayali, de modo a desviar o escoamento da produção dos caucheiros peruanos, de Iquitos para Belém. Assim, a Transaccreana poderia se tornar, em longo prazo, uma ferrovia internacional de importância comercial e estratégica” (VITAL, 2016, p. 206)

²⁹⁵ Além da Madeira-Mamoré, outra via férrea que prometia somar esforços nesse sentido era a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, projeto louvado por Euclides no texto “Viação Sul-americana” (CUNHA, 1909). O empreendimento, organizado em 1904, previa ligar Bauru, no interior de São Paulo, a Corumbá, no Mato Grosso [*hoje, em Mato Grosso do Sul*] (MURARI, 2009, p. 500-501). Tal como a Madeira-Mamoré, a Noroeste não só fomentava a integração territorial e geográfica do Brasil, como também alimentava os planos de entrelaçamento comercial com outros países sul-americanos – no caso, a Bolívia e o Chile. Devido à ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, a produção boliviana poderia encontrar melhor e mais curto escoamento no Atlântico pela via do porto de Santos do que pelo de Buenos Aires, mais distante. Em acréscimo, as conexões férreas entre a Bolívia e o Chile também permitiriam a ligação entre o litoral atlântico brasileiro e o pacífico chileno (CUNHA, 2019).

Os planos dessas vias férreas acabavam por responder à crítica que Euclides fizera no texto “Ao longo de uma estrada”, escrito em novembro de 1901 e publicado n’*O Estado de S. Paulo* em janeiro de 1902 (CUNHA, 1995a, p. 545), sobre a localização predominante da malha ferroviária brasileira da época. O autor lamentava o fato de elas se restringirem a acompanhar a “agricultura extensiva de exportação, cujo avanço para o interior era antes um resultado do processo contínuo de esgotamento e consequente abandono de terras” (MURARI, 2007b, p. 500).

Por mais que permeassem o interior brasileiro, as ferrovias de então se concentravam nas áreas agrícolas mais ricas do Centro-Sul, dando as costas para a imensidão do território brasileiro. Os trens no Brasil estariam mais a serviço da produção das oligarquias rurais do que de um projeto de integração e defesa do território nacional. Como lamentava Cunha:

De fato, nenhuma [ferrovia] busca o centro do país visando despertar as energias latentes que o afastamento do litoral amortece. Progridem arrebatadas por uma lavoura extensiva que se avanta no interior à custa do esgotamento, da pobreza, e da esterilização das terras que vai abandonando.

Povoam despovoando. Não multiplicam as energias nacionais, deslocam-nas. Fazem avanços que não são um progresso. E alongando para a frente os trilhos, à medida que novas terras roxas abroham em novos cafezais, vão, ao acaso, nesse seguir o sulco das derribadas, deixando atrás um **espantinho de civilização tacanha nas cidades decaídas circundadas de fazendas velhas...** (CUNHA, 2014, p. 163, *grifos nossos*)

No artigo intitulado “Olhemos para os sertões”, publicado no *Estadão* em 18 de março de 1902, Euclides prosseguiu no balanço crítico das ferrovias brasileiras. Cunha alertava para o caráter por demais artificial, “inorgânico” e impositivo que boa parte dos projetos ferroviários assumia no Brasil. Esse risco poderia torná-los contraproducentes à luz do objetivo de “incorporação da *gens* obscura dos sertões” ao qual deveriam se destinar, segundo o escritor (CUNHA, 2000, p. 547, *itálico do autor*). Nesse caso, apesar de serem consideradas o suprassumo da modernidade, as ferrovias não seriam o elemento mais “civilizador” (*Ibidem, idem*):

[É] possível que não seja o processo mais civilizado o processo mais civilizador.

As sociedades, que são fenômenos naturais, não dão saltos.

As gentes sertanejas, com seus hábitos antigos, vezadas aso remansos de uma vida primitiva, não poderão, certo, **ascender de chofre** ao nosso meio.

Esta intimidade indispensável far-se-á através de uma evolução que **devemos provocar auxiliando, mas não dispensando um fator valiosíssimo – o tempo.**

A locomotiva veloz, golfando-lhes de improviso em pleno todas as exigências de um estado social superior, não as atrairá. Talvez as repila ou as deixe indiferentes ou, o que é mais sério, as deixe suplantadas.

(...) Não será temeridade abrirem-se-lhe, francas, prontamente transpostas pelos *wagons* ligeiros, as entradas dos sertões, antes que firmemos com as populações rarefeitas que o [sic.] **habitam uma intimidade garantidora dos nossos destinos sociais?** (CUNHA, 2000, pp. 547-548, *itálicos do autor, grifos nossos*)

Entre a publicação desse artigo e o posterior texto em defesa da Transacreana há um intervalo de mais de cinco anos. É possível supor que a visão do escritor sobre as ferrovias tenha mudado; que ele tenha se tornado menos crítico em relação à artificialidade dos caminhos de ferro nos interiores brasileiros.

Mas também é lícito pensar que a ferrovia acreana não se enquadraria como um tipo dos projetos criticados no excerto de “Olhemos para os sertões”. Sua criação não seria uma medida desconectada da realidade social daquele território, que vinha recebendo migrantes brasileiros desde o fim do século XIX. O caminho de ferro procuraria justamente garantir uma maior intimidade entre essas populações e o Estado brasileiro. Com as transformações sociais e econômicas possibilitadas pela via de ferro no Acre, o Brasil asseguraria tanto uma ocupação estratégica para proteger o território como para propiciar melhores condições de vida material aos seringueiros locais. Por esse prisma, a Transacreana não cometeria os pecados censurados por Euclides em “Olhemos para os sertões”: não seria um “elefante branco”.

As ferrovias pelas quais Cunha clamava deveriam dar vazão ao novo. No caso do Acre, a ferrovia deveria induzir a criação e consolidação de núcleos de povoamento e agricultura, a partir dos fluxos migratórios que esse território já recebia. Dessa feita, a estrada de ferro estaria entre as que “crescem, aperfeiçoando os elementos da sua estrutura complexa, como se fossem enormes organismos vivos transfigurando-se com a própria vida e progresso que despertam” (CUNHA, 2000, p. 203).

Vida e progresso brasileiros, para Euclides. A consolidação da presença e da influência nacional na Amazônia esteve no horizonte da política externa nacional ao longo de todo o século XIX. Era uma estratégia de prevenção, inclusive, contra eventuais avanços imperialistas europeus e estadunidenses. Como aponta o geógrafo Demétrio Magnoli, na Bacia amazônica,

a ausência de contrapesos sub-regionais significativos ao poder brasileiro, de um lado, e a presença de territórios submetidos ao controle direto das potências europeias principais, de outro, obrigou o Império a enfrentar as ambições francesas e britânicas de acesso ao vale amazônico. A partir de meados do século, o esboço de uma estratégia sul-americana afirmativa dos

Estados Unidos foi percebida pelo Império como uma fonte de novas ameaças para o domínio brasileiro sobre todo o espaço articulado pelo grande rio. A fluidez da ocupação humana do ecossistema amazônico, dificultando a projeção direta de poder, e as virtualidades estratégicas da rede fluvial, capaz de abrir o interior do continente à navegação internacional, serviram para conferir densidade e dramaticidade aos contenciosos de soberania (MAGNOLI, 1997, p. 175).

Tais apreensões não eram extemporâneas ao Barão do Rio Branco. Durante sua gestão do Itamaraty, poucos meses antes da assinatura do Tratado de Petrópolis, acompanhou a crise diplomática envolvendo a Venezuela entre 1902 e 1903. Em função da relutância do Presidente Cipriano Castro (1899-1908) em pagar as dívidas externas venezuelanas, o país caribenho enfrentou um bloqueio naval comandado pelo Reino Unido, pela Alemanha e pela Itália. A expectativa venezuelana era de que os Estados Unidos impedissem taxativamente essa intervenção europeia no continente, o que não aconteceu²⁹⁶ (SAIANI, 2018, p. 99).

Como consequência, no que tocava à Amazônia,

a preocupação do Barão concentrava-se em evitar um acordo entre os Estados Unidos e as potências europeias para a exploração comum dos recursos regionais. O bloqueio anglo-germânico à Venezuela, formalmente destinado a impor o pagamento da dívida com as potências europeias, evidenciou a duplicidade da política americana e ampliou os temores brasileiros (MAGNOLI, 1997, p. 222).

As fronteiras brasileiras na Amazônia, afinal, não vinham de berço. Não datavam do período colonial. Foram objeto de disputas e tensões através de todo o século XIX:

Embora a historiografia oficial incorpore as fronteiras amazônicas brasileiras ao mito da herança portuguesa, **no momento da Independência não se pode falar, com um mínimo de propriedade, em linhas de fronteiras nas porções norte e noroeste do território do Império.** Na região guianense, como vimos, as pretensões francesas e britânicas envolviam áreas imensas da parte setentrional do vale amazônico. **Igualmente, as faixas limítrofes com a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estavam sujeitas a controvérsias que podiam abarcar centenas de quilômetros quadrados.** A partir de meados do século, com base na doutrina jurídica do *uti possidetis*

²⁹⁶ Segundo a Doutrina Monroe, diretriz crucial da política externa dos Estados Unidos desde a década de 1820, o país lutaria contra novas iniciativas colonizadoras na América, bem como contra ingerências europeias em assuntos internos de nações americanas. Porém, no caso da crise venezuelana de 1902-1903, o Departamento de Estado norte-americano não agiu de maneira contundente, por acreditar que o bloqueio naval europeu respondia a uma má conduta venezuelana e que não representava risco de ocupação territorial. O conflito entre a Venezuela e as nações europeias credoras foi resolvido na Corte Internacional de Haia, em favor dessas últimas. Temendo que o método de bloqueio naval fosse usado em novas ocasiões por nações europeias contra nações americanas em casos de cobranças, o que prejudicaria os interesses econômicos norte-americanos, os Estados Unidos o chamado “Corolário Roosevelt” da Doutrina Monroe, que facultava a intervenção militar do país no Hemisfério Ocidental (AZEREDO, 2003, pp. 125-126).

e na tática das negociações bilaterais, o Império procurou fixar esses limites (*Ibidem*, p. 182, *grifos nossos*).

O próprio Barão do Rio Branco reconhecia que o litígio fronteiriço com a República Peruana vinha desde a década de 1860, não sendo mera e imediata consequência do Tratado de Petrópolis (BRASIL, 2009, p. 29, p. 32 *apud* CARNEIRO, 2014, p. 376, p. 386). A definição dos limites nacionais peruanos na Amazônia Ocidental esbarrava em seus dois vizinhos na região, a Bolívia e o Brasil. Peru e Brasil celebraram dois tratados de limites no século XIX: o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, de 8 de julho de 1841 e o Tratado de Comércio, Navegação, Limites e Extradicação, de 1851. Ambos os tratados não resolviam imediatamente a questão das divisas entre os dois países, mas estabeleciam o compromisso de fazê-lo futuramente, de maneira pacífica e com base no princípio do *uti possidetis* (CARNEIRO, 2014, p. 383).

Dessa forma, quando o Império do Brasil assinou com a Bolívia o Tratado de Ayacucho (1867) – também conhecido como Muñoz-Neto –, a fim de delimitar as fronteiras entre as duas nações, o acordo foi contestado pelos peruanos, defensores de uma negociação que os incluísse²⁹⁷ (NOVAK; NAMIHAS, 2013, pp. 34-36). Por diversas vezes – em 1868, 1870, 1874 e 1903 –, a diplomacia peruana encaminhou ao Brasil a proposta de uma comissão trinacional para definição dos limites territoriais da Amazônia Ocidental ao Itamaraty (CARNEIRO, 2014, p. 386). Em todas as oportunidades e sob diferentes gestões do Ministério das Relações Exteriores, o pedido foi rechaçado (*Ibidem, idem*).

O governo de Lima questionava a legitimidade do Tratado de Ayacucho, afirmando que áreas de seu território estavam sendo indevidamente apropriadas pelo Brasil e pela Bolívia²⁹⁸. A objeção também viria a ser levantada por ocasião do Tratado de Petrópolis (*Ibidem*, p. 376, p. 383). A alegação se baseava em velhas reivindicações

²⁹⁷ Antes mesmo do Tratado de Ayacucho, as autoridades peruanas já evidenciavam às brasileiras sua discordância em relação aos territórios que o Brasil reconhecia como pertencentes à Bolívia. Em meio ao processo de delimitação de fronteiras perúvio-brasileiras, iniciado em 1863, o Peru pleiteou que a demarcação incluísse a área entre os rios Javari e Madeira, abrangendo parte do território do Amazonas e o território do Acre, que o Brasil então reconhecia como de pleno direito boliviano (SANTOS, 2021, p. 213).

²⁹⁸ Em razão de esse aspecto, Eduardo Carneiro, em Tese sobre a História acreana, aponta o oportunismo estratégico brasileiro – classificando-o como “sorrateiro” – na iniciativa brasileira de negociar com a Bolívia áreas que ainda estavam em litígio peruano-boliviano (CARNEIRO, 2014, p. 131). O caráter estratégico do Tratado de Ayacucho também é notado pelo fato de ele ter contribuído para que a Bolívia não se aliasse ao Paraguai na Guerra de Tríplice Aliança (1864-1870), contra o Brasil (ALBUQUERQUE FRANCO, 2017, p. 131).

peruanas em relação a partes do território boliviano, que incluíam o Acre (COSTA, 1940, p. 254; SANTOS, 2021, pp. 212-215).

Essa demanda vinha desde a Independência da Bolívia (1825). Tendo reconhecido a emancipação boliviana, o Peru impôs a condição de tomar para seu território sobre áreas ainda inexploradas do novo país (MAGNOLI, 1997, p. 183). Esse pleito estava relacionado ao fato de que no período colonial, a região que viria a ser a Bolívia – conhecida como Alto Peru, Audiencia e Chancellaria Real de Charcas ou de La Plata – se subordinou ora à administração de Buenos Aires, ora à Audiencia de Lima, no Vice-Reino do Peru (SOTOMAYOR, 2013; CUNHA, 1907, p. 44). As pretensões peruanas sobre o espaço geográfico boliviano também invocavam o período de união política entre os dois países no período da Confederação (1836-1839) (NOVAK; NAMIHAS, 2013, pp. 36-46). Após a fragmentação de tal união, os limites entre as nações ficaram ainda menos nítidos e consensuais²⁹⁹ (GOES FILHO, 2015, p. 242-244).

Como Paranhos, Euclides, empenhado observador internacional, conhecia o acirrado histórico de disputas geopolíticas entre as Repúblicas da América do Sul. Estava ciente dos riscos que desavenças e atritos com os países vizinhos poderiam representar ao Brasil. No artigo “Solidariedade Sul-americana”, publicado em meio ao ápice do conflito com os peruanos, Cunha advertia quanto aos perigos que as relações com os países do Subcontinente poderiam suscitar. Ironizando a ideia de “Solidariedade sul-americana”, em relação à qual era cético, o escritor ecoava o descrédito que autores brasileiros manifestaram em relação à América Hispânica por todo o século XIX e persistiam exteriorizando no início do período republicano. Como ilustra Maria Ligia Prado,

com a República, não se alteraram substancialmente as relações diplomáticas com os demais países da América Latina. **Esta posição se coadunava com a manutenção de um sentimento anti-hispânico bastante acentuado (...).** A República não destruiu as distâncias entre o Brasil e a América Hispânica, pois as diferenças, muito mais que as semelhanças, continuavam a ser destacadas. As visões da distância que nos separava contribuíram para a construção de um imaginário que forjou uma memória transformada em senso comum (PRADO, 2001, p. 146).

É curioso notar que as teses do artigo de Euclides são diametralmente contrárias às sustentadas em texto de título quase igual: “Solidaridad Latino-Americana”, escrito

²⁹⁹ A intrincada disputa de limites na Amazônia Ocidental entre Brasil, Peru e Bolívia demonstra o caráter móvel e poroso das fronteiras, como têm frisado as vertentes historiográficas da História Transnacional, das Histórias Cruzadas e Conectadas (WERNER; ZIMMERMAN, 2003; WEINSTEIN, 2013).

por Adolfo Sánchez – Ministro do Supremo Tribunal da Argentina – e publicado em 1906 pela *Revista Derecho, Historia y Letras*, de Estanislao S. Zeballos. Sánchez advogava pela união entre as nações sul-americanas contra possíveis intromissões estrangeiras, nomeadamente, as estadunidenses³⁰⁰.

Euclides, por sua vez, era simpático ao alinhamento brasileiro com os Estados Unidos (BAGGIO, 1998) e acreditava que as maiores questões internacionais que o país enfrentava vinham de suas redondezas, não do Hemisfério Norte. Mesmo sendo defensor da República, Cunha considerava que a queda da Monarquia colocara o Brasil mais próximo das nações vizinhas, o que poderia ser uma fonte de instabilidade:

A República nos tirou do remanso isolador do Império para a perigosa solidariedade sul-americana: caímos dentro do campo da visão, nem sempre lúcida, do estrangeiro, insistentemente fixa sobre os povos, os governos e os “governos” (ironicamente sublinhados ou farpeados de aspas) da América do Sul.

(...) Nós ficamos alinhados com o Paraguai, convalescente; com a Bolívia, dilacerada pelos motins e pelas guerras; com a Colômbia e a abortícia republícola que há meses lhe saiu dos flancos; com o Uruguai, a esta hora abalado pelas cavalarias gaúchas, e com o Peru.

Não exageramos. Poderíamos fazer numerosas e até monótonas citações, recentes todas, espalhadas em livros e em revistas, onde se move esta extravagante e crudelíssima guerrilha de descrédito.

Sem aquele ponto de referência, a opinião geral desvaira; (...) confundem-nos nas desordens tradicionais de caudilhagem; **mistura os nossos quatorze anos de regímen novo a mais de um século de pronunciamentos;** e como, durante esta crise de crescimento, nos saltaram e salteiam desastres – que só podem ser atribuídos à República por quem atribuía ao firmamento as tempestades que no-lo escondem (CUNHA, 2014, pp. 108-110, *grifos nossos*).

Fazendo o inventário do estado turbulento de alguns dos principais vizinhos brasileiros, o escritor conclui que a “solidariedade sul-americana” seria um “belíssimo ideal irrealizável” (*Ibidem*, p. 112). Seu efeito único seria “prender [*o Brasil*] às desordens tradicionais de dois ou três povos irremediavelmente perdidos, pelo se incompatibilizarem [sic.] às exigências severas do verdadeiro progresso” (*Ibidem*,

³⁰⁰ “No artigo *Solidariedade latino-americana* o ministro do Supremo Tribunal Argentino, Adolfo Sánchez, defendia a cooperação entre os países da América do Sul como forma de impedir ações imperialistas na região. A união não deveria levar em conta interesses individuais, mas o benefício mútuo através de uma aliança defensiva. O autor destaca que homens como Simón Bolívar, Bernardo Monteagudo e Sáenz Peña tentaram realizar integrações, mas a base de suas ações era militar. Para Sánchez a forma mais eficaz de defesa seria a cooperação diplomática, ideia largamente difundida num período marcado pela grande atuação intelectual de diplomatas, na qual se destacavam Rio Branco, no Brasil, e Zeballos, na Argentina. Para que a aliança prosperasse era importante a não intervenção de potências estrangeiras em assuntos da América do Sul. A principal preocupação era com os Estados Unidos que estavam estendendo sua influência na região” (VALE CASTRO, 2019, pp. 94-95).

idem). Naturalmente, as maiores preocupações de Euclides giravam em torno de um possível conflito com a nação peruana. Conflito que, na visão do autor, o país tinha corretamente tentado evitar, mas caso eclodisse, poderia vir a ser uma “guerra reconstrutora”³⁰¹ (*Ibidem, idem*).

Semelhante peleja implicaria a soma de esforços brasileiros, podendo impulsionar e ratificar a supremacia nacional no espaço amazônico. Nesse caso, uma guerra contra os peruanos poderia até ser benéfica. Mas, para tanto, era necessária a realização de medidas estratégicas para a região fronteiriça, como a construção da Transacreana, o melhoramento da navegabilidade de rios como o Purus e o estímulo ao povoamento. Adotando esse programa, o país estaria preparado para reafirmar seu domínio no Acre e no Oeste do Amazonas, bem como ter seu poder fortalecido na Bacia Amazônica.

Com ou sem a guerra contra a nação andina, Euclides da Cunha sonhava com um futuro grandioso para o Brasil dentro do concerto sul-americano. O autor encampava uma visão triunfal da História do país, calçada em um suposto excepcionalismo e um imaginado Destino Manifesto (SEVCENKO, 2003, p. 185). Para Cunha, ao Brasil estaria reservado o papel de seguir “à frente das nações sul-americanas como os mais fortes, os mais liberais e os mais pacíficos” (CUNHA, 2014, p. 111). De maneira ambiciosa, o funcionário do Itamaraty esperava que a nação assumisse um posto de liderança e protagonismo, destacando-se dos países adjacentes e fazendo frente às demais comarcas da Terra:

Nada exprime melhor a nossa **atitude desinteressada e originalíssima, de povo cavaleiro andante**, imaginando na América do Sul, robustecida pela fraternidade republicana, a garantia suprema e talvez única de toda a raça latina diante da concorrência formidável de outros povos (*Ibidem*, pp. 111-112, *grifos nossos*).

A perda do Acre para os peruanos poderia fazer o Brasil “cair do cavalo”, obstaculizando as aspirações geopolíticas nacionais. A ameaça permanecia mesmo após a atuação da Comissão Mista Brasileiro-Peruana. Em 1906, já findos os trabalhos binacionais de reconhecimento do Alto Purus, o Peru ainda mantinha o propósito de

³⁰¹ Em “Solidariedade Sul-Americana”, Euclides parece menos esperançoso em relação à solução pacífica do conflito com o Peru. O articulista mudou de opinião, visto que em “Contra os Caucheiros”, publicado poucos dias antes, no mesmo mês de maio de 1904, advogava a defesa das terras brasileiras na Amazônia Ocidental basicamente por meio da intensificação do povoamento. O autor afirmava, nesse artigo anterior, ser um erro o envio de batalhões para o Alto Purus, pois não implicaria “apenas o desfalecimento das nossas finanças, nem se limita a projetar, de golpe, um brilho perturbador de baionetas no meio de um debate diplomático; vai além: prejudica de antemão a campanha provável e torna desde já precária a defesa das circunscrições administrativas criadas pelo tratado de Petrópolis.” (CUNHA, 2014, p. 96).

retomada do Acre. Com esse propósito, apesar de estabelecer um diálogo com o Brasil, a República do Pacífico seguia em litígio com a Bolívia, aberto em 1902 (CUNHA, 1907, p. 3). O litígio foi submetido a uma arbitragem conduzida pela Argentina. Na negociação, Lima requereu os antigos territórios bolivianos que julgava em seu direito. Entre eles, as terras acreanas que já haviam passado para o lado brasileiro em 1903 e uma porção Oeste do Amazonas. Da luta entre os dois países, o Brasil poderia sair prejudicado, levando Rio Branco a sofrer um grande revés na opinião pública nacional, pois

caso o laudo favorecesse inteiramente o Peru, Rio Branco teria pagado 2 milhões de libras e cedido partes do território brasileiro à Bolívia a troco de nada. Teria de negociar tudo de novo com o Peru, a partir do zero. Seria um desastre político para o Barão. (...) Rio Branco tinha grande interesse – em termos de política interna – em que uma eventual decisão em favor do Peru fosse vista como absurda pelos brasileiros, pois isso matizaria o possível fiasco de ele ter feito concessões pecuniárias e territoriais inúteis à Bolívia (SANTOS, 2021, p. 276).

Em que pese o fato de não exercer mais o cargo de chefe da Comissão Brasileira, por essa época Euclides seguia trabalhando no Itamaraty, exercendo funções de adido e cartógrafo (PONTES, 2005, p. 135). A pedido do titular do Ministério, Cunha escreveu sobre o conflito em artigos no *Jornal do Commercio* – reunidos no livro *Peru versus Bolívia* (CUNHA, 1907) –, a fim de defender o lado boliviano e, com isso, proteger o território brasileiro³⁰² (TORRES, 2019, p. 78, p. 82; SANTOS, 2018, pp. 408-409). Nesse mister, o autor se valeu de seus conhecimentos históricos, cartográficos e de Direito Internacional para rebater as alegações peruanas e reafirmar a legitimidade do território brasileiro.

O articulista negava os protestos peruanos de que as fronteiras coloniais entre a Audiencia de Lima e a Audiencia de Charcas fixadas no Tratado de Santo Ildefonso (1777) se sobrepusessem aos limites de Bolívia e Peru no Pós-Independência. O tratado era um diploma legal imposto pela Espanha. Ao se emanciparem da metrópole, bolivianos e peruanos teriam concordado em abandonar os ordenamentos jurídicos coloniais, na visão de Euclides³⁰³. O autor também lembrava que as duas nações

³⁰² O tradicional periódico era um dos mais prestigiados pelo Barão do Rio Branco e que mais apoiavam sua gestão (SAIANI, 2018, p. 99), a ponto de ser considerado porta-voz informal do Chanceler (SANTOS, 2021, p. 278). Rio Branco usava verbas reservadas do Itamaraty para “azeitar a relação (...) com a imprensa e (...) outros gastos relativos a relações públicas” (*Ibidem*, p. 276).

³⁰³ Euclides considera que o Tratado de Santo Ildefonso teria sido apenas uma convenção preliminar entre as Coroas Portuguesa e Espanhola para outros tratados de aliança, comércio e de limites (PONTES, 2005, p. 126; CUNHA, 1907, pp. 17-19). Como os colonizadores espanhóis não teriam feito as demarcações necessárias após a assinatura do Tratado nas regiões então desconhecidas e que viriam a ser alvo sob

firmaram tratados sobre fronteiras em 1851 e 1867 com o Brasil, o que seria prova do exercício de suas soberanias e, logo, da deslegitimação dos marcos de limites da época da colonização (CUNHA, 1907, pp. 7-8, p. 23; CARNEIRO, 2014, p. 383). Querer retomá-los seria um “grande salto mortal de cem anos, flagrantemente violador de toda a continuidade histórica” (CUNHA, 1907, p. 7).

Demonstrando a suposta incongruência dos argumentos e pleitos de Lima, Euclides denunciou a ação peruana contra a Bolívia como a “maior e mais insensata cinca da política internacional sul-americana”³⁰⁴ (*Ibidem*, p. 178). Como nos artigos que escreveu antes de sua viagem à Amazônia, em *Peru versus Bolívia* o autor acusava o Peru de ser uma força desestabilizadora regional (TORRES, 2019, p. 84). Cunha chegou a incriminá-lo de “imperialista” (CUNHA, 1907, p. 8, p. 35) e a classificar suas ambições sobre terras brasileiras de “napoleônicas” (*Ibidem, idem*). Note-se, a bem da verdade, que essa caracterização era um exagero grotesco, considerando a pequenez do território peruano diante do brasileiro³⁰⁵ e o fato de Lima ter saído derrotada, duas décadas antes, da Guerra do Pacífico (1879-1883).

Por mais que se tratasse de um problema cujo ápice fora nos anos de 1902-1904, o burocrata do Itamaraty recorda ao final da obra de 1907 a

recentíssima expansão daquela Republica, a estirar-se pelas cabeceiras do Juruá e do Purús — obscuramente, temerosamente e criminosamente — escondida no afogado das *selvas oscuras* das “castillôas”, por onde vai

litígio entre Peru e Bolívia em 1902-1909. Dessa sorte, a área não teria pertencido de fato nenhuma divisão administrativa da América Espanhola e não poderia ser reivindicada pelo Peru como herança territorial da Audiencia de Lima no período da colonização. Ademais, por estar mais próxima da Audiencia de Charcas, essa área teria estado naturalmente na “órbita” do território que viria a ser a Bolívia, segundo Cunha (*Ibidem*, pp. 60-61). O autor, citando a obra *Historia de San Martín*, de Bartolomé Mitre, também classifica a Audiencia de Charcas como “quase soberana”: “un mundo, una raza, un organismo a parte” (*Ibidem*, p. 117). A Cordilheira dos Andes contribuía para essa especificidade da região que viria a ser solo boliviano, na medida em que a distanciava da Audiencia de Lima banhada pelo litoral pacífico (PONTES, 2005, p. 128).

³⁰⁴ Não obstante, como pondera Demétrio Magnoli, a argumentação de Euclides era tortuosa e contradizia algumas ações da diplomacia brasileira nas negociações junto à Bolívia pelo Tratado de Petrópolis: “Euclides da Cunha [em *Peru versus Bolívia*] **dedicou um enorme esforço para defender a reinterpretção favorável ao Brasil**. Argumentou que a Audiência de Charcas, na época colonial, não tinha limites definidos na porção situada ao norte do Rio Guaporé. Fazendo a exegese do Tratado de Madri, acusou os demarcadores de não cumprirem, no tocante a essa área, o compromisso de ‘resolver, esclarecidos pelo exame direto das paragens exploradas, acerca das que fossem mais convenientes e naturais para os limites a estatuírem-se no acordo definitivo’. (...) **Rio Branco, porém, tinha plena consciência da fraqueza estrutural da nova interpretação**: o Império e a República, por meio de inúmeros atos diplomáticos e através de documentos cartográficos, sempre reconhecera a linha Cunha Gomes. Nos primeiros anos da República, chegara-se a abrir um consulado em Puerto Alonso (Porto Acre). Por isso, desde o início das negociações, o Barão orientava-se para um acordo político, invocando cláusulas do Tratado de Ayacucho que previam a hipótese de retificações e intercâmbios territoriais futuros” (MAGNOLI, 1997, pp. 270-271, *grifos nossos*).

³⁰⁵ Anos antes de *Peru versus Bolívia*, no texto “Contra os Caucheiros”, de maio de 1904, o próprio Euclides relativizava a força militar peruana, caracterizando o país “tão fraco diante da nossa própria fraqueza [brasileira]” (CUNHA, 2014, p. 96).

alastrando-se a rede, aprisionadora de territórios, entretecida pelas trilhas tortuosas e fugitivas dos “cauchêros” (*Ibidem*, p. 181, *itálico do autor*).

Esse trecho acaba por relativizar o tom das linhas finais da monografia euclidiana. O livro conclui apelando para uma noção deontológica de justiça nas Relações Internacionais, asseverando de maneira idealista: “não combatemos as pretensões [sic.] peruanas. Denunciamos um erro. Não defendemos os direitos da Bolívia. **Defendemos o Direito**” (*Ibidem*, p. 182, *grifos nossos*).

É difícil tomar Cunha, diretamente envolvido na atuação geopolítica brasileira, como analista imparcial e desinteressado do embate perúvio-boliviano. A obra, conquanto não tenha auferido repercussão comparável à de outros escritos euclidianos no Brasil, teve forte impacto nos países envolvidos no litígio (PONTES, 2005, p. 130). A pena de Euclides certamente serviu de exímia advogada boliviana junto à arbitragem argentina. Tanto é que *Peru versus Bolívia* foi traduzido – com o título *La cuestión de límites entre Bolivia y el Peru* – por Eleodoro Villazón, representante diplomático de La Paz no Tribunal de Arbitragem em Buenos Aires e futuro presidente boliviano³⁰⁶ (*Ibidem, idem*; TOCANTINS, 1992, p. 233).

Em julho de 1909, a arbitragem adotou uma solução de compromisso, não aderindo plenamente nem à proposta peruana nem à boliviana. A solução foi aceita pelo Peru, mas não pela Bolívia, que cortou relações diplomáticas com a Argentina (NOVAK; NAMIHAS, 2013, p. 120). Os dois países que estavam em litígio mobilizaram seus exércitos perante uma ameaça de guerra. A 17 de setembro, a Bolívia e o Peru decidiram enfim pacificar a questão por meio do Tratado Polo-Bustamante, que

³⁰⁶ Não pretendemos mensurar o peso que a argumentação que o livro de Euclides teve na decisão argentina. Todavia, sabemos que pelo menos um dos integrantes do colegiado responsável pela arbitragem conheceu bem a obra. Segundo notícias da época, Esatnislao Zeballos, então Chanceler argentino, tinha conhecimento da obra e escreveu a Cunha, supostamente pedindo informações geográficas e históricas sobre a área em litígio (PONTES, 2005, p. 132). O brasileiro teria respondido e lhe enviado um exemplar do livro (*Ibidem*, p. 134). O envio da obra e a correspondência foram alvo de uma polêmica, na qual o argentino fez acusações ao Barão do Rio Branco e a Euclides da Cunha. O Ministro das Relações Exteriores argentino afirmou que um diplomata brasileiro, Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), então na Argentina, teria lhe dado *Peru versus Bolívia*, como uma forma de intromissão indevida do país sobre uma controvérsia da qual não era parte (*Ibidem, idem*). Essa acusação se inseria nas alegações do argentino contra a diplomacia brasileira. No episódio do “Telegrama nº 9”, Zeballos já atribuíra falsamente a Rio Branco o plano de uma campanha secreta com objetivo de difamar a Argentina e sua política externa (*Ibidem, idem*; SAIANI, 2016, p. 9; SANTOS, 2021, p. 290). Já em relação a Euclides, Zeballos, de posse das cartas remetidas pelo autor, afirmou que o burocrata lhe havia fornecido informação secreta e privilegiada da política externa brasileira. Tal ato poderia ser tipificado como crime de traição por parte de Euclides (PONTES, 2004, p. 133). Zeballos nunca publicou essa correspondência a fim de comprovar sua alegação. Cunha publicou as duas cartas que recebeu de Zeballos no *Jornal do Commercio*. Ambas não faziam menção a *Peru versus Bolívia* (*Ibidem, idem*).

estabeleceu uma demarcação de limites aprovada pelas duas partes (*Ibidem*, p. 121; GOES FILHO, 2015, p. 343).

A essa altura, o governo do Peru, sob a Presidência de Augusto Bernardino Leguía (1908-1912), já havia recuado em sua cobiça por vastas porções do território brasileiro. Na semana anterior ao acordo com a Bolívia, em 8 de setembro, Lima celebrara com o Brasil o tratado assinado pelo Chanceler peruano Hernán Velarde e por Rio Branco (CARNEIRO, 2014, pp. 390-391). Por meio desse pacto, o Itamaraty admitia o direito peruano a uma pequena parcela do Acre e punha fim à longa cizânia com a República do Pacífico (CERVO; BUENO, 2011, p. 208). Rio Branco comemorou o Tratado, vangloriando-se do “espírito de conciliação” brasileiro nas relações internacionais³⁰⁷.

Dos 442 mil quilômetros quadrados requeridos pelo Peru, o Brasil cedeu apenas 39 mil, no Acre – uma área triangular entre os rios Curanja, Santa Rosa e Purus (*Ibidem, idem*). Era um “trecho que Euclides da Cunha explorara e que confirmara não estar habitado por brasileiros” (SANTOS, 2021, p. 314). O território acreano brasileiro passou a ter uma área de 152 mil quilômetros quadrados, sem, todavia, perder pontos importantes como Cruzeiro do Sul, Brasiléia e a capital Rio Branco³⁰⁸. Nada que atrapalhasse o projeto de hegemonia e desenvolvimento brasileiro na Amazônia. O amplo Oeste amazônico ficou intocado (*Ibidem, idem*). Também não houve compensação financeira aos peruanos, diversamente dos dois milhões de libras-ouro fixados como indenização brasileira junto à Bolívia por ocasião do Tratado de Petrópolis (MONIZ BANDEIRA, 2000, p. 164; CERVO; BUENO, 2011, p. 208).

Euclides da Cunha não pôde ver a resolução do conflito com os peruanos, vitória diplomática para a qual ele contribuirá³⁰⁹. Morrerá menos de um mês antes na famosa

³⁰⁷ “O confronto da enorme vastidão em litígio com pequena superfície dos únicos trechos que passarão a ficar por nós reconhecidos como peruano (...) pode deixar a impressão de que, pelo presente tratado, o governo brasileiro se reservou a parte do leão. Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto. Ratificando a solução que este tratado encerra, o Brasil dará mais uma prova do seu espírito de conciliação, porquanto ele desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos em direito” (RIO BRANCO, 2012, p. 132).

³⁰⁸ O jornalista e historiador João Craveiro Costa também minimizou as áreas cedidas pelo Brasil ao Peru por ocasião do Tratado de 1909. Para o autor, eram “zonas meridionais em que nunca se fez sentir a nossa autoridade [*brasileira*] ou influência e onde só há peruanos” (COSTA, 1940, p. 264).

³⁰⁹ No segundo semestre de 1909, “[a]s Exposições de Motivos ao Congresso Nacional que encaminharam os acordos assinados com o Peru e o Uruguai – que encerraram as disputas sobre as fronteiras terrestres brasileiras – trazem mapas elaborados por Euclides da Cunha, prova documental da importância de seu trabalho no Itamaraty” (SANTOS, 2021, p. 314).

“Tragédia da Piedade”³¹⁰. Pode-se supor que não teria ficado de todo insatisfeito com a superação do risco de subtração substancial dos territórios nacionais na Amazônia³¹¹.

No sonho nacionalista de Cunha, a região seria um verdadeiro patrimônio para o futuro. No parágrafo que fecha “Solidariedade Sul-americana”, Euclides, emulando Humboldt, também faz um chamamento de pretensão profética³¹²:

Sigamos – no nosso **antigo e esplêndido isolamento** – **para o futuro; e, conscientes da nossa robustez**, para a desafronta e para a defesa da Amazônia, onde a visão profética de Humboldt nos revelou **o mais amplo cenário de toda a civilização da terra** (CUNHA, 2014, p. 113, *grifos nossos*).

Não bastava à persecução desse ideal de porvir a garantia geopolítica da soberania brasileira na Amazônia (TORRES, 2019, p. 87). O projeto amazônico entrevisto nos textos de Euclides ainda requisitava outros elementos, de política interna. Entre eles, uma gestão política nacional ilustrada e o amplo povoamento da região por populações julgadas como capazes de habitá-la e desenvolvê-la, missão da qual a Transaccreana deveria se incumbir.

³¹⁰ Euclides da Cunha faleceu no dia 15 de agosto de 1909, em um abrupto duelo contra o cadete Dilermando de Assis. Assis havia tido envolvimento amoroso com a esposa de Euclides, Ana Emília Ribeiro da Cunha. O assassinato gerou grande comoção na imprensa e ficou conhecido como “Tragédia da Piedade”, em alusão ao bairro suburbano do Rio de Janeiro onde o episódio aconteceu. Anos depois, em 1916, Euclides da Cunha Filho tentaria assassinar Dilermando, sem sucesso. Na ocasião, Cunha Filho também acabou sendo morto por Assis, tal como fora seu pai (VENTURA, 2003).

³¹¹ Euclides poderia se orgulhar de seu trabalho cartográfico no Itamaraty, na medida em que seus mapas foram cruciais para o êxito do Barão do Rio Branco frente aos peruanos. Veja-se um trecho da argumentação do Chanceler: “A linha do Tratado de 1777 [*o Tratado de Santo Ildefonso*], nos mapas oficiais peruanos, segue erradamente o paralelo 60 52’15”. A verdadeira é a do paralelo de 7°38’45”, como indica o mapa de Euclides da Cunha, porque esse limite provisório devia partir, na direção do oeste, de um ponto no Madeira situado a igual distância do rio Amazonas e da boca do Mamoré (Artigo 21). E o mesmo Tratado explica (Artigos 20 e 21), que o rio Madeira é formado pela junção do Mamoré e do Guaporé: (‘Baixará a linha pelas águas d’esses rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira...’); de sorte que naquele tempo o nome de Mamoré não era ainda dada à seção compreendida entre a boca do Guaporé e do Beni” (RIO BRANCO, 2012, p. 134).

³¹² Euclides da Cunha não foi o único brasileiro a reproduzir essa tópica humboldtiana (CUNHA, 2000, pp. 219-220): “Humboldt como profeta da civilização nos trópicos é, por fim, uma tópica que aparece em outros momentos, e não apenas quando se trata da Amazônia, como visto acima. Em 21 de outubro de 1878, noticia-se que Manoel Francisco Correia [*1831-1905, senador e integrante do Conselho de Estado do Império*], na ‘conferência popular’, no edifício das escolas públicas da freguesia da Glória, em presença de grande número de ‘senhoras e cavalheiros’, bem como do imperador, proferiu palestra sobre a necessidade de educação moral, intelectual e física da ‘raça’ brasileira para que o dizer profético do mais ilustre dos verdadeiros sábios da nossa época, Humboldt’, venha a se concretizar, pois ‘é esta raça digna de dominar numa região, como a nossa, onde a civilização do globo tem de concentrar-se um dia” (LISBOA, 2020, p. 772).

4.4 Euclides e o Barão do Rio Branco: contra o “perigo peruano” e o “perigo brasileiro”

De entusiasta militante, Euclides da Cunha acumulou decepções com a República (VENTURA, 1996). Revoltou-se contra a condução espúria dos negócios do governo e contra o “filhotismo” nas instituições (SEVCENKO, 2003, p. 186). Contra a estreiteza de visão dos governantes e contra o predomínio oligárquico na política (*Ibidem*, pp. 175-176). Era o avesso do governo republicano sonhado pelo aluno da Praia Vermelha nos idos de 15 de novembro de 1889.

Nos anos seguintes, o já formado engenheiro militar também não se empolgou tanto com as agitações do jacobinismo florianista de seus colegas cadetes (*Ibidem*, p. 186). O ideal euclidiano de República, na descrição sistematizada de Sevcenko, pressupunha a eliminação dos privilégios de origem e a criação de uma sociedade em que as possibilidades de ascensão fossem abertas e meritocráticas. Isso permitiria que desabrochassem

os talentos dispersos pelas várias camadas sociais, através de um minucioso processo de filtragem democrática, conduzindo-os ao topo do mecanismo de decisões: seria, pois, o regime por excelência das grandes capacidades e da mais elevada racionalidade (*Ibidem*, pp. 177-178).

Malgrado profundamente desmoralizada, a República, para Euclides, poderia ser sanada e redimida (*Ibidem*, p. 179). Isso dependia do concurso de líderes e burocratas íntegros e preparados para a gestão pública, capazes de ditar rumos modernizadores para o país. Se os saberes científicos e tecnológicos, como a Engenharia, poderiam contribuir para um projeto de nação, era imprescindível que houvesse grupos dirigentes que as aplicassem nas ações estatais.

Em meio ao desgosto com a classe e o sistema políticos em vigor, o engenheiro depositava suas fichas em indivíduos julgados como proeminentes: “O que apelidamos **grande homem** é sempre alguém que tem a ventura de transfigurar a fraqueza individual, compondo-a com as **forças infinitas da humanidade...**”³¹³ (CUNHA, 2009a, *grifos nossos*). Euclides incluía Paranhos, o Barão do Rio Branco, nessa categoria. Via-o como um verdadeiro estadista, dotado de grande apreço pelo

³¹³ Essa noção estava fortemente inspirada nas obras do escritor e historiador romântico escocês Thomas Carlyle (1795-1881), citado por Euclides em *Contrastes e confrontos*: “[g]rande homem, segundo a definição profunda de Carlyle, a sua história abrange um largo trecho da nossa própria história nacional” (CUNHA, 2014, p. 36).

conhecimento histórico e geográfico³¹⁴, bem como científico (SANTOS, 2018, pp. 408-409).

Essa alta estima pelo Chanceler, somada a dificuldades pessoais e profissionais, levou Cunha se aproximar de Rio Branco em 1904, no ápice das alterações entre Rio de Janeiro e Lima. Euclides havia escrito em maio daquele ano três artigos n’*O Estado de S. Paulo* sobre o conflito e o tema amazônico, os já citados “Conflito inevitável”, “Contra os caucheiros” e “Entre o Madeira e o Javari”. Com esse cabedal, além da fama haurida com *Os Sertões*, o autor procurou entrar na órbita do Chanceler. Paranhos era colega de Euclides na Academia Brasileira de Letras, tendo inclusive votado nele em setembro do ano anterior (*Ibidem*, p. 294). Mesmo assim, o engenheiro se valeu de colegas em comum, a exemplo de José Veríssimo e do diplomata e historiador Oliveira Lima (1867-1928) como intermediários para se tornar próximo do Barão (*Ibidem, idem*).

Não foi a única vez em que Cunha foi beneficiado por um apadrinhamento³¹⁵. A iniciativa pode parecer incoerente em relação ao seu apreço pela impessoalidade e por suas críticas às trocas de favores na política. De fato, o jornalista chegou a se arrepender e a tentar retroceder da iniciativa de trabalhar no Itamaraty. O recuo acabou não vingando (PIZA, 2010).

Em carta de 1903 ao astrônomo e expedicionário belga Luís Cruls (1848-1908), Cunha já manifestava seu sonho de “um passeio ao Acre”, mas não tinha esperanças de realizá-lo por sua repulsa ao personalismo: “Nesta terra, para tudo faz-se mister o

³¹⁴ A valorização de tais saberes pode ser explicada pelo “espírito matemático, exato, de Paranhos e sua inapetência por teorias e ideias gerais, o levam a preferir a investigação minuciosa dos fatos, como se, uma vez bem estabelecidos, estes falassem por si mesmos e revelassem a ‘verdade histórica’” (RICUPERO, 2000, p. 23 *apud* SAIANI, 2018, p. 16). Segundo Saiani, Rio Branco estabeleceu um “discurso histórico-documental” como valioso recurso para justificar posições políticas e aspirações nacionais. Tal estratégia argumentativa pode ser notada na produção jornalística do Chanceler (*Ibidem*, pp. 16-17).

³¹⁵ Por exemplo, no caso de sua nomeação como professor de Lógica do Colégio Pedro II – ou Ginásio Nacional – em julho de 1909. Mesmo tendo ficado em segundo lugar no concurso público realizado para preenchimento da vaga – o primeiro colocado foi o filósofo Raimundo Farias Brito – Cunha foi contratado para o cargo pelo Presidente Nilo Peçanha, em função de *lobby* do Barão do Rio Branco (SANTOS, 2021, pp. 302-307). Luís Cláudio Villafañe G. Santos argumenta, com razão, que, no processo de “canonização laica” de Euclides da Cunha, “[a] extensa trama de relações pessoais e políticas que ele teceu para impulsionar – de forma absolutamente legítima – seus interesses privados e promover a própria obra passou a ser obscurecida. A autoimagem do personagem que, mesmo a altíssimo custo, jamais se desviaria da ‘linha reta’ a ele ensinada pelo pai, passou a ser aceita como verdade absoluta, o que se choca com a constatação de que em vários momentos ele tentou avançar seus interesses por meio de apoios político (...). O recurso a padrinhos políticos era, contudo, uma característica daquela época” (*Ibidem*, p. 331).

pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino por isto a aspiração – é **que talvez pudesse prestar alguns serviços**” (*Ibidem*, p. 32, *grifos nossos*).

Eis a justificativa do autor para sua empreitada. Euclides se considerava possuidor do conhecimento técnico e intelectual que, mais do que o capacitá-lo ao trabalho no Ministério das Relações Exteriores, poderia contribuir para o país. Em mensagem ao pai, contando que a nomeação estava próxima, afirma: “Só terei a lucrar – como **brasileiro que vai prestar um serviço à sua terra**, como engenheiro que não pode ter um trabalho mais digno, e como escritor que não poderá ter melhor assunto” (*Ibidem*, p. 33, *grifos nossos*).

O dilema entre a participação e o distanciamento em relação à vida política e institucional foi uma questão para toda uma série de jornalistas, escritores, cientistas e poetas na Primeira República brasileira. A figura de José Veríssimo exemplificava tal impasse. Por um lado, admirava a atuação de intelectuais franceses no caso Dreyfus. Por outro, defendia em colunas no *Jornal do Commercio* a reserva dos homens de letras em relação à vida política brasileira moderna, vista como grosseira e interesseira (SEVCENKO, 2003, pp. 111-112). Essa independência era “essencialmente contraditória, pois se era libertadora de um lado, mantendo-lhes impoluto o campo ético, de outro era esterilizante porque lhes negava o campo da ação”. (*Ibidem*, p. 112). Muitos desses intelectuais acabaram sendo “paladinos malogrados”, no dizer de Sevcenko (*Ibidem*, p. 106, p. 306).

Essa frustração era sentida de maneira aguda por Cunha. Como aponta Walnice Galvão, o afã de participação política acompanhou toda a sua trajetória³¹⁶:

Numa movimentação interna aos próprios grupos do exército que fizeram a República, os mais radicais são alijados. **Euclides, até a morte, deseja ter algum poder**, ser candidato a deputado... Quer participar, mas não deixam. Não deixam mesmo. Outros tampouco (GALVÃO, 1998, *grifos nossos*).

Trabalhar para o Itamaraty sob a batuta de Rio Branco oferecia a possibilidade de intervenção política tão ansiada por Euclides. Era uma oportunidade rara, na medida

³¹⁶ Júlio de Mesquita (1862-1927), parlamentar e proprietário de *O Estado de S. Paulo*, cogitou organizar a candidatura de Euclides da Cunha, seu amigo, a deputado estadual em São Paulo em 1900 (SANTOS, 2021, p. 272). Em 1909, então Prefeito de Jaguari, em Minas Gerais, Francisco Escobar propôs a Cunha, seu amigo, que se candidatasse a deputado federal pelo Estado (*Ibidem*, p. 287). Não tendo ligação com Minas e desprovido de força nos bastidores do Partido Republicano Mineiro, o escritor fluminense pouco demorou para desistir da ideia (*Ibidem, idem*).

em que tanto a pessoa do Ministro como sua administração eram aplaudidas pelo autor³¹⁷:

Paranhos capitalizava todas as melhores realizações da República dos Conselheiros, representando a sua própria continuidade na longa permanência que teve graças ao apoio sistemático dos paulistas. **Justamente esses paulistas com quem Euclides tivera uma convivência estreita, militando no seu órgão básico, O Estado de S. Paulo,** e operando nos organismos técnicos do governo estadual. Esses mesmos paulistas provenientes da Academia do Largo de São Francisco, **liberais e spencerianos como o barão do Rio Branco e como o autor de *Contrastes e Confrontos*** (SEVCENKO, 2003, p. 188, *grifos nossos*).

A possibilidade de trabalhar em tal agrupamento de intelectuais era um forte atrativo a Euclides. Dele participavam, de acordo com levantamento da historiadora Daniella Amaral Diniz da Silva (2008, p. 13), os seguintes nomes: Araripe Júnior (1848-1911), Barão Homem de Melo (1837-1918), Domício da Gama (1862-1925), Gastão da Cunha (1863-1927), Graça Aranha (1868-1931), Hélio Lobo (1883-1960), além de José Veríssimo e Oliveira Lima.

Havia se formado um “Círculo Rio Branco”, isto é, uma rede de sociabilidade intelectual em torno do Barão³¹⁸ (SILVA, 2008; SIRINELLI, 2010, pp. 242-255). Já consagrado pelo livro de Canudos, Cunha era um reforço de peso para o time³¹⁹. No Ministério, o autor teria espaço para agir ombreado por quadros qualificados, cujas propostas convergiam, em grande parte, com as suas.

Anos antes, as aspirações de Euclides e dos jovens da Escola Militar para a República pressupunham o estabelecimento de um governo profundamente orientado pela técnica, pela ciência e pelo desenvolvimento, nos moldes do Positivismo de

³¹⁷ Contribuiu para essa admiração de Euclides “uma das linhas condutoras de sua atuação [*do Barão do Rio Branco*] junto ao Ministério das Relações Exteriores: a autonomia da política externa em relação à política interna. Era uma proposição que se pautava em dois aspectos essenciais: protegê-lo de qualquer associação com o movimento monarquista [*Paranhos fora contrário à República*] e garantir sua autonomia de ação, sobretudo pela intenção de configurar a política externa como sendo exclusivamente uma política de Estado, ou seja, acima das disputas partidárias” (SAIANI, 2018, p. 86). O Ministro expôs essa agenda em discurso logo no dia em que retornou ao Brasil – 1º de dezembro de 1902 –, vindo da Europa, para assumir a Pasta a convite do recém-eleito Presidente Rodrigues Alves (*Ibidem, idem*).

³¹⁸ Esse circuito era materializado “através de encontros pessoais, reuniões, jantares, entrevistas, trocas de artigos e correspondências, críticas literárias, dentre outros meios de comunicação, que compunham um meio de ligação e de construção do vínculo cultural e político de pessoas com perfis e interesses semelhantes. Essa mesma rede se concretizava por meio de jornais e publicações de iniciativas conjuntas, em que artigos que eram escritos, copiados e reproduzidos em diferentes lugares, e cuja ligação exercia-se pelo *habitus* de convivência, afinidade ideológica e intelectual e de afetividade entre os envolvidos” (SILVA, 2008, pp. 36-37, *italico da autora*).

³¹⁹ Ainda que sem um vínculo tão próximo com o grupo, o jurista Clóvis Beviláqua (1859-1944), célebre autor do projeto do Código Civil Brasileiro de 1916, ingressou como consultor jurídico do Itamaraty em 1906, sob a gestão Rio Branco. Só se aposentaria do cargo em 1934, mais de duas décadas passadas da morte do Barão (MACEDO, 2016).

Auguste Comte (SEVCENKO, 2003, p. 185). Frente à impossibilidade de materialização desse plano, já evidente na década de 1890, o Itamaraty de Paranhos era um refúgio, um microcosmo de um governo ideal para o engenheiro.

Era uma pedra angular de seu pensamento, tal como para muitos de seus contemporâneos – a exemplo do médico e ensaísta Manoel Bomfim (1868-1932) – a convicção de que “a realidade social deveria ser conhecida e administrada de acordo com os preceitos ditos superiores da técnica e da competência características do saber científico” (KROPF, 1996, p. 85). Para toda uma geração intelectual do entresséculos, o conhecimento técnico e científico assumia o papel de maior elemento legitimador para as ações políticas e para as decisões governamentais (SCHWARCZ, 1993, p. 37).

Mesmo que tivesse intenções predominantemente simbólicas, a fim de seduzir a opinião pública nacional e favorecer a imagem do país no exterior, Rio Branco recrutou diversos intelectuais brasileiros ascendentes para sua Pasta e para o corpo diplomático (SAIANI, 2018, p. 93). O Itamaraty era uma das poucas instituições públicas brasileiras que podia contar com aquilo que seriam supostos representantes da “sociedade inteligente da nossa terra”, nas palavras de Euclides (SEVCENKO, 2003, p. 185). Seria, para Cunha, um verdadeiro “círculo dos sábios” (*Ibidem, idem*):

O novo chanceler, reunindo à sua volta uma **plêiade de intelectuais especialistas na história, geografia e culturas brasileiras, iria dar início ao projeto de penetração no interior dos sertões, demarcação de limites, estabelecimento de sistemas viários e telegráficos de comunicação, levantamentos topográficos, mapeamentos, estatísticas, povoamento, defesa e avaliação de recursos**. Todas essas operações articuladas com uma política internacional liberal e pacifista, preocupada em conquistar a aliança dos EUA e os créditos da Europa. **Se não era a plena consagração dos planos de Euclides, era pelo menos o que de mais próximo já houvera deles. A essência, contudo, lá estava.** Um governante ilustrado, de sólida formação filosófica e científica – um ‘grande homem’ – cercado por uma *entourage* de cientistas e especialistas (*Ibidem, idem, grifos nossos*).

Destarte, a aposta euclidiana no Barão do Rio Branco ia muito além das questões fronteiriças e da defesa do território do país. Envolveria todo um projeto de modernização e engrandecimento nacional³²⁰. Como já afirmado, Cunha conhecia com minúcia e

³²⁰ Em 1907, na conferência “Castro Alves e seu tempo”, Euclides reiterou seu elogio a Rio Branco e demonstrou otimismo com a ascensão do Brasil no concerto das nações: “Senhores. Temos mudado muito. Partiu-se nos últimos tempos o sequestro secular, que nos tornava apenas espectadores da civilização. A nossa política exterior conjugou-se com a internacional. O descortino dilatado de um estadista [*Rio Branco*], depois de engrandecer-nos no espaço, engrandeceu-nos no tempo. Na última conferência de Haia [2ª Conferência da Paz, de 1907, na qual Rui Barbosa foi o 1º Delegado do Brasil e contribuiu para a tese da igualdade jurídica entre os Estados nacionais] o Velho Mundo escutou, surpreendido, uma palavra de excepcional altitude. Pense que seremos em breve uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade” (CUNHA, 2009).

argúcia a geopolítica de seu tempo. Concordava com as diretrizes da política externa de Paranhos. Entre elas, o Pan-Americanismo (BAGGIO, 2000, pp. 6-7) e a “Política do ABC”³²¹ (SEVCENKO, 2003, p. 171).

Mais do que as relações estabelecidas pelo Brasil com os vizinhos sul-americanos e com as potências mundiais, o que afligia Euclides eram as condições internas do país. A regeneração das estruturas sociais, políticas e econômicas nacionais, para o pensador, permitiria que a nação se portasse de modo muito mais seguro e proveitoso nas rodas internacionais.

Em texto de 24 de junho de 1904, intitulado “Temores Vãos”, publicado no jornal *O País*, Cunha minimizou a possibilidade de o Brasil sofrer com o imperialismo estadunidense e europeu, como fez em outros artigos³²². Asseverava que nações como a estadunidense, a alemã e a italiana “nos assombram, porque progridem, e que nos ameaçam pelo motivo único de avançarem triunfante e civilizadamente [sic.] para o futuro” (CUNHA, 2014, p. 124). Marcha da qual o país não seria partícipe, naquele momento histórico.

No artigo, o autor analisa a relação entre Estados Unidos da América e Filipinas, que entrou na área de influência do país com a derrota militar da Espanha frente à potência norte-americana em 1898. Euclides argumenta que o próprio Jacob Gould Shurman (1854-1942) – diplomata chefe da “comissão filipina” estabelecida por estadunidenses – era favorável à independência do país asiático. Rejeitava-se, com isso, quer uma nova dependência colonial, quer uma “independência incompleta” – a adoção

³²¹ “Convencido das prevenções das nações hispano-americanas em relação ao Brasil, Rio Branco sempre que tinha oportunidade procurava desmanchar suspeitas das nações vizinhas. Dentro dessa linha, pode ser vista a aproximação das três maiores nações sul-americanas (Argentina, Brasil e Chile), buscada por Rio Branco desde os primeiros anos de sua gestão no Ministério das Relações Exteriores. A aspiração chegou a ser consubstanciada em um projeto de cordial inteligência, geralmente conhecido como ABC, que, aliás, não foi concretizado no período em que Rio Branco ocupou a Pasta. Convém observar que a aproximação Argentina-Brasil-Chile, nos termos em que Rio Branco concebia, não significava criar um contrapeso à influência norte-americana. O ABC seria para atuar de acordo com o governo de Washington, numa espécie de condomínio oligárquico de nações” (CERVO; BUENO, 2011, pp. 209-210).

³²² No artigo “Arcádia da Alemanha”, de 6 de agosto de 1904, Euclides descartou os riscos de uma investida imperialista germânica na região Sul do país (PONTES, 2005, p. 117). O temor estaria baseado em textos de articulistas alemães da época, que viam nas robustas comunidades teutônicas paranaense, catarinense e gaúcha motivo de esperança para um projeto pangermanista no Brasil (CUNHA, 2014, pp. 27-28). Cunha considera que se tratava de um plano totalmente irreal e impraticável, com o qual o Rio de Janeiro não deveria se preocupar. O brasileiro sustenta que a potência germânica se encontrava geopoliticamente isolada e que seu expansionismo tinha como área prioritária o Leste europeu (*Ibidem, idem*, p. 21). Fora da Europa, as atenções do Kaiser Guilherme II se voltavam para a corrida imperialista afroasiática, competindo com seus tradicionais rivais franceses e britânicos (*Ibidem*, pp. 16-17). Por fim, o funcionário do Itamaraty aponta a Doutrina Monroe como escudo imbatível contra pretensões europeias sobre os países independentes da América. Portanto, Euclides conclui que a hipótese de tomada do Sul brasileiro pela Alemanha não seria mais do que um “imperialismo platônico” (*Ibidem*, p. 27).

de um *status* de protetorado ou semiprotetorado estadunidense nas ilhas (*Ibidem*, p. 122). Esse dado é utilizado como argumento para o ensaísta desvencilhar a política externa estadunidense da imagem de imperialista e negar suas ameaças em relação ao Brasil³²³.

Ao fim do texto, Euclides da Cunha conclui que a grande ameaça que o país sofria não lhe era externa, mas vinha de seu próprio seio. Seria um “perigo brasileiro”. Notadamente, aquilo que poderia fragilizar a posição geopolítica do país, levá-lo ao fracasso ou minar seu desenvolvimento político, econômico ou social:

Concluimos que este pavor e este bracejar entre fantasmas são um simples reflexo subjetivo de fraqueza transitória; e que estes perigos – alemão, ianque ou italiano – ou ainda outros rompentes ao calor das fantasias, e que se nos figuram estranhos – **são claros sintomas de um perigo maior, do perigo real e único que está todo dentro das nossas fronteiras e irrompe numa alucinação da nossa própria vida nacional: o perigo brasileiro.**

Este, sim; aí está e se desvenda ao mais incurioso olhar sob **infinitos aspectos.**

Mas não os consideramos.

Seria uma tarefa cruelíssima (CUNHA, 2014, p. 123, *grifos nossos*).

A aparente recusa de se analisar o fenômeno é utilizada no excerto como figura estilística de preterição, já que nas linhas seguintes o autor desata a discorrer sobre o assunto. A causa capital para o “perigo brasileiro” seria o desperdício estrutural das “condições naturais do nosso progresso” (*Ibidem, idem*). Isso teria como consequência a redução da política nacional a “artificiosas e estereis combinações” (*Ibidem, idem*). Entregar as esperanças a elas seria uma “velha tolice metafísica” (*Ibidem, idem*). Analogamente, o estado de coisas brasileiro seria marcado por “um federalismo incompreendido, que é o rompimento da solidariedade nacional” (*Ibidem, idem*).

Em progressão, Cunha enumera mais fatores e aspectos do “perigo brasileiro”:

um pecaminoso **amor da novidade, que se demasia ao olvido das nossas tradições**; o **afrouxamento** em toda a linha da **fiscalização moral de uma opinião pública** que se desorganiza dia a dia, e cada dia se torna mais inapta a conter e corrigir aos que a afrontam, que a escandalizam e que triunfam; **uma situação econômica inexplicavelmente abatida e tombada sobre as maiores e mais fecundas riquezas naturais**; e por toda a parte **os desfalecimentos das antigas virtudes do trabalho e perseverança** que já foram, e ainda o serão, as melhores **garantias do nosso destino** (*Ibidem*, p. 124, *grifos nossos*).

³²³ Euclides via nos Estados Unidos não uma ameaça, mas um aliado estratégico, cujo enorme poder contribuiria para a afirmação do papel de liderança brasileira na América do Sul: “subordinados à fatalidade dos acontecimentos, agravados pela nossa fraqueza atual, devemos antes, agindo inteligentemente, acompanhar a nacionalidade triunfante, preferindo o papel voluntário de aliados à situação inevitável de vencidos” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 151).

Como desdobramento desse diagnóstico, Euclides apontou como valores para o desenvolvimento do Brasil a crença nas “virtudes do trabalho e perseverança” e a defesa do “influxo ininterrupto e tonificante da moral sobre a política” (*Ibidem, idem*). Por meio desses ideais, o autor apregoava à nação uma “campanha austera do nosso alevantamento próprio” (*Ibidem, p. 27*). Esse horizonte de afirmação nacional pintado pelo articulista incluía a formação imprescindível de

uma harmonia salvadora entre os belos atributos da nossa raça e as fórmulas superiores da República, empanados num eclipse momentâneo; e desta mútua reação, **deste equilíbrio dinâmico de sentimentos e de princípios, repontarão do mesmo passo as regenerações de um povo e de um régimen** (*Ibidem, idem, grifos nossos*).

Essa aspiração era erguida em nome de um ideal de Estado-Nação muito difundido no século XIX (ANDERSON, 2008) e comungado por Cunha. Para atingi-lo, seria preciso promover o encontro harmônico e a soma de forças entre o Estado e um povo que estaria – como acreditava o autor – em processo de constituição:

Euclides da Cunha, fiel às suas diretrizes filosóficas, significava a sua perspectiva da formação de **uma nação homogênea a partir do conceito biológico de raça**. Na linha dessa sua concepção naturalista, a constituição da nação seria uma decorrência de **uma raça tipicamente brasileira, como uma subetnia antropológica** (*Ibidem, p. 293, grifos nossos*).

O processo de constituição desse “povo” e dessa “raça” dependia da “incorporação das populações marginalizadas” (SEVCENKO, 2003, p. 264), que era uma das maiores bandeiras euclidianas. Para o intelectual, esses contingentes eram, sobretudo, os povos interioranos brasileiros; eram as pessoas dos “sertões”.

Essa noção implicava que a relação do Governo Federal com esses espaços e essas pessoas não fosse mais presidida pela repressão – como fora em Canudos – nem pelo descaso. O horizonte de civilização que o engenheiro tinha passava diretamente pela ação estatal como meio para a mudança social. O Estado era precípuo para a integração em longo prazo das chamadas “gentes sertanejas” às áreas mais economicamente desenvolvidas do país:

a incorporação do sertão e da sua gente aos núcleos ativos da vida civil e econômica estabelecidos no litoral e nos grandes centros urbanos (...) [*implicava*] a difusão em toda a amplitude daquelas paragens, da educação escolar e do amparo legal do Estado, estabelecendo uma justiça maior nas relações contratuais de trabalho e garantindo o pleno direito de cidadania às populações sertanejas. As comissões técnicas e científicas se encarregariam de assegurar a exploração racional e metódica das terras, expandindo as áreas cultiváveis, incrementando a fertilidade e a produtividade, resultados esses que ficariam na estrita dependência da concretização do plano viário arrojado de Euclides, a que já aludimos. Uma rede densa de formas múltiplas de

comunicação, convergindo para os centros de decisão, integrando todo o país e consolidando o mercado interno (*Ibidem*, p. 180).

4.5 Tentativa de síntese do Euclides amazônico: Geopolítica, Estado e nacionalidade

Tendo esse programa em mente e considerando a atuação de Euclides no Itamaraty, podemos sumariar suas preocupações sobre a Amazônia em três escalas. Embora possuam diferentes alçadas e temporalidades, elas estão interconectadas.

O primeiro patamar, mais básico e de curto prazo, é o da política internacional. Nesse âmbito, o autor se alinhava com a atuação do Ministério das Relações Exteriores, que visava a resguardar os territórios brasileiros no Oeste amazônico e coibir avanços peruanos. Com isso, o país ficaria blindado – pelo menos em suas sensíveis e recentes fronteiras noroestes – contra aquilo que Cunha via como uma turbulência geopolítica reinante na América do Sul.

A segunda escala, envolvendo um prazo de maior duração, diz respeito à atuação estatal na Amazônia brasileira, uma vez que o território já estaria garantido pela gestão Rio Branco. Nessa seara, caberia ao Estado a criação de uma infraestrutura de transportes para promover a integração territorial e fomentar o desenvolvimento regional, por meio da Transaccreana e do melhoramento das condições de navegabilidade dos rios. Imbuídos do mesmo sentido estavam projetos como a possibilidade de represamento do Iaco, o fomento à agricultura e o estabelecimento de uma série de instituições públicas – sanitárias, judiciais e educacionais, por exemplo – no Acre.

Essas iniciativas contribuiriam para a atração de migrantes e sua manutenção na Amazônia Ocidental brasileira, fomentando o seu adensamento demográfico. Isso reforçaria a presença do país naquele pedaço da América do Sul, afastando a possibilidade de novas contestações à soberania brasileira no Acre e em parte do Amazonas.

Se nessa perspectiva, a ação de fortalecer o povoamento dialoga com o nível geopolítico dos escritos amazônicos de Euclides, por outra, o movimento também se atrela a uma terceira camada, de repercussão mais duradoura. A saber, a da formação de

um matiz étnico e racial homogêneo, edificado nos interiores do país – como a região em questão –, fenômeno tão caro para Cunha, que o projetava para um porvir remoto³²⁴.

Para o autor, a forja de uma nacionalidade brasileira dependia das populações das regiões distantes das capitais, dos polos econômicos do Centro-Sul e da faixa litorânea brasileira. Esse pressuposto condicionou as opiniões de Euclides sobre qual deveria ser a feição das gentes a povoar o território recém-incorporado do Acre e como elas deveriam se inserir no quadro étnico-racial brasileiro. Avaliemos essas questões.

4.6 Velhas e bravas gentes sertanejas para uma nova terra brasileira

No livro patagônico de Payró, salta facilmente aos olhos a silhueta daquilo que seria, no olhar do jornalista, o povoador ideal para a região: branco, imigrante, europeu, anglo-saxão e determinado a viver como um pequeno *farmer* com sua família. Nos textos amazônicos de Euclides, não se nota essa clareza. Como veremos, o autor é ambíguo, ora exaltando os migrantes nordestinos no Acre, ora apontando a hipotética fraqueza dessa população.

Ainda assim, é possível identificar uma diretriz central pensada por Cunha para o povoamento daquele recanto: a de que ele fosse habitado e trabalhado por populações genuinamente brasileiras, há tempos enraizadas no território nacional. Essa ambição perpassa toda a produção euclidiana sobre a Amazônia.

Relembremos, como já citado no **Capítulo 2**, que Euclides cotejou a imigração subsidiada de italianos para São Paulo com o desprovimento dos povoadores do Acre. A comparação, elaborada no ensaio “Um clima caluniado”, de *À margem da História*, contribuía para fortalecer a demanda de apoio público para os desbravadores do novo rincão do Brasil (CUNHA, 2000, pp. 152-153). Significativamente, também mostrava que Cunha não via como concreto nem como desejável o estímulo governamental para imigração europeia rumo ao interior da Amazônia. Euclides, aliás, não se interessara pelo ar europeizante da Manaus da *Belle Époque*, onde passou meses antes da partida

³²⁴ A concepção de Cunha é esclarecida pelo seguinte trecho de *Os Sertões*: “[as] investigações [sobre a questão racial no Brasil] se tem reduzido à pesquisa de um tipo étnico único, quando há, certo, muitos. Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. **Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma.** Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos” (CUNHA, 2016, p. 79, *grifos nossos*). Aludindo a esse processo de formação racial, Euclides “previu implicitamente a aparição eventual de um produto homogêneo, que seria alguma coisa mais próxima da mistura índio-branco” (SKIDMORE, 1976, p. 126).

rumo ao Purus (VENTURA, 1998). Impaciente pela expedição, o autor chamava a cidade de “meio caipira, meio europeia” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, pp. 252-256).

O fato de Euclides não aderir à defesa do povoamento da Amazônia Ocidental brasileira por parte de europeus deve ser visto como uma posição política e não como uma mera obviedade. É errôneo supor que a imigração europeia para o interior da Amazônia fosse algo logisticamente inviável. A impressão se desfaz, por exemplo, ao se perceber que na década de 1890, o Pará recebeu consideráveis levas imigratórias de portugueses, espanhóis e italianos. Esses fluxos estavam relacionados a projetos agrícolas no interior do Estado (EMMI, 2013). Na década seguinte, do outro lado da Amazônia, nas regiões do Purus e do Juruá, também já havia uma presença de imigrantes da Europa e do Oriente Médio – em especial, sírios e libaneses (SOUZA, 2019, pp. 259-260) –, como notado pelo próprio Euclides da Cunha:

O Purus e o Juruá abriram-se há muito à entrada dos mais díspares forasteiros – do sírio, que chega de Beirute, e vai pouco a pouco suplantando o português no comércio do “regatão”; ao italiano aventureiro e artista que lhes bate as margens, longos meses, com a sua máquina fotográfica a colecionar os mais típicos rostos de silvícolas e aspectos bravios de paisagens; ao saxônio fleumático, trocando as suas brumas pelos esplendores dos ares equatoriais. E, na grande maioria, lá vivem todos; agitam-se, prosperam-se e acabam longevos (CUNHA, 2000, p. 156).

No *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus*, a questão do povoamento brasileiro da Amazônia Ocidental é aprofundada e discutida à luz da presença peruana vizinha e litigante. No texto, Euclides estabelece uma diferenciação entre caucheiros extrativistas do caucho – *castilloa elastica* – e os extrativistas da seringueira – *hevea brasiliensis* –, os seringueiros.

Em função da distribuição geográfica das duas espécies vegetais, o primeiro grupo de extrativistas era predominantemente peruano, enquanto o segundo, brasileiro (CUNHA, 1995a, p. 778). A descrição do viajante reforçou as dissimetrias entre os padrões de ocupação territorial dos dois grupos:

O caucheiro é por força um nômade, um pesquisador errante, estacionando nos vários pontos a que chega até que tombe o último pé de caucho. Daí o seu papel no desvendar paragens desconhecidas. Todo o alto Madre-de-Dios e todo o alto Ucaiali foram entregues à ciência geográfica pelos audazes mateiros, de que é Fiscarrald a figura mais completa.

Nestas largas peregrinações, sendo inevitável o continuado encontro de tribos variadas, educou-se-lhes a combatividade em constantes refregas contra o bárbaro, que lhes deram, conseqüentemente, mais incisa que a feição industrial, a feição guerreira e conquistadora.

O seringueiro é por força sedentário e fixo. Enleiam-no, prendendo-o para sempre ao primeiro lugar em que estaciona, as próprias estradas que abriu,

convergentes na sua barraca, e que ele percorrerá durante a sua vida toda. Daí o seu papel, inegavelmente superior, no povoamento definitivo (*Ibidem*, p. 779).

Essa representação contrastante contribuía para o projeto estratégico de defesa do território nacional, porquanto colocava as populações brasileiras como ocupantes tradicionais daquela parte da Amazônia. Isso propiciava, por meio do princípio jurídico do *uti possidetis*, maior legitimidade à soberania do Estado brasileiro na região.

Nos textos do viajante, a oposição entre caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros também é literariamente construída por elementos de ordem moral. Os segundos aparecem em Euclides sempre como trabalhadores estoicos: incansáveis, disciplinados, bravos e sofredores. São apresentados como vítimas de seus patrões³²⁵. Em oposição, os peruanos exploradores de caucho são apresentados como aventureiros violentamente inescrupulosos. Na busca por enriquecimento fácil, cometeriam as maiores atrocidades contra os indígenas. Com o dinheiro sujo de sangue, eles integrariam círculos da elite peruana, desfrutando até do luxo de viagens à Europa, conforme a descrição de Euclides, no ensaio “Os caucheros”, de *À margem da História* (CUNHA, 2000, p. 166-170). Essa representação desenhada pelo brasileiro era assaz conveniente para a deslegitimação das demandas peruanas na Amazônia (TORRES, 2019, p. 85)

O caucheiro, na perspectiva euclidiana, seria

caballero e selvagem, consoante as circunstâncias. O dualismo curioso de quem procura manter intactos os melhores ensinamentos morais ao lado de uma moral fundada especialmente para o deserto – reponta em todos os atos da sua existência revolta.

(...) A selvageria é uma máscara que ele põe e retira à vontade.

(...) **O caucheiro é irritantemente absurdo na sua brutalidade elegante, na sua galanteria sangüinolenta e no seu heroísmo à gandaia. É o homúnculo da civilização** (CUNHA, 2000, pp. 167-168, *itálicos do autor, grifos nossos*).

Euclides também confrontou a figura dos caucheiros peruanos da época com a dos históricos bandeirantes brasileiros, no intuito de rebaixar os primeiros. O autor estava ciente das crueldades cometidas pelos sertanistas paulistas, mas reconhecia neles

³²⁵ No texto de Euclides, “seringueiro” quase sempre aparece como sinônimo do trabalhador dos seringais e não de seus proprietários: “De feito, o **seringueiro, e não designamos o patrão opulento** [*o seringalista ou dono do barracão seringueiro*], **se não o freguês jungido à gleba das ‘estradas’**, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 2000, p. 127, *grifos nossos*).

uma pretensa “concentração maravilhosa de todas as ousadias de uma época” (*Ibidem*, p. 168). A exploradores como Antônio Raposo [*Tavares*] (1598-1658), Cunha atribuiu um heroísmo “sem dobras, sem disfarce” (*Ibidem, idem*). A empreitada desses homens não teria sido mesquinha como a dos caucheiros peruanos, mas fruto de uma “força natural desencadeada” (*Ibidem, idem*). Para Euclides, o bandeirante teria sido “brutal, inexorável, mas lógico (...) **o super-homem do deserto**” (*Ibidem, idem, grifos nossos*).

O elogio aos bandeirantes é bastante revelador do imaginário e dos anseios políticos de Euclides, centrados na pauta da formação territorial e étnico-social da nação brasileira. Desde as décadas finais do século XIX, todo um imaginário começava a ser mobilizado por historiadores, artistas, escritores e instituições científicas para enaltecer as figuras históricas dos sertanistas e representá-los como símbolos da identidade regional do Estado de São Paulo (FERRETTI, 2004, pp. 122-251; WALDMAN, 2018, pp. 35-102; ABUD, 1985; MARINS, 2007, pp. 87-104).

Entre os agentes dessa cena intelectual estavam os pintores Benedito Calixto (1853-1927) e José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), o historiador Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (1825-1878), os romancistas Júlio Ribeiro Joaquim de Paula Souza (1833-1887) e Martim Francisco Ribeiro de Andrada III (1853-1927). Também eram protagonistas da produção sobre o Bandeirantismo instituições como a Academia Paulista de Letras (APL) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)³²⁶ (FERRETTI, 2009, pp. 266-267).

Um dos muitos filões retóricos da veneração do bandeirantismo consistia na celebração da contribuição que os exploradores paulistas do período colonial teriam tido para o alargamento e para a povoação do território da América Portuguesa, do território que viria a ser do Brasil independente (*Ibidem*, pp. 268-269). Esse discurso era especialmente caro a uma das vertentes intelectuais que compunham o IHGSP das décadas de 1890 e 1900.

Era a chamada corrente “territorialista”, composta pelo médico e geógrafo Domingos José Jaguaribe Filho (1848-1926), o naturalista estadunidense Orville Derby (1851-1915), o botânico sueco Albert Löfgren (1854-1918) – conhecido como Alberto Loefgren – e o engenheiro e historiador Teodoro Sampaio (1855-1937) (*Ibidem*, pp.

³²⁶ Nas décadas seguintes, diversos nomes da intelectualidade paulista se somariam à análise e ao enaltecimento do Bandeirismo. Entre eles, Afonso D’Escragno Taunay (1876-1958) – que foi, entre 1917 e 1946, Diretor do Museu Paulista, instituição central para o estudo e para a produção discursiva sobre os sertanistas – Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), José de Alcântara Machado (1875-1941) e Paulo Prado (1869-1943) (ABUD, 1985; FERRETTI, 2004; WALDMAN, 2018).

267-268). Este último, em especial, retratou o paulista como “herói povoador”: “agente principal de formação da nação, exatamente pelo caráter mestiço que o habilitava a dominar o território e conquistar o sertão bravo à civilização” (*Ibidem*, p. 269). Como sabido, essa representação contribuía para uma legitimação simbólica do poder econômico e político das oligarquias de São Paulo na República (*Ibidem, idem*).

O quarteto de autores também participava da

Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, órgão criado em 1886 para viabilizar a política territorialista de **ocupação agrícola do oeste paulista, mediante o reconhecimento geológico das áreas destinadas ao avanço da frente cafeeira**. Em termos historiográficos, também o caráter territorialista se impunha sobre o grupo que pode ser considerado o representante, no interior do IHGSP, do **projeto de uma história nacional entendida como processo de paulatina ocupação territorial** (*Ibidem, idem, grifos nossos*).

Em terras paulistas desde 1895, trabalhando na Superintendência de Obras do Estado, Euclides se inseriu na rede de sociabilidade dessa facção do IHGSP, como atesta sua correspondência (GALVÃO; GALOTTI, 1997; SIRINELLI, 2010). Seja nas construções de obras de infraestrutura visando à ocupação dos sertões paulistas, seja nos temas de interesses intelectual, Cunha partilhava com o círculo de Teodoro Sampaio o “empenho na construção da nacionalidade pela ocupação efetiva de seu interior despovoado” (FERRETTI, 2009, p. 270). O engenheiro fluminense viria a ser admitido como integrante do IHGSP em 1897, por indicação do grupo (*Ibidem*, p. 271).

Desde sua chegada a São Paulo, Euclides manifestou grande interesse pela temática bandeirista. Tanto é que pediu para o jurista Reinaldo Porchat (1868-1953), seu amigo, o envio de materiais sobre a História colonial de São Paulo e das excursões bandeiristas entre os séculos XVII e XVIII (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 211). Referências aos sertanistas se espriam por inúmeros textos euclidianos (CUNHA, 1995a, p. 457, p. 461, p. 553). Como argumenta estudo do historiador Danilo Zioni Ferretti, Cunha se alinhou ao

discurso historiográfico do IHGSP, mediante o diálogo com seu amigo Teodoro Sampaio, **ao conferir centralidade ao bandeirante na formação nacional**, ao adotar um enfoque geral característico da **historiografia territorialista**, ao apresentar uma visão da nação como cindida entre Norte e Sul e **ao identificar, no tipo bandeirante, a “rocha viva da raça”, tipo original, fixo, forte, aclimatado e apto a ocupar o sertão** (FERRETTI, 2009, p. 282, *grifos nossos*).

Contudo, Euclides dissentiu de um importante aspecto da visão bandeirística de Teodoro Sampaio, seu colega. Sampaio, como muitos dos membros do IHGSP, identificava os oligarcas paulistas modernos como os legítimos herdeiros dos antigos

sertanistas. Por outro lado, Cunha, em *Os Sertões*, associou as propaladas virtudes bandeirantes às populações interioranas do Nordeste oitocentista. Para o repórter do *Estadão*, os habitantes de Canudos faziam parte de “uma raça de cruzados idênticos àqueles mamalucos estrênuos que tinham nascido em São Paulo” (CUNHA, 2016, p. 102). Eles seriam descendentes dos paulistas que teriam explorado o médio São Francisco nos séculos XVII e XVIII³²⁷. Lá, com o avançar do tempo, os paulistas passaram por um “processo de isolamento, fruto da ação conjunta do latifúndio e do meio inóspito, que implicou a manutenção e transmissão de seus traços ancestrais ao jagunço” (FERRETTI, 2009, p. 281).

Os sertanejos dessa região manteriam os caracteres étnicos herdados de seus ancestrais paulistas. Essa continuidade racial não existiria mais em São Paulo, onde teria havido uma dispersão dos traços étnicos na população interiorana e uma desagregação das ditas qualidades atribuídas aos bandeirantes (*Ibidem*, pp. 280-281). Seriam pernambucanos, alagoanos, sergipanos e baianos, como os canudenses, que conservariam os predicados sertanistas “de adequação ao meio físico americano, fruto da consolidação de um tipo étnico mameluco, mistura reiterada de branco com índio em que o negro estava quase ausente” (*Ibidem*, pp. 279-280).

Eis aí dois dos elementos conjugados que iam ao encontro do projeto de Euclides para o Brasil: a formação de um *povo* reputado como racialmente apto para povoar e desbravar o *território* nacional. Para o autor, as populações interioranas como as do Arraial do Belo Monte ou como as da Amazônia – por onde também andaram sertanistas da capitania de São Vicente³²⁸ (REZENDE, 2006) – fariam essa ponte entre um passado e um futuro; entre os primeiros e desganhados esboços de ocupação dos sertões brasileiros na Idade Moderna e os ambiciosos projetos técnico-científicos de ocupação e integração territorial sistemática no despertar do século XX.

³²⁷ Afirma Cunha em *Os Sertões*: “Ora toda essa população perdida num recanto dos sertões [*a região de Canudos*], lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo” (CUNHA, 2016, p. 107).

³²⁸ Por exemplo, os bandos de Raposo Tavares, admirado e citado por Euclides da Cunha em *Peru versus Bolívia*: “Depois de cruzar o Centro-Oeste e a Amazônia na maior e mais extraordinária expedição terrestre do mundo seiscentista, nos anos 1648-1651, Raposo Tavares e seus companheiros fizeram um percurso mais longo ainda para retornar a São Paulo. Tendo chegado pelos matos e pelos rios a Belém, seguiram a única rota existente para reganhar suas casas: foram até Lisboa e de lá voltaram até Santos” (ALENCASTRO, 2000, p. 59). No artigo “Fronteira Sul do Amazonas – Questão de limites”, de 1898, Euclides também menciona explorações de sertanistas na Amazônia, embora menos exitosas e duradouras (CUNHA, 2000, p. 337).

A recuperação do passado colonial da América Portuguesa, através da senda sertanista, também foi empreendida por Euclides da Cunha em *Peru versus Bolívia*. Na obra, em meio à investigação feita pelo cartógrafo do Itamaraty sobre os limites territoriais entre as antigas possessões espanholas e lusas na América, é feita uma apologia à grandiosidade do empreendimento colonial português e à ação dos bandeirantes³²⁹:

O facto é que na plenitude da expansão povoadora, quando a sombria legislação castelhana enclausurava os colonos no circulo intransponível dos districtos sob a disciplina dos corregedores vedando-lhes novos descobrimentos, ou entradas, sob “pena de nuerte y perdimiento de todos sus bienes”, **os Portuguezes avançavam mil léguas pelo Amazonas acima, e nas bandas do sul os nossos extraordinários mestiços sertanejos iam do Iguassú ás extremas do Matto-Grosso**, perlongando o vallo tortuoso e longo do rio Paraguay.

Os Paulistas desarranjavam a geographia política sul-americana (CUNHA, 1907, p. 12, *grifos nossos*).

Essa herança territorial portuguesa pareceria prefigurar um “Destino Manifesto” de uma nação e de um povo brasileiros em que Euclides acreditava. Tal projeção orgulhosamente valorativa do passado sobressai na reverência aos “nossos extraordinários mestiços sertanejos” (*Ibidem, idem*), em novo aceno aos sertanistas mamelucos. Essa menção romantizada se contrapõe às frequentes depreciações de Cunha ao perfil étnico-racial peruano³³⁰. No artigo “Conflito inevitável”, o jornalista, a despeito de seu interesse pela História e pela intelectualidade peruanas (BAGGIO, 1998, p. 143, p. 157), aponta o país andino como possuidor de uma “mestiçagem dissímil” (CUNHA, 2014, p. 92). De acordo com seus critérios racialistas e envoltos em

³²⁹ A afirmação da grandeza brasileira na exploração territorial da Amazônia também é sustentada por Euclides da Cunha em relação ao século XIX. O autor menciona a concessão feita pelo governo peruano, na pessoa do Presidente Augustín Gamarra, ao brasileiro Antônio Marcelino Pereira Ribeiro para a navegação a vapor na parte do Rio Amazonas localizada no Peru (CUNHA, 2020; TOCANTINS, 1992, p. 176).

³³⁰ O autor também depreciou a formação social, política e econômica peruana no período colonial, não a reputando sequer como um “esboço de sociedade” (CUNHA, 1907, p. 42): “Considere-se o artigo Vice-reinado do Peru. (...) **De facto, allí não se fundou uma colônia, no significado que, já naquele tempo, lhe sabiam dar os Portuguezes.** A terra, indivisa e sem fins, não se abria ao exercício das actividades, firmando-se a correlação entre as suas energias desencadeadas pelas culturas e as forças sociais consecutivas. **Era uma inexpressiva e vasta propriedade.** Não era, ainda, um domínio da Hespanha, ou o prolongamento ultramarino, onde ella se refugiasse naquelle ameaçador entardecer da Edade Média, carregando o seu velha [sic.] fanatismo catholico, a sua lealdade feroz e a sua ferocidade cavalheiresca, abalados aos primeiros fulgores da Reforma. **Era um feudo.** Um donativo papal a um rei. O maior dos latifúndios sancionado por uma bulla. Uma sesmaria que se explorava de longe, desastradamente, de dentro do Escorial, e mandada por um **magnífico feitor, que era a sombra passiva do soberano longínquo, o Vice-Rei**” (*Ibidem*, pp. 40-42, *grifos nossos*).

um nacionalismo exaltado, o ensaísta avaliava que a colonização espanhola teria sido pernicioso e infrutífera. Diz o seu artigo “Contrastes e confrontos”:

A raça forte e pacífica [*a civilização incaica*], que dava os primeiros lugares aos inspetores agrícolas, aos engenheiros, que lhe abriam as estradas e os canais, e aos arquitetos que lhe alteavam os templos, **foi colhida à traição pela brutalidade militar da Espanha.**

(...) À unidade da raça autóctone, disciplinada e íntegra, marchando com um método tão seguro que lhe permitiu tão altos cometimentos, **contrapuseram-se a desordem de uma exploração em larga escala e o dispersivo dos caracteres de imigrantes** atraídos de todos os países.

Porque o peruano é, ainda mais do que nós, uma ficção etnográfica (*Ibidem*, p. 87, *grifos nossos*).

Logo, para o evolucionista Euclides, o processo de miscigenação étnico-racial brasileiro, em que pese inconcluso, estaria em etapa mais avançada do que o peruano. Caberia, então, ao Estado fomentar o transcurso da construção de uma nacionalidade brasileira. Essa diretriz deveria orientar a forma com que as instituições públicas se relacionariam com as populações de diferentes regiões, especialmente as desguarnecidas, como o Acre e o Amazonas Ocidental.

É com esse mote que Cunha instava ao Estado que amparasse os povoadores brasileiros dessa área. O escritor reforçava a importância e o simbolismo dessas populações interioranas para a constituição de uma identidade étnica *coesa*, abrangendo vastas parcelas do território nacional, para além do litoral.

Em sua maioria, os colonos do Acre eram pobres e nordestinos (LIMA; MAGALHÃES, 2018, p. 198). Pessoas que, em geral, fugiam das secas³³¹ de suas regiões de origem e tentavam a sorte no coração da economia da borracha³³². Calcula-se que a “Seca Grande” de 1877-1879 tenha provocado o êxodo de mais de 65 mil cearenses para a Amazônia (SOUZA, 2019, p. 240).

³³¹ “A migração de trabalhadores nordestinos (...) não ocorreu somente em períodos de seca, o que nos leva a questionar a primazia e o alcance do argumento que os associa indelevelmente. (...) Ainda que não se descarte a seca como item explicador da migração, já que não se pode anular os seus efeitos sobre os movimentos sociais migratórios, não lhe daremos o peso de determinação que tem assumido na literatura e na historiografia” (GUILLEN, 1999, p. 193-194 *apud* SILVA, 2013, p. 202).

³³² “Em 1870, quando a borracha começa a dar sinais de valorização, a Amazônia era quase um deserto demográfico, com suas populações tradicionais dizimadas por séculos de escravização, práticas predatórias e pela política repressiva do império à Cabanagem. A conjugação de períodos de seca e depressão econômica levou o Nordeste brasileiro, especialmente o estado do Ceará, a participar com o maior número de migrantes, que a partir de 1877 foram chegando em levadas desordenadas, para a seguir se transformar numa rotina perversa, resultando num quadro terrível de exploração humana. Milhares de lavradores pobres, iludidos por contratadores, trocaram suas terras áridas pelas selvas do alto Purus, Madeira e Acre, vivendo sob o domínio do sistema de aviamento” (SOUZA, 2019, p. 258).

Ao escrever sobre a Amazônia, Euclides sempre lança muitos louvores a esses migrantes. Mas não deixa de apontar e lamentar aquilo que seria uma profunda vulnerabilidade de tais trabalhadores, no que se refere quer à saúde, quer à condição social:

O povoamento do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, **fora da diretriz do nosso progresso.**

Tem um reverso tormentoso que ninguém ignora: as secas periódicas dos nossos sertões do Norte, ocasionando o êxodo em massa das multidões flageladas. **Não o determinou uma crise de crescimento, ou excesso de vida desbordante, capaz de reanimar outras paragens, dilatando-se em itinerários que são o diagrama visível da marcha triunfante das raças; mas a escassez da vida e a derrota completa ante as calamidades naturais.** As suas linhas baralham-se nos traçados revoltos de uma fuga. **Agravou-o sempre uma seleção natural invertida: todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, como o rebotinho das gentes, para o deserto (...)** Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – **o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrentos e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo.** Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. **Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico.** Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem...

E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem lindes, para sudoeste, definiu-se de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico (CUNHA, 2000, p. 150, *grifos nossos*).

Partindo de um viés determinista, o excerto entende por essenciais diversas debilidades físicas dos povoadores. Sublinhando essa precariedade dita implacável, o texto euclidiano quer agigantar, por tabela, o êxito da empreitada dos migrantes³³³. Quer apresentá-la como um triunfo contra todas as expectativas (PONTES, 2005, p. 91): “aqueles caboclos rijos (...) **não são efeitos do meio; surgem a despeito do meio;**

³³³ No olhar de Euclides, a experiência prévia com a seca não poderia ser considerada uma vantagem para os povoadores do Acre, já que foram as estiagens a ocasionar uma migração tão desprovida e desesperada. Em outra passagem, Cunha esclarece a não coincidência entre as condições ambientais e geográficas entre o Acre e as regiões do interior nordestino de que vieram os mencionados migrantes. Ou seja, a ocupação do Acre e a adaptação ao meio local – muito mais úmido e mais assolado por doenças como a malária (ALMEIDA NETO; HELLER, 2014) – teria sido um novo desafio imposto aos seringueiros recém-chegados e não mero desdobramento do empenho anterior de luta contra a seca: “Não vingam, ademais, o argumento de que o sertanejo nortista, ou mais incisivamente, o jagunço, dotado da abstinência pastoral e guerreira do árabe, se tenha apercebido para o novo habitat, sob a disciplina inexorável das secas, além de haver-se deslocado seguindo mais ou menos os paralelos do torrão nativo” (CUNHA, 2000, pp. 155-156).

triunfam num final de luta, em que sucumbiram, em maior número, os que se não aparelhavam dos mesmos requisitos de robustez, energia e abstinência” (CUNHA, 2000, p. 156, *grifos nossos*).

A ênfase dada à caracterização desfavorável desses povoadores poderia levantar a hipótese da preferência de Euclides por outros perfis étnicos e sociais existentes no Brasil para a ocupação do Acre. “Seleção natural invertida”, “fracos”, “inúteis”, “doentes”, “sacrificados” e “rebotelho das gentes” (*Ibidem*, p. 150) são termos fortemente pejorativos, abalizados no campo semântico do cientificismo médico então em voga.

A hipótese da predileção de Cunha por outros grupos povoadores brasileiros para o Acre também poderia ser incentivada por passagens como a seguinte, escrita no ensaio “Impressões gerais”, de *À margem da História*, sobre os migrantes seringueiros da Amazônia: “O homem de ordinário leva àqueles lugares a **imprevidência característica da nossa raça**” (*Ibidem*, p. 128, *grifos nossos*). Outro trecho que poderia encorajar a interpretação em tela é aquele que menciona, a propósito da Medicina Tropical – então chamada de “Medicina Colonial” –, a necessidade de condições sanitárias que os povoadores do Acre na década de 1900 não possuíam. Seria necessário realizar um “saneamento” tanto da terra – o meio – quanto do homem – a raça:

A tarefa é dúplice. Aos conquistadores tranqüilos não lhes basta o perquirir as causas meteorológicas ou telúricas das moléstias iminentes aos trechos recém-conquistados, na escala indefinida que vai das anemias estivais às febres polimorfos. **Resta-lhes o encargo maior de justapor os novos organismos aos novos meios, corrigindo-lhes os temperamentos, destruindo-lhes velhos hábitos incompatíveis, ou criando-lhes outros até se construir, por um processo a um tempo compensador e estimulante, o indivíduo inteiramente aclimado, tão outro por vezes nos seus caracteres físicos e psíquicos que é, verdadeiramente, um indígena transfigurado pela higiene** (*Ibidem*, p. 148, *grifos nossos*).

Não obstante, a hipótese discutida não encontra maior acolhimento. Ela cai à vista de certo ceticismo euclidiano em relação à Medicina Tropical e sua artificialidade. Por mais que julgue extremamente bem-vinda a aplicação dos conhecimentos médicos nos territórios “abertos ao povoamento”, Cunha criticava certa ideia de civilização que por vezes trazia a Medicina Colonial. Analisando regulamentos sanitários europeus da época, o autor afirma que eles não pretenderiam “arrebatar para a civilização a barbaria transfigurada, senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros” (*Ibidem*, p. 149) (*Ibidem, idem*).

O autor parece sustentar tese contrária: em vez de tentar se fixar inorganicamente os costumes de matriz europeia nos rincões geográficos imperiais – e nacionais –, que se construísse uma civilização mais bem adaptada às peculiares características de um meio local³³⁴. Seria preciso, portanto, domá-lo: tarefa na qual os sertanejos migrados para o Acre já se saíam bem, sem apoio algum do poder público e desprovido de medidas de Saúde Pública. Essa seria a comprovação da grande capacidade de amoldamento desses povoadores ao ambiente acreano³³⁵.

A preferência pelo perfil dos povoadores “caboclos” e brasileiros frente aos estrangeiros resta inquestionável neste trecho de Euclides, no artigo “Entre o Madeira e o Javari”, anterior a sua ida à Amazônia:

Alfredo Marc [1848-1891, *viajante francês no Brasil entre 1887 e 1889*] encontrou nas margens do Juruá alguns parisienses, autênticos parisienses, trocando os encantos dos *boulevards* pela exploração trabalhosa de um seringal fartíssimo; e acredita-se que o viajante não exagerou. Lá estão todos os destemerosos convergentes de todos os quadrantes. **Mas, sobrepujando-os pelo número, pela robustez, pelo melhor equilíbrio orgânico da aclimação, e pelo garbo no se afoitarem com os perigos, os admiráveis caboclos do Norte que os absorverão, que lhes poderão impor a nossa língua, os nossos usos e, ao cabo, os nossos destinos**, estabelecendo naquela dispersão de forças a **componente dominante da nossa nacionalidade** (CUNHA, 2014, p. 106, *grifos nossos*).

Euclides ilustra tamanha tenacidade dos povoadores nortistas do Acre por meio de uma comparação com a alegada falta de aptidão dos brasileiros vindos das regiões mais ao Sul:

E as suas **almas simples** [*as dos sertanejos nortistas que se estabeleceram no Acre como seringueiros*], a um tempo ingênuas e heróicas, **disciplinadas**

³³⁴ O teor da passagem citada no parágrafo, oriunda do ensaio euclidiano “Um clima caluniado”, pode levar a uma relativização da seguinte formulação de Roberto Ventura: “**a absorção do indígena e do sertanejo pelas raças e culturas tidas como superiores**, ao defender a integração dos vazios e desertos à escrita e à história, cujos limites e fronteiras estão em contínua expansão. Povoar, colonizar e escriturar são os instrumentos para tal **transplante** da civilização para os ‘territórios bárbaros’” (VENTURA, 2003, p. 248, *grifos nossos*). Não pretendemos negar o horizonte evolucionista e cientificista de Cunha, no qual se incluía o primado das populações europeias brancas, bem como da cultura e da ciência consideradas como modernas e ocidentais. Todavia, ponderamos que isso não implicava, para o viajante amazônico, que os sertanejos acreanos passassem por uma imediata absorção por parte de europeus ou descendentes mais diretos de europeus. Pelo contrário, Euclides defendia o protagonismo desses migrantes no processo de desbravamento e adaptação ao meio local. Dessa sorte, a ideia de “transplante”, criticada em *À margem da História* (CUNHA, 2000, p. 149), talvez não seja capaz de descrever de forma precisa e abrangente as ideias euclidianas sobre a civilização que deveria ter lugar na Amazônia. A ideia de incorporação parece ser mais adequada.

³³⁵ A preocupação de Euclides com a adaptação dos povoadores ao Acre reflete seu entendimento de que a região e a Audiência de Charcas, futura Bolívia, como um todo testemunharam o surgimento de “uma gente nova, mais robusta, mais estável, equilibrando-se ao meio, e reflectindo, a par dos attributos physicos da aclimação, mais firmes tendências para o domínio e para a lucta nos dilatados scenarios que se lhe offereciam” (CUNHA, 1907, p. 49). Como se abordará no **Capítulo 5**, essa observação contribuiu para a defesa euclidiana da incorporação geográfica e social da Amazônia Ocidental pelo Brasil. O autor considerava um risco que surgisse uma “nacionalidade” própria na região.

pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável.

O recém-vindo do Sul chega em pleno desdobrar-se daquela azáfama tumultuária, e, de ordinário, sucumbe. Assombram-no, do mesmo lance, a face desconhecida da paisagem e o quadro daquela sociedade de caboclos titânicos que ali estão construindo um território. Sente-se deslocado no espaço e no tempo; não já fora da pátria, senão arredio da cultura humana, extraviado num recanto da floresta e num desvão obscurecido da História (*Ibidem*, p. 146, *grifos nossos*).

Não é fortuito para Cunha o contraponto entre as regiões mais ao Norte e as mais ao Sul do país, reiterado em *Os Sertões*. Em um trecho, Cunha identifica “uma diferença essencial entre o Sul e o Norte, absolutamente distintos pelo regime meteorológico, pela disposição da terra e pela transição variável entre o sertão e a costa” (CUNHA, 2016, p. 82). Distanciamento também assinalado pela História:

Não precisamos rememorar os fatos decisivos das duas regiões. São duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais – uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, evoluindo sobre os influxos de uma administração única (*Ibidem*, p. 88).

Nessa ótica, fomentar a imigração de gentes das regiões do Sul para o Acre seria uma tentativa vã; seria pretender lutar contra a Geografia e contra a História. Isso contribuía para que Euclides não se opusesse à povoação do Acre por camponeses sertanejos nordestinos, posto que os considerasse fisicamente frágeis, além de étnica e socialmente pouco “evoluídos”. Em nenhum trecho de todos seus escritos amazônicos o autor propõe uma substituição do tipo de migrante para o Acre.

É o mesmo Cunha que vê os povoadores acreanos “famintos”, “febrentos” e “variolosos” e que os celebra como “caboclos titânicos”³³⁶. A contradição daí resultante repercute os dualismos e tensões características de toda a obra euclidiana (SANTOS, 2021, p. 316). Obra marcada pelo embate entre a observação subjetiva do viajante e sua formação teórica e científica evolucionista (PONTES, 2005, p. 91).

No caso dos ensaios amazônicos de *À margem da História*, as incoerências também podem ser compreendidas em virtude do caráter fragmentário e descontínuo do

³³⁶ Demarcando o seringueiro de origem nordestina como uma figura forte e valente, a descrição de Euclides da Cunha se afasta em muito das representações presentes nos relatos de Jean-Baptiste Parrissier (1856-1931), padre francês que esteve no Alto Juruá em 1897 e 1898. Parrissier representa o extrativista da região como ingênuo, tímido, pouco instruído e impotente diante dos costumes do alcoolismo, das rixas e da vingança na região (PARENTE, 2018, pp. 137-140). Trata-se de uma imagem contrária à altivez com que Cunha caracteriza os seringueiros. Contudo, a imagem do extrativista como vítima de um trabalho escravo, profundamente dissecada por Euclides, já aparece em Parrissier (*Ibidem*, p. 142; PARRISIER, 2009).

livro, que reuniu diferentes textos já publicados pelo autor (HARDMAN, 2019). Só a primeira parte da obra tem como objeto a Amazônia³³⁷.

Ao fim e ao cabo, nota-se que Euclides de fato esteve entre aqueles intelectuais brasileiros que reconheceram os méritos dos sertanejos nortistas pioneiros na ocupação do Acre³³⁸. Essa postura se distanciava da crítica feroz que, em 1918, o paulista Monteiro Lobato (1882-1948) viria a fazer contra as populações interioranas nacionais por meio da figura satírica de “Jeca Tatu” no livro de contos *Urupês* (LOBATO, 2012). Apesar de estar mais diretamente inspirada na realidade do Vale do Paraíba, a obra lobatiana suscitou debates sobre as populações sertanejas brasileiras em geral. A propósito da polêmica personagem de “Jeca”, Lima Barreto (1881-1922) manifestou seu ceticismo em relação aos feitos dos povoadores acreanos e às qualidades dos camponeses do Norte. Trata-se de um dos relevantes pontos de divergência entre Cunha e Lima Barreto anotados por Sevckenko (2003, pp. 236-251). Dizia o ficcionista carioca:

Não acredito absolutamente nas miríficas virtudes dos sertanejos do norte, nem de outra parte do Brasil. Todos os nortistas, especialmente os cearenses, estão dispostos a fazer deles, **senão esforçados "preux", ao menos tipos de uma energia excepcional, de uma capacidade de trabalho extraordinária e não sei o que mais. Citam, então, o Acre, criação do cearense exul. Não me convence.** Julgo que haveria tenacidade, energia no trabalho, **não na emigração, no êxodo**, mas na constância em lutar com o flagelo climatérico que assola aquele Estado e os circunvizinhos. Essa energia, essa tenacidade se faria constante, se, de fato, existissem, para aproveitar os bons anos de chuvas, construindo obras ditadas pela própria iniciativa daquelas gentes, de modo a captar as águas meteóricas e outras, para os anos maus. **Mas tal não se dá; e, quando chegam as secas, encontram as populações desarmadas** (BARRETO, 1953, *grifos nossos*).

Em resumo, Euclides olhou com cuidado e simpatia a questão do povoamento do Acre. Mesmo que não tenha delimitado em minúcias um migrante ideal, o viajante assinalou a importância de tal figura ser brasileira. Essa opção nacionalista, sustentada por um funcionário público do Estado pátrio, não olhava exclusivamente para o seu próprio momento histórico sequioso pela consolidação da presença e da hegemonia nacional na Amazônia. Para se legitimar, também remontava ao processo de expansão territorial luso-americana no período da colônia.

³³⁷ A segunda parte de *À margem da História* trata de temas da Geopolítica e da realidade sul-americana. A terceira aborda a História brasileira entre a Independência e a Proclamação da República. Por fim, a quarta apresenta “Estrelas Indecifráveis”, texto escrito a propósito da data do Natal e que especula sobre o Universo (CUNHA, 2019).

³³⁸ A título de exemplo, na década de 1950, Cassiano Ricardo viria a fazer um elogio aos povoadores acreanos em sua obra *O Tratado de Petrópolis* (RICARDO, 1954).

Desse passado, emergia a figura idealizada do bandeirante paulista, povoador e conquistador de territórios. Para Cunha, contrariamente ao que queria o IHGSP, o legado dos sertanistas não se ligava à opulência urbana, cafeeicultora e embranquecida de São Paulo. Na sua perspectiva, a grandeza do “espírito bandeirante” seria encontrada do outro lado do Brasil, no despojamento e na valentia de tantos sertanejos mestiços e nordestinos. A capacidade de adaptação às regiões áridas motivava a admiração espantada de Euclides por esses sujeitos históricos, tal qual se percebe em *Os Sertões*.

Já em *À margem da História*, como vimos, os migrantes “jagunços” do Acre desempenham esse papel (CUNHA, 2000, p. 155). O território era pequeno; seus povoadores, anônimos. Mas, para Cunha, esse processo de ocupação ia ao encontro da missão histórica que o país estaria condenado a cumprir: a de formar uma raça miscigenada, que assimilasse as populações interioranas e se espalhasse por todo o gigantismo do espaço nacional. Essa soma de povo e território era concebida como a revelação apoteótica da força do país, sua potência regional e seu desenvolvimento no porvir. Para acelerar e consolidar esse processo, a responsabilidade do poder político era decisiva, devendo ser concretizada por obras como a Transacreana.

Para Euclides, então, a marcha para o Acre era mais do que uma questão momentânea e circunscrita ao Oeste amazônico. Era o “crescer do passado” de que falava Walt Whitman. Era o presente, era o futuro. Era o Brasil.

4.7 Temas amazônicos e acreanos nos anos após Euclides: literatura e projetos públicos

No fim do capítulo anterior, sustentamos que *La Australia argentina*, de Payró, muito provavelmente impactou a produção intelectual argentina sobre a região, bem como as medidas políticas para a Patagônia como nos anos seguintes a 1898. No caso de Euclides, os desdobramentos de sua obra amazônica são mais claramente visíveis em seu aspecto literário. Não obstante, alguns projetos políticos para a Amazônia e para as regiões do Oeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX estabelecem conexão com as preocupações manifestadas pelo viajante em *À margem da História*.

No âmbito intelectual, Cunha forjou um paradigma de representação da Amazônia, segundo o crítico Péricles Moraes (2001, pp. 17-24). Para o historiador Davi Avelino Leal, “essa postura [*a tradição euclidiana*] determinou durante quase seis décadas os trabalhos da historiografia regional [*amazônica*]” (LEAL, 2007, p. 218).

Sem a pretensão de mapear toda a ficção e o ensaísmo sobre a região na primeira metade do século XX, podemos mencionar entre os herdeiros mais diretos do Euclides de *À margem da História* Alberto Rangel, Mário Guedes, Carlos de Vasconcelos, Ferreira de Castro e Gastão Cruels. Esses autores foram contemporâneos do escritor, tendo sido alguns dos primeiros a se apropriar da matriz euclidiana de interpretação sobre as terras e águas amazônicas³³⁹ (BUENO, 2002, p. 56).

Alberto Rangel (1871-1945) talvez tenha sido o mais dileto entre os continuadores da maneira e da temática euclidianas de se escrever sobre a Amazônia. Recifeense, se formou na Escola Militar de Praia Vermelha, na qual se tornou amigo de Cunha no final da década de 1890. Em 1901, se mudou para o Amazonas, onde atuou como engenheiro e trabalha para o governo estadual. Sua residência, a chácara Vila Glicínia, em Manaus hospedou Euclides por ocasião de sua viagem amazônica (LEANDRO, 2011, p. 69, p. 159).

De volta à capital federal, Rangel escreveu prosa ficcional inspirada na realidade experimentada no Norte do país (*Ibidem*, pp. 9-10, p. 69). Seu primeiro livro de contos, *Inferno Verde*, foi publicado em 1908 e contou com um prefácio de Euclides. O preâmbulo à obra pode ser lido como uma estratégia visando à consagração de Rangel e à reafirmação da ascendência euclidiana sobre grossa parcela dos círculos intelectuais brasileiros da época. Euclides chegou a considerar Rangel como seu “primeiro discípulo” (*Ibidem*, p. 10; HARDMAN, 2009, pp. 41-42). O funcionário do Itamaraty chegou a afirmar que “*Inferno Verde* agitou um pouco o sangue frio destes batráquios, porque é um parente mais novo e mais vivo dos *Sertões*” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 377).

³³⁹ Avançando século adentro, nomes como os ensaístas e historiadores Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), Leandro Tocantins (1919-1904), Cláudio Araújo Lima (1908-1978) e Abguar Bastos (1902-1995) – os dois últimos, também romancistas – virão a ser centrais para a interpretação da Amazônia no pensamento social brasileiro. Embora dialoguem com a matriz euclidiana, não se filiam a ela diretamente. Mais distanciados do momento de produção dos textos de Cunha sobre a Amazônia, esses intelectuais tomaram o prosador fluminense antes como fonte ou objeto de estudo – no caso de Leandro Tocantins, por exemplo – do que como modelo a ser emulado. Em alguns aspectos, ficam claras as divergências desses autores com a obra de Euclides. Por exemplo, Araújo Lima problematiza a imagem negativa que Cunha construiu sobre os padrões dos seringais. O médico manauara afirma que os seringalistas eram lesados pelas fugas dos extrativistas e que seu empreendimento era economicamente incerto, sem garantias legais e suscetível à intensa variabilidade do preço da borracha (ARAÚJO LIMA, 1937, pp. 201-206). Araújo Lima também critica a obra de Euclides pelas passagens em que ela parece caracterizar o clima acreano como pouco propício ao trabalho. Malgrado reconheça que essa visão não prepondere nos ensaios amazônicos de Cunha, que combate o “mito” da insalubridade climática do Acre, Araújo Lima é mais enfático do que o cartógrafo do Itamaraty. O autor não titubeia e afirma que “não era o meio físico que (...) arruinava [o seringueiro acreano]: era o meio social, falho e desvirtuado, desapparelhado de tudo quanto fosse capaz de anular os inconvenientes e favorecer os estímulos do desenvolvimento natural e hygido” (*Ibidem*, p. 244).

Com base nas cartas trocadas entre os amigos, o pesquisador Rafael Voigt Leandro sustenta que Rangel teria pedido a Euclides que revisasse *Inferno Verde* e fizesse alterações que julgasse convenientes (LEANDRO, 2011, p. 70). Independentemente de Cunha ter se absterido de fazê-las (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 328), nota-se considerável cooperação e alinhamento intelectual entre os autores. Após o falecimento do colega, em 1913, Rangel publicou *Sombras n'água: vida e paisagens no Brasil equatorial*, outra obra de narrativas amazônicas (LEANDRO, 2011, p. 10).

A crítica da época e das décadas seguintes recepcionou Rangel como um mero imitador euclidiano (*Ibidem*, pp. 83-87). Entretanto, leitores contemporâneos, como Foot Hardman e Ettore Finazzi-Agrò (2002), têm explanado os valores próprios da obra amazônica de Rangel³⁴⁰ (*Ibidem*, pp. 87-88).

Apesar de terem uma dimensão mais deliberadamente ficcional do que os ensaios euclidianos (*Ibidem*, pp. 71-72), são muitos os paralelos dos livros de Rangel com os escritos de Cunha. A começar pelo estilo, que seria “(...) torturado, [voltado à] descrição da terra e do homem num certo tom grave e triste de espanto, exaltação da perplexidade” (PEREGRINO JR., 1955, p. 161). Seria um estilo “rígido, inquieto e castigado, (...) [marcado por um] pungente realismo” (*Ibidem, idem*). A prosa de Rangel também se aproxima à de Euclides ao se valer do recurso a “citações numerosas, muitas vezes compondo epígrafes e comparações por meio de frases, versos, apontamentos que se valem de um apelo ‘clássico’” (TONIN, 2009, p. 12).

Ainda que não tratem diretamente do Acre, os contos de *Inferno Verde* também se conectam com o Euclides amazônico em razão de seus temas. “O Tapará” conta as agruras de caboclos amazônicos e seu empenho para superar adversidades ambientais. “Obstinação” relata a exploração parasitária impingida por grandes proprietários a camponeses e trabalhadores pobres na região. O conto “Maibi” é ainda mais coincidente com os ensaios de Euclides, já que aborda a opressão sofrida pelos seringueiros através de amarras contábeis impostas por seus patrões – também discutindo a violência contra as mulheres nos seringais, como a personagem que dá título ao conto. Analogamente, “Um conceito do Catolé”, também de *Inferno Verde*, acompanha um cearense em sua migração até a Amazônia e sua faina no barracão de um seringal³⁴¹ (RANGEL, 1908).

³⁴⁰ “Muitas vezes, a prosa amazônica de Rangel realmente parece caminhar em sentido contrário, se é que ele procurou seguir o modelo da linguagem euclidiana” (LEANDRO, 2011, p. 137). O próprio Rangel se revoltou contra a pecha de emulador de Cunha (*Ibidem*, p. 87).

³⁴¹ Em *Sombras n'água*, a presença seringueira e nordestina na Amazônia é tratada nos contos “Os inimigos” e “Cedro do Líbano” (LEANDRO, 2011, p. 108).

O livro é marcado por uma representação do ambiente natural como avassalador, inóspito e dotado de força própria, moldando o rumo das vidas das personagens, de maneira quase monstruosa³⁴². Essa descrição é tributária apenas em parte de Euclides. Os contos de *Inferno Verde* radicalizam o assombro com a natureza que o ensaísta por vezes registrou. Não reproduzem a desmistificação de Euclides sobre o clima acreano nem acentuam as possibilidades de desenvolvimento regional e integração territorial. Quanto às semelhanças com a obra euclidiana, fica realçada na obra de Rangel uma retórica profundamente crítica à ganância presente na economia da borracha. Esse aspecto é extremamente similar às invectivas desferidas por Cunha contra os caucheiros (PAIVA, 2011; LEANDRO, 2011, p. 68).

Outro nome que se filiou à senda euclidiana de escrita sobre a Amazônia foi o do advogado Mário Guedes. É o autor da obra *Seringa: pequenas notas*, de 1914. Guedes viajou ao Acre como encarregado do Posto Fiscal do Município de Sena Madureira, em nome da Fazenda Nacional. Lá, observou o trabalho e o cotidiano dos seringueiros. Debruçou-se também sobre a migração de nordestinos para o Acre, acentuando os óbices enfrentados no processo

Ele [*o seringueiro*] **vinha de uma terra flagelada pela seca e penetrava em outra flagelada pela água**. Encontrava-se em presença de uma natureza diametralmente oposta. **Tudo diferente**: – a flora, os animais, a própria terra que lhe fugia dos pés, ora encharcada, ora não. Nada que lhe lembrasse a terra natal... os penates... Nem uma pedra, nem uma ave, nem um animal... Nada! Tudo outro... Tudo! (...) **Que dificuldades! Que lutas!** (GUEDES, 1914, p. 80, p. 86 *apud* PARENTE, 2018)

Como Euclides, Guedes opera uma representação positiva do seringueiro e de sua resistência frente às adversidades. Ao afirmar que “a Amazônia é o seringal” (*Ibidem*, pp. 99-100 *apud* PARENTE, 2018), Guedes corrobora a questão do extrativismo seringueiro como elemento central no tema da Amazônia. Com isso, confere ainda mais relevância à literatura de denúncia dos seringais, corrente a que pretendeu se filiar.

O engenheiro e romancista Carlos de Vasconcelos (1881-1923) seguiu nessa mesma linha da literatura dos seringais, com o romance *Deserdados*, de 1922. A ficção

³⁴² Essa vertente de percepção da Amazônia será convencionada como “infernismo” (MENDES, 2013, p. 81) e será combatida por Mário de Andrade, após sua viagem pela região em 1927 (MAILHE, 2004, pp. 45-48). A crítica à noção da Amazônia como “Inferno Verde”, em clara menção ao livro de Rangel, foi expressa por Mário em entrevista ao jornal paulistano *Diário da Noite*, em 20 de agosto de 1927 (ANDRADE, 2015, p. 409-411). O questionamento ao “infernismo” na representação amazônica também foi feito pelo romancista paraense Raimundo Morais (1872-1941), autor de *Os igaraúnas* (1938) e o cearense Alfredo Ladislau (1882-1934), que escreveu *Terra imatura* (1923) (PAIVA, 2016; SILVA, 2013, p. 25).

também acompanha o périplo dos migrantes cearenses rumo às paragens extrativistas do Acre (VASCONCELOS, 1922). Enfatiza a desilusão daqueles que esperavam a prosperidade da borracha e adere à tópica, eternizada por Euclides, do seringueiro como trabalhador escravizado.

O universo do trabalho e da sobrevivência do seringueiro também é o objeto do livro *A Selva*, publicado em 1930 pelo português Ferreira de Castro (1898-1974). A peculiaridade do romance é abordar os seringais pelo ponto de vista de um jovem lusitano exilado na Amazônia (CASTRO, 1997). A obra tem entre suas epígrafes uma citação de Cunha, atestando o conhecimento que Castro – que viveu no Pará na adolescência e chegou a trabalhar como seringueiro – tinha da literatura produzida no começo do século sobre a região.

O médico Gastão Cruls (1888-1959) também esteve entre os inspirados pelo discurso euclidiano sobre a região. Filho de Luís Cruls, amigo de Cunha, foi autor da ficção *Amazônia Misteriosa* (1925). Sua relação com a obra de Euclides – bem como a de Alberto Rangel – passa principalmente pelo estilo, já que a referida obra não se situa no campo do Realismo, mas na Literatura Fantástica:

Se os escritos de Euclides da Cunha e Alberto Rangel interferiram mais diretamente na linguagem um tanto rebuscada de Gastão Cruls sobre a Amazônia, ele soube agregar a tais demarcações de um imaginário regional os ganhos e os contornos propiciados pela ficção científica de autores como Conan Doyle, em *O mundo perdido*, e de H. G. Wells, em *A ilha do dr. Moreau* (PAIVA, 2019, p. 262)

A leitura de Cunha e Rangel certamente foi o núcleo inspirador do processo criativo de Cruls em *Amazônia Misteriosa* (CRULS, 1973). Até aquele momento, o autor jamais havia pisado na região³⁴³.

Passemos a ver os desdobramentos políticos do Euclides amazônico. No plano institucional, a repercussão mais concreta da obra amazônica do ensaísta foi o plano da construção de uma estrada de ferro no Acre, no bojo do Plano de Defesa da Borracha,

³⁴³ Isso só aconteceria em 1928, quando Gastão Cruls veio a participar de uma expedição de uma comissão de inspeção e medição de fronteiras liderada por Cândido Mariano Rondon no Pará. O intuito da missão era a demarcação de fronteiras com a Guiana Inglesa, a Guiana Holandesa [*desde 1975, Suriname*] e a Guiana Francesa, a fim de evitar confrontos com suas respectivas metrópoles europeias (ROHTER, 2019, pp. 371-372). A comissão percorreu de Óbidos à serra do Tumucumaque – na fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa –, navegando pelo Rio Trombetas até o Rio Cuminá. A viagem legou a obra *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*, de 1930. Posteriormente, Cruls também escreveria *Hiléia Amazônica*, de 1955. Cumpre observar que o tema da economia da borracha e da exploração dos seringueiros não é central em nenhuma das duas obras, fugindo do tema sociológico por excelência da tradição euclidiana de escrita sobre a Amazônia. *Hiléia Amazônica* aborda flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena.

elaborado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em janeiro de 1912³⁴⁴ (VITAL, 2016, p. 203). Malgrado seu traçado destoasse do da Transacreaana, a nova iniciativa evocava a ferrovia concebida por Cunha: “Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, cidades contempladas com a via férrea de Euclides da Cunha, não seriam interligadas com Rio Branco de acordo com a proposta do Plano de Defesa da Borracha” (*Ibidem*, p. 206). O projeto do Plano de Defesa da Borracha previa ligar a Via Thaumaturgo, no Acre, a Rio Branco.

No entanto, também incluía a ligação da ferrovia – a partir de Rio Branco – com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, tal qual a proposta euclidiana (*Ibidem, idem*). Também em coincidência com o projeto de Euclides, a ferrovia seria uma atribuição do poder público federal e não fruto da iniciativa privada.

Após propostas de modificação feitas pelo engenheiro suíço Johann Albert Mazot – conhecido como João Alberto Masô – e outras aprovadas pelo Congresso Nacional, o projeto final da ferrovia foi aprovado para o orçamento de 1913. A construção ligaria Lábrea, no Amazonas, a Rio Branco, com ramais, no Acre, para as cidades Xapuri e Sena Madureira. O projeto abandonou a proposta de ligação com Cruzeiro do Sul e o Noroeste acreano, elemento central na Transacreaana de Euclides (*Ibidem*, p. 212). Outra diferença em relação ao projeto euclidiano era o fato de o projeto da Estrada de Ferro Lábrea-Acre ter excluído a possibilidade de ligação com a Madeira-Mamoré.

Isso se deveu especialmente a interesses econômicos de seringalistas amazonenses da região do Rio Purus, segundo o historiador André Vasques Vital (2016). O projeto original do Plano de Defesa da Borracha beneficiaria a cidade de Porto Velho, no Alto Rio Madeira, que vinha se afirmando como entreposto comercial desde a conclusão das obras da Madeira-Mamoré (*Ibidem*, p. 206). A atual capital de

³⁴⁴ O projeto se inspirava no Convênio de Taubaté (1906) e numa bateria de outras medidas de proteção ao setor cafeeiro na Primeira República. “Com a finalidade de auxiliar a economia local num momento de crescente concorrência internacional, o Plano de Defesa da Borracha (...) transpunha medidas apenas para o setor da borracha, tocando em questões como transporte, indústria, impostos, saúde e imigração, chegou a instituir uma Superintendência da Borracha. Entretanto, diferentemente do Plano de Defesa do Café, daquele projeto aprovado para apoiar a valorização econômica nortista, pouco saiu do papel. O resultado previsível e conhecido foi a crise da economia do látex, já na década de 1910, e a perda do papel da produção amazônica no mercado internacional” (FEITOSA; SAES, 2013, pp. 139-141). Para Márcio Souza, as medidas do Plano de Defesa da Borracha por parte do Governo Federal eram paliativas. Além disso, elas teriam sido rapidamente abandonadas em função das preocupações fiscais dos Estados brasileiros não amazônicos (SOUZA, 2019, p. 285).

Rondônia poderia drenar a produção do látex acreano, que passaria a ser escoada mais pelo Rio Madeira do que pelo Purus para chegar ao Rio Amazonas³⁴⁵.

Independentemente desse detalhe, o empreendimento ferroviário estatal sequer começou a sair do papel. Em 1913, o Ministério da Viação e Obras Públicas não executou o projeto. Já em 1914, perante a deterioração econômica do país, não foi apenas a Estrada de Ferro Lábrea-Acre que saiu do orçamento federal. Todo o Plano de Defesa da Borracha deixou de ser abrangido (*Ibidem*, pp. 213-214).

A despeito do malogro do projeto, vê-se que a bandeira euclidiana da construção de uma ferrovia no Acre foi reconfigurada por agentes políticos e econômicos da época conforme seus interesses e projetos próprios. Esse é um indício da apropriação seletiva da qual as propostas amazônicas de Euclides foram objeto, processo que também aconteceu com as ideias de Payró para a Patagônia após *La Australia argentina*.

Para além da questão ferroviária, as preocupações de Euclides sobre a Amazônia e o território nacional também encontrarão eco, de forma menos imediata e mais difusa, na primeira metade do século XX. É possível identificar paralelos entre o pensamento euclidiano sobre a região amazônica e a retórica por trás dos projetos do Estado Novo (1937-1945) para a região e para o Centro-Oeste brasileiro³⁴⁶.

A partir de 1938, a ditadura de Getúlio Vargas adotou como uma de suas pautas a ocupação e integração territorial do país. A campanha intitulada “Marcha para o Oeste” tinha como objetivo econômico a ampliação das fronteiras agrícolas e econômicas brasileiras, por meio de políticas de interiorização no Mato Grosso e em Goiás – o primeiro então abrangia os atuais estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia; Goiás então incluía o que hoje é Tocantins. No plano intelectual, a “Marcha” foi

³⁴⁵ “O temor das elites do médio e baixo Purus era grande, pois a estrada de ferro, tendo como ponto inicial a ferrovia Madeira-Mamoré, desviaria grande parte do escoamento da produção de borracha do Território Federal do Acre para o rio Madeira. Essa condição aniquilaria a navegação fluvial do rio Purus, promovendo o rápido declínio econômico da cidade de Lábrea e acelerando a decadência dos próprios seringalistas do médio e baixo Purus. Por outro lado, a proposta de Masô [*de incluir Lábrea na ferrovia para o Acre*] garantiria o escoamento da produção por Lábrea e ainda desviaria a maior parte do escoamento da produção dos seringais do alto rio Juruá para o rio Purus” (VITAL, 2016, p. 210).

³⁴⁶ Luís Cláudio Villafañe G. Santos notou que “a partir do Estado Novo, passou a haver apoio oficial para o euclidianismo, com iniciativas para a divulgação da obra e da figura de Euclides, entre as quais o tombamento do barracão e da casa onde ele havia vivido em São José do Rio Pardo, transformados em museus. O esforço de Euclides, de apresentar a realidade do sertão (não só da Bahia como da Amazônia), do interior do país, e sua crença na ciência e no progresso estavam em sintonia com a ideologia do nacional-desenvolvimentismo que se afirmava” (SANTOS, 2021, p. 330).

propagandeada por obra homônima de Cassiano Ricardo (1942), que se inspirou Frederick Jackson Turner (VELHO, 2009) e Euclides da Cunha³⁴⁷.

Ideias tornadas clássicas por Cunha no pensamento social brasileiro foram prodigamente usadas para legitimar e promover o projeto. Sobretudo, a crítica ao afastamento entre Oeste – interior – e Leste – litoral –, responsável pela falta de coesão nacional (MAIA, 2010). Contra esse problema, preconizava-se, *à la* Euclides, a necessidade de atualizar o “legado” dos sertanistas coloniais, estabelecendo o pleno aproveitamento do espaço geográfico do país. Um trecho de discurso proferido por Vargas em Goiânia³⁴⁸, em 7 de novembro de 1940, bem demonstra o recurso a essa tópica:

o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. (...) **Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente.** Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios (...) [O] programa de **“Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura.** Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, **a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território** e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, **mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras** (VARGAS, 1941, p. 31, *grifos nossos*).

No que concerne à Amazônia, as teses euclidianas também rondam outra fala de Vargas (ANDRADE, 2010; TOCANTINS, 1992, p. 163). Trata-se do afamado “Discurso do Rio Amazonas”, também conhecido como “O destino brasileiro do Amazonas” (VARGAS, 1941, pp. 77-81). O discurso foi realizado por ocasião de um banquete organizado pelas elites amazonenses e pelo Interventor do Estado no “Ideal Club” de Manaus, em 9 de outubro de 1940.

O pronunciamento corporificava a concepção euclidiana da Amazônia como território ainda posto à margem da História nacional e que deveria ser solidamente inserido das dinâmicas políticas e econômicas do país:

³⁴⁷ Em conferência realizada em São José do Rio Pardo, na Semana Euclidiana de 1947, Ricardo fez um profundo elogio a Euclides da Cunha. Traçando paralelos entre as suas preocupações intelectuais – citando o livro *Marcha para Oeste* – e a obra do engenheiro fluminense, Ricardo tentou se apresentar como um legítimo herdeiro da obra euclidiana – tanto a amazônica quanto *Os Sertões* (RICARDO, 1959).

³⁴⁸ Goiânia havia sido fundada sete anos antes, em 1933, sob o pretexto de modernização e em meio às mudanças políticas disparadas pela Revolução de 1930. Todavia, o discurso governamental por trás do projeto de “Marcha para o Oeste” se apropriou da fundação da capital goiana como se tivesse um ato e uma conquista dessa política federal estadonovista (SILVA; MELLO, 2013).

O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. **Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico** de auxiliar o surto de seu desenvolvimento (*Ibidem*, p. 79, *grifos nossos*).

Indo ao encontro de Euclides, o discurso de Vargas apresentava a integração da região amazônica com o resto do território brasileiro como um desafio. Desafio cuja superação seria a prova incontestada de uma vitória nacional:

O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, **deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra**, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um **capítulo da história da civilização** (*Ibidem*, p. 80, *grifos nossos*).

A afirmação guarda grande paralelo com a de Cunha: “a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis” (CUNHA, 2000, p. 346). Ambas as assertivas trabalham com a noção etnocêntrica da Amazônia como espaço relegado à *natureza*, ainda não vinculado à *civilização*.

Esse não é o único traço do discurso de Getúlio que parece derivar do paradigma euclidiano de interpretação da Amazônia. Outra linha argumentativa presente no pronunciamento consiste na relativização dos supostos empecilhos do clima amazônico. Ao tratar do tema, Vargas se vale de uma expressão de Cunha – “clima caluniado”, usada pelo engenheiro para se referir à difamação das condições climáticas acreanas:

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. **Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas de técnica provam o contrário** e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar de elementos vitais e apta a crescer e prosperar (VARGAS, 1941, pp. 78-79, *grifos nossos*).

Ao defender o povoamento da região e a luta contra o nomadismo das populações seringueiras, a preleção do ditador estadonovista também acompanhava Cunha. Ao abordar o tema, Vargas segue Euclides inclusive no elogio ao povoador nordestino e nas propostas de estímulo à agricultura³⁴⁹, já sustentadas pelo ensaísta fluminense:

³⁴⁹ No discurso de Manaus de 9 de outubro de 1940 e em outro realizado três dias antes em Belém do Pará, Vargas buscava saudar a criação Instituto Agrônomo do Norte, fundado por meio do Decreto-Lei nº 1.245, de 4 de maio de 1939 (VARGAS, 1941, pp. 55-58). O Instituto fora “idealizado para solucionar os problemas da economia da borracha na Amazônia, assim como para impulsionar a agricultura na região” (SÁ; SILVA, 2019, p. 7). Tinha como seus objetivos “a conversão gradual da economia

Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, **devemos passar à concentração e fixação do potencial humano.**

(...) É tempo de cuidarmos, **com sentido permanente**, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais, o seu quadro ainda é o da dispersão. **O nordestino, com o seu instinto de pioneiro**, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. (...) **O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária**, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e lotada, **se fixe** e estabeleça a família com saúde e conforto (VARGAS, 1941, pp. 78-79, *grifos nossos*).

Mais de três décadas separam a morte do pensador, em 1909, e as falas de Vargas para as oligarquias amazonenses. O cenário havia mudado substancialmente. Cunha viveu o período de auge da economia da borracha, cujo declínio começou logo no raiar da década de 1910 (SOUZA, 2019). Mesmo assim, suas visões sobre a Amazônia prosperaram e fizeram escola, ainda que em escala menor do que *Os Sertões* (ANDRADE; GALVÃO, 2002). Foram incorporadas por um rol de escritores e constituíram uma verdadeira corrente de interpretação da região, que persistiu ao adentrar do século XX.

Diferentes projetos governamentais foram tributários desse conjunto de ideias, da frustrada ferrovia acreana ao discurso manauara de Getúlio. Mais tarde, o lastro intelectual oferecido por Euclides seria evocado para validar e exaltar a política da Ditadura Militar para a Amazônia, em especial, a construção da Rodovia Transamazônica³⁵⁰. A propósito da Transacreana, Arthur César Ferreira Reis – historiador e Governador do Amazonas entre 1964 e 1967, tendo sido nomeado pela Ditadura (SOUZA, 2019, pp. 306-307) – se indagava: “[o] que se realiza agora, com a Transamazônica, mais arrojada, não será um capítulo do projeto de Euclides?” (REIS, 1976, p. 50 *apud* COELHO, 2020, p. 466). Houve até quem propusesse dar à estrada o

extrativista em economia agrícola. Era sinônimo de colonização, povoamento e integração nacional da região amazônica” (*Ibidem*, p. 9). Não obstante, a passageira retomada da alta demanda pela borracha amazônica, em razão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), eclipsou os projetos agrícolas do Instituto (*Ibidem*, p. 20).

³⁵⁰ É o caso de uma breve nota publicada na *Revista de História*, da Universidade de São Paulo, em 1975 pelo juiz Geraldo Irineo Joffily (1917-1985): “[A] juntamos os principais tópicos de Euclides da Cunha, referentes à integração da Amazônia, com o objetivo de facilitar uma maior percepção do pensamento euclidiano e a perfeita semelhança de suas agudas previsões com os atuais planejamentos para execução e aproveitamento da grande rodovia, que já vai penetrando na imensa floresta virgem” (JOFFILY, 1975, p. 777)

nome de Euclides da Cunha³⁵¹, o que revela a magnitude da marca deixada pelo autor no que se refere à temática amazônica.

As preocupações do ensaísta com a manutenção soberania brasileira na Amazônia também estabelecem um paralelo com o mote nacionalista do regime sobre a região: “integrar para não entregar”³⁵² (IANNI, 1979). O lema era consoante ao pensamento do general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), Chefe da Casa Civil do governo Ernesto Geisel (1974-1979) e autor de livros de Geopolítica com acentuada abordagem territorialista (SILVA, 1967). Golbery e os demais formuladores da Doutrina de Segurança Nacional da Ditadura Militar consideravam a Amazônia como estratégica para os destinos brasileiros (MARQUES, 2007; MEDEIROS, 2015). Essa linha de pensamento, que ainda hoje é uma obsessão para muitos militares e civis³⁵³, alertou sobre os riscos da cobiça e da intromissão estrangeira na região (REIS, 1982; PACHECO, 2012) – suposição ora com, ora sem fundamento empírico³⁵⁴.

Não surpreende que sob o regime justamente tenha sido publicada, em 1976, a primeira edição de *Um Paraíso Perdido*, a coletânea de textos amazônicos de Cunha. A publicação, organizada por Hildon Rocha, foi feita pela Editora Vozes em coedição com o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão público ligado ao Ministério da Educação brasileiro (COELHO, 2020, pp. 461-462). O historiador George Leonardo Seabra Coelho notou que o lançamento “veio em boa hora, uma vez que, ao defender a expansão da fronteira amazônica, o discurso oficial pode apropriar-se de diversos elementos idealizados por Euclides em seus ‘ensaios amazônicos’” (*Ibidem*, p. 466). Essa apropriação não foi feita tão-só por intelectuais vinculados ao regime, como também por Geisel em pessoa. Em mais de uma ocasião, o militar reputou a obra amazônica do ensaísta como obsoleta, vangloriando a Ditadura de 1964 e asseverando

³⁵¹ A iniciativa foi tomada pelo deputado Braz de Assis Nogueira (ARENA-SP). Cf. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei de nº 2.270, de 1970. Dá à estrada transamazônica a denominação de RODOVIA TRANSAMAZÔNICA EUCLIDES DA CUNHA, e aduz outras providências. Disponível em: <

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=EC55A2502954AF51C0EAD84559F603F5.proposicoesWebExterno2?codteor=1192158&filename=Dossie+-PL+2270/1970>. Acesso em 16 out. 2020.

³⁵² Outros *slogans*, também referenciados no programa da Ditadura para a Amazônia, eram “terra sem homens para homens sem terra” (PRADO CUNHA, 2012, p. 27) e “conquistar meio Brasil para os brasileiros” (MENEZES, 2007, p. 64).

³⁵³ CARVALHO, Daniel. “Na ONU, Bolsonaro diz haver cobiça internacional sobre Amazônia e acusa ONGs”. *Folha de S. Paulo*, 30 set. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/na-onu-bolsonaro-diz-haver-cobica-internacional-sobre-amazonia-e-acusa-ongs.shtml>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁵⁴ SALLES, João Moreira. “Arrabalde: parte II Sete bois em linha”. *Piauí*, edição 220, dez. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/arrabalde-parte-ii/>>. Acesso em 05 mar. 2021.

que o regime já teria solucionado os problemas diagnosticados por Cunha, entre os quais “o isolamento, a falta de integração econômica, o desconhecimento das riquezas e (...) a necessidade de defender a soberania contra as intromissões estrangeiras” (*Ibidem*, p. 469).

O duradouro legado euclidiano para a produção intelectual sobre a Amazônia sinaliza como os escritos de viagem do autor perenizaram um modo de pensar a região e o país. Como esmiuçamos, esses textos dialogaram com questões próprias da época do intelectual – as estratégias para superar os conflitos diplomáticos, a confiança no Barão do Rio Branco como modelo de governante – e se lastrearam em elementos da observação subjetiva do viajante – por exemplo, a visão sobre os seringueiros acreanos. No entanto, os relatos de Euclides trespassaram o seu contexto imediato e individual. Difundiram um estilo e um conjunto de ideias de desenvolvimento e integração territorial que moldaram várias gerações intelectuais, sob diferentes releituras.

Já tínhamos chegado a uma conclusão semelhante no capítulo anterior sobre Payró, cujo livro patagônico, de 1898, se tornou parâmetro quase que obrigatório para quem escrevesse sobre a região na Argentina na década de 1900. Ainda que mais localizada, a influência de *La Australia argentina* mostra, tal como os ensaios amazônicos euclidianos, que relatos de viagem foram verdadeiras obras de intervenção e imaginação política na América Latina da *Belle Époque* (COLOMBI, 2004).

Capítulo 5

Contrastes empolgantes: os icebergs e os seringais

Dois caminhos, um para cada lado:
Ah, ir por ambos na mesma viagem!
Olhei para o primeiro, ali parado,
Nesse bosque de tom amarelado,
Até perder-se longe entre a folhagem.

Mas o outro também me atraía,
Por uma razão bastante diferente, afinal:
Desbastar erva que densa crescia.
Quem por eles passara, todavia,
Os fora desgastando por igual

E cada um nessa manhã jazia
Com a mesma cor, a mesma frescura
Reservei o primeiro pra outro dia!
Como um caminho a outro levaria
Duvidei lá voltar noutra altura.

Daqui a mil anos, o que aconteceu,
Suspirando, estarei contando a ti:
Dois caminhos bifurcavam, e eu-
O menos pisado tomei como meu,
E a diferença está toda aí.

(Robert Frost, “O caminho que não tomei”,
tradução de Antônio Sousa)

Este capítulo tem por missão sistematizar e discutir com maior profundidade as discrepâncias, em parte já sugeridas, entre os programas políticos de Payró para a Patagônia e Euclides da Cunha para a Amazônia.

O exame detido das propostas do primeiro no **Capítulo 3** e do segundo no **Capítulo 4** corroborou o entendimento de que os autores compartilharam uma série de questões em comum. Questões relativas ao desenvolvimento econômico-tecnológico, ao povoamento e à integração territorial das regiões às quais viajaram.

A constatação não surpreende. A afinidade temática e as similitudes entre os contextos de Cunha e Payró já haviam sido dadas a ver logo no começo desta dissertação, pelo fato de constituírem uma baliza metodológica da pesquisa. Como alertado na Introdução, não pretendíamos fazer um trabalho que enveredasse pela comparação de objetos “incomparáveis” (DETIENNE, 2004).

As duas últimas seções também realçaram as particularidades das ideias e das visões de Cunha e de Payró no que tange à Amazônia e à Patagônia. Se o horizonte de modernização e desenvolvimento nacional era comum aos escritores, os meios para alcançá-lo não lhes eram consensuais. Os **Capítulos 3 e 4** lançaram luz aos ambientes sociais, econômicos, políticos e intelectuais argentino de 1898 e brasileiro de meados da década de 1900, anotando as especificidades das duas nações.

De posse de tal visão, neste **Capítulo 5** pretendemos focalizar essas e outras diferenças de ideias e de contexto entre ambos os viajantes estudados, buscando explorar e interpretar essas disparidades. Com isso, almejamos deixar equilibrado o balanceamento inerente aos estudos comparativos entre as semelhanças e as distinções dos elementos cotejados.

Elegemos cinco principais pontos de distanciamento entre o Euclides amazônico e o Payró patagônico.

O primeiro se refere ao perfil étnico que os autores projetavam para as regiões que percorreram e, em alguma medida, para suas nações como um todo. O jornalista do *La Nación* divisava na Patagônia uma Argentina embranquecida, forjada a partir de imigrantes recém-chegados da Europa do Norte. Por seu turno, o engenheiro militar fluminense trabalhava com a noção de um povo brasileiro que se erigia a partir do amálgama das seculares populações interioranas. Com receio dos efeitos da imigração no país no início do século XX, Cunha tinha uma posição mais nativista, à vista das circunstâncias intelectuais e sociais brasileiras.

O segundo ponto consiste no posicionamento político econômico. Ao passo que o brasileiro conferia ao governo central um papel de protagonista para o desenvolvimento econômico, o argentino era muito mais cético à atuação econômico-administrativa do Estado e mais simpático à iniciativa privada.

O terceiro aspecto diz respeito ao lugar que os viajantes atribuíam às regiões visitadas dentro de suas nações e no mundo. Payró reservou à Patagônia importância tão grande quanto Euclides à Amazônia. Há, porém, uma diferença. Enquanto o primeiro sonhava com uma Patagônia frouxamente presa à Argentina e intimamente conectada às dinâmicas comerciais e demográficas planetárias, o segundo pensava uma Amazônia firmemente controlada pelo Estado nacional brasileiro; uma Amazônia que fosse o esteio da supremacia do Brasil nas relações internacionais no Norte da América do Sul e que permitisse uma maior proximidade estratégica com o Oceano Pacífico.

Se o terceiro quesito trata da vocação imaginada por Euclides para a Amazônia e por Payró para a Patagônia, o quarto tópico concerne ao grau de otimismo demonstrado pelos intelectuais em relação ao futuro das regiões. É ponto pacífico que os dois literatos nutriram grande entusiasmo por elas. Sem embargo, nota-se no repórter argentino uma fé mais intensa e desinibida no desenvolvimento patagônico do que a de Euclides em relação à região amazônica. Por mais que Cunha sonhasse com um porvir brilhante para a Amazônia brasileira, o ensaísta parece ter sido mais reticente em relação aos profundos problemas sociais nessa porção do país, bem como as dificuldades apresentadas por ela aos projetos governamentais desde os tempos coloniais. Assim, sustentamos que na perspectiva de Payró, a concretização da glória, da utopia patagônica, seria uma mera questão de tempo, entretantes para o autor de *Os Sertões* o futuro da Amazônia era em parte incerto, impondo um verdadeiro desafio histórico ao Brasil.

Por fim, na última seção, relacionaremos essas diferentes projeções de futuro com algumas descrições marcantes que os escritores fizeram de ambientes que visitaram. Queremos, com isso, reforçar a ligadura entre as representações da natureza feitas pelos autores e suas perspectivas políticas e intelectuais. Argumentaremos que os descompassos entre a maior confiança de Payró e a maior apreensão de Euclides podem ser simbolizados pelo embate de cenários simbólicos que emergem com vivacidade de seus relatos de viagem: de um lado, as montanhas de neve e os *icebergs* do litoral patagônico e, de outro, os seringais e rios da Amazônia.

Envoltas em solidão e quietude, certas paisagens da Costa Sul argentina impeliriam à contemplação, convidando o observador a um enlevo, de acordo com Payró. Consideradas como “belezas naturais”, seriam paisagens propensas ao deleite estético e inspiradoras de um futuro belo. Em contraponto, na descrição de Euclides, as bandas seringueiras amazônicas eram bem menos convidativas, de sorte que não se prestariam tanto à apreciação idílica por parte de quem as observasse. Essas localidades gritavam os dramas dos povoadores brasileiros da Amazônia Ocidental. Tratava-se, pois, de um espaço angustiante, administrado mediante a exploração da natureza e do ser humano. Para Cunha, tal espaço requeria ações mais urgentes e intervencionistas para superação de seus problemas. Um espaço, portanto, que não acendia tanto o devaneio fácil do ensaísta: a Amazônia de fato inspirava esperanças no escritor, mas desde que mediante vigorosas transformações técnicas e sociais.

Esperamos demonstrar com este capítulo que entre Payró e Euclides existem, para usar máxima euclidiana, “contrastes empolgantes” (CUNHA, 2000, p. 164). O menor deles é a circunstância geográfica de o brasileiro ter partido para o extremo Norte e o argentino para o extremo Sul. Há muitos outros desencontros, substanciais em implicações teóricas e políticas. Em virtude deles, podemos dizer que metaforicamente o caminho que um autor tomou não é o mesmo do outro. E como no poema de Frost, “a diferença está toda aí”.

5.1 Perfil étnico e identidade nacional: “Geração de 1880” argentina e europeização *versus* “Geração de 1870” brasileira e originalidade nacional

A defesa do adensamento demográfico da Patagônia e da Amazônia é uma constante nos textos dos dois autores examinados nesta pesquisa. O assunto ensejava uma questão de igual ou maior relevo, seja para Euclides da Cunha, seja para Roberto Payró: povoar era preciso; mas, quem deveria povoar as referidas regiões? O peso da indagação se denota à vista da centralidade da questão racial para ambos os “viajantes intelectuais”, na toada do pensamento cientificista de fins do século XIX.

Como se pode concluir dos últimos capítulos, Cunha e Payró propuseram perfis étnicos opostos para o povoamento da Amazônia e da Patagônia.

Em Payró, o povoador ideal da Costa Sul argentina é imigrante e europeu. É, ainda, prioritariamente anglo-saxão, a despeito de Payró também ter simpatia pela massiva imigração italiana para a Argentina e demonstrar admiração pelos colonos germânicos da obra de Teodor Alemann. A rejeição mais evidente por parte do autor se dirigia a imigrantes espanhóis, associados à colonização do país e a uma cultura ibérica, ambas desaprovadas pelo repórter.

O colono modelar de Payró, presume-se, já chegaria à Patagônia com algumas posses, tendo a expectativa de se fixar em uma pequena propriedade agropastoril. Nesse sentido, esse perfil de povoador diferia dos migrantes internos despossuídos, que corriam do desemprego das maiores cidades argentinas em busca do garimpo de ouro e da caça, entre outras ocupações precárias. Em que pese Payró tenha se solidarizado com a desgraça enfrentada por esses sujeitos, não os via como os trabalhadores mais adequados para trazerem progresso à Patagônia. Na verdade, os enxergava como aventureiros esporádicos, que sequer teriam, necessariamente, o propósito de fincar raízes na região.

O protótipo de imigrante ideal do cronista seria responsável por uma transformação no Sul da Argentina. Primeiramente, pela alteração da silhueta étnica da antiga região ocupada por *gauchos* e, principalmente, indígenas. Esse apagamento do passado era um pressuposto para o projeto modernizante e anglicizante de Payró para a Patagônia. A inovação trazida pelo escritor está mais na definição de um perfil anglo-saxão para a ocupação da região, porque o desejo de aniquilamento do passado ameríndio da área ao sul do Río Negro não era novidade. Foi algo subjacente a todo o processo da “Conquista do Deserto” e a literatura de fronteira que o acompanhou (SAN MARTÍN, 2013; RODRÍGUEZ, 1999; VIDAL, 1993; TORRE, 2007).

Tão importante quanto a mudança étnico-racial, seria a variação cultural e de costumes a ser trazida pela imigração anglo-saxã. Os colonos norte-europeus, segundo a observação de Payró sobre os galeses de Chubut, teriam como valores o trabalho manual e a engenhosidade, considerados essenciais para a integral exploração e desenvolvimento de uma área de fronteira como a Patagônia. Tomando por exemplo o Oeste dos Estados Unidos, o jornalista mostrou sua aspiração de que a Patagônia mimetizasse a experiência de expansão territorial estadunidense, a fim de obter riqueza de igual ou maior monta. Nessa senda, a emulação proposta pelo socialista incluía a reprodução, no extremo Sul do continente, do perfil étnico e cultural daquela porção da Norte-América.

Logo, a solução que Payró propunha era *exógena*. Os braços que deveriam trabalhar a Patagônia não se encontravam na Argentina e nem na América do Sul. Era necessário “importá-los”. Muito diversa é a maneira com que Euclides pensa o povoamento da Amazônia e do Acre. Para o autor, o processo de adensamento demográfico desses espaços deveria ser um processo *endógeno*, haurido do corpo da própria nação.

O chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus sequer levantou a hipótese da imigração para o crescimento populacional acreano e amazônico. Tinha como premissa inegociável que essa região deveria ser ocupada sistematicamente por brasileiros.

Em primeiro lugar, pelo fato de não considerar a imigração europeia a alternativa mais promissora para o efetivo povoamento dessas áreas, mesmo havendo fluxos rotineiros de imigrantes italianos e portugueses para o Amazonas e o Pará em fins do século XIX (EMMI, 2013). Como ilustra seu ceticismo em relação à Medicina Tropical, já tratado no capítulo anterior, Cunha avaliava frustrada a tentativa de

transposição integral e imediata de costumes europeus ou europeizados para o que ele chamava de “territórios bárbaros”. Sendo essa em grande medida a aspiração de Payró para a Patagônia, certamente Euclides a criticaria.

O engenheiro militar advertia que qualquer migração implicava um processo de aclimatação à região de destino. Em consequência, a capacidade de adaptação de um contingente de migrantes ao local deveria ser tão decisiva quanto suas características biológicas e culturais. Nesse sentido, os cearenses que povoavam o Acre desde a década de 1870 já davam muito bem conta do recado, embora desassistidos de qualquer auxílio do poder público. Cunha considerava o povoamento do Acre uma tarefa hercúlea, para a qual as populações nortistas brasileiras estariam mais habilitadas do que as das regiões centrais e sulinas. Essa ideia se baseava não numa suposta proximidade ecológica entre os ambientes, por exemplo, da Caatinga do interior do Nordeste a Floresta Amazônica (CUNHA, 2000, pp. 155-156), mas numa cisão histórica, econômica e social entre as regiões do Norte e do Sul do país, entendimento inscrito em *Os Sertões*.

Um segundo elemento, igualmente categórico, para que Euclides defendesse a primazia do povoamento do Acre por brasileiros era a preocupação geopolítica do intelectual. O autor tinha em mente o litígio então em curso com a República Peruana no que concernia à Amazônia Ocidental. O robustecimento do povoamento brasileiro no Acre e na Amazônia era um mecanismo para redobrar quer a legitimidade da soberania nacional na região, quer a sua proteção em caso de nova ameaça bélica. Num caso ou no outro, ficaria mais forte a política externa brasileira para a Amazônia, em compasso com a importância estratégica dada por Cunha à região.

Um último fator para a desconsideração, por parte de Euclides, da hipótese de povoamento do Acre por estrangeiros dizia respeito à História nacional. O ensaísta avistava na ocupação territorial e no povoamento de toda a Amazônia por parte do Estado brasileiro a consecução da diretriz de integração do espaço geográfico nacional (FERRETTI, 2009). Os primeiros passos nesse propósito teriam sido dados pelos sertanistas no período colonial. A conclusão dessa empreitada deveria ser um compromisso de Estado assumido pela República e materializado através de fluxos migratórios brasileiros, em nome da soberania e da fortaleza do país. A missão não poderia ser delegada a estrangeiros.

Vejamos como o raciocínio aparece nos termos do próprio Euclides. No artigo “Nativismo provisório” – publicado no livro *Contrastes e confrontos*, de 1907 –, Cunha rechaçou a possibilidade de irrestrita adoção de modelos étnicos anglicizantes ou

européizantes no país. Em enfrentamento contra ideias similares às de Payró, o ensaísta afirma que faltaria ao Brasil

integridade étnica que nos aparelhe de resistência diante dos caracteres de outros povos. **O Brasil não é como os Estados Unidos ou a Austrália, onde o inglês, o alemão ou o francês alteram e cambiam as qualidades nativas ou as refundem e refinam, originando um tipo novo e mais elevado do que os elementos formadores.** Está numa situação provisória de fraqueza, na franca instabilidade de uma combinação incompleta de efeitos ainda imprevisíveis, em que a variedade dos sangues, que se caldeiam, **implica o dispersivo das tendências díspares, que se entrelaçam** (CUNHA, 2014, p. 146, *grifos nossos*).

Isso não nos autoriza supor que Cunha fosse terminantemente e, sob quaisquer circunstâncias, contrário à imigração europeia. No entanto, os ensaios amazônicos e os anos finais de sua obra possibilitam uma relativização daquilo que o brasileiro Thomas Skidmore afirmou sobre o autor:

[*Euclides da Cunha*] era a favor da imigração (branca), notando que “o estrangeiro inteligente” constituía “poderoso elemento étnico para a feição por vir e próxima que assumiremos”. O que soava como o ideal de “branqueamento” (SKIDMORE, 1976, p. 121).

Para Euclides, a “estrangeirização” da população do Brasil poderia até mesmo ser nefasta, apartando a nação de seus caracteres próprios e deixando-a à mercê de costumes estranhos. Comprometeria, pois, o incipiente processo de formação da nacionalidade. É o alerta que se lê no trecho a seguir – também de “Nativismo provisório” –, no qual o autor inclusive desdenha dos imigrantes que chegavam ao país em fins do século XIX:

Não podemos encará-lo [*o problema da imigração*] com o ânimo folgado nem com o moderantismo com que o enfrentam os naturais de **um país onde o forasteiro, parta de onde partir, depare, a par de um intenso individualismo de raça constituída, a atmosfera virtual de uma civilização onde ele para viver tenha que se adaptar. A nossa situação não é ainda esta.** O forasteiro de um modo geral – **à parte naturalmente o rebotalho das levas imigrantes** – aqui depara um meio intelectual e moral facilmente complexível, se não inferior àquele onde nasceu; a pouco e pouco vai trazendo-nos o seu ambiente moral, destruindo pelo contínuo implante dos seus costumes o próprio exílio que procurou **e criando-nos ao cabo, graças ao nosso desapego às tradições, ao cosmopolitismo instintivo e à insegurança dos nossos estímulos próprios, um quase exílio paradoxal dentro da nossa própria terra** (CUNHA, 2014, p. 145, *grifos nossos*).

Conclui-se do exposto que o perfil étnico e cultural pretendido por Payró na Patagônia era completamente distinto daquele admitido por Euclides da Cunha na Amazônia. O de Payró era de origem anglo-saxã, branco e cosmopolita. O de Cunha era, antes de tudo, brasileiro, prioritariamente oriundo das regiões nortes nacionais, com

grande possibilidade de ser mestiço e ter ascendência indígena. Payró queria para o Sul da Argentina a formação étnica de um *Far West* ou de uma Austrália. Euclides proclamava: “o Brasil não é como os Estados Unidos ou a Austrália”.

O que poderia explicar tamanho desencontro de visões? Não persevera hipótese de que a semelhança do clima patagônico com o da Europa do Norte seria a causa para a posição de Payró em favor da imigração anglo-saxã. Como já tratado, não se pode desprezar a imigração europeia que existia para a Amazônia em fins do século XIX. Nesse período, as ondas de povoamento europeu às Américas não se circunscreveram aos locais com clima mais semelhante ao do Velho Continente. Adicionalmente, devemos considerar que o contorno de imigrante ideal para o cronista do *La Nación* era antes anglo-saxão do que europeu. Poderia vir mesmo de lugares como os Estados Unidos, o Canadá, a África do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia. A diversidade de ambientes e climas desses territórios dificulta uma aproximação óbvia de qualquer um deles com as características geofísicas patagônicas.

Aquilo que talvez seja mais capaz de dimensionar e elucidar as dessemelhanças entre os perfis raciais concebidos por Euclides para a Amazônia e Payró para a Patagônia se encontra nos ambientes intelectuais que precederam a emergência da produção de ambos os autores. No caso de Cunha, a “Geração de 1870” brasileira; no caso do repórter do *La Nación*, o contexto da “Geração de 1880” argentina. Uma e outra tinham fortíssima preocupação identitária com o semblante étnico-racial de suas nações. No entanto, essa preocupação assumia focos divergentes em cada agrupamento intelectual.

Na Argentina, a “Geração de 1880” consolidou no plano intelectual e concretizou o projeto da imigração europeia, pauta que já tinha sido erguida pela “Geração de 1837” (GREJO, 2009, p. 24; HALPERÍN DONGHI, 1976, p. 443). Segundo Maristella Svampa, a leva intelectual de 1880 deu particular valor à atração de imigrantes como forma de suprir e melhorar a mão-de-obra nacional³⁵⁵ (SVAMPA, 1994, p. 73 *apud* GREJO, 2009, p. 68). É bem essa, aliás, uma das maiores preocupações apresentadas por *La Australia argentina*.

³⁵⁵ “O projeto imigratório definido pelos homens de 1880 previa a instalação dos colonos em propriedades rurais, onde se tornariam pequenos proprietários e executariam trabalhos agrícolas. Contudo, a concentração de terras nas mãos da elite criolla fez com que a enorme massa de estrangeiros buscasse empregos nas cidades, especialmente em Buenos Aires, acabando por se converterem [sic.] em mão-de-obra assalariada” (GREJO, 2009, pp. 26-27).

A militância da “Geração de 1880” e de autores finisseculares, como Payró, em torno da imigração foi o cume de todo um século no qual o tema havia sido central na política argentina:

A lo largo de todo el siglo XIX la inmigración fue considerada — **en la Argentina más aún que en el resto de América española** — un elemento esencial en la creación de una sociedad y una comunidad política modernas. En torno de ella se dio un consenso más completo que en otras comarcas españolas de América. (...) **[El] país fue invadido a lo largo del siglo por una masa de inmigrantes que en proporción a la población originaria fue la más alta conocida en el planeta** (...) (HALPERÍN DONGHI, 1976, p. 437, *grifos nossos*).

O massivo processo imigratório apontado por Halperín Donghi integrou um processo demográfico e simbólico de embranquecimento da Argentina no século XIX (SEGATO, 2007). As elites intelectuais e políticas compartilhavam a expectativa de construir um país homogeneamente branco, projeto para o qual a imigração europeia era decisiva, tornando a população nacional proporcionalmente mais europeizada, menos indígena e menos afrodescendente. O socialista argentino José Ingenieros, colega de Payró, ecoava esse plano:

La formación de la nacionalidad argentina – y de todos los países americanos, primitivamente poblados por razas de color – es en su origen un simple episodio de la lucha de razas; **en la historia de la humanidad, podría figurar en el capítulo que estudiará la expansión de la raza blanca, su adaptación a nuevos ambientes naturales y la progresiva preponderancia de su civilización** donde esa adaptación ha sido posible (INGENIEROS, 1910, p. 77 *apud* GREJO, 2009, p. 75, *grifos nossos*).

O fenômeno do *blanqueamiento* também operava através de mecanismos discursivos. O historiador norte-americano George Reid Andrews (1980) demonstrou que a noção arraigada em um imaginário argentino de suposto “desaparecimento” das populações negras no país não pode ser explicada apenas em razão de processos demográficos. Tampouco somente à luz de fatores como o crescimento da imigração europeia, o fim do tráfico escravagista afro-atlântico para a Argentina, a alta mortalidade de afrodescendentes platinos em guerras e durante a epidemia de febre amarela de Buenos Aires em 1871 (GUZMÁN, 2016, p. 40).

Andrews argumenta que o processo de invisibilização das populações negras no país a partir das décadas finais do século XIX se deveu a fatores como o ocultamento da ancestralidade africana nas categorias dos censos demográficos – por exemplo, por meio da categoria *trigueño* – “trigueiro” (ANDREWS, 1980). A contraface desse recalçamento simbólico da africanidade era o reforço da noção da homogeneidade racial

branca como definitiva, já estabelecida. Marginalizados e depreciados, indígenas e afrodescendentes ficavam social e culturalmente excluídos da Argentina de então. Não eram reconhecidos como parte de um tempo histórico presente, sendo relegados apenas a um passado nacional remoto, “primitivo” e pretensamente já superado (GELER, 2010, 2012; SAN MARTÍN, 2013).

Essa associação não era nem de longe factível no Brasil oitocentista. De fato, muitos foram os projetos de embranquecimento populacional propostos pelas elites políticas, intelectuais e econômicas brasileiras, como iniciativas direcionadas à atração de imigrantes europeus desde fins do século XIX até meados do XX (SKIDMORE, 1976; ANDREWS, 1998). Não obstante, era gigantesca a proporção da população negra e indígena no país. As formas de inferiorização e exclusão social que oprimiam esses amplos setores sociais passavam por diversos outros mecanismos que não a tática de seu “desaparecimento” teoricamente já consumado, empregada pelas elites argentinas oitocentistas.

Segundo o Censo de 1890, apenas 44% da população brasileira era branca (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, 1898, p. 2). Aproximadamente, 14% dos brasileiros eram pretos, 32%, “mestiços” e 10%, “caboclos”³⁵⁶ (*Ibidem, idem*). Independentemente de ter havido um aumento da população branca – que antes era cerca de 38%, de acordo com o Censo de 1872 –, ela ainda configurava uma minoria, mesmo com o rápido avanço da imigração europeia (NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA, 2012, p. 40). O cenário diferia em muito do da Argentina, cujos dados oficiais de 1887 apontavam que, em teoria, 98% dos habitantes de Buenos Aires eram brancos (ANDREWS, 1980, p. 66). Mesmo que fosse superdimensionado, um grau de homogeneidade étnica como esse inexistia no Brasil. Tal dimensão era imperativa para os debates sobre a sociedade brasileira da época e tornava implausível o horizonte de súbita e completa europeização do país.

Essa condição amoldou a produção intelectual da chamada “Geração de 1870”. Por diferentes ângulos e com diferentes ideais, os autores que fizeram parte de tal

³⁵⁶ Essas categorias também contribuíam discursivamente, como no caso argentino, para expressar uma ideia de que o Brasil vinha se tornando O que há de mais significativo na avaliação da classificação racial praticada pelo censo de 1890 é a transformação da miscigenação em chave programática do discurso censitário, excedendo o nível dos comentários para se consagrar nas próprias matrizes estatísticas por meio da categoria ‘mestiços’. A homogeneização étnica como fator de primeira ordem do processo social brasileiro havia atingido até mesmo os instrumentos estatísticos. A miscigenação acelerada acentuava a contribuição expressiva do grupo branco e o equivalente declínio de ‘pretos’ e ‘caboclos’ (CAMARGO, 2009, p. 370).

agrupamento reconheceram no Brasil um país densa e inelutavelmente miscigenado, em que a população branca não predominava. Escritores como Sílvio Romero e Capistrano de Abreu discutiram a questão racial no Brasil, revisitando o tema abordado na historiografia por Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) (GUIMARÃES, 1988; RICUPERO, 2004). Ainda que encampassem a tese de superioridade das populações europeias (ORTIZ, 2012), nomes como Romero, Abreu e Euclides da Cunha corroboraram a ideia da mestiçagem como marca distintiva do país, sua sociedade e sua cultura (SCHWARCZ, 1996; VENTURA, 1991, p. 48, p. 55).

Sílvio Romero, crítico literário sergipano e célebre autor da “Geração de 1870”, dizia que “o mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional” (ROMERO, 1980a, p. 120 *apud* DIMAS, 2010). De tal sorte, deveria se assumir o “critério etnográfico como base principal da compreensão das literaturas, nomeadamente um povo misturado como o povo brasileiro” (*Ibidem*, p. 919 *apud* DIMAS, 2010). Nas palavras de Antonio Candido (1978, p. XXI), Romero “feria de morte a ilusão de brancura [*brasileira*]”. Ilusão que sequer poderia ter sobrevivido em futuro, mesmo em face às novas ondas imigratórias europeias e de um progressivo “branqueamento” resultante da miscigenação (VENTURA, 1991, p. 42, p. 51). Atentemo-nos às seguintes observações de Romero:

Sobre a questão étnica entre nós, minhas observações levam-me às conclusões seguintes:

1ª – O povo brasileiro não corresponde a uma raça determinada e única;

2ª – **É um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado;**

3ª – Pouco adianta por enquanto discutir se isto é um bem ou um mal; é um fato e basta;

4ª – **A palavra mestiçagem aqui não exprime somente os produtos diretos do branco e do negro e do índio; expressa em sentido lato todas as fusões das raças humanas e em todos os graus no Brasil**, compreendendo também as dos diversos ramos da raça branca entre si;

5ª – **Esta característica é verdadeira no presente e no futuro, quer predomine sempre a atual mescla índio-áfrico-portuguesa, quer venham a predominar, mais ou menos remotamente, os elementos italiano e germânico**, trazidos por uma colonização até hoje mal dirigida e pior localizada (ROMERO, 1980a, pp. 120-121, *grifos nossos*).

Romero não era totalmente avesso à imigração, mas seu postulado de número cinco trazia uma crítica à política imigratória nacional (COSTA FILHO, 2013, pp. 444-456). No curto prazo, essa conclusão também negava ao Brasil a possibilidade – tão aguardada pela intelectualidade argentina do *fin-de-siècle* – de uma homogeneidade étnica europeizada, mesmo no caso de o país ter um avolumamento das populações

daquele continente. Romero desejava e prognosticava um possível embranquecimento total da nação brasileira. Mas, à diferença de outros autores da época – como João Batista de Lacerda (1846-1915), diretor do Museu Nacional –, projetava esse fenômeno somente dali a séculos (SKIDMORE, 1976, p. 86).

Permanecendo abraçada com o fenômeno da miscigenação e da heterogeneidade étnico-racial, a nação não poderia ser verdadeiramente interpretada sem a análise de suas gentes excluídas dos padrões europeizantes. Para Romero, a mestiçagem não deveria ser rejeitada pelo Brasil como símbolo de inferioridade, na medida em que seria um fenômeno que até contribuiria para o “branqueamento” no longo prazo (VENTURA, 1991, p. 61).

Emergia daí a centralidade de figuras como a dos sertanejos, em geral mestiços de ascendência indígena. Capistrano de Abreu (1853-1927), outro expoente da “Geração de 1870”, foi um dos primeiros a se debruçar sobre as populações sertanejas sob perspectiva histórica, antes mesmo de Euclides da Cunha. O historiador

valoriza a presença indígena e pensa um Brasil mais mameluco do que mulato, mais sertanejo que litorâneo. Nos *Capítulos de história colonial*, aparecem os caminhos que levam ao sertão e o próprio sertão brasileiro. Adentrando o Brasil, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade distintamente brasileira. Vivendo no interior do Brasil, ilhado e sem vínculos contínuos com o litoral, convivendo com os indígenas e a natureza brasileira, **foi-se constituindo um homem novo, até então inexistente no mundo: a história universal ganhava um novo personagem, o brasileiro.** Mas, enfatizando o sertanejo, ele [*Capistrano de Abreu*] não perde de vista o nacional, a unidade brasileira em suas diferenças regionais. (...) **Para Capistrano, o que houve de diverso entre o brasileiro e o europeu deveu-se ao clima e ao indígena.** O brasileiro é o europeu que sofreu um processo de diferenciação graças ao clima e à miscigenação com o índio (REIS, 2006, pp. 95-97, *grifos nossos*).

Não por acaso, também à semelhança de Euclides e Teodoro Sampaio – como explanado no capítulo passado –, Abreu se filiava a uma linha de interpretação “territorialista” da História do Brasil (FERRETTI, 2009, p. 275), considerando o povoamento dos sertões brasileiros o “momento fundador da nação” (SECRETO, 2006, p. 244). Em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (ABREU, 1963), o estudioso cearense deu destaque aos esboços de integração territorial já empreendidos através das trilhas e estradas coloniais, avançando pelo interior³⁵⁷ (FERRETTI, 2018, p. 129). Em

³⁵⁷ Segundo o historiador Danilo José Zioni Ferretti, “estabelecia-se entre ambos [*Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha*] um trabalho complementar, pois, de forma espontânea e não combinada, enquanto Capistrano buscou identificar o processo integrador no passado, Euclides projetava os meios de sua conclusão no futuro” (FERRETTI, 2009, p. 276).

nova coincidência com Sampaio e Cunha, Capistrano reconheceu nas Bandeiras coloniais um processo estruturante da História nacional (*Ibidem*, pp. 130-143).

O início da produção intelectual de Capistrano no Rio de Janeiro data de 1875, muito antes da estreia de Cunha como escritor (REIS, 2006, p. 86). As ideias de Abreu, como as de Sílvio Romero – que publicara os primeiros volumes da *História da Literatura Brasileira* em 1888 (DIMAS, 2010, p. 76) –, já circulavam através da imprensa carioca³⁵⁸. Ambos os luminares da geração que trazia um “bando de ideias novas” (ROMERO, 1900, p. XXIV) se alinhavam na percepção de que o tipo nacional brasileiro – entendido em termos raciais – era original perante a realidade europeia (FERRETTI, 2018, p. 123). A divergência entre Capistrano e Romero era que, para o primeiro, a referida peculiaridade estava na presença indígena, entretantes para o segundo se encontrava nas populações afro-brasileiras³⁵⁹ (*Ibidem, idem*).

De qualquer modo, estava assentada naquela arena de debates a apreensão da identidade nacional brasileira como particular e desviante em relação às europeias³⁶⁰, tese já empregada pelo crítico Araripe Júnior (1848-1911) para compreender a história da literatura no país³⁶¹ (VENTURA, 1991, p. 18). Como consequência desse reconhecimento, devia-se descartar como pueril qualquer suposição de o Brasil ser análogo ou, no curto prazo, vir a se igualar totalmente à Europa no aspecto étnico. Será bem no coração desse paradigma intelectual da *originalidade* brasileira que Euclides fará carreira e fama, viajando e escrevendo sobre o sertão baiano e sobre a Amazônia; tornando-se uma figura sacralizada como oráculo de um dito “Brasil profundo” e, por isso, visto como mais verdadeiro (OLIVEIRA, 2002; SOUZA, 2010; SCHNEIDER, 2014, p. 74; SANTOS, 2021, pp. 324-330).

Em toda essa perspectiva não cabe a solução imigrantista, europeizante e anglicizante pensada por Roberto Jorge Payró. Seria uma brutal incoerência com obra

³⁵⁸ O texto de *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* foi originalmente publicado no *Jornal do Commercio*, do qual Euclides viria a se tornar habitual colaborador, em agosto e setembro de 1899 (PEREIRA, 2002, p. 73).

³⁵⁹ No que reportava a tal polêmica, Euclides se situava do lado de Capistrano (VENTURA, 1991, pp. 54-55). Como Abreu e Romero – e quiçá até com mais agudeza que ambos –, Cunha enfatizou a tese da existência de diversos processos de miscigenação no Brasil, contrastando os ambientes da Costa e dos interiores nacionais (SCHNEIDER, 2014, p. 82). O **Capítulo 4** explanou como a consolidação de uma nacionalidade brasileira implicava, para Cunha, a superação desse estado de coisas por meio da forja de uma progressiva unidade étnica e territorial.

³⁶⁰ A título de exemplo, recorde-se que, primando pela conservação dessa identidade nacional, o grupo positivista ortodoxo brasileiro do fim do século XIX se opôs às propostas de imigração e de naturalização dos estrangeiros (ALONSO, 1995, p. 7).

³⁶¹ Tal como a dimensão racial, a questão geográfica e climatológica do meio tropical aparecia a esses intelectuais brasileiros finiseculares como potente fator de diferenciação entre a nacionalidade brasileira e as europeias (VENTURA, 1991, pp. 17-29).

de Cunha. Seria uma contradição ainda maior com a matriz de pensamento da “Geração de 1870”, da qual Euclides, se não foi integrante por ser um pouco mais jovem (ALONSO, 2000), foi legítimo herdeiro, do mesmo modo que Payró foi sucessor da “Geração de 1880” argentina.

Em suma: não convém ler o descompasso de posicionamentos entre Euclides e Payró sobre os perfis étnicos que projetaram para a Amazônia e a Patagônia apenas pela lente da individualidade de ambos os autores. Parece-nos mais rica a análise que relaciona esse antagonismo a algumas das tradições intelectuais oitocentistas prevalentes no Brasil e na Argentina. O distanciamento de pontos de vista dos dois escritores-viajantes em relação ao tema racial e à questão do povoamento expõe o desvão entre certas correntes intelectuais protagonistas em um país e no outro na virada do século XIX para o XX. Apesar de muitas ideias científicas, racialistas e reformadoras em comum, elas pensaram suas nações de um jeito próprio. Arriscamos dizer que a comparação dos trabalhos do repórter socialista e do funcionário do Itamaraty pode ser útil ao esclarecimento desse aspecto.

5.2 Estado e economia: um socialista em favor do livre-mercado *versus* um liberal em favor de certo intervencionismo

Tendo examinado as proposições dos viajantes em relação às questões raciais, vejamos as ideias manifestadas por ambos no que circunda a economia e a gestão pública. A análise dos receituários econômicos ajuizados por Euclides e Payró transparece os atritos entre as teses dos autores sobre a função do Estado nacional para a economia e a administração das regiões visitadas.

O argentino tinha uma profunda desconfiança em relação ao intervencionismo econômico nacional na região patagônica. Considera-o uma obstrução impertinente ao desenvolvimento da Patagônia argentina. Para o repórter, não é que a economia patagônica fosse uma terra arrasada e esse estado de coisas fosse responsabilidade de Buenos Aires. Payró não se negava a reconhecer sinais que lhe parecessem animadores da produção agropecuária da região. Eram esses indícios que motivavam seu entusiasmo com a área. A questão, para o viajante, era a imensa potencialização que a riqueza da Patagônia poderia ter se retiradas as limitações e intervenções estatais que julgava desnecessárias e daninhas.

Relembremos uma das posições econômicas do autor já miudeadas no **Capítulo 3**. Mirando-se na cidade portuária de Punta Arenas, na Patagônia chilena, Payró clamou por uma maior liberdade alfandegária para a Costa Sul argentina. Buscou, com efeito, comparar a suposta pujança do porto magalhânico ao mais modesto comércio das cidades litorâneas da Patagônia argentina, como Puerto Madryn. Esse argumento é construído por meio de balanços comerciais do território nacional argentino de Chubut e por meio da comparação literária entre as descrições de Punta Arenas – afamada pelo autor como movimentada e cosmopolita – e dos núcleos urbanos da Patagônia argentina – vistos como muito mais precários e monótonos, malgrado tivessem algum produção agropecuária e comércio.

Mas não é só o volume da economia patagônica argentina que Payró ambicionava maximizar. O autor também planejava fomentar um tipo de organização produtiva que já estava presente na região, embora não fosse predominante: a pequena propriedade. Seu ideal de uma Patagônia dividida em minifúndios de colonos imigrantes europeus não representava uma ruptura completa com o cenário de 1898. O latifúndio reinava na região à época, mas pequenos proprietários anglo-saxões já povoavam a Costa Atlântica da Patagônia décadas antes do início da “Conquista do Deserto” em 1878 e da concretização do domínio argentino sobre a região. Para o otimista repórter, a pequena propriedade tornar-se-ia dominante se o governo não fosse tão hostil a ela e tão favorável à especulação fundiária.

Em decorrência, a política pública econômica endossada por *La Australia argentina* para a Patagônia, por um lado, não requeria a criação de um tipo de uso do território que fosse inédito na região. Por outro, dispensava em enorme medida a intervenção econômica do Estado, na convicção de que o livre-mercado bastaria para ofertar a melhor alternativa para o desenvolvimento regional.

As duas teses são antípodas daquilo que Euclides da Cunha sustentava para a economia do Acre e da Amazônia. Em primeiro lugar, o engenheiro ansiava pela diversificação da economia e do uso da terra acreana por meio da agricultura – até então pouco significativa no Acre –, superando a extrema dependência em relação ao extrativismo vegetal. Em segundo, o funcionário do Itamaraty acreditava que essa transformação não se daria espontaneamente, mas que deveria ser induzida pela ação do poder central – por exemplo, por meio da construção da Transacreana e das obras de melhoramento da navegabilidade fluvial.

Na concepção de Payró, o Estado federal argentino intervinha demais, de maneira contraproducente, constringendo a Patagônia. Buenos Aires deveria se recolher em relação ao Sul. Deveria passar a atuar apenas no estritamente necessário, fortalecendo e ampliando determinada modalidade de povoamento e de ocupação fundiária *já presente* na região: a de imigrantes europeus pequenos proprietários.

Em desacordo, na visão de Cunha, o Governo Federal brasileiro era ausente ou por demais tímido em relação ao Acre. Teria que ser menos omissivo e atuar incisivamente com grandes obras, com o estabelecimento de instituições públicas e com a aplicação da lei no território acreano. Seria necessário promover condições sociais e econômicas *novas*, que visassem a: combater a exploração do trabalho dos extrativistas; criar a alternativa da agricultura aos trabalhadores da borracha, mitigando o nomadismo e facilitando a sedentarização; e induzir a redistribuição da população acreana ao longo de todo o território.

Pode-se concluir que um dos fatores explicativos para as *proposições* divergentes entre Euclides e Payró reside nos *diagnósticos* que um e outro fizeram dos proprietários das localidades a que viajaram.

É certo que o jornalista dirigia críticas genéricas aos latifundiários na Patagônia. Mas é igualmente inegável que o autor confia ao menos numa parcela dos donos de terras: os *pioneers* imigrantes. São eles, em *La Australia argentina*, os explorados, reféns da concentração fundiária, das proibições legais e do descaso de muitos *gobernadores* nomeados por Buenos Aires para os territórios patagônicos. São esses pequenos fazendeiros – ou comerciantes – mormente, recém-chegados à Argentina, os grandes heróis do livro do enviado do *La Nación*. São eles os eleitos de Payró para forjar o futuro de uma Patagônia próspera e europeizada. Seguindo a lógica do autor, o protagonismo na administração regional deveria recair sobre eles e não sobre os distantes burocratas bonaerenses, vistos como responsáveis por uma administração centralizadora e insensível. Em suma, grande parte dos *problemas* da região estariam no Estado central; a *solução* deles, em uma franja de pequenos e médios proprietários da sociedade local.

Essa fórmula é contrastante com a obra amazônica de Euclides, que lida com uma realidade social obviamente distinta. A resposta para o problema da opressão sofrida pelos seringueiros acreanos não poderia ser encontrada em meio aos proprietários locais, já que praticamente todos eles eram os patrões dos extrativistas. Em completa diferença com Patagônia, no Acre era quase inexistente a pequena propriedade

agropecuária. Até em função da relação desigual entre os donos dos seringais e seus trabalhadores, Cunha assinalava a necessidade de uma intervenção do Estado para regular as relações de trabalho.

No Sul argentino, havia a chance de imigrantes serem donos de suas terras e delas auferir subsistência e alguma riqueza. Nas regiões seringueiras, a prosperidade exprimida da borracha não se enraizava; logo desaguava para Manaus, Belém, Lima ou mesmo Arequipa e então para as grandes cadeias internacionais da *commodity*. Diferentemente da Patagônia que Payró viu, os vilarejos emergidos nas beiradas dos seringais, por mais crescentes que fossem – de modo a contribuir para a afirmação da soberania brasileira no Acre – não ofereciam a Euclides um vislumbre tão seguro das sementes de uma sociedade mais justa e rica. Para alcançá-la, seria preciso, por meio da ação do Estado, reformular profundamente as relações legais e o acesso à terra na Amazônia Ocidental. Em síntese, que a intervenção do Governo Federal cessasse a tirania dos poderes privados – o “feudalismo” que lá imperava, segundo Cunha (2000, pp. 128-129).

Desse quadro comparativo, extraem-se a maior defesa, por parte de Cunha, da atuação do Estado Federal no Acre e o maior ceticismo de Payró em relação à gestão do Estado central na Patagônia argentina. Ou seja, em termos econômicos e administrativos, o Euclides amazônico é mais intervencionista do que o Payró patagônico. Sucede, entretanto, que não se pode disso depreender que Euclides da Cunha assumia uma postura antiliberal, em todo oposta ao Liberalismo de Payró.

Reconhece-se como bem mais evidente a postura liberal do jornalista do *La Nación*, em matéria de economia. Ele era claramente afeito às bandeiras do livre-comércio e da supressão das ingerências econômicas estatais na Patagônia, sob a justificativa de serem ineficientes ou arbitrárias. Todavia, as firmes propostas de intervenção estatal de Euclides não são em si incongruentes com o Liberalismo econômico.

A começar pelo fato de que não se pode confundir Liberalismo com um completo antiestatismo econômico, sob pena de se reduzir o ideário liberal a uma abstração a-histórica. No curso do século XIX, sob o legado do Utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832), diversos receituários liberais passaram a prever importante parcela de atribuições econômicas – mesmo que bem delimitadas – ao Estado, não

abdicando por completo das prerrogativas do poder público³⁶² (MERQUIOR, 2014, pp. 108-110). É em parte o caso de Payró, na medida em que ele reservava a Buenos Aires as missões de construir telégrafos, melhorar os transportes marítimos, abrir poços e cisternas e dar suporte bancário para os colonos.

Deve-se também considerar que as intervenções econômicas estatais advogadas por Euclides não tinham a pretensão de se perpetuarem. Seu propósito era criar parâmetros sociais entendidos como mais propícios para a civilização. Notadamente, tal como Cunha entendia esse conceito, deveria se buscar o desenvolvimento econômico, bem como a integração territorial, a emergência de um perfil étnico hipoteticamente mais adaptado ao meio, a modernidade técnico-científica e a racionalidade no uso dos recursos naturais. Uma vez atingidas tais bases, a necessidade da intervenção estatal diminuiria substancialmente.

Essas teses se coadunavam com o pensamento de John Stuart Mill (1806-1873) a respeito de como deveria ser feita a gestão econômica nas regiões consideradas distantes dos padrões europeus de desenvolvimento – o que incluía a Amazônia de Euclides:

De uma forma geral, Mill acreditava que as intervenções estatais seriam também “(...) **bem mais extensas em um estado atrasado do que em um estado avançado**” (...). Na verdade, Mill não estabelece qualquer limite *a priori* para a intervenção – esta seria, segundo ele, uma questão impossível de ser resolvida com base em princípios abstratos. A intervenção justificar-se-ia nos casos em que a utilidade fosse muito grande e nas sociedades ‘atrasadas’. (...) Por conta de uma ‘imaturidade’ intelectual e moral, alguns povos **precisariam ter, temporariamente**, como guias governos **paternalistas ou despóticos e ter na figura do Estado o grande provedor de suas necessidades. No entanto, a função primordial do Estado (doméstico ou estrangeiro) deveria ser ‘preparar’ os homens para serem capazes de se autogovernar** e de proverem através de suas iniciativas (individuais ou coletivas) os bens e serviços essenciais à sociedade (MATTOS, 2008, pp. 151-153, *itálicos da autora, grifos nossos*).

³⁶² Essa vertente do Liberalismo, entre outras, foi estudada por José Guilherme Merquior em *O Liberalismo* – antigo e moderno. Célebre ensaísta liberal, o autor procurou demonstrar as diferentes formas assumidas pelas ideias liberais na História Moderna e Contemporânea, ressaltando a diversidade dessa doutrina política e econômica. Independentemente de não avalizarmos algumas das análises propostas no livro citado, julgamos bastante esclarecedora uma passagem de Merquior sobre a incorporação por parte do Liberalismo das ideias utilitárias de Bentham. Jogando luz às modificações do papel do Estado na Inglaterra do século XIX, o autor afirma: “[a]s contribuições de Bentham ao Liberalismo incluem um entusiasmo pela administração inteligente e pela reforma judiciária e, ainda mais importante, uma visão mais ampla das finalidades do Estado, o qual para ele devia promover o bem-estar e a igualdade e também fazer vigorarem a liberdade e a segurança. (...) Em nome do progresso, os utilitaristas patrocinaram, na Inglaterra, várias reformas produtivas tanto no período final do rei Jorge quanto na época vitoriana (...) – por exemplo, nas escolas, fábricas e no saneamento público. (...) A política estatal britânica, depois de 1830, tornou-se crescentemente intervencionista, e em grande parte a responsabilidade disso pode ser atribuída à influência benthamita até a década de 1870” (MERQUIOR, 2014, pp. 108-110).

Em síntese, conforme Sevcenko, não é possível dissociar Cunha do Liberalismo³⁶³. O engenheiro pode ser considerado de fato um liberal:

Euclides preconiza a vitória inexorável do industrialismo, apresentando-o como a própria consagração das virtudes superiores do liberalismo econômico e político, numa tradução exemplar da doutrina da Escola de Londres. **Liberalismo esse que seria uma das certezas incontroversas do escritor. Bem por isso é que o Estado, tendo atuado como foco incentivador das forças de desenvolvimento, uma vez que elas ganhem ânimo próprio, deveria recuar paulatinamente, restando-lhe ao fim apenas a garantia da ordem.** Como efeito da ação conjugada da ciência, da indústria, do direito e da evolução, que os articula e os constringe, é que floresce, soberana, a civilização, só compreensível circunscrita no espaço delimitado por aqueles conceitos (SEVCENKO, 2003, p. 182, *grifos nossos*).

Dessa maneira, o fato de Cunha dar muito maior ênfase ao papel indutor do Estado do que Payró não precisa ser focado não como um choque absoluto de visões. O contraste aparenta ser mais de ênfase do que propriamente de substância ideológica. Essa discrepância pode ser bem explicada pela avaliação do brasileiro de que a sociedade acreana se encontraria em estado supostamente mais rudimentar e pelo parecer do argentino de que o litoral patagônico estaria naquilo que seria um estágio mais avançado de organização social.

³⁶³ A princípio, a relação de Euclides da Cunha com a doutrina econômico-política liberal parece nublada. Isso ocorre por dois motivos. Em primeiro lugar, pela razão de Cunha ter sido crítico dos governos da República Oligárquica da década de 1890 e 1900, fortemente identificados com o Federalismo e o Liberalismo. Como afirma Roberto Ventura no artigo “Euclides da Cunha e a República”, o autor “[c]riticava, de forma aguda, quer o militarismo dos primeiros governos, quer o **liberalismo artificial de uma Constituição que as elites civis violentavam por meio de fraudes e manipulações eleitorais**” (VENTURA, 1996, p. 284, *grifos nossos*). Ora, essa posição não exclui o fato de Cunha nutrir simpatias por ideias liberais, apenas evidencia que o intelectual não as julgava fidedignamente incorporadas na prática das presidências brasileiras. Fazia idêntica denúncia o paulista Júlio de Mesquita, bastião do Liberalismo (CAPELATO; PRADO, 1980). Euclides foi amigo de Mesquita e colaborou com o *Estadão* como repórter em Canudos e como articulista em diversas oportunidades – como sempre celebrado pela memória institucional do diário –, o que corrobora sua afinidade com grupos e teses liberais. Um segundo fator que torna menos óbvia a identificação de Euclides com o Liberalismo é o fato de o Positivismo ter tido grande impacto na formação do pensador, através das aulas de Benjamin Constant Botelho de Magalhães na Escola Militar. Ecos positivistas se farão sentir, em alguma medida, ao longo de toda a obra euclidiana. Cunha se movimentava “com grande flexibilidade no interior [das] bases genéricas do comtismo” (SEVCENKO, 2003, p. 180). Sendo o Positivismo uma corrente política que pregava uma forte atuação do Estado, pode-se compreender certo intervencionismo em Euclides. Entretanto, seria pecar pela imprecisão caracterizar Cunha como positivista *strictu sensu*, em função de suas críticas ao grupo positivista ortodoxo (ROHTER, 2019, p. 115) e de sua crescente aproximação com o Evolucionismo durante a maturidade (SANTOS, 2021, p. 320). O ensaísta estaria ideologicamente mais próximo do evolucionista Herbert Spencer do que de Auguste Comte, como defende o trabalho da historiadora Natália Bravo de Souza (2010, pp. 29-39, p. 66). O Evolucionismo spenceriano, apesar de ter no cientificismo ponto de contato com o Positivismo, não se concilia com este, por relevantes diferenças teóricas, entre elas o papel do Estado: “Spencer era um entusiasta do **liberalismo, muito diferente da idéia de ditadura republicana e da presença do Estado como regulador da ordem social**, como aparece em Comte” (SOUZA; GALVÃO, 2007, p. 180, *grifos nossos*). Assim, tendo em mente a figura de Spencer e seu apaixonado antiestatismo (MERQUIOR, 2014, p. 110, pp. 147-150; ALONSO, 1995, p. 4), dissipam-se as dúvidas sobre a proximidade de Euclides com o Liberalismo.

Os viajantes, pautados pelo cientificismo de fim de século, partilharam uma mesma régua de desenvolvimento civilizacional, cuja metragem era referenciada em padrões eurocentrados. Que dentro desses parâmetros os autores identificassem as sociedades que visitaram em patamares diferentes – e, por isso mesmo, lhes prescrevessem programas distintos – não nega, apenas reforça, o fato de que esses intelectuais possuíssem bússolas ideológicas similares, a despeito de não serem idênticas. Conquanto o brasileiro apregoasse um papel maior do Estado e o argentino integrasse as fileiras socialistas de Buenos Aires, ambos se situavam em um espectro ideológico liberal.

Por isso, seria inadequado simplesmente classificar o Euclides amazônico de “estatista” ou “dirigista”, reservando o rótulo de liberal apenas ao Payró patagônico, em termos da função e da intensidade da intervenção estatal que preconizavam na economia. Consideramos mais produtivo compreender as dissimilaridades das propostas econômicas dos dois intelectuais à luz de outro aspecto: enquanto Cunha almejava integrar a Amazônia no seio da nação brasileira, Roberto Payró queria conectar a Patagônia ao mundo, às dinâmicas mercantis e migratórias intercontinentais da *Belle Époque*. Para a consecução da primeira meta, convinha que a atuação do Estado nacional fosse mais destacada; para a realização do segundo objetivo, era compreensível que fosse mais discreta e pontual.

Abordemos com mais vagar, então, a perspectiva nacionalista de Cunha, a internacionalista de Payró e as disparidades entre elas.

5.3 O lugar da Patagônia e da Amazônia no mundo: cosmopolitismo e excepcionalismo regional *versus* “brasileirismo” e excepcionalismo nacional

O cosmopolitismo de Payró se desdobrava em diversos aspectos de *La Australia argentina*, debatidos no **Capítulo 3**. O posicionamento do autor estava permeado pelo horizonte civilizatório da organização política em que militava, o Partido Socialista na Argentina. Seu ideólogo e líder, Juan B. Justo, tinha demarcadas posições internacionalistas. Diferentemente de Euclides, Payró e Justo não possuíam como preocupação central a realização de uma política externa grandiosa, capaz de impor o poderio argentino sobre seus vizinhos regionais e de contrariar potências estrangeiras. Justo desejava, antes, uma inserção harmônica e vantajosa do país na ordem econômica mundial, seguindo as tendências mundializadoras do Capitalismo imperialista à época.

Juan B. Justo combina aspectos do pensamento sarmentino com um sólido conhecimento do socialismo europeu para costurar uma leitura da história de matiz evolucionista e pretensão científica, fonte de um **projeto político que visa engatar o vagão argentino na locomotiva da história ocidental, rumo à realização socialista**. A ilusão do progresso na Argentina em que viveu o induz a uma aposta no desenvolvimento técnico e econômico como um processo destinado a diluir o antagonismo de classe e **a promover a integração das nações sob a égide da livre cooperação** (SANTOS, 2015, pp. 245-246, *grifos nossos*).

Para Justo, o tema da afirmação nacional era secundário. O que realmente importava era que a população na Argentina cada vez mais usufruísse do desenvolvimento econômico e social que Estados Unidos, países da Europa Ocidental e a Austrália de Payró já teriam atingido. Para tanto, deveria haver proximidade com essas nações e integração com seus fluxos comerciais. Seria uma saída para tornar o capitalismo argentino em princípio “mais saudável”, desde que houvesse algum controle do Estado aos capitais estrangeiros³⁶⁴ (COGGIOLA, 1996). Se bem que tivesse críticas ao Imperialismo (MERBILHAÁ, 2011, pp. 259-260; BRAUN, 2000, p. 16), Justo, como Payró, via as relações comerciais com as potências capitalistas como uma possibilidade vantajosa para o desenvolvimento argentino.

Havia em Justo um esvanecimento da própria especificidade da América Hispânica no mundo, marcada que era por uma condição econômica periférica. Nos escritos de Justo, o desprendimento em relação à esfera política nacional e ao âmbito geopolítico continental se exacerba na comparação com a obra de José Martí (1853-1895), patrono intelectual do movimento de Independência de Cuba. O historiador Fabio Luis Barbosa dos Santos argumenta que

[o] alcance crítico da reflexão de Juan B. Justo é limitado pela força do mito do crescimento econômico na Argentina contemporânea, que, alimentado por uma fé no desenvolvimento das forças produtivas mundiais, obscureceu os nexos entre Imperialismo e padrão de luta de classes, **conduzindo a um eclipse da nação como problema histórico**. (...) Nos antípodas de Martí, o socialista argentino combina uma crítica ao privilégio inerente à classificação capitalista com uma visão entusiástica do potencial civilizatório associado **ao desenvolvimento das forças produtivas, operação que o leva a identificar o progresso americano com a diluição da sua especificidade histórica diante do movimento irresistível de propagação de uma cultura superior**. **Dessa perspectiva, a autodeterminação não é problematizada, eludindo a percepção crítica do Imperialismo e da nação como problema** (*Ibidem*, pp. 247-252, *grifos nossos*).

Também é visível um esmaecimento da questão nacional no discorrer de Payró sobre a Patagônia. Para o correspondente do *La Nación*, a verdadeira vocação da

³⁶⁴ As ressalvas de Justo estavam reservadas mais à parcela do capital estrangeiro que não se fixava e não gerava riqueza no país. Segundo Braun, o autor não criticava os “capitalistas extranjeros que llegaban a la Argentina, a los que deseaba ver convertidos en propietarios agrícolas” (BRAUN, 2000, p. 24).

Patagônia seria internacional. Em Euclides, ocorre o oposto. O interesse pelo Vale Amazônico e pela região da Amazônia Ocidental, entre os rios Madeira e o Javari, surge mediante um projeto político referenciado no domínio da nação, quer no plano externo – proteção nas relações internacionais –, quer no plano interno – ocupação e aproveitamento do território.

No que tange às relações exteriores, antes mesmo de se tornar chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, Euclides já demonstrava em seus artigos sobre o litígio com os peruanos uma ostensiva retórica da defesa dos interesses geopolíticos pátrios. A preocupação com a soberania e a defesa das fronteiras nacionais é patente na produção do engenheiro. Conforme anteriormente comentado, o ensaísta escreveu artigos minimizando os riscos reais de investidas imperialistas europeias contra o Brasil. Mas por muito que o autor relativizasse a concretude dessas ameaças, o simples exame da questão mostra como era indubitável a preocupação do escritor com o tema, algo que não é marcante em Payró.

O litígio fronteiriço entre Argentina e Chile na Patagônia na segunda metade da década de 1890 não foi objeto de estudo do jornalista do *La Nación* em *La Australia argentina*; foi mais um pretexto para a análise da sociedade, da economia e da administração política na região. Cunha foi um vivo analista da Geopolítica nas décadas de 1890 e 1900. O tema só apareceu com maior destaque na obra de Payró com Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando era correspondente na Europa (GONZÁLEZ LANUZA, 1965; PAYRÓ, 2009). Em 1914, o argentino vivia na Bélgica e testemunhou a invasão alemã. Tendo criticado a arbitrariedade da ocupação em artigos para a imprensa argentina, o jornalista chegou a ser reprimido e detido pelos alemães (SZMETAN, 2000, p. 113; GASTÓN SÁNCHEZ, 2012, p. 168).

Já no aspecto intranacional, o engajamento de Euclides, ao tratar da região amazônica, também esteve em muito vinculado à preocupação com o todo territorial do Brasil e suas desigualdades regionais (TOCANTINS, 1992, p. 27). O capítulo anterior mostrou que esse problema fazia parte do que o autor chamava de “perigo brasileiro”: as deficiências sociais, econômicas e políticas próprias do país. Tal preocupação faz ver um espelhamento entre *Os Sertões*, sobre o Semiárido da região Nordeste, e os escritos amazônicos euclidianos.

Essa preocupação também permite, segundo interpretação de Gilberto Freyre, a caracterização de Cunha como franco adepto do “brasileirismo” de Sílvio Romero, que, com sua obra tentava fazer “um protesto, um grito de alarma de são brasileiro, um

brado de entusiasmo para um futuro melhor [*para a nação*]” (ROMERO, 2002, p. 162). Para Freyre, a produção intelectual de Euclides pode ser definida pelas eloquentes palavras-chave:

A preocupação brasileira. O ponto de vista brasileiro. O sentido brasileiro dos problemas de geografia e de sociologia. A mística da unidade brasileira a inundá-lo de uma ternura especial pelo indígena, pelo caboclo, pelo nativo, pelo Amazonas, pelo Acre, pelo Ceará, por Anchieta, por Diogo Antônio Feijó, por Floriano Peixoto, pela viação férrea, pelo telégrafo, pelo Barão do Rio Branco. Brasileirismo que foi o principal “aspecto subjetivo” da obra de Euclides da Cunha: a marca mais forte de sua personalidade em relação com a cultura científica e técnica do seu tempo (FREYRE, 1997, p. 86)

A comparação com o repórter socialista argentino ilustra bem o nacionalismo de Cunha. Payró considerava que boa dose de autonomia deveria ser reservada à Patagônia. Fantasiava que caso Buenos Aires seguisse indiferente à boa administração dos territórios da Costa Sul, a Patagônia poderia até mesmo quase vir a ser um “Estado dentro do Estado” argentino (PAYRÓ, 1898, pp. 83-84), pleiteando uma autonomia política regional máxima. Isso se justificaria pelo advento de uma protonacionalidade patagônica, calcada em um novo perfil étnico, linguístico e cultural que estaria fermentando na região.

Payró era afeito a esse novo cariz regional e apresentou essa projeção de uma Patagônia com autogoverno em um dos trechos mais utópicos de *La Australia argentina* sobre a futura riqueza patagônica (*Ibidem, idem*). Conquanto não defendesse o seu separatismo, o cronista não se opunha ao hipotético cenário de uma Patagônia “menos argentina” do que o resto do país. Euclides da Cunha justamente temia que processo análogo ocorresse na Amazônia Ocidental. A vocação desse território deveria ser a de fazer parte do Brasil e contribuir para o domínio nacional na região amazônica. O fluminense não podia conceber que, do insulamento diante das demais regiões brasileiras, no Acre florescesse uma nova nacionalidade, uma sociedade distinta.

Por isso, Euclides rejeitava, nesse aspecto, o exemplo do velho Oeste norte-americano, tão festejado por Roberto Payró:

Aceitemos, por isto mesmo, uma lição de Bryce. Traçando magistralmente o quadro da expansão ianque, o historiador nos demonstra que, **diante do exagerado afastamento da costa oriental, as gentes localizadas nas novas terras do Pacífico formariam inevitavelmente uma outra nacionalidade, se os recursos da engenharia atual lhes não houvessem permitido uma intimidade permanente com o resto do país. O nosso caso é idêntico, ou mais sério.** As novas circunscrições do Alto Purus, do Alto Juruá e do Acre devem refletir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que na ordem prática exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das ideias, de pronto transmitidas e traçadas na inervação vibrante dos telégrafos. (CUNHA, 2014, p. 107, *grifos nossos*).

Não é que o escritor brasileiro fosse antiestadunidense. Se Payró se maravilhava com a autonomia estadual nos Estados Unidos da América, Euclides admirava naquele país a capacidade de afirmação de uma nacionalidade una e forte (BAGGIO, 1998, pp. 144-148). Em resenha de 1909 à obra *O Ideal Americano*, publicado por Theodore Roosevelt em 1897 (ROOSEVELT, 1903), o cartógrafo do Itamaraty exaltou o fato de o Presidente dos Estados Unidos [1901-1909] sustentar

de modo inflexível a necessidade de um largo americanismo, um forte sentimento nacional contraposto a **um localismo deprimente e dispersivo. Combate às claras – numa lúcida compreensão, que não possuímos, do verdadeiro regímen federal – o maligno espírito de paródia e esse estreito patriotismo de campanário provincial ou estadual**, que subordina a nacionalidade ao bairrismo e retrata, em nosso tempo, o federalismo incoerente da antiguidade grega, das Repúblicas medievais da Itália, e dos retrógrados estados da Alemanha antes de Bismarck (*Ibidem*, pp. 116-117, *grifos nossos*).

Ademais, há outros dois fatores que demonstram com especial clareza o nacionalismo de Euclides. O primeiro é sua crítica ao “cosmopolitismo afetado” (SEVCENKO, 2003, p. 43, p. 51, p. 176, p. 281) das elites urbanas da Primeira República. O fenômeno era contundentemente definido por Cunha: “essa espécie de regímen colonial do espírito que transforma o filho de um país num emigrado virtual vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo”³⁶⁵ (CUNHA, 2014, p. 117). A recriminação feita pelo ensaísta era tributária de sua ligação com o Exército desde os tempos da Praia Vermelha, o que contribuiu para o nacionalismo ser uma das marcas da reflexão e da militância política do autor (CARVALHO, 2010, p. 153).

Há um segundo elemento que põe em evidência a postura nacionalista de Euclides, particularmente em sua obra amazônica. Trata-se da circunstância de seu vínculo profissional com o Ministério das Relações Exteriores, o que, *por suposto*, implicava um civismo de ofício e um patriotismo performático. Em relatório confidencial ao Barão do Rio Branco sobre a viagem da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, o funcionário de Rio Branco teve a oportunidade de

³⁶⁵ De maneira alternativa, o autor fez tanto de *Os Sertões* como de sua obra amazônica manifestos contra o predomínio de temas europeus na intelectualidade brasileira, clamando por um exame mais profundo da realidade nacional: “Pensamos demasiado em francês, em alemão, ou mesmo em português. Vivemos em pleno colonato espiritual, quase um século após a autonomia política (...). Desde a construção das frases ao seriar das idéias, respeitamos em excesso os preceitos das culturas exóticas, que nos deslumbram – e formamos singulares estados de consciência, a priori, cegos aos quadros reais da nossa vida (...)”. (CUNHA, 2000, pp. 350-351).

esbanjar todos os seus dotes patrióticos (HARDMAN, 2009, p. 59). No texto, o chefe da Comissão relata certa animosidade velada na convivência com Pedro Alexandre Buenaño, chefe da Comissão Peruana de Reconhecimento do Alto Purus. O momento de maior tensão se deu na localidade de Novo Lugar, em que alguns peruanos haviam sido assassinados em conflitos com brasileiros. Como seus corpos não tinham sido enterrados, Buenaño recolheu as ossadas e no local fincou um epitáfio escrito em folha de zinco, informando o nome dos mortos e com a inscrição “Peruanos fuzilados e queimados por bandoleros brasileiros [sic.]” (TOCANTINS, 1992, pp. 261-263).

Esses dizeres revoltaram Euclides, que julgou a mensagem ofensiva à maioria de brasileiros que residiam na aldeia, podendo acirrar os ânimos da população local. O viajante afirma que pensou em retirar a lápide, mas desistiu da ação, temendo atrapalhar “negociações que sabia estarem entabuladas e cujo desenvolvimento ignorava. Compreendi também que não devia anular tantos esforços e dispêndios já feitos com o dar demasiado valor ao que era apenas um erro” (*Ibidem, idem*).

Outro episódio digno de nota, em que o relato de Cunha se mostra até mesmo ufanista, foi por ocasião de um almoço oferecido em 30 de junho de 1905 a ele e a Buenaño em Curanja, aldeia peruana no Purus. O convite foi feito pelo barracão do caucheiro peruano Carlos Scharff. Segundo conta Euclides, o recinto estava decorado com muitas bandeiras peruanas, restando ausente a brasileira (CUNHA, 1995a, p. 583). Ressentido, o escritor conta que pensou em se retirar do local, mas acabou por notar a presença casual de algumas folhas de palmeiras amarelas em meio às verdes nas paredes da sala. Então, aproveitou a coincidência cromática para permanecer e fazer um discurso mordaz antes do momento do brinde:

Primeiro – como americano – sentindo-me feliz com todas as manifestações de cordialidade entre homens oriundos de raças quase irmãs, talvez destinados a íntimas alianças no futuro para reagirem ao imperialismo crescente das grandes nacionalidades; em segundo lugar – a como brasileiro – profundamente comovido diante da “inteligente gentileza” e requintada galanteria com que se tinha posto naquela sala a bandeira de nossa terra. (O espanto dos convivas foi absoluto!) **Esclareci-o então dizendo-lhes que uma extraordinária nobreza de sentir fizera que eles ao invés de irem procurar no seio mercenário de uma fábrica a bandeira de meu país tinham-na buscado no seio majestoso das matas, tomando-a exatamente da árvore que entre todas simboliza as idéias superiores da retidão e da altura. E terminei: “Porque, Srs. peruanos, a minha terra é retilínea e alta como as palmeiras...”** (*Ibidem, grifos nossos*).

Para finalizar este tópico, observemos que os dois “viajantes intelectuais” atribuíram um caráter excepcionalista aos projetos políticos e econômicos que defendem

em seus relatos de viagem. A diferença está no espaço geográfico que cada escritor considerava excepcional.

Para o socialista bonaerense, a História da Patagônia no fim do século XIX, após os processos de ocupação territorial e etnocídio, seria uma experiência inédita e excepcional na Argentina. Destoaria do resto do país por sua compleição étnica e seus costumes distintos. Seria um pedaço da nação platina supostamente mais apto à modernidade e ao desenvolvimento econômico internacional, por causa da mais estreita conexão com as dinâmicas econômicas e demográficas do grande Império Britânico. Seria um enclave protegido dos vícios da cultura e da política *criollas*, enraizadas desde a colonização no Rio da Prata e na América Espanhola como um todo.

Consequentemente, no texto de Payró, a ideia de excepcionalidade recai sobre a região – a Patagônia – contra a nação – a Argentina. Em Cunha, isso não acontece, como se pode perceber em textos como “Solidariedade Sul-Americana”, “Transacreana” e no livro *Peru versus Bolivia*. Para Euclides, é a própria nação brasileira em sua integralidade – incluindo a hoje chamada de Amazônia Legal – que tem o status de única e superior em comparação com o resto do subcontinente da América do Sul.

Temeroso da turbulência que as relações com outros países sul-americanos poderiam trazer, Euclides seguiu uma visão muito difundida por intelectuais do período monárquico: a de que o Brasil era um caso único nas Américas em razão de sua unidade territorial, sua suposta estabilidade política e seu passado monárquico, marcado pela centralização política (BAGGIO, 1998, p. 139). De acordo com trabalho do historiador Leonardo Vieira de Oliveira,

o discurso do excepcionalismo brasileiro baseava-se aos seguintes pilares:

- 1) Império como baluarte da civilização europeia nos trópicos: ilha de tranquilidade em meio a “republicuetas” hispânicas
- 2) Império como vizinho paciente e generoso: leva a civilização ao Prata, embora sua nobre tarefa não seja reconhecida ou sequer compreendida
- 3) Ódio imanente aos portugueses pela “raça espanhola”, que não impede ações generosas por parte do Brasil (OLIVEIRA, 2018, p. 31).

Esse discurso foi utilizado para legitimar a política externa nacional pela primeira vez em 1851, com as intervenções brasileiras na região do Rio da Prata que redundaram na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) (*Ibidem*). Não foi a única oportunidade em que isso aconteceu.

Vemos o ideário do excepcionalismo brasileiro em ação quando Euclides da Cunha evoca o passado bandeirante para legitimar as possessões territoriais da

República na Amazônia (CUNHA, 1907). Quando argumenta em prol da superioridade econômica e administrativa da colonização portuguesa no Brasil, reduzindo a colonização espanhola no Peru a uma experiência “feudal” (*Ibidem*, pp. 40-42). Quando, ainda, o articulista saúda a possibilidade de uma “guerra reconstrutora” contra Lima (CUNHA, 2014, p. 112) caso não prosperasse a iniciativa brasileira para evitar o confronto³⁶⁶ (*Ibidem*, pp. 112-113).

É extraordinário verificar como as ideias relativas ao discurso da excepcionalidade brasileira, alimentadas desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 durante o Período Regencial, ainda ressoavam na intelectualidade e na política externa do século XX. É possível puxar dos artigos amazônicos de Euclides, republicano convicto e crítico das oligarquias, fios que vão remontar à elite parlamentar conservadora – *saquarema* – do Segundo Reinado, patrocinadora da política brasileira no Prata na década de 1850 (OLIVEIRA, 2018).

A perspectiva amazônica nacionalista de Cunha não se encerra em si mesma. De igual modo, a adoção por parte de Payró das dinâmicas internacionais como filtro para entender a Patagônia, em detrimento da moldura nacional, muito tem a ver com as ideias dos socialistas argentinos do fim do século XIX, que estavam sob auspícios de Juan B. Justo.

5.4 Projeções de futuro: a utopia em um campo aberto *versus* o risco de tudo redundar em ruína

Além das divergências concernentes à identidade étnica regional, às medidas econômicas e à vocação regional que Roberto Payró e Euclides da Cunha propuseram para a Patagônia e o Acre, há outro ponto em que os autores diferiram: as projeções de futuro que vaticinaram para tais espaços. Ambos, é claro, construíram perspectivas grandiosas para o porvir das regiões. Era parte indispensável do trabalho de ambos os

³⁶⁶ Bem reveladora da proximidade da visão geopolítica de Cunha com a tese do excepcionalismo brasileiro é sinalizada pela seguinte passagem do artigo “Solidariedade Sul-Americana”, a qual incorpora a visão do Brasil como país que tenta ser cordato com seus vizinhos, independentemente da animosidade deles: “esta campanha iminente com o Peru pode ser um magnífico combate contra essas guerrilhas extravagantes. **Fizemos tudo por evitá-la, sobrepondo à fraqueza belicosa da nação vizinha o generoso programa da nossa política exterior nos últimos tempos, tão elevada no sacrificar interesses transitórios aos intuítos mais dignos de seguirmos à frente das nações sul-americanas (...).** Mas não (...) compreendeu [*a superioridade brasileira*] nunca a opinião estrangeira (...). Aceitemos tranquilamente a luta com que nos ameaçam, e que não podemos temer” (CUNHA, 2014, pp. 111-112, *grifos nossos*).

viajantes apontarem soluções para o desenvolvimento delas. Contudo, o caminho para a materialização de um futuro moderno difere nas formas em que foi planejado por Payró para a Costa Sul argentina e por Cunha para a Amazônia.

O argentino prenunciava que o pleno desenvolvimento da Patagônia era uma questão de *quando* e não de *se*. A gestão governamental poderia antecipá-lo ou retardá-lo, mas seria supostamente inevitável. Diz a última página de *La Australia argentina*:

Sí, Patagonia hará su camino, más lenta, más rápidamente, según la sabia o desacertada dirección que le impriman gobiernos. Pero lo hará. En aquellas inmensas soledades (...) [*nascera*] el mundo de mañana, asilo de la libertad y escenario del progreso (PAYRÓ, 1898, p. 448).

Como proposto no **Capítulo 3** desta dissertação, é inegável o cunho utópico do Payró patagônico (CLAEYS, 2013). O próprio autor reconhece em passagens um excesso de otimismo ou idealização de sua parte (PAYRÓ, 1898, pp. 84-85). Considerando a veiculação das crônicas de *La Australia argentina* no *La Nación*, pode-se supor que o exagero tenha servido para captar mais efetivamente a atenção do público-leitor. Também podemos sopesar o caráter de propaganda ou manifesto do livro, que trabalha incessantemente pela relativização das adversidades climáticas da Patagônia e pela divulgação de suas potencialidades produtivas e naturais. Esse aspecto da obra é enunciado às claras em seu último capítulo:

Al escribir estas páginas he revivido mi viaje, sin lograr, no obstante, fijar todas sus sensaciones en papel. Si hubiera alcanzado á la verdade descriptiva y sugestiva con que soñaba al tomar la pluma...

Pero tengo confianza en outro resultado, menos artístico, pero más útil: que el Gobierno y los hombres de empresa fijen su atención en las regiones que recorrí, el uno para incorporarlas definitivamente á la existencia nacional, los otros para llevar a ellas sus iniciativas y sus esfuerzos, acelerando su progreso para cosechar sus primeros frutos. Sí eso se logra, por indirectamente que sea, este modesto trabajo irá á dormir en el olvido, pero no sin servir antes un momento.

Cierto que con él o sin él, Patagonia cumplirá, más bien temprano que tarde, los destinos á que está llamada (*Ibidem*, p. 443, *grifos nossos*).

A convicção de Payró em relação ao desenvolvimento excepcional que estaria reservado para a Patagônia ligava-se com o fato de a região ser vista pelo autor – e partes das elites políticas argentinas – como uma terra moldada para uma experiência econômica e social nova. Essa noção considerava que a “Conquista do Deserto” estabelecera uma ruptura com o passado colonial espanhol e uma desagregação das sociedades indígenas naquele espaço geográfico. Tendo esse substrato histórico sido alegadamente superado, considerou-se a Patagônia, figurada e literalmente, como um

grande campo aberto. Espaço que poderia ser ocupado pelo latifúndio agropastoril exportador e pela especulação fundiária – projeto exitoso das oligarquias argentinas – ou pela pequena e média propriedade de colonos imigrantes – plano de Payró.

O anseio de prosperidade do repórter socialista para as populações brancas da região partia da percepção de que os povos originários na Costa Sul argentina em 1898 eram apenas um resquício do passado prévio à “Conquista do Deserto”. Suas culturas e línguas são apresentadas por Payró sobretudo como uma curiosidade histórica e antropológica. O autor relata e lamenta os violentos processos de etnocídio contra os ameríndios fueguinos. De acordo com sua observação durante a viagem, os indígenas remanescentes estavam vinculados a missões ou dependiam do escambo com viajantes para sobreviver. Não mais definiam o modelo de organização social no litoral da Patagônia. Na base da violência e da exclusão, a região se tornara uma *tabula rasa* para empreendimentos sociais capitalistas e eurocêntricos (URIARTE, 2019).

O sonho de Payró, idealizando um futuro de riqueza, modernidade técnica e certa sorte de justiça social na região, no entanto, só poderia ser cogitado em razão de outro tipo de sonho – ou sono –, muito mais macabro, com o qual o escritor se deparou no melancólico e precário cemitério de San Juan de Salvamento, na Isla de los Estados: “Sobre las toscas cruces leímos algunos nombres (...). Otras tumbas, aisladas, como desdeñadas, no tenían ni nombre ni cruz: **sepulturas de indios, segregados de la sociedad hasta para el sueño eterno**” (*Ibidem*, p. 404, *grifos nossos*).

Com inabalável otimismo, a prosa de Payró em *La Australia argentina* tenta afugentar essa sombra de um passado atroz em seu programa político para a Patagônia. O futuro que o livro apresenta não é maculado por qualquer marca de violência, destruição, insucesso administrativo ou econômico. Nesse cenário, a pobreza dos “aventureiros patagônicos” sumiria na medida em que as limitações legais às suas atividades diminuíssem e a prosperidade geral crescesse. Destarte, o caminho para a utopia patagônica de Payró poderia vir a ser uma estrada desimpedida.

O mesmo não se pode dizer do projeto euclidiano para a Amazônia. O autor estipulava um grandíssimo papel para a região no futuro brasileiro. Aquilatava-a estratégica para a aproximação do Brasil com o Oceano Pacífico, para onde Cunha previa que o centro de poder geopolítico se deslocaria (CUNHA, 2014, p. 122). Também considerava, na esteira de Humboldt, a própria região amazônica um dos futuros amplos cenários “de toda a civilização da terra” (CUNHA, 2000, pp. 219-220). Contudo, Euclides via na concretização do domínio brasileiro sobre boa parcela da

região e de seu efetivo desenvolvimento uma tarefa hercúlea, assombrada por inúmeros percalços.

Ante a certeza olímpica de Payró em sua imaginada Patagônia, Euclides descreveu a compreensão científica³⁶⁷ da Amazônia – e implicitamente, o desenvolvimento da região – como uma

guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios.

Mas então não haverá segredos na própria natureza. **A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural...** (CUNHA, 2000, p. 344, *grifos nossos*).

A visão mais conflituosa e complexa de Euclides sobre a Amazônia é tributária de uma percepção histórica com grande carga dramática. No artigo “Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides”, Francisco Foot Hardman argumenta que apesar de Cunha ser bem conhecido marcado por um ideário cientificista de modernidade e progresso, sua obra também abarcou uma perspectiva menos triunfalista no que tocava a projetos do passado e do presente nacional (HARDMAN, 1996, 2008). Euclides via considerável parte das iniciativas modernizadoras públicas e privadas sob o signo do fracasso, da descontinuidade e da impotência humana:

a obra civilizatória, dado o eterno drama do choque de temporalidades culturais, significa, também, um processo irrefreável de fabricação de desertos. **A história desenha-se, afinal, nesse suceder de ruínas precoces, como narrativa materialmente dramática de brutalidades, o homem ainda não tendo se separado de todo dos intempestivos movimentos de certa desordem natural**, do movimento caótico e formidável dos elementos primitivos (*Ibidem*, p. 294, *grifos nossos*).

Esse movimento vacilante da História não estaria enterrado no passado nem prestes a dar lugar a futuro completamente inaudito, como Payró acreditava em relação à Patagônia. Era uma dinâmica que ainda infligiria muitos dos empreendimentos técnicos da época de Euclides, levando-os ao malogro. A ineficácia desses projetos era avaliada pelo ensaísta em relação ao objetivo de desenvolvimento e integração social e

³⁶⁷ A maior centralidade das preocupações científicas nos escritos de viagem de Euclides da Cunha em comparação com os de Payró não significa que elas estejam ausentes da obra do jornalista do *La Nación* e de seus contemporâneos platinos – muito pelo contrário, aliás. Contudo, o maior cientificismo euclidiano pode ser lido como sintoma da maior pujança dos referenciais cientificistas nas redes intelectuais brasileiras de fins do século XIX, postulados que Cunha manejou como poucos. Comparativamente, segundo José Luis Bendicho Beired, a tradição positivista brasileira usufruiu de maior longevidade do que a argentina (BEIRED, 1999, pp. 66-68). No Brasil, o cientificismo estruturou uma sólida corrente, que se estendeu até as décadas de 1930 e 1940 como um enérgico polo irradiador de ideias e movimentos políticos, inclusive no campo autoritário (*Ibidem, idem*).

geográfica nacional. Fora desses trilhos, os projetos, mesmo que com funcionamento tecnológico exitoso, falhariam em relação à missão de melhoramento da sociedade e de estabelecimento de um trato racional com a natureza e o território.

Veja-se por exemplo o já citado artigo “Ao longo de uma estrada”, em que o ensaísta criticou a maioria das ferrovias brasileiras por não conduzirem a um processo de povoamento e ocupação dos interiores nacionais³⁶⁸. Esse aspecto definiria

as anomalias de um desenvolvimento e de um progresso contestáveis. Reflete o vício de uma expansão em que não colaboram as forças profundas do país, porque vai da periferia para o centro, sobre não ter o caráter francamente nacional, a pouco e pouco extinto no vigor das correntes intensivas de imigrantes (CUNHA, 2014, p. 164).

Como indicado no capítulo passado, essa postura cética em relação a certas obras de engenharia não afastava a crença de Euclides na técnica como meio para a transformação do país. Apenas impunha a autoridades públicas e engenheiros o desafio de construir obras capazes de se atrelar bem às dinâmicas sociais e de vencer a força do tempo.

Fruto da efemeridade, as ruínas são um símbolo central desse entendimento euclidiano em relação à sua contemporaneidade e à História. A imagem, já presente em *Os Sertões* (MAILHE, 2010, pp. 38-41), é profusamente explorada nos textos amazônicos de Cunha (HARDMAN, 2005, pp. 120-124). Por exemplo, quando o autor remonta aos relatos de viagem do setecentista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) e suas observações em relação ao estado de uma construção pública em Barcelos, às margens do Rio Negro:

Já nos fins do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira, ao realizar a sua “viagem filosófica”, pela calha principal do grande rio, andara entre ruínas. Na vila de Barcelos, capital da circunscrição longínqua, **antolhara-se-lhe, tangível, a imagem do progresso tipicamente amazônico, naquele presuntuoso palácio das Demarcações – amplíssimo, monumental, imponente – e coberto de sapé! Era um símbolo. Tudo vacilante, efêmero, antinômico, na paragem estranha onde as próprias cidades são errantes, como os homens**, perpetuamente a mudarem de sítio, deslocando-se à medida que o chão lhes foge roído das correntezas, ou tombando nas “terras caídas” das barreiras... Vai-se de um a outro século na inaturalável mesmice de renitentes **tentativas abortadas**. As impressões dos mais lúcidos observadores não se alteram, **perpetuamente desinfluídas pelo espetáculo**

³⁶⁸ Crítica similar também é tecida em *Os Sertões*, a respeito de ferrovia que ligava o litoral e o interior baianos. Para o autor, ela não representava um verdadeiro avanço, uma vez que se limitava a repetir o traçado já percorrido pelos sertanistas: “O observador tem a impressão de seguir torneando a trancadura malgradada da borda de um planalto. Calca, de fato, entrada três vezes secular, historicamente vereda por onde avançaram os rudes sertanistas nas suas excursões para o interior. **Não a alteram nunca. Não a variou mais tarde, a civilização, justapondo aos rastros do bandeirante os trilhos de uma via férrea**” (CUNHA, 2016, p. 24, *grifos nossos*).

de um presente lastimável contraposto à ilusão de um passado grandioso (CUNHA, 2000, p. 124, *grifos nossos*).

Para Cunha, a percepção de decadência na História da Amazônia brasileira também seria recorrente no aspecto econômico. O autor relembra o lamento de Tenreiro Aranha (1798-1861), primeiro Presidente do Amazonas, que em 1852 – quando o território foi elevado à categoria de província – se referiu à decaída de diversas atividades produtivas, como a agricultura, a manufatura têxtil, de fiação e de anil e a construção civil e naval (*Ibidem*, pp. 124-125). Euclides se indigna contra tamanha “indiferença pecaminosa dos atributos superiores, esse sistemático renunciar de escrúpulos e esse coração leve para o erro são seculares (...) cenas de um dos maiores dramas da impiedade na História” (*Ibidem*, p. 125).

Essas impressões abrasivas não se circunscreviam à economia, uma vez que foram enunciadas em período de pleno ápice da borracha brasileira (PRADO; CAPELATO, 2006). A dureza do julgamento euclidiano, em um momento de euforia das elites manauaras e paraenses, se explicava pelo viés não economicista do escritor. Em Euclides, a imagem de ruínia englobava aspectos ecológicos e sociais. Sua crítica à ruínia foi direcionada não apenas à Amazônia da segunda mais exportada *commodity* brasileira da época, como também às fazendas produtoras da primeira colocada: o café.

No texto “Fazedores de desertos”, de 1901, Cunha fez incisiva crítica à degradação ambiental da cafeicultura paulista e suas terras arrasadas por práticas corrosivas como as queimadas:

É natural o fenômeno. Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática. (...) **Temos sido um agente geológico nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia. Persistimos na tendência primitiva e bárbara**, plantando e talando. (...) E prolongamos ao nosso tempo esse longo traço demolidor, que vimos no passado. (CUNHA, 2014, pp. 134-136, *grifos nossos*).

Ainda que esse fenômeno tenha trazido grave empobrecimento para a região do Vale do Paraíba³⁶⁹, seu maior impacto, para Euclides, incidiu sobre o aspecto social e

³⁶⁹ As repercussões socioeconômicas do processo, engendrado pela cafeicultura, de esgotamento do solo e arrasamento da vegetação – um dos fatores do declínio econômico do Vale do Paraíba – são descritas por Euclides no artigo “Entre as ruínas”, de 1904, que aborda a desolação das cidades cafeeiras da região: “Sucedem-se choupanas pobres, em ruínas umas – tetos de sapé caídos sobre montes de terras e paus roliços –; habitadas, outras, centralizando exíguas roças maltratadas, à beira dos córregos apaulados, onde os lírios selvagens derramam, no perfume insidioso, o filtro das maleitas” (CUNHA, 2014, p. 140). Segundo Foot Hardman (1996, p. 297), esse texto e o artigo “Fazedores de desertos” podem ter tido um

ambiental. A expansão das lavouras de café para novas regiões do Estado, como o Oeste Paulista, poderia compensar ou até majorar o enriquecimento dos cafezais perdidos na região do Vale; o dano ao ambiente seria irreversível.

Mais trágica ainda seria a repetição de uma lógica econômica predatória em outros lugares do Brasil. Era o que estava acontecendo na Amazônia, onde a economia do látex maximizava uma tendência de nomadismo e errância já presente na região há séculos (HARDMAN, 1996, p. 295; CUNHA, 2000, p. 126, p. 151, p. 196, p. 314). Além disso, na Floresta, o enriquecimento oriundo do caucho estava associado ainda à reiteração da violência contra os povos indígenas. À distinção da Patagônia, onde o massacre contra os ameríndios era visto por Payró como um processo encerrado, na Amazônia Ocidental, o etnocídio amazônico não podia ser dissociado do presente. Cunha descreve o procedimento dos caucheiros com as seguintes palavras:

abrindo a tiros de carabinas e a golpes de machetes novas veredas a seus itinerários revoltos, e desvendando outras paragens ignoradas, onde deixariam, como ali haviam deixado, no desabamento dos casebres ou **na figura lastimável do aborígene sacrificado, os únicos frutos de suas lides tumultuárias, de construtores de ruínas** (*Ibidem*, p. 171, *grifos nossos*).

Em síntese, a futura civilização que Euclides queria na Amazônia tinha o desafio de se erigir em meio a ruínas metafóricas e literais, produzidas no passado e no presente. O passado legara uma série de projetos oficiais e privados malogrados, insistente lembrança da dificuldade de fixação, adaptação e manutenção de construções na região. No presente, o predomínio do extrativismo acarretava destruição natural e humana, sem edificar sociedades sedentarizadas, com força própria. Diferentemente de Payró, que pensava seu projeto patagônico como naturalmente impulsionado pela pujança econômica britânica da época, Cunha sabia que, para ter sucesso, seu plano para a Amazônia tinha que ir contra a corrente das tendências socioeconômicas da região. Como resultado, surgiam maiores dúvidas no brasileiro.

Por sua descrença no enriquecimento a todo custo, podemos inferir que, para o autor, seriam um tanto risíveis os arroubos imaginados pelo cearense Franklin Távora (1842-1888) para a Amazônia, expostos no romance *O Cabeleira* (1876). A região é a mesma, mas a ótica é inteiramente diferente:

Que não seria deste mundo — pensei eu, descendo das eminências da contemplação às planícies do positivismo —, **se nestas margens se sentassem cidades**; se a agricultura liberalizasse nestas planícies os seus

papel categórico na formação do imaginário de escritores que também escreveriam sobre o Vale do Paraíba empobrecido: Monteiro Lobato, autor de *Cidades mortas*, de 1919 e Godofredo Rangel (1884-1951), romancista de *Vida ociosa*, de 1920.

tesouros; se as fábricas enchessem os ares com seu fumo, e neles repercutisse o ruído de suas máquinas? Desta beleza, ora a modo de estática, ora violenta, que fontes de renda não havia de rebentar? Mobilizados os capitais e o crédito; animados os mercados agrícolas, industriais, artísticos, veríamos aqui a cada passo uma Manchester ou uma Nova York. A praça, o armazém, o entreposto, ocupariam a margem, hoje nua e solitária, o cômodo sem vida e sem promessa; o arado percorreria a região que de presente pertence à floresta escura. (...) O trabalho, o capital, a economia, a fartura, a riqueza, agentes indispensáveis da civilização e grandeza dos povos, teriam lugar eminente nesta imensidade onde vemos unicamente águas, ilhas, planícies, seringais sem-fim (TÁVORA, S/D, pp. 13-14 *apud* MURARI, 2014, p. 57, *grifos nossos*).

Essa visão era ingênua por supor factível uma transformação completa e instantânea da região e por desconhecer as particularidades geográficas da Amazônia. Era também pernicioso ao pregar a devastação da selva em prol de um crescimento econômico imediatista, impossível de ser materializado e mantido. Derrubar as matas para tentar construir do nada grandes fábricas era um disparate inconsequente, condenado ao desmoronamento. Incurreria também numa descaracterização daquela área geográfica, comprometendo a preservação do meio amazônico e a capacidade de adaptação humana a ele.

Ficaria completamente impedida a expectativa de integração, dificultosa que fosse, entre população e território, como desejado por Euclides da Cunha. A perspectiva apresentada no romance *O Cabeleira*, por seu economicismo e caráter utópico (MURARI, 2014), se aproximaria mais do projeto de Payró do que o de Cunha. Ainda, é claro, que o argentino não fosse tão exagerado, projetando para a Patagônia um caráter eminentemente rural, sem ter a pretensão de grande degradação ecológica da região ou de nela implantar uma industrialização dirigida.

A presença da imagem da ruína permite ver um ponto de contato entre Euclides e Domingo Faustino Sarmiento, que também dela se valeu em *Facundo*, para caracterizar a suposta aniquilação causada por caudilhos apoiadores de Juan Manuel de Rosas em cidades como Santa Fe, Santiago del Estero, San Luis y La Rioja (SARMIENTO, 1985, p. 69). Sarmiento menciona a obra do Conde de Volney (1757-1820), autor de *As ruínas de Palmira – meditação acerca da destruição dos impérios* (1791), para descrever os Pampas argentinos. Seriam lugares arruinados, análogos às paisagens do Oriente Médio depreciadas como “bárbaras” pelo imaginário orientalista europeu (*Ibidem*, pp. 26-27; HARDMAN, 1996, p. 296, p. 308; PRADO, 1999, pp. 173-174). O argentino também cita *Le Rhin* (1842), de Victor Hugo, autor central na

formação de Cunha, a propósito da analogia entre os *gauchos* pampeanos e os árabes pela dependência em relação à montaria (SARMIENTO, 1985, p. 58).

Todavia, a poética de ruínas de Euclides estava impregnada de maior pessimismo do que a tópica sarmientina da barbárie rosista. Em Sarmiento, a ideia de destruição, no caso das urbes comandadas pelos líderes federalistas se relaciona com “la ruina y decadencia de la civilización y los rápidos progresos que la barbarie hace en el interior” (*Ibidem*, p. 69). Cidades que seriam representantes da civilização no início do século XIX, antes da ascensão de Rosas, teriam sofrido um grande revés, abandonando uma vida urbana rica, deixando de ter escolas, igrejas conservadas, médicos, juízes e advogados (*Ibidem*, p. 70). Nesse caso, o arruinamento é causado por um agente externo às cidades em momento histórico circunscrito. Em oposição, na Amazônia de Euclides da Cunha é a própria tentativa de civilizar a região que, ao longo da História, fracassa e se reduz a ruínas³⁷⁰.

Em *Facundo*, há uma repulsa pelas ruínas, o que gerava um reforço da apologia da “civilização” e da corrente política dos *unitários*, arquirrivais de Rosas. Segundo Miriam Gárate, inexistente em Sarmiento sensibilidade ou preocupação em questionar os processos civilizadores (GÁRATE, 1995, pp. 173-174). Em compensação, nos anos finais de sua trajetória, Cunha teria procurado “reparar” os movimentos de integração territorial e exploração econômica nos interiores brasileiros, na “busca de uma equação satisfatória entre progresso e preservação” (*Ibidem*, p. 173).

Esse aspecto explica a maior moderação de Euclides no otimismo em relação à modernização e integração territorial da Amazônia e do Acre. O autor defende projetos com esse horizonte, mas reconhece as dificuldades que os cercavam no presente, bem como a memória das tentativas de desenvolvimento derrotadas na região. O viajante caracteriza a Amazônia como uma “miniatura trágica do caos” – em poema intitulado “Poema Rude” (HARDMAN, 1996, p. 305) – e como um “paraíso perdido”, dizeres que

³⁷⁰ Como na literatura europeia do século XIX, a imagem da ruína na obra amazônica de Cunha se liga a um “sentimento de angústia provocado pelos pensamentos evocados pelas ruínas, justamente porque eles induziam às reflexões sobre a impotência e as limitações humanas mediante a inevitável passagem do tempo e, enfim, diante da morte” (FRANCO, 2008, p. 233). Não obstante, há uma diferença. As ruínas gregas, romanas e germânicas, nos relatos de viajantes oitocentistas – como o da brasileira Nísia Floresta –, suscitam fascínio pelo engenho humano (*Ibidem*, p. 235). São percebidas como patrimônio de um passado admirável, tomado como evidência da “civilização” e da alegada superioridade do continente na época contemporânea (*Ibidem*, p. 245). Esse sentimento de orgulho inexistente em relação à imagem da ruína em Euclides. As ruínas da Amazônia e do Vale do Paraíba expressam um processo de arruinamento retroalimentado no presente, sinalizando um fracasso contínuo.

remetem à impotência humana diante de uma natureza considerada primal (PRATT, 1999) e por demais complexa.

Trata-se de gritante desigualdade com a euforia de Payró em relação ao porvir da Patagônia. Se nos escritos de Payró, o futuro patagônico era redentor – mesmo que não fosse imediato –, o porvir amazônico era muito mais incerto para Euclides. O processo modernizador da Amazônia, tendo que lutar contra a lógica extrativista lá preponderante, inexoravelmente viria a ser mais demorado e sujeito a intermitências.

5.5 Paisagens confrontantes: espetáculos de neve e gelo *versus* labirintos de rios e seringueiras

O hiato entre a prospectiva de futuro mais confiante de Payró no que reporta à Patagônia e a mais alarmada de Euclides sobre a Amazônia se projeta nas descrições de paisagens presentes em seus relatos de viagem. Essa correlação fica mais visível, no texto do autor argentino, na apreciação dos canais da Terra do Fogo, vistos de barco e, no caso do brasileiro, na caracterização de rios e seringais amazônicos.

Mais do que pequenas vilas como Trelew em Chubut ou os campos e bosques da Terra do Fogo, são os litorais e canais fueguinos³⁷¹ que recebem a maior atenção de Payró na descrição dos cenários naturais que observou em sua viagem de 1898. A eles o viajante dedicou todo um capítulo, intitulado “El triunfo del paisaje” (PAYRÓ, 1898, pp. 160-177). O escritor demonstrou verdadeiro fascínio pela paisagem, sublinhando os múltiplos matizes por ela incorporada, em diferentes momentos:

El paisaje es triunfal doquiera se tienda la vista, ya sea que produzca **impresiones de terror**, como una tierra estéril y maldita, **de ásperas y amenazadoras rocas**, ya se suavice, y hallando, sin embargo, contrastes rudos de color, aglomere la gran mancha blanca de la nieve con la sombra de las peñas y los verdes de los árboles, **ya se haga suave, blando, casi idílico** en alguna playita de cantos rodados en que va á morir mansamente la ola espumosa, coronada de árboles, alfombrada de yerbas y de flores, en que brillan los puntitos rojos de las frutillas silvestres, las perlas moradas, Casi negras del calafate, y la nota vibrante de las aljabas, de las violetas amarillas, esa extraña flor sin perfume de la Tierra del Fuego.... **A veces el panorama tiene una grandeza admirable, se hace majestuoso y sereno, con tal armonía, tal fusión de tintas, que trasladado al lienzo con toda ingenuidad, parecería una creación genial**, uno de esos cuadros en que los artistas enormes suelen sorprender y revelar el secreto de la Naturaleza (*Ibidem*, pp. 174-175, *grifos nossos*).

³⁷¹ A descrição dessas paisagens, em espaço fronteiro, abrange tanto o lado chileno como o argentino. Embora se centre no tema da Patagônia argentina, o entusiasmo de Payró também inclui a Patagônia chilena, a exemplo de sua tão elogiada cidade de Punta Arenas.

Esse grande poder estético fez Payró considerar a Patagônia e, sobretudo, a região do Estreito de Magalhães um “país de encanto y de ensueño” (*Ibidem*, p. 176). Essas regiões costeiras ofereciam paisagens mescladas e cambiantes, inspirando as mais diversas sensações e impressões, conforme a circunstância: melancolia, medo, admiração, serenidade, idílio e grandeza. Destarte, eram paisagens com significativo potencial para a contemplação deleitada.

Nesse sentido, Payró se valeu frequentemente do adjetivo “pitoresco” para descrevê-las. Em *La Australia argentina*, até mesmo *icebergs – témpanos de hielo* –, a princípio ameaçadores, têm seu perigo minimizado e são valorizados por sua carga pictórica, dando certo ânimo a um cenário visto como intocado da ação humana:

De vez en cuando veíase flotar en la superficie como blanco buque, algún pequeño témpano de hielo, desprendido de los ventisqueros [*montañas de neve*] cercanos. **Nunca son de gran tamaño, aun cuando abunden mucho en la estación avanzada. No es raro que sobre ellos se pose algún shag [*corvo-marinho-de-crista*], como una mancha de tinta en una superficie blanca, ni verlos repentinamente darse vuelta, carcomida su base por las aguas del canal, cuya temperatura es más elevada.** Marchan uno tras otro, arrastrados por la corriente en la misma dirección, ó se arremolinan y detienen en los remansos para derretirse lentamente junto á las peñas. Estos témpanos, al desprenderse de los ventisqueros, y caer al agua, suelen producir grandes olas que van á estrellarse contra las rocas de la costa y que pondrían en serio peligro á las embarcaciones que se hallaran en las cercanías. **Pero pocas veces se ve por allí otra embarcación que alguna piragua fueguina,** ó las goletas de Punta Arenas, que toman siempre el medio del canal, para evitar que una racha las lance contra la costa.

Al regreso, ya en otoño, vi **centenares de témpanos** que navegaban por el canal y siendo – aparte de las aves – **lo único animado de aquel paisaje ideal, al que sólo falta el movimiento de la vida humana,** para que su **pitoresco** deje de ser tan selvático y melancólico como es hoy en ciertos parajes. (*Ibidem*, p. 170, *grifos nossos*).

A presunção de isolamento naquele litoral é reforçada pelo trecho abaixo. Apesar de Payró reconhecer a presença indígena na região – o que ficaria mais explícito para o viajante com as informações que viria a recolher na Terra do Fogo –, a dimensão humana da paisagem é suavizada:

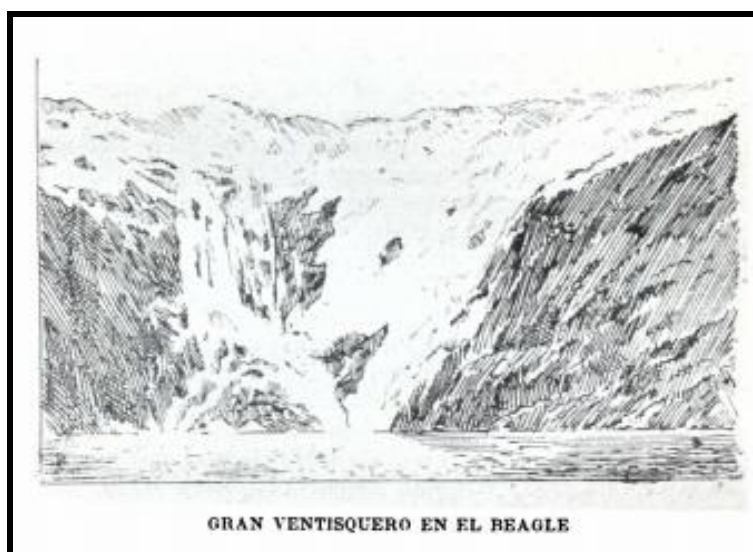
Ni aun pasaba por nuestra imaginación que sobre aquellos acantilados ó en aquellas playas, detrás de un tronco ó de una piedra, pudiera ocultarse alguno de esos indios fueguinos en cuyo detrimento se han forjado tantas leyendas, haciéndolos antropófagos, ladrones y asesinos por tendencia, leyendas que no se desvanecerán muy pronto, aunque ya se haya trabajado en ello (*Ibidem*, pp. 171-172).

Para o autor, a natureza ali reinava soberana e harmônica. Produzia verdadeiros *espetáculos*, maravilhosos, sublimes. O vocábulo é reiterado em diversas ocasiões³⁷² (*Ibidem*, p. 160, p. 247, p. 417), como na descrição de uma montanha de neve – um *ventisquero*:

De pronto nos sorprendió el **espectáculo** de uno de los ventisqueros, el primero que veíamos en los canales, y también uno de los más pequeños, cuya **nieve llegaba hasta el mar, con tonos azulados suaves y tenues, muy finos, que hacían resaltar más la blancura casi absoluta de la nieve en la cima, destacada á su vez sobre el fondo plumizo del cielo. Hermoso espectáculo**, que nos produjo profunda impresión, aunque entre nosotros fuéramos varios los que habíamos visto glaciares en los Andes. No es lo mismo encontrarlos en una grande altura, que verlos allí, al nivel del mar, **rodeados de vegetación, en medio de una temperatura agradable**, como de un día plácido de nuestra primavera, y donde parecería que la nieve no pudiera conservarse sino breves instantes. **Sorprende el espectáculo, cuya visión se conserva en la retina, y ha de conservarse largos años sin duda** (*Ibidem*, p. 172, *grifos nossos*).

³⁷² Outro trecho em que Payró caracteriza a paisagem do Sul da Patagônia como “espetáculo” cromático é o seguinte: “Aquí, la Isla Quemada, por cuyas grietas parece aún correr el humo, y cuyo desolado aspecto tiene algo de fantástico y teatral; allí un rincón de verdura en que crece el musgo amarillento junto á las gramíneas de un verde más intenso y vivo; allá una ensenadita de aguas especulares en que se retrataba la costa rígida, de líneas violentas; acullá la ligera ondulación de la corriente, en el canal... **Y todo esto móvil, envuelto en las gasas ligerísimas de una neblina apenas perceptible, esfumado en las lejanías como un sueño vago, con masas de nubes y claros de azul purísimo, algo semejante á las extrañas y efectistas creaciones de Gustavo Doré...** ¿Por qué no van allí los pintores argentinos? ¿Por qué no se inspiran en aquella **naturaleza salvaje, tan rica de color, tan variada y tan nueva? Ahí encontrarían tema para tantos paisajes, para tantas manchas admirables, como puede darlos la Suiza**” (PAYRÓ, 1898, pp. 167-168, *grifos nossos*).

Figura 2 – Gravura de *ventisquero* no Estreito de Beagle, reproduzida em *La Australia argentina*³⁷³



O caráter espetacular também é atribuído pelo viajante à paisagem do Estreito de Beagle, na passagem entre as porções argentina e chilena da Terra do Fogo, a respeito do fenômeno geológico da morena – arrastamento e depósito de sedimentos e rochas caídos de geleiras – lá ocorrido. Momentaneamente, o entorno deixaria de apresentar um semblante suave e passaria a ter tons assombrosos, produzindo outro tipo de espetáculo, um pouco atemorizante, mas igualmente vistoso:

– A veces, y desgraciadamente no lo he presenciado – **el espectáculo cambia, y en un rincón desolado, árido y triste, se ve bajar hacia el mar un río de piedras, visión cuasi diabólica que causa asombro mezclado á cierto terror.** Enormes piedras siembran un plano inclinado, como olas de un mar inmovilizado, hechizado de pronto. Se espera verlas derrumbarse de repente retumbando con sordo fragor al caer en el agua, y al mirarlas desde el barco en movimiento, parecen moverse ellas también. **Ideas de cataclismo sugiere el paisaje, y la mente se abisma buscándole causa.** Los sabios afirman que la Tierra del Fuego ha sido sacudida por grandes terremotos, y al contemplar su aspecto, no se duda de que las fuerzas de la Naturaleza hayan trabajado allí con extraño vigor, hasta con rabia (*Ibidem*, p. 174, *grifos nossos*).

Fosse plácida, reluzente, inspiradora ou aterrorizante, a paisagem do extremo Sul da América era pensada por Payró como particularmente propícia à fruição estética. A

³⁷³ Ver: PAYRÓ, 1898, p. 189. O livro não informa a autoria de nenhuma das gravuras. Não sabemos se foi Payró que as desenhou ou algum(a) artista que as elaborou livremente inspirado nos registros do viajante (PAYRÓ, 1898).

região não deveria ser objeto exclusivo de cientistas, administradores e jornalistas. Por sua combinação de cores, também deveria ser destino de pintores:

La palabra no puede dar ni pálido reflejo de la impresión producida por el múltiple **espectáculo** que ofrecen al viajero esos indescriptibles, esos maravillosos canales donde se unen las bellezas del trópico á los helados cuadros pelares, pasándose de unos á otros sin transición casi, como en un mágico diorama. **Hay que ceder el puesto á los pintores, invitarlos, incitarlos á que vayan á refrescar sus pinceles en aquel baño de hermosura y de grandeza, para dotar luego á nuestro país** de lienzos que sugieran al alma altos pensamientos, y **rindan culto á los tesoros naturales** que nos han cabido en suerte. De los pintores argentinos, sólo Malharro [*Martín Malharro (1865-1911), pintor impresionista argentino que visitou a Terra do Fogo no início da década de 1890, foi amigo de Payró e veio a trabalhar como ilustrador no La Nación*], en época lejana, cuando, iniciaba apenas su carrera, visitó aquellas regiones, que esperan desde **entonces al artista revelador de su belleza** (*Ibidem*, p. 177, *grifos nossos*).

O Sul da Patagônia é assim qualificado como lugar de beleza paradisíaca. Lugar que deveria ser celebrado pelas Artes Plásticas e do qual os argentinos deveriam se orgulhar e se apropriar³⁷⁴. Segundo Payró, as paisagens fueguinas não deveriam ser mais vistas como símbolo de uma excentricidade extraterritorial e fronteira, estranha, bárbara, como a Patagônia fora enxergada no contexto da “Conquista do Deserto”. As imagens patagônicas – tal como Payró ambiciosamente julgava tê-las revelado, ao menos no âmbito da Literatura – eram deslumbrantes e aprazíveis, prontas para serem admiradas por meio das telas, da fotografia e até mesmo do turismo:

Cuando aquello [*a região fueguina*] se conozca más, **es indudable que la fotografía comercialmente, y la pintura por la parte artística, se apoderarán de aquel tesoro** para no abandonarlo ya, como es fuera de duda que **no tardarán en fundarse en los canales, aprovechando los sitios más pintorescos, establecimientos de hospedaje** á que, en nuestro ardiente verano, acudirán á solazarse las personas que pueden huir de las ciudades, y que amen la naturaleza (*Ibidem*, pp. 168-169, *grifos nossos*).

O turismo motivado pela visita a ambientes de reputada “beleza natural” não era uma novidade no final do século XIX. Já ocorria há décadas e tinha como ícone as Cataratas do Niágara, na fronteira entre Estados Unidos e Canadá. No que se tornou um lugar comum literário (LUCIANI, 2020), viajantes relatavam sensações sublimes ao

³⁷⁴ Martín Servelli notou que desde meados da década de 1890, Payró vinha exortando os artistas argentinos a pintarem as paisagens nacionais: “Payró cubrió para *La Nación*, en carácter de crítico de arte, las sucesivas exposiciones anuales de pinturas y dibujos que realizó el Ateneo en 1894, 1895 y 1896. De antemano, se declaró ignorante en la materia y apeló al sentimiento y la impresión como motores de su maleable prosa periodística (...) Pero más allá de estas consideraciones, Payró efectivamente tenía en claro una demanda [*a representação das paisagens das diversas regiões argentinas*] para los pintores del salón, acerca de los asuntos representados en sus obras. (...) A la luz de estas observaciones cobra otra dimensión la representación literaria de los paisajes fueguinos en *La Australia argentina*” (SERVELLI, 2014, p. 224).

observá-las, manifestando um olhar romântico sobre a natureza (FRANCO, 2018, p. 182). Foi o caso de Domingo Faustino Sarmiento, que visitou as cataratas nos anos 1840 e por elas se encantou (*Ibidem, idem*). As águas de Niagara Falls também foram admiradas pelo chileno Alberto Blest Gana (1830-1920) e pelo cubano José María Heredia (1803-1839), que lhes dedicou versos (HEREDIA, 2004, pp. 158-163; BLEST GANA, 1867).

A ideia de Payró que os canais da Terra do Fogo poderiam se tornar uma atração turística por suas qualidades visuais não era absurda. Charles Darwin, que viajou pela localidade a bordo do Beagle na década de 1830, comparou o impacto visual das geleiras do Monte Sarmiento, na Terra do Fogo chilena, ao causado pelas Cataratas do Niágara (DARWIN, 2001, p. 243).

La Australia argentina cita tal trecho de Darwin, dando solidez ao seu louvor estético à região: “Varios ventisqueros descenden serpenteando (...) **pueden compararse á inmensos Niágaras congelados**, y esas cataratas de hielo azul son quizá tan bellas como las cataratas de agua corriente” (PAYRÓ, 1898, p. 177, *grifos nossos*; DARWIN, 2001, p. 243). A avaliação do naturalista britânico tinha sua relevância, dado que ele não apreciara em nada a vista de “Puerto Hambre” no Estreito de Magalhães (*Ibidem*, p. 240).

Vê-se que Payró procurou enaltecer a Patagônia no plano estético tanto quanto no plano socioeconômico. Se na esfera política o ensaísta sustentava a autonomia administrativa e econômica da região do resto da Argentina, no domínio das artes, defendia sua plena integração no imaginário nacional, a fim de valorizá-la. Como se nota no excerto acima, o elogio estético à natureza da Terra do Fogo é tal que o autor recomenda que a ilha seja destino de veraneio das elites argentinas. Local que há pouquíssimos anos havia sido palco de ferozes ataques e batalhas contra os indígenas!

Como bem recorda Maria Ligia Prado no texto “Natureza e identidade nacional nas Américas”, as representações da natureza “são carregadas de idéias que produzem imagens e símbolos, contribuindo para compor o imaginário de uma sociedade” (PRADO, 1999, p. 197). No caso das caracterizações de Payró sobre o litoral fueguino, abundam a empolgação e a percepção de grandeza com que o autor via na Patagônia. Pode-se até comparar essa visão com as pinturas da chamada “Escola do Rio Hudson”, que cultuou a grandiosidade, a beleza e a originalidade de paisagens naturais dos Estados Unidos da América, transmitindo a ideia de um futuro próspero para a nação (*Ibidem*, pp. 186-205; JUNQUEIRA, 2000).

O pretense destino esperançoso dos torrões patagônicos também pode ser intuído no texto de Payró quando é relatado um episódio sucedido na Isla de los Estados. Alguns de seus anfitriões, como o capitão Luis Demartini, recém nomeado *subprefecto* naval da ilha, excursionaram à costa Nordeste dela. Payró não participou da excursão. Na volta, foi surpreendido com a homenagem feita pelo grupo com o batismo de uma enseada da ilha:

[*Demartini*] **había visitado una gran ensenada todavía sin nombre**, seguro fondeadero, **rodeado de altas rocas, con algunas playitas accesibles, al abrigo de los fuertes vientos dominantes**. La ensenada en cuestión está junto á la punta que termina al este de la bahía de San Juan, y es una de las mayores bellezas naturales de aquellos contornos, que las tienen en tan crecido número. El amable subprefecto terminó su entusiasta relato, diciéndome:

– **Todos los que visitamos la ensenada, hemos convenido en darle el nombre de *La Nación*** (...).

(...) [L]a ensenada comenzó a llamarse “de *La Nación*”, nombre que sancionará ó no sancionará la costumbre – ley en tales casos – ¡vaya usted á saberlo! (PAYRÓ, 1898, pp. 406-407)

A associação de uma paisagem descrita de modo simpático – enseada segura, com rochas elevadas, praias acessíveis e protetoras –, com o importante diário da capital conferia uma impressão de grandiosidade e valor a uma parte ainda sequer devidamente explorada da Patagônia. Não houvesse a identificação positiva com a referida enseada, a homenagem seria um acinte.

Figura 3 – Gravura de penha na enseada “La Nación”, reproduzida em *La Australia argentina*³⁷⁵



Por todo o exposto, a representação de Roberto Payró da natureza fueguina é vivamente elogiosa e consagradora, o que se relaciona com seu ânimo em relação a um próspero futuro patagônico. Em contraponto, muitas das caracterizações de Euclides da Cunha das paisagens amazônicas remetem a percepções de desconforto e desnortamento, o que já sugere a perspectiva mais desassossegada do autor brasileiro em relação à região. Recusando a tópica da “beleza natural”, pela qual o argentino descreveu o Sul da Patagônia, Euclides apresentou a Amazônia como ambiente tenso, complexo e labiríntico. Seria um espaço inadequado para a contemplação passiva, na medida em que demandava muitos esforços humanos para desvendá-lo e trabalhá-lo.

A recusa euclidiana ao encantamento estético com o extremo Norte brasileiro já se demarca em suas observações sobre o Rio Amazonas, em “Impressões Gerais”, que abre a seção de textos amazônicos de *À margem da História*. “Ao revés da admiração ou do entusiasmo” (CUNHA, 2000, p. 115), o autor se diz decepcionado com o efeito estético da paisagem do rio, recusando um “lirismo patriótico” (*Ibidem*, p. 121), como mencionamos anteriormente. No mesmo texto, Cunha, referindo-se a lendas como a presença de guerreiras amazonas e do Eldorado na região (*Ibidem*, p. 117), critica visões “fantasiosas” sobre a Amazônia:

Parece que ali a importância dos problemas implica o discurso vagaroso das análises: às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As

³⁷⁵ Ver: PAYRÓ, 1898, p. 406.

verdades desfecham em hipérboles. E figura-se alguma vez em idealizar aforrado o que ressaí nos elementos tangíveis da realidade surpreendedora, por maneira **que o sonhador mais desinsofrido se encontre bem, na parceria dos sábios deslumbrados** (*Ibidem*, p. 118, *grifos nossos*).

É verdade que Euclides também abusa das hipérboles e de tintas carregadas para descrever a Amazônia. Entretanto, na perspectiva do autor, essa utilização estaria vinculada às descrições de objetos científicos, sejam naturais – como a Hidrografia –, sejam sociais – as condições de vida dos extrativistas. Por um conjunto de aspectos estilísticos abordados no **Capítulo 2**, diferentemente de Payró, Cunha em poucos momentos se permite tratar do cenário da região por seus aspectos puramente estéticos, ainda que suas caracterizações da Amazônia tenham grande força imagética. Os retratos do ambiente feitos por ele tendem a estar ligados a um propósito de desvendamento daquelas paragens pela via do ensaísmo.

Para Euclides, uma ideia-chave que explica em grande medida a dinâmica natural da Amazônia é a da aparência de desordem. Explica Luciana Murari, estudiosa do autor:

Euclides da Cunha não vê na Amazônia **qualquer princípio organizador de sua diversidade de aspectos**, de maneira que ela restava impenetrável do ponto de vista cognitivo. Ou seja, na falta de um conhecimento básico sobre a região, tudo o que se escrevia sobre ela teria o carimbo da desordem, da perturbação dos sentidos, da ausência de conexão entre os aspectos naturais no sentido de sua incorporação a um projeto nacional. (...) **Afinal, não havia sido possível a ele [Euclides da Cunha] compreender a Amazônia partindo do ponto de vista estético** e, apenas depois da leitura da monografia do botânico Jacques Huber [(1867-1914), *botânico suíço que trabalhou no Museu de História Natural e de Etnografia de Belém do Pará*], ele havia sido capaz de encontrar os princípios ordenadores que faziam dela um cenário admirável. **Apenas o rigorismo dos números, das fórmulas, dos achados técnicos, havia sido capaz de despertar no escritor entusiasmo frente a uma paisagem tão diversa que não se deixava enquadrar nos modelos habituais do sublime paisagístico** (MURARI, 2014, p. 60, *grifos nossos*).

A olhos nus, a região era enigmática e avassaladora, para Cunha. Em carta ao deputado federal Artur Lemos, ele definiu a Amazônia como “uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas; é um infinito que deve ser dosado. Quem terá envergadura para tanto? Por mim não a terei” (CUNHA, 2000, pp. 344-345).

Somente a ciência poderia deslindar a complexidade amazônica. Mas, mesmo a análise científica encontrava obstáculos para tentar compreender a região, pois o espaço “esconde-se em si mesmo” (*Ibidem*, p. 344):

A inconstância tumultuária do rio retrata-se ademais nas suas curvas infundáveis, desesperadamente enleadas, recordando o roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à ventura em repentinos atalhos. (...) [S]empre **desordenado, e revoltado, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios** – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomençar perpetuamente um quadro indefinido... (*Ibidem*, p. 123, *grifos nossos*)

Em dissonância com a Patagônia de Payró, a paisagem fluvial amazônica tal como descrita por Euclides não é convidativa à observação livre, desinteressada e prazerosa. Sua enormidade e seus metamorfismos exigiam uma observação árdua, inapropriada para o apaziguamento e o desfrute visados pelo turismo. Aliás, Mário de Andrade relativizará essa concepção ao fazer uma excursão de lazer pelo Rio Amazonas em 1927 e dar ao seu diário de viagem o título de *O Turista Aprendiz* (ANDRADE, 2015; MAILHE, 2004, pp. 47-48).

O cunho traiçoeiro (CUNHA, 2000, p. 344) e labiríntico dos rios amazônicos é abaixo descrito por Euclides:

No Amazonas, em geral, sucede isto: o **observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado**, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos **horizontes vazios** (*Ibidem*, p. 126, *grifos nossos*).

Um labirinto não é um lugar de contemplação descompromissada. É um espaço que impõe ao humano a desesperadora luta contra a prisão, o isolamento e a imobilidade. A metáfora do labirinto também se fez central na caracterização euclidiana de um ambiente social na Amazônia: os seringais. Seu processo de abertura é abordado por Cunha da seguinte forma, no artigo “Entre os seringais”:

Perdido na mata exuberante e farta, com o intento exclusivo de explorar a hevea apetecida, o seringueiro compreende, de pronto, que a sua atividade se debaterá inútil na inextricável trama das folhagens, se não vingar norteá-la em roteiros seguros, normalizando-lhe o esforço e ritmando-lhe o trabalho tão aparentemente desordenado e rude. É-lhe, ademais, indispensável que os seus numerosos camaradas, fregueses ou aviados, **destinados a agirem isoladamente, não se embaralhem, às tontas, iludidos pelos desvios da floresta** (*Ibidem*, p. 333, *grifos nossos*).

As paisagens seringueiras de Euclides se diferem das patagônicas de Payró por serem mais tensas, perturbadoras, desencantadas, hostis. Também se diferenciam por serem enfatizadas como palco de sofrimentos humanos. O litoral fueguino apresentado pelo argentino seduz pela impressão de solidão e isolamento humano que sua vista

incita. Apenas quando de sua escrita, Payró parece recordar que aqueles lugares podiam estar habitados por indígenas, não no momento de sua contemplação. Em contraste, Cunha incorpora a perspectiva de pessoas que vivem e labutam nos seringais para descrevê-los. Em oposição à percepção do sublime estimulada pelo aparente “vazio” da paisagem da região magalhânica, para Euclides, os ambientes amazônicos punham forçosamente o observador em contato com dramas humanos, dificultando qualquer espécie de enlevo.

Em outra passagem de “Entre os seringais”, é denunciado o “aprisionamento” vivido por trabalhadores extrativistas, “eterno hóspede dentro da própria casa” (*Ibidem*, p. 129), premidos entre uma natureza assustadora e o jugo de seus patrões:

É a imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada que moureja naquelas paragens. O cearense aventureiro ali chega numa desapoderada ansiedade de fortuna; e depois de uma breve aprendizagem em que passa de brabo a manso, consoante a gíria dos seringais (o que significa o passar das miragens que o estonteavam para a apatia de um vencido ante a realidade inexorável) – ergue a cabana de paxiúba à ourela mal destocada de um igarapé pinturesco, **ou mais para o centro numa clareira que a mata ameaçadora constringe, e longe do barracão senhoril, onde o seringueiro opulento estadeia o parasitismo farto, pressente que nunca mais se livrará da estrada que o enlaça, e que vai pisar durante a vida inteira,** indo e vindo, a girar estonteadamente no monstruoso círculo vicioso de sua faina fatigante e estéril (*Ibidem*, p. 335, *grifos nossos*).

À luz desse aspecto degradante, dificilmente Euclides admitiria que um seringal e seus barracões fossem batizados de “Itamaraty”, em homenagem ao egrégio Ministério das Relações Exteriores, que enviara o escritor ao Norte do país. A postura se distingue da de Payró, que considerou uma honraria a atribuição do nome de “*La Nación*” a uma enseada da Isla de los Estados. O autor comenta até que Demartini e seus colegas propuseram batizar uma ponta entre a enseada “*La Nación*” e uma baía com o sobrenome Payró, o que foi recusado pelo escritor como uma homenagem imerecida e excessiva (PAYRÓ, 1898, pp. 406-407).

Por conseguinte, o retrato das paisagens por parte dos dois viajantes pode ser lido para além do descrever de impressões visuais imediatas. Constituiu refinado expediente de exteriorização do maior arrebatamento por parte do argentino e da maior consternação do brasileiro em relação aos espaços a que viajaram – como recorda Simon Schama, a apreciação da paisagem é profícua para a expressão de valorações sociais e culturais (SCHAMA, 2009). As espetaculares neves e *icebergs* de Payró e os seringais e rios agonísticos de Cunha aparecem como índices das diferentes expectativas dos autores sobre a Patagônia e a Amazônia. Projeções que foram em muito

dissimilares, da mesma foram as proposições políticas do brasileiro e do argentino estudadas nesta seção.

Considerações finais

Se hace camino al escribir

Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás das florestas,
com a água dos rios no meio,
o Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.

(...) Cada brasileiro terá sua casa
com fogão e aquecedor elétricos, piscina,
salão para conferências científicas.
E cuidaremos do Estado Técnico.

Precisamos louvar o Brasil.
Não é só um país sem igual.
Nossas revoluções são bem maiores
do que quaisquer outras; nossos erros também.
E nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...
os Amazonas inenarráveis... os incríveis João-Pessoas...

Precisamos adorar o Brasil!
Se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens,
por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão
de seus sofrimentos.

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros? (...)

(Carlos Drummond de Andrade, “Hino Nacional”, *Brejo das Almas*)

1. Payró e Euclides: “polemistas”, “professores” e “profetas”

Na Introdução deste trabalho, comentamos que, em diferentes eras e lugares, a ideia da viagem tem sido prolífica para simbolismos e reflexões sobre o ser humano.

Uma delas, do navegante Amyr Klink (1955-), é bastante conhecida no Brasil:

Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. (...) Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não

simplesmente como é ou pode ser. Que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver (KLINK, 2000).

Euclides da Cunha e Roberto Jorge Payró foram pessoas que, como preconizado por Klink, viajaram. Sim, viajaram por deveres profissionais, a cargo do *Estadão*, do Itamaraty e do *La Nación*. Mas também por inquietações políticas, intelectuais e, quem sabe, existenciais. Fascinou-os a possibilidade de tomar contato com realidades outras dentro de seus próprios países.

De fato, os dois intelectuais da *Belle Époque* aprenderam muito na Patagônia e na Amazônia, obtendo informações, observando as paisagens e as sociedades locais, verificando suas agruras e potenciais. A experiência da viagem moldou decisivamente os diagnósticos dos autores sobre as regiões visitadas e transformou algumas visões pré-concebidas que tinham sobre elas. Por exemplo, Cunha em *Os Sertões* afirmava que “o calor úmido das paragens amazonenses (...) deprime e exaure” (CUNHA, 2016, p. 86). Após sua expedição ao Acre, ele passou a minimizar a pretensa impiedade do clima local. Viajou e aprendeu.

Porém, há um aspecto em que Euclides e Payró não se encaixam no modelo de viajante imaginado por Klink³⁷⁶. Como acreditamos ter demonstrado nos capítulos percorridos, os dois ensaístas se afastaram de um ideal de viajante humilde, que quer “simplesmente ir ver” (KLINK, 2000). Suas viagens foram ambiciosas: arrogaram-se o propósito de direcionar o debate público sobre o Acre e a Costa Sul argentina e de disseminar plataformas políticas para a administração desses espaços.

O viajante de que fala Amyr Klink viaja para atravessar uma transformação *íntima*. Payró e Cunha, antes de tudo, viajaram pensando em transformar realidades *sociais* e projetar suas vozes em uma arena pública *política*. Realmente, Payró e Cunha não pretenderam ser “professores e doutores” das regiões que não viram. Contudo, uma vez tendo visitado a Amazônia e a Patagônia e refletido sobre elas em seus escritos, assumiram e reivindicaram esses papéis no que dizia respeito aos assuntos desses territórios.

Os relatos dos dois “viajantes intelectuais” aclaram exemplarmente a construção de autoridades discursivas no ensaísmo latino-americano do século XIX (COLOMBI,

³⁷⁶ Abordagens mais similares à proposta por Amyr Klink são encontradas na literatura de viagem contemporânea. Para citar relatos sobre a Patagônia e o Purus, podem ser lembrados o livro *Na Patagônia*, do viajante inglês Bruce Chatwin (2006) e o capítulo “Viagem ao Mapiá”, da obra *Queda livre*, escrita pelo jornalista Otavio Frias Filho (2003).

2004). Segundo Beatriz Colombi, três foram os principais tipos de representação que os ensaístas hispano-americanos oitocentistas fizeram de si mesmos: a do “polemista”, que escreve contra determinado fenômeno social ou político; a do “professor” – *maestro* –, que detém e transmite um conhecimento especializado; e a do “profeta”, que antevê um futuro político (COLOMBI, 2008, pp. 7-11). Os escritos de Euclides e Payró perpassam por inteiro essa tríade de figuras.

A combatividade, intrínseca à redação de um *polemista*, está evidente em Payró em sua pregação crítica às políticas da República Argentina para a Costa Sul e àqueles *gobernadores* dos territórios patagônicos considerados como maus gestores. Como *professor*, o jornalista busca ensinar os leitores da realidade social da Patagônia, combinando dados econômicos e geográficos com descrições *costumbristas* dos povoados e das paisagens locais. Payró também se apresenta como *professor* ao discorrer sobre o Oeste dos Estados Unidos, a África do Sul, as Malvinas e o porto chileno de Punta Arenas. A partir desses exemplos e considerando o crescimento da economia agropecuária argentina no cenário internacional, o escritor prediz, como *profeta*, um futuro extremamente próspero na Patagônia e, quiçá, com uma melhor divisão de terras estruturada em torno de pequenos *farmers*. A imagem da “Austrália argentina” é emblema dessa predição otimista³⁷⁷.

A despeito de Colombi ter formulado as três categorias de discursos ensaísticos para a América Hispânica, elas também se acomodam ao Euclides da Cunha do alvorecer do século XX. Euclides é *polemista* em seus ensaios amazônicos ao impugnar as reivindicações territoriais peruanas, ao denunciar a violência dos caucheiros contra indígenas e a exploração dos seringueiros brasileiros por seus patrões. É *polemista*, ainda, quando critica, apesar de menos incisivamente que Payró, o descaso das autoridades públicas em relação à administração do Acre. Cunha é *professor* ao ostentar conhecimento de toda uma tradição de relatos de viagem sobre a Amazônia e ao julgar como pioneira a sua análise social e natural da região, ambicionando alcançar originalidade análoga à de *Os Sertões*. É também professoral ao se considerar iniciador de um estilo de representação literária regional que, nas suas palavras, teria em Alberto Rangel um pupilo. Por fim, o ensaísta é *profeta* ao prever a relevância do espaço

³⁷⁷ Segundo Colombi, como “profeta”, o ensaísta hispano-americano oitocentista “trabaja con anticipaciones y bosquejos del futuro, proponiendo fórmulas que resuenen como emblemas del porvenir. Por eso las formas tradicionalmente asociadas a la transmisión del saber, como la máxima, el aforismo o la sentencia son habituales en su discurso” (COLOMBI, 2008, p. 8).

amazônico na Geopolítica sul-americana e mundial e ao pressagiar as dificuldades de sua integração territorial com o resto do Brasil.

Não à toa Cunha e Payró partilharam essas três figurações de *polemista*, *professor* e *profeta* em seus textos de viagem. A postura se explica pelo fato de os autores terem escrito em um período histórico de efervescência das imprensas paulistana, carioca e portenha. O brasileiro foi fiel colaborador de *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio*, da revista *Kosmos* e o argentino, dos jornais *La Nación* e *La Vanguardia*. Nas publicações das três metrópoles, os ensaísmo assumia grande relevância, veiculando as palavras de “homens de letras” que, além de uma escrita literária, passaram a oferecer também conhecimentos considerados como mais especializados (EULÁLIO, 1989): de História, Sociologia, Antropologia, Geografia e de ciências naturais, mirando-se no mercado. Como “viajantes intelectuais”, conforme mostrado no **Capítulo 1**, Euclides e Payró não podiam desprezar esses instrumentos analíticos em voga.

2. Pensar a Argentina por meio da Patagônia e o Brasil por meio da Amazônia

Esses recursos também se mostravam como oportunos para o exame da tortuosa e cambiante realidade social de suas nações. Ambas haviam passado por recentes momentos de ebulição política. Nos anos que precederam a publicação de *La Australia argentina*, o país platino assistiu à Revolução do Parque (1890), à crise do Roquismo, à ascensão da Unión Cívica, ao despontar do Socialismo (ROCK, 2001) e aos prenúncios de movimentos anarquistas (PEREZ, 2006, p. 192). O Brasil da época da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus estava às voltas com a Revolta da Vacina (1904), tendo a lembrança do tumultuoso decênio de 1890 marcado pela Guerra de Canudos (1896-1897) que Cunha testemunhou. De acordo com Alexandre Eulálio, o principiar da República, “com os naturais desajustes que a mudança de regime acarretara (...), havia exigido de todo o Brasil pensante uma imediata tomada de posição diante de nossas coisas” (EULÁLIO, 1989, p. 41).

Agregavam-se a esses cenários agitados as disputas internacionais entre brasileiros e peruanos pela Amazônia Ocidental e entre argentinos e chilenos pela Patagônia. Ocupando-se desses territórios em seus textos, Cunha e Payró perfilaram-se em uma das frentes mais importantes encaradas por seus países à época. Vencer os impasses diplomáticos e preservar os domínios acreanos era mais uma das dificuldades

experienciadas pelo Brasil de 1904. Pode-se dizer algo semelhante da Argentina de 1898 em face de suas possessões patagônicas ameaçadas pelo litígio com o Chile.

Entretanto, longe de serem um ônus, a Amazônia brasileira e a Patagônia argentina também inspiravam esperanças para seus países. Em meio ao impulso de expansão territorial de impérios e nações no entresséculos, a possibilidade de aproveitamento econômico e social de espaços como o Acre e o Sul argentino proporcionava uma expectativa de engrandecimento nacional: maiores ganhos materiais, maior aproveitamento de terras e recursos naturais, novas paisagens, novos lugares para a população se espriar, novas posições estratégicas na geografia sul-americana.

Para concretizar o usufruto das possibilidades amazônicas e patagônicas, uma série de medidas se fazia necessária, a fim de estabelecer a integração geográfica das regiões com os polos mais centrais de seus países. Payró e Euclides se pormenorizaram nessa questão, evocando toda uma gramática tecnológica modernizadora, simbólica do primado da Segunda Revolução Industrial: ferrovias, telégrafos, navegação a vapor. Também trataram dos processos de povoamento que deveriam ocorrer no Acre e na Costa Sul argentina, remontando a exemplos de experiências migratórias internacionais, dentro de países como os Estados Unidos, e entre metrópole e colônias, dentro de impérios como o Francês e o Britânico no século XIX.

Toda a escrita dos relatos do jornalista bonaerense e do funcionário de Rio Branco vai no sentido de planejar e viabilizar o desenvolvimento das regiões a que viajaram, superando a penúria e o desamparo de suas gentes. Essa visão estratégica permeia as representações elaboradas pelos autores sobre a Amazônia e a Patagônia. De tal sorte, conforme demonstrado no **Capítulo 2** desta dissertação, Payró e Euclides esgrimiram contra diversos estereótipos pejorativos sobre essas áreas, relativizando-os e enaltecendo o que elas tinham a oferecer.

Como se pode deprender, são muitos os paralelos entre o Cunha amazônico e o Payró patagônico. Malgrado tenham escrito em línguas diferentes e estilos bem distintos – vide a análise feita no segundo capítulo –, os pontos de contato entre os autores são extremamente significativos. O enfoque comparativo utilizado nesta pesquisa nos permite afirmar, validando uma hipótese inicial, que as similitudes entre a Euclides e Payró não são nada casuais. Subjazem a elas uma identidade profunda entre as conjunturas sociais e geopolíticas de Brasil e Argentina na *Belle Époque*.

Decerto, a Amazônia, por sua imensidão territorial e pelos esforços colonizadores portugueses, não foi alvo de um processo de destruição e ocupação militar tão súbito e abrangente como a Patagônia foi na “Conquista do Deserto”. Também em diferença, na década de 1890 a Argentina perpassou com o Chile uma disputa fronteira bem menos custosa e dramática do que a travada pelo Brasil, poucos anos depois, primeiro com a Bolívia e em seguida com a República Peruana.

A despeito das circunstâncias de cada país, os problemas patagônicos e amazônidas enfrentados pelos relatos de Payró e Euclides sobressaem, em sua maior parte, pela parecença: a irracionalidade no aproveitamento da terra; a pobreza dos povoadores locais; sua luta pela sobrevivência; o isolamento por eles vivido; a precariedade dos fluxos de transporte encarregados de ligar a região com outras; a falta de vigência das leis e a ausência quase completa de instituições públicas de justiça, ensino, saúde ou infraestrutura.

Tais dificuldades advinham do então recente processo de consolidação nacional da Argentina e do Brasil no século XIX. Elas não eram exclusivas do Acre ou da Patagônia, estando presentes na maior parte do território brasileiro e do argentino e em ponderável medida persistindo até hoje. Ocorre que nas duas regiões o estado agravado dessas deficiências contrastava com o esforço empregado pelos seus países para conquistá-las. O Acre e a Patagônia tinham sido incorporados havia pouco tempo, o que só fora viável pela posição de destacado poder bélico e econômico de Brasil e Argentina na América do Sul após a Guerra de Tríplice Aliança (1864-1870). Confrontando-se com esses espaços geográficos, Payró e Cunha tiveram que lidar, de um lado, com a relativa pujança de seus países e, de outro, com suas precariedades internas. As reflexões dos autores sobre as áreas acreanas e patagônicas dialogavam com uma expectativa de grandeza que seria menos plausível no Peru, na Bolívia e no Paraguai, países que então amargavam derrotas militares e ainda hoje amargam economias menores.

Por configurarem uma novidade aos governos brasileiros e argentinos, o Acre e a Patagônia se prestavam bem à especulação sobre o futuro. Escrever sobre esses espaços não interessava exclusivamente pela alteridade que representavam às capitais nacionais. Também seduziram Euclides e Payró por permitirem a discussão de rumos e propostas para seus países. As regiões são tomadas como laboratórios de ideais defendidos para Brasil e Argentina como um todo.

Assim, sob um aspecto, os dois viajantes em seus relatos tomam o partido da Patagônia, da Amazônia, procurando falar em nome delas, denunciando os males que as assolavam e pensando caminhos para superá-los. Corporificam um discurso de “anticonquista”, nos termos de Mary Louise Pratt, rejeitando qualquer forma de subjugação das regiões por parte das capitais e se representando como viajantes empáticos a seus sofridos povoadores (PRATT, 1999, p. 102, p. 113).

Não obstante, sob outro crivo, os dois autores se valeram das temáticas patagônica e amazônica para ocuparem os debates na imprensa, promovendo suas bandeiras e projetando futuros. No caso de Euclides, a legitimação do domínio brasileiro sobre o Acre e projetos de transportes como a Transaccreana; no caso de Payró, a oposição ao Roquismo e o elogio à imigração europeia. Houve, em suma, uma apropriação estratégica por parte dos intelectuais em relação aos temas das regiões.

3. A Patagônia de Payró e a Amazônia de Euclides: esperanças no futuro, descontentamentos com o presente

A imaginação do porvir amazônico e patagônico por parte de Cunha e Payró vazava aspirações superlativas em relação a seus países, fosse sua consecução certa ou incerta. Se o varejo da política oligárquica reinante não contentava ambos os viajantes, que por ela proclamavam ojeriza, as esperanças deveriam ser buscadas nas condições estruturais de suas nações, haja vista o patrimônio de seus territórios. Por isso, as duas regiões eram tão atrativas para autores como engenheiro e o periodista, presos que estavam entre a euforia com o desenvolvimento europeu e o desgosto com as elites políticas predominantes no Brasil e na Argentina – ainda que se aproximassem de Mitre e Rio Branco, sob a desculpa de serem homens de Estado supostamente excepcionais. Se intelectuais como Euclides e Payró não usufruíam de todo o poder que desejavam para liderar as transformações modernizadoras que julgavam imprescindíveis, restava-lhes a consolação de apontar uma dimensão grandiosa e redentora para as perspectivas de longo prazo das nações, ultrapassando suas misérias ou impasses momentâneos.

A descrição de Sevcenko sobre a relação de intelectuais brasileiros com a República na década de 1900, formulada à luz do contexto de Euclides da Cunha, também se aplica à postura de Payró frente à Argentina roquista no final do século XIX:

Perdidos no seu próprio presente, esses homens vasculham-no em busca de indícios de futuro. **O que, evidentemente, tem efeito reversivo, já que, decretado o desejo de sublimação, o futuro tem o significado de uma**

metáfora que denuncia os seus anseios, os seus projetos, o seu sentimento e sobretudo a sua impotência diante do presente. Essas suas formas de querer, ser e sentir têm uma raiz social e é dela que elas falam. O estudo da realidade brasileira tem, pois, também, esse curioso efeito de aliviar a angústia de homens naufragados entre o passado e o presente, à procura de um ponto fixo em que se apoiar (SEVCENKO, 2003, pp. 106-107, *grifos nossos*).

Ainda de acordo com Nicolau Sevcenko, a projeção de futuro do país assumia duas roupagens entre os intelectuais brasileiros:

Comparado com as potências européias de história homogênea, política viril e objetivos definidos, o Brasil fazia contraste. Nasceram daí duas formas típicas de reação. A mais simplista consistia em sublimar as dificuldades do presente e transformar a sensação de inferioridade em um mito de superioridade: é a **“ideologia do país novo”, o “gigante adormecido”, cujo destino de grandiosidade se cumprirá no futuro. A outra implicaria um mergulho profundo na realidade do país a fim de conhecer-lhe as características, os processos, as tendências e poder encontrar um veredicto seguro, capaz de descobrir uma ordem no caos do presente, ou pelo menos diretrizes mais ou menos evidentes, que permitiriam um juízo concreto sobre o futuro** (*Ibidem*, p. 106, *grifos nossos*).

Com diferentes pesos, as duas abordagens estão presentes nos relatos de viagem aqui estudados. A primeira encontra fortes ecos na euforia algo ingênua de Payró com a Patagônia e a certeza de sua prosperidade futura – “gigante adormecido” é uma metáfora que o cronista, dado o seu estilo, certamente poderia ter usado para descrever a região. A segunda é mais claramente visível no pensamento de Cunha do que na obra do argentino, uma vez que o engenheiro pretendia destrinchar cientificamente a complexidade da Amazônia e imaginar diretrizes sólidas para criar um processo de desenvolvimento duradouro e menos predatório na região. No entanto, o texto de Payró não é só festejo. Também se nota no viajante um empenho para compreensão da realidade argentina. Em suas mais de quatrocentas páginas, *La Australia argentina* faz uma imersão sobre a sociedade da Costa Sul do país, detalhando as circunstâncias de cada localidade e fornecendo dados científicos e econômicos. Já o engenheiro brasileiro, embora não sublimasse tanto as dificuldades amazônicas, mantinha para aquele espaço geográfico a magnífica incumbência de ser a porta do Brasil para o Pacífico e a comprovação das forças nacionais na política internacional.

Esse duplo movimento de investigação científica do presente e de expectativa pelo futuro, manifestado por Payró e Cunha no entresséculos, seguirá vivo nos imaginários políticos latino-americanos. Na década de 1930, sob a industrialização e o fortalecimento da administração pública e do Estado central, típicas marcas do período varguista, Carlos Drummond de Andrade (1902-1988) ironizou a aspiração de conhecer

e modernizar o país. É o que se lê em seu poema intitulado “Hino Nacional”:
“Precisamos descobrir o Brasil! / Escondido atrás as florestas / (...) o Brasil está
dormindo, coitado. / Precisamos colonizar o Brasil”.

A dita “colonização” nada mais seria do que o primado dos projetos técnicos e intelectuais sobre a realidade do país, com a promessa de trazer benesses milagrosas. O poema as exemplifica: “Cada brasileiro terá sua casa / com fogão e aquecedor elétricos, piscina, / salão para conferências científicas. / E cuidaremos do Estado Técnico.” Para alcançar esses prodígios, uma condição estaria posta. Ela é lembrada no verso seguinte: “Precisamos louvar o Brasil.”

Payró louvou a Patagônia. Cunha também louvou a Amazônia, se bem que com menor ingenuidade. Ambos acreditavam na premência de se “cuidar do Estado Técnico”. Elencaram propostas, elaboraram projetos audaciosos, cujo destino imediato não foi dos mais felizes, como já podiam pressentir os dois autores, com seus dissabores políticos. A Patagônia continuou dominada pelo latifúndio e pela especulação, assim como os governos argentinos da época de Payró não conseguiram ou sequer tentaram o adensamento demográfico da região (BANDIERI, 2014). Assumindo um novo mandato presidencial no ano de publicação de *La Australia argentina*, Julio Argentino Roca só fez estreitar o Estado dos interesses dos maiores proprietários e comerciantes patagônicos. Na Amazônia, a borracha entrou em crise no começo da década de 1910 – poucos anos após a morte de Euclides –, sem ter deixado uma alternativa econômica menos volátil (WEINSTEIN, 1993). No plano da infraestrutura, a Transacreana de Euclides sequer saiu do papel. Outra ferrovia em que o engenheiro punha suas fichas, a Madeira-Mamoré, foi apenas parcialmente construída, mas a um custo humano gigantesco (HARDMAN, 2005). Faraônica, a estrada de ferro caiu em atroz decadência.

Como no poema de Drummond, parece que os programas de Payró e Euclides foram impotentes diante da Argentina e do Brasil reais. Os dois viajantes demonstraram certa ciência de que seus projetos de Amazônia e de Patagônia estavam mais em “outro mundo”. Por isso mesmo, afugentavam-se em um porvir distante, propício para a imaginação. No curto prazo, o fracasso era bastante provável e de fato o foi.

O argentino se mostrou desiludido em relação à gestão governamental adequada para o desenvolvimento patagônico, tendo em vista que a retórica de *La Australia argentina* buscava sustentar sua fantasia apesar dos óbices postos pelo governo (PAYRÓ, 1898, p. 448). Já o autor brasileiro estimava um prazo longínquo para o efetivo processo de integração da Amazônia com o Brasil, o que é sugerido pela ideia de

“guerra de mil anos contra o desconhecido” (CUNHA, 2000, p. 344). Em acréscimo, Cunha intuía que o fausto de Manaus e a volumosa economia seringueira não eram consistentes; eram uma *miragem*, para mencionar figura explorada por Foot Hardman em seus escritos sobre o intérprete do Brasil (HARDMAN, 1996, 2005). Na visão do viajante, um verdadeiro desenvolvimento amazônico deveria se erguer de outras bases socioeconômicas, cuja prolongada construção já se anunciava como missão tão árdua quanto inconveniente a poderes políticos e econômicos³⁷⁸.

Para Euclides e Payró, como nos versos drummondianos, era preciso esquecer por alguns instantes o Brasil “real”, era preciso esquecer a Argentina “real” que eles buscaram conhecer e tanto criticavam. Os países ainda não existiam na forma dos projetos de nação que os dois escritores tinham. Era necessário ter paciência e não deixar de acalentar horizontes grandiosos, divulgando-os por meio de livros e artigos.

³⁷⁸ Em biografia que recentemente publicou sobre Euclides, Luís Cláudio Villafañe G. Santos sugeriu que, na comparação com *Os Sertões*, o menor alcance de *À margem da História* e dos textos amazônicos de Cunha no debate público poderia ser lido como um indício da falta de disposição política em relação ao tema das condições laborais dos seringueiros. Para o biógrafo, “ao contrário dos seguidores de Antônio Conselheiro, [os trabalhadores do interior da Amazônia] **estavam vivos**, e medidas práticas poderiam efetivamente ser tomadas; providências, contudo, que esbarrariam na muralha de interesses dos donos dos seringais, dos comerciantes e dos exportadores de borracha, bem como das elites políticas da Amazônia e do Rio de Janeiro. (...) **Ressalte-se que a revelação da virtual escravização dos seringueiros deu-se em um contexto muito favorável para sua ampla publicidade**; veio a público ainda na esteira do choque produzido pela morte do autor em circunstâncias trágicas e quando ele já era considerado um dos maiores escritores brasileiros. **O contraste entre o relativo silêncio que cercou a publicação de *À margem da história* e a extraordinária repercussão de *Os sertões* diz muito sobre o Brasil de então**, sobre a escassa vontade de melhorar as relações de trabalho dos seringueiros, algo que seria, sim, possível **se houvesse vontade política**” (SANTOS, 2021, p. 297, p. 238, *grifos nossos*). A hipótese sustentada por Santos tem todo o mérito. Sem prejuízo, cumpre pontuar que Cunha não foi o primeiro e único literato a denunciar a exploração dos seringueiros amazônicos e que a diferença de sucesso de divulgação entre *Os Sertões* e a obra amazônica euclidiana também deve ser compreendida à luz de outros fatores. Entre eles, as circunstâncias editoriais do lançamento de *À margem da História* e as características literárias de tal obra. Ela não era totalmente inédita – conforme mostrado na **Tabela 2** da nossa **Introdução**, os textos “Brasileiros” e “Transacreana” já tinham sido publicados anteriormente no *Jornal do Commercio* – e não tinha unidade temática e narrativa, diferentemente do livro sobre Belo Monte. Talvez também seja possível levantar a hipótese de que a ampla repercussão da “Tragédia da Piedade” e o interesse da imprensa pelos aspectos da vida pessoal do escritor tenham, de maneira contraintuitiva, influído para abafar o peso de *À margem da História* na opinião pública em 1909. De qualquer modo, é acertada e muito bem-vinda a observação feita por Santos. Em primeiro lugar, por iluminar o choque de muitas das críticas de Cunha com profundos e sensíveis interesses econômicos do Brasil da República Oligárquica. Em segundo, por dar a devida importância aos textos euclidianos sobre a Amazônia, ainda hoje menos discutidos na imprensa brasileira do que o sempre tão idolatrado relato sobre a Guerra de Canudos.

4. Relatos de viagem também viajam: relatos como pegadas de itinerários intelectuais

Como visto nos **Capítulos 3, 4 e 5** deste trabalho, embora os projetos de Euclides e de Payró tenham estado imbuídos de um mesmo sentido transformador, diferiam em muito no núcleo de seus conteúdos. O primeiro era mais intervencionista no âmbito econômico e administrativo estatal. Via o Brasil destinado a ter um perfil étnico distinto do europeu e desejava a afirmação nacionalista do país perante a América do Sul e o mundo, confrontando interesses estrangeiros, se necessário. Em contraste, o programa de Payró defendia um Estado de tamanho reduzido na Patagônia argentina, sonhava com uma europeização – mais especificamente, uma anglicização – do povo e dos costumes da região. Acreditava que seu destino era ter uma relação íntima e harmônica com as potências internacionais, à cata de vantagens comerciais.

No último capítulo, discutimos como essas dissimetrias têm mais a ver com as tradições e tendências intelectuais a que Euclides e Payró se filiaram do que propriamente com as características da Amazônia e da Patagônia. A comparação entre os autores nos revelou que, conquanto tivessem em comum um elã cientificista e modernizante, os ambientes intelectuais brasileiro e argentino do final do decênio de 1890 e do de 1900 testemunharam a circulação de ideias dissonantes. Particularmente, em relação aos temas da questão racial e da identidade nacional.

Naquele limiar do século XX, os relatos de Euclides e Payró dividiam os olhos entre o século ido e o que estava por vir. Do passado, emergia para o argentino o tema da imigração, consolidado pelas gerações intelectuais de 1837 e 1880. Para o engenheiro, a produção intelectual brasileira do fim século XIX lhe forneceu matrizes discursivas para reconhecer a peculiaridade nacional em relação aos perfis raciais e identitários europeus e para pregar a superioridade do Brasil em relação aos demais países sul-americanos.

Perpassando por esses repertórios díspares, os relatos de Payró e Euclides acabaram chegando a algumas conclusões distantes entre si, apesar de seus pontos de partida terem sido paralelos em tantos aspectos. Não foi apenas aquilo que os viajantes testemunharam na Amazônia e na Patagônia que ensejou as teses de seus ensaios de viagem. Elas também foram moldadas, entre outros aspectos, pelos nortes que os autores decidiram tomar em suas trajetórias intelectuais e pelos percursos argumentativos traçados em seus relatos. Ao meditar sobre o povoamento do Acre,

Cunha se guiou pelas coordenadas intelectuais de Sívio Romero e Capistrano de Abreu. Ao arquitetar medidas econômicas liberalizantes para a Patagônia, Payró seguia a senda de seu colega Juan B. Justo.

O argentino e o brasileiro que constituíram o principal objeto desta pesquisa viajaram e, ao escreverem sobre suas viagens, demarcaram posições. Interpretando suas pegadas – que estão preservadas para que novas pesquisas venham a se debruçar e tirar conclusões diversas –, analisamos como um e outro perfizeram itinerários intelectuais ao redigirem sobre a Costa Sul argentina e o Acre. Por um lado, tomaram distância de algumas pressuposições negativas sobre essas regiões. Por outro, ao discorrerem sobre esses espaços geográficos, deliberaram marchar de perto com os passos de alguns de seus colegas de letras no que dizia respeito aos destinos de suas nações.

Os relatos de viagem foram peças importantes para a reafirmação de alguns dos alinhamentos intelectuais de ambos os escritores em relação a ideias e a autores de suas épocas e países. Isso nos faz pensar nos versos do espanhol Antonio Machado, no poema XXIX de *Proverbios y Cantares*: “Caminante, son tus huellas / el camino y nada más; / caminante, no hay camino, / se hace camino al andar” (MACHADO, 2003).

Enfim, para Roberto Payró e Euclides da Cunha, também podemos dizer:

*se hace camino al escribir*³⁷⁹.

³⁷⁹ Registre-se que esse jogo de palavras já foi feito por Irineo Coslado Felipe no título de um *e-book* de contos, autopublicado em 2014. Ver: < <https://www.amazon.com.br/Se-hace-camino-escribir-Spanish-ebook/dp/B00A29CHPU>>. Acesso em 28 fev. 2021.

Epílogo

A Amazônia de Euclides e a Patagônia de Payró, hoje

A necessidade prática, que está no fundo de todo juízo histórico, dá a toda História o caráter de ‘História contemporânea’, porquanto, por muito e muito distantes que pareçam cronologicamente os fatos por ela referidos, a História se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais aqueles fatos propagam suas vibrações.

(Benedetto Croce, *A história: pensamento e ação*)

Amazonas: mito grego
menos antigo que os mitos da Amazônia.
Os que vivem no Cosmo há milênios
são perseguidos por mãos de ganância,
olhos ávidos: minério, fogo, serragem, fim.

Quem são vocês,
incendiários desde sempre,
ferozes construtores de ruínas?

Os que queimam, impunes, a morada ancestral,
projetam no céu mapas sombrios:
manchas da floresta calcinada,
cicatrizes de rios que não renascem.

Qual Brasil se esconde atrás da humanidade amazônica?

Que triste pátria delida,
mais armada que amada:
traidora de riquezas e verdades.

Quando tudo for deserto,
o mundo ouvirá rugidos de fantasmas.
E todos vão escutar, numa agonia seca, o eco.

Não existirão mundos, novos ou velhos,
nem passado ou futuro.

No solo de cinzas:
o tempo-espaço vazio.

(Milton Hatoum, “O fim que se aproxima”³⁸⁰)

³⁸⁰ Disponível em: <<https://amazonialatitude.com/2020/02/28/o-fim-que-se-aproxima/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

Redigidas as **Considerações finais**, tomamos a liberdade de suscitar uma última questão a ser enfrentada neste trabalho. Continuam sendo Euclides da Cunha e Roberto Payró referências primordiais para pensar, respectivamente, a Amazônia e a Patagônia dos dias de hoje? Com o perdão dos mais apaixonados pelo argentino e pelo brasileiro, a resposta deve ser negativa. Os dois escritores estavam aferrados ao século XIX. Como seria de se esperar, seus textos ficaram em muito datados. Menos até pelas tantas reviravoltas econômicas do desassossegado século XX do que pela plethora de transformações culturais e epistemológicas vividas entre a *Belle Époque* e este início de milênio.

Não é necessário discorrer sobre o profundo etnocentrismo e racismo de ambos os intelectuais e da imensa maioria de suas gerações, inseridas em um universo cultural que celebrava o ideário da “Missão Civilizadora” e do “Fardo do Homem Branco” (HOBSBAWM, 1988; OSTERHAMMEL, 2015). Por mais que criticassem as violências perpetradas contra os indígenas, Payró e Euclides os viam como inferiores. Há décadas essas perspectivas etnocêntricas e hierarquizantes têm sido combatidas, o que é cada vez mais imperativo em um país cujo Presidente acredita que indígenas não mereceriam ser reconhecidos como plenamente humanos³⁸¹. Para enfrentar essa visão e suas nefastas consequências na Amazônia e em todo o Brasil, o melhor não é recorrer a Cunha, mas ao ativismo e às reflexões de pessoas como Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Daniel Munduruku, Raoni Metuktire, Joênia Wapichana, Luiz Eloy Terena e Sônia Guajajara.

Resta evidente que não, os dois autores investigados nesta pesquisa não propiciam o instrumental mais adequado para lidar com muitos dos problemas cruciais de nosso tempo, como a luta pelos direitos dos povos nativos e pela superação do etnocentrismo. Por isso, convém reformular a pergunta inicial, para que seja mais fértil:

³⁸¹ Em janeiro de 2020, o mandatário afirmou: “Com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós.” *In*: URIBE, Gustavo. ‘Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós’, diz Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 21 fev. 2021. Em 1998, o então deputado federal disse que “realmente, a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país – se bem que não prego que façam a mesma coisa com o índio brasileiro; recomendo apenas o que foi idealizado há alguns anos, que seja demarcar reservas indígenas em tamanho compatível com a população” *In*: MARÉS, Chico. #Verificamos: É verdade que Bolsonaro elogiou cavalaria norte-americana por dizimar índios. **Agência Lupa**, 6 dez. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/06/verificamos-bolsonaro-cavalaria/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

em perspectiva histórica, a obra amazônica de Cunha e a patagônica de Payró poderiam dar certo subsídio para reflexão sobre alguns dos dilemas enfrentados pelas regiões estudadas e pelos seus países na contemporaneidade?

A resposta agora é afirmativa.

Mesmo que de modo contraintuitivo, passado tanto tempo, as obras de ambos os escritores ecoam projetos e disputas políticas atualíssimas em relação ao Norte brasileiro e ao Sul argentino. Nesse aspecto, embora não possam ser lidos ou exaltados de forma acrítica, os relatos de viagem do brasileiro e do argentino têm seu gosto de atualidade, o que não deixa de ser surpreendente.

1. A Amazônia no século XXI: centro do mundo e um desafio para o Brasil

A Amazônia ocupa um lugar central no futuro da Humanidade e do Brasil. Essa afirmação passa por platitudes do século XXI, mas também identifica uma das principais ideias de Euclides da Cunha de *À margem da História*. Citamos novamente a frase de Cunha, atribuída a Humboldt, para definir a região amazônica: “um deslumbrante palco, onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo” (CUNHA, 2000, pp. 219-220, *itálico do autor*).

Essa concepção, vocalizada em meados do Oitocentos pelo alemão e no início do século XX pelo fluminense, tinha a ver com o deslumbre pela grandiosidade das matas amazônicas: sua extensão e sua flora portentosas. Também estava ligada à visão de que adaptar modelos de civilização europeus às áreas equatoriais seria um desafio supremo.

Humboldt e Cunha pouco podiam antever que a razão da preeminência da Amazônia hoje se daria por motivos bem diferentes. As atenções do mundo se voltam para a região frente à emergência climática de nossa era, a era do Antropoceno, marcada pelo aquecimento global e o decorrente agravamento de fenômenos meteorológicos (ARTAXO, 2014; WALLACE-WELLS, 2019). Os impactos socioeconômicos desse processo são potencialmente catastróficos, a exemplo do fenômeno dos refugiados ambientais (MYERS, 2001). O retorno ao Acordo de Paris sobre o clima (2015) e a criação de políticas de fomento a uma economia com reduzidas emissões de carbono – a exemplo do chamado *Green New Deal* – foram pontos centrais no ciclo eleitoral dos

Estados Unidos em 2020³⁸². No ano anterior, a União Europeia já havia lançado seu plano de desenvolvimento sustentável³⁸³. Movimentos como “Fridays for Future”, iniciado pela ativista sueca Greta Thunberg, e “Extinction Rebellion” marcaram a política em 2019 e 2020³⁸⁴. Até o Papa Francisco, em sua Encíclica *Laudato si'* (2015), frisou o tema do desenvolvimento sustentável³⁸⁵.

A conservação do bioma amazônico cumpre papel vital para o enfrentamento a esses desafios. O fracasso – ou o sucesso – nessa tarefa nunca teve proporções tão dramáticas quanto agora. Sob a gravidade dessas circunstâncias, a Floresta Amazônica tem sofrido galopantes taxas de desmatamento e ardido com o incremento do número de queimadas³⁸⁶. A ameaça de savanização em longo prazo desse bioma, um dos mais ricos em biodiversidade da Terra, se agudizou³⁸⁷ (LOVEJOY; NOBRE, 2018; WILSON, 2012, pp. 10-24).

³⁸² PARKER, Laura; BORUNDA, Alejandra. The environment is in trouble. Here's what Biden can do to address it. **National Geographic**, Washington, D.C., 8 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.com/environment/article/what-actions-can-biden-take-on-environment-how-quickly>>. Acesso em 21 fev. 2021; NOISECAT, Julian Brave. Joe Biden has endorsed the Green New Deal in all but name. **The Guardian**, Londres, 20 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jul/20/joe-biden-has-endorsed-the-green-new-deal-in-all-but-name>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁸³ HARVEY, Fiona; RANKIN, Jennifer. What is the European Green Deal and will it really cost €1tn?. **The Guardian**, Londres, 20 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/mar/09/what-is-the-european-green-deal-and-will-it-really-cost-1tn>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁸⁴ DINIZ, Beatriz. Crianças e jovens lideram greve global pelo clima. **((o))eco**, 15 de mar 2019. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/criancas-e-jovens-lideram-greve-global-pelo-clima/>>. Acesso em 21 fev. 2021; GRAGNANI, Juliana. Extinction Rebellion, o movimento que quer parar Londres em mega protesto ambiental e já está presente no Brasil. **BBC News Brasil**, 7 out. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49717270>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁸⁵ VATICANO. “Carta Encíclica *Laudato Si'* Do Santo Padre Francisco Sobre O Cuidado Da Casa Comum”. 24 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_encia-lica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁸⁶ Os meses de março, abril e maio de 2021 bateram os recordes históricos mensais de extensão da área sobre alerta de desmatamento na Amazônia, segundo dados do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ver: ALERTA de desmatamento na Amazônia Legal em maio é o maior desde 2016. **G1**, 4 jun. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/06/04/alerta-de-desmatamento-na-amazonia-legal-em-maio-e-o-maior-desde-2016.ghtml>>. Acesso em 20 jun. 2021

³⁸⁷ O climatologista Carlos Nobre publicou estudo sobre a savanização da Amazônia pela primeira vez no início da década de 1990. À época, o processo se encontrava em estágio muito mais incipiente do que o atual. De acordo com os indícios do alongamento das estações secas em diversas partes da região amazônica, em dezembro do ano passado o pesquisador estimou um prazo de 20 anos para que a savanização da Amazônia se torne irreversível. Ver: KACHANI, Morris. Carlos Nobre alerta: “Estamos no máximo, a 20 anos da ‘savanização’ da Amazônia”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2020, Blog Inconsciente Coletivo. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/blogs/inconsciente-coletivo/carlos-nobre-alerta-estamos-no-maximo-a-20-anos-da-savanizacao-da-amazonia/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

Como tem insistido a jornalista Eliane Brum, é hora de reconhecer na Amazônia um dos centros do mundo e tratar a região conforme tal³⁸⁸. A ideia também foi formulada por autores como o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro: “A Amazônia hoje é o epicentro do planeta. Do Brasil, é o epicentro, o alfa e o ômega. (...) Para o bem ou para o mal, a Amazônia virou o Lugar dos lugares, natural como cultural, aliás” (CASTRO, 2007, p. 175). Por vias tortas, a profecia humboldt-euclidiana se concretizou.

As causas para a progressiva devastação ambiental da Amazônia encontram-se, em última análise, num modelo de desenvolvimento econômico ambientalmente predatório. Padrão que Cunha já identificara na cafeicultura do Vale do Paraíba e na exploração do látex no Acre (HARDMAN, 2019). Exemplos desse fenômeno, o labor e o modo de vida dos caucheiros são caracterizados pelo autor como vorazmente imediatistas, inconsequentes, autodestrutivos:

Neste viver oscilante ele [*o caucheiro*] dá a tudo quanto pratica, **na terra que devasta e desama, um caráter provisório – desde a casa que constrói em dez dias para durar cinco anos, às mais afetuosas ligações que às vezes duram anos e ele destrói num dia.** Neste ponto, sobretudo, desenha-se-lhe a inconstância irrealizável (CUNHA, 2000, p. 169, *grifos nossos*).

Analisando a História do capitalismo brasileiro, nota-se que o período da Ditadura Militar foi decisivo para impulsionar a degradação ambiental da região amazônica, por agentes públicos e privados³⁸⁹ (PRADO CUNHA, 2012, pp. 115-123). A fronteira agropecuária se expandiu intensamente em direção à Região Norte do país, engendrando uma série de conflitos e ataques a povos indígenas (MARTINS, 1996, pp. 25-26; VALENTE, 2017a). A expansão integrava um processo de aprofundamento da exploração econômica da região, cujo símbolo máximo foi a construção da rodovia Transamazônica, a partir de 1970³⁹⁰ (OLIVEIRA, 1994).

³⁸⁸ BRUM, Eliane. A Amazônia é o centro do mundo. **El País Brasil**, 9 ago. 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/09/opinion/1565386635_311270.html >. Acesso em 21 fev. 2021. Perspectiva semelhante foi proposta pelo lema “nacionalizar a Amazônia e amazonizar o mundo”, criado no bojo da RIO-92. Ver: SCANNAVINO, Caetano. Nacionalizar a Amazônia e “amazonizar” o mundo é o caminho para o futuro. **Carta Capital**, São Paulo, 01 out. 2019. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/nacionalizar-a-amazonia-e-amazonizar-o-mundo-e-o-caminho-para-o-futuro/> >. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁸⁹ Como analisado no **Capítulo 4**, a obra euclidiana foi reivindicada por intelectuais e operadores políticos da Ditadura para legitimar sua política de desmatamento sistemático da Amazônia, apesar de a obra Cunha ter grande ceticismo em relação a formas de exploração econômica predatórias e de pouca durabilidade.

³⁹⁰ O projeto da Ditadura para a região se baseava na ideia de que “[a]lém da cobiça internacional, a Amazônia era um cenário ideal para movimentos subversivos, como indicavam alguns exemplos bem visíveis do outro lado da fronteira colombiana” (SOUZA, 2019, p. 304).

O projeto do regime para a Amazônia foi iniciado logo no governo Castelo Branco (1964-1967), com a instituição da Operação Amazônia em 1966 e a fundação de órgãos como a Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia –, Basa – Banco da Amazônia – e Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus. Nessa primeira fase da Ditadura, a atração de investimentos privados se deu por meio de doações e incentivos fiscais. Com o governo Médici (1969-1974), o Estado também passou a fomentar a economia da região de maneira mais direta, instituindo o PIN – Plano de Integração Nacional –, o Poloamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia – e o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SOUZA, 2019, pp. 305-306). Amplas iniciativas nacionais e estrangeiras de mineração e infraestrutura, como o Projeto Jari – na divisa entre Pará e Amapá – e a construção da hidrelétrica de Tucuruí, receberam nababescas verbas públicas (*Ibidem*, pp. 311-312).

Ainda que nas décadas de 1960 e 1970 já houvesse uma ascendente preocupação ecológica no plano internacional, a Ditadura Militar brasileira celebrava a devastação da vegetação amazônica, na medida em que a encarava como um requisito indispensável ao desenvolvimento econômico e à integração geográfica (KELLY; LONDON, 1983). Por meio da Assessoria Especial de Relações Públicas e de peças publicitárias de órgãos como o Ministério do Interior e a Sudam festejavam as possibilidades econômicas da região e seu porvir glorioso (FICO, 1997). O fascínio pelas grandes obras de infraestrutura na Amazônia também foi propulsionado por de revistas como *Manchete* e *O Cruzeiro*, com textos em geral francamente favoráveis ao governo (PRADO CUNHA, 2012 pp. 47-57). Na mídia televisiva, as reportagens sobre a região feitas por Amaral Netto – jornalista e deputado da ARENA – para a Rede Globo também contribuía para a retórica que clamava pelo “progresso” nos interiores amazônicos (ANDRADE, 2004). Esse era um *leitmotiv* dos discursos ufanistas do regime e suas pretensões de “Brasil grande” e “Brasil potência” (MENEZES, 2007, pp. 53-85).

Entre as décadas de 1970 e 1980, os movimentos ecologistas e conservacionistas ganharam força no Brasil. Houve um fortalecimento da pauta ambiental, o que também se deveu ao robustecimento das críticas ao desmatamento da Amazônia na imprensa estrangeira e em órgãos multilaterais (SILVEIRA, 2017, pp. 159-160). Ao longo do processo de transição para a democracia começou a ser criada uma política nacional de preservação do ambiente, originada com a lei número 6.938 de 1981, que fundou o Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente (*Ibidem*, p. 14). A Assembleia

Nacional Constituinte de 1987-1988 contou com participação do Conama nas reuniões da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente e com o engajamento de uma “Frente Verde” pluripartidária (CIRNE, 2016). A Constituição de 1988 estabeleceu a proteção ao ambiente como competência da União, dos Estados e dos Municípios no artigo 23, inciso VI (BRASIL, 2021). Tal dever é esmiuçado no artigo 225, cujo parágrafo 4º elenca os biomas brasileiros como patrimônio nacional (*Ibidem*).

Entre percalços, a política ambiental brasileira foi se institucionalizando e teve no início dos anos 1990 dois marcos: a realização da ECO-92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também chamada de RIO-92 – e a criação do Ministério do Meio Ambiente, igualmente em 1992 (SILVEIRA, 2017, p. 180). Desde então, as administrações federais, com seus acertos e erros, tentaram zelar pela questão ambiental ou, ao menos, transmitir essa impressão. Malgrado o desflorestamento tenha progredido, em algum momento o país conseguiu enfrentá-lo seriamente:

A redução do desmatamento no Brasil entre 2004 e 2012 é considerada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas como a maior contribuição já oferecida por um país ao combate contra o aquecimento global. (...) Tanto a redução do desmatamento [*revertida a partir de 2012*] (...) como a existência de várias modalidades de áreas protegidas (parques, territórios indígenas, florestas nacionais, reservas extrativistas, entre outros) em quase 50% da Amazônia brasileira são conquistas democráticas reconhecidas internacionalmente como contribuições globais do país para o desenvolvimento sustentável. Entre 2003 e 2009, o Brasil respondeu por 75% da ampliação das áreas protegidas no mundo (ABRAMOVAY, 2019, p. 17).

Se houve recaída a partir do início da década de 2010 na luta contra o desflorestamento, há fortes sinais de que o problema se agravou desproporcionalmente com o mandato presidencial iniciado em 2019. Em matéria ecológica, no plano interno, a vigente administração federal se mostra capaz apenas para impor retrocesso atrás de retrocesso. Para a comunidade internacional, o governo tem se limitado a propagandear informações distorcidas e a fazer parcas promessas vazias, totalmente incoerentes com o *modus operandi* do atual Presidente, notório por seu descaso e repulsa pelas questões de sustentabilidade³⁹¹. Desde a redemocratização, o único presidente apologista da Ditadura Militar – e de seus porões, em especial – é também aquele que mais tem

³⁹¹ MENEGASSI, Duda. Bolsonaro na Cúpula do Clima: discurso frágil, vazio e impreciso. ((o))eco, 22 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/bolsonaro-na-cupula-do-clima-discurso-fragil-vazio-e-impreciso/>>. Acesso em 22 jun. 2021.

trabalhado contra as políticas públicas e instituições de preservação ambiental no Brasil. Não deve ser mera coincidência do destino.

A corrente gestão federal tem fragilizado a estrutura de fiscalização do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –, retirando especialistas da direção do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade³⁹² – e cogitando a extinção dessa autarquia. O atual governo da União esvaziou a composição do Conama³⁹³, paralisou 1,4 bilhão de reais do Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira – Fundo Amazônia – e conjecturou extingui-lo³⁹⁴. O ex-Ministro do Meio Ambiente, em reunião ministerial de abril de 2020, defendeu que o governo aproveitasse o foco da imprensa na pandemia de Covid-19 e fizesse, na surdina, alterações em massa na regulamentação ambiental³⁹⁵.

Em meio a essa razia, a Amazônia e o Pantanal tiveram recordes de focos de queimadas em outubro de 2020 – no ano anterior, a região amazônica também já padecera de níveis extremos de queimadas³⁹⁶. Na Amazônia, entre 2018 e 2020, as áreas de ocupações irregulares de terras indígenas e unidades de conservação ambiental cresceram impressionantes 56%³⁹⁷. Já neste ano, progrediu no Parlamento, graças à base governista, a tramitação do Projeto de Lei 3.729/2004, que amplia as possibilidades de isenção de licenciamento ambiental³⁹⁸. A aprovação desse Projeto de Lei poderá ocasionar mais um “baque” para a preservação ambiental no Brasil.

³⁹² TRIGUEIRO, André. 15 pontos para entender os rumos da desastrosa política ambiental no governo Bolsonaro. **G1**, 03 jun. 2021, Blog do Trigueiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/03/15-pontos-para-entender-os-rumos-da-desastrosa-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁹³ SHALDERS, André. Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou regras ambientais. **BBC News Brasil**, 01 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁹⁴ GONÇALVES, Antonio Baptista. Fundo Amazônia: R\$ 1,4 bilhão paralisado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 2020, Blog Fausto Macedo. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/fundo-amazonia-r-14-bilhao-paralisado/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁹⁵ ALESSI, Gil. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para ‘passar de boiada’ desregulação da proteção ao meio ambiente. **El País Brasil**, 22 mai. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁹⁶ KER, João. Pantanal e Amazônia registram recorde de queimadas em outubro. **UOL**, 1º nov. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/11/01/pantanal-e-amazonia-registram-recorde-de-queimadas-em-outubro.htm>>. Acesso em 21 fev. 2021.

³⁹⁷ MESMO antes de aprovado, PL da Grilagem está destruindo a Amazônia. **Instituto Socioambiental**, 17 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mesmo-antes-de-aprovado-pl-da-grilagem-esta-destruindo-a-amazonia>>. Acesso em 25 jun. 2021.

³⁹⁸ ANTUNES, André. O fim do licenciamento ambiental? **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz**, 21 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-fim-do-licenciamento-ambiental>>. Acesso em 21 jun. 2021.

Como suplantar esse cenário? Uma discussão mais detida foge ao escopo deste trabalho. Porém, é pertinente explicar como, descontada a diferença de momentos históricos, algumas das ideias achadas no Euclides amazônico se aproximam dos parâmetros advogados por especialistas para o desenvolvimento sustentável da região na atualidade. Três teses euclidianas devem ser ressaltadas nesse sentido.

A primeira consiste na valorização da pesquisa científica para compreender a Amazônia em seus aspectos naturais e sociais, bem como para orientar as políticas públicas para a região. Esse é um dos mais claros pressupostos de Cunha em seus textos amazônicos. A despeito de seu cientificismo estar há muito suplantado por causa de seu conteúdo racista e determinista, a ênfase euclidiana na importância política do saber científico não está nem um pouco. Nestes tempos, os negacionismos histórico, médico-sanitário, jurídico-eleitoral e ecológico influem nas mais altas esferas de governo, em numerosos países. Em reação, a defesa do conhecimento e da produção científica tem sido levantada como bandeira cívica³⁹⁹.

As ciências em geral, mas especialmente as Ciências Naturais, atravessam toda a obra de Euclides. Eram a maior fonte de legitimação intelectual a que Cunha recorria, uma vez que constituíam base daquilo que ele identificava como uma literatura e um ensaísmo modernos (SANTOS, 2021, p. 317). Como é sabido, o autor não era propriamente um cientista. Careceu de coerência e rigor acadêmico em muitas de suas análises, diagnóstico feito já nos primeiros anos após a publicação de *Os Sertões*⁴⁰⁰. Contudo, essas falhas não excluem o fato de a obra euclidiana ter elegido o saber científico como uma diretriz máxima. Estava em jogo o estabelecimento de uma tríade entre ciência, literatura e política como bússola para o Brasil (SANTANA, 2000, 2001).

Nos textos amazônicos de Euclides, a valorização do conhecimento científico sobressai na constante reverência a antigos naturalistas da Amazônia e na pretensão de

³⁹⁹ ESCOBAR, Herton. “A ciência contra o negacionismo”. *Jornal da USP*, 22 jan. 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/a-ciencia-contra-o-negacionismo/>>. Acesso em 20 jun. 2021. Por outra parte, autores do campo da Filosofia, como Paulo César Carbonari, têm alertado para o caráter pouco crítico de certas percepções na sociedade que, ao enaltecer o conhecimento científico, têm incorrido, desde o início da pandemia de Covid-19, em noções epistemológicas simplistas, concepções que ecoariam uma visão de ciência como panaceia, desconsiderando as dinâmicas da comunidade científica, bem como as relações entre ciência e Ética (CARBONARI, 2020).

⁴⁰⁰ Luís Cláudio Villafañe G. Santos pondera, a respeito de Euclides da Cunha, que “[c]ausa forte impressão a aparente vastidão de seu saber científico em áreas tão diversas como geologia, geografia, botânica, antropologia, sociologia, psicologia, filosofia e história. É de reconhecer, contudo, que o caráter enciclopédico desse conhecimento pagava um preço altíssimo em falta de profundidade, enormes lacunas e graves equívocos – mesmo em relação à ciência de seu tempo –, muitas vezes acentuados por uma espantosa falta de modéstia quanto aos limites de seu domínio efetivo sobre as matérias de que tratava” (SANTOS, 2021, p. 317).

superá-los, estabelecendo dados geográficos mais atualizados e descrições supostamente mais precisas da região. Também é reveladora a admiração declarada de Cunha por dois dos mais importantes biólogos da Amazônia da época, os suíços Émil August Goeldi (1857-1917) – conhecido como Emílio Goeldi – e Jacques Huber (1867-1914), que conheceu em Belém do Pará (CUNHA, 2000, p. 100, p. 343).

É possível supor a admiração que hoje Euclides teria por cientistas como Ricardo Galvão⁴⁰¹, Carlos Nobre⁴⁰², Antônio Donato Nobre⁴⁰³, Ima Célia Vieira Guimarães⁴⁰⁴, Tasso Azevedo⁴⁰⁵ e Erika Berenguer⁴⁰⁶, que estão há anos na linha de frente das investigações sobre o desmatamento na Amazônia. Cientistas que, como Euclides, têm formação na área das Ciências Naturais e/ou Exatas e aliam seu conhecimento técnico à mobilização cidadã pela conservação ambiental. Aliás, Azevedo, Galvão e Carlos Nobre estudaram Engenharia, como Cunha⁴⁰⁷.

O exemplo de Galvão é particularmente ilustrativo da relação da atual gestão federal e a comunidade científica. Trata-se do diretor do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – exonerado em agosto de 2019, após ser difamado pelo Presidente

⁴⁰¹ Professor Titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo e ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE – de 2016 a 2019. Ver: <<http://lattes.cnpq.br/1443260585180322>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁰² Doutor em Meteorologia pela Massachusetts Institute of Technology, estudioso do clima da Amazônia desde a década de 1980. Ver: <<http://lattes.cnpq.br/1608252203113404>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁰³ Agrônomo, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA – e estudioso do fenômeno dos “rios voadores” da Amazônia – massas de ar úmidas que desempenham papel fundamental para o regime de chuvas na região, em países andinos e no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul do Brasil. Ver: <<http://lattes.cnpq.br/7435229418765108>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁰⁴ Agrônoma e ecóloga, estudiosa dos processos e das possibilidades de restauração ecológica e reflorestamento da Amazônia. Ver: <<http://lattes.cnpq.br/3761418169454490>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁰⁵ Engenheiro florestal, coordenador do MapBiomass – organização não governamental que monitora o uso do solo e o desmatamento no Brasil – e ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro, que participou do processo de criação do Fundo Amazônia em 2007. Ver: <<https://www.linkedin.com/in/tassoazevedo/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁰⁶ Bióloga brasileira, pesquisadora da Universidade de Oxford e que realiza pesquisas sobre efeitos de queimadas e da extração madeireira na degradação ambiental da Amazônia. Ver: <<http://lattes.cnpq.br/7911370006267797>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁰⁷ Euclides da Cunha tem sido muito enaltecido como um precursor do jornalismo literário (PIZA, 2010), em um dos argumentos utilizados para justificar sua escolha como autor homenageado da FLIP de 2019 – ver: LIMA, Juliana Domingues de. Como Euclides da Cunha marcou jornalismo literário no país. **Nexo Jornal**, 9 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/09/Como-Euclides-da-Cunha-marcou-o-jornalismo-liter%C3%A1rio-no-pa%C3%ADs>>. Acesso em 21 fev. 2021. Talvez também mereça receber renovada atenção na imprensa a intersecção entre que Euclides operou entre investigação nas áreas de Engenharia e Ciências Naturais, reflexão sociológica e engajamento cidadão – os trabalhos de José Carlos Barreto de Santana são referências centrais para o estudo desse aspecto (SANTANA, 2000, 2001). O interesse pela referida conjugação se explica não somente pelo destacado papel de cientistas no enfrentamento ao desmatamento e à pandemia de Covid-19 na atualidade, mas também por iniciativas que tem fomentado diálogos entre as Humanidades e as Ciências Naturais. Por exemplo, o projeto “Botão Vermelho”, do Instituto Serrapilheira em parceria com a revista *Suplemento Pernambuco*. Trata-se da publicação de contos de autores brasileiros contemporâneos inspirados por pesquisas científicas de universidades públicas do país – ver: <<https://serrapilheira.org/projetos/botao-vermelho/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

da República⁴⁰⁸. O órgão havia divulgado dados alarmantes sobre a aceleração do desmatamento na Amazônia desde maio daquele ano, o que era desfavorável para a imagem do governo.

Galvão foi acusado pelo Presidente, sem qualquer tipo de prova, de ter distorcido os dados para depreciar a gestão federal⁴⁰⁹. Pode-se inferir que a preocupação tenha sido apenas com a divulgação de resultados negativos e não com a efetiva reversão deles, uma vez que o desmatamento seguiu disparando em 2020 e em 2021⁴¹⁰ e o Palácio do Planalto seguiu debilitando os órgãos de proteção do ambiente. O desprestígio de cientistas e intelectuais por parte do Governo Federal, tão criticado por Euclides e seus colegas na Primeira República – a ponto de ter se cunhado o neologismo “mediocracia”, com o significado de “governo da mediocridade” (SEVECENKO, 2003, pp. 109-110) –, parece ter voltado à cena⁴¹¹.

A segunda noção euclidiana que se alinha aos clamores contemporâneos pela preservação da Floresta Amazônica radica no questionamento a uma economia destrutiva, focada exclusivamente em lucros em curto prazo. É essa visão econômica, afinal, que há muito busca legitimar a derrubada sistemática da vegetação amazônica.

Se a principal crítica de Euclides recaía sobre o extrativismo nômade da economia da borracha, hoje os principais focos de desmatamento se dão por abertura de áreas para a agropecuária e a especulação fundiária – mediante grilagem de terras –, por modalidades ilegais de extração de madeira e pela mineração clandestina (ABRAMOVAY, 2019, p. 70, pp. 76-77). O incentivo ao garimpo é uma das pautas prediletas do atual Presidente⁴¹², que diz já ter sido um praticante dessa atividade⁴¹³.

⁴⁰⁸ BRAGANÇA, Daniele. Diretor do INPE é exonerado após Bolsonaro criticar dados do desmatamento. ((o))eco, 2 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/diretor-do-inpe-e-exonerado-apos-bolsonaro-criticar-dados-do-desmatamento/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁰⁹ BRAGANÇA, Daniele. Bolsonaro diz que diretor do INPE pode estar “a serviço de alguma ONG”. ((o))eco, 19 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/bolsonaro-diz-que-diretor-do-inpe-pode-estar-a-servico-de-alguma-ong/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴¹⁰ DANTAS, Carolina. Desmatamento na Amazônia cresce 9,5% em um ano e passa de 11 mil km², aponta Inpe. G1, 30 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/11/30/amazonia-teve-11-mil-km-de-desmatamento-entre-agosto-de-2019-e-julho-de-2020-aponta-inpe.ghtml>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴¹¹ Os cortes de orçamento para as instituições federais de Educação em 2019 e 2020 também permitem notar um profundo desprestígio da pesquisa e da produção científicas por parte da atual Presidência. Ver: MARTINS, Humberto. Marcada por polêmicas e cortes, gestão de Abraham Weintraub na Educação está perto do fim. Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/17/interna_politica,1157701/polemicas-e-cortes-gestao-de-abraham-weintraub-no-ministerio-educacao.shtml>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴¹² Ensaístas como João Moreira Salles e Luiz Eduardo Soares têm apontado uma profunda importância do garimpo no ideário do Presidente em exercício: “O cartão-postal da visão de mundo bolsonarista é o garimpo, no qual todas as dimensões da existência estão aviltadas: saúde, meio ambiente, relações de trabalho, norma jurídica. Não por acaso, nas raras vezes em que esboçou uma perspectiva de futuro para a

Verifica-se desde 2019 uma expansão das áreas de garimpo ilegal na Amazônia⁴¹⁴, o que tem levado a um recrudescimento dos ataques a povos originários – como nas tentativas de invasão à comunidade Palimi ú, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, no último mês de maio⁴¹⁵.

No que concerne à agenda legislativa, o Presidente da República assinou o Projeto de Lei 191/2020, que flexibiliza o garimpo de pessoas não indígenas em terras dos povos nativos e libera a exploração mineral e hídrica nesses territórios⁴¹⁶. A aprovação é uma das prioridades da base governista no Congresso Nacional em 2021⁴¹⁷. Concomitantemente, tem avançado o processo do Projeto de Lei 490/2007, aprovado em 23 de junho na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos

Amazônia, Bolsonaro lhe atribuiu um papel central. Ao *Globo*, declarou que pretendia criar ‘pequenas Serras Peladas’ Brasil afora. Em abril, o governo afastou dois chefes de fiscalização do Ibama que comandaram uma operação no Pará contra garimpeiros que tinham invadido terras indígenas. A terra devastada que o garimpo deixa para trás é a materialização da estética bolsonarista (...). In: MOREIRA SALLES, João. A morte e a morte: Jair Bolsonaro entre a morte e o gozo. **Piauí**, edição 166, julho de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 21 fev. 2020. Ver: IGLESIAS, Simone; DOUGLAS, Bruce. Defesa do garimpo reflete política de Bolsonaro para a Amazônia. **UOL**, 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/08/28/defesa-do-garimpo-reflete-politica-de-bolsonaro-para-amazonia.htm>>. Acesso 21 fev. 2021.

⁴¹³ A relação do Presidente com o garimpo também pode ser vista à luz de sua relação com Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como “Major Curió”. Curió foi agente da repressão da Ditadura Militar contra a guerrilha no Araguaia e interventor federal (1980-1982) da área de segurança da Serra Leste de Marabá, no Pará, onde ficava o garimpo de Serra Pelada. Ver: CASTILHOS, Roniara; MATOSO, Filipe. Bolsonaro recebe Major Curió, que comandou repressão à Guerrilha do Araguaia durante a ditadura. **G1**, 4 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/04/bolsonaro-recebe-major-curio-que-comandou-repressao-a-guerrilha-do-araguaia-durante-a-ditadura.ghtml>>. Acesso em 21 fev. 2021; VALENTE, Rubens. Bolsonaro afirma que praticava garimpo de ouro nos anos 1980. **Folha de S. Paulo**, 18 mai. 2017b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885048-bolsonaro-afirma-que-praticava-garimpo-de-ouro-nos-anos-1980.shtml>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴¹⁴REDE XINGU+. “Dossiê garimpo no Xingu”, 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/dossie_garimpo_no_xingu_0.pdf>. Acesso em 23 fev. 2021. Sobre o enfraquecimento das instituições de fiscalização ambiental, ver: QUADROS, Vasconcelo. Sem apoio do Exército e com silêncio do Ibama. **Agência Pública**, 11 out. 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/10/sem-apoio-do-exercito-e-com-silencio-do-ibama/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴¹⁵ BRASIL, Kátia; COSTA, Emily; FARIAS, Elaíze. Garimpeiros ligados ao PCC atacam aldeia Yanomami. **Amazônia Real**, 10 mai. 2021. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-ligados-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami/>>. Acesso em 26 jun. 2021.

⁴¹⁶ MAZUI, Guilherme; BARBIÉRI, Luiz Felipe. Bolsonaro assina projeto com regras para mineração e geração de energia em terras indígenas. **G1**, 5 fev. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/05/bolsonaro-assina-projeto-de-lei-para-regulamentar-mineracao-e-geracao-de-energia-em-terras-indigenas.ghtml>>. Acesso em 20 jun. 2021.

⁴¹⁷ MENEGASSI, Duda. Mineração em Terras Indígenas, regularização fundiária e mais, entenda as prioridades de Bolsonaro para 2021. **((o))eco**, 7 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/mineracao-em-terras-indigenas-regularizacao-fundiaria-e-mais-entenda-as-prioridades-de-bolsonaro-para-2021/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

Deputados em meio à repressão a protestos de diversas etnias indígenas em Brasília⁴¹⁸. O projeto fragiliza o processo de demarcação de terras indígenas, o que atende ao interesse dos agentes que buscam ocupar e explorar essas áreas⁴¹⁹.

É verdade que Cunha recomendava a agricultura no Acre, o que implicava algum grau de desmatamento. Todavia, a atividade agrícola por ele sugerida era de pequena escala e visava à subsistência familiar dos migrantes, com o fito de livrá-los do nomadismo. Era uma agricultura com perfil bem distinto da agropecuária exportadora e de proporção industrial que hoje impera nas áreas devastadas da Amazônia. A proposta euclidiana primava pela diretriz de aproveitamento ordenado e racional da terra. Esses mesmos princípios, na contemporaneidade, inspiram modelos de desenvolvimento sustentável, que se engajam pela conjugação equilibrada entre a proteção dos ecossistemas e a produção econômica (BECKER; STENNER, 2008).

Como salienta o pesquisador Ricardo Abramovay, estudos demonstram que o ganho econômico oriundo do desmatamento é relativamente escasso e desproporcional ao seu custo ambiental. Segundo pesquisa do Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia –, em 2011 cerca de 70% da área amazônica desmatada estava economicamente ociosa (ABRAMOVAY, 2019, p. 41). Mas mesmo as áreas desmatadas que se tornam utilizadas tendem a não proporcionar alta produtividade. As evidências indicam que o aproveitamento econômico da agropecuária brasileira advém mais da adoção de incrementos tecnológicos do que da ampliação da área ocupada (*Ibidem*, p. 25). A agropecuária praticada na Amazônia é particularmente pouco produtiva: ocupa 750 mil quilômetros quadrados e contribui com apenas 14,5% do produto agropecuário brasileiro, ao passo que a área agrícola de São Paulo, quase quatro vezes menor, representa 11,3% de tal produto (*Ibidem*, p. 31). Ademais, ressalte-se que o desenvolvimento da agricultura e da pecuária não é nem de longe incompatível com a redução do desmatamento, como evidencia o exemplo da própria Amazônia. Entre 2004 e 2012 as taxas anuais de desflorestamento diminuíram aproximadamente 83%, ao passo que o produto agropecuário anual da região quase duplicou (*Ibidem*, p. 29).

⁴¹⁸ ALESSI, Gil. Na Câmara, comissão aprova projeto que fragiliza blindagem de terras indígenas. **El País Brasil**, 23 jun. 2021. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-23/na-camara-comissao-aprova-projeto-que-fragiliza-blindagem-de-terras-indigenas.html>>. Acesso em 25 jun. 2021.

⁴¹⁹ DANTAS, Carolina. Por que os indígenas protestam em Brasília? Entenda o PL 490, projeto que muda a demarcação de terras. **G1**, 23 jun. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/06/23/por-que-os-indigenas-protestam-em-brasilia-entenda-o-pl-490-projeto-que-muda-a-demarcacao-de-terras.ghtml>>. Acesso em 25 jun. 2021.

Se o desmatamento amazônico não é um requisito efetivo e necessário para o desenvolvimento agroeconômico, de outro lado, configura uma externalidade negativa – isto é, um efeito contraproducente não calculado – para os potenciais proporcionados pela conservação da biodiversidade regional. Estudos da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – estimam que, para a agricultura brasileira, as perdas decorrentes das mudanças climáticas totalizaram 7,4 bilhões de dólares em 2020 e chegarão a 14 bilhões de dólares em 2070 (*Ibidem*, p. 41). O recuo do desmatamento certamente diminuiria custos tão elevados. A relevância dos serviços ecossistêmicos amazônicos – como regulação hídrica, proteção do solo e sequestro de carbono – é verdadeiramente colossal (*Ibidem*, pp. 64-65). Tentativas de aferi-la em termos monetários a localizam na casa dos trilhões de dólares⁴²⁰ (*Ibidem*, p. 57).

As tendências de inovação econômica do século XXI têm enxergado a natureza não como obstáculo, mas como “recurso escasso e como reserva de valor para a realização de capital futuro, fundamentalmente no que tange ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço da tecnologia”⁴²¹ (BECKER, 2005, p. 74). Os potenciais econômicos da biodiversidade amazônica ainda estão longe de ser plenamente descobertos (ABRAMOVAY, 2019, p. 64). No presente, mesmo sem grandes investimentos tecnológicos, prosperam diversas cadeias produtivas amazônicas que dependem da preservação da flora local, a exemplo de frutos e plantas como cupuaçu, açaí, jambu, bacuri, copaíba, entre outras (NOBRE; SAMPAIO; BORMA; CASTILLO-RUBIO; SILVA; CARDOSO, 2016).

Em síntese: até em termos econômicos, a floresta vale mais em pé do que derrubada (BARROSO; MELLO, 2020). Derrubando-a, o Brasil, país detentor da maior biodiversidade do mundo, abandona a oportunidade de se elevar como potência

⁴²⁰ Segundo dados do economista Bernardo Strassberg, professor da PUC-RIO, um hectare preservado da Floresta Amazônica oferta serviços ambientais avaliados em R\$3.500 por ano, ao passo que a mesma área desmatada para o plantio de soja renderia um máximo de R\$ 1.000 no mesmo intervalo de tempo. Ver: AZEVEDO, Ana Lucia. Floresta preservada vale mais que terra desmatada, diz economista. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 out. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/floresta-preservada-vale-mais-que-terra-desmatada-diz-estudo-23191665#:~:text=S%C3%A3o%20chamados%20servi%C3%A7os%20ambientais%20%E2%80%94%20ecossist%C3%A2micos,em%20R%24%203.500%20por%20ano>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴²¹ Na mesma linha, Carlos Nobre e colaboradores afirmam que “the Fourth Industrial Revolution opens a new paradigm of seeing tropical regions not only as potential sources of natural resources and biodiversity but also as reserves of precious biological biomimetic knowledge that can fuel a new development model that can benefit both local/indigenous populations and the world at large” (NOBRE; SAMPAIO; BORMA; CASTILLO-RUBIO; SILVA; CARDOSO, 2016). São citados como exemplos do desenvolvimento tecnológico inspirado na biodiversidade amazônica tem gerado mecanismos de captação de gás carbônico, energia solar e produção de energia elétrica a partir de atividade microbiana (*Ibidem, idem*).

ambiental global e colher os benefícios que essa posição estratégica traria (ABRAMOVAY, 2019, pp. 94-96; NOBRE; NOBRE, 2019). Perde-se com isso o papel da Amazônia para a afirmação do país no concerto das nações, algo que Euclides da Cunha já apontava.

A insistência no desmatamento da Amazônia parece levar o Brasil à construção de ruínas, oximoro de Euclides para se referir ao caráter ambiental e humanamente devastador da ação dos caucheiros peruanos na Amazônia. A figura de linguagem serviu de título do livro de Eliane Brum, *Brasil, construtor de ruínas* (BRUM, 2019), sobre a crise democrática, ética, econômica e ambiental que nosso país tem atravessado desde meados da década de 2010. Mesmo que a obra não cite Cunha, trata-se de indício da permanência do poder discursivo da escrita euclidiana.

Além do elogio da ciência e da defesa da utilização econômica racional dos recursos naturais, uma terceira ideia presente em Euclides que pode subsidiar o desenvolvimento sustentável na Amazônia é a preocupação com as comunidades tradicionais da região – os chamados “povos da floresta”. A espoliação sofrida pelos seringueiros acreanos no início do século XX, que impressionou Cunha, tem paralelos com a tomada e grilagem de terras indígenas, quilombolas e ribeirinhas na Amazônia do século XXI. Invade-nos um sentimento amargo ao ler as denúncias do autor sobre as difíceis condições de vida dos seringueiros do Acre e, voltando à atualidade, ouvir todo o desdém do ex-Ministro do Meio Ambiente pela figura de Chico Mendes⁴²² (1944-1988), líder seringueiro, militante e ambientalista acreano, morto por grileiros de terras.

No início de sua gestão, Ricardo Salles indagou durante uma entrevista: “Que diferença faz quem é Chico Mendes nesse [*neste*] momento?”. Bem, os conflitos no campo têm se intensificado, na esteira da complacência – quando não do *lobby* – da atual Presidência em relação à invasão e exploração ilegal de terras. Em 2019, a Amazônia atingiu o maior número de assassinatos de lideranças indígenas em uma década e contabilizou mais de 100 mil famílias de agricultores afetadas por disputas fundiárias, recebendo ameaças ou sendo expulsas de suas terras⁴²³. A localidade em que

⁴²² ANGELO, Claudio. A ignorância de Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, sobre Chico Mendes. *Época*, 15 fev. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/a-ignorancia-de-ricardo-salles-ministro-do-meio-ambiente-sobre-chico-mendes-23452042>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴²³ FONSECA, Bruno; DOMENICI, Thiago. Sob governo Bolsonaro, conflitos no campo aumentam e assassinatos de indígenas batem recorde. *Agência Pública*, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/04/sob-governo-bolsonaro-conflitos-no-campo-aumentam-e-assassinatos-de-indigenas-batem-recorde/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

a missionária Dorothy Stang foi assassinada em 2005 – Anapu, no Pará – continua sendo palco de homicídios de diversas lideranças comunitárias⁴²⁴.

Os fatos respondem ao ex-Ministro, que, aliás, é investigado em dois inquéritos autorizados pelo Supremo Tribunal Federal. O primeiro deles se refere a uma suposta tentativa de obstruir apurações da Polícia Federal para proteger os madeireiros envolvidos na maior apreensão de madeira ilegal na Amazônia, na Operação Handroanthus, realizada em dezembro de 2020⁴²⁵. Conforme o artigo 321 Código Penal, a prática pode configurar crime de advocacia administrativa – o uso das prerrogativas de servidor público para defender, direta ou indiretamente, interesses particulares perante a administração pública. Em um segundo inquérito, Salles é denunciado por possível envolvimento em esquema de facilitação de contrabando, crime tipificado no artigo 318 do Código Penal. Em fevereiro de 2020, o Ibama, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, emitiu despacho que revogou requisitos de fiscalização e liberou mais de 8 mil cargas de madeira nativa brasileira que haviam sido exportadas ilegalmente e apreendidas no exterior⁴²⁶.

Crimes de sangue e de “colarinho branco”, crimes de hoje e de ontem na Amazônia. Euclides chamava de “criminoso” e “feudal” o poder desmedido dos donos de seringais. Sob nova roupagem, os poderes privados seguem fazendo feroz uso da violência para dominar e lucrar com a região: “na Amazônia, os municípios onde mais se desmata [são] igualmente aqueles de maior explosão da violência” (ABRAMOVAY, 2019, p. 73). Disso se conclui que o desmatamento é, nas palavras de Abramovay, “uma questão central para a própria democracia, ou seja, a força das instituições republicanas em fazer com que os cidadãos cumpram as leis” (*Ibidem*, p. 69). Os pistoleiros de hoje têm aliados e armas mais poderosas do que as carabinas Winchester de 1900... (CUNHA, 2000, p. 161).

Euclides da Cunha acreditava que a Amazônia era uma contraface, uma alteridade em relação ao Brasil, por sua paisagem única e por sua frágil integração

⁴²⁴ OLIVEIRA, Rafael; DOMENICI, Thiago. Após dois assassinatos em uma semana, líder rural ameaçado foge de Anapu”. **Agência Pública**, 18 dez. 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/12/apos-dois-assassinatos-em-uma-semana-lider-rural-ameacado-foge-de-anapu/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴²⁵ ENTENDA investigação contra Ricardo Salles autorizada pelo STF que apura suspeita de atrapalhar PF. **BBC News Brasil**, 3 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57346129>>. Acesso em 21 jun. 2021.

⁴²⁶ CAMARGO, Isabela; MARQUES, Marília; LOREDO, Sthefanny; HANNA, Wellington. Ricardo Salles e presidente do Ibama são alvos de operação que investiga exportação ilegal de madeira. **G1**, 19 mai. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/19/operacao-da-pf-investiga-esquema-de-exportacao-ilegal-de-madeira-para-eua-e-europa.ghtml>>. Acesso em 25 jun. 2021.

geográfica com os enraizados polos de poder do Nordeste e do Centro-Sul. Em 2021, a Amazônia pode ser concebida como símbolo profundo das mazelas brasileiras⁴²⁷ e dos desafios do país para o futuro⁴²⁸. A perseverança e o agigantamento dos problemas já identificados pelo ensaísta na região atestam isso.

Por outro lado, não devemos escoimar o Euclides amazônico de sua complexidade, concebendo-o anacronicamente como um ecologista de carteirinha. A conservação ambiental não era seu único anseio para a Amazônia. Seu desejo por grandes obras de infraestrutura – como o reservatório que idealizou no Rio Iaco (*Ibidem*, pp. 142-143) – se desdobra na atualidade em casos como o da controversa usina hidrelétrica de Belo Monte – no Rio Xingu, Pará – iniciada durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Os ciclóticos impactos sociais e ambientais da construção (2011-2019) motivaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – CIDH-OEA – a notificar o Brasil, exigindo reparações às populações indígenas e ribeirinhas locais⁴²⁹ (VIEIRA, 2015).

A difícil missão de harmonizar obras de engenharia e autêntico respeito ao ambiente e aos povos amazônicos também se anuncia com o plano da Ferrovia Transoceânica⁴³⁰. O projeto capitaneado por uma construtora chinesa⁴³¹ pretende

⁴²⁷ É o que se nota no exemplo do estado calamitoso da pandemia de Covid-19 no Amazonas em 2020 e em 2021 – ver: COVID-19: Manaus vive colapso com hospitais sem oxigênio, doentes levados a outros estados, cemitérios sem vagas e toque de recolher. **G1**, 14 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/14/covid-19-manaus-vive-colapso-com-hospitais-sem-oxigenio-doentes-levados-a-outros-estados-cemiterios-sem-vagas-e-toque-de-recolher.ghtml>>. Acesso em 21 fev. 2021. Ainda na Amazônia brasileira, o Amapá enfrentou uma pane elétrica de 22 dias em novembro de 2020 – ver: ARINI, Juliana. Crise no Amapá: apagão causa ao menos 8 mortes em meio ao descaso das autoridades. **Repórter Brasil**, 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/12/crise-no-amapa-apagao-causa-ao-menos-8-mortes-em-meio-ao-descaso-das-autoridades/>>. Acesso em 21 fev. 2021) e o Acre sofreu com fortes enchentes em fevereiro de 2021 – ver: BRASIL, Janine; RODRIGUES, Iryá. “Acre já tem quase 130 mil pessoas atingidas pela cheia de rios na capital e no interior do estado”. **G1**, 20. fev. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/20/acre-ja-tem-quase-130-mil-pessoas-atingidas-pela-cheia-de-rios-na-capital-e-no-interior-do-estado.ghtml>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴²⁸ Cientistas alertam que a intensificação da degradação ambiental da Amazônia está criando condições para o surgimento de futuras epidemias – e possíveis pandemias – a partir da floresta. Ver: BORGES, Thaís; BRANFORD, Sue. Desmatamento acelerado na Amazônia pode levar à próxima pandemia. **Mongabay**, 29 abr. 2020. Disponível em <<https://brasil.mongabay.com/2020/04/desmatamento-acelerado-na-amazonia-pode-levar-a-proxima-pandemia/>>. Acesso em 21 fev. 2020; RODRIGUES, Karine. Pesquisador aponta que intervenção desenfreada na Amazônia pode gerar epidemias. **Agência Focruz de notícias**, 10 set. 2020. Disponível em: <<https://agencia.focruz.br/pesquisador-aponta-que-intervencao-desenfreada-na-amazonia-pode-gerar-epidemias>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴²⁹ Ver: <<https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2018/238.asp>>. Acesso em 21 fev. 2021. Em 2011, ao julgar a Medida Cautelar 382/2010, a Corte pediu a suspensão das obras da usina, o que gerou dura reação brasileira. A Comissão posteriormente recuou de sua decisão (VIEIRA, 2015).

⁴³⁰ LISSARDY, Gerardo. A polêmica ferrovia que a China quer construir na América do Sul. **BBC News Brasil**, 19 mai. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovia_transoceanica_construcao_lgb>. Acesso em 21 fev. 2021.

interligar Atlântico e Pacífico, Brasil e Peru. No território brasileiro, ela passaria pelo Sudeste, pelo Centro-Oeste e pelo Acre, reforçando a interligação entre o Brasil e o Pacífico, uma preocupação que Cunha já demonstrava com a ideia da ferrovia Transacreama. Se um dia for concretizada, a grandiosidade da Biocênica radicalizará a aspiração euclidiana de influência brasileira na Amazônia Ocidental e na área Noroeste da América do Sul.

Seja por seus projetos de engenharia algo mirabolantes, seja por sua preocupação política com a valorização da ciência e de um desenvolvimento econômico socialmente justo e prudente no trato da natureza, a obra amazônica de Euclides merece ser mais conhecida. Não apenas por profissionais da História ou das Letras, mas por todas as pessoas preocupadas com o futuro da região e, por conseguinte, do Brasil.

2. “El Sur, el frío y el mar”: os novos rumos da ideia de uma Argentina *austral*

Cotejando a época de *La Australia argentina* e a atualidade, chama a atenção o grande contraste entre as situações econômicas da nação platina. Em 1898, a Argentina era uma economia sob poderosa ascensão (CONDE, 1993). Desde a década de 1930, o país vem enfrentando sucessivas crises, sofrendo com recessão, inflação e endividamento com órgãos financeiros internacionais (ROMERO, 2001).

No entanto, das últimas décadas do século passado até os tempos da corrente Presidência de Alberto Fernández (Partido Justicialista), é perceptível na Argentina a persistência de uma aspiração de grandeza em relação aos seus territórios austrais. Nesse ponto, o imaginário mobilizado por Payró parece ter continuado e se ressignificado ao longo do tempo. Não incide mais exclusivamente sobre a Patagônia, também tendo agora a Antártica e, claro, as Ilhas Malvinas como importantes objetos.

O fervor argentino em relação às Malvinas, embora tenha alcançado o seu ápice com a guerra de 1982 contra o Reino Unido, remonta ao início do século XX:

A obsessão que o tema adquiriu entre os argentinos a partir da década de 1930 por si só merece atenção de estudiosos de nacionalismo: expressões como “santidade”, “cruzada” e “divindade” são recorrentes entre os cidadãos daquele país. O próprio conflito de 1982 era tratado corriqueiramente no país como uma “guerra santa” ou “justa” (SANTOS, 2018, p. 26).

⁴³¹ A despeito de serem uma marca do desenvolvimento econômico e tecnológico oitocentista, as ferrovias estão no centro de alguns dos mais modernos e ambiciosos projetos de infraestrutura do século XXI, como a Iniciativa do Cinturão e Rota – também conhecida como “Nova Rota da Seda” – planejada pelo governo da China. O projeto prevê a construção de diversas ferrovias para conectar o país com a Ásia Central, o Sudeste Asiático, o Oriente Médio e a Europa. Destaca-se o projeto da “New Eurasian Landbridge”, que pretende interligar a China à porção europeia da Rússia (POMFRET, 2019).

Com o desígnio de estabelecer de uma base estratégica para administrar seus interesses comerciais nos Oceanos Atlântico e Pacífico, os britânicos fincaram sua bandeira nas Malvinas em 1833⁴³² (BANDIERI, 2014, p. 83). O fato suscitou preocupação nas elites dirigentes argentinas à época. Ainda naquele ano, o Governador de Buenos Aires – responsável pela política externa no período da Confederação (1831-1861) –, Juan Ramón González Balcarce (1773-1836) reivindicou, sem sucesso, a soberania do país nas ilhas (FLACHSLAND; ADAMOLI; LORENZ, 2010, pp. 58-59). Tentativas inexitosas seriam repetidas por Rosas em 1838, 1841 e 1849 e por Sarmiento, no posto de Embaixador argentino nos Estados Unidos, em 1866. Os profundos vínculos argentinos com a economia britânica dificultavam que as exigências se radicalizassem e prosperassem (*Ibidem, idem*).

A questão das Malvinas ganhou especial interesse intelectual na década de 1930, conhecida em parte da historiografia como a “década infame” da Argentina, em função da restauração conservadora ocorrida no período (ROMERO, 2001, pp. 67-95). Em um ambiente tumultuoso, marcado pelos impactos da crise econômica de 1929 e pelo golpe militar liderado por José Felix Uriburu em 1930, novas interpretações da História argentina, à esquerda e à direita, enfatizaram como o Reino Unido explorara o país no século XIX⁴³³ (BEIRED, 1999, pp. 53-59). Essa percepção era reforçada por acontecimentos daqueles anos, haja vista o acordo Roca-Runciman – de 1933, justamente no centenário da tomada britânica das Malvinas – que concedia privilégios comerciais a Londres em troca do estabelecimento de cotas da venda de carne argentina para o Reino Unido (ROMERO, 2001, pp. 76-77).

Nesse contexto, o deputado socialista Alfredo Palacios apresentou um projeto de lei – nº 11.904 de 1934 – que objetivava incluir no currículo escolar a História das Malvinas, reforçando uma narrativa nacionalista, que criticava a usurpação britânica das ilhas. A proposta determinava a inclusão de trechos de *Las Islas Malvinas* –

⁴³² Também no Atlântico Sul, em 1775, o navegador britânico James Cook desembarcou nas Ilhas Geórgias do Sul e nas Ilhas Sandwich do Sul, reivindicando o domínio britânico sobre ambas. A formalização desse domínio se daria, no caso das Ilhas Geórgias, na década de 1840 e, no caso das Ilhas Sandwich do Sul, apenas em 1908. Em ambos os casos, o processo se deu por meio de edição de carta-patente pela Monarquia britânica (SOUTH GEORGIA & THE SOUTH SANDWICH ISLANDS, 2016, p. 5).

⁴³³ A vertente mais conservadora que encampou essa crítica pode ser representada pelos irmãos Julio e Rodolfo Irazusta e pelo periódico nacionalista *Crisol*. Por sua vez, a corrente mais progressista da crítica à dependência ao Reino Unido é costumeiramente identificada pelo grupo FORJA (Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina), integrada por Raúl Scalabrini Ortiz e Arturo Jauretche (FLASCHLAND; ADAMOLI; LORENZ, 2010, pp. 60-64; BEIRED, 1999, pp. 53-59).

originalmente *Les Îles Malouines* (1910) –, de Paul Groussac nos livros didáticos e a distribuição da obra nas bibliotecas populares argentinas. O projeto foi unanimemente aprovado nas duas câmaras legislativas e o livro – até então inédito para o Espanhol – foi traduzido e publicado em 1936 (GROUSSAC, 2015, pp. 5-6). Era um libelo pela legitimidade da soberania argentina sobre as Malvinas. Curioso notar como Groussac e Palacios, contemporâneos de Payró, exprimiam uma visão anglófoba e anti-imperialista, divergente da do autor de *La Australia argentina*. Ao menos, tinham os três em comum a convicção da centralidade dos territórios meridionais para a definição do futuro da Argentina.

Nas décadas seguintes, sendo tema consolidado nas escolas e bibliotecas, as Malvinas permearam o imaginário argentino. Passaram a ser um dos elementos definidores da identidade nacional. Essa visão pode ser sintetizada pelo título de uma canção de Atahualpa Yupanqui, compositor de estilo folclórico, sobre as Ilhas: “Hermanita Perdida”⁴³⁴ (1971).

O mote da recuperação das Malvinas foi a cartada final da última Ditadura Militar argentina (1976-1983). Desde 1978, o governo estava envolto no Conflito do Beagle, em que disputava com o Chile a soberania de três ilhas atlânticas – Picton, Lennox e Nueva – do referido canal, na Terra do Fogo (BANDIERI, 2014, pp. 268-269). O litígio tinha sido submetido a uma arbitragem em 1977 cujo resultado, favorável aos chilenos, a Argentina não reconheceu. O país se preparou para invadir as ilhas em 1978 e iniciar uma guerra, o que foi evitado pela mediação do Papa João Paulo II⁴³⁵ (*Ibidem, idem*; PASSETTI, 2018b).

Muito mais audaciosa foi a manobra geopolítica realizada pelo regime em 1982, quando se efetuou o desembarque de forças argentinas nas imediações de Port Stanley, capital das Malvinas – então rebatizada como “Puerto Argentino”. Na prática, era uma declaração guerra contra o Reino Unido. Operou-se uma súbita mudança de ânimos entre a população argentina. A ditadura de Galtieri revertia de pronto toda sua impopularidade. Até opositores exilados, como Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel

⁴³⁴ Dizem alguns dos versos da canção: “(...) Malvinas, tierra cautiva / De un rubio tiempo pirata / Patagónia te suspira / Toda la pampa te llama / Seguirán las mil banderías / Del mar, azules y blancas / Pero queremos ver una/ Sobre tus piedras clavada / Para llenarte de criollos/ Para curtirte la cara/ Hasta que logres el gesto de la Pátria/ Ay, hermanita perdida/ Hermanita: vuelve a casa” (YUPANQUI *apud* SANTOS, 2018, pp. 31-32).

⁴³⁵ As tensões entre Chile e Argentina se mantiveram até a assinatura do tratado de paz e amizade em 1984 (BANDIERI, 2014, p. 269).

da Paz de 1980, davam seu aval à tentativa tomada das Malvinas (SANTOS, 2018, p. 32). Susana Bandieri narra:

el pueblo salió a la calle el 30 de marzo de 1982 al grito de “se va a acabar, se va a acabar, la dictadura militar” [*importante manifestación convocada pela entidade sindical Confederación General del Trabajo, CGT*] y sufrió una dura represión.

Tres días después [2 de abril de 1982], la recuperación de Malvinas provocaba masivas adhesiones y Galtieri salía al balcón de la Casa Rosada frente a una multitud instalada en la Plaza de Mayo. Una parte muy importante de la sociedad argentina vivió entonces la recuperación de las islas como una “causa nacional” en la que derechas e izquierdas podían coincidir, desviando momentáneamente la atención de la violencia del terrorismo de Estado. Una prensa por demás triunfalista y la activa promoción de intelectuales y conocidas personalidades del mundo de las ciencias y de la cultura contribuyeron con la construcción del consenso ciudadano. Un renovado sentimiento patriótico se apoderó de los argentinos (BANDIERI, 2014, pp. 301-302).

O momento de maior euforia entre os argentinos foi o dia seguinte, 3 de abril, quando soldados britânicos se renderam nas Ilhas Geórgias do Sul, em imagens reproduzidas efusivamente pela imprensa argentina e que ganharam o mundo (COGGIOLA, 2012, pp. 194-195). Foi um dos breves momentos de esperança para os argentinos na guerra. Os dois meses e quatro dias que se seguiram foram de massacrante vitória britânica, que, entre outros fatores, se deveu a sua superioridade militar e ao apoio recebido dos Estados Unidos – a Junta Militar que governava a Argentina esperava ter o apoio ou ao menos a neutralidade estadunidense (*Ibidem*, pp. 196-198).

A derrota não diminuiu o peso das Malvinas na cultura e na política argentinas. A memória da guerra, já sob o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), foi disputada por sentidos e grupos diversos. Os combatentes argentinos foram vistos seja como protagonistas do confronto, seja como exemplo de patriotismo, seja como vítimas do autoritarismo e do despreparo do regime (FLACHSLAND; ADAMOLI; LORENZ, 2010, p. 91).

Associada a essa última representação, o fracasso no conflito foi tomado como símbolo de todos os traumas acumulados pelas violações de direitos humanos da Ditadura. Em 2 de abril de 1984, Alfonsín (Unión Cívica Radical) fez um discurso que procurava valorizar o valor cívico dos combatentes das Malvinas, chamando-os de “cidadãos de uniforme”, em uma senha que procurava vincular os militares a uma “institucionalidade democrática” (*Ibidem*, p. 106). Havia o risco de militares se

apropriarem da memória patriótica da guerra como uma forma de escamotear ou justificar as atrocidades do regime, o que efetivamente aconteceu⁴³⁶.

Há vinte anos, o 2 de abril é feriado nacional argentino, “Día del Veterano y de los Caídos en la Guerra de Malvinas”, a despeito de intelectuais como Beatriz Sarlo e Juan José Sebrelli questionarem o caráter ambíguo da data em relação à memória da Ditadura, dando margem a um “nacionalismo retrógrado”⁴³⁷. A Reforma Constitucional argentina de 1994, inseriu como primeiro item de suas disposições transitórias a

legítima e imprescriptible soberanía sobre las islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y los espacios marítimos e insulares correspondientes, por ser parte integrante del territorio nacional. La recuperación de dichos territorios y el ejercicio pleno de la soberanía, respetando el modo de vida de sus habitantes, y conforme a los principios del derecho internacional, constituyen un objetivo permanente e irrenunciable del pueblo argentino (ARGENTINA, 1994).

Nos últimos anos, as gestões presidenciais de Cristina Fernández de Kirchner (Partido Justicialista) se engajaram firmemente no propósito de retomada das Malvinas. Em 2013, a Chefe de Estado usou palavras diplomaticamente fortes ao se referir ao domínio britânico das Ilhas, chamando-o de “um caso colonial anacrônico” (VALÉRIO; HENTZ, 2013, p. 189). Considerando pouco produtivas essas investidas⁴³⁸, a gestão seguinte, de Mauricio Macri (Cambiamos), adotou um tom muito mais tímido ao tratar da questão. A postura gerou muitas críticas⁴³⁹. Macri procurou estabelecer alguns

⁴³⁶ A ameaça se concretizou no motim dos *carapintadas* – militares extremistas que se rebelaram contra os julgamentos dos agentes do Terrorismo de Estado da Ditadura – na Páscoa de 1987 (ROMERO, 2001, pp. 264-267). Ainda que houvesse forte apoio popular ao Presidente contra os amotinados, Alfonsín buscou contemporizar com eles, evitando a repressão. Argumentou, em um discurso, que entre os rebeldes havia “heróis das Malvinas” e não poderia haver mais derramamento de sangue na Argentina (FLACHSLAND; ADAMOLI; LORENZ, 2010, p. 90). O cientista político francês Alain Rouquié, assessor de Alfonsín, havia alertado que “para los militares las Malvinas serán siempre la oportunidad de recordar su existencia, su función y, un día, de rehabilitarse. Intentarán hacer olvidar la ‘guerra sucia’ contra la subversión y harán saber que ellos tuvieron una función evidente y manifiesta que es la defensa de la soberanía nacional” (LORENZ, 2009, p. 172).

⁴³⁷ POLÉMICA propuesta de um grupo de academicos y periodistas. *Clarín*, Buenos Aires, 23 fev. 2012. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/intelectuales-aceptan-derecho-autodeterminacion-kelpers_0_H1_fGMP2wmx.html>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴³⁸ CARMO, Marcia. A estratégia do novo governo argentino para tentar recuperar as Ilhas Malvinas, **BBC News Brasil**, 9 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_macri_malvinas_mc_ab>. Acesso em 23 fev. 2021.

⁴³⁹ DINATALE, Martín. Daniel Filmus: “Revisaremos los acuerdos de Macri con Gran Bretaña por las Malvinas porque se descuidó la defensa de nuestros recursos”. **Infobae**, 1º jan. 2020. Disponível em: <<https://www.infobae.com/politica/2020/01/01/daniel-filmus-revisaremos-los-acuerdos-de-macri-con-gran-bretana-por-las-malvinas-porque-se-descuido-la-defensa-de-nuestros-recursos/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

acordos com o Reino Unido – para exploração conjunta de pesca e hidrocarbonetos –, ainda que mantendo formalmente a reivindicação da soberania argentina⁴⁴⁰.

A atual Presidência de Alberto Fernández tem sinalizado voltar a uma atitude mais enfática ao abordar a questão malvinera⁴⁴¹. Em julho de 2020, o Senado argentino aprovou por unanimidade dois projetos para reafirmar a soberania do país nas Malvinas, nas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul⁴⁴². Parecendo distante a possibilidade de retorno das Ilhas à jurisdição do país platino, a Argentina se apega a pequenos sinais diplomáticos que hipoteticamente poderiam vir a significar uma simpatia por sua causa. Por exemplo, o pedido de permissão feito pela companhia aérea alemã Lufthansa ao país para passar pelo espaço aéreo das Malvinas em janeiro de 2021⁴⁴³.

Nos primeiros dias da guerra de 1982, as expectativas argentinas eram mais ousadas. Como Payró imaginara em relação à Patagônia, as Malvinas pareceram representar até mesmo a possibilidade de ofertar melhores condições de vida para as parcelas mais pobres da população argentina: “pessoas e famílias atingidas pela miséria social faziam planos otimistas de instalar-se como pioneiros argentinos nas ilhas recuperadas. Uma nova era se iniciava para o país”⁴⁴⁴ (COGGIOLA, 2012, p. 195). Vê-se aí o mesmo tipo de entusiasmo em relação aos territórios austrais, com a distinção de que o jornalista falava de um território já dominado pela Argentina – apesar de não aproveitado plenamente –, ao passo que as Malvinas ainda estavam e estão por se (re)conquistar.

Sob uma perspectiva histórica de longo prazo, talvez a diferença possa ser relativizada. Assim como as Malvinas, a Patagônia era reclamada como legítimo território argentino antes da “Conquista do Deserto”, em razão da herança espanhola. A região também havia sido desejada e fantasiada pela Argentina antes de 1878 e, anos

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

⁴⁴¹ GUADALUPE, Alan Soria. El Gobierno revisará las políticas de Macri sobre la cuestión Malvinas. **La Nación**, Buenos Aires, 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/politica/filmus-reforzara-onu-reclamo-soberania-islas-malvinas-nid2326662>>. Acesso em 23 fev. 2021.

⁴⁴² MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO Y CULTO DE LA NACIÓN. “El Senado aprobó dos proyectos que reafirman la soberanía argentina en Malvinas”. Información para la Prensa N° 181/20, 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/el-senado-aprobo-dos-proyectos-que-reafirman-la-soberania-argentina-en-0>>. Acesso em 23 fev. 2021.

⁴⁴³ REUTERS. Argentina interpreta pedido de companhia aérea alemã como apoio à reivindicação das Malvinas. **G1**, 22 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/22/argentina-interpreta-pedido-de-companhia-aerea-alema-como-apoio-a-reivindicacao-das-malvinas.ghtml>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁴⁴ “A pesar de que las Malvinas no contasen con un clima propicio para la agricultura familiar, Gustavo Adolfo Meschler, de Rosario, escribió al gobierno que él y su mujer estaban dispuestos a ir allí para trabajar en una pequeña granja y vivir de lo que produjese la tierra. Héctor Leoni escribió sobre las Malvinas como un sendero imaginario hacia el bienestar y el progreso de la Argentina, hacia un país aún más noble, sincero y trabajador” (SHEININ, 2019, p. 26).

após sua incorporação, Payró continuou a romantizá-la, só que em molde diferente. Na eventualidade de as Malvinas voltarem à Argentina, pode-se imaginar o quão idealizadas elas serão pela opinião pública nacional, ainda mais do que já são hoje (KORSTANJE, 2008). Discursos eufóricos exaltarão suas possibilidades redentoras, tal como o repórter de *La Nación* fizera em relação à Costa Sul argentina.

O historiador argentino Luis Alberto Romero aponta que a simbologia e o significado histórico em torno das Malvinas estão fincados

en un mito mayor: **una Nación argentina unida y homogénea, libre de escorias e impurezas, con un prometido destino de grandeza.** Esa Nación ideal ha sido representada de distintas maneras – la controversia por el “ser nacional” no acaba nunca – pero hay coincidencia amplia en esa aspiración homogeneizadora.

El mito se encarna en un territorio argentino ideal. Suponemos que su existencia es eterna, que forma parte de la asignación de dones hecha por el Señor durante la creación. Desde siempre ha conferido argentinidad a quienes lo habitaron. Según nuestros textos y mapas escolares, tuvimos aborígenes argentinos, ya antes de la llegada de los españoles. **La Argentina siempre estuvo allí.**

Ese territorio ideal no coincide exactamente con nuestras fronteras reales. (...) **La discrepancia entre el ideal y la realidad alimenta una nueva faceta del mito: la Argentina está incompleta.** Junto con la seguridad de un destino de grandeza prometido, hay una permanente insatisfacción. **No somos lo que debemos ser pues no tenemos todo el territorio que nos ha sido asignado** (ROMERO, 2012, *grifos nossos*).

Esse ideário, que Romero concebe como um “Irredentismo argentino” (*Ibidem*), já se voltou à Patagônia e às ilhas atlânticas do Sul. Hoje, se dirige principalmente ao Continente Antártico. O território da Antártica é disciplinado pelo Tratado Antártico de 1959 – cuja vigência se iniciou em 1961 – assinado por países que tinham pesquisas científicas no continente e também por nações que reivindicam soberania em partes dele. No segundo grupo encontravam-se Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e Argentina, seja por sua proximidade geográfica ou por expedições pioneiras à Antártica (VIEIRA, 2010, p. 155). O Tratado reconheceu essas reivindicações – impedindo que outros países reclamem soberania sobre a área –, mas não efetuou nenhuma partilha territorial, firmando o espaço antártico como zona de cooperação internacional e como um bem comum da Humanidade (*Ibidem, idem*).

Em 2009, após doze anos de estudos, a Argentina apresentou perante a Comissão de Limites das Plataformas Continentais (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU) os limites pretendidos para sua plataforma continental – que compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que margeiam as costas de um país até o limite

de um talude continental, onde a profundidade marítima se torna abissal. Os limites pleiteados pela Argentina abrangiam cerca de 1,7 milhões de quilômetros quadrados e incluíam não só as ilhas atlânticas do Sul, como também larga área circundante à parte da Antártica reclamada pela Argentina – o chamado Setor Antártico Argentino. Já em 2009, a Comissão – ligada Convenção da ONU para o Direito do Mar – rejeitou analisar a situação da Antártida, das Malvinas e das Geórgias do Sul e das Sandwich do Sul, pois de acordo com seu regulamento não possui competência para examinar controvérsias marítimas e territoriais⁴⁴⁵.

Reduzido de sua proposta original, o pleito foi aprovado pela Comissão em 2016⁴⁴⁶. A decisão conferiu ao país direitos soberanos na exploração do solo e do subsolo marinhos na área demarcada, em uma fração mais ao Norte do litoral argentino, na costa da província de Buenos Aires. Segundo a Fundación Nuestro Mar, organização não-governamental argentina especializada em assuntos marítimos, a área constitui cerca de apenas um quinto dos 1,7 milhões de quilômetros quadrados inicialmente pretendidos. De qualquer modo, desde 2016, as comunicações oficiais do governo argentino têm passado a impressão de que o veredito de que o CLPC acatou as demandas argentinas por inteiro e legitimou a soberania argentina Malvinas, nas Geórgias do Sul, nas Sandwich do Sul e em parcela da Antártida⁴⁴⁷.

Em um dos maiores exemplos do uso dessa retórica, em 2020, o governo Fernández lançou um mapa atualizado dos espaços marítimos argentinos. Extrapolando os limites marítimos estabelecidos pelo CLPC, a carta inclui o Setor Antártico Argentino, projetando a imagem de um país bicontinental e oceânico⁴⁴⁸. Novamente, a ideia de uma Argentina *austral* revela seu extremo potencial de sedução.

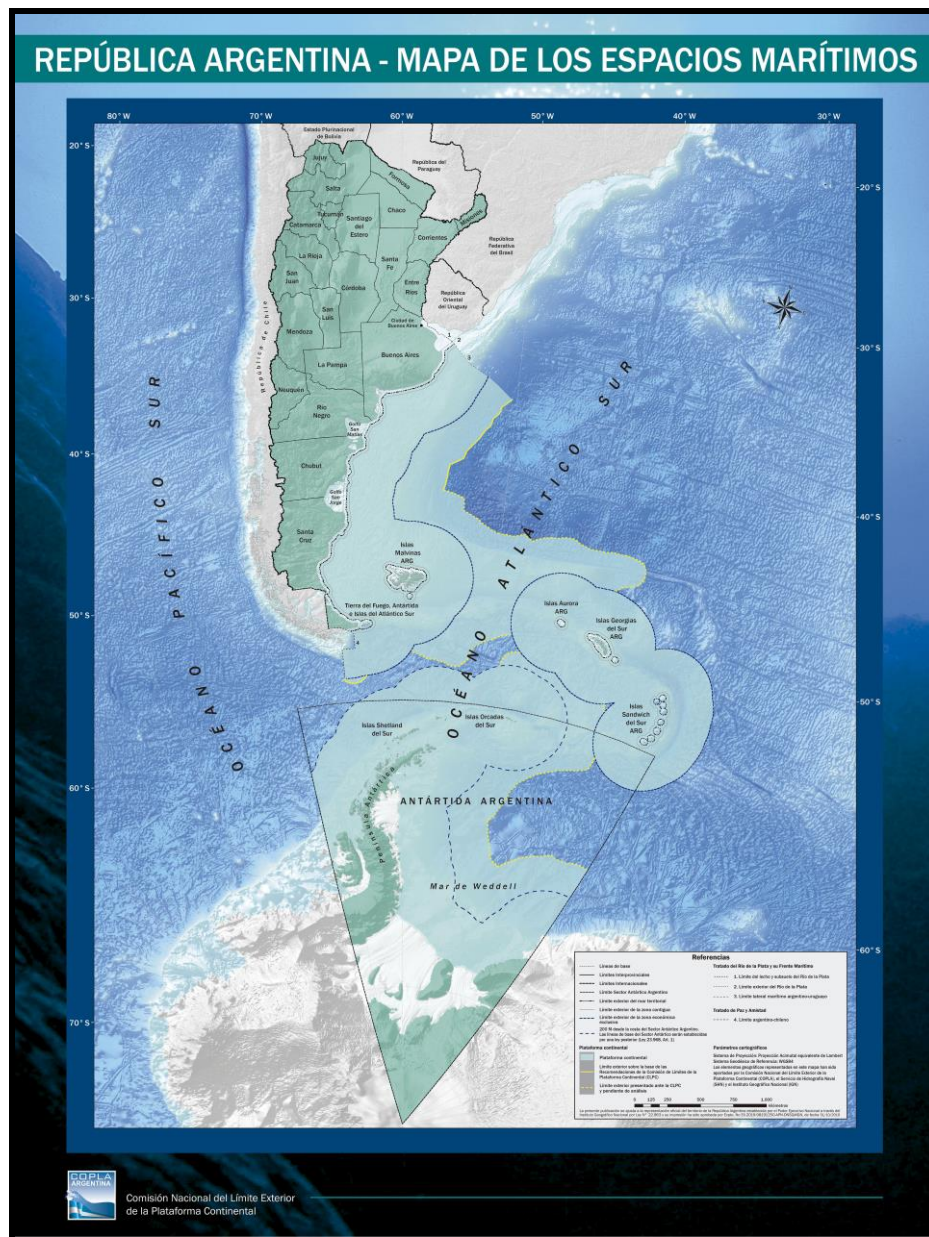
⁴⁴⁵ PÉREZ, Cristina. ¿Se adelantó Argentina al festejar la extensión de sus límites marítimos?. **BBC News Mundo**, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160329_argentina_malvinas_falkland_limite_plataforma_cp>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁴⁶ PLATAFORMA Continental: entre la celebración legítima y el efectismo innecesario. **Fundación Nuestro Mar**, 31 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.nuestromar.org/antiguas/plataforma-continental-entre-la-celebracion-legitima-y-el-efectismo-innecesario-2/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁴⁸ GONZÁLEZ, Enric. Argentina se torna um gigante geográfico. **El País Brasil**, 29 set. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-29/argentina-se-torna-um-gigante-geografico.html>>. Acesso em 21 fev. 2021.

Mapa 5 – Mapa dos espaços marítimos argentinos (2020)⁴⁴⁹



Como Payró em relação à Patagônia, cientistas e estadistas especulam profusamente os potenciais econômicos e geográficos da Antártica. As maiores riquezas lá presentes estão no gelo – o continente armazena cerca de 90% das reservas de água potável do planeta – e no subsolo, dotado de possíveis reservas minerais e petrolíferas (SIMÕES, 2014, pp. 15-17). Junto com a Amazônia e os fundos marinhos, a Antártica é considerada um dos “eldorados naturais no mundo contemporâneo” (BECKER, 2005, p.

⁴⁴⁹ Disponível em: <<http://www.plataformaargentina.gov.ar/es/mapaPlataforma>>. Acesso em 21 fev. 2021.

77). Também há, entre outras possibilidades, perspectivas de uso militar da região antártica, por sua localização estratégica – que dá acesso aos Oceanos Atlântico, Pacífico e Índico – e de desenvolvimento de atividades turísticas (VIEIRA, 2006, p. 51).

A Patagônia é a porta de entrada argentina tanto para as Malvinas como para a Antártica, o que deixa a região em evidência. Entretanto, esse não é o único fator que suscita interesse pela Patagônia na contemporaneidade. Suas reservas de água doce e de petróleo, além de sua capacidade de produção de alimentos, constituem potenciais estratégicos na atualidade (BANDIERI, 2014, p. 307).

Tendo uma população relativamente baixa, a região, como em *La Australia argentina*, prossegue sendo vista como uma possível válvula de escape para a concentração demográfica do país. Para tentar concretizar esse potencial, o governo Alfonsín lançou em 1986 um projeto que, a despeito de seu fracasso, ainda ronda a política argentina: a transferência da capital federal de Buenos Aires para a Patagônia (ROMERO, 2001, p. 261). Intitulado “Proyecto Patagonia y Capital”, o plano previa a instalação da capital nas cidades vizinhas de Viedma – capital da província nortepatagônica de Río Negro – e de Carmen de Patagones, município mais austral da província de Buenos Aires (SABATTO; DOBERTI, 2020, p. 6, 16).

A empreitada tinha a esperança de ser um dos marcos do processo de refundação de uma Argentina democrática. Também objetivava superar a macrocefalia representada pela desproporção populacional entre Buenos Aires e o resto do país (*Ibidem*, p. 11), problema já abordado por Payró. Sem fixar destino determinado, a proposta de mudança da capital argentina já havia sido levantada pelo decreto-lei número 19.610 de 1972 (*Ibidem*, p. 15). Embora a localização concebida pelo projeto de Alfonsín estivesse no Norte da Patagônia, a nova capital estaria apontada para “el Sur, el frío y el mar”, nas palavras do Presidente (*Ibidem*, p. 16).

Segundo a cotação da época, o custo aproximado do projeto seria de 4 milhões e meio de dólares. A iniciativa estava acoplada a um plano de desenvolvimento regional. Calculava-se que a nova capital alcançaria uma população de 400 mil habitantes por volta do ano 2000, uma expectativa grandiosa⁴⁵⁰ (BANDIERI, 2014, pp. 304-305). Entre os fatores apontados para o abandono do projeto, estiveram a derrota do grupo político de Alfonsín nas eleições legislativas de 1987, a crise inflacionária de 1988

⁴⁵⁰ Para fins de comparação, a cidade mais populosa da Patagônia argentina é Neuquén, capital da província de mesmo nome, com 231.780 habitantes, segundo o censo argentino de 2010. Ver: <<https://www.estadisticaneuquen.gob.ar/#/censo2010>>. Acesso em 21 fev. 2021.

(SABATTO; DOBERTI, 2020, p. 16), a forte oposição da imprensa portenha (AMICCI, 2012, p. 69) e certo desinteresse por parte da população (BANDIERI, 2014, p. 304). De toda maneira, nas décadas de 2000 e de 2010, diversos projetos tentaram retomar o projeto ou propor a mudança da capital federal para outras cidades argentinas, como Santiago del Estero (SABATTO; DOBERTI, 2020, p. 15).

Como na época de Payró, o Sul argentino permanece como objeto de aspirações políticas visando ao crescimento econômico e à descentralização geográfica da Argentina. Em outras palavras, continua entendido como um lugar “do futuro”.

Contudo, muitas das aspirações projetadas em estudos econômicos sobre a Patagônia (ÁLVAREZ, 2016) parecem não contemplar um tema fundamental da região no tempo presente: as demandas e os movimentos dos povos originários. A zona geográfica tem sido palco de frequentes enfrentamentos entre indígenas e o Estado. Em 2017, as mortes do mapuche Rafael Nahuel e do artesão Santiago Maldonado – apoiador de movimentos políticos mapuches – em meio a confrontos com forças policiais argentinas são emblemáticas desse processo⁴⁵¹. Setores do Estado argentino e da imprensa têm criminalizado movimentos indígenas na Patagônia, rotulando-os como “terroristas” (CIRCOSTA, 2020). Em consonância com essa visão, segmentos da elite de Buenos Aires têm voltado a expressar ideias tais quais “é preciso pacificar o sul” e “o Sul segue habitado pela barbárie”, segundo relato da correspondente Sylvia Colombo⁴⁵². Apesar de a Argentina ter o dever constitucional de demarcar terras indígenas, o processo – cuja institucionalização, recente, data de 2006 – tem sido criticado por parte de lideranças indígenas por sua morosidade e possíveis irregularidades⁴⁵³.

A Patagônia ainda não se libertou das arraigadas dinâmicas racistas e violentas estabelecidas pelo etnocídio da “Conquista do Deserto”. Da mesma sorte, a região se mantém marcada, como no tempo de Payró, pelo predomínio do latifúndio e pela hegemonia de grandes empresas argentinas e estrangeiras. A atuação desses poderes tem desempenhado um papel determinante na questão indígena patagônica, uma vez que

⁴⁵¹ REPRESIÓN y muerte en la Patagonia. **Página 12**, Buenos Aires, 26 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/78518-represion-y-muerte-en-la-patagonia>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁵² COLOMBO, Sylvia. Após 40 anos, sequestradores de mães da praça de Maio são condenados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 dez. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1945401-sequestradores-de-maes-de-maio-na-ditadura-argentina-sao-condenados.shtml>>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁵³ CENTENERA, Mar. Ativista desaparecido na Argentina reaviva demandas por terras de povos indígenas do país. **El País Brasil**, 29 set. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/28/internacional/1506616074_516398.html>. Acesso em 21 fev. 2021.

frequentemente entram em confronto com as reivindicações dos povos nativos pela demarcação de suas terras⁴⁵⁴.

O paraíso gelado que Payró vislumbrou em uma futura Patagônia não se tornou em quase nada real. A região tem estado em ebulição nos últimos anos, como esteve em diversas vezes no século XX, vide as greves lideradas por trabalhadores anarquistas e sindicalistas em 1920 e 1921⁴⁵⁵ (BORRERO, 1967; BAYER, 1972). Quiçá as Malvinas e a Antártica magnetizem o imaginário da Argentina até mais do que a Patagônia na atualidade não tanto por serem territórios ainda a se apoderar e a se aproveitar economicamente. Mas por serem espaços geográficos percebidos como desconectados do pesado passado argentino, com suas violências, tensões sociais, políticas e raciais.

Ler Payró permite perceber como essa busca por “novas Argentinas”, cada vez mais ao Sul, não é tão nova assim.

Escrever sobre acontecimentos no “calor da hora” sempre é um risco para a investigação histórica. Tê-lo feito neste epílogo, no entanto, foi uma decisão calculada. Sabemos que o rumo dos acontecimentos desbotará as análises que rascunhamos sobre a contemporaneidade. Uma perspectiva otimista pode inclusive considerar que os problemas e desafios abordados – a relação do Brasil com a sua Amazônia, a relação da Argentina com seus territórios ao Sul – hão de encontrar novos caminhos, cedo ou tarde.

Não almejamos com este epílogo a predição ou a perenidade. Esperamos apenas ter evidenciado o vivo interesse que os relatos de Euclides da Cunha e Roberto Payró podem ter para a atualidade, ainda que muitas de suas ideias estejam, felizmente, “fora de moda” no rol das tendências teóricas das Ciências Humanas, há muito tempo.

Italo Calvino dizia que clássico é o livro que “nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, p. 11). Soa exagerado proclamar *La Australia argentina* e os ensaios de *Um paraíso perdido* como clássicos nacionais. Parece-nos que ambos os livros guardam posição relativamente marginal nos altares literários argentino

⁴⁵⁴ Santiago Maldonado desapareceu em meio à repressão da Gendarmería Nacional Argentina de um protesto contra o grupo italiano Benetton, acusado de ocupar terras indígenas na província patagônica de Chubut. Ver: MOLINA, Federico Rivas. Autópsia confirma que ativista desaparecido na Argentina morreu afogado. **El País Brasil**, 25 nov. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/24/internacional/1511558151_918946.html>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁴⁵⁵ As greves patagônicas de 1920 e 1921 foram retratadas em “La Patagonia rebelde”, filme ficcional argentino de 1974, dirigido por Héctor Olivera e com roteiro do historiador Osvaldo Bayer.

e brasileiro. Ainda que Payró goze de reconhecimento acadêmico na Argentina, não é nem de longe um dos escritores mais lidos e cultuados de seu país. E embora Euclides o seja no Brasil, seus dispersos textos amazônicos de *À margem da História* sempre ficam à margem da veneração de *Os Sertões*.

De todo modo, por mais que não sejam peças de literatura propriamente regionalista, o livro patagônico e o amazônico estudados nesta dissertação talvez possam ser considerados clássicos regionais. Isso não se deve a qualidades excepcionais ou a uma presciência dos dois autores. Ambos não foram vates. Naquilo que mais tentaram ser visionários – seus projetos políticos do combate ao latifúndio na Patagônia e da construção da Transacreana –, falharam miseravelmente.

Nada obstante, à luz da permanência histórica de determinadas preocupações e dinâmicas envolvendo o Sul argentino e a Amazônia brasileira ao longo da História, o Euclides amazônico e o Payró patagônico preservam especial relevância. Como preconizava Henri Pirenne (1862-1935), subscrito por Marc Bloch, profissionais da História não podem ignorar o presente, sob pena de se tornarem meros “antiquários” (BLOCH, 2001, pp. 65-66).

Este epílogo serviu também para explicitar o modo com que a época presente afetou o processo de pesquisa e reflexão subjacente a este trabalho, cujo projeto se iniciou no segundo semestre de 2017, num momento de grande tensão social na Patagônia argentina, e cuja realização se desenrolou sob o agravamento da crise ecológica amazônica. Admitamos: nestes dias, teria seria difícil escrever uma dissertação que aborda diretamente o tema da Amazônia, sem tocar na catástrofe socioambiental que vem assolando a região desde meados de 2019.

Referências bibliográficas

1. Fontes primárias principais

PAYRÓ, Roberto Jorge. **La Australia argentina**: excursión periodística a las costas patagónicas, Tierra del Fuego e Isla de los Estados; con una carta-prólogo de Bartolomé Mitre. Buenos Aires: Imprenta La Nación, 1898, dos tomos. Disponível em: < <http://trapalanda.bn.gov.ar/jspui/handle/123456789/2899> >. Acesso em 24 nov. 2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório da Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus**. Notas complementares do comissário brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. In: CUNHA, Euclides. *Obra completa*. COUTINHO, Afrânio (org.). 2ª ed. 2 vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995a, v1, pp. 753-810.

CUNHA, Euclides da. **Á marjem da Historia**. 1ª ed. Porto: Livraria Chardon, de Lello e Irmão, 1909.

_____. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Seleção e coordenação: Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

2. Fontes primárias complementares

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ALEMANN, Theodor; ALEMANN, Moritz. **Kolonisations-Gebiete im Süden der Argentinischen Republik. Río Negro und Chubut**. Buenos Aires: Druck der Aktiengesellschaft “Argentinisches Wochen-und Tageblatt”, 1898.

ÁLVAREZ, José Seferino (Fray Mocho). **En el mar austral**. Croquis *fueguinos*. Buenos Aires: Ivaldo y Checchi Editores, 1898.

ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz**. Edição crítica: Telê Ancona Lopez e Tatiana Longo Figueiredo. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos. Brasília: IPHAN, 2015.

ARAÚJO LIMA, Cláudio. **Amazonia**: a terra e o homem. 1ª ed. 1933. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

BARRETO, Lima. A obra do criador do Jeca Tatu [publicado originalmente na **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 mai. 1921]. In: _____. **Marginália**. São Paulo: Mérito, 1953.

BLEST GANA, Alberto. **De Nueva York al Niágara**. Santiago: Imprenta Nacional, 1867.

BULNES, Francisco. **El Porvenir de las naciones hispano americanas ante las conquistas recientes de Europa y Estados Unidos**. México: Imprenta de Mariano Nava, 1899.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado de permuta de territórios e outras compensações (Tratado de Petrópolis), entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia**. Petrópolis, 17 de novembro de 1903. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1602>>. Acesso em 12 out. 2020.

_____. Senado Federal. **O Tratado de limites Brasil-Peru**. Brasília: Senado Federal, 2009.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 fev. 2021.

CARRASCO, Gabriel. **De Buenos Aires al Neuquén. Reseña geográfica industrial- administrativa**. Dedicado al Ministro del Interior J.V. González. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1902.

CASTRO, Ferreira de. **A Selva**. 1ª ed. 1930. Lisboa: Guimarães, 1997.

CUNHA, Euclides da. Relatório Confidencial ao Barão do Rio Branco. Manaus, 1º de novembro de 1905. Ofício nº 110 do Arquivo Histórico do Itamaraty. *In*: TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. 1ª ed. 1968. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992, pp. 257-275.

_____. **Peru versus Bolivia**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1907.

_____. **Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos**. Organização: Hildon Rocha. Brasília: INL, 1976.

_____. **Obra completa**. Organização: Afrânio Coutinho. 2ª ed. 2 vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v1, 1995a.

_____. **Obra completa**. Organização: Afrânio Coutinho. 2ª ed. 2 vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v2, 1995b.

_____. **Castro Alves e seu tempo**. Organização: Cássio Schubsky. São Paulo: Lettera, 2009a.

_____. **Poesia reunida**. Organização: Francisco Foot Hardman e Leopoldo Bernucci. São Paulo: Editora da UNESP, 2009b.

_____. **Contrastes e confrontos**. 1ª ed. 1907. Biblioteca Básica Brasileira. Rio de Janeiro / Brasília: Biblioteca Nacional / Fundação Darcy Ribeiro / Editora UnB, 2014.

_____. **Os Sertões**. Edição crítica e organização: Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu Editora/ Edições Sesc São Paulo, 2016.

_____. **À margem da História**. Organização: Leopoldo M. Bernucci, Francisco Foot Hardman e Felipe Pereira Rissato. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

CRULS, Gastão. **A Amazônia misteriosa**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973.

DARÍO, Rubén. “El triunfo de Calibán”. 1ª ed. 1898. Edição e notas: Carlos Jáuregui. **Revista Iberoamericana**, Pittsburgh, v. 64, n. 184-185, 1998.

DARWIN, Charles. **Charles Darwin’s Beagle diary**. Edição: R. D. Keynes. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DIXIE, Florence. **Across Patagonia**. London: Richard Bentley and Son, 1880.

FERRI, Enrico. **Socialismo y Ciencia Positiva (Darwin-Spencer-Marx)**. Tradução e prólogo: Roberto Jorge Payró. Buenos Aires: Imprenta de La Nación, 1895.

FITZROY, Robert. **Narrative of the surveying of His Majesty’s Ships Adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836**. Londres: Henry Colburn, 1839.

GIRGOIS, Henri. **El oculto entre los aborígenes de la América del Sud**. Los quechuas, raza ariana. Barcelona: Torrents y Coral, 1901.

GOVERNO PROVISÓRIO. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 20 jun. 2021.

GUEDES, Mario. **Os Seringaes**. (Pequenas notas). Rio de Janeiro: Tip. Martins de Araújo, 1914.

GROUSSAC, Paul. **Del Plata al Niágara**. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897.

_____. “Discurso del sr. Groussac”. In: **ESPAÑA y Estados Unidos**. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1898.

_____. **Las Islas Malvinas**. 1ª ed. 1910. Buenos Aires: Ministério de Educación de la Nación, 2015.

HEREDIA, José María. **Poesía completa**. Edição de Carmen Alemany Bay. Madrid: Editorial Verbum, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INGENIEROS, José. **La evolución sociológica argentina**: de la barbarie al imperialismo. Buenos Aires: Librería J. Menéndez, 1910.

JOFFILY, Geraldo. “Euclides da Cunha e a rodovia transamazônica”. **Revista de História**, v. 51, nº. 102, p. 777-781, 1975.

JUSTO, Juan B. **El programa socialista del campo**. Conferencia dada el 21 de abril en el salón del Club Vorwärts. Buenos Aires: Cooperativa Tipográfica, 1901.

LA VANGUARDIA. “Nuestro Programa”. Buenos Aires, Año I, nº 1, 7 de abril de 1894.

LAHILLE, Ferdinand. “Materiaux pour servir al’Histoire des oonas”. In: REBUELTO, Emilio (dir.). **Anales de la Sociedad Científica Argentina**. Buenos Aires: [s.n.], p. 38-47, p. 81-92, p. 122-148, 1954.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 1ª ed. 1918. São Paulo: Globo, 2012.

LÓPEZ, Vicente Fidel. **Les races aryennes du Pérou**. Leur langue. Leur religion. Leur histoire. París: Franck, 1871.

MANSILLA, Lucio V. **Una excursión a los indios ranqueles**. 1ª ed 1870. Buenos Aires: Estrada, 1959.

MELVILLE, Herman. **Taipei**: Paraíso dos canibais. São Paulo: L&PM, 1984.

MORENO, Francisco Pascasio. Apuntes preliminares sobre una excursión al Neuquén, Río Negro, Chubut y Santa Cruz. **Revista del Museo de La Plata**, La Plata, vol. 8, parte 2, 1898.

MORGAN, Lewis Henry. A Sociedade Antiga. Ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie até a civilização. 1ª ed. 1877. In: CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA. **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. [S. l.]: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp->

content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf >. Acesso em 22 dez. 2020.

PAYRÓ, Roberto Jorge. Un poco de historia – Bahía Blanca. **La Tribuna**, Bahía Blanca, 24 set. 1891.

_____. **Los italianos en Argentina**. Buenos Aires: La Nación, 1895.

_____. Crónica del día: La casa de los que no la tienen. **La Nación**, Buenos Aires, 18 set. 1906a.

_____. Crónica del día: El hogar intelectual. **La Nación**, Buenos Aires, 26 set. 1906b.

_____. Crónica del día: la Sociedad de Escritores. **La Nación**, Buenos Aires, 27 set. 1906c.

_____. Una nueva profesión. **La Nación**, Buenos Aires, 18 nov. 1909a.

_____. Los derechos de reporter. **La Nación**, Buenos Aires, 24 ago. 1909b.

_____. “Un pioneer de Tierra del Fuego”. *In*: _____ **Violines y Toneles**. Buenos Aires: M. Rodríguez Giles editor, 1908, pp. 125-140.

_____. **Alegría**: comedia en tres actos y seis cuadros. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1936.

_____. **Teatro completo**. Buenos Aires: Librería Hachette, 1956.

_____. **En las tierras de Inti**. 1ª ed. 1899. Crónicas. Buenos Aires: EDEUBA, 1960.

_____. **Obras**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1984.

_____. **El casamiento de Laucha; Chamijo; El falso inca**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1985.

_____. **Divertidas Aventuras del Nieto de Juan Moreira**. 1ª ed. 1910. Buenos Aires: Editorial Eudeba, 2012.

_____. **Corresponsal de guerra**: cartas, diarios, relatos, 1907-1922. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009.

PARRISSIER, Jean Baptiste. Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao Rio Juruá, 1898. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Tastevin**,

Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. p. 1-60. Rio de Janeiro: Museu do Índio / FUNAI, 2009.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde** (cenas e cenários do Amazonas). Desenhos por Arthur Lucas. Gênova: S. A. I. clichês celulóide Bacigalupe, 1908.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.

REPÚBLICA ARGENTINA. Congreso Nacional. **Diario de sesiones de la Cámara de Diputados, Año 1902**. Tomo I. Buenos Aires: El Comercio, 1902.

_____. **Constitución de la Nación Argentina**. 1994. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>>. Acesso em 21 fev. 2021.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Ministerio da Industria, viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatistica. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culto e analphabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatistica, 1898. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2021.

RICARDO, Cassiano. **O Tratado de Petrópolis**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954.

_____. **Marcha para Oeste**. 2 vols. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.

_____. O bandeirante Euclides. Conferência realizada em S. José do Rio Pardo, na semana Euclidiana de 1947. In: _____. **O Homem Cordial e outros pequenos estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

RIO BRANCO, Barão do. **Obras do Barão do Rio Branco V**: questões de limites. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

RODÓ, José Enrique. Ariel. In: _____. **Ariel y Motivos de Prometeo**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1993.

ROMERO, Sílvio. **Realidades e Ilusões no Brasil**: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

_____. Explicações indispensáveis. In: _____. **Tobias Barreto**: varios escritos. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900. p. IX-LIII

_____. **História da literatura brasileira**. 3 Vol. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, v. 1, 1980a.

_____. **História da literatura brasileira.** 3 Vol. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, v. 3, 1980b.

_____. Introdução à história da literatura brasileira. *In:* _____. **Literatura, história e crítica.** Rio de Janeiro / Aracaju: Imago / Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2002.

ROOSEVELT, Theodore. **American ideals and other essays, social and political.** Filadélfia: Gebbie and company, 1903.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Viajes por Europa, África y América.** Santiago: Imprenta de Julio Belin y cia., 1849.

_____. **Conflicto y armonías de las razas en América.** Buenos Aires: [s. n.], 1883.

_____. Argyropolis. 1ª ed. 1850. *In:* _____. **Obras completas.** T. XIII. Buenos Aires: Librería La Facultad, de Juan Roldán, 1913.

_____. **Facundo: civilización y barbárie.** 1ª ed. 1845. Prólogo de Noé Jitrik. Caracas: Ayacucho, 1985.

_____. **El Chacho, último caudillo: de la montonera a los llanos.** Episodio de 1863. 1ª ed. 1868. Mar del Plata: Eudem, 2014.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira.** 1ª ed. 1876. São Paulo: Consórcio Editorial Brasileiro, S/D.

TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. *In:* FARAGHER, John Mack (ed.). **Rereading Frederick Jackson Turner “The Significance of the Frontier in American History” and Other Essays.** Nova York: Henry Holt, 1994, pp. 31-60.

_____. O Significado da fronteira na História americana. 1ª ed. 1893. *In:* KNAUSS, Paulo. **Oeste Americano.** Niterói: Ed. UFF, 2004.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil.** Vol. VIII Ferro, Carvão, Petróleo, 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

VASCONCELOS, Carlos de. **Deserdados.** Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro 1922.

VERÍSSIMO, José. **Cultura, literatura e política na América Latina.** Seleção e apresentação: João Alexandre Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1986.

3. Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012.

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante. 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

AIRA, César. O ensaio e seu tema. *In*: PIRES, Paulo Roberto (org.) **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia serrote. São Paulo: IMS, pp. 234-241.

ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros de. A anexação do Acre ao Brasil dentro do contexto de relações internacionais que conduziram a construção das fronteiras brasileiras. **Jamaxi**, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, v. 1, n. 1, p. 124-136, 2017.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA NETO, Domingos José de; HELLER, Léo. Saúde e ambiente nos seringais do Acre boliviano (1870-1903): o papel de fatores e processos exógenos. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 3991-4000, out. 2014.

ALONSO, Angela. O positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no Século XIX. **Coleção Documentos**, Série Teoria Política, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), São Paulo, v. 09, p. 1-18, 1995. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/alonsopositivismo.pdf>>. Acesso em 22 dez. 2020.

_____. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, out. 2000.

ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. **Ensayos argentinos**: de Sarmiento a la vanguardia. Buenos Aires: Ariel, 1997.

ÁLVAREZ, Gonzalo Pérez. Amazônia brasileira e Patagônia argentina: planos de desenvolvimento e soberania nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 117-138, dez. 2016.

AMICCI, Daniel. La concreción de las capitales estratégicas sudamericanas: el logro brasileño y la postergación argentina. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Cidade do México, v. LVII, n. 216, p. 59-79, septiembre-diciembre 2012.

ANDERMANN, Jens. Reporters en la frontera Periodismo de viaje e imaginación progresista en Payró y Arlt. **El Rodaballo**, Buenos Aires, año 6, nº 10, p. 72-77, Verano 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Olímpio de Souza; GALVÃO, Walnice Nogueira (orgs.). **História e Interpretação de “Os Sertões”**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, ago. 2010.

ANDRADE, Thales de. A natureza brasileira nos anos 70. A estética agressiva de Amaral Netto, o Repórter. **Terra Brasilis (Nova Série)**, Revista Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, Niterói, n. 6, 2004.

ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. *In*: HOBBSBAWM, Eric J. et al. (org.). **História do Marxismo 2**: O Marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 15-73.

ANDREWS, George Reid. **The Afro-Argentines of Buenos Aires (1800-1900)**. Madison / Londres: University of Wisconsin Press, 1980.

_____. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Edusc, 1998.

ANHEIM, Étienne; GRÉVIN, Benoît. “Choc des civilisations” ou choc des disciplines? Les sciences sociales et le comparatisme. *In*: **Bulletin de la Société d’Histoire Moderne et Contemporaine** [Revue d’histoire moderne et contemporaine – RHMC], [S. l.], n. 49-bis, p. 122-146, 2002.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. **De Buenos Aires a Misiones**: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizadas à terra do mate (1882-1898). 2014. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARAÚJO JORGE, Arthur Guimarães de. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. 3ª ed. São Paulo: Ars Poética, 1993.

_____. **Retórica**. 2ª edição. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?. **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014.

AUERBACH, Erich. A cicatriz de Ulisses. *In:* _____. **Mimesis**. A representação da realidade na Literatura ocidental. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007, pp. 1-20.

AZEREDO, Mauro Mendes. A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos. *In:* GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (org.). **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão, 2003, pp. 111-155.

AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 72-87, 2015.

BAGGIO, Kátia Gerab. **A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas**”. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Os Intelectuais Brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909-1919). **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**, 2000, pp. 1-7.

BAIN, David Haward. **Empire express: Building the first Transcontinental Railroad**. Nova York: Penguin, 2000.

BANDIERI, Susana. Del discurso poblador a la práxis latifundista: la distribución de la tierra pública en la Patagonia. **Mundo agrario**, La Plata, v. 6, n. 11, jul./dez. 2005.

_____. **Historia de la Patagonia**. Buenos Aires: Sudamericana, 2014.

BARTELT, Danilo Dawid. **Sertão, República e Nação**. São Paulo: Edusp, 2009.

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.211-261, 1996.

BARRERA, Nicolás. El evolucionismo en el pensamiento socialista argentino: la obra de Juan B. Justo y Alfredo Palacios. **KAIROS Revista de Temas Sociales**, Publicación de la Universidad Nacional de San Luis, San Luis, v. 15, n. 28, nov. 2011.

BARROS, José D.'Assunção. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch a constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007.

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. Como salvar a Amazônia: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 331-376, 2020.

BASHFORD, Alison; MACINTYRE, Stuart. **The Cambridge History of Australia**. Volumes 1 e 2. Melbourne: Cambridge University Press, 2013.

BAYER, Osvaldo. **Los vengadores de la Patagonia trágica**. 3 volumes. Buenos Aires: Galerna, 1972.

BECHIS, Martha A. **Interethnic relations during the period of nation-state formation in Chile and Argentina**. From sovereign to Ethnic. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia) – New School for Social Research, Nova York, 1984. *In: Corpus* Archivos virtuales de la alteridade latinoamericana, Mendoza, v. 1, n. 2, 2011.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19 n. 53, p. 71-86, 2005.

_____; STENNER, Claudio. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. Vertentes da História Intelectual. *In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (orgs.). Cadernos de Seminários de Pesquisa*, São Paulo, v. 1, Editora Humanitas, 2011.

_____. Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 54, p. 631-654, dez. 2014.

BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe Cândido da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 719-762, jul./set. 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: _____*. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

BENSE, Max. O ensaio e sua prosa. *In: PIRES, Paulo Roberto (org.). Doze ensaios sobre o ensaio: antologia serrote*. São Paulo: IMS, pp. 110-124.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNUCCI, Leopoldo. Imagens utópicas e distópicas do deserto e da floresta em Euclides da Cunha. **Signótica**, Goiânia, v. 23, n. 1, 107-124, 2011.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. **The Economic Development of Latin America since Independence**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BERTONI, Lilia Ana. Construir la nacionalidad: héroes, estatuas y fiestas patrias, 1887-1891. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, Buenos Aires, n. 5, pp. 77-111, 1992.

_____. ¿Para qué una nacionalidad? El surgimiento Del nacionalismo em la Argentina de fines del siglo XIX. **Cuadernos Americanos**, Cidade do México, v. 6, n. 66, p. 179-188, nov./dez. 1997.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de synthèse historique**, Paris, n. 46, p. 15-50, 1928.

_____. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLLE, Willi. O Mediterrâneo na América Latina: a Amazônia na visão de Euclides da Cunha. **Revista USP**, São Paulo, n. 66, p. 140-155, junho/agosto 2005.

BOLT, Jutta; ZANDEN, Jan Luiten van. Maddison style estimates of the evolution of the world economy. A new 2020 update. **Maddison-Project Working Paper WP-15**, out. 2020. Disponível em: <<https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/publications/wp15.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2021.

BOOTH, Rodrigo. De la selva araucana a la “Suiza chilena”. **C/A Ciudad y Arquitectura**, Santiago, n. 143, p. 26-31, 2011.

BOURDIEU, Pierre. “Campo intelectual e projeto criador” [1966]. In: J. POUILLON, Jean *et al* (orgs.). **Problemas do Estruturalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1968, pp. 105-145.

BORM, Jan. Defining travel: on travel book, travel writing and terminology. In: HOOPER, Gleen; YOUNGS, Tim (orgs.). **Perspectives on travel writing**. Harts/Vermont: Ashgate, 2004

BORRERO, José María. **La Patagonia trágica**. Buenos Aires: Ed. Americana, 1967.

BOTANA, Natalio. **El orden conservador**. La política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Editorial Sudamérica, 1986.

BRAUN, Carlos Rodríguez. Orígenes del Socialismo Liberal. El caso de Juan B. Justo. Documento de trabajo, [s. n.], 2000. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/iudem>>. Acesso em 7. jan. 2020.

BRAVO, Álvaro Fernandez. **El museo vacío**: Acumulación primitiva, patrimonio cultural e identidades colectivas – Argentina y Brasil 1880-1945. Buenos Aires: Eudeba, 2017.

BREBBIA, Carlos A. **Patagonia, a Forgotten Land**: from Magellan to Perón. Southamptom: WIT Press, 2007.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **História Social da Mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas**: um olhar sobre o Brasil, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

BRUNO, Paula. Un balance acerca del uso de la expresión generación del 80 entre 1920 y 2000. **Secuencia** Revista de historia y ciencias sociales, [S. l.], n. 68, p. 117-161, mai./ago., 2007.

_____. Vida intelectual de la Argentina de fines del siglo XIX y comienzos del XX. Un balance historiográfico. **Pol. His.**, Mar del Plata, v. 5, n. 9, p. 59-91, 2012.

BRUNSWIG DE BAMBERG, María. **Allá en Patagonia**. Buenos Aires: Javier Vergara, 1995.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BUONUOME, Juan. Los socialistas argentinos ante la “prensa burguesa”. El semanario *La Vanguardia* y la modernización periodística en la Buenos Aires de entresiglos. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, Buenos Aires, n. 46, p. 147-179, 1º sem. 2017.

CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos. In: _____. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Bol. Mus. Para Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set.- dez. 2009.

CAMPOS, Augusto de; CAMPOS, Haroldo de. **Os Sertões dos Campos**: Duas vezes Euclides. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1997.

CANDIDO, Antonio (org). **Sélvio Romero**: Teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1978.

_____. **Euclides da Cunha sociólogo**. In: DANTAS, Vinicius (org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, vol. 2, 2002.

CAPARRÓS, Martín. Elogio do mate. **Quatro cinco um**, São Paulo, ano dois, n. 10, p. 4, abr. 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino** – imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. **História**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 35-58, 2003.

CARBONARI, Paulo César. Reflexões sobre ética e ciência: ensaio no contexto de pandemia Covid-19. **RIDH** Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 8, n. 2, p. 55-69, jul./dez., 2020.

CÁRDENAS, Freddy Orlando Espinoza. **La Vorágine de Euclides da Cunha**: um livro de meu amigo mental José Eustasio Rivera. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudios Amazónicos) – Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia, Leticia (Colômbia), 2010.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o Território Amazônico (1847-1877). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

_____. **O Eldorado dos deserdados**: Indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. O método comparativo na História. *In*: _____. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 409-419.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“A Fundação do Acre”**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO, José Murilo. Euclides da Cunha e o Exército. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 133-158, 2010. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/abl/media/REVISTA%20BRASILEIRA%2063-prosa-03.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2021.

CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª edição revista e ampliada. Brasília: Editora UnB, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. *In:* _____.; CASTRO ROCHA, João Cezar de (org.). **A força das representações: história e ficção**. Chapecó, SC: Argos, 2011, pp. 21-54.

CHARLE, Christophe. **Le naissance des “intellectuels”, 1880-1900**. Paris: Editions de Minuit, 1990.

CHATWIN, Bruce. **Na Patagônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHIUMINATTO, Pablo; DEL RÍO, Rodrigo. Patagonia: retorno a lo desconocido, la paradójica reminiscencia de un paisaje vacío. **Magallania**, Punta Arenas, v. 44, n. 1, p. 73-83, 2016.

CIRCOSTA, Carina. Mapuche terrorista. Pervivencia de estereotipos del siglo XIX en la construcción de la imagen del “índio” como otro/extranjero en la coyuntura de la Argentina actual. **Cuadernos Del Centro De Estudios De Diseño Y Comunicación**, Buenos Aires, n. 96, p. 185-202, 2020.

CIRNE, Mariana Barbosa. História constitucional brasileira do capítulo sobre o meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, Caxias do Sul, v. 21, n. 83, p. 85-112, jul./set. 2016.

CLAEYS, Gregory. **Utopia: a história de uma ideia**. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2013.

CLEMENTI, Hebe. National Identity and the Frontier. *In:* WEBER, David J; RAUSCH, Jane M (eds.). **Where cultures meet: frontiers in Latin American History**. Wilmington: Jaguar Books, 1994, pp. 141-150.

COELHO, George Leonardo Seabra. A Amazônia euclidiana e os programas de integração da hileia durante o governo Geisel (1974-1979). **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 2, p. 454-472, ago. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. Juan B. Justo y la Cuestión Nacional. **En Defensa del Marxismo**, nº. 12, Buenos Aires, mai. 1996.

_____. A outra guerra do fim do mundo – As Malvinas e “redemocratização” da América do Sul. **Aurora**, Marília, v.5, n.2, p. 169-246, jan./jun., 2012.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

COLOMBI, Beatriz. **Viaje intelectual: migraciones y desplazamientos en América Latina, 1880-1915**. Rosário: Beatriz Viterbo, 2004.

_____. Representaciones del ensayista. *In:* HOSIASON, Laura Janina (ed.). **Cuadernos de reciénvenido** publicação do programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento

de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 26, 2008.

_____. El viaje, de la práctica al género. *In*: MARINONE, Mónica; TIMEO, Gabriela. **Viaje y relato en Latinoamérica**. Buenos Aires: Katatay, 2010, pp. 287-308.

CONDE, Roberto Cortés. The growth of the Argentine economy, c. 1870-1914. *In*: BETHELL, Leslie. **Argentina since Independence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 47-77.

COOPER, Frederick. **Colonialism in Question**. Theory, Knowledge, History. Berkeley: University of California Press, 2005.

CORREA CALDERÓN, Evaristo. Introducción al estudio del costumbrismo español. *In*: _____. **Costumbristas Españoles**. Madrid: Aguilar, 1950.

COSTA, Craveiro. **A Conquista do Deserto Ocidental**. Subsídios para a História do Território do Acre. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

COSTA, Francisco Pereira. **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, 1904/1918**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

COSTA FILHO, Cícero João. **No limiar das raças: Silvio Romero (1870-1914)**. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA LIMA, Luiz. **A terra ignota – A construção de *Os Sertões***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

DEVOTO, Fernando J. Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). *In*: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. A imigração em massa para a América Latina. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2000.

DIMAS, Antonio. O turbulento e fecundo Sílvio Romero. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Mortiz (orgs.). **29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 74-89.

DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. 2ª ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017.

DELRIO, Walter. **Memorias de expropiación: sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872-1943)**. Buenos Aires: UNQui, 2005.

DJENDEREDJIAN, Julio C. La colonización agrícola en Argentina, 1850-1900: problemas y desafíos de un complejo proceso de cambio productivo en Santa Fe y Entre Ríos. **Am. Lat. Hist. Econ**, Cidade do México, n. 30, p. 127-157, dez. 2008.

DUNCAN, Tim; FOGARTY, John. **Australia and Argentina: On Paralell Paths**. Melbourne: Melbourne University Press, 1985.

ELLIOTT, John H. **Empires of the Atlantic world: Britain and Spain in America, 1492–1830**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2006.

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, 2013.

EULÁLIO, Alexandre. O ensaio literário no Brasil. **Língua e Literatura**, São Paulo, v. 41 n. 17, p. 9-54, 1989.

FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimentismo e a negligência política ao Norte do Brasil, 1900-1915. **Am. Lat. Hist. Econ**, Cidade do México, v. 20, n. 3, p. 138-168, dez. 2013

FERNÁNDEZ, Alejandro. La ley argentina de inmigración de 1876 y su contexto histórico. **Almanack**, Guarulhos, n. 17, p. 51-85, dez. 2017.

_____. La inmigración subsidiada en la Argentina y la crisis económica de 1890. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 22 n. 2, p. 157-169, mai./ago. 2018.

FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistaneidade**. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Euclides da Cunha historiador: a reinvenção do bandeirante em *Os sertões*. **Revista de História**, São Paulo, n. 160, p. 261-284, 1º sem. 2009.

_____. Capistrano de Abreu e as bandeiras: entre a condenação indianista e a historiografia laudatória paulista. In: ROIZ, Diogo da Silva; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN, Tânia (orgs.). **Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos**. Serra: Editora Milfontes, 2018, pp. 115-146.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Postais do inferno: o mito do passado e as ruínas do presente em Alberto Rangel. In: CHIAPPINI, Ligia; BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002.

FINDLAY, Ronald; O'ROURKE, Kevin. **Power and Plenty: Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium.** Princeton: Princeton University Press, 2007.

FLACHSLAND, Cecilia; ADAMOLI, Maria Cecilia; LORENZ, Federico. **Pensar Malvinas: una selección de fuentes documentales, testimoniales, ficcionales y fotográficas para trabajar en el aula.** Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2010.

FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides da Cunha. **Parcerias Estratégicas,** Brasília, v. 1, n. 4, p. 63-88, dez. 1997.

FRIAS FILHO, Otavio. **Queda livre: ensaios de risco.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FYFE, Monique van Alphen. Woe Unto Them That Lay Field to Field: Closer Settlement in the Early Liberal Era. **Victoria University of Wellington Legal Research,** Wellington, Student/Alumni Paper, n. 42, 2016.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais,** São Paulo, n. 28, p. 87-104, 1º sem. 2012.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de história nacional (1868-1912).** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. **Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX.** Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

_____. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. *In:* JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa,** São Paulo, v. 2, Editora Humanitas, 2011.

_____. Latinos versus Anglo-Saxões: projeções identitárias nos relatos de viagem de hispano-americanos pelos Estados Unidos no século XIX. **Almanack,** Guarulhos, n. 16, p. 39-79, ago. 2017.

_____. **Viagens e relatos.** Representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos. São Paulo: Intermeios, 2018.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Introdução. *In:* _____ (org. e trad.). **Viagens de Jean de Mandeville.** Bauru: Edusc, 2007.

FREITAS, Federico Santos Soares de. As viagens de Francisco Moreno: visões da natureza e construção da Nação no extremo sul argentino – 1873 – 1903. **Revista Angles Novus,** São Paulo, nº 1, agosto de 2010, pp. 115-143.

FREITAS NETO, José Alves de. A formação da nação e o vazio na narrativa argentina: ficção e civilização no século XIX. **Esboços**, Florianópolis, n. 20, 2008.

GALFIONE, Maria Clara. La sociología criminal de Enrico Ferri: entre el socialismo y la intervención disciplinaria. **VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata “Argentina en el escenario latinoamericano actual: debates desde las ciencias sociales”**, 5-7 dez. 2012. *In: Memória Académica*. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1914/ev.1914.pdf>. Acesso 21 fev. 2021.

GALLO, Ezequiel. Society and politics, 1880-1916. *In: BETHELL, Leslie. Argentina since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 79-111.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. Fato e ficção na obra de Euclides da Cunha. Depoimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, supl. p. 287-303, Julho de 1998.

_____. **Euclidiana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Polifonia e paixão. *In: PIZARRO, Ana (org.) América Latina: palavra, literatura e cultura*. Vol. II. Campinas: Unicamp, 1994. *In: CUNHA, Euclides da. Os Sertões*. Edição crítica e organização: Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu Editora/ Edições Sesc São Paulo, 2016, pp. 616-633.

GÁRATE, Miriam V. **Olhares cruzados: entre Sarmiento e Euclides da Cunha**. 1995. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

GASTÓN SÁNCHEZ, Emiliano. Ser testigo de la barbarie. La ocupación de Bélgica y las atrocidades alemanas de 1914 en las crónicas de Roberto J. Payró. **Eadem Utraque Europa**, Buenos Aires / Madri, v. 8, n. 13, p. 163-207, 2012.

GELER, Lea. **Andares negros, caminos blancos**. Afroporteños, Estado y Nación Argentina a fines del siglo XIX. Rosario: Prehistoria, 2010.

_____. Hijos de la patria: tensiones y pasiones de la inclusión en la Nación Argentina entre los afroporteños a fines del siglo XIX. **Memoria Americana**, Buenos Aires, v. 20, n. 2, p. 273-294, 2012.

GINZBURG, Jaime. Euclides da Cunha, a Amazônia e a barbárie. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, 2010.

GOMES, Mitizi. Os sertões: ¿una obra intraducible? – Benjamin de Garay, traductor de Euclides da Cunha. *In: CAMPS, Assumpta et al. (org.). Traducción y diferencia*. Barcelona: PPU, 2006. p.171-8.

GONZÁLEZ, Pablo Esteban; MORALES, Victor Hugo. Propuesta de desarrollo de un parque temático orientado al transporte y las comunicaciones en el sudoeste de la Patagonia Austral Argentina. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, Córdoba, v. 4, n. 2, p. 315-348, 2018.

GONZÁLEZ LANUZA, Eduardo. **Genio y figura de Roberto J. Payró**. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

GREJO, Camila Bueno. **Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político: pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880 – 1920)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2009.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001.

GÜENAGA, Rosario. La inmigración española en el Centenario: análisis de la correspondencia de la Embajada. **Épocas** – Revista de Historia Universidad del Salvador, Buenos Aires, n. 3, p. 189-215, dez. 2010.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Euclides da Cunha na Amazônia: discontinuidades históricas nos modos de ver e narrar a floresta. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 705-718, jul./set. 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUZMÁN, Florencia. Esclavizados y afrodescendientes libres en el territorio argentino: una presencia (re)significante. *In: ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. Los inmigrantes en la construcción de la Argentina*. [S. l.: s. n.], 2016, pp. 27-59. Disponível em: <https://publications.iom.int/es/system/files/pdf/los_inmigrantes_en_la_construccion_d_e_la_argentina.pdf>. Acesso em 22 dez. 2020.

HAIG, Bryan. International comparisons of Australian GDP in the 19th century. **Review of Income and Wealth**, Ottawa, n. 35 151-162, 1989.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 1985.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

_____. Para qué la inmigración. Ideología y política migratoria y aceleración del proceso modernizador: el caso argentino (1810-1914).

Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas [Anuario de Historia de América Latina] (JbLA), n. 13, [Ejemplar dedicado a: Emigración europea a América Latina durante los siglos XIX y XX], p. 437-489, 1976.

HARAMBOUR-ROSS, Alberto. **Borderland Sovereignties**. Postcolonial Colonialism and State Making in Patagonia. Argentina and Chile, 1840s-1922. 2012. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, State University of New York at Stony Brook, Stony Brook, 2012.

_____. Soberanía y corrupción. La construcción del Estado y la propiedad en Patagonia austral (Argentina y Chile, 1840-1920). **Historia**, Santiago, v. 50, n. 2, p. 555-596, jul./dez. 2017a.

_____. Sheep Sovereignties: The Colonization of the Falkland Islands/Malvinas, Patagonia, and Tierra del Fuego, 1830s–1910s. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**, [S. l.: s. n.], p. 1-23, 2017b.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

_____. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. A Amazônia e a radicalização do pensamento socioambiental de Euclides da Cunha. In: CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. Organização: Leopoldo M. Bernucci, Francisco Foot Hardman e Felipe Pereira Rissato. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HECHT, Susanna B. **The scramble for the Amazon and the “Lost Paradise” of Euclides da Cunha**. Chicago: Chicago University Press, 2013.

HEMMING, John. **Fronteira Amazônica** – A derrota dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2009.

HILL, Christopher L. **National History and the world of nations**. Capital, state and the rhetoric of History in Japan, France and The United States. Durham: Duke U. Press, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HORA, Roy. El turf como arena de disputa social: Jockeys y propietarios en el hipódromo argentino de fines del siglo XIX. **Anuario de Historia de América Latina**, Münster, v. 51, n.1, p. 303-327, dez. 2014a.

_____. **Historia del turf argentino**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2014b.

HOSIASSON, Laura Janina. **Nação e imaginação na Guerra do Pacífico**. São Paulo: Edusp, 2012.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

INOSTROZA PINO, Luis. La evolución del espacio social y urbano en la capital de la patagonia chilena. Punta Arenas. **Urbano** Universidad del Bío Bío, Concepción, v. 11, n. 17, p. 15-25, mai. 2008.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Euclides da Cunha**. Cadernos de Literatura Brasileira. Exemplar especial. São Paulo: IMS, 2002.

JACKSON, Robert Vincent. *Australian economic development in the nineteenth century*. Canberra: Australian National University Press, 1977.

JITRIK, Noé. **El fuego de la espécie**: Socialismo y gracia en Roberto J. Payró. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grande** – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

_____. “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador”. *In*: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, São Paulo, v. 2, Editora Humanitas, 2011.

_____. “Tensões na configuração do ‘saber local’”. *In*: _____. **Velas ao mar**. U.S. Exploring Expedition (1838-1842). A viagem de circum-navegação norte-americana. São Paulo: Intermeios, 2015.

KEHL, Maria Rita. **Bovarismo brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

KELLY, Brian; LONDON, Mark. **Amazônia**: um grito de alerta. Rio de Janeiro: Record, 1983.

KLEIN, Daniel da Silva. A crise da borracha: a cadeia de aviação em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. **História, histórias**, Brasília, v. 2, n. 4, 2014.

KLEIN, Maury. **Union Pacific**. Volume 1, 1862-1893. University of Minnesota Press: Minneapolis / Londres, 2006.

KLINK, Amyr. **Mar sem fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KNIGHT, Alan. Britain and Latin America. *In*: PORTER, Andrew; LOW, Elaine (eds.). **The Oxford History of the British Empire**. Vol. III. The nineteenth century. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 122-142.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. **History and Theory**, Middletown, n. 42, fev. 2003.

_____. Para além da comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286, ago. 2014.

KORSTANJE, Maximiliano. Ideología y utopía. La idealización de las islas Malvinas en el pensamiento colectivo argentino. **Gazeta de Antropología**, Jaén, v. 24 n. 1, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bonfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 80-98, jun. 1996.

LAERA, Alejandra. Cronistas, novelistas: la prensa periódica como espacio de profesionalización en la Argentina (1880-1910). *In*: ALTAMIRANO, Carlos (dir.) **Historia de los intelectuales en América Latina I**. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008, pp. 495-522.

LARRA, Raúl. **Payró, el novelista de la democracia**. Buenos Aires: Quetzal, 1952.

LATTES, Alfredo E. El crecimiento de la población y sus componentes demográficos entre 1870 y 1970. *In*: RECCHINI DE LATTES, Zulma; LATTES, Alfredo E. (comp.). **La población de Argentina**. Buenos Aires: CICRED Series, 1975.

LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris**: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930). 2007. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Alberto Rangel e seu projeto literário para a Amazônia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. *In*: BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 9-37.

LEWIS, Colin M. **British Railways in Argentina 1857-1914: A Case Study of Foreign Investment**. Londres: Athlone Press, 1983.

LIMA, José Roberto de; MAGALHÃES, Antonio Rocha. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao 21. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 23, n. 46, pp. 191-212, jan./jun. 2018.

LINS, Álvaro. **Rio Branco** (Biografia). 1ª ed. 1945 Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / Editora Alfa-Ômega, 1996.

LISBOA, Karen Macknow. Seguindo os passos não dados de Alexander von Humboldt e A. Bonpland no Brasil oitocentista. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 763-779, jul./set. 2020.

LITERAS, Luciano; BARBUTO, Lorena. De líderes e seguidores. Estratégias políticas indígenas en la frontera. **Habitus**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 255-274, 2018.

LLOSA, Mario Vargas. **O Paraíso na outra esquina**. São Paulo: Arx, 2003.

LORENZ, Federico. **Malvinas**. Una guerra argentina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009.

LORENZO, Celso Ramón. **Manual de Historia Constitucional Argentina**. Volume 2. Rosário: Editorial Juris, 1997.

LOSADA, Leandro. La alta sociedad, el mundo de la cultura y la modernización en la Buenos Aires del cambio del siglo XIX al XX. **Anuario de Estudios Americanos**, Sevilha, v. 63, n. 2, p. 171-193, 2006.

LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos. Amazon Tipping Point. **Science Advances**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2018.

LUCIANI, Frederick. Introduction. *In*: HEREDIA, José María. **José María Heredia in New York, 1823-1825 – an Exiled Cuban Poet in the Age of Revolution, Selected Letters and Verse**. Edição: Frederick Luciani. Albany: State University of New York Press, 2020.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. Clóvis Beviláqua e a justiça internacional: entre o sim e o não a Rui Barbosa. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 423-443, 2016.

MACHADO, Antonio. **Proverbios y Cantares**. Madri: El País, 2003.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades: A crise política do Antigo Regime Português da Província do Grão-Pará**

(1821-1825). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MACINTYRE, Stuart. **A concise History of Australia**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912. São Paulo: Editora Unesp / Moderna, 1997.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As ideias que fazem o estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 621-655, 2010.

MAILHE, Alejandra. Un viaje por los pliegues del sujeto: Del consumo a la aprehensión del “otro” en *O turista aprendiz*. **Orbis Tertius**, Buenos Aires, v. 9 n. 10, p. 43-52, 2004.

_____. Imágenes del otro social en el Brasil de fines del siglo XIX: Canudos como espejo en ruinas. **Prismas, Revista de historia intelectual**, n. 14, p. 37-56, 2010.

_____. Andes imaginarios. El mundo precolombino y Oriente en algunos ensayos del indigenismo argentino. *In: WORKSHOP IDENTIDAD, CULTURA Y PODER EN ARGENTINA, SIGLOS XIX Y XX*. **Anais**. La Pampa: Universidad Nacional de La Pampa, 2020.

MARINS, Paulo César Garcez. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica européia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 44, p. 77-104, 2007.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social** Revista do Departamento de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, mai. 1996.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARQUES, Ivan. Herói fracassado: Mário de Andrade e a representação do intelectual no romance de 30. **Teresa** Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n. 16., p. 55-74, 2015.

MARTÍNEZ MAZZOLA, Ricardo. Un socialismo para la pampa argentina. Programa agrario y alianzas políticas en el pensamiento de Juan B. Justo. **Signos históricos**, Cidade do México, v. 20, n. 39, p. 120-148, jun. 2018.

MARX, Leo. **The machine in the garden**. Technology and Ideal in Pastoral America. Nova York: Oxford University Press, 2000.

MATTOS, Laura Valladão de. A posição de J. S. Mill em relação ao Estado: os casos das sociedades “civilizadas” e das sociedades “atrasadas”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 135-155, abr. 2008.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 12, n. 1-2, p. 41-58, jan./dez. 2015.

MEDINA, Mariana Moraes. **Turistas intelectuales**. Viaje, política y utopia en María Rosa Oliver y Ezequiel Martínez Estrada. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2020.

MENDES, Francielle Maria Modesto. **Coronel de Barranco**: a literatura no imaginário social da Amazônia no primeiro ciclo da borracha. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a construção de um “Brasil grande”. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MERBILHAAÁ, Margarita. Representaciones finiseculares de los Estados Unidos en el socialismo argentino: los tempranos diagnósticos de Juan B. Justo y Manuel Ugarte. **A contra corriente**, Raleigh, v. 9, n. 1, 237-269, Fall 2011.

MERCIER, Stephanie A.; HALBROOK, Steve A. Opening Up the American West. *In*: _____; _____. **Agricultural Policy of the United States**. Palgrave Studies in Agricultural Economics and Food Policy. [S. l.]: Palgrave Macmillan, Cham, 2020.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo** – antigo e moderno. 3ª ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social** Revista do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15., n. 1., p. 63-79, abr. 2003.

MIGNOLO, Walter. “Latin” America and the first reordering of the Modern/Colonial World. *In*: _____. **The idea of Latin America**. Malden: Blackwell Publishing, 2012.

MÍGUEZ, Eduardo José. **Las tierras de los ingleses en la Argentina 1870 – 1914**. Buenos Aires: Teseo/ Universidad Abierta Interamericana, 2016.

MINELLI, Ivía. **La tradición se apea**: revistas criollas e intelectualidade criollista na Argentina (final do século XIX - início do XX). 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MITTON, Maag M.L. **Picaresco en tres relatos de Roberto Jorge Payró**. Michigan: University Microfilms International, 1992.

MOGLIANI, Laura. **El costumbrismo en el teatro argentino**. 2006. Tese (Doutorado em Artes) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2006.

MOISÉS, Massaud; PAES, José Paulo (orgs.). **Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1980, pp. 349-50.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

MONTALDO, Graciela. Prólogo. *In*: DARÍO, Rubén. **Viajes de um cosmopolita extremo**. Seleção: Graciela Montaldo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2013, pp. 11-51.

MORAES, Felipe Tavares de. **José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MORAES, Péricles. **Intérpretes da Amazônia**. Manaus: Valer, 2001.

MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica**. Ciência e nacionalidade no país d’*Os Sertões*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007a.

_____. **Tudo o mais é paisagem**. Representações da natureza na cultura brasileira”. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007b.

_____. **Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. Ao revés da utopia: metamorfoses do ambiente amazônico nas obras de Franklin Távora, Euclides da Cunha e Alberto Rangel. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis-Goiás, v. 3, n. 2, p. 55- 66, jul./dez. 2014.

MURUA, Mabel Helena. **Juan León Murua**. Una vida a bordo por el Atlántico Sur. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2015.

MYERS, Jorge. Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americanas: literatura romántica y proyecto social, 1830 – 1870. *In*: PIZARRO, Ana (org.). **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 1994.

_____. Transiciones identitarias en una época de crisis, derrumbe y renovación. In: _____ (org.). **Rumbos patrios: la cultura del viaje entre fines de la Colonia y la Independencia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011, pp. 9-45.

MYERS, Norman. Environmental Refugees: a growing phenomenon of the 21st century. **Phil. Trans. R. Soc. Lond**, Londres, v. 357, n. 1420., p. 609-613, 2001.

NAVARRO FLORIA, Pedro. La mirada del reformismo liberal sobre los Territorios del Sur argentino, 1898-1916. **Quinto Sol** Instituto de Estudios Socio-Históricos – Facultad de Ciencias Humanas – Universidad de La Pampa, Santa Rosa, n. 13, 2009, p. 73-103, 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelani. **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UnB, 2004.

NOBRE, Carlos A.; SAMPAIO, Gilvan; BORMA, Laura S.; CASTILLO-RUBIO, Juan Carlos; SILVA, José S.; CARDOSO, Manoel. Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington D.C., v. 113, n. 39, p. 10759-10768, 2016.

NOBRE, Ismael; NOBRE, Carlos A. “Projeto ‘Amazônia 4.0: Definindo uma Terceira Via para a Amazônia’”. **Futuribles em Português**, São Paulo, nº 2, p. 7-20, set. 2019.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. **Las relaciones entre el Perú y Bolivia (1826-2013)**. Serie Política Exterior Peruana. Konrad Adenauer Stiftung/Instituto de Estudios Internacionales (IDEI): Lima, 2013.

NUGENT, Walter. Frontiers and Empires in Late Nineteen Century. **The Western Historical Quarterly**, [S. l.], v. 4, p. 393-408, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. A Reconquista da Amazônia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38, p. 3-14, mar. 1994.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, *Os Sertões* e a invenção de um Brasil profundo. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002.

OLIVEIRA, Rodrigo de La Torre. **Públicos leitores em formação: popularização das coleções de livros na Argentina (1901-1924)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Leonardo Vieira de. **Da “planta exótica” ao excepcionalismo brasileiro: a missão Carneiro Leão ao Prata e a identidade internacional saquarema (1851-1852)**”. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OSTERHAMMEL, Jürgen. **La transformación del mundo**. Una historia global del siglo XIX. Barcelona: Editorial Planeta, 2015.

PACHECO, Alexandre. A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a cobiça internacional - anos de 1960. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, dez., p. 94-110, 2012.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. O sertão amazônico: o inferno de Alberto Rangel. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 332-362, jan./abr. 2011.

_____. Um paraíso selvagem: A Amazônia e os romances regionalistas de Raimundo Moraes. **Tempo Social** Revista do Departamento de Sociologia da USP, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 229-246, ago. 2016.

_____. A ordem e a desordem da natureza: o sertão e a Amazônia em Gastão Cruls. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, mai./ago., p. 242-276, 2019.

PAMPLONA, Marco A. **Revoltas, repúblicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **O Amazonismo e as Representações sobre os Seringueiros e a Natureza Amazônica**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PARSON, Guillermo. El nacimiento del movimiento obrero em Argentina entre aguas turbulentas: reformistas y revolucionários. *In*: CAMPINS, Mónica (org.). **Conservadores, progressistas y revolucionarios en los siglos XIX y XX**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001.

PASSETTI, Gabriel. Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859. **História**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 107-142, 2009.

_____. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. **Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. O Estreito de Magalhães redescoberto: ciência, política e comércio nas expedições de exploração nas décadas de 1820 e 1830. **Antíteses** Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v. 7, n. 13, p. 254-276, jan./jun. 2014.

_____ ; SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho; POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. Circulação de ideias, práticas e ocupações de territórios na segunda metade do século XIX: Argentinos, chilenos, estadunidenses e britânicos. *In*: RINKE, Stefan. (org.). **Entre espacios**: la historia latinoamericana en el contexto global. 1ª ed. Berlin: Freie Universität, 2016, v. 1, pp. 1410-1431.

_____. Apogeu e colapso dos grandes cacicados no sul da Argentina: estratégias de resistência e iminência de combate (1861-1872). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 57-79, jan. 2018a.

_____. A construção de uma crise: usos da história por intelectuais argentinos na contestação aos tratados com o Chile nas décadas de 1960 e 1970. **Diálogos**, Maringá, v. 22, n.1, p. 139-156, 2018b.

PASTOR, José Manuel Azcona; MORA, Víctor Guijarro. El imaginario tecnológico de Domingo Faustino Sarmiento: representaciones y arquetipos de América (1845-1885). **Anuario de Estudios Americanos**, Sevilha, v. 70, n. 2, p. 673-697, jul./dez. 2013.

PASTORMELO, Sergio. **Payró en Pago Chico 1887-1892**: Periodismo, revolución y literatura. 1ª ed. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2009.

PERA, Cristobal. De viajeros y turistas: reflexiones sobre el turismo en la literatura hispanoamericana. **Revista Iberoamericana**, Pittsburgh, v. 64, n. 184-185, p. 507-528, jul./dez. 1998.

PEREGRINO JR. O Regionalismo na Ficção. Grupo Nortista. *In*: COUTINHO, Afrânio (dir.) **A Literatura no Brasil**. Vol. II. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1955.

PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano**: A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. 2002. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 111-128, dez. 2005.

PÉREZ, Alberto E. Tras la conquista de las quince mil almas. *In*: ZEBALLOS, Estanislao Severo. **La conquista de quince mil leguas**: ensayo para la ocupación definitiva de Patagonia. 1ª ed. 1878. Buenos Aires: Continente, 2008, pp. 7-21.

PEREZ, Pablo M. Uma história do anarquismo: o surgimento da Federação Libertária Argentina. **Verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol**, São Paulo, n. 9, p. 189-215, 2006.

PIGLIA, Ricardo. **Respiración artificial**. Buenos Aires: Seix Barral, 2003.

PIMENTA, João Paulo Garrido. História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate. **Almanack braziliense**, São Paulo, n. 7, p. 56-60, mai. 2008.

PIMENTEL, Júlio. Resenha de HOSIASSON, Laura Janina. *Nação e imaginação na Guerra do Pacífico*. São Paulo: Edusp, 2012. **Revista Abehache** (Revista da Associação Brasileira de Hispanistas), [S. l.], v. 2, n. 2, p. 283-286, 1º sem. 2012.

PIZA, Daniel. **Amazônia de Euclides**. Viagem de volta a um paraíso perdido. São Paulo: Leya, 2010.

PLUTARCO. **Vidas paralelas** – Demóstenes e Cícero. Tradução, introdução e notas: Marta Várzeas. Coleção autores gregos e latinos – Série textos. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Para ler o Facundo de Sarmiento. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____; CAPELATO, Maria Helena Rolim. Borracha na economia brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: **O Brasil Republicano**. Estrutura de poder e economia (1889-1930), v. 8, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 314-336.

_____. **América Latina no século XIX**: Tramas, Telas e Textos. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

_____. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2º sem. 2001.

_____. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2º sem. 2005.

PRADO CUNHA, Mary Louiselle do. Desmatamento e progresso na Amazônia Legal. Movimento ecológico e as políticas econômicas da ditadura militar (1964-1985). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

POMFRET, Richard. The Eurasian Landbridge and China's Belt and Road Initiative: Demand, supply of services and public policy. **The World economy**, [S. l.], n. 42, p. 1642– 1653, 2019.

POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. A Campanha do Deserto e os desafios da civilização: o “problema” do índio na Patagônia e a configuração do Estado-Nação. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. **Anais**. São Paulo: julho 2011.

_____. **A construção da Patagônia argentina.** 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. **Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia.** 2005. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2005.

QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones: el 98 en el fin de siglo sudamericano. **Hispania**, Madrid, v. 57/2, n.196, p. 587-609, 1997.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina.** Montevideo: Arca, 1989.

RAMOS, Julio. **Desencuentros de la modernidad en América Latina: Literatura y política en el siglo XIX.** Cidade do México: FCEM, 1989

RATTO, Silvia. Una experiencia fronteriza exitosa: el negocio pacífico de indios en la provincia de Buenos Aires (1829-1852). **Revista de Indias**, Madrid, v. 63, n. 227, p. 119-222, 2003.

_____. La construcción del territorio nacional en espacios de frontera (Argentina a fines del siglo XIX). Uma operação ideológica perdurable. *In*: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (orgs). **Fronteiras e territorialidades – miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia.** São Paulo: Intermeios, 2019, pp. 179-202.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REZENDE, Dolores Eugênia de. **Memórias subterrâneas na fotografia de Augusto Malta: imagens, disputas e identidades no Rio de Janeiro da modernidade.** 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras.** 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBERO, Vanderlei Vazelesk. Na selva reina a lei da selva: Reflexões sobre a Amazônia peruana (1821-2009). *In*: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org). **Fronteiras e territorialidades – miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia.** São Paulo: Intermeios, 2019, pp. 101-121.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: o Brasil no mundo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RINA SIMON, César. Proyección exterior, imaginário americanismo y regeneración nacional em la península Ibérica em el siglo XIX. **Hist. Mex.**, Cidade do México, v. 67, n. 4, p. 1597-1631, jun. 2018.

ROCK, David. **El radicalismo argentino, 1890-1930**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001

RODRÍGUEZ, Fermín A. **Un desierto para la nación: la escritura del vacío**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.

RODRÍGUEZ, Mariela. **Fantasmas Tehuelches en el imaginário santacruceño**. 1999. Tese de Licenciatura – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1999.

ROHTER, Larry. **Rondon**. Uma biografia. São Paulo: Objetiva, 2019.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **Os socialistas na Argentina (1880-1980)** – um século de ação política. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Os partidos políticos de matriz socialista do marxismo na Argentina (1894-2006). V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA “REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO”. **Anais**. Londrina, 2013, pp. 70-102.

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as idéias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

_____. **Breve historia de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2ª edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. El mito territorial. **Perfil**, 31 mar. 2012. Disponível em: <<http://luisalbertoromero.com.ar/el-mito-territorial/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

ROUANET, Sérgio Paulo. **A Razão nômade**. Walter Benjamin e outros viajantes. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

RUFFINI, Martha. La Patagonia en el pensamiento y la acción de un reformista liberal: Ezequiel Ramos Mexia (1852-1935). **Quinto Sol**, Instituto de Estudios Socio-Históricos – Facultad de Ciencias Humanas – Universidad de La Pampa, Santa Rosa, n. 12, p. 127-150, 2008.

SÁ, Dominichi Miranda de; SILVA, André Felipe Cândido da. Amazônia brasileira, celeiro do mundo. Ciência, agricultura e ecologia no Instituto Agrônômico do Norte nos anos 1940 e 1950. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 178, 2019.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e barbárie**. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SABATTO, Dante; DOBERTI, Juan Ignacio. Las alternativas de descentralización del Estado Nacional: Elementos para su consideración. **Cuadernos del INAP**, Buenos Aires, v. 1, n. 33, 2020.

SAGASTIZÁBAL, Leandro de. **La edición de libros en la Argentina**. Una empresa de cultura. Buenos Aires: Eudeba, 1995.

SAIANI, Renato Cesar Santejo. **O Publicista oculto**: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912). 2018. Tese de Doutorado (História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALIBA, Elias Thomé. **As Utopias Românticas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003

SAMPAIO, Aldo César Figueira. **O trabalho de Sísifo**: crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviamento (1914-1919/1943-1952). 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SANDEVILLE JR., Euler. **As sombras da floresta**: Vegetação, Paisagem e Cultura no Brasil. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SAN MARTÍN, Celina. Sin país para los débiles: *fueguinos* arqueologizados en La Australia argentina de Roberto Payró. **Estudios de Teoría Literaria**, Revista digital: Artes, letras y humanidades, Mar del Plata, v. 2, n. 3, pp. 21-32, 2013.

SANTANA, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 6 (suplemento), p. 900-917, set. 2000.

_____. **Ciência e arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo/Feira de Santana: Hucitec/Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. Origens do pensamento radical na América Latina: um estudo comparativo entre José Martí, Juan B. Justo e Ricardo Flores Magón. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 237-256, 2015.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Euclides da Cunha: Uma biografia**. São Paulo: Todavia, 2021.

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. Las hermanitas perdidas: as Ilhas Malvinas no imaginário nacional argentino. **Almanaque de Ciência Política**, Vitória, vol. 2, n. 1, pp. 23-33, 2018.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1820-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. **A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SARLO, Beatriz. Prólogo. In: PAYRÓ, Roberto Jorge. **Obras**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1984.

SECRETO, María Verónica. Capistrano de Abreu e J. F. Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. **Estud. soc. agric.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 236-253, 2006.

SEGATO, Rita Laura. **La Nación y sus Otros**. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Pensamento social e linguagem n'Os Sertões de Euclides da Cunha: entre a ciência europeia e a experiência sertaneja. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 1, p. 66-90, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEBRELLI, Juan José. **Crítica de las ideas políticas argentinas**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2011.

SERVELLI, Martín. ¿Literatura de frontera? Notas para una crítica. **Iberoamericana América Latina – España – Portugal**, v. 10, n. 39, 2010, p. 31-52, 2010.

_____. **A través de la República:** La emergencia del reportero viajero en la prensa porteña de entresiglos (XIX-XX)". 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na Guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 108-119, jun./ago. 1996.

_____. **Literatura como Missão:** Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Revolta da Vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SHEININ, David M. K. La frontera malvinense. *In:* GUERRERO, Juan Carlos (coord.). **Perspectivas multidisciplinares sobre la Argentina contemporánea:** el caso argentino. Viedma: Universidad Nacional de Río Negro; Mar del Plata: Eudem. Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata; Córdoba: Universidad de Nacional de Córdoba (UNC), 2019, pp. 23-52.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina.** São Paulo: Edusp/Brasília: Editora UnB, 2008.

SILVA, Daniella Amaral Diniz da. **Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade:** o círculo Rio Branco no Brasil – *Ubique Patriae Memor*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical:** desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, Genilder Gonçalves da; MELLO, Marcelo de. A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, São Paulo, n. 11, 2013.

SILVEIRA, Jéssica Garcia da. **Ciência, política e natureza na construção do “parlamento ambiental” brasileiro:** o Conama e a institucionalização do meio ambiente no Brasil (1981-1992). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In:* RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SIMÕES, Stefany Lucchesi. A questão territorial antártica: uma análise das teorias de ocupação. **Revista de Iniciação Científica da FFC (Unesp)**, Marília, v. 14, n. 1, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **A semear horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954)**. 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOLOMON, Andrew. **Lugares distantes** – como viajar pode mudar o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

SORENSEN, Diana. La nación consolidada. La década de 1880 y la canonización del Facundo. *In: _____*. **El Facundo y la construcción de la cultura argentina**. Buenos Aires: Beatriz Viterbo editora, 1998.

SOTOMAYOR, Walter Auad. **Relaciones Brasil y Bolivia: la definición de las fronteras**. La Paz: CERES / Plural editores, 2013.

SOUTH GEORGIA & THE SOUTH SANDWICH ISLANDS. **Strategy 2016-2020**. Government of South Georgia & the South Sandwich Islands / Foreign & Commonwealth Office: Stanley / Londres, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.gs/docsarchive/GSGSSI/Strategy/Final%20Published%20Strategy%20-%20PDF%20Version.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2021.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 31-36, 2002.

_____. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Natália Peixoto Bravo de; GALVÃO, Gastão. O estigma de uma obra: a trajetória de Euclides da Cunha e suas reapropriações sob o ponto de vista do positivismo e do evolucionismo. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 173-184, jul./dez. 2007.

_____. **A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha: um projeto político-ideológico**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 219-240, jan./abr. 2017.

STARLING, Heloísa. A palavra “sertão” e uma história pouco edificante sobre o Brasil. **Suplemento Pernambuco**, Recife, 11 de março de 2019. Disponível em: <<http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2243-a-palavra-sert%C3%A3o-e-uma-hist%C3%B3ria-pouco-edificante-sobre-o-brasil.html?fbclid=IwAR0MvnPEcP4tnbXjuCMc9tmgmDvVniw2Vj8YyRusCqHbVH5WsCpv2gycc54>>. Acesso em 25 mar. 2019.

SVAMPA, Maristella. **El dilema argentino**: civilización o barbarie. De Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.

SZMETAN, Ricardo. Roberto J. Payró y el teatro argentino de principios de siglo: Su bibliografía general puesta al día. **Latin American Theatre Review**, Lawrence [Kansas], v. 33, n. 2 p. 113-132, Spring 2000.

TERÁN, Oscar. **Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880 – 1910)**. Derivas de la “cultura científica”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria – ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. 1ª ed. 1968. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **Nosotros y los otros**. Reflexión sobre la diversidad humana. Cidade do México: Siglo XXI, 1991a.

_____. Viajantes e indígenas. *In*: GARIN, Eugénio (coord). **O Homem Renascentista**. Lisboa: Presença, 1991b, pp. 229-248.

TOMLINSON, B.R. “Economics and Empire: the periphery and the imperial economy”. *In*: PORTER, Andrew; LOW, Elaine (eds.). **The Oxford history of the British Empire**. Vol. III. The nineteenth century. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 53-74.

TONIN, Fabiana Bigaton. **Águas revessas**: confluências da memória, literatura e história nas memórias inéditas de Alberto Rangel. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TORRÃO FILHO, Amílcar. “*Does every traveller see all that he describes?*” O Viajante Cego James Holman e os Limites do Olhar Viajante”. **Revista de História**, São Paulo, n. 175, p. 319-348, jul./dez. 2016.

TORRE, Claudia Inés. **Literatura em trânsito**. La narrativa expedicionaria de la Conquista del Desierto (Argentina 1870-1900). 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2007.

_____. **Literatura em trânsito**. La narrativa expedicionaria de la conquista del desierto. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

TORRES, Cynthia. Contested Frontiers: Territory and Power in Euclides da Cunha’s Amazonian Texts. *In*: MARTÍNEZ-PINZÓN, Felipe; URIARTE, Javier (eds). **Intimate Frontiers: a Literary Geography of the Amazon**. Oxford: Oxford University Press, 2019, pp. 67-87.

_____. El paraíso perdido de Euclides da Cunha. Prólogo. *In*: CUNHA, Euclides. **Un paraíso perdido. Ensayos amazónicos**. Lima: Editorial Pasacalle/Biblioteca Nacional de Brasil, 2016.

TRINDADE LIMA, Nísia. Missões civilizatórias da República e interpretações do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 163-193, julho de 1998.

_____; BOTELHO, André. Malária como doença e perspectiva cultural nas viagens de Carlos Chagas e Mário de Andrade à Amazônia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n.3, p. 745- 763, jul./set. 2013.

TRIPALDI, Nicolás M. La política y los centros de lectura: los socialistas fundan sus primeras bibliotecas en la ciudad de Buenos Aires 1894-1899. **Revista de Biblioteconomía de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 41-51, 1996.

URIARTE, Javier. **The Desertmakers: travel, war and the State in Latin America**. Routledge: Abingdon, Oxon / New York, 2019.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro História: Os Protagonistas Anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri; HENTZ, Luiz Antonio Soares. Islas Malvinas *versus* Falkland Islands. O arquipélago da discórdia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 50, n. 198, p. 189-209, abr./jun. 2013.

VALKO, Jennifer M. Soñar con el futuro. Proyectos inmigratorios para la Patagonia argentina en Teodoro Alemann y Roberto J. Payró. **Iberoamericana América Latina – España – Portugal**, v. 8, n. 30, p. 27-45, 2008.

VALE CASTRO, Fernando. Os americanismos nas páginas da *Revista de Derecho Historia y Letras* e da *Revista Americana*. **Projeto História**, São Paulo, v. 64, pp. 82-114, jan.-abr., 2019.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Euclides da Cunha e a República. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 275-291, 1996.

_____. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.5 (suplemento), p. 133-147, 1998.

_____. **Euclides da Cunha: esboço biográfico**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 10 out. 2020.

VERDEVOYE, Paul. **Costumbres y costumbrismo en la prensa argentina desde 1801 hasta 1834**. Buenos Aires: Academia Argentina de Letras, 1994.

VEZUB, Julio. “La emergencia de la jefatura de Saygüequé y los mediadores del poder”. In: _____. **Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas**. Poder y etnicidad en Patagonia noroccidental (1860-1881). Buenos Aires: Prometeo, 2005.

VIANA FILHO, Luís. **A Vida do Barão do Rio Branco**. Brasília: Senado Federal / Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

VICTORERO, Nahuel Pablo. El diario *La Nación*, prensa, política y revolución en Buenos Aires de fin de siglo XIX. VII JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES. **Anais**. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2013.

VIDAL, Hernán. A través de sus cenizas. **Imágenes etnográficas e identidad regional en Tierra del Fuego (Argentina)**. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – FLACSO – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, sede Ecuador, Quito, 1993.

VIEIRA, Flávia do Amaral. **Direitos humanos e desenvolvimento na Amazônia: Belo Monte na Comissão Interamericana de Derechos Humanos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito e Relaciones Internacionales) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VIEIRA, Friederick Brum. O Tratado da Antártica: Perspectivas Territorialista e Internacionalista. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 49-82, 2006.

_____. Fragilidades estruturais do tratado antártico. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v. 1, p. 153-163, 2010.

VIÑAS, David. **Indios, ejército y frontera**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1982.

_____. Payró como socialista del 1900 y “hombre de La Nación”. In: _____. **Indios, ejército y frontera**. 1ª ed. 1982. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor, 2003, pp. 299-302.

VITAL, André Vasques. **Política e Saúde Pública no cativeiro dos rios: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920)**. 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016.

WALDMAN, Thais Chang. **Entre batismos e degolas**: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

WALLACE-WELLS, David. **A terra inabitável**. Uma história do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WEBER, David J; RAUSCH, Jane M (ed). **Where cultures meet**: frontiers in Latin American History. Wilmington: Jaguar Books, 1994.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 1ª ed. 1905. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WEHRHEIM, Monika. *L'Araucanien est une sorte de centaure*. Orélie Antoine de Tounens y sus textos sobre la Araucanía. **Meridional** Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos, Santiago, n. 3, p. 109-129, out. 2014.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1993.

_____. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 14, p. 9-36, jan./jun. 2013.

WERNER, Michel; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. ½, 2003.

WILSON, Edward O. **Diversidade da vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WOLFF, Christina Scheibe. Marias. Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

WOLFF, Francis. Quem é bárbaro?. In: NOVAES, Adauto (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Disponível em <<https://artepensamento.com.br/item/quem-e-barbaro/>>. Acesso em 11 ago. 2019.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: CosacNaify, 2012.

ZANETTI, Susana. O intelectual modernista como artista: Rubén Darío. **Tempo Social** Revista do Departamento de Sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 19-31, 2007.

ZANGARI, Sostene M. Melville's *Typee*: Toward the Poetics of Hybridity. **Polish Journal for American Studies**, Varsóvia, v. 8, p. 33-49, 2014.

ZILLY, Bertold. A barbárie: antítese ou elemento de civilização? Do *Facundo* de Sarmiento a *Os sertões* de Euclides da Cunha. In: ALMEIDA, Ângela; ZILLY, Bertold; LIMA, Eli (orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ-MAUAD, 2001.